Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

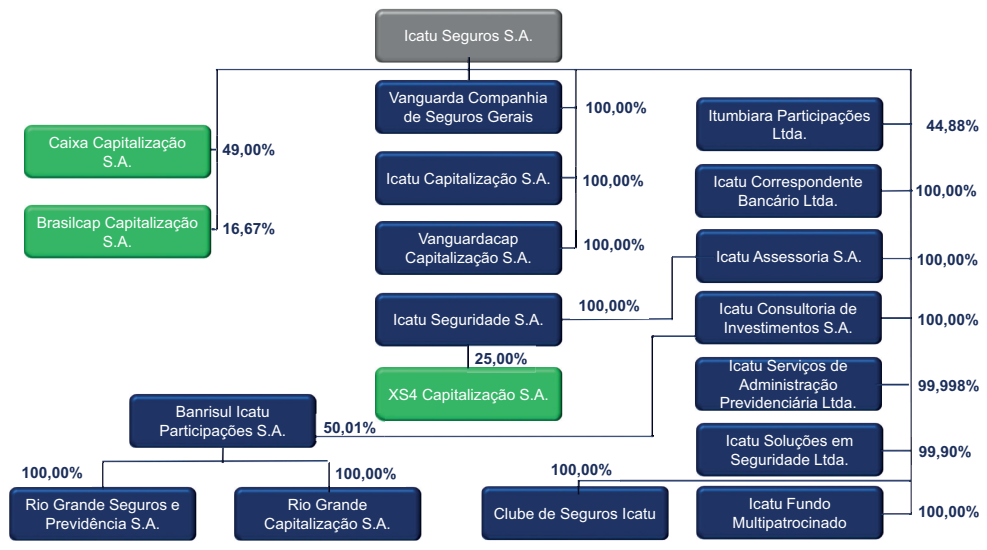
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, dos relatórios dos auditores independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:



2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve seu ápice no primeiro semestre de 2021, com o seguinte panorama retratado pelas secretarias estaduais de saúde:

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Como pode ser observado nos gráficos anteriores, o primeiro semestre do ano concentrou um grande volume de óbitos, impactando de forma relevante a sinistralidade – e, consequentemente, o resultado - das seguradoras de Vida. Ao longo do último trimestre do ano, com o avanço da vacinação, a quantidade de novos casos diminuiu, trazendo redução na sinistralidade. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade no mercado de vida em grupo e vida individual em 2019 foi de 43,2% e saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. A seguir, a demonstração de resultados da Companhia em 2021, com e sem os impactos da COVID, onde tais impactos são entendidos como os sinistros pagos por mortes confirmadas exclusivamente da COVID, segundo a documentação de aviso de sinistro apresentada.

	2021	Efeitos da COVID	Sem efeitos COVID 2021
Prêmios emitidos	2.334.328		2.334.328
Outros	(258.333)		(258.333)
Prêmios ganhos	**2.075.995**		**2.075.995**
Sinistros ocorridos	(1.297.706)	356.362	(941.344)
Custo de aquisição	(674.470)		(674.470)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(17.983)		(17.983)
Resultado com operações de seguros	**85.836**		**85.836**
Resultado com operações de resseguros	**13.103**	**(31.098)**	**(17.995)**
Resultado com operações de previdência	**(111.325)**		**(111.325)**
Despesas administrativas	**(336.186)**		**(336.186)**
Resultado patrimonial	**218.283**		**218.283**
Despesas com tributos	**(23.465)**	**(18.093)**	**(41.558)**
Resultado financeiro	**160.379**		**160.379**
Resultado operacional	**6.625**		**6.625**
Ganhos / (perdas) com ativos não correntes	(12.464)		(12.464)
Resultado antes de tributos	**(5.839)**		**(5.839)**
Imposto de renda e contribuição social	92.292	(125.156)	(32.864)
Participações sobre o lucro	(7.980)		(7.980)
Lucro líquido do exercício	**78.473**	**182.015**	**260.488**

O Resultado de 2021 foi de R$ 78.473, impactados por R$ 182.015 de sinistros líquidos de tributos, que se não tivessem ocorridos, caso a pandemia não tivesse surgido, o resultado da Companhia teria sido de R$ 260.488.

3. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

3.1. Seguros

Durante o ano de 2021, os prêmios emitidos foram de R$ 2.334.328 (R$ 1.806.695, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 29,2%.

Os sinistros ocorridos foram de R$ 1.297.706 (R$ 703.562, no mesmo período do ano anterior) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID, foram de R$941.344 (R$ 628.997 no mesmo período do ano anterior). Isso remete aos seguintes índices de sinistralidade:

Ano	Números do ano	Desconsiderando os efeitos da COVID
2021	62,5%	45,3%

Os custos de aquisição foram de R$ 674.470 (R$ 548.626, no mesmo período do ano anterior), que representa um acréscimo de 22,9 %. O índice de comissionamento ficou em 32,5% em 2021, contra 32,3% no ano anterior, sem alteração expressiva, dado que a Companhia vem mantendo os custos de suas operações e o comissionamento não foi afetado pela pandemia.

Como explicado anteriormente, a pandemia da COVID foi a principal responsável pelo aumento da sinistralidade em 2021 e 2020, mas por outro lado, também pode ter influenciado no aumento nos prêmios de seguros, em função de uma maior procura por seguros de vida.

3.2. Previdência

Durante o ano de 2021, as receitas de contribuições de previdência (incluindo VGBL) foram de R$ 2.977.872 (R$ 2.231.021, no mesmo período do ano anterior), um acréscimo de 33,5%. Os custos de aquisição foram de R$ 113.700 (R$ 116.873, no mesmo período de 2020), representando uma redução de 2,7%.

Em 2021, os valores de portabilidade, líquidos, foram de R$ 1.813.869 (R$ 1.016.067 em 2020), sendo R$ 7.006.865 (R$ 5.685.479 em 2020) de valores que ingressaram na Companhia, oriundos do mercado, e R$ 5.192.996 (R$ 4.669.412 em 2020) de valores que saíram da Companhia, para as concorrentes. Já os valores pagos em benefícios aos segurados, foi de R$ 8.062.652 em 2021 (R$ 6.942.854 em 2020).

O índice de comissionamento ficou em 3,8% em 2021, contra 5,2% no ano anterior.

3.3. Despesas administrativas

Durante o ano de 2021, as despesas administrativas ocorridas foram de R$ 336.186 (R$ 276.186, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 21,7%. Este aumento ocorreu principalmente em função de novas contratações para suportar o crescimento da Companhia, investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts*, nova regra contábil internacional para o mercado de seguros a partir de 2023, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o *Open Insurance*, entre outros. Adicionalmente, há o investimento feito na mudança da matriz do Grupo Icatu para a nova sede, no moderno prédio *Aqwa Corporate*, situado no Porto Maravilha, na capital da cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2021.

3.4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2021, foram de R$ 160.379 (R$ 93.540, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 71,5%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – e dos índices de inflação – IPCA e IGPM – que afetaram positivamente as aplicações financeiras da companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 312.572, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 292.896 em 31 de dezembro de 2020), 120% de suficiência de capital (139% em 31 de dezembro de 2020).

4. Novos negócios

Em continuidade com a estratégia de expansão em todas as linhas que atua, o Grupo Icatu firmou acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a criação da empresa XS4 Capitalização S.A. (XS4), que a Icatu Seguridade S.A. participa com 25% do capital total. A XS4 terá a exclusividade de vinte anos na distribuição dos produtos de capitalização nas agências e correspondentes bancários da CEF. A XS4 começou a operar no final do mês de junho de 2021.

A Icatu Seguridade S.A. é controlada integral e indireta da Icatu Seguros S.A., que também controla integral e diretamente da Icatu Capitalização S.A. A XS4 é um novo negócio que adiciona mais força ao segmento de capitalização do Grupo Icatu.

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

Durante o ano de 2021, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R$ 147.787 (R$ 125.112 no mesmo período de 2020) em verbas salariais aos colaboradores, R$ 79.181 (R$ 67.243 no mesmo período de 2020) pagos à serviços de terceirizados, R$ 21.999 (R$ 62.296 no mesmo período de 2020) em tributos indiretos e R$ 93.758 (R$ 23.945 no mesmo período de 2020) em tributos diretos.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu segmento de mercado, sendo reconhecida por seus funcionários, pela sétima vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, pelo Ranking *Great Place to Work* (GPTW) 2021. Figurou entre as 30 melhores empresas de grande porte, categoria de mil a 9.999 funcionários, subindo 19 posições, comparado ao ranking de 2020. Este reconhecimento é feito após ter sido eleita a segunda melhor empresa para trabalhar, pelo GPTW Rio de Janeiro, e também como uma das melhores empresas para trabalhar entre as grandes seguradoras, pelo levantamento do GPTW Instituições Financeiras.

Adicionalmente, foi eleita pela terceira vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2021 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente. O levantamento recebeu mais de 10 milhões de opiniões de clientes e analisou mais de 10 mil empresas, em 117 segmentos de mercado.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e XS4 Capitalização S.A., semestralmente, e Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Consultoria de Investimentos S.A. e Icatu Assessoria S.A., anualmente.

A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores atua na auditoria atuarial das companhias de seguros, reguladas pela SUSEP.

7. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		**45.073.957**	**42.337.432**
Disponível		**99.173**	**99.343**
Caixa e Bancos		94.565	86.101
Equivalente de Caixa	**Nota 5**	4.608	13.242
Aplicações	**Nota 5**	**44.304.117**	**41.748.901**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		**269.347**	**212.210**
Prêmios a Receber	**Nota 6**	208.405	169.396
Operações com Seguradoras		9.996	3.328
Operações com Resseguradoras		50.946	39.486
Créditos das Operações com Previdência Complementar		**158**	**150**
Outros Créditos Operacionais	**Nota 7**	**64.057**	**62.363**
Ativos de Resseguro	**Nota 8**	**76.388**	**61.590**
Títulos e Créditos a Receber		**119.715**	**72.518**
Títulos e Créditos a Receber	**Nota 9**	96.780	56.142
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 10.1**	21.798	14.902
Outros Créditos		1.137	1.474
Despesas Antecipadas		**163**	**59**
Custos de Aquisição Diferidos		**140.839**	**80.298**
Seguros	**Nota 18**	139.425	78.852
Previdência	**Nota 19**	1.414	1.446
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**3.771.178**	**2.864.408**
Realizável a Longo Prazo		**2.952.960**	**1.760.403**
Aplicações	**Nota 5**	**2.021.229**	**1.353.492**
Ativos de Resseguro	**Nota 8**	**38.551**	**36.856**
Títulos e Créditos a Receber		**461.048**	**307.763**
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 10.2**	258.565	73.014
Depósitos Judiciais e Fiscais	**Nota 22.4**	202.052	208.210
Outros créditos		431	26.539
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		**3.516**	**-**
Outros Valores e Bens	**Nota 11**	**290.791**	**-**
Custos de Aquisição Diferidos		**137.825**	**62.532**
Seguros	**Nota 18**	130.598	55.548
Previdência	**Nota 19**	7.227	6.984
Investimentos	**Nota 12**	**456.097**	**630.294**
Imobilizado	**Nota 13**	**43.565**	**26.638**
Intangível	**Nota 14**	**318.556**	**446.833**
TOTAL DO ATIVO		**48.845.135**	**45.201.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		**7.173.023**	**6.525.361**
Contas a Pagar		**143.778**	**186.598**
Obrigações a Pagar	**Nota 15**	77.814	89.816
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		33.977	29.526
Encargos Trabalhistas		13.644	13.249
Impostos e Contribuições		2.873	3.305
Outras Contas a Pagar		15.470	50.702
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		**147.989**	**124.735**
Prêmios a Restituir		2.188	1.888
Operações com Seguradoras	**Nota 16**	11.872	9.606
Operações com Resseguradoras	**Nota 16**	54.547	41.006
Corretores de Seguros e Resseguros	**Nota 16**	78.753	71.744
Outros Débitos Operacionais		629	491
Débitos de Operações com Previdência Complementar		**728**	**2.793**
Depósitos de Terceiros	**Nota 17**	**103.331**	**32.018**
Provisões Técnicas - Seguros	**Nota 18**	**4.346.952**	**3.880.078**
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**Nota 19**	**2.397.817**	**2.299.139**
Planos Não Bloqueados		129.687	133.104
PGBL/PRGP		2.268.130	2.166.035
Outros Débitos		**32.428**	**-**
Passivo de Arrendamento	**Nota 11**	32.428	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**40.088.731**	**37.023.230**
Contas a Pagar		**190.828**	**203.857**
Obrigações a Pagar	**Nota 15**	27.091	38.614
Outras Contas a Pagar	**Nota 22.3**	163.737	165.243
Provisões Técnicas - Seguros	**Nota 18**	**23.947.373**	**22.119.512**
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**Nota 19**	**15.679.105**	**14.686.770**
Planos Não Bloqueados		663.104	534.423
PGBL/PRGP		15.016.001	14.152.347
Outros Débitos		**271.425**	**13.091**
Provisões Judiciais	**Nota 22.2**	13.365	13.091
Passivo de Arrendamento	**Nota 11**	258.060	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 23**	**1.583.381**	**1.653.249**
Capital Social		590.350	590.350
Aumento de Capital Social em Aprovação		50.000	-
Reservas de Capital		35.577	35.577
Reservas de Lucros		1.022.867	944.394
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(115.413)	82.928
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**48.845.135**	**45.201.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos		2.334.328	1.806.695
Contribuições para Cobertura de Riscos		12.078	10.806
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(270.411)	(121.174)
Prêmios Ganhos	**Nota 26 a)**	**2.075.995**	**1.696.327**
Sinistros Ocorridos	Nota 26 b)	(1.297.706)	(703.562)
Custos de Aquisição	Nota 26 c)	(674.470)	(548.626)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 26 d)	(17.983)	(72.370)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		**85.836**	**371.769**
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	**Nota 26 e)**	**13.103**	**3.692**
Rendas de Contribuições e Prêmios		3.682.913	3.499.838
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(705.041)	(1.268.817)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	**Nota 26 f)**	**2.977.872**	**2.231.021**
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		2.200	-
Variação de Outras Provisões Técnicas	Nota 26 g)	(2.977.371)	(2.272.119)
Custo de Aquisição	Nota 26 h)	(113.700)	(116.873)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(326)	(5.689)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		**(111.325)**	**(163.660)**
Despesas Administrativas	**Nota 26 i)**	**(336.186)**	**(276.186)**
Despesas com Tributos	**Nota 26 j)**	**(23.465)**	**(65.257)**
Resultado Financeiro	**Nota 26 k)**	**160.379**	**93.540**
Resultado Patrimonial	**Nota 12**	**218.283**	**324.877**
RESULTADO OPERACIONAL		**6.625**	**288.775**
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		(12.464)	82
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(5.839)**	**288.857**
Imposto de Renda	Nota 27	57.957	13.399
Contribuição Social	Nota 27	34.335	7.585
Participações sobre o Lucro	Nota 27	(7.980)	(17.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**78.473**	**292.372**
Quantidade de Ações	**Nota 23.1**	**93.983.477**	**90.990.969**
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R$		**0,83**	**3,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**78.473**	**292.372**
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**(85.461)**	**(69.534)**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(142.435)	(115.890)
Efeito dos Impostos - IR	35.609	28.972
Efeito dos Impostos - CSLL	21.365	17.384
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	**(110.441)**	**(553)**
Efeito dos Tributos – IRPJ	(2.921)	-
Efeito dos Tributos - CSLL	(1.753)	-
Parcela de outros resultados abrangentes	2.235	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(119.868)**	**222.285**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	**78.473**	**292.372**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	69.393	36.635
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	12.464	(82)
Despesas de juros	6.732	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(221.120)	(324.877)
Resultado de Outras Operações	5.537	-
Variação das Provisões Técnicas - Seguros	9.230.347	7.905.835
Variação das Provisões Técnicas - Previdência	3.466.241	3.759.521
Variação de Impostos Sobre o Lucro	(432)	44.624
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	(3.365.388)	(3.907.063)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(57.137)	(12.033)
Créditos das Operações com Previdência Complementar	(8)	(10)
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(16.493)	(13.341)
Créditos Tributários e Previdenciários	(6.896)	(444)
Ativo Fiscal Diferido	(128.577)	(67.340)
Depósitos Judiciais e Fiscais	6.158	50.735
Despesas Antecipadas	(104)	(29)
Outros Valores e Bens – Direito de Uso	(290.791)	-
Custos de Aquisição Diferidos	(135.834)	(48.996)
Outros Ativos	(97.315)	(112.194)
Outras Contas a Pagar	(62.149)	(34.788)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	23.254	(33.298)
Débitos de Operações com Previdência Complementar	(2.065)	323
Depósitos de Terceiros	71.313	(39.984)
Provisões Técnicas - Seguros	(6.935.612)	(5.659.914)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(2.375.228)	(2.056.059)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	261.497	(336)
Outros passivos	-	(70.086)
Caixa Consumido pelas Operações	**(463.740)**	**(290.829)**
Impostos Sobre o Lucro Pagos	-	(46.947)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(463.740)**	**(337.776)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	124.355	-
Intangível	152.295	30
Imobilizado	39.117	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(56.335)	-
Imobilizado	(67.308)	(7.018)
Intangível	(10.118)	(191.152)
Recebimento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	202.299	325.769
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**384.305**	**127.629**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(795)
Aumento de capital	50.000	90.350
Pagamento de passivo por arrendamento	29.265	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**79.265**	**89.555**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**(120.592)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**99.343**	**219.935**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**99.173**	**99.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

		Reservas de Capital				Reservas de Lucros				
	Capital Social	Aumento de capital em Aprovação	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial para Dividendos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**500.000**	**–**	**34.659**	**918**	**100.000**	**552.022**	**–**	**153.015**	**–**	**1.340.614**
Aumento de capital aprovado em AGE 31 de março de 2020	90.350	–	–	–	–	–	–	–	–	90.350
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(69.534)	–	(69.534)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(553)	–	(553)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	292.372	292.372
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	14.619	–	–	–	(14.619)	–
Constituição de Reserva Estatutária	–		–	–	–	277.753	–	–	(277.753)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**590.350**	**–**	**34.659**	**918**	**114.619**	**829.775**	**–**	**82.928**	**–**	**1.653.249**
Aumento de Capital em Aprovação - AGE 31 de agosto de 2021	–	50.000	–	–	–	–	–	–	–	50.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(85.461)	–	(85.461)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(112.880)	–	(112.880)
Reserva Especial para Dividendos 2020	–	–	–	–	–	(277.753)	277.753	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	78.473	78.473
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	3.451	–	–	–	(3.451)	–
Reserva Especial para Dividendos 2021	–	–	–	–	–	–	75.022	–	(75.022)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**590.350**	**50.000**	**34.659**	**918**	**118.070**	**552.022**	**352.775**	**(115.413)**	**–**	**1.583.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora a Nalbrapar Participações Ltda. A seguir, a demonstração da quantidade de ações pertencente aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021:

	ON	%	PN	%	Total	%
Icatu Holding S.A.	25.333.657	31,10%	6.255.263	50,00%	31.588.920	33,61%
Nalbrapar LTDA	44.202.229	54,25%	6.255.703	50,00%	50.457.932	53,69%
Pessoas Físicas	11.936.625	14,65%	-	0,00%	11.936.625	12,70%
Total	**81.472.511**	**100,00%**	**12.510.966**	**100,00%**	**93.983.477**	**100,00%**

Na nota 12 há detalhamentos sobre as controladas e coligadas da Companhia.

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente. Os casos de óbitos decorrentes de COVID impactaram, de forma relevante, a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas. A Companhia também teve sua sinistralidade impactada, afetando o seu resultado no ano de 2021. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. Por outro lado, a pandemia também gerou uma procura maior por seguro de vida, influenciando o crescimento dos prêmios.

Em 2021, a Companhia apresentou um crescimento em seus prêmios ganhos no seguro vida de 22,4%, com R$2.075.995 contra R$1.696.327, no ano anterior. Seu comissionamento, de 32,5%, manteve-se estável, sendo de R$674.470 em 2021 e R$548.626 em 2020, mas a sinistralidade, que em 2020 era de 41,5%, aumentou para 62,5%, saindo de uma despesa de R$703.562 em 2020, para uma despesa de R$1.297.706 em 2021. Na rubrica de Sinistros Ocorridos, o impacto confirmado da pandemia de COVID foi de R$ 356.362. As demais rubricas não tiveram impactos relevantes.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda observada nos óbitos ao longo do último trimestre de 2021.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem acompanhando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

1.2. Transação entre sócios – Venda da participação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)

Em 30 de setembro de 2021, a Icatu Seguros S.A. vendeu a operação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para a sua controlada Icatu Consultoria e Investimentos S.A. Esse processo compreendeu a venda da participação de 50,01% na Banrisul Icatu Participações S.A., pelo valor contábil no montante de R$ 124.355, e o intangível referente a exclusividade de vendas de seguro e capitalização no canal bancário do Banrisul, pelo montante de R$ 150.860, totalizando R$ 275.215. Apesar de ter ocorrido no final de setembro de 2021, a operação é retroativa ao início do mês.

1.3. Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foram identificados 69 contratos de arrendamentos e leasing, que estão enquadrados nas seguintes categorias: Veículos, Equipamentos e Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R$ 260 milhões nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

(i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e

(ii) contratos com valores inferiores a U$D 5 mil (R$ 28 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020.Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	42.337	–	42.337
Não Circulante	2.883	–	2.883
Direito de uso - IFRS 16	–	**260**	**260**
	45.220	260	45.480
Passivo			
Circulante	(6.525)	–	(6.525)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(23)**	**(23)**
Não Circulante	(37.023)	–	(37.023)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(237)**	**(237)**
Patrimônio Líquido	(1.672)	–	(1.672)
	(45.220)	**(260)**	**(45.480)**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos		2.334.328	1.806.695
Contribuições para Cobertura de Riscos		12.078	10.806
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(270.411)	(121.174)
Prêmios Ganhos	**Nota 26 a)**	**2.075.995**	**1.696.327**
Sinistros Ocorridos	Nota 26 b)	(1.297.706)	(703.562)
Custos de Aquisição	Nota 26 c)	(674.470)	(548.626)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 26 d)	(17.983)	(72.370)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		**85.836**	**371.769**
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	**Nota 26 e)**	**13.103**	**3.692**
Rendas de Contribuições e Prêmios		3.682.913	3.499.838
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(705.041)	(1.268.817)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	**Nota 26 f)**	**2.977.872**	**2.231.021**
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		2.200	-
Variação de Outras Provisões Técnicas	Nota 26 g)	(2.977.371)	(2.272.119)
Custo de Aquisição	Nota 26 h)	(113.700)	(116.873)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(326)	(5.689)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		**(111.325)**	**(163.660)**
Despesas Administrativas	**Nota 26 i)**	**(336.186)**	**(276.186)**
Despesas com Tributos	**Nota 26 j)**	**(23.465)**	**(65.257)**
Resultado Financeiro	**Nota 26 k)**	**160.379**	**93.540**
Resultado Patrimonial	**Nota 12**	**218.283**	**324.877**
RESULTADO OPERACIONAL		**6.625**	**288.775**
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		(12.464)	82
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(5.839)**	**288.857**
Imposto de Renda	Nota 27	57.957	13.399
Contribuição Social	Nota 27	34.335	7.585
Participações sobre o Lucro	Nota 27	(7.980)	(17.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**78.473**	**292.372**
Quantidade de Ações	**Nota 23.1**	**93.983.477**	**90.990.969**
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R$		**0,83**	**3,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**78.473**	**292.372**
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**(85.461)**	**(69.534)**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(142.435)	(115.890)
Efeito dos Impostos - IR	35.609	28.972
Efeito dos Impostos - CSLL	21.365	17.384
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	**(110.441)**	**(553)**
Efeito dos Tributos – IRPJ	(2.921)	-
Efeito dos Tributos - CSLL	(1.753)	-
Parcela de outros resultados abrangentes	2.235	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(119.868)**	**222.285**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	**78.473**	**292.372**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	69.393	36.635
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	12.464	(82)
Despesas de juros	6.732	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(221.120)	(324.877)
Resultado de Outras Operações	5.537	-
Variação das Provisões Técnicas - Seguros	9.230.347	7.905.835
Variação das Provisões Técnicas - Previdência	3.466.241	3.759.521
Variação de Impostos Sobre o Lucro	(432)	44.624
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	(3.365.388)	(3.907.063)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(57.137)	(12.033)
Créditos das Operações com Previdência Complementar	(8)	(10)
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(16.493)	(13.341)
Créditos Tributários e Previdenciários	(6.896)	(444)
Ativo Fiscal Diferido	(128.577)	(67.340)
Depósitos Judiciais e Fiscais	6.158	50.735
Despesas Antecipadas	(104)	(29)
Outros Valores e Bens – Direito de Uso	(290.791)	-
Custos de Aquisição Diferidos	(135.834)	(48.996)
Outros Ativos	(97.315)	(112.194)
Outras Contas a Pagar	(62.149)	(34.788)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	23.254	(33.298)
Débitos de Operações com Previdência Complementar	(2.065)	323
Depósitos de Terceiros	71.313	(39.984)
Provisões Técnicas - Seguros	(6.935.612)	(5.659.914)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(2.375.228)	(2.056.059)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	261.497	(336)
Outros passivos	-	(70.086)
Caixa Consumido pelas Operações	**(463.740)**	**(290.829)**
Impostos Sobre o Lucro Pagos	-	(46.947)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(463.740)**	**(337.776)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	124.355	-
Intangível	152.295	30
Imobilizado	39.117	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(56.335)	-
Imobilizado	(67.308)	(7.018)
Intangível	(10.118)	(191.152)
Recebimento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	202.299	325.769
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**384.305**	**127.629**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(795)
Aumento de capital	50.000	90.350
Pagamento de passivo por arrendamento	29.265	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**79.265**	**89.555**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**(120.592)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**99.343**	**219.935**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**99.173**	**99.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

		Reservas de Capital				Reservas de Lucros				
	Capital Social	Aumento de capital em Aprovação	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial para Dividendos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**500.000**	**–**	**34.659**	**918**	**100.000**	**552.022**	**–**	**153.015**	**–**	**1.340.614**
Aumento de capital aprovado em AGE 31 de março de 2020	90.350	–	–	–	–	–	–	–	–	90.350
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(69.534)	–	(69.534)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(553)	–	(553)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	292.372	292.372
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	14.619	–	–	–	(14.619)	–
Constituição de Reserva Estatutária	–		–	–	–	277.753	–	–	(277.753)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**590.350**	**–**	**34.659**	**918**	**114.619**	**829.775**	**–**	**82.928**	**–**	**1.653.249**
Aumento de Capital em Aprovação - AGE 31 de agosto de 2021	–	50.000	–	–	–	–	–	–	–	50.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(85.461)	–	(85.461)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(112.880)	–	(112.880)
Reserva Especial para Dividendos 2020	–	–	–	–	–	(277.753)	277.753	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	78.473	78.473
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	3.451	–	–	–	(3.451)	–
Reserva Especial para Dividendos 2021	–	–	–	–	–	–	75.022	–	(75.022)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**590.350**	**50.000**	**34.659**	**918**	**118.070**	**552.022**	**352.775**	**(115.413)**	**–**	**1.583.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora a Nalbrapar Participações Ltda. A seguir, a demonstração da quantidade de ações pertencente aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021:

	ON	%	PN	%	Total	%
Icatu Holding S.A.	25.333.657	31,10%	6.255.263	50,00%	31.588.920	33,61%
Nalbrapar LTDA	44.202.229	54,25%	6.255.703	50,00%	50.457.932	53,69%
Pessoas Físicas	11.936.625	14,65%	-	0,00%	11.936.625	12,70%
Total	**81.472.511**	**100,00%**	**12.510.966**	**100,00%**	**93.983.477**	**100,00%**

Na nota 12 há detalhamentos sobre as controladas e coligadas da Companhia.

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente. Os casos de óbitos decorrentes de COVID impactaram, de forma relevante, a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas. A Companhia também teve sua sinistralidade impactada, afetando o seu resultado no ano de 2021. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. Por outro lado, a pandemia também gerou uma procura maior por seguro de vida, influenciando o crescimento dos prêmios.

Em 2021, a Companhia apresentou um crescimento em seus prêmios ganhos no seguro vida de 22,4%, com R$2.075.995 contra R$1.696.327, no ano anterior. Seu comissionamento, de 32,5%, manteve-se estável, sendo de R$674.470 em 2021 e R$548.626 em 2020, mas a sinistralidade, que em 2020 era de 41,5%, aumentou para 62,5%, saindo de uma despesa de R$703.562 em 2020, para uma despesa de R$1.297.706 em 2021. Na rubrica de Sinistros Ocorridos, o impacto confirmado da pandemia de COVID foi de R$ 356.362. As demais rubricas não tiveram impactos relevantes.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda observada nos óbitos ao longo do último trimestre de 2021.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem acompanhando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

1.2. Transação entre sócios – Venda da participação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)

Em 30 de setembro de 2021, a Icatu Seguros S.A. vendeu a operação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para a sua controlada Icatu Consultoria e Investimentos S.A. Esse processo compreendeu a venda da participação de 50,01% na Banrisul Icatu Participações S.A., pelo valor contábil no montante de R$ 124.355, e o intangível referente a exclusividade de vendas de seguro e capitalização no canal bancário do Banrisul, pelo montante de R$ 150.860, totalizando R$ 275.215. Apesar de ter ocorrido no final de setembro de 2021, a operação é retroativa ao início do mês.

1.3. Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foram identificados 69 contratos de arrendamentos e leasing, que estão enquadrados nas seguintes categorias: Veículos, Equipamentos e Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R$ 260 milhões nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

(i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e

(ii) contratos com valores inferiores a U$D 5 mil (R$ 28 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020.Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	42.337	–	42.337
Não Circulante	2.883	–	2.883
Direito de uso - IFRS 16	**–**	**260**	**260**
	45.220	260	45.480
Passivo			
Circulante	(6.525)	–	(6.525)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(23)**	**(23)**
Não Circulante	(37.023)	–	(37.023)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(237)**	**(237)**
Patrimônio Líquido	(1.672)	–	(1.672)
	(45.220)	**(260)**	**(45.480)**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais.

Além da metodologia descrita acima, os sinistros vinculados a pandemia são analisados separadamente, tendo seu valor apurado baseado diretamente ao resultado do triângulo de *run-off*, de forma que o saldo final da provisão é composto pelas duas parcelas citadas:

(a) Metodologia referente aos sinistros desvinculados de COVID, com base no descritivo dos itens (I), (II) e (III); e

(b) Metodologia baseada em resultado do triangulo de *run-off* direcionado aos sinistros de COVID.

3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira. Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor R$ 200 mil, o método de *Chain-Ladder* é utilizado, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses. Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras.

3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, *Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (*Allocated Loss Adjustment Expenses* – ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* – ULAE).

3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.16.

3.15. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é analisada, através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa, consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros – ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021-m e BR-EMSsb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2021. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (BD) (previdência tradicional e vida inteira) e para os benefícios já concedidos, foi deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento".

Resultado do cálculo do TAP

• Planos de benefícios definidos (BD) e benefícios concedidos

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Icatu Seguros S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	1.063.752	1.010.692
Provisões técnicas na data base*	(946.168)	(765.730)
Resultado do TAP	**117.584**	**244.962**
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	1.124.687	992.000
Valor de mercado (ETTJ - SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(1.164.090)	(1.185.464)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	**(39.403)**	**(193.464)**
Resultado do TAP	**78.181**	**51.498**

(*) Planos BD e Benefícios Concedidos

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2021 apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro no valor de R$ 117.584 (R$ 244.962 em 31 de dezembro de 2020). A dedução da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, classificados na categoria "mantido até o vencimento", possibilitou a redução da insuficiência para R$ 78.181 (R$ 51.498 em 31/12/2020), valores que foram utilizados na constituição da PCC (vide nota 3.14.10).

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas demonstrações financeiras acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as demonstrações financeiras anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.17. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.21.

3.18. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas desde 2021 considerando qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

Adicionalmente, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de negócios, a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos identificados pode ser realizada de forma provisória, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até um ano após a data de aquisição. A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas das premissas utilizadas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.19. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.19.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme *amendment* do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo *amendment* e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.19.2. CPC 50 – Contratos de seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (*BBA – Business Block Approach*); (ii) modelo de taxa variável (*VFA – Variable Fee Approach*); (iii) abordagem de alocação de prêmio (*PPA – Premium Allocation Approach*). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 01 de janeiro de 2023, mediante à aprovação da SUSEP.

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta Implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma."

3.20. Combinação de negócios

A aquisição por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras Receitas Operacionais. Os custos de transação que a Companhia incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações financeiras desde a data de aquisição até o fim do período. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras desde o início do período até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

3.21. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

• Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.

• Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.

• Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em quatro etapas, sendo elas identificação e revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira das empresas do Grupo Icatu e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:
   - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
   - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.
3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações em um horizonte de um ano para os Capitais Regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), utilizando-se cenários base e de *stress*, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de *stress*.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "Investimentos de Alto Risco" e "Investimentos de Baixo Risco", conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, R$ 2.004.607 / 80,06% (1.612.933 / 76,47% em 31/12/2020) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 99.028 (R$ 126.447 em 31 de dezembro de 2020).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R$ 43.826.082 (R$ 41.006.370 em 31 de dezembro de 2020).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R$ 276.765 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 350.367 em 31 de dezembro de 2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

A Companhia adquiriu ativos de crédito privado diretamente durante ano de 2021, com o objetivo de buscar maiores rentabilidades.

	31/12/2021			
Rating	**DPGE**	**Letra Financeira**	**Debênture**	**Total**
AAA	11.712	102.494	9.851	124.671
Total	**11.284**	**104.505**	**9.686**	**125.475**

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês do Grupo Icatu, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que o Grupo Icatu possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

O Grupo Icatu opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência. No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2021:

Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	3.210	1,94%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	13.145	7,93%
Eventual	A- pela Standard & Poor's	102	0,06%
Local	AA- pela Standard & Poor's	113.207	68,24%
Local	A- pela A. M. Best Company	9.874	5,95%
Local	B++ pela A. M. Best Company	26.346	15,88%
Total		**165.884**	**100,00%**

4.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 (um) mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) *DV01* (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas, para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

	31/12/2021				31/12/2020			
Fatores de Risco	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**
Pré-fixado	(54)	88%	7.022	159.243	4	93%	349	16.801
IGPM	(561)	98%	37.984	969.573	573	91%	54.857	985.205
IPCA	(1.163)	99%	57.508	1.111.655	1.053	99%	51.913	804.944
Ações	-	96%	-	-	-	96%	205	1.440

4.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade das companhias do Grupo Icatu não responderem aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária da carteira de cada companhia do Grupo Icatu e, sempre que necessário, realiza ajustes na posição dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez de cada uma das companhias.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, em conformidade com as exigências regulatórias da SUSEP.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

	31/12/2021			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	94.565	–	–	94.565
Equivalente de Caixa	4.608	–	–	4.608
Aplicações Financeiras	17.503.399	4.756.364	24.065.583	46.325.346
Crédito das operações	269.505	–	–	269.505
Ativos de resseguro	76.388	11.166	27.385	114.939
Títulos e créditos a receber	119.715	463.648	–	583.363
Total de ativos	**18.068.180**	**5.231.178**	**24.092.968**	**47.392.326**
Contas a pagar	150.278	190.828	–	341.106
Provisões Técnicas	6.744.769	6.879.491	32.746.987	46.371.247
Débito das operações	148.717	–	–	148.717
Depósitos de terceiros	103.331	–	–	103.331
Total de passivos	**7.147.095**	**7.070.319**	**32.746.987**	**46.964.401**

	31/12/2020			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	86.101	–	–	86.101
Equivalente de Caixa	13.242	–	–	13.242
Aplicações Financeiras	16.277.567	5.290.538	21.534.288	43.102.393
Créditos das operações	212.360	–	–	212.360
Ativos de resseguro	61.590	12.331	24.525	98.446
Títulos e créditos a receber	72.518	307.763	–	380.281
Total de ativos	**16.723.378**	**5.610.632**	**21.558.813**	**43.892.823**
Contas a pagar	186.598	203.857	–	390.455
Provisões Técnicas	6.179.217	6.362.961	30.443.321	42.985.499
Débitos das operações	127.528	–	–	127.528
Depósitos de terceiros	32.018	–	–	32.018
Total de passivos	**6.525.361**	**6.566.818**	**30.443.321**	**43.535.500**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

Com relação ao impacto da Pandemia COVID-19, a gestão dos riscos operacionais foi efetuada com eficácia de maneira a mitigar as exposições críticas a níveis reduzidos. Para isso, o Grupo Icatu rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo Icatu, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pelo Grupo Icatu influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2021					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	52.295	138.413	19.676	407.134	604.531	1.222.049
Prestamistas	7.428	35.398	18.392	92.816	302.663	456.697
Acidentes Pessoais	3.546	3.567	13.828	102.081	57.801	180.823
Vida Individual	756	4.268	3.470	35.955	2.608	47.057
Outros	1.018	17.070	785	31.584	118.912	169.369
Total Seguros	**65.043**	**198.716**	**56.151**	**669.570**	**1.086.515**	**2.075.995**
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total Previdência	**35.074**	**124.840**	**7.656**	**2.532.143**	**278.159**	**2.977.872**

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2020					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	40.591	56.338	10.947	383.178	532.032	1.023.086
Prestamistas	6.315	9.531	8.470	85.842	278.871	389.029
Acidentes Pessoais	2.450	7.332	5.084	86.808	44.342	146.016
Vida Individual	634	9.138	2.620	19.933	4.741	37.066
Outros	801	9.030	481	30.355	60.463	101.130
Total Seguros	**50.791**	**91.369**	**27.602**	**606.116**	**920.449**	**1.696.327**
Previdência	27.072	101.024	5.215	1.916.514	181.196	2.231.021
Total Previdência	**27.072**	**101.024**	**5.215**	**1.916.514**	**181.196**	**2.231.021**

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	51.740	138.003	19.476	385.557	595.439	1.190.215
Prestamistas	7.428	35.380	18.392	92.811	285.444	439.455
Acidentes Pessoais	3.505	3.467	13.755	98.761	56.402	175.890
Vida Individual	629	3.784	3.204	26.727	2.084	36.428
Outros	1.010	16.728	779	31.115	113.785	163.417
Total Seguros	**64.312**	**197.362**	**55.606**	**634.971**	**1.053.154**	**2.005.405**
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total Previdência	**35.074**	**124.840**	**7.656**	**2.532.143**	**278.159**	**2.977.872**

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2020					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	40.254	56.108	10.943	363.410	524.903	995.618
Prestamistas	6.315	9.531	8.412	84.122	268.802	377.182
Acidentes Pessoais	2.397	6.984	4.804	76.762	42.546	133.493
Vida Individual	513	9.138	2.489	17.142	3.123	32.405
Outros	722	8.904	467	29.400	57.364	96.857
Total Seguros	**50.201**	**90.665**	**27.115**	**570.836**	**896.738**	**1.635.555**
Previdência	27.072	101.024	5.215	1.916.514	181.196	2.231.021
Total Previdência	**27.072**	**101.024**	**5.215**	**1.916.514**	**181.196**	**2.231.021**

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos Estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R$ 4.608 (R$ 13.242 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R$ 937.582 (R$ 352.706 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R$ 189.998 (R$ 70.087 em 31 de dezembro de 2020), apresentado no item seguinte.

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de Caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros, estão no não circulante:

		31/12/2021						
	Taxas contratadas	**Sem vencimento**	**Até 12 meses**	**De 13 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**	**Percentual contábil das aplicações**	**Percentual de mercado das aplicações**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		**276.765**	**-**	**-**	**-**	**276.765**	**276.765**	**0,60%**	**0,60%**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		**10.130.357**	**7.084.565**	**17.830.353**	**8.969.516**	**44.014.791**	**44.014.791**	**95,00%**	**94,89%**
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		10.130.099	6.952.893	17.797.970	8.945.120	43.826.082	43.826.082	94,60%	94,49%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	37.930	22.240	-	60.170	60.170	0,13%	0,13%
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 4,36%	-	159	10.143	24.402	34.704	34.704	0,07%	0,07%
Operações Compromissadas	SELIC	-	94.420	-	-	94.420	94.420	0,20%	0,20%
Outros		258	(837)	-	(6)	(585)	(585)	0,00%	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública		**-**	**-**	**849**	**-**	**849**	**849**	**0,00%**	**0,00%**
Depósito a Prazo com Garantia Especial	**CDI + 1,5%**	**-**	**11.712**	**-**	**-**	**11.712**	**11.712**	**0,02%**	**0,02%**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial		**-**	**-**	**3.226**	**-**	**3.226**	**3.226**	**0,01%**	**0,01%**
Total		**10.407.122**	**7.096.277**	**17.834.428**	**8.969.516**	**44.307.343**	**44.307.343**	**95,63%**	**95,52%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	4.608	-	-	4.608	4.608	0,01%	0,01%
Total		**-**	**4.608**	**-**	**-**	**4.608**	**4.608**	**0,01%**	**0,01%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Quotas de Fundos de Investimento – Pré	7,95%	-	-	-	143.330	143.330	143.330	0,31%	0,31%
Quotas de Fundos de Investimento – IPCA	IPCA + 4,58%	-	-	102.189	319.423	421.612	421.612	0,91%	0,91%
Quotas de Fundos de Investimento – IGPM	IGPM + 4,27%	-	-	-	212.021	212.021	212.021	0,46%	0,46%
Letras Financeiras	IPCA + 5,33%	-	-	-	101.645	101.645	101.645	0,22%	0,22%
Total		**-**	**-**	**102.189**	**776.419**	**878.608**	**878.608**	**1,90%**	**1,90%**
III. Títulos Mantidos Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 7,38%	-	-	-	664.859	664.859	764.969	1,44%	1,65%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,73%	-	-	-	463.952	463.952	418.295	1,00%	0,90%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C - Bloqueio Judicial	IGPM + 6,45%	-	-	-	733	733	797	0,00%	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública	IGPM + 4,50%	-	-	-	9.851	9.851	9.178	0,02%	0,02%
Total		**-**	**-**	**-**	**1.139.395**	**1.139.395**	**1.193.239**	**2,46%**	**2,57%**
Total das Aplicações Financeiras		**10.407.122**	**7.100.885**	**17.936.617**	**10.885.330**	**46.329.954**	**46.383.798**	**100,00%**	**100,00%**
Circulante						**44.308.725**			
Não Circulante						**2.021.229**			

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima e 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
					31/12/2020				
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		350.868	-	-	-	350.868	350.868	0,81%	0,81%
Letras Financeiras do Tesouro		**8.107.840**	**7.724.883**	**17.428.654**	**8.029.176**	**41.290.553**	**41.290.553**	**95,77%**	**95,28%**
Letras do Tesouro Nacional		8.107.738	7.547.140	17.333.934	8.017.558	41.006.370	41.006.370	95,11%	94,63%
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	SELIC	-	36.286	74.155	3.618	114.059	114.059	0,27%	0,26%
Notas do Tesouro Nacional – IGPM	0,04	-	3.377	2.421	-	5.798	5.798	0,01%	0,01%
Notas do Tesouro Nacional – Pré	IPCA + 2,75%	-	60	18.144	8.002	26.206	26.206	0,06%	0,06%
Operações Compromissadas	IGPM + 0,48%	-	16.525	-	1	16.526	16.526	0,04%	0,04%
Outros	0,02	-	8.890	-	-	8.890	8.890	0,02%	0,02%
Debêntures de Distribuição Pública	**SELIC**	**-**	**113.205**	**-**	**-**	**113.205**	**113.205**	**0,26%**	**0,26%**
Depósito a Prazo com Garantia Especial		**102**	**(600)**	**-**	**(3)**	**(501)**	**(501)**	**0,00%**	**0,00%**
Certificados de Recebíveis Imobiliários	IGPM + 4,5%	-	-	-	8.450	8.450	8.450	0,02%	0,02%
Certificados de Depósito Bancário	CDI + 1,5%	-	-	11.068	-	11.068	11.068	0,03%	0,03%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial		**-**	**6.015**	**3.063**	**-**	**9.078**	**9.078**	**0,02%**	**0,02%**
Total		**8.458.708**	**7.730.898**	**17.442.785**	**8.037.626**	**41.670.017**	**41.670.017**	**96,65%**	**96,16%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	13.242	-	-	13.242	13.242	0,03%	0,03%
Total		**-**	**13.242**	**-**	**-**	**13.242**	**13.242**	**0,03%**	**0,03%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Quotas de Fundos de Investimento – IPCA	IPCA + 6,32%	-	160	11.285	164.648	176.093	176.093	0,41%	0,41%
Quotas de Fundos de Investimento – IGPM	IGPM + 6,80%	-	87.802	-	172.272	260.074	260.074	0,60%	0,60%
Total		**-**	**87.962**	**11.285**	**336.920**	**436.167**	**436.167**	**1,01%**	**1,01%**
III. Títulos Mantidos Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 7,35%	-	-	-	570.714	570.714	720.040	1,32%	1,66%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,73%	-	-	-	421.287	421.287	487.597	0,98%	1,13%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C - Bloqueio Judicial	IGPM + 6,45%	-	-	-	4.208	4.208	4.999	0,01%	0,01%
Total		**-**	**-**	**-**	**996.209**	**996.209**	**1.212.636**	**2,31%**	**2,80%**
Total das Aplicações Financeiras		**8.458.708**	**7.832.102**	**17.454.070**	**9.370.755**	**43.115.635**	**43.332.062**	**100,00%**	**100,00%**
Circulante						**41.762.143**			
Não Circulante						**1.353.492**			

5.2. Classificação por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	**38.004.612**	**658.323**	**562.323**	**39.225.258**
(+) Aplicações	17.898.448	52.654	334.998	18.286.100
(-) Resgates	(15.774.269)	(287.254)	(53.419)	(16.114.942)
(+) Rendimentos	1.554.468	128.334	152.307	1.835.109
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(115.890)	-	(115.890)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**41.683.259**	**436.167**	**996.209**	**43.115.635**
(+) Aplicações	19.633.663	1.070.086	8.454	20.712.203
(-) Resgates	(17.285.312)	(645.189)	(74.649)	(18.005.150)
(+) Rendimentos	280.341	159.979	209.381	649.701
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(142.435)	-	(142.435)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**44.311.951**	**878.608**	**1.139.395**	**46.329.954**

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando–se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	Nível 01	Nível 02	Total
		31/12/2021	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**30.631.889**	**13.680.062**	**44.311.951**
Ações de Cias Abertas	5.441.853	45.387	5.487.240
Opções	771	2.079	2.850
Futuros	(689)	1.660	971
Letras Financeiras do Tesouro	10.329.195	-	10.329.195
Notas do Tesouro Nacional:	9.632.145	311.798	9.943.943
Letras do Tesouro Nacional	1.430.763	-	1.430.763
Debêntures de Distribuição Pública	-	6.163.613	6.163.613
Operações Compromissadas	3.593.051	-	3.593.051
Letras Financeiras	-	2.022.680	2.022.680
Certificados de Depósito Bancário	-	78.396	78.396
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	59.423	59.423
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	442.127	442.127
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	1.255.554	1.255.554
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	1.696.168	1.696.168
Fundos de Investimento Multimercado	-	969.207	969.207
Fundos de Investimento Imobiliário	194.522	212	194.734
Fundos de Investimento no Exterior	-	394.229	394.229
Fundos de Investimento de Ações	-	153.400	153.400
Fundos de Investimento Cambial	-	10.292	10.292
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	276.765	276.765
Notas Promissórias	-	30.579	30.579
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	1.519	1.519
Swaps	-	587	587
Investimento Exterior	-	652	652
Outras Aplicações	7.052	(236.265)	(229.213)
Quotas de Fundos de Investimento- Exclusivos Bloqueio Judicial	3.226	-	3.226
II. Títulos disponíveis para venda:	**562.052**	**316.556**	**878.608**
Notas do tesouro nacional	562.052	214.911	776.963
Letras Financeiras	-	101.645	101.645
III. Títulos mantidos até o vencimento:	**463.952**	**675.443**	**1.139.395**
Notas do tesouro nacional	463.952	664.859	1.128.811
Notas do tesouro nacional - Bloqueio Judicial	-	733	733
Debêntures de Distribuição Pública	-	9.851	9.851
Total (I + II + III)	**31.657.893**	**14.672.061**	**46.329.954**

*Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	Nível 01	Nível 02	Total
		31/12/2020	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**30.453.980**	**11.229.279**	**41.683.259**
Ações de Cias Abertas	5.440.212	33.919	5.474.131
Opções	3.395	49.462	52.857
Futuros	228	(1.118)	(890)
Letras Financeiras do Tesouro	10.546.341	-	10.546.341
Notas do Tesouro Nacional	9.018.565	225.874	9.244.439
Letras do Tesouro Nacional	1.569.365	229.646	1.799.011
Debêntures de Distribuição Pública	-	5.196.477	5.196.477
Operações Compromissadas	3.797.586	699.626	4.497.212
Letras Financeiras	-	1.650.432	1.650.432
Certificados de Depósito Bancário	-	45.335	45.335
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	21.723	21.723
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	178.862	178.862
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	1.052.937	1.052.937
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	578.964	578.964
Fundos de Investimento Multimercado	-	658.520	658.520
Fundos de Investimento Imobiliário	64.676	448	65.124
Fundos de Investimento no Exterior	-	112.056	112.056
Fundos de Investimento de Ações	-	160.432	160.432
Fundos de Investimento Cambial	-	23.711	23.711
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	350.868	350.868
Notas Promissórias	-	102.534	102.534
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	3.403	3.403
Swaps	-	84	84
Outras Aplicações	4.534	(144.916)	(140.382)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial	9.078	-	9.078
II. Títulos disponíveis para venda:	**176.093**	**260.074**	**436.167**
Notas do Tesouro Nacional	176.093	260.074	436.167
III. Títulos mantidos até o vencimento:	**421.287**	**574.922**	**996.209**
Notas do Tesouro Nacional	421.287	570.713	992.000
Notas do Tesouro Nacional - Bloqueio Judicial	-	4.209	4.209
Total (I + II + III)	**31.051.360**	**12.064.275**	**43.115.635**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

A Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, utilizamos para fins de *hedge* taxa pré-fixada, negociados na B3:

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (*notional*) Total
		31/12/2021			
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	-	1
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	-	0
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	-	0
DI1	Vendido	02/01/2024	CDI	-	0
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	-	1
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	-	0
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	-	0

Em 2021, a Companhia tem pequena participação no fundo com exposição de futuros.

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (*notional*) Total
		31/12/2020			
DI1	Vendido	01/01/2021	CDI	89	8.908
DI1	Vendido	01/04/2021	CDI	34	3.378
DI1	Comprado	01/01/2022	CDI	4	412
DI1	Vendido	01/04/2022	CDI	2	163
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	8	738
DI1	Comprado	01/01/2023	CDI	5	469
DI1	Vendido	01/07/2023	CDI	27	2.410
DI1	Comprado	01/01/2025	CDI	-	23

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Em 31 de dezembro de 2021, a composição do saldo de prêmios a receber por ramo era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestamistas	57.111	48.574
Acidentes Pessoais	22.436	18.883
Auxílio funeral	2.313	2.005
Vida em Grupo	116.378	94.682
Vida Individual	10.378	10.413
Outros	14.303	9.206
Total de Prêmios a Receber Bruto	**222.919**	**183.763**
Redução ao Valor Recuperável	(14.514)	(14.367)
Total de Prêmios a Receber	**208.405**	**169.396**

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**183.763**	**158.092**
(+) Prêmios Emitidos	2.569.461	2.107.884
(+) IOF	7.528	5.313
(-) Prêmios Cancelados	(235.133)	(301.189)
(-) Recebimentos	(2.302.700)	(1.786.337)
Prêmios a Receber Bruto	**222.919**	**183.763**
Saldo Inicial	**(14.367)**	**(22.381)**
(-) Constituição	(180.779)	(310.292)
(+) Reversão	180.632	318.306
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	**(14.514)**	**(14.367)**
Prêmios a Receber Líquidos	208.405	169.396

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, sendo aplicados os seguintes percentuais, em 31 de dezembro de 2021: 2,04% a vencer e de 1 até 30 dias (0,98% em 31 de dezembro de 2020), 9,47% vencidas de 1 até 60 dias (4,80% em 31 de dezembro de 2020), 25,62% de 61 até 180 dias (26,03% em 31 de dezembro de 2020), 62,32% de 181 até 365 dias (36,63% em 31 de dezembro de 2020) e 100,00% acima de 365 dias (100,00% em 31 de dezembro de 2020).

	Prêmios a Receber Bruto	31/12/2021 Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Prêmios a Receber Bruto	31/12/2020 Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias	201.758	(1.371)	200.387	165.497	(1.040)	164.457
Vencidos						
1 até 30 dias	6.168	(584)	5.584	3.579	(390)	3.189
31 até 60 dias	1.004	(95)	909	1.097	(119)	978
61 até 120 dias	886	(227)	659	617	(358)	259
121 até 180 dias	503	(129)	374	476	(276)	200
181 até 365 dias	1.306	(814)	492	1.400	(1.087)	313
mais de 365 dias	11.294	(11.294)	-	11.097	(11.097)	-
Total	**222.919**	**(14.514)**	**208.405**	**183.763**	**(14.367)**	**169.396**

7. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R$ 64.057 (R$ 62.363 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	33.318	29.368
Recuperação de indenização de sinistro	46.423	48.123
Prêmio de resseguro diferido	35.198	20.955
Total geral	**114.939**	**98.446**
Total circulante	**76.388**	**61.590**
Total não circulante	**38.551**	**36.856**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

9. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos e juros sobre capital próprio a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum que por conta da natureza das operações incluídas no escopo do contrato, não é possível a alocação individual às empresas do Grupo Icatu e, portanto, são rateadas. A composição das contas está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	67.650	34.811
Créditos a receber	29.130	21.331
Total geral	**96.780**	**56.142**

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1. Tributos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos para apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	2.237	1.723
Contribuição Social	15.696	10.904
COFINS	582	585
PIS	168	168
Outros	3.115	1.522
Total de Créditos Fiscais	**21.798**	**14.902**

10.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

	01/01/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**53.384**	**101.537**	**(88.139)**	**66.782**	**140.440**	**(67.739)**	**139.483**
Prejuízos Fiscais	1.364	43.182	(34.127)	10.419	76.588	(9.165)	77.842
Diferenças Temporárias	52.020	58.355	(54.012)	56.363	14.157	(23.622)	46.898
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	49.695	(34.952)	14.743
Contribuição Social Diferida	**32.030**	**64.417**	**(56.831)**	**39.616**	**83.809**	**(40.628)**	**82.797**
Base Negativa	818	29.262	(24.282)	5.798	45.498	(5.484)	45.812
Diferenças Temporárias	31.212	35.155	(32.549)	33.818	8.494	(14.173)	28.139
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	29.817	(20.971)	8.846
PIS e COFINS Diferidos	**–**	**–**	**–**	**–**	**37.951**	**(1.085)**	**36.866**
PIS e COFINS Diferidos	–	–	–	–	37.951	(1.085)	36.866
Total de Créditos Fiscais Diferidos	**85.414**	**165.954**	**(144.970)**	**106.398**	**262.200**	**(109.452)**	**259.146**
Passivo - Não Circulante							
Imposto de Renda Diferido	**49.837**	**370.031**	**(399.003)**	**20.865**	**114.274**	**(134.558)**	**581**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	49.837	370.031	(399.003)	20.865	113.693	(134.558)	–
IR Debêntures Incentivadas	–	–	–	–	581	–	581
Contribuição Social Diferido	**29.903**	**222.018**	**(239.402)**	**12.519**	**68.216**	**(80.735)**	**–**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	29.903	222.018	(239.402)	12.519	68.216	(80.735)	–
Total de Débitos Fiscais Diferidos	**79.740**	**592.049**	**(638.405)**	**33.384**	**182.490**	**(215.293)**	**581**
Total de Créditos e Débitos Diferidos	**5.674**	**(426.095)**	**493.435**	**73.014**	**79.710**	**105.841**	**258.565**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular Susep nº 648/21, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2022 a 2028		
2021*	(107.437)	0,00%
2022	11.438	9,25%
2023	10.412	8,42%
2024	18.758	15,17%
2025	29.801	24,10%
2026 a 2028	53.245	43,06%
Total	**123.654**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031		
2021*	(15.144)	0,00%
2022	1.231	1,64%
2023	1.118	1,49%
2024	2.011	2,68%
2025	3.204	4,27%
2026	4.742	6,32%
2027	6.648	8,86%
2028 a 2031	56.075	74,74%
Total	**75.029**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total das Diferenças Temporárias

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Contingências Trabalhistas	2.757	3.249
Provisão Contingências Cíveis	9.919	8.698
Provisão Contingências Fiscais	1.345	1.778
Redução ao Valor Recuperável	20.326	19.310
Provisão Excedente Técnico	12.879	18.227
Fundo de Marketing	12.708	8.337
PIS Exigibilidade Suspensa	30.251	33.941
COFINS Exigibilidade Suspensa	131.372	118.748
Outras provisões – Ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar – Provisão	1.720	1.103
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial)	(68.705)	(71.498)
Participações Resultados – PLR	59.883	73.556
PIS e COFINS Diferidos	(36.866)	–
Total das Provisões temporárias	**187.593**	**225.453**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**46.898**	**56.363**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**28.139**	**33.818**
Total	**75.037**	**90.181**

11. Outros valores e bens – Direito de uso

Compostos pelos ativos de arrendamentos, conforme nota 3.21. A movimentação está apresentada a seguir:

	Adições em 01/01/2021	Depreciação / Movimentação	31/12/2021
ATIVO			
Imóveis	258.632	24.082	282.714
Equipamentos	369	6.774	7.143
Veículos	1.167	(233)	934
Total	**260.168**	**30.623**	**290.791**
PASSIVO			
Circulante	23.053	9.375	32.428
Não Circulante	237.115	20.945	258.060
Total	**260.168**	**30.320**	**290.488**

Arrendamentos a Pagar	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	337.347
Juros de arrendamento	(46.859)
	290.488
Circulante	**32.428**
Não circulante	**258.060**

12. Investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A composição desses investimentos é a seguinte;

Investimentos	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Ações PN	Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento 31/12/2021	Investimento 31/12/2020	Resultado Patrimonial 31/12/2021	Resultado Patrimonial 31/12/2020
Icatu Capitalização S.A.	765.894.586	–	–	100%	2.590.461	2.377.930	4.405	191.484	202.893	1.693.940	22.553	205.593	153.017	25.253	(32.358)
Brasilcap Capitalização S.A.	216.010.804	184.329.196	–	17%	9.660.211	7.028.126	1.078.029	254.393	475.800	4.309.790	3.512	79.177	89.940	585	26.472
Caixa Capitalização S.A.	8.000	–	–	49%	3.669.116	3.424.276	–	210.000	244.840	41.582	107.509	119.972	207.803	52.679	51.762
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	–	–	46.245.081	100%	16.982	15.675	487	46.245	400	16.099	(7.186)	400	–	(7.186)	(6.072)
Banrisul Icatu Participações S.A.	–	–	–	50%	274.969	29.044	–	91.024	245.925	–	57.693	–	114.256	15.895	44.279
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	–	–	100%	7.111	1.830	–	4.699	5.280	–	970	5.281	7.114	970	1.321
Itumbiara Participações Ltda.	–	–	16.161.870	45%	16.031	1.041	–	16.162	15.094	–	2.989	6.773	3.198	1.341	(603)
Icatu Assessoria S.A.	–	–	25.953.546	100%	235.709	208.272	–	25.954	14.758	151	(22.173)	14.757	11.931	(22.174)	21.744
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	–	–	301.200	99%	349.396	337.773	–	301	11.398	270.263	157.080	11.397	29.914	156.049	148.020
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	–	–	100%	23.965	11.217	202	12.000	12.543	–	406	12.543	13.016	406	315
Icatu Correspondente Bancário	–	–	100.000	100%	–	–	–	100	100	–	–	102	–	3	–
Outras Participações Societárias (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10	13	(1)	–
Total das Participações Acionárias												**456.005**	**630.202**	**223.820**	**254.880**
Resultado de outras operações (b)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.537)	69.997
Outros investimentos (c)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	92	92	–	–
Total de Investimentos/Resultado Patrimonial												**456.097**	**630.294**	**218.283**	**324.877**

(a) Investidas Icatu S.A de Capitalización y Ahorro e Icatu Soluções e Seguridade Ltda.
(b) Em 2020 ocorreu o aumento da participação na Caixa Capitalização, através do contrato de compra e venda das ações junto à Sul América, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante. Assim, a participação da Companhia na CaixaCap passou para 49,0%.
(c) Obras de arte.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas / Transf.	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas / Transf.	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Icatu Capitalização S.A.	104.609	80.000	–	–	766	(32.358)	153.017	25.000	–	–	2.323	25.253	205.593
Brasilcap Capitalização S.A.	80.320	–	–	(15.915)	(937)	26.472	89.940	16.671	–	(5.140)	(22.879)	585	79.177
Caixa Capitalização S.A. (a)	113.546	128.455	–	(85.108)	(852)	51.762	207.803	–	–	(51.649)	(88.861)	52.679	119.972
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	47.732	–	(44.999)	–	–	(2.733)	–	11.000	(3.414)	–	–	(7.186)	400
Banrisul Icatu Participações S.A.	105.886	–	–	(36.379)	470	44.279	114.256	–	(124.352)	–	(5.799)	15.895	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	6.106	–	–	(313)	–	1.321	7.114	–	(242)	(2.561)	–	970	5.281
Itumbiara Participações Ltda.	2.801	1.000	–	–	–	(603)	3.198	2.235	–	–	–	1.340	6.773
Icatu Assessoria S.A.	17.187	–	–	(27.000)	–	21.744	11.931	25.000	(1)	–	–	(22.173)	14.757
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	35.839	–	–	(153.945)	–	148.020	29.914	243	–	(174.910)	101	156.049	11.397
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	387	–	(387)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.776	–	–	(75)	–	315	13.016	–	–	(879)	–	406	12.543
Icatu Correspondente Bancário	–	–	–	–	–	–	–	102	–	–	–	–	102
Outras Participações Societárias	13	–	–	–	–	–	13	–	–	–	–	(3)	10
Total	**527.202**	**209.455**	**(45.386)**	**(318.735)**	**(553)**	**258.219**	**630.202**	**80.251**	**(128.009)**	**(235.139)**	**(115.115)**	**223.815**	**456.005**

(a) A Companhia celebrou o contrato para aquisição de participação acionária adicional de 24,5% na CaixaCap junto ao Grupo Sul América, por meio de sua controlada indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A., passando a ter participação de 49,0% na Caixa Capitalização S.A.. Conforme acordo contratual, há a previsão de pagamento de *earn-out*, onde a Icatu se comprometeu a devolver 70% dos proventos efetivamente recebidos pela Companhia, em razão das ações adquiridas que ultrapassem o preço fixo de aquisição.

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos	20%	11.576	9.069	(2.423)	(5.513)	12.709
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.687	7.448	(5.658)	(942)	5.535
Outras imobilizações (a)	20%	10.375	50.791	(31.036)	(4.809)	25.321
Total		**26.638**	**67.308**	**(39.117)**	**(11.264)**	**43.565**

(a) Outras imobilizações são referentes a benfeitorias.

Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.944	640	(152)	(745)	4.687
Total		**27.053**	**7.363**	**(846)**	**(6.932)**	**26.638**

14. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	31/12/2021
Desenvolvidos Internamente		**78.614**	**55.205**	**(7.309)**	**2.710**	**(7.343)**	**121.877**
Marcas e patentes	0%	71	-	-	-	-	**71**
Sistemas de computação	20%	78.543	55.205	(7.309)	2.710	(7.343)	**121.806**
Adquiridos de Terceiros		**368.219**	**10.118**	**(152.295)**	**(2.710)**	**(26.653)**	**196.679**
Sistemas aplicados	20%	10.547	10.118	(1.435)	(2.710)	(7.379)	**9.141**
Balcão de Vendas (a)	-	357.672	-	(150.860)	-	(19.274)	**187.538**
Total		**446.833**	**65.323**	**(159.604)**	**-**	**(33.996)**	**318.556**

	Taxa anual de amortização	01/01/2020	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2020
Desenvolvidos Internamente		**44.909**	**51.142**	**(10.170)**	**(7.267)**	**78.614**
Marcas e patentes	0%	71	-	-	-	71
Sistemas de computação	20%	44.838	51.142	(10.170)	(7.267)	78.543
Adquiridos de Terceiros		181.600	211.599	(2.754)	(22.226)	368.219
Sistemas de computação	20%	161	-	(161)	-	-
Sistemas aplicados	20%	7.711	8.699	(2.393)	(3.470)	10.547
Balcão de Vendas (a)	-	173.728	202.900	(200)	(18.756)	357.672
Total		**226.509**	**262.741**	**(12.924)**	**(29.493)**	**446.833**

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

15. Obrigações a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	6.281	8.955
Participação nos Lucros a Pagar (a)	22.144	26.746
Pagamentos a realizar (b)	17.997	22.186
Outras - Portabilidades e PGBL (c)	8.420	7.490
Provisão Fundo de Marketing (d)	12.708	8.337
Obrigações a Pagar - FMP e Campanhas (e)	459	7.980
Outras Contas a Pagar (f)	9.817	5.362
Leasing Arrendamento e Juros a Pagar (g)	(12)	2.760
Passivo circulante	**77.814**	**89.816**
Outras Contas a Pagar (f)	-	3.414
Participação nos Lucros a Pagar (a)	26.706	34.987
Leasing Arrendamento e Juros a Pagar (g)	385	213
Passivo não circulante	**27.091**	**38.614**
Total	**104.905**	**128.430**

(a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;
(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda;
(c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades.
(d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com marketing, em percentuais definidos nos contratos com parceiros.
(e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte.
(f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, *earn-out*, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários.
(g) São os valores a pagar, classificados de acordo com os prazos contratuais, referente aos "arrendamentos mercantis", basicamente softwares, hardwares e aluguéis, bem como os juros a pagar oriundos destes contratos;

16. Débitos das operações – Operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.186	355
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	9.686	9.251
Total Operações com Seguradoras	**11.872**	**9.606**

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de resseguro cedido emitido	52.996	38.536
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	1.551	2.470
Total Operações com Resseguradoras	**54.547**	**41.006**

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões riscos emitidos diretos	21.868	19.451
Comissões a pagar	7.469	7.783
Comissões RVNE	42.031	34.659
Pró-labore emitido	4.693	4.026
Pró-labore a pagar	2.469	5.285
Outros	223	540
Total Corretores de Seguros e Resseguros	**78.753**	**71.744**

17. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.
A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
1 até 30 dias	98.440	25.276
31 até 60 dias	914	308
61 até 120 dias	724	815
121 até 180 dias	977	405
181 até 365 dias	1.030	810
Mais de 365 dias	1.246	4.404
Total	**103.331**	**32.018**

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - Seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021				31/12/2020			
Provisões Técnicas – Seguros	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**
Circulante								
Prêmios não Ganhos	248.466	3.348	-	251.814	149.177	2.733	-	151.910
Prêmios não Ganhos – RVNE	58.110	78	-	58.188	39.194	82	-	39.276
Sinistros a Liquidar Administrativo	184.138	1.714	145	185.997	136.887	7.260	133	144.280
Sinistros a Liquidar Judicial	53.036	2.202	-	55.238	42.171	2.076	-	44.247
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	235.839	3.975	-	239.814	181.647	3.318	-	184.965
Benefícios a Conceder	1	15	3.481.336	3.481.352	-	3	3.235.641	3.235.644
Benefícios Concedidos	-	20	7.827	7.847	-	25	7.706	7.731
Excedente Financeiro	-	-	1	1	-	-	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	4.455	174	9	4.638	3.600	181	7	3.788
Excedente Técnico	2.234	-	-	2.234	6.195	-	-	6.195
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	3.729	56.084	59.813	-	3.081	58.843	61.924
Complementar de Cobertura	-	1	15	16	-	1	117	118
Total	**786.279**	**15.256**	**3.545.417**	**4.346.952**	**558.871**	**18.760**	**3.302.447**	**3.880.078**
Não Circulante								
Prêmios não Ganhos	238.293	-	-	238.293	88.999	-	-	88.999
Sinistros a Liquidar Administrativo	2.613	24	-	2.637	2.748	146	-	2.894
Sinistros a Liquidar Judicial	121.145	5.030	-	126.175	115.958	5.707	-	121.665
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	196.037	4.902	-	200.939	179.474	4.522	-	183.996
Benefícios a Conceder	1.038	6.043	23.298.569	23.305.650	107	998	21.654.040	21.655.145
Benefícios Concedidos	-	89	66.613	66.702	-	119	56.561	56.680
Excedente Financeiro	-	-	4	4	-	-	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	6.242	359	91	6.692	6.286	371	81	6.738
Excedente Técnico	-	-	-	-	2.181	-	-	2.181
Complementar de Cobertura	-	4	277	281	-	5	1.209	1.214
Total	**565.368**	**16.451**	**23.365.554**	**23.947.373**	**395.753**	**11.868**	**21.711.891**	**22.119.512**
Total geral	**1.351.647**	**31.707**	**26.910.971**	**28.294.325**	**954.624**	**30.628**	**25.014.338**	**25.999.590**

	31/12/2021				31/12/2020			
	Pessoas	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**
Custos de Aquisição Diferidos – Seguros					**Custos de Aquisição Diferidos - Seguros**			
Circulante	134.698	1.915	2.812	139.425	Circulante	75.166	1.044	2.642	78.852
Não Circulante	116.913	3.328	10.357	130.598	Não Circulante	44.108	1.150	10.290	55.548
Total	**251.611**	**5.243**	**13.169**	**270.023**	Total	**119.274**	**2.194**	**12.932**	**134.400**

As movimentações das Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos estão demonstradas a seguir:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisões técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	240.909	301.502	(52.304)	-	490.107
Prêmios não Ganhos – RVNE	39.276	79.496	(60.584)	-	58.188
Sinistros a Liquidar	313.086	1.806.289	(1.778.338)	29.010	370.047
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	368.961	2.657.212	(2.585.420)	-	440.753
Benefícios a Conceder	24.890.789	14.237.431	(12.550.927)	209.709	26.787.002
Benefícios Concedidos	64.411	10.571	(9.825)	9.392	74.549
Excedente Financeiro	-	1	(4)	8	5
Provisão de Despesas Relacionadas	10.526	11.737	(10.933)	-	11.330
Excedente Técnico	8.376	8.835	(14.977)	-	2.234
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	61.924	847.195	(849.953)	647	59.813
Complementar de Cobertura	1.332	384	(1.419)	-	297
Total	**25.999.590**	**19.960.653**	**(17.914.684)**	**248.766**	**28.294.325**

	Saldos em 01/01/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisões técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	127.572	255.680	(142.343)	-	240.909
Prêmios não Ganhos – RVNE	22.858	54.075	(37.657)	-	39.276
Sinistros a Liquidar	276.294	2.918.316	(2.907.392)	25.868	313.086
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	497.124	2.162.167	(2.290.330)	-	368.961
Benefícios a Conceder	22.597.934	10.874.768	(9.533.100)	951.187	24.890.789
Benefícios Concedidos	52.877	14.214	(7.039)	4.359	64.411
Excedente Financeiro	-	1	(3)	2	-
Provisão de Despesas Relacionadas	13.090	33.708	(36.272)	-	10.526
Excedente Técnico	6.868	13.761	(12.253)	-	8.376
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	158.619	947.509	(1.044.982)	778	61.924
Complementar de Cobertura	433	912	(13)	-	1.332
Total	**23.753.669**	**17.275.111**	**(16.011.384)**	**982.194**	**25.999.590**

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	85.224	53.069	(3.893)	134.400	135.623	270.023
Total	**85.224**	**53.069**	**(3.893)**	**134.400**	**135.623**	**270.023**

18.1. Análise de sensibilidade – Seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e a premissa de 5% na sinistralidade mostrou-se suficiente para a cobertura das oscilações. Na desistência/cancelamento, o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média.
Abaixo, o resultado da análise de sensibilidade para as variações em sinistralidade, nos cenários estimados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2021		31/12/2020	
Variável	**Premissas**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	25.462	21.214	18.858	17.062
Sinistralidade	Redução de 5% na Sinistralidade	(25.462)	(21.214)	(18.858)	(17.062)

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – Previdência complementar

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Provisões técnicas						
Prêmios não Ganhos	614	2	616	530	2	532
Prêmios não Ganhos - RVNE	23	-	23	116	-	116
Benefícios a Conceder	2.270.861	15.197.305	17.468.166	2.143.021	14.341.759	16.484.780
Benefícios Concedidos	50.408	406.558	456.966	54.598	293.756	348.354
Sinistros a Liquidar Administrativo	2.338	-	2.338	1.839	-	1.839
Sinistros a Liquidar Judicial	4.520	-	4.520	2.502	-	2.502
Excedente Financeiro	838	5.490	6.328	861	5.764	6.625
Eventos Ocorridos mas não Avisados	2.681	-	2.681	1.970	-	1.970
Provisão de Despesas Relacionadas	193	1.393	1.586	121	1.409	1.530
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	55.814	-	55.814	87.495	-	87.495
Provisão Complementar de Cobertura	9.527	68.357	77.884	6.086	44.080	50.166
Total	**2.397.817**	**15.679.105**	**18.076.922**	**2.299.139**	**14.686.770**	**16.985.909**

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Custo de aquisição diferidos	1.414	7.227	8.641	1.446	6.984	8.430
Total	**1.414**	**7.227**	**8.641**	**1.446**	**6.984**	**8.430**

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2021
Provisões técnicas					
Prêmios não Ganhos	532	414	(330)	-	616
Prêmios não Ganhos - RVNE	116	49	(142)	-	23
Benefícios a Conceder	16.484.780	7.060.174	(6.221.911)	145.123	17.468.166
Benefícios Concedidos	348.354	105.794	(71.363)	74.181	456.966
Sinistro a Liquidar	4.341	3.573	(1.686)	630	6.858
Excedente Financeiro	6.625	230	(571)	44	6.328
Eventos Ocorridos mas não Avisados	1.970	3.550	(2.839)	-	2.681
Provisão de Despesas Relacionadas	1.530	887	(831)	-	1.586
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	87.495	478.166	(516.122)	6.275	55.814
Provisão Complementar de Cobertura	50.166	76.997	(49.279)	-	77.884
Total	**16.985.909**	**7.729.834**	**(6.865.074)**	**226.253**	**18.076.922**

	01/01/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2020
Prêmios não Ganhos	449	879	(796)	-	532
Prêmios não Ganhos - RVNE	64	160	(108)	-	116
Benefícios a Conceder	14.844.941	5.533.752	(4.589.364)	695.451	16.484.780
Benefícios Concedidos	284.533	66.396	(51.537)	48.962	348.354
Sinistro a Liquidar	3.332	8.404	(7.978)	583	4.341
Excedente Financeiro	7.757	290	(1.337)	(85)	6.625
Eventos Ocorridos mas não Avisados	893	2.435	(1.358)	-	1.970
Provisão de Despesas Relacionadas	1.589	485	(544)	-	1.530
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	123.769	500.981	(545.061)	7.806	87.495
Provisão Complementar de Cobertura	15.120	35.386	(340)	-	50.166
Total	**15.282.447**	**6.149.168**	**(5.198.423)**	**752.717**	**16.985.909**

	01/01/2020	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2020	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	8.610	938	(1.118)	8.430	657	(446)	8.641
Total	**8.610**	**938**	**(1.118)**	**8.430**	**657**	**(446)**	**8.641**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

19.1. Análise de sensibilidade – Previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.
O teste indicou impacto quanto ao aumento da Taxa de Juros e agravo na taxa de sobrevivência, como a seguir:

Coberturas de Acumulação/Sobrevivência		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2021		31/12/2020	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Conversão em Renda	Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	2.560	2.560	5.275	5.275
Conversão em Renda	Redução de 5% na Premissa de Conversão em Renda	(2.514)	(2.514)	(4.433)	(4.433)
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(7.230)	(7.230)	(19.621)	(19.621)
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(47.589)	(47.589)	17.774	17.774
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	15.104	15.104	14.810	14.810
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(14.260)	(14.260)	(13.775)	(13.775)
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	2.571	2.571	5.275	5.275
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	(2.427)	(2.427)	(4.968)	(4.968)

20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	295.881	502.561	411.550	377.371	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.208.044	5.684.708
1 ano após o aviso	294.478	498.978	415.560	382.334	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	669.999	-	4.792.797
2 anos após o aviso	295.753	497.614	411.158	384.132	471.869	487.847	463.532	535.403	606.895	-	-	4.154.203
3 anos após o aviso	295.793	498.014	414.167	382.634	480.367	495.283	473.187	545.092	-	-	-	3.584.537
4 anos após o aviso	296.914	502.958	420.709	387.750	489.740	503.207	481.941	-	-	-	-	3.083.219
5 anos após o aviso	297.989	503.724	420.470	389.248	490.280	509.977	-	-	-	-	-	2.611.688
6 anos após o aviso	299.784	504.193	426.973	390.954	491.989	-	-	-	-	-	-	2.113.893
7 anos após o aviso	298.762	505.564	428.022	396.110	-	-	-	-	-	-	-	1.628.458
8 anos após o aviso	300.022	506.993	424.930	-	-	-	-	-	-	-	-	1.231.945
9 anos após o aviso	302.350	508.014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810.364
10+ anos após o aviso	299.521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299.521
Estimativa na data base (2021) (a)	299.521	508.014	424.930	396.110	491.989	509.977	481.941	545.092	606.895	669.999	1.208.044	6.142.512
Pagamentos efetuados (b)	298.229	499.241	413.272	380.347	468.008	482.812	458.680	518.475	580.740	651.214	1.020.728	5.771.746
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	1.292	8.773	11.658	15.763	23.981	27.165	23.261	26.617	26.155	18.785	187.316	370.766
Sinistros Pendentes Fora da Análise *												**6.139**
Sinistros a Liquidar Total												**376.905**

*Os sinistros com aviso anteriores a 2009 e as Rendas Vencidas e Não Pagas estão contempladas no item 'Sinistros Pendentes Fora da Análise'.

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	290.421	498.115	403.336	363.078	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.132.112	5.348.521
1 ano após o aviso	290.531	492.984	403.303	365.211	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	627.549	-	4.513.270
2 anos após o aviso	291.770	490.843	398.598	366.225	443.927	451.604	427.315	480.494	556.686	-	-	3.907.462
3 anos após o aviso	291.810	491.397	401.353	364.711	449.274	457.289	433.995	489.222	-	-	-	3.379.051
4 anos após o aviso	292.931	496.109	406.791	367.107	455.518	462.768	440.375	-	-	-	-	2.921.599
5 anos após o aviso	294.006	496.575	407.017	368.200	458.775	467.359	-	-	-	-	-	2.491.932
6 anos após o aviso	295.801	497.134	408.182	368.790	459.926	-	-	-	-	-	-	2.029.833
7 anos após o aviso	294.779	498.250	409.926	370.049	-	-	-	-	-	-	-	1.573.004
8 anos após o aviso	296.039	499.509	409.167	-	-	-	-	-	-	-	-	1.204.715
9 anos após o aviso	298.366	500.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	798.888
10+ anos após o aviso	295.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295.538
Estimativa na data base (2021) (a)	295.538	500.522	409.167	370.049	459.926	467.359	440.375	489.222	556.686	627.549	1.132.112	5.748.505
Pagamentos efetuados (b)	294.246	491.953	398.066	360.607	440.187	444.420	422.072	466.763	534.500	613.451	957.898	5.424.163
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	1.292	8.569	11.101	9.442	19.739	22.939	18.303	22.459	22.186	14.098	174.214	324.342
Sinistros Pendentes Fora da Análise *												**6.139**
Sinistros a Liquidar Total												**330.481**

*Os sinistros com aviso anteriores a 2009 e as Rendas Vencidas e Não Pagas estão contempladas no item 'Sinistros Pendentes Fora da Análise'.

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**46.371.247**	**42.985.499**
Ajustes:		
Depósito Judicial	(6.322)	-
Direito Creditório	(71.751)	-
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(184.875)	(76.133)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)(b)	(80.499)	(77.741)
Efeito Monetário (c)	**39.403**	**193.464**
Total a ser Coberto	**46.067.203**	**43.025.089**
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Debêntures	9.178	8.450
Letras Financeiras	102.494	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial	11.712	11.068
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	45.975.018	42.934.357
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	276.765	350.868
Total dos Ativos Vinculados	**46.375.167**	**43.304.743**
Equivalente de Caixa	**4.608**	**13.242**
Ativos Bloqueio Judicial - Não Vinculado a Cobertura de Reserva	**4.023**	**14.077**
Total de Aplicações (d)	**46.383.798**	**43.332.062**
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	**312.572**	**292.896**

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R$ 140.839 e Não Circulante R$ 137.825, total R$ 193.548 sendo redutores R$ 184.875 e não redutores R$ 93.788.
b) Ativos de Resseguro: Circulante R$ 76.388 e Não Circulante R$ 38.551, total de R$ 114.939 sendo redutores R$ 80.499 e não redutores R$ 34.440.
c) Em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, acrescenta-se ao total a ser coberto efeito monetário utilizado no TAP (nota 3.16).
d) Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R$ 53.844 (R$ 216.427 em 31/12/2020) maior que o valor contábil (nota 5.1)

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar - Judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (Notas 18 e 19).
A intempestividades das ações judiciais no Brasil, nos impossibilita mensurar com razoável certeza os prazos de liquidação das ações judiciais. Seja por conta da insegurança jurídica, seja por conta da modernização que o poder judiciário vem passando, ou outros motivos, qualquer tentativa pode nos levar a um erro material para mais ou menos e por isso não divulgamos o *aging* de nossas ações judiciais.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que não estão ligados à contratos existentes:

	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	887	143.099	143.099	882	143.805	143.805
Possível	2.448	343.868	-	2.203	284.240	-
Remota	51	11.296	-	84	14.543	-
Total	**3.386**	**498.263**	**143.099**	**3.169**	**442.588**	**143.805**

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021
PSL Judicial	141.162	37.195	28.045	(62.597)	143.805	39.322	24.702	(64.730)	143.099
Total	**141.162**	**37.195**	**28.045**	**(62.597)**	**143.805**	**39.322**	**24.702**	**(64.730)**	**143.099**

22.2. Outras provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.
As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis – Não Relacionadas a Sinistros/Benefícios					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	566	9.919	9.919	502	8.698	8.698
Possível	788	83.680	-	742	68.468	-
Remota	34	1.430	-	44	3.263	-
Total	**1.388**	**95.029**	**9.919**	**1.288**	**80.429**	**8.698**

	Causas Trabalhistas					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	24	2.757	2.757	37	3.249	3.249
Possível	23	8.671	-	22	8.050	-
Remota	2	2.125	-	2	1.219	-
Total	**49**	**13.553**	**2.757**	**61**	**12.518**	**3.249**

	Causas Fiscais					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	11	689	689	12	1.144	1.144
Possível	48	38.415	–	49	34.333	–
Remota	2	286	–	2	257	–
Total	**61**	**39.390**	**689**	**63**	**35.734**	**1.144**

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	8.825	8.315	(909)	(7.533)	8.698	9.745	(2.610)	(5.914)	9.919
Trabalhistas	3.336	354	284	(725)	3.249	2.066	(260)	(2.298)	2.757
Fiscais	1.266	2.444	132	(2.698)	1.144	44	112	(611)	689
Total	**13.427**	**11.113**	**(493)**	**(10.956)**	**13.091**	**11.855**	**(2.758)**	**(8.823)**	**13.365**

22.3. Outras contas a pagar

Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	10.472	–	196	(10.668)	–
COFINS	118.747	9.612	3.013	–	131.372
PIS	33.941	1.562	680	(5.932)	30.251
Outros Impostos	2.083	–	38	(7)	2.114
Total - Outras Contas a Pagar	**165.243**	**11.174**	**3.927**	**(16.607)**	**163.737**

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2020
Contribuição Social	60.834	1.106	–	(51.468)	10.472
COFINS	109.209	7.482	2.056	–	118.747
PIS	32.198	1.215	528	–	33.941
Outros Impostos	2.053	–	30	–	2.083
Total - Outras Contas a Pagar	**204.294**	**9.803**	**2.614**	**(51.468)**	**165.243**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	–	–
Alargamento da Base (b)	24.588	21.348	140.057	131.372	164.645	152.720
Faturamento (c)	11.166	8.903	–	–	11.166	8.903
Saldo total 31/12/2021	**35.754**	**30.251**	**140.057**	**131.372**	**175.811**	**161.623**

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	15.209	10.472	15.209	10.472
Alargamento da Base (b)	22.356	19.296	126.719	118.747	–	–	149.075	138.043
Faturamento (c)	17.923	14.645	–	–	–	–	17.923	14.645
Saldo total 31/12/2020	**40.279**	**33.941**	**126.719**	**118.747**	**15.209**	**10.472**	**182.207**	**163.160**

(a) Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Companhia discutia a majoração de alíquota de 9% para 15% - Lei n° 11.727/2008, foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal em junho de 2020.
(b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.
(c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	10.683	16.201
Trabalhistas	522	658
Fiscais	184.525	191.326
Outras	6.322	25
Total Depósitos Judiciais	**202.052**	**208.210**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Fiscais (a)	240.709	8.740	3.962	(62.085)	191.326	10.946	5.370	(23.117)	184.525
Total	**240.709**	**8.740**	**3.962**	**(62.085)**	**191.326**	**10.946**	**5.370**	**(23.117)**	**184.525**

Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Companhia discutia a majoração de alíquota de 9% para 15% da CSLL - Lei n° 11.727/2008, foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R$ 590.350 é representado por 90.990.969 ações sem valor nominal, sendo 78.878.363 ações ordinárias e 12.112.606 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.
Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2021, os acionistas deliberaram pelo Aumento de Capital em R$ 50.000, mediante emissão de 2.594.148 ações ordinárias e 398.360 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro, tal aumento foi registrado como Capital em Aprovação aguardando trâmite da SUSEP.

23.2. Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, As Reservas de Lucros de R$ 1.022.867 (R$ 944.394 em 31 de dezembro de 2020), são compostas por:
(i) A Reserva Legal de R$ 118.070 (R$ 114.619 em 31 de dezembro de 2020) é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do Capital Social ou 30% das Reservas de Lucros mais as Reservas de Capital, conforme legislação em vigor.
(ii) A Reserva Estatutária de R$ 552.022, contém o montante da Reserva Estatutária Especial a seguir detalhada, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimentos em tecnologia.
Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021, os acionistas acionaram o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, e constituíram R$ 277.753 em Reservas Estatutárias referentes a retenção dos dividendos obrigatórios e adicionais do exercício de 2020, objetivando reforçar o caixa da Companhia para a realização de investimentos extraordinários, dada a oscilação do caixa por conta dos aumentos de sinistralidade devido a pandemia de COVID. A mesma sugestão será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária que irá ocorrer em março de 2022, para os dividendos obrigatórios e adicionais referentes ao exercício de 2021, no montante de R$ 75.022, totalizando nessa Reserva de Lucros Estatutárias Especial o montante de R$ 352.775.

23.3. Reservas de Capital

As Reservas de Capital de R$ 35.577 são compostas por:
Reserva de Ágio na Subscrição de Ações no valor de R$ 34.659 e Outras Reservas de Capital no valor de R$ 918.

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

23.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 115.413 (-R$ 82.928 em 31 de dezembro de 2020).

23.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:
a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido (a)	**1.583.381**
Ajustes contábeis (b)	**(1.017.506)**
Participação Coligadas e Controladas	(456.005)
Despesas Antecipadas	(163)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(123.654)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(56.322)
Ativos Intangíveis	(318.556)
Obras de Arte	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(62.714)
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis Ponto de venda 15% CMR	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**66.278**
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	21.672
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	(21.672)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	66.278
Subtotal PLA - nível	**632.153**
PLA Nível I	486.706
PLA Nível II	66.278
PLA Nível III	79.169
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	**632.153**
Capital Base (CB) (a)	**15.000**
Capital de Risco de Crédito	50.466
Capital de Risco de Subscrição	432.346
Capital de Risco - Mercado	89.180
Capital de Risco - Redução por correlação	(81.308)
Capital de Risco - Operacional	37.112
Capital de Risco (CR) (b)	**527.796**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**527.796**
Patrimônio líquido ajustado - PLA	632.153
(-) Exigência de capital - CMR	(527.796)
Suficiência de capital - R$	**104.357**
Suficiência de capital (PLA/CMR)	**120%**

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	19.125	14.509	-	-	20.951	61.768	(23.696)	(14.164)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	13.728	11.014	-	-	124.157	48.576	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controlada) (b)	262	41	-	-	741	335	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) (b)	491	706	-	-	6.946	5.090	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (c)	-	303	(23)	(9)	4.406	2.464	(206)	(85)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	(1.717)	(3.306)
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) (h)	12.511	13.046	-	-	-	-	-	-
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (h)	139	-	-	-	-	-	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Controlada) (b)		79	-	-	30	43	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	-	314	-	-	2	10	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controlada) (h)	-	21.377	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (f)	8.044	8.409	(10.663)	(13.309)	60.998	73.092	(131.476)	(147.377)
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	-	-	-	-	1.809	-	(6.414)	(5.422)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	34	-	-	-
XS4 Capitalização (e)	7.026	-	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(16.464)	(14.690)
Total	**61.326**	**69.798**	**(10.686)**	**(13.318)**	**220.074**	**191.378**	**(179.973)**	**(185.044)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:
(a) Aquisição de títulos de capitalização – Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.
(b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
(c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;
(d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração paga aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a remuneração e benefícios de curto e longo prazo.
(e) Reembolso de despesas pré-operacionais do projeto Caixa CAP.
(f) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Companhia Rio Grande. Os valores do "contas a pagar" são liquidados nos meses subsequentes.
(g) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.
(h) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia..

25. Principais ramos de atuação - Seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	**Prêmios Ganhos**	**Índice de Sinistralidade**	**Índice de Comissionamento**	**Prêmios Ganhos**	**Índice de Sinistralidade**	**Índice de Comissionamento**
Vida em Grupo	1.222.049	73,6%	30,8%	1.028.686	52,5%	30,9%
Prestamistas	456.697	54,9%	39,7%	391.847	24,6%	40,0%
Acidentes Pessoais	180.823	30,0%	30,7%	137.207	15,6%	29,5%
Vida Individual	47.058	20,1%	26,8%	40.367	33,1%	18,0%
Outros	169.368	57,7%	28,7%	98.220	33,2%	26,7%
Total	**2.075.995**	**63,2%**	**32,5%**	**1.696.327**	**41,5%**	**32,3%**

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

	Prêmio direto líquido de cosseguro		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
Ramos	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Vida em Grupo	1.200.912	1.035.145	36.430	30.247	1.237.342	1.004.898	103,0%	97,1%	3,0%	0,0%
Prestamistas	602.096	451.051	19.957	13.878	622.053	437.173	103,3%	96,9%	3,3%	0,0%
Acidentes Pessoais	250.273	144.224	5.402	3.646	255.675	140.578	102,2%	97,5%	2,2%	0,0%
Vida Individual	52.366	29.085	10.908	8.125	63.274	20.960	120,8%	72,1%	20,8%	0,0%
Outros	195.584	118.884	11.365	2.684	206.948	116.200	105,8%	97,7%	5,8%	0,0%
Total	**2.301.231**	**1.778.389**	**84.062**	**58.580**	**2.385.292**	**1.719.809**	**103,7%**	**96,7%**	**3,7%**	**1,3%**

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2021	31/12/2020
Resseguradora local	76.976	43.137
Resseguradora admitida	7.858	15.443
Total	**84.834**	**58.580**

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

a) Prêmios Ganhos - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	**2.334.328**	**1.806.695**
Prêmios Emitidos Direto	2.532.725	1.943.957
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	7.962	5.088
Prêmios Cosseguro Cedido a Congêneres	(231.494)	(165.568)
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	25.135	23.218
Contribuições para Cobertura de Riscos	**12.078**	**10.806**
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	5.857	5.318
Receitas de Contribuições Planos Pecúlio Capitalização	-	10
Receitas de Contribuições Planos de Renda	6.221	5.478
Variação das provisões técnicas	**(270.411)**	**(121.174)**
Variação das provisões técnicas	(270.411)	(121.174)
	2.075.995	**1.696.327**

b) Sinistros Ocorridos - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Indenizações Avisadas	(1.263.054)	(699.829)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(72.140)	(18.544)
Despesas com Sinistros	(3.927)	(2.661)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-) VGBL	(7.548)	(12.857)
Recuperação de Indenizações	57.010	38.178
Outras Despesas com Sinistros	(8.047)	(7.849)
	(1.297.706)	**(703.562)**

c) Custo de Aquisição - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões sobre Prêmio Emitido	(791.095)	(526.153)
Recuperação de Comissão de Cosseguro	69.754	8.643
Variação Despesa de Comercialização Diferida	135.386	49.819
Outras Despesas de Comercialização	(88.515)	(80.935)
	(674.470)	**(548.626)**

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Cobrança	(13.515)	(11.754)
Provisão para Contingências Cíveis	(2.999)	(2.480)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(943)	7.945
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(526)	(66.081)
	(17.983)	**(72.370)**

e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Indenização - Seguros	79.401	62.087
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência	82	123
Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros	(84.834)	(58.580)
Variação dos Sinistros Ocorridos - Seguros	3.867	2.254
Variação das provisões técnicas - Seguros	14.228	(2.420)
Variação das provisões técnicas - Previdência	16	228
Outras Receitas com Resseguro	343	-
	13.103	**3.692**

f) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	2.214.901	2.165.318
Receitas de Contribuições Planos de Renda	7.502	6.957
Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável	1.460.982	1.328.393
Restituições	(472)	(830)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	**3.682.913**	**3.499.838**
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder - Previdência	(705.041)	(1.268.817)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	**(705.041)**	**(1.268.817)**

g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
PPNG - Planos Repartição Simples	(21)	(45)
PPNG - Planos Repartição Simples RVNE	38	(23)
PPNG - Planos Renda	(61)	(40)
PPNG - Planos Renda RVNE	52	(27)
PVR - Planos Renda	(2.844.363)	(2.167.787)
Despesas com Benefícios e Resgates	(96.966)	(61.950)
Outras Provisões	(36.050)	(42.247)
	(2.977.371)	**(2.272.119)**

h) Custo de Aquisição - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões sobre Prêmio Emitido	(66.504)	(67.346)
Despesas com Pró-labore	(38.319)	(39.958)
Outras Despesas de Comercialização	(8.877)	(9.569)
	(113.700)	**(116.873)**

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

i) Despesas Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal Próprio	(147.787)	(125.112)
Serviços de Terceiros	(79.181)	(67.243)
Localização e Funcionamento	(137.719)	(96.364)
Publicidade e Propaganda	(27.572)	(17.849)
Publicações	(462)	(276)
Donativos e Contribuições	(697)	(557)
Despesas Administrativas Diversas	57.232	31.215
	(336.186)	(276.186)

j) Despesas com Tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(1.466)	(2.961)
COFINS	(14.577)	(49.503)
PIS	(2.380)	(8.064)
Taxa de Fiscalização	(4.635)	(4.264)
Outras Despesas com Tributos	(407)	(465)
	(23.465)	**(65.257)**

k) Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria - Disponível para Venda	**159.979**	**128.334**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	159.979	128.334
Categoria - Mantidos até o vencimento	**209.381**	**152.307**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	209.381	152.307
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	**2.548.906**	**4.806.640**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.544.599	4.806.343
Títulos de Renda Fixa	4.307	297
Outras Receitas Financeiras	2.494	6.888
Total – Receitas Financeiras	**2.920.760**	**5.094.169**
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	**(2.278.176)**	**(3.252.172)**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(2.278.176)	(3.252.172)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(225.911)	(751.671)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(246.278)	(979.473)
Outras Despesas Financeiras	**(10.016)**	**(17.313)**
Total – Despesas Financeiras	**(2.760.381)**	**(5.000.629)**
	160.379	**93.540**

27. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	**(5.839)**	**(5.839)**	**288.857**	**288.857**
Participação nos Lucros e Resultados*	(7.980)	(7.980)	(17.469)	(17.469)
Base de cálculo	**(13.819)**	**(13.819)**	**271.388**	**271.388**
ADIÇÕES	**158.010**	**158.010**	**182.269**	**182.269**
Adição Permanente	3.205	3.205	2.920	2.920
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.021	14.021	13.725	13.725
Provisão para Excedente Técnico	20.325	20.325	19.310	19.310
Outras Provisões	27.304	27.304	27.668	27.668
Participação nos Lucros e Resultados	12.037	12.037	17.469	17.469
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	72.183	72.183	89.894	89.894
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	8.935	8.935	11.283	11.283
EXCLUSÕES	**(414.455)**	**(410.953)**	**(489.877)**	**(486.852)**
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13.728)	(13.728)	(13.990)	(13.990)
Provisão para Excedente Técnico	(19.310)	(19.310)	(27.808)	(27.808)
Outras Provisões	(31.170)	(27.668)	(26.593)	(23.568)
Equivalência Patrimonial	(218.283)	(218.283)	(324.877)	(324.877)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(69.388)	(69.388)	(72.183)	(72.183)
Participação nos Lucros e Resultados	(25.710)	(25.710)	(24.426)	(24.426)
PIS e COFINS Diferidos	(36.866)	(36.866)	-	-
Resultado Ajustado	**(270.264)**	**(266.762)**	**(36.220)**	**(33.195)**
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	-	-	-	-
Lucro após as Compensações	**(270.264)**	**(266.762)**	**(36.220)**	**(33.195)**
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15%
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	57.957	34.335	13.399	7.585
Despesas com IRPJ/CSLL	**57.957**	**34.335**	**13.399**	**7.585**
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	-419,40%	-248,46%	4,94%	2,79%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
Conselheiros
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Soares

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luciano Snel Corrêa
Diretores
Alexandre Petrone Vilardi César Luiz Salazar Saut Marcio de Moraes Palmeira

CONTADOR

Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1.394

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e das controladas diretas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguardacap Capitalização S.A., e das controladas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "empresas"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP no. 321 de 15 de julho 2015. (432 de 12 de novembro de 2021 – efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022)

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar os Conselhos de Administração ou as Diretorias (i) na revisão das demonstrações financeiras previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, os relatórios das Administrações e os relatórios dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras, (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias, (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes e atuarial, (iv) na atuação da auditoria interna e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade das Administrações (dos Administradores) a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas das Administrações dos Administradores, dos auditores independentes, dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

As principais atividades desenvolvidas pelo Comitê foram:

-Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e C*ompliance,* Auditoria Interna e Ouvidoria.

-Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e relatórios emitidos pela Auditoria Interna.

O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna.

-Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, as questões relacionadas com controles internos, o cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos.

-Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2020 e do primeiro semestre de 2021, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados.

-Acompanhamento das atividades executadas pelas Administrações pelos administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos.

-O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, assim como dos efeitos decorrentes do COVID-19.

Avaliação do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores atuariais independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos.

-Revisão das demonstrações financeiras das empresas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e correspondentes relatórios emitidos pelas Administrações e pelos auditores independentes.

-Reuniões realizadas com os Diretores Presidentes e outros membros da Diretoria quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

CONCLUSÕES

No cumprimento de suas atribuições, observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no Regimento Interno, nada chegou ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativos internos.

Com base nos resultados obtidos das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios emitidos pelos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomendou, em reunião realizada nesta data, ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e de suas controladas diretas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguarda Capitalização e das controladas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A.. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022. **Maria Salete Garcia Pinheiro -** Presidente do Comitê. **Natal Julio De Luca -** Membro do Comitê; **Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo -** Membro do Comitê.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência	
Veja Notas 3.14, 18 e 19 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como a auditoria endereçou esse assunto**
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.14, 18 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos. Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$565.394 (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$565.394 mil (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$ 565.394 mil (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

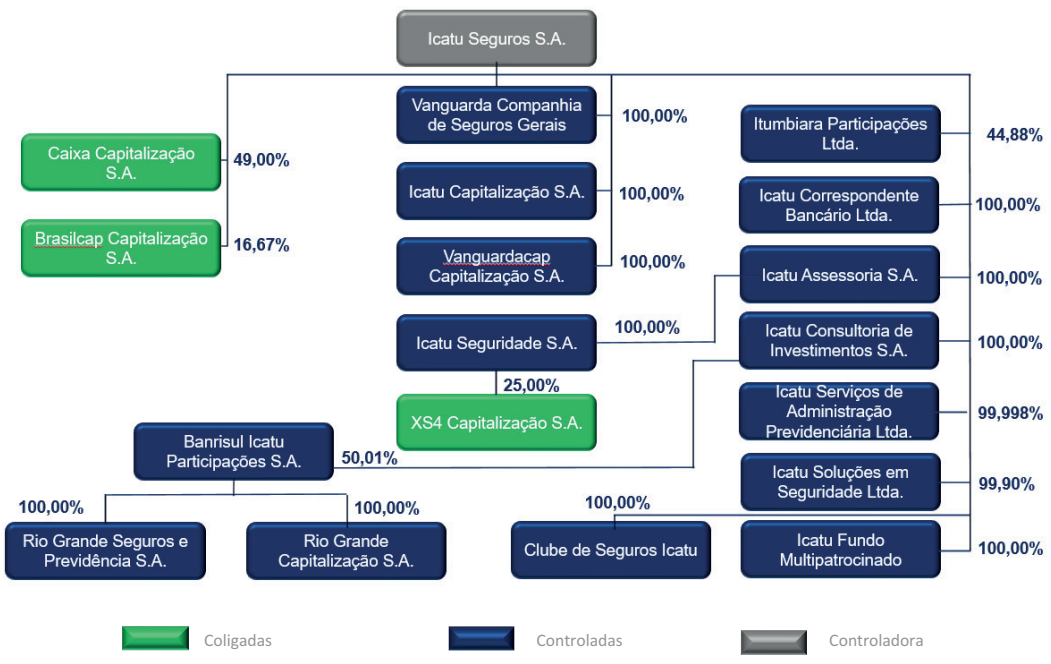
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais (Demonstrações) da Icatu Capitalização S.A. (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:



2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no início de 2021 e com o início da campanha de vacinação no país, as atividades estão retornando aos poucos à normalidade. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Transferência de Carteira

A Companhia firmou o contrato de transferência da carteira de capitalização com a Rio Grande Capitalização S.A. (RGCAP) para os produtos de incentivo em setembro de 2019 e para produtos tradicionais, constituída apenas pelos títulos comercializados no balcão de vendas do Banrisul, em setembro de 2020. O contrato firma o direito da RGCAP de comercializar, com exclusividade, os produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em abril de 2018, aprovada em definitivo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em fevereiro de 2019 pela Portaria nº 7.282/2019.

4. Desempenho das Operações de Capitalização

Durante o ano de 2021, a arrecadação de capitalização foi de R$ 1.693.940 (R$ 1.750.858, no mesmo período do ano anterior), a Companhia se manteve em sólida posição apesar da redução de 3,25%, tendo retornado para os seus clientes, R$ 60.556 (R$ 56.505 no mesmo período do ano anterior) em pagamentos de mais de 13.675 títulos sorteados (18.936 títulos, no mesmo período de 2020).

A transferência de carteiras, explicada no item 3, acima, tem impacto relevante nos comportamentos dos números em uma análise comparativa. Esses mesmos impactos são observados nas despesas administrativas, a seguir.

5. Despesas Administrativas

Durante o ano de 2021, as despesas administrativas ocorridas foram de R$ 178.868 (R$ 186.484, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 2,85%. A transferência de carteira mencionada no item 3 trouxe redução de despesas para a companhia, que foi compensada, principalmente, em função de investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o *Open Insurance*, entre outros. Adicionalmente, há o investimento feito na mudança da matriz do Grupo Icatu para a nova sede, no moderno prédio Aqwa Corporate, situado no Porto Maravilha, na capital da cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2021.

6. Resultado Financeiro e Solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2021, foram de R$ 79.833 (enquanto, no mesmo período do ano anterior, tivemos uma despesa financeira R$ 30.644 devido ao cenário econômico). Na nota explicativa 1.2, que fala sobre "Impactos da pandemia de COVID-19", há maiores detalhes sobre a evolução da economia e o impacto no resultado financeiro.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21, A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 85.038, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 235.224 em 31 de dezembro de 2020), 123 % de suficiência de capital (178% em 31 de dezembro de 2020).

7. ASG – Ambiental, Social e Governança

Durante o ano de 2021, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R$ 104.595 (R$ 109.653 no mesmo período de 2020) em verbas salariais aos colaboradores, R$ 18.481 (R$ 19.682 no mesmo período de 2020) pagos à serviços terceirizados, R$ 16.274 (R$ 16.134 no mesmo período de 2020) em tributos indiretos, R$ 20.501 (R$ 35.609 no mesmo período de 2020) em tributos diretos.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu segmento de mercado, sendo reconhecida por seus funcionários, pela sétima vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, pelo *Ranking Great Place to Work* (GPTW) 2021. Figurou entre as 30 melhores empresas de grande porte, categoria de mil a 9.999 funcionários, subindo 19 posições, comparado ao ranking de 2020. Este reconhecimento é feito após ter sido eleita a segunda melhor empresa para trabalhar, pelo GPTW Rio de Janeiro, e como uma das melhores empresas para trabalhar entre as grandes seguradoras, pelo levantamento do GPTW Instituições Financeiras.

Adicionalmente, foi eleita pela terceira vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2021 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente. O levantamento recebeu mais de 10 milhões de opiniões de clientes e analisou mais de 10 mil empresas, em 117 segmentos de mercado.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

8. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores atua na auditoria atuarial das Companhias de capitalização reguladas pela SUSEP.

9. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**1.864.651**	**1.422.552**
Disponível		**13.474**	**19.040**
Caixa e Bancos		2.969	6.876
Equivalente de Caixa	Nota 5	10.505	12.164
Aplicações	**Nota 5**	**1.774.822**	**1.337.508**
Créditos das Operações de Capitalização		**6.115**	**19.027**
Outros Créditos Operacionais	**Nota 6**	**23.224**	**27.041**
Títulos e Créditos a Receber		**24.181**	**19.936**
Títulos e Créditos a Receber		1.754	48
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7	21.200	19.099
Outros Créditos		1.227	789
Despesas Antecipadas		**183**	**–**
Custos de Aquisição Diferidos	**Nota 8**	**22.652**	**–**
Capitalização		22.652	–
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**716.816**	**1.019.695**
Realizável e longo prazo		**677.259**	**984.716**
Aplicações	**Nota 5**	**597.348**	**856.062**
Títulos e Créditos a Receber		**79.282**	**128.654**
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7	29.526	47.811
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 16	49.756	80.843
Outros Valores e Bens	**Nota 9**	**629**	**–**
Ativos de Direitos de uso		**629**	**–**
Imobilizado		**129**	**150**
Intangível	**Nota 10**	**39.428**	**34.829**
TOTAL DO ATIVO		**2.581.467**	**2.442.247**

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**2.319.849**	**2.192.373**
Contas a Pagar		**38.562**	**43.691**
Obrigações a Pagar	Nota 11	19.129	28.386
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		6.344	5.976
Encargos Trabalhistas		11.383	8.297
Impostos e Contribuições		1.674	1.016
Outras Contas a Pagar		32	16
Débitos de Operações com Capitalização	**Nota 12**	**14.345**	**8.412**
Depósitos de Terceiros	**Nota 13**	**4.387**	**2.666**
Provisões Técnicas – Capitalização	**Nota 14**	**2.262.209**	**2.137.604**
Provisão para Resgates		2.068.433	1.938.750
Provisão para Sorteio		159.220	156.412
Provisão para Despesas Administrativas		–	5.189
Provisão para Bônus		34.556	37.253
Outros Débitos	**Nota 9**	**346**	**–**
Passivos de Arredamento		346	–
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**56.024**	**96.857**
Contas a Pagar		**51.620**	**93.608**
Obrigações a Pagar	Nota 11	12.318	25.288
Tributos Diferidos	Nota 7	–	511
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 16	39.302	67.809
Outros Débitos		**4.404**	**3.249**
Provisões Judiciais	Nota 16	4.404	3.249
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 17**	**205.594**	**153.017**
Capital Social		191.484	166.484
Reservas de Lucros		11.025	18.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.085	762
Prejuízos Acumulados		**–**	**(32.358)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.581.467**	**2.442.247**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Arrecadação com Títulos de Capitalização		1.693.940	1.750.858
Variação da Provisão para Resgate		(1.376.829)	(1.413.167)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	**Nota 21.1**	**317.111**	**337.691**
Variações das Provisões Técnicas		2.618	(14.754)
Resultado com Sorteio	Nota 21.2	(69.815)	(65.758)
Custo de Aquisição	Nota 21.3	(106.029)	(92.349)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 21.4	21.142	17.726
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		**165.027**	**182.556**
Despesas Administrativas	**Nota 21.5**	**(178.868)**	**(186.484)**
Despesas com Tributos	**Nota 21.6**	**(22.187)**	**(16.134)**
Resultado Financeiro	**Nota 21.7**	**79.833**	**(30.644)**
Resultado Operacional		**43.805**	**(50.706)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		71	(373)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**43.876**	**(51.079)**
Imposto de Renda	**Nota 22**	**(12.068)**	**25.715**
Contribuição Social	**Nota 22**	**(8.433)**	**9.894**
Participações Sobre o Lucro	**Nota 22**	**1.879**	**(16.888)**
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**25.254**	**(32.358)**
Quantidade de Ações		790.894.586	765.894.586
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício por ação - R$		**0,03**	**(0,04)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**25.254**	**(32.358)**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**2.323**	**(766)**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	3.873	(1.277)
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no exercício	(1.550)	511
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**27.577**	**(33.124)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Exercício	**25.254**	**(32.358)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.338	4.340
Variação das Provisões Técnicas	1.495.192	1.424.993
Despesas de juros	21	15.391
Variação de Impostos Sobre o Lucro	8.038	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(174.727)	(49.223)
Créditos das Operações de Capitalização	12.912	(1.652)
Créditos Tributários e Previdenciários	(2.101)	(8.412)
Ativo Fiscal Diferido	16.736	(35.610)
Depósitos Judiciais e Fiscais	31.087	89.289
Custos de Aquisição Diferidos	(22.652)	–
Outros Valores e Bens	(629)	–
Outros Ativos	(7.423)	(9.604)
Outras Contas a Pagar	(47.797)	(86.013)
Débitos de Operações com Capitalização	5.933	(9.416)
Depósitos de Terceiros	1.721	372
Provisões Técnicas – Capitalização	(1.370.587)	(1.350.307)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	1.155	329
Outros Passivos	852	766
Caixa Líquido Consumido pelas Operações	**(22.677)**	**(47.115)**
Impostos sobre o lucro pagos	(7.380)	(16.219)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(30.057)**	**(63.334)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado e Intangível	–	373
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(3)	(8.229)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(3)**	**(7.856)**
Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	25.000	80.000
Pagamento de passivo por arrendamento	(506)	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**24.494**	**80.000**
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.566)**	**8.810**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**19.040**	**10.230**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**13.474**	**19.040**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial para Dividendos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**86.484**	**17.297**	**832**	**–**	**(4)**	**–**	**104.609**
Aumento de capital aprovado em AGE em 18/05/20 - Portaria SUSEP/CGRAT Nº 536, de 14/09/2020	80.000	–	–	–	–	–	80.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	766	–	766
Prejuízo Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	(32.358)	(32.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**166.484**	**17.297**	**832**	**–**	**762**	**(32.358)**	**153.017**
Aumento de capital aprovado em AGE em 28/10/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 577, de 03/01/2022	25.000	–	–	–	–	–	25.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	2.323	–	2.323
Compensação de prejuízos acumulados com Reserva Legal	–	(17.297)	–	–	–	17.297	–
Compensação de prejuízos acumulados com Reserva Estatutária	–	–	(832)	–		832	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	25.254	25.254
Destinação do Lucro Líquido							
Constituição Reserva Legal	–	551	–	–	–	(551)	–
Constituição Reserva Especial para Dividendos	–	–	–	10.474	–	(10.474)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**191.484**	**551**	**–**	**10.474**	**3.085**	**–**	**205.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados "SUSEP "a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

1.1. Mudança de Prática Contábil

1.1.1. Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foi identificado 1 contrato de arrendamentos e leasing, que está enquadrado na categoria: Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R$ 1.257 milhões nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

(i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e

(ii) contratos com valores inferiores a U$D 5 mil (R$ 20 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	1.422.552	–	1.422.552
Não Circulante	1.019.695	–	1.019.695
***Direito de uso* - CPC 06 (R2)**	–	1.258	1.258
Total	**2.442.247**	**1.258**	**2.443.505**

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Passivo			
Circulante	(2.192.373)	–	(2.192.373)
***Arrendamento Mercantil a Pagar* - CPC 06 (R2)**	–	**(834)**	**(834)**
Não Circulante	(96.857)	–	(96.857)
***Arrendamento Mercantil a Pagar* - CPC 06 (R2)**	–	**(424)**	**(424)**
Patrimônio Líquido	(153.017)	–	(153.017)
Total	**(2.442.247)**	**(1.258)**	**(2.443.505)**

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia. Já no segundo semestre, as medidas restritivas foram flexibilizadas conforme a quantidade de óbitos caíam.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

O Grupo Icatu vem acompanhando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que no momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (notas 3.3 e 4.2.1.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5.2).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.4).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.13 e 14).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nºs 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Derivativos: são classificados no ativo circulante "recebíveis" ou no passivo circulante "contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.

Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.

Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (20% a 5% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas Administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Resultado Patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.10. Benefícios a Empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de Curto Prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de Longo Prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos Executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.11.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.13. Provisões Técnicas

Provisão Matemática para Capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para Distribuição de Bônus

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da Provisão Matemática para Capitalização.

Provisão para Resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão para Despesas Administrativas

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão nesta data-base.

Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 14), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 15), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas desde 2021 considerando qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.15.1. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa substituir o CPC 38 –Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2023.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função a Grupo Icatu nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de risco organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em 4 etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinha conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha de defesa, conforme melhor explicado abaixo:

• As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

• A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

• A terceira linha é composta auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser críticos, severos, moderados e reduzidos.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress. Todos as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais Riscos Associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "investimentos de alto risco" e "investimentos de Baixo Risco", conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, R$ 1.171.217, correspondentes a 49% (1.376.546, correspondentes a 62% em 31 de dezembro de 2020) estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 462.834 (R$ 312.070 em 31 de dezembro de 2020).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

	31/12/2021		31/12/2020			
Rating	CDB	Total	CDB	Letra Financeira	Debênture	Total
AAA	–	–	–	–	4.849	4.849
AA+	32.154	32.154	–	12.818	–	12.818
AA	22.111	22.111	22.741	–	–	22.741
AA-	–	–	2.002	–	–	2.002
A+	10.208	10.208	8.955	–	–	8.955
BB-	–	–	30.012	–	–	30.012
Total	**64.473**	**64.473**	**63.710**	**12.818**	**4.849**	**81.377**

A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R$ 684.151 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 435.742 em 31 de dezembro de 2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

	31/12/2021				31/12/2020			
Fatores de Risco	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(58)	0,88	7.574	177.881	67	0,93	6.027	164.940
Taxa Referencial	(3)	0,90	288	76.315	13	0,93	771	141.427
IGPM	–	0,98	–	–	–	0,91	–	–
IPCA	(537)	0,99	26.718	771.688	1.319	0,99	64.589	1.109.585
Ações	–	0,96	4,00	34	–	0,96	79	556

4.1.1.3. Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2021			
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	2.969	–	–	2.969
Equivalente de Caixa	10.505	–	–	10.505
Aplicações	1.334.415	40.031	997.724	2.372.170
Créditos das Operações de Capitalização	6.115	–	–	6.115
Títulos e Créditos a Receber	24.181	86.476	–	110.657
Total de ativos	**1.378.185**	**126.507**	**997.724**	**2.502.416**
Contas a Pagar	38.562	58.814	–	97.376
Provisões Técnicas - Capitalização	1.452.831	411.612	397.766	2.262.209
Débitos de Operações com Capitalização	14.345	–	–	14.345
Depósitos de Terceiros	1.667	2.720	–	4.387
Total de passivos	**1.507.405**	**473.146**	**397.766**	**2.378.317**

	31/12/2020			
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	6.876	–	–	6.876
Equivalente de Caixa	12.164	–	–	12.164
Aplicações	903.520	279.338	1.010.712	2.193.570
Créditos das Operações de Capitalização	17.053	1.974	–	19.027
Títulos e Créditos a Receber	19.936	128.654	–	148.590
Total de ativos	**959.549**	**409.966**	**1.010.712**	**2.380.227**
Contas a Pagar	43.691	93.608	–	137.299
Provisões Técnicas - Capitalização	1.370.189	384.926	382.489	2.137.604
Débitos de Operações com Capitalização	8.412	–	–	8.412
Depósitos de Terceiros	585	2.081	–	2.666
Total de passivos	**1.422.877**	**480.615**	**382.489**	**2.285.981**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

Com relação ao impacto da Pandemia COVID-19, a gestão dos riscos operacionais foi efetuada de maneira eficaz de maneira a mitigar as exposições críticas a níveis reduzidos. Para isso, o Grupo Icatu Seguros rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros

4.1.1.5. Risco de Subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

• **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;

• **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;

• **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;

• **Risco das despesas administrativas:** Implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	R$ Mil	%	R$ Mil	%
Centro Oeste	165.804	10%	144.435	8%
Nordeste	121.503	7%	81.208	5%
Norte	172.589	10%	127.279	7%
Sudeste	990.011	59%	892.490	51%
Sul*	244.033	14%	505.446	29%
Total	**1.693.940**	**100%**	**1.750.858**	**100%**

(*) A redução da região "sul" ocorreu devido a transferência de carteira para a Rio Grande Capitalização.

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R$ 10.505 (R$ 12.164 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R$ 320.046 (R$ 38.062 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R$ 5.149 (R$ 1.276 em 31 de dezembro de 2020).

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Segue demonstração da abertura da carteira:

	31/12/2021								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+2,38%	–	5.192	–	–	5.192	5.192	0,22%	0,22%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,57%	–	–	28.188	–	28.188	28.188	1,18%	1,20%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	–	128.270	386.471	25.753	540.494	540.494	22,68%	23,03%
Operações Compromissadas	SELIC	–	452.329	–	–	452.329	452.329	18,98%	19,27%
Outros		55	12.403	–	–	12.458	12.458	0,52%	0,53%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		671.693	–	–	–	671.693	671.693	28,19%	28,62%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB		**–**	**64.473**	**–**	**–**	**64.473**	**64.473**	**2,71%**	**2,75%**
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	–	24.119	–	–	24.119	24.119	1,01%	1,03%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	–	40.351	–	–	40.351	40.351	1,69%	1,72%
Bloqueio Judicial - CDB	SELIC	–	5	–	–	5	5	0,00%	0,00%
Total		**671.748**	**662.667**	**414.659**	**25.753**	**1.774.827**	**1.774.827**	**74,49%**	**75,61%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas		–	10.505	–	–	10.505	10.505	0,44%	0,45%
Total		**–**	**10.505**	**–**	**–**	**10.505**	**10.505**	**0,44%**	**0,45%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+5,68%	–	–	–	233.954	233.954	233.954	9,82%	9,97%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	7,16%	–	–	–	25.595	25.595	25.595	1,07%	1,09%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	–	–	26.975	38.671	65.646	65.646	2,76%	2,80%
Total		**–**	**–**	**26.975**	**298.220**	**325.195**	**325.195**	**13,65%**	**13,85%**
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+4,49%	–	–	–	173.830	173.830	151.746	7,30%	6,46%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,65%	–	–	–	98.318	98.318	84.974	4,13%	3,62%
Total		**–**	**–**	**–**	**272.148**	**272.148**	**236.720**	**11,42%**	**10,09%**
Total das Aplicações Financeiras		**671.748**	**673.172**	**441.634**	**596.121**	**2.382.675**	**2.347.247**	**100,00%**	**100,00%**

	31/12/2020								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA		–	365	–	–	365	365	0,02%	0,02%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	3,72%	–	53.975	32.902	–	86.877	86.877	3,94%	3,66%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	–	40.209	340.249	17.578	398.036	398.036	18,05%	16,77%
Letras do Tesouro Nacional	3,83%	–	20.504	14.701	–	35.205	35.205	1,60%	1,48%
Operações Compromissadas	SELIC	–	299.906	–	–	299.906	299.906	13,60%	12,64%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		416.359	–	–	–	416.359	416.359	18,88%	17,55%
Outros		50	8.443	10.890	–	19.383	19.383	0,88%	0,82%
Letra Financeira	111,5% do CDI	–	–	12.818	–	12.818	12.818	0,58%	0,54%
Debêntures de Distribuição Pública	111,3% do CDI	–	–	4.849	–	4.849	4.849	0,22%	0,20%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB		**–**	**63.710**	**–**	**–**	**63.710**	**63.710**	**2,89%**	**2,68%**
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	–	24.744	–	–	24.744	24.744	1,12%	1,04%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	–	38.966	–	–	38.966	38.966	1,77%	1,64%
Total		**416.409**	**487.112**	**416.409**	**17.578**	**1.337.508**	**1.337.508**	**60,64%**	**56,37%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	12.164	–	–	–	12.164	12.164	0,55%	0,51%
Total		**12.164**	**–**	**–**	**–**	**12.164**	**12.164**	**0,55%**	**0,51%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+6,18%	–	–	–	39.338	39.338	39.338	1,78%	1,66%
Total		**–**	**–**	**–**	**39.338**	**39.338**	**39.338**	**1,78%**	**1,66%**
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+5,27%	–	–	–	716.543	716.543	881.693	32,49%	37,16%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,65%	–	–	–	100.181	100.181	102.125	4,54%	4,30%
Total		**–**	**–**	**–**	**816.724**	**816.724**	**983.818**	**37,03%**	**41,46%**
Total das Aplicações Financeiras		**428.573**	**487.112**	**416.409**	**873.640**	**2.205.734**	**2.372.828**	**100,00%**	**100,00%**

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	**38.004.612**	**658.323**	**562.323**	**39.225.258**
(+) Aplicações	4.192.828	519.462	355.867	5.068.157
(-) Resgates	(4.174.773)	(445.786)	(494.932)	(5.115.491)
(+) Rendimentos	45.896	(35.615)	91.910	102.191
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	1.277	–	1.277
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**1.349.672**	**39.338**	**816.724**	**2.205.734**
(+) Aplicações	2.407.021	389.608	17.667	2.814.296
(-) Resgates	(2.035.573)	(118.045)	(673.862)	(2.827.480)
(+) Rendimentos	64.212	10.421	111.619	186.252
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	3.873	–	3.873
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**1.785.332**	**325.195**	**272.148**	**2.382.675**

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**1.036.708**	**748.624**	**1.785.332**
Notas do Tesouro Nacional	33.380	–	33.380
Letras Financeiras do Tesouro	540.494	–	540.494
Letras do Tesouro Nacional	–	–	–
Letra Financeira	–	–	–
Operações Compromissadas	462.834	–	462.834
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	–	64.473	64.473
Debênture	–	–	–
Fundos de Investimento Não Exclusivos	–	671.693	671.693
Contratos Futuros	–	–	–
SWAP	–	12.851	12.851
Outras Aplicações	–	(393)	(393)
II. Títulos disponíveis para venda:	**275.547**	**49.648**	**325.195**
Letras Financeiras do Tesouro	65.646	–	65.646
Notas do Tesouro Nacional	209.901	49.648	259.549
III. Mantido até o vencimento:	**272.148**	**–**	**272.148**
Notas do Tesouro Nacional	272.148	–	272.148
Total (I + II + III)	**1.584.403**	**798.272**	**2.382.675**

	31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**831.564**	**518.108**	**1.349.672**
Notas do Tesouro Nacional	87.242	–	87.242
Letras Financeiras do Tesouro	398.036	–	398.036
Letras do Tesouro Nacional	34.216	989	35.205
Letra Financeira	–	12.818	12.818
Operações Compromissadas	312.070	–	312.070
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	–	63.710	63.710
Debênture	–	4.849	4.849
Fundos de Investimento Não Exclusivos	–	416.359	416.359
SWAP	–	19.784	19.784
Outras Aplicações	–	(401)	(401)
II. Títulos disponíveis para venda:	**39.338**	**–**	**39.338**
Notas do Tesouro Nacional	39.338	–	39.338
III. Mantido até o vencimento:	**816.724**	**–**	**816.724**
Notas do Tesouro Nacional	816.724	–	816.724
Total (I + II + III)	**1.687.626**	**518.108**	**2.205.734**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da Companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da Companhia.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2021

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	7	595
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	64	4.962
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	31	2.291
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	62	5.878
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	3	268
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	1	60
DI1	Vendido	02/01/2024	CDI	25	2.032

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R$ mil	Valor Ativo em R$ mil	Valor Passivo em R$ mil	Apropriação Acumulada em R$ mil
31/mai/17	jun/22	CDI	TR	50.000	76.315	63.464	12.851

31/12/2020

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total
DI1	Vendido	04/01/2021	CDI	541	54.085
DI1	Vendido	01/04/2021	CDI	206	20.507
DI1	Comprado	03/01/2022	CDI	26	2.504
DI1	Vendido	01/04/2022	CDI	10	990
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	47	4.479
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	31	2.847
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	164	14.635
DI1	Comprado	02/01/2025	CDI	2	138

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R$ mil	Valor Ativo em R$ mil	Valor Passivo em R$ mil	Apropriação Acumulada em R$ mil
31/mai/17	jun/22	DI1	TR	50.000	71.682	60.792	10.890
31/mai/17	jun/21	DI1	TR	50.000	69.686	60.792	8.894

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R$ 23.224 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 27.041 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

Os Impostos a recuperar são compostos da seguinte forma

7.1. Impostos a recuperar

Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	9.233	9.210
Contribuição Social	10.298	8.220
COFINS	1.373	1.373
PIS	245	245
Outros	51	51
Total de Créditos Fiscais	**21.200**	**19.099**

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante	01/01/2020	Constituição	Realização Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**7.625**	**34.532**	**(9.135)**	**33.022**	**44.126**	**(52.485)**	**24.663**
Ativo - Diferenças Temporárias	7.625	18.262	(9.171)	16.716	21.980	(22.722)	15.974
Passivo - Ajuste de TVM	–	(355)	36	(319)	10.006	(9.687)	–
Prejuízos Fiscais	–	16.625	–	16.625	12.140	(20.076)	8.689
Contribuição Social Diferida	**4.576**	**15.184**	**(5.482)**	**14.278**	**33.779**	**(36.000)**	**12.057**
Ativo - Diferenças Temporárias	4.576	10.957	(5.503)	10.030	13.187	(13.633)	9.584
Passivo - Ajuste de TVM	–	(213)	21	(192)	6.004	(5.812)	–
Base Negativa	–	4.440	–	4.440	14.588	(16.555)	2.473
Total	**12.201**	**49.716**	**(14.617)**	**47.300**	**77.905**	**(88.485)**	**36.720**

Passivo - Não Circulante	01/01/2020	Constituição	Realização Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.800**	**(378)**	**6.422**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	1.665	(378)	1.287
IR Debêntures Incentivadas	–	–	–	–	5.135	–	5.135
Contribuição Social Diferido	**–**	**–**	**–**	**–**	**999**	**(227)**	**772**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	999	(227)	772
Total de Débitos Fiscais Diferidos	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.799**	**(605)**	**7.194**
Total de Créditos e Débitos Diferidos	**12.201**	**49.716**	**(14.617)**	**47.300**	**70.106**	**(87.880)**	**29.526**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular Susep nº 648/21, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031		
2021*	612	0,00%
2022	449	1,64%
2023	408	1,49%
2024	733	2,68%
2025	1.168	4,27%
2026	1.729	6,32%
2027	2.424	8,86%
2028 a 2031	20.447	74,74%
Total	**27.358**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total

Prejuízo Fiscal e Base Negativa			
Não Circulante	**Saldo em 31/12/2020**	**Constituição**	**Saldo em 31/12/2021**
Prejuízo Fiscal	16.625	(7.936)	8.689
Base Negativa	4.440	(1.967)	2.473
Total	**21.065**	**(9.903)**	**11.162**

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2022 a 2028		
2021*	9.903	0,00%
2022	2.786	24,96%
2023	1.328	11,90%
2024	1.363	12,21%
2025	1.360	12,18%
2026 a 2028	4.325	38,75%
Total	**11.162**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de títulos a pagar - Prescrição	1.395	1.355
Contingências Trabalhistas	784	863
Contingências Cíveis	2.640	2.086
Contingências Fiscais	982	300
INSS s/aviso prévio - Exig.Suspensa	492	466
Redução a valor recuperável	1.397	1.320
Outras Provisões	7.168	2.869
Fundo de Marketing	803	738
Atualização Depósito Judicial	(14.347)	(20.451)
Participação nos Lucros e Resultados	23.280	39.959
COFINS Exigibilidade Suspensa	33.728	30.882
PIS Exigibilidade Suspensa	5.574	6.476
Total das Provisões temporárias	**63.896**	**66.863**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**15.974**	**16.716**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**9.584**	**10.030**
Total	**25.558**	**26.746**

8. Diferimento de aquisição dos custos - DAC

	31/12/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	–	31.694	(9.042)	22.652
Total	**–**	**31.694**	**(9.042)**	**22.652**

9. Outros valores e bens – direito de uso

Outros bens e valores estão distribuídos conforme abaixo:

	Adições em 01/01/2021	Adições	Depreciação	31/12/2021
ATIVO	**–**	**1.258**	**(629)**	**629**
Não circulante	–	1.258	(629)	629
PASSIVO	**–**	**1.258**	**(912)**	**346**
Circulante	–	834	(488)	346
Não circulante	–	424	(424)	–

Arrendamentos a Pagar	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	346
Juros de arrendamento	–
Total	**346**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2021
Desenvolvidos Internamente		**11.074**	**10.809**	**(1.875)**	**(605)**	**19.403**
Marcas e patentes	0%	111	–	–	–	111
Sistemas de computação	20%	10.963	10.809	(1.875)	(605)	19.292
Adquiridos de Terceiros		**23.755**	**3**	**–**	**(3.733)**	**20.025**
Sistemas aplicados	20%	3.041	3	–	(923)	2.121
Balcão de Vendas (a)	–	11.527	–	–	(1.808)	9.719
Resultado na Transferência de Carteira (b)	–	9.187	–	–	(1.002)	8.185
Total	–	**34.829**	**10.812**	**(1.875)**	**(4.338)**	**39.428**

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2020
Desenvolvidos Internamente		**6.798**	**6.466**	**(1.575)**	**(615)**	**11.074**
Marcas e patentes	0%	111	–	–	–	111
Sistemas de computação	20%	6.687	6.466	(1.575)	(615)	10.963
Adquiridos de Terceiros		**15.258**	**13.021**	**–**	**(4.524)**	**23.755**
Sistemas aplicados	20%	1.323	2.999	–	(1.281)	3.041
Balcão de Vendas (a)	–	13.935	–	–	(2.408)	11.527
Resultado na Transferência de Carteira (b)		–	10.022	–	(835)	9.187
Total		**22.056**	**19.487**	**(1.575)**	**(5.139)**	**34.829**

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de capitalização nos canais de distribuição de Parceiras. Amortizado de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos com o Banese e 5 anos com o Banestes.

(b) O ágio resultando da aquisição da carteira da Sulacap no valor de 10 MM será amortizado de acordo com o prazo médio restante de vigência dos títulos transferidos.

11. Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e o passivo não circulante registra obrigações após os 12 meses, compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores a pagar	67	634
Participações nos lucros a pagar	9.362	13.071
Obrigações transitórias - Resgates e sorteios	596	5.500
Rateio de despesas administrativas a pagar	5.233	1.322
Outras Obrigações	3.871	7.859

Passivo não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Participações nos lucros a pagar	12.318	25.288
Total	**31.447**	**53.674**

12. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	31/12/2021	31/12/2020
Excedente financeiro	7.660	843
Comissões e Pró-labore a pagar	4.706	7.211
Outros débitos	1.979	358
Total	**14.345**	**8.412**

13. Depósitos de terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
1 até 30 dias	160	524
31 até 60 dias	111	11
61 até 120 dias	202	8
121 até 180 dias	255	7
181 até 365 dias	939	35
mais de 365 dias	2.720	2.081
Total	**4.387**	**2.666**

14. Provisões técnicas – capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão Matemática para Capitalização	1.643.914	1.417.718	(1.377.995)	102.564	1.786.201
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	149.462	518.971	(525.998)	82	142.517
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	145.374	828.794	(834.526)	73	139.715
Provisão para Resgates	**1.938.750**	**2.765.483**	**(2.738.519)**	**102.719**	**2.068.433**
Provisão para Sorteios a Realizar	14.857	74.633	(77.685)	177	11.982
Provisão de Sorteios a Pagar	141.555	74.803	(69.287)	167	147.238
Provisão para Sorteios	**156.412**	**149.436**	**(146.972)**	**344**	**159.220**
Provisão para Distribuição de Bônus	37.253	8.300	(12.445)	1.448	34.556
Provisão para Despesas Administrativas	5.189	1.367	(6.556)	–	–
Outras Provisões	**42.442**	**9.667**	**(19.001)**	**1.448**	**34.556**
Total	**2.137.604**	**2.924.586**	**(2.904.492)**	**104.511**	**2.262.209**

	Saldos em 31/12/2019	Transferência de Carteira	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisão Matemática para Capitalização	1.518.629	(48.895)	1.479.285	(1.437.173)	132.068	1.643.914
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	193.064	(50.141)	515.302	(508.638)	(125)	149.462
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	135.321	(37.467)	873.891	(826.759)	388	145.374
Provisão para Resgates	**1.847.014**	**(136.503)**	**2.868.478**	**(2.772.570)**	**132.331**	**1.938.750**
Provisão para Sorteios a Realizar	35.939	(13.157)	69.228	(76.259)	(894)	14.857
Provisão de Sorteios a Pagar	98.766	33.516	72.790	(63.289)	(228)	141.555
Provisão para Sorteios	**134.705**	**20.359**	**142.018**	**(139.548)**	**(1.122)**	**156.412**
Provisão para Distribuição de Bônus	79.476	(44.642)	25.266	(23.476)	629	37.253
Provisão para Despesas Administrativas	1.723	5.923	4.303	(6.760)	–	5.189
Outras Provisões	**81.199**	**(38.719)**	**29.569**	**(30.236)**	**629**	**42.442**
Total	**2.062.918**	**(154.863)**	**3.040.065**	**(2.942.354)**	**131.838**	**2.137.604**

14.1. Análise de Sensibilidade – Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros que não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

I) Para os Riscos de Subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência dos últimos 3 anos de observação.

II) Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ).

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2021	31/12/2020
Variável	**Premissas**		
Resultado Sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	9.712	(10.190)
Resultado Sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(9.712)	10.190

15. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:	**2.262.209**	**2.137.604**
Total a ser coberto	**2.262.209**	**2.137.604**
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.600.576	1.862.928
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	671.693	416.359
Letra Financeira	–	12.818
Debêntures de Distribuição Pública	–	4.849
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	64.473	63.710
Total dos Ativos Vinculados	**2.336.742**	**2.360.664**
Equivalente de Caixa	**10.505**	**12.164**
Total de Aplicações	**2.347.247**	**2.372.828**
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	**85.038**	**235.224**

Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R$ 35.428 (R$ 167.094 em 31 de dezembro de 2020) menor que o valor contábil (nota 5.1).

16. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

16.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, trabalhista e pelas discussões em que se questiona PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	84	2.639	2.639	88	2.086	2.086
Possível	127	5.889	–	134	5.291	–
Remota	6	89	–	9	148	–
Total	**217**	**8.617**	**2.639**	**231**	**7.525**	**2.086**

Causas Trabalhistas	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	8	784	783	14	863	863
Possível	11	1.783	–	7	1.174	–
Remota	–	–	–	–	–	–
Total	**19**	**2.567**	**783**	**21**	**2.037**	**863**

Causas Fiscais	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	7	982	982	3	300	300
Possível	33	62.107	–	33	55.228	–
Total	**40**	**63.089**	**982**	**36**	**55.528**	**300**

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	1.473	1.731	(146)	(972)	2.086	969	848	(1.264)	**2.639**
Trabalhistas	1.147	9	(49)	(244)	863	–	650	(730)	**783**
Fiscais	300	–	–	–	300	6.693	(5.911)	(100)	**982**
Total	**2.920**	**1.740**	**(195)**	**(1.216)**	**3.249**	**7.662**	**(4.413)**	**(2.094)**	**4.404**

16.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo Outras Contas a Pagar são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	30.451	–	394	(30.845)	–
COFINS	30.882	2.015	831	–	33.728
PIS	6.476	327	147	(1.376)	5.574
Total - Obrigações Fiscais	**67.809**	**2.342**	**1.372**	**(32.221)**	**39.302**

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	120.003		1.882	(91.434)	30.451
COFINS	28.804	1.482	596	–	30.882
PIS	6.114	241	121	–	6.476
Total - Obrigações Fiscais	**154.921**	**1.723**	**2.599**	**(91.434)**	**67.809**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	–	–	–	–
Alargamento da Base (b)	6.895	5.481	36.697	33.728	–	–	43.592	39.209
Faturamento (c)	97	93	–	–	–	–	97	93
Saldo total 31/12/2021	**6.992**	**5.574**	**36.697**	**33.728**	**–**	**–**	**43.689**	**39.302**

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	32.882	30.451	32.882	30.451
Alargamento da Base (b)	6.402	5.018	33.723	30.882	–	–	40.125	35.900
Faturamento (c)	2.003	1.458	–	–	–	–	2.003	1.458
Saldo total 31/12/2020	**8.405**	**6.476**	**33.723**	**30.882**	**32.882**	**30.451**	**75.010**	**67.809**

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei n° 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015. Cumpre esclarecer que os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Icatu Capitalização discutia a majoração de alíquota de CSLL de 15 para 20%, foi integralmente convertido em renda em favor da União Federal, tendo o caso sido encerrado em julho de 2021;

(b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

16.3. Depósitos Judiciais e Fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	317	221
Trabalhistas	284	330
Fiscais	49.155	80.264
Outros	–	28
Total Depósitos Judiciais	**49.756**	**80.843**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**80.264**	**169.375**
Adições	2.181	5.713
Baixas	(35.135)	(97.450)
Atualização Monetária	1.845	2.626
Saldo Final	**49.155**	**80.264**

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social – Aumento de capital outubro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R$ 191.484 (R$ 166.484 em 31 de dezembro de 2020) é representado por 790.894.586 ações ordinárias (765.894.586 em 31 de dezembro de 2020). Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2021, os acionistas deliberaram pelo aumento de capital em R$ 25.000, mediante emissão de 25.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 03 de janeiro de 2022 tal aumento foi aprovado pela SUSEP

17.2. Reservas de lucros

As reservas de lucros de R$ 11.025 (R$ 18.129 em 31de dezembro de 2020) são compostas por:

Reserva Legal de R$ 551 (R$ 17.297 em 31 de dezembro de 2020) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n° 6.404/76.

Reserva Especial para Dividendos de R$ 10.474 foi constituída ao final do exercício social.

A companhia compensou o prejuízo do exercício de 2020 no valor de R$ 32.358 com a Reserva Legal do ano de 2020, no valor de R$ 17.297 e Reserva Estatutária no valor de R$ 832 ambas em sua totalidade.

Adicionalmente, utilizou parte do lucro do exercício de 2021 para compensar o prejuízo remanescente de R$ 14.229. Desta forma, restando lucro residual no valor de R$ 11.025, o qual utilizamos para a constituição da Reserva Legal do exercício no valor de R$ 551 e constituição da Reserva Especial para Dividendos no valor de R$ 10.474.

17.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2021, não houve distribuição de resultado conforme aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 22/02/2022.

17.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R$ 3.085 (R$ 762 em 31de dezembro de 2020).

17.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	**205.594**
Ajustes contábeis	**(81.990)**
Despesas Antecipadas	(183)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(11.163)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(8.564)
Ativo Intangíveis	(39.428)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(22.652)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	–
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	**35.755**
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	(19.431)
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	55.186
Subtotal PLA - nível	**159.359**
PLA Nível I	87.179
PLA Nível II	55.186
PLA Nível III	16.994
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	**(15.533)**
Limitador 15% CMR - PLA nível III	–
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	(15.533)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**143.826**
Capital Base (CB) (a)	**10.800**
Capital de Risco de Crédito	61.604
Capital de Risco de Subscrição	10.776
Capital de Risco - Mercado	62.171
Capital de Risco - Redução por correlação	(31.158)
Capital de Risco - Operacional	9.900
Capital de Risco (CR) (b)	**113.294**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**113.294**
Patrimônio líquido ajustado	143.826
(-) Exigência de capital - EC	(113.294)
Suficiência de capital - R$	**30.532**
Suficiência de capital (% da EC)	**127%**

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

	Ativo	Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b) (c)	–	(19.125)	(14.509)	23.696	14.164	(20.951)	(61.768)
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (b)	–	–	–	5.420	–	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada) (b)	–	–	–	292	–	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (e)	–	(53)	(110)	162	–	(669)	(735)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (d)	–	–	–	–	–	(1.999)	(1.999)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	–	–	–	2	–		–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	–	–	–	–	–	(2)	(11)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	–	(28)	(34)	–	–	(119)	(450)
Icatu Consultoria Investimento Ltda (b)		–		–	–	(7)	(27)
XS4 Capitalização (Ligada) (f)	1.696	–	–		–	–	–
Administradores (Outros) (c)	–	–	–	–	–	–	(1.189)
Total	**1.696**	**(19.206)**	**(14.653)**	**29.572**	**14.164**	**(23.747)**	**(66.179)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. (b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; (c) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrado na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo; (d) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários; (e) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; (f) Valores referentes ao contas a receber da XS4 Capitalização.

19. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2021				
Produto	**Processo**	**% de Carregamento**	**Taxa de Juros**	**Índice de Correção**
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	8,06%	0,5% a.m.	TR
PU579IG	15414.900829/2019-38	7,17%	0,5% a.m.	TR

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

20. Comercialização

O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização 31/12/2021	31/12/2020
Títulos de pagamentos únicos (PU)	0,53%	0,94%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	14,21%	9,44%
Total	**6,26%**	**5,27%**

21. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

21.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Título de Capitalização Emitido	1.736.355	1.799.817
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(42.415)	(48.959)
Reversão da Provisão Para Resgate	37.416	59.338
Constituição da Provisão Para Resgate	(1.414.245)	(1.472.505)
Total	**317.111**	**337.691**

21.2. Resultado com sorteios

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da Provisão Para Sorteio	77.685	76.258
Constituição da Provisão Para Sorteio	(74.633)	(69.228)
Despesas Com Títulos Sorteados	(72.867)	(72.788)
Total	**(69.815)**	**(65.758)**

21.3. Custo de aquisição - capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Corretagem	(77.802)	(83.277)
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(3.772)	(8.008)
Despesas de Custeamento de Vendas	(1.803)	(1.064)
Variação Despesa de Comercialização Diferida	(22.652)	–
Total	**(106.029)**	**(92.349)**

21.4. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Resgate de Título	10.865	12.349
Receita com Prescrição de Título	42.471	33.326
Despesas com Provisões	(764)	–
Outras Receitas/(Despesas) operacionais	(31.430)	(27.949)
Total	**21.142**	**17.726**

21.5. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal Próprio	(104.595)	(109.653)
Serviços de Terceiros	(18.481)	(19.682)
Localização e Funcionamento	(26.942)	(33.482)
Publicidade e Propaganda	(5.002)	(5.385)
Outras Despesas Administrativas	(23.848)	(18.282)
Total	**(178.868)**	**(186.484)**

21.6. Despesas com tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(5.913)	–
COFINS	(12.663)	(12.430)
PIS	(2.058)	(2.020)
Taxa de Fiscalização	(1.340)	(1.278)
Outras Despesas com Tributos	(213)	(407)
Total	**(22.187)**	**(16.134)**

21.7. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria - Disponível para Venda	**10.421**	**–**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	10.421	–
Categoria - Mantido até o Vencimento	**111.619**	**–**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	111.619	–
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	**71.646**	**163.068**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	71.646	158.170
Títulos de Renda Fixa	–	4.898
Outras Receitas Financeiras	**1.040**	**3.071**
Total – Receitas Financeiras	**194.726**	**166.139**
Categoria - Disponível para Venda	**(7.434)**	**(60.865)**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(57)	–
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	–	(60.865)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(7.377)	–
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	**(104.512)**	**(131.838)**
Outras Despesas Financeiras	**(2.947)**	**(4.080)**
Total – Despesas Financeiras	**(114.893)**	**(196.783)**
Total	**79.833**	**(30.644)**

22. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	43.876	43.876	(51.079)	(51.079)
Participações nos Lucros e Resultados	1.879	1.879	(16.888)	(16.888)
Resultado antes dos Impostos	**45.755**	**45.755**	**(67.967)**	**(67.967)**
ADIÇÕES	**40.763**	**35.397**	**60.533**	**60.533**
Adição Permanente	738	738	124	124
Doações e Patrocínios Indedutíveis	194	194	–	–
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.897	4.897	3.715	3.715
Outras Provisões	16.130	10.764	6.282	6.282
Participações nos Lucros e Resultados	10.757	10.757	16.888	16.888
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.943	1.943	4.322	4.322
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	6.104	6.104	29.202	29.202
EXCLUSÕES	**(60.991)**	**(32.933)**	**(59.066)**	**(22.166)**
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.715)	(3.715)	(3.292)	(3.292)
Outras Provisões	(34.340)	(6.282)	(52.844)	(15.944)
Participações nos Lucros e Resultados	(22.936)	(22.936)	(2.930)	(2.930)
Resultado Ajustado	**21.026**	**43.719**	**(66.500)**	**(29.600)**
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	**(6.308)**	**(13.115)**	–	–
Lucro após as Compensações	**14.718**	**30.604**		
Alíquotas Oficiais	**15%+10%**	**15%**	**15%+10%**	**15%**
Despesas com IRPJ/CSLL	**(3.390)**	**(6.021)**	**–**	**–**
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(8.678)	(2.412)	25.715	9.894
Despesas com IRPJ/CSLL	**(12.068)**	**(8.433)**	**25.715**	**9.894**
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	**27%**	**19%**	**38%**	**15%**

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31/12/2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

23. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2021 da Icatu Seguros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Soares

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luciano Snel Corrêa

Diretores
Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária
Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.13 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR") e Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR. - conciliação dos registros analíticos suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis. - recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos. - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como persistência, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$143.826 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e pelos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$143.826mil (em 31 de dezembro de 2021), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$143.826mil (em 31 de dezembro de 2021), anteriormente referidos, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45
Felipe Fieri Amado - MIBA 2.385

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstrações) da **Vanguarda Companhia de Seguros Gerais** (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no início de 2021 e com o início da campanha de vacinação no país, as atividades estão retornando aos poucos à normalidade.

Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Desempenho nas operações

A Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 970 no ano de 2021 (R$1.321 em 2020), o que representa uma redução de 26,57% em relação ao mesmo período em 2020. O patrimônio líquido atingiu R$ 5.281, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.114 em 2020).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

4. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

5. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		**4.786**	**6.734**
Disponível		**130**	**126**
Caixa e Bancos		130	126
Aplicações	**Nota 5**	**4.546**	**6.415**
Títulos de Renda Fixa - Públicos		2.673	2.556
Quotas de Fundos de Investimentos		1.873	3.859
Títulos e Créditos a Receber		**110**	**193**
Títulos e Créditos a Receber		12	99
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 6**	98	94
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.325**	**2.754**
Realizável a Longo Prazo		**2.323**	**2.450**
Títulos e Créditos a Receber		**2.323**	**2.450**
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 6**	403	389
Depósitos Judiciais e Fiscais	**Nota 8.1**	1.920	2.061
Investimentos	**Nota 7**	**2**	**304**
Participações Societárias		2	304
TOTAL DO ATIVO		**7.111**	**9.488**

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		**36**	**433**
Contas a Pagar		**36**	**433**
Obrigações a Pagar		34	432
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		2	1
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.794**	**1.941**
Outras Contas a Pagar	**Nota 8.2**	**1.794**	**1.941**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 9**	**5.281**	**7.114**
Capital Social		4.699	4.699
Reservas de Capital		16	16
Reservas de Lucros		809	2.399
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(243)	–
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.111**	**9.488**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**Nota 11 a)**	–	7
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		–	**7**
Despesas Administrativas	**Nota 11 b)**	**(129)**	**(187)**
Despesas com Tributos	**Nota 11 c)**	**(144)**	**(127)**
Resultado Financeiro	**Nota 11 d)**	**198**	**6**
Resultado Patrimonial	**Nota 7**	**1.031**	**1.495**
RESULTADO OPERACIONAL		**956**	**1.194**
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		–	1
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**956**	**1.195**
Imposto de Renda	**Nota 12**	9	84
Contribuição Social	**Nota 12**	5	42
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**970**	**1.321**
Quantidade de Ações	**Nota 9 a)**	**3.316.721**	**3.316.721**
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R$		**0,29**	**0,40**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**970**	**1.321**
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	**(243)**	**–**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**727**	**1.321**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	**970**	**1.321**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	–	(96)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.031)	(1.495)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	1.869	12.490
Créditos Tributários e Previdenciários	(18)	(53)
Ativo fiscal diferido	–	(165)
Depósitos Judiciais e Fiscais	141	1.055
Títulos e créditos a receber	87	(3)
Outros Ativos	–	233
Impostos e Contribuições	–	86
Outras contas a Pagar	(230)	(958)
Débitos de Operações com Seguros	–	(154)
Provisões Técnicas - Seguros	–	(13.661)
Caixa Gerado (Consumido)pelas Operações	**1.788**	**(1.400)**
Impostos pagos	–	(86)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	**1.788**	**(1.486)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	–	(84)
Intangível	–	13
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.090	1.555
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**1.090**	**1.484**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos	(2.874)	–
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(2.874)**	**–**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(2)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	**126**	**128**
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício	**130**	**126**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

		RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS				
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**4.699**	**1**	**15**	**629**	**763**	**–**	**–**	**6.106**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	1.321	1.321
Destinação do Lucro Líquido								
Reserva Legal	–	–	–	66	–	–	(66)	–
Reserva Estatutária	–	–	–	–	941	–	(941)	–
Dividendo Mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(314)	(314)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.699**	**1**	**15**	**695**	**1.704**	**–**	**–**	**7.114**
Cessão de Investimento	–	–	–	–	–	(243)	–	(243)
Dividendos Declarados e pagos – AGE 26/08/2021	–	–	–	–	(1.704)	–	(856)	(2.560)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	970	970
Destinação do Lucro Líquido								
Reserva Legal	–	–	–	49	–	–	(49)	–
Reserva Estatutária	–	–	–	–	65	–	(65)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.699**	**1**	**15**	**744**	**65**	**(243)**	**–**	**5.281**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2020 e 2021, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

1.1. Impactos da pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados baixou consideravelmente. De qualquer forma, o número de óbitos em 2021 foi muito acima do patamar de sinistralidade que o mercado vinha registrando nos últimos anos. Os casos de óbitos impactaram a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas, no mercado de seguros brasileiro.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou três vezes consecutivas até o final de junho, encerrando o semestre em 4,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

O Grupo Icatu vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e as Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa. (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no Ativo ou Passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.3.1 Valor justo por meio do resultado (VRJ)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado.

A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício.

3.3.2 Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais, estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.

3.5. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado Patrimonial".

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2022.

3.6.1 – IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a Tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontram-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e, portanto, provável que haja um desencaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das demonstrações financeiras, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: **(i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) Provisões Judiciais (nota 8).**

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Novas Normas e Interpretações Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.9.1. IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023, conforme *amendment* do IFRS 4 – *Insurance Contracts*.

A Companhia realizou o teste requerido pelo *amendment* e adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.9.2. IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação.

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta Implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº648, de 12 de novembro de 2021, é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados noGrupo Icatu, sendo que tanto os quesitos de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.1.1. Principais Riscos Associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "investimentos de alto risco" e "investimentos de baixo risco", conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.673,que representa 59% das aplicações financeiras nesta data, (R$ 2.556,que representa 40% em 31 de dezembro 2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R$ 1.873,que representa 41% das aplicações financeiras nesta data, (R$ 3.859 que representa 60% em 31 de dezembro 2020).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de Mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(I) *DV01* (*dollar–value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

	31/12/2021				31/12/2022			
Fatores de Risco	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**
Pré-fixado - DI	-	0,88	0,07	4	-	0,93	0,16	1
IPCA	-	0,99	0,55	28	0,01	0.99	0,54	32

4.1.1.3. Risco de Liquidez

O risco de Liquidez consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura do Grupo Icatu.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2021		
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	130	-	130
Aplicações Financeiras	1.873	2.673	4.546
Títulos e créditos a receber	110	-	110
Total de ativos	**2.113**	**2.673**	**4.786**
Contas a pagar	36	-	36
Total de passivos	**36**	**-**	**36**

	31/12/2020		
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	126	-	126
Aplicações Financeiras	3.859	2.556	6.415
Títulos e Créditos a Receber	193	-	193
Total de ativos	**4.178**	**2.556**	**6.734**
Contas a pagar	432	-	432
Total de passivos	**432**	**-**	**432**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de Capital

A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu Seguros mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

			31/12/2021		
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	**Taxas contratadas**	**Sem vencimento**	**De 13 a 60 meses**	**Valor contábil / mercado**	**Percentual das aplicações**
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		1.873	-	1.873	41%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.673	2.673	59%
Total		**1.873**	**2.673**	**4.546**	**100%**

			31/12/2020		
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	**Taxas contratadas**	**Sem vencimento**	**De 13 a 60 meses**	**Valor contábil / mercado**	**Percentual das aplicações**
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		3.859	-	3.859	60%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.556	2.556	40%
Total		**3.859**	**2.556**	**6.415**	**100%**

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

Saldo final em 01 de janeiro de 2020	**18.905**
(+) Aplicações	4.121
(-) Resgates	(16.728)
(+) Rendimentos	117
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**6.415**
(+) Aplicações	1.390
(-) Resgates	(3.520)
(+) Rendimentos	261
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**4.546**

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando–se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2021		
	Nível 01	**Nível 02**	**Total**
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.673	-	2.673
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	1.873	1.873
Total (I)	**2.673**	**1.873**	**4.546**

	31/12/2020		
	Nível 01	**Nível 02**	**Total**
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.556	-	2.556
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	3.859	3.859
Total (I)	**2.556**	**3.859**	**6.415**

6. Créditos tributários e previdenciários

a) Tributos a recuperar

Os Tributos a Recuperar são compostos de Imposto de Renda em R$ 59 (R$ 59 em 31 de dezembro 2020) e demais impostos R$ 39 (R$ 35 em 31 de dezembro 2020).

b) Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica Tributos Diferidos.

Circulante	01/01/2020	Constituição	Realização/Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização/Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**139**	**212**	**(108)**	**243**	**22**	**(13)**	**252**
Diferenças Temporárias	139	212	(108)	243	22	(13)	252
Contribuição Social Diferida	**84**	**127**	**(65)**	**146**	**26**	**(21)**	**151**
Diferenças Temporárias	84	127	(65)	146	26	(21)	151
Total	**223**	**339**	**(173)**	**389**	**48**	**(34)**	**403**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e atualizações de depósitos judiciais. Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A seguir, a composição das adições/exclusões das diferenças temporárias:

	Diferenças Temporárias	
Imposto de Renda/Contribuição Social	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Atualização Depósito Judicial	(787)	(772)
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.403	1.361
PIS Exigibilidade Suspensa	392	382
Total das Provisões temporárias	**1.008**	**971**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**252**	**243**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**151**	**146**
Total	**403**	**389**

7. Investimentos

Investimentos em coligadas e em outras companhias é composto da seguinte forma:

										Investimento		Resultado Patrimonial	
Investimentos	**Quantidade de Cotas**	**% de Participação**	**Total de Ativos**	**Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais**	**Provisões Judiciais**	**Capital Social**	**Patrimônio Líquido**	**Total das Receitas**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	10.000	0,1%	8	–	–	10	10	–	(1)	–	–	–	–
Icatu Consultoria de Investimentos SA. (a)	301.200	0,00%	349.396	338.000	–	301	(145.682)	270.263	157.080	–	301	1.031	1.495
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	46.245.081	0,002%	16.982	16.095	487	46.245	7.586	16.099	(7.186)	2	3	–	–
Total de Investimentos	**46.556.281**		**366.386**	**354.095**	**487**	**44.556**	**(138.086)**	**286.362**	**149.892**	**2**	**304**	**1.031**	**1.495**

a) Em setembro de 2021 a Companhia fez uma cessão de quotas e deixou de ser acionista da Icatu Consultoria de Investimentos SA.

Movimentação Investimentos	01/01/2020	Adições	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2020	Adições/Baixas	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2021
Icatu Consultoria de Investimentos SA.	361	–	(1.555)	1.495	301	(241)	(1.090)	(1.031)	–
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	36	(36)	–	–	–	–	–	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	3	–	–	–	3	(2)	–	–	2
Total	**400**	**(36)**	**(1.555)**	**1.495**	**304**	**(243)**	**(1.090)**	**(1.031)**	**2**

8. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

8.1. Depósito Judiciais e Fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**2.061**	**3.116**
Adições	12	12
Baixados	(206)	(1.112)
Atualização Monetária	53	45
Saldo Final	**1.920**	**2.061**

8.2. Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Na rubrica "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Contribuição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	199	–	2	(201)	–
COFINS	1.360	10	32	–	1.402
PIS	382	2	8	–	392
Total - Obrigações Fiscais	**1.941**	**12**	**42**	**(201)**	**1.794**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**
Alargamento da Base (b)	260	228	1.475	1.403	-	-	1.735	1.631
Faturamento (c)	185	164	-	-	-	-	185	164
Saldo total 31/12/2021	**445**	**392**	**1.475**	**1.403**	**-**	**-**	**1.920**	**1.795**

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**	**Depósito Judicial**	**Provisão**
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	204	199	204	199
Alargamento da Base (b)	251	221	1.425	1.360	–	–	1.676	1.581
Faturamento (c)	181	161	–	–	–	–	181	161
Saldo total 31/12/2020	**432**	**382**	**1.425**	**1.360**	**204**	**199**	**2.061**	**1.941**

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 15% para 20% - Lei n° 13.169/15. Cumpre esclarecer que os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Icatu Seguros, Icatu Capitalização e Vanguarda Seguros discutiam a majoração de alíquota de CSLL de 15 para 20% foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal, tendo o caso sido encerrado em julho de 2021;

(b) PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de Jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

9. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 4.699 (R$ 4.699 em 2020), representado por 3.316.721 (3.316.721 em 2020) ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, as Reservas de Lucros de R$ 809 (R$ 2.399 em 2020) são compostas por:

(i) Reserva legal de R$ 49 (R$ 66 em 31 de dezembro de 2020) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária de R$ 65 (R$ 941 em 31 de dezembro de 2020) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legal.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	**5.281**
Ajustes contábeis	**(2)**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(2)
Subtotal PLA - nível	**5.279**
PLA Nível I	4.876
PLA Nível II	–
PLA Nível III	403
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	**5.279**
Capital Base (CB) (a)	**4.000**
Capital de Risco de Crédito	139
Capital de Risco - Mercado	38
Capital de Risco - Redução por correlação	(24)
Capital de Risco (CR) (b)	**153**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**4.000**
Patrimônio líquido ajustado	5.279
(-) Exigência de capital - EC	(4.000)
Suficiência de capital - R$	**1.279**
Suficiência de capital (% da EC)	**137%**

10. Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (d)	–	(314)	–	–	(2)	(10)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	–	–	2	11	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Ligada) (a)	–	–	7	2	–	–
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) (a)	–	–	1	–	–	–
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (a)	–	–	76	6	–	–
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (c)	–	–	3	–	(6)	(5)
Total	**–**	**(314)**	**89**	**19**	**(8)**	**(15)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:
(a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
(b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;
(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia.

11. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

a) Outras Receitas e Despesas Operacionais – Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas DPVAT	–	(7)
Total	**–**	**(7)**

b) Despesas Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal Próprio	53	(3)
Serviços de Terceiros	(72)	(82)
Localização e Funcionamento	(55)	(54)
Publicações	(90)	(62)
Despesas Administrativas	35	14
Total	**(129)**	**(187)**

c) Despesas com Tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(1)	–
COFINS	(11)	(6)
PIS	(2)	(1)
Taxa de Fiscalização	(127)	(113)
Outras Despesas com Tributos	(3)	(7)
Total	**(144)**	**(127)**

d) Resultado Financeiro

Categoria – Valor Justo por meio do Resultado	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Quotas de Fundos de Investimento – Não Exclusivos	265	117
Outras Receitas Financeiras	52	6
Total – Receitas Financeiras	**317**	**123**
Quotas de Fundos de Investimento – Não Exclusivos	(4)	–
Outras Despesas Financeiras	(115)	(117)
Total – Despesas Financeiras	**(119)**	**(117)**
Total	**198**	**6**

12. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos Impostos	**956**	**956**	**1.195**	**1.195**
ADIÇÕES	**2.570**	**2.570**	**429**	**429**
Adição Permanente	4	4	16	16
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.794	1.794	37	37
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	772	772	376	376
EXCLUSÕES	**(3.560)**	**(3.560)**	**(1.495)**	**(1.495)**
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(787)	(787)	–	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.031)	(1.031)	(1.495)	(1.495)
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	(1.742)	(1.742)	–	–
Resultado Ajustado	**(34)**	**(34)**	**129**	**129**
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	–	–	(19)	(19)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	9	6	103	61
Atualização Processo Judicial CSLL*	–	(1)	–	–
Despesas com IRPJ/CSLL	**9**	**5**	**84**	**42**
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	**–0,9%**	**–0,4%**	**–7,0%**	**–3,6%**

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31 de dezembro de 2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

13. Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2021 da Icatu Seguros.

DIRETORIA

Luciano Snel Corrêa
Diretor-Presidente

Alexandre Petrone Vilardi
Diretor

César Luiz Salazar Saut
Diretor

Marcio de Moraes Palmeira
Diretor

CONTADOR

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

ATUÁRIA

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões judiciais e Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 8.2 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável. Tais provisões requerem julgamento da Companhia na determinação da probabilidade de perda. Devido à relevância quantitativa dessas provisões judiciais, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de avaliação de risco de perda das ações judiciais. - obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco. - discussão dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da Companhia. - revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões judiciais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais (Demonstrações) da Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Pandemia de COVID-19

Durante o ano de 2021, a pandemia da COVID-19 teve grandes oscilações. No início do ano, teve seu quadro agravado, sendo assim, as autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios. Porém, com a vacinação avançando e a quantidade de óbitos caindo, as medidas foram flexibilizadas. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem gerenciando a sua liquidez, de forma a garantir que todos os compromissos assumidos sejam cumpridos.

3. Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

O resultado com capitalização em 2021 alcançou R$ 218 (R$ 192 em 2020), sem apresentar grandes variações. As despesas administrativas foram de R$ 257 (R$ 179 em 2020). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R$ 891 (R$ 537 em 2020). Na nota explicativa 1.1., que fala sobre "Contexto Geral", há maiores detalhes sobre a evolução da economia e o impacto do resultado financeiro.

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 12.153, em 31 de dezembro de 2021 (R$12.518 em 31 de dezembro de 2020), 116% de suficiência de capital em 31 de dezembro de 2021 (121% em 31 de dezembro de 2020).

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

No ano de 2021, a Companhia retornou à sociedade R$ 158 (R$ 136 em 2020) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R$ 157 (R$ 99 em 2020) em tributos indiretos e R$ 288 (R$ 136 em 2020) em tributos diretos.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu segmento de mercado, sendo reconhecida por seus funcionários, pela sétima vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, pelo *ranking Great Place to Work* (GPTW) 2021. Figurou entre as 30 melhores empresas de grande porte, categoria de mil a 9.999 funcionários, subindo 19 posições, comparado ao ranking de 2020. Este reconhecimento é feito após ter sido eleita a segunda melhor empresa para trabalhar, pelo GPTW Rio de Janeiro, também como uma das melhores empresas para trabalhar entre as grandes seguradoras, pelo levantamento do GPTW Instituições Financeiras.

Adicionalmente, foi eleita pela terceira vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o *Ranking* 2021 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente. O levantamento recebeu mais de 10 milhões de opiniões de clientes e analisou mais de 10 mil empresas, em 117 segmentos de mercado.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

6. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**23.764**	**25.084**
Disponível		**105**	**122**
Caixa e Bancos		105	122
Aplicações	**Nota 5**	**23.184**	**24.374**
Títulos de Renda Fixa - Públicos		23.184	24.374
Créditos das Operações de Capitalização		**–**	**30**
Títulos e Créditos a Receber		**475**	**558**
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	475	558
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**201**	**133**
Realizável a Longo Prazo		**201**	**133**
Títulos e Créditos a Receber		**201**	**133**
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	114	89
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 9.1	87	44
TOTAL DO ATIVO		**23.965**	**25.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**11.127**	**11.972**
Contas a Pagar		**96**	**116**
Obrigações a Pagar		19	106
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		11	10
Impostos e Contribuições		66	–
Provisões Técnicas - Capitalização	**Nota 8**	**11.031**	**11.856**
Provisão para Resgates		1.407	1.944
Provisão para Sorteio		9.624	9.912
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**295**	**229**
Contas a Pagar		**93**	**52**
Obrigações a Pagar		5	5
Outras Contas a Pagar		88	47
Outros Débitos		**202**	**177**
Provisões Judiciais		202	177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 10**	**12.543**	**13.016**
Capital Social		12.000	12.000
Reservas de Lucros		543	1.016
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**23.965**	**25.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Custo de Aquisição	Nota 12 a)	(52)	(72)
Outras Receitas Operacionais	Nota 12 b)	270	264
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		**218**	**192**
Despesas Administrativas	**Nota 12 c)**	**(257)**	**(179)**
Despesas com Tributos	**Nota 12 d)**	**(157)**	**(99)**
Resultado Financeiro	**Nota 12 e)**	**891**	**537**
RESULTADO OPERACIONAL		695	451
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**695**	**451**
Imposto de Renda	Nota 13	(150)	(76)
Contribuição Social	Nota 13	(138)	(60)
Participações Sobre o Lucro	Nota 13	(2)	–
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**405**	**315**
Quantidade de Ações		**12.000.000**	**12.000.000**
Lucro Líquido do Exercício por ação – R$		**0,03**	**0,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

		RESERVAS DE LUCROS		
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**12.000**	**223**	**553**	**–**	**12.776**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	315	315
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição da Reserva Legal	–	16	–	(16)	–
Constituição da Reserva Estatutária	–	–	224	(224)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	(75)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**12.000**	**239**	**777**	**–**	**13.016**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	405	405
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição da Reserva Legal	–	21	–	(21)	–
Constituição da Reserva Estatutária	–	–	283	(283)	–
Dividendos declarados e pagos - AGE 08/2021	–	–	(777)	(102)	(879)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.000**	**260**	**283**	**–**	**12.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**405**	**315**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**405**	**315**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

Atividades Operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	**405**	**315**
Ajustes para:		
Variação das Provisões Técnicas - Capitalização	(99)	(406)
Variação dos Impostos Sobre o Lucro	313	(76)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	1.191	20.476
Créditos Tributários e Previdenciários	58	(118)
Outros ativos	(13)	(74)
Impostos e contribuições	–	333
Outras contas a pagar	29	(19.570)
Débitos de Operações com Capitalização	–	(2)
Depósitos de Terceiros	–	(7)
Provisões Técnicas - Capitalização	(726)	(802)
Provisões judiciais	25	170
Caixa Gerado pelas Operações	**1.183**	**239**
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(246)	(298)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**937**	**(59)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(954)	–
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(954)**	**–**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(17)**	**(59)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**122**	**181**
Caixa e equivalentes de caixa no final exercício	**105**	**122**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. "(Icatu Seguros)" e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados baixou consideravelmente. De qualquer forma, o número de óbitos em 2021 foi muito acima do patamar de sinistralidade que o mercado vinha registrando nos últimos anos.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalentes de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A receita com títulos de capitalização é registrada quando da emissão dos respectivos títulos.
- O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização dos títulos emitidos. A Companhia mantém as provisões técnicas atualizadas monetariamente até a data da efetiva liquidação.
- Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de instrumentos financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos exercícios apresentados nas Demonstrações.

3.4.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "crédito das operações", "títulos e créditos a receber" e "outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Redução ao valor recuperável

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do exercício, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do exercício.

3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2022.

3.7.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões técnicas

3.8.1. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.8.2. Provisão de Sorteios a Pagar (PSAP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.8.3. Prescrição de Títulos (PPS)

A Companhia adota, na provisão de sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos.

3.9. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as Demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.10. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (nota 5); (ii) provisões judiciais (nota 9); (iii) provisões técnicas de capitalização (nota 7); (iv) créditos tributários e previdenciários (nota 6).

Essas premissas foram revisadas em 2021 e 2020 e consideram qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.11. Novas normas e interpretações contábeis ainda não efetivas

O pronunciamento a seguir entra em vigor para exercícios após a data destas Demonstrações e não será adotado antecipadamente:

3.11.1. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo amendment e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. Adicionalmente, a SUSEP ainda não aprovou o CPC 48.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e, portanto, provável que haja um desencaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das demonstrações financeiras, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada e estão contabilizados no grupo "Outros Débitos".

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia.

Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "investimentos de alto risco" e "investimentos de baixo risco", conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 23.184 / 100% (R$ 24.374 / 100% em 31 de dezembro de 2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA) segundo melhores práticas de mercado.

Em 2021 e 2020 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura do Grupo Icatu. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica da carteira de investimentos que possui com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de estresse para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de estresse da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (dollar–value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 dezembro de 2020 as análises de sensibilidade dos fatores de risco resultaram em valor nulo para as variáveis de risco VaR e DV01.

No quadro a seguir é apresentado o fator de decaimento lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2021 EWMA	31/12/2020 EWMA
Pré-fixado	0,88	0,93

4.1.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2021			
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	105	–	–	105
Aplicações	–	–	23.184	23.184
Títulos e Créditos a Receber	475	–	–	475
Total de ativos	**580**	**–**	**23.184**	**23.764**
Contas a pagar	19	–	–	19
Provisões Técnicas - Capitalização	5.742	5.060	229	11.031
Total de passivos	**5.761**	**5.060**	**229**	**11.050**

	31/12/2020			
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	122	–	–	122
Aplicações	–	–	24.374	24.374
Créditos das Operações de Capitalização	30	–	–	30
Títulos e Créditos a Receber	558	–	–	558
Total de ativos	**710**	**–**	**24.374**	**25.084**
Contas a pagar	116	–	–	116
Provisões Técnicas - Capitalização	9.067	1.521	1.268	11.856
Total de passivos	**9.183**	**1.521**	**1.268**	**11.972**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no aging não representa risco.

4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

Segue demonstração da abertura da carteira:

	31/12/2021			
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:				
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	23.184	23.184	100%
Total		**23.184**	**23.184**	**100%**

	31/12/2020			
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:				
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	24.374	24.374	100%
Total		**24.374**	**24.374**	**100%**

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	**44.850**
(+) Aplicações	9.150
(–) Resgates	(30.312)
(+) Rendimentos	686
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**24.374**
(–) Resgates	(2.238)
(+) Rendimentos	1.048
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**23.184**

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Nível 01	31/12/2021	31/12/2020
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**23.184**	**24.374**
Letras Financeiras do Tesouro	23.184	24.374
Total	**23.184**	**24.374**

6. Créditos tributários e previdenciários

Os Impostos a Recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos de tributos apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Companhia, em R$ 475 (R$ 558 em 31 de dezembro de 2020).

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos Tributários e Previdenciários".

	01/01/2020	Constituição	31/12/2020	Constituição	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**3**	**53**	**56**	**15**	**71**
Diferenças Temporárias	3	53	56	15	71
Contribuição Social Diferida (a)	**2**	**31**	**33**	**10**	**43**
Diferenças Temporárias	2	31	33	10	43
Total	**5**	**84**	**89**	**25**	**114**

(a) A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31 de dezembro de 2021 para justificar a constituição do crédito tributário diferido a alíquota da CSLL de 20%, após aprovação da MP nº 1034/21.

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais. Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	202	177
Outras receitas (Atualização depósito judicial)	(4)	(1)
PIS - Exigibilidade suspensa	12	7
COFINS - Exigibilidade suspensa	76	40
Total das Provisões temporárias	**286**	**223**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**71**	**56**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**43**	**33**
Total	**114**	**89**

7. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1.944	(538)	1	1.407
Provisão para Resgates	**1.944**	**(538)**	**1**	**1.407**
Provisão de Sorteios a Pagar	9.912	(293)	5	9.624
Provisão para Sorteios	**9.912**	**(293)**	**5**	**9.624**
Total	**11.856**	**(831)**	**6**	**11.031**

	Saldos em 01/01/2020	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Saldos em 31/12/2020
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	2.744	–	(800)	1.944
Provisão para Resgates	**2.744**	**–**	**(800)**	**1.944**
Provisão de Sorteios a Pagar	10.321	3	(412)	9.912
Provisão para Sorteios	**10.321**	**3**	**(412)**	**9.912**
Total	**13.065**	**3**	**(1.212)**	**11.856**

Análise de sensibilidade – Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

I) **Riscos de subscrição:** Por se tratar de uma carteira em *run off* e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.

II) **Taxa de juros:** Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto zero.

8. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:	**11.031**	**11.856**
Total a ser coberto	**11.031**	**11.856**
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Letras Financeiras do Tesouro	23.184	24.374
Total dos Ativos Vinculados	**23.184**	**24.374**
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	**12.153**	**12.518**

9. Obrigações fiscais, depósitos judiciais e provisões judiciais

9.1. Depósito judiciais e fiscais

O saldo de depósito judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos conforme a seguir. Referem-se a Mandado de Segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Cíveis	Fiscais	Cíveis	Fiscais
Saldo Inicial	**–**	**44**	**–**	**–**
Adições	4	35	–	39
Atualização Monetária	–	4	–	5
Saldo Final	**4**	**83**	**–**	**44**

9.2. Outras contas a pagar – Obrigações Fiscais

No grupo "outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição subsequente:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	5	34	1	40	33	3	76
PIS	1	6	–	7	5	–	12
Total - Obrigações Fiscais	**6**	**40**	**1**	**47**	**38**	**3**	**88**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Pis/Cofins sobre o ativo livre	11	12	72	75	83	88
Saldo total 31/12/2021	**11**	**12**	**72**	**75**	**83**	**88**

	PIS		COFINS		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Pis/Cofins sobre o ativo livre	6	7	38	40	44	47
Saldo total 31/12/2021	**6**	**7**	**38**	**40**	**44**	**47**

(a) Trata-se de Mandado de Segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição.

9.3. Provisões judiciais

As provisões judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "provável" estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	2	202	202	2	177	177
Possível	4	45	–	16	161	–
Remota	1	25	–	1	3	–
Total	**7**	**272**	**202**	**19**	**341**	**177**

	Causas Fiscais					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Possível	2	400	–	2	400	–
Total	**2**	**400**	**–**	**2**	**400**	**–**

As provisões judiciais de causas fiscais trata-se de mandado de segurança que versa sobre a incidência de PIS e COFINS.

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais cíveis:

	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**7**
Causas Adicionais	159
Causas Baixadas	(5)
Atualização Monetária	16
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**177**
Atualização Monetária	25
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**202**

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado é de R$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

10.2. Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, as Reservas de Lucros de R$ 543 (R$ 1.016 em 2020) são compostas por:

(i) Reserva legal de R$ 260 (R$ 239 em 31 de dezembro de 2020) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária de R$ 283 (R$ 777 em 31 de dezembro de 2020) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

10.3. PLA - Patrimônio Líquido Ajustado e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

(i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

(ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

(iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2021
Patrimônio Líquido (a)	**12.543**
Subtotal PLA - nível	**12.543**
PLA Nível I	12.428
PLA Nível III	115
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (c = a+b)	**12.543**
Capital Base (CB) (a)	**10.800**
Capital de Risco de Crédito	126
Capital de Risco - Mercado	11
Capital de Risco - Redução por correlação	(7)
Capital de Risco - Operacional	39
Capital de Risco (CR) (b)	**169**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**10.800**
Patrimônio líquido ajustado - PLA	12.543
(-) Exigência de capital - CMR	(10.800)
Suficiência de capital - R$	**1.743**
Suficiência de capital (PLA/CMR)	**116%**

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

	Passivo		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Seguros S.A.(Controladora) (a)	–	(5)	(30)	(43)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	–	–	(2)	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b)	(4)	(4)	(48)	(56)
Total	**(4)**	**(9)**	**(80)**	**(99)**

(a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

(b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

12. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

	31/12/2021	31/12/2020
a) Custo de Aquisição - Capitalização		
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(52)	(72)
Total	**(52)**	**(72)**
b) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização		
Receita com Prescrição de Título (b.1)	263	406
Despesas com Provisões (b.2)	5	(149)
Outras Receitas Operacionais	2	7
Total	**270**	**264**

(b.1) Tivemos uma média de R$ 22 por mês em títulos prescritos em 2021. A causa da queda refere-se um título que prescreveu em março de 2020 no valor de R$ 240.

(b.2) Em abril de 2020, tivemos provisão de R$ 153 referente a uma contingência cível.

c) Despesas Administrativas		
Pessoal Próprio	(13)	(12)
Serviços de Terceiros	(158)	(136)
Localização e Funcionamento	(1)	(1)
Publicações	(77)	(38)
Outras Despesas Administrativas	(8)	8
Total	**(257)**	**(179)**

	31/12/2021	31/12/2020
d) Despesas com Tributos		
Impostos	(1)	–
COFINS	(33)	(35)
PIS	(5)	(5)
Taxa de Fiscalização (d.1)	(118)	(59)
Total	**(157)**	**(99)**

(d.1) Alteração no cálculo da taxa de fiscalização.

e) Resultado Financeiro		
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos de Renda Fixa (e.1)	1.088	832
Outras Receitas Financeiras	4	–
Total – Receitas Financeiras	**1.092**	**832**

(e.1) Ocorreu um crescimento na taxa efetiva do CDI no ano de 2021.

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos de Renda Fixa	(40)	(145)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(6)	–
Outras Despesas Financeiras	(155)	(150)
Total – Despesas Financeiras	**(201)**	**(295)**
Total	**891**	**537**

13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos Impostos e Participações	693	693	451	451
Resultado antes dos Impostos	**693**	**693**	**451**	**451**
ADIÇÕES	**292**	**292**	**224**	**224**
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	202	202	177	177
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	88	88	47	47
Participações nos Lucros e Resultados	2	2	–	–
EXCLUSÕES	**(227)**	**(227)**	**(65)**	**(65)**
Adição Permanente	–	–	(19)	(19)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(177)	(177)	(7)	(7)
Outras Provisões	–	–	(32)	(32)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(3)	(3)	(1)	(1)
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	(47)	(47)	(6)	(6)
Resultado Ajustado	**758**	**758**	**609**	**609**
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(166)	(147)	(129)	(91)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	16	9	53	31
Despesas com IRPJ/CSLL	**(150)**	**(138)**	**(76)**	**(60)**
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	22%	20%	17%	13%

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31 de dezembro de 2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

14. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2021 da Icatu Seguros.

Diretoria

Diretores: Luciano Snel Corrêa; César Luiz Salazar Saut; Alexandre Petrone Vilardi; Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vanguardacap Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.8 e 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP"). Devido à importância da Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP") para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 40% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão para Sorteios a Pagar ("PSAP"). - efetuamos a conciliação das bases de dados operacionais com os respectivos saldos contábeis e, por meio de amostragem, testamos a integridade e precisão dos dados contidos nas bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos a consistência dos dados, o fluxo da provisão de sorteios a pagar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSAP, bem como efetuamos, o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram todas as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia,. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Vanguardacap Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$12.543 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e pelos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$12.543 mil (em 31 de dezembro de 2021), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$12.543 mil (em 31 de dezembro de 2021), anteriormente referidos, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU ASSESSORIA S.A.

CNPJ 00.905.036/0001-14

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares,
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstrações) da Icatu Assessoria S.A. (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nessas Demonstrações, a Icatu Assessoria S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no início de 2021 e com o início da campanha de vacinação no país, as atividades estão retornando aos poucos à normalidade. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Desempenho

A Icatu Assessoria S.A. é uma Companhia do Grupo Icatu, com sede no Rio de Janeiro, especializada em assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios no Brasil ou no exterior, como socia, acionista, quotista ou consorciada.

O faturamento da Icatu Assessoria S.A. 2021 foi de R$ 150.686 (R$ 103.535, em 2020), representando um aumento de 46% no ano de 2021.

O sustentável resultado de longo prazo da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia tem um papel no Grupo Icatu, que tem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

4. Emissão de debêntures

A Companhia emitiu em março de 2021, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R$ 200.000.

5. Investimentos

A Companhia Adquiriu em 13 de janeiro de 2021, por R$1,2, a totalidade da participação na Icatu Seguridade S.A., que por sua vez possui 25% da XS4 Capitalização S.A., uma empresa coligada que a Caixa Econômica Federal (CEF) possui sociedade (75% restantes). Essa empresa detém a exclusividade da venda de títulos de capitalização no canal bancário da CEF e trata- se de um contrato de vinte anos a partir de setembro de 2021.

6. Regime societário e fiscal

A partir de janeiro de 2021, a Companhia alterou o seu regime societário para sociedade anônima, regido pela Lei nº 6.404 de 1976. Ainda em janeiro, a Companhia passou a recolher os tributos com base no regime de tributação pelo lucro real, por ter excedido os limites legais permitidos para o regime de lucro presumido, conforme a Lei nº 12.941 de 2014.

7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

8. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**29.488**	**28.430**
Disponível		**175**	**47**
Caixa e bancos		175	47
Aplicações	**Nota 5**	**11.353**	**15.861**
Quotas de fundos de investimentos		11.353	15.861
Outros créditos operacionais		**12.794**	**11.387**
Clientes a receber	Nota 6	12.794	11.387
Títulos e créditos a receber		**5.166**	**1.135**
Títulos e créditos a receber		665	585
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	4.430	539
Outros créditos		71	11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**206.221**	**–**
Realizável a longo prazo		**6.397**	**–**
Títulos e créditos a receber		**6.397**	**–**
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	6.397	–
Investimentos		**199.824**	**–**
Participações societárias	Nota 8	199.824	–
TOTAL DO ATIVO		**235.708**	**28.430**

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**15.603**	**16.123**
Contas a pagar		**15.603**	**16.123**
Obrigações a pagar	Nota 9	13.254	11.843
Impostos e encargos sociais a recolher		889	839
Encargos trabalhistas		754	477
Impostos e contribuições	Nota 10	706	2.964
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**205.348**	**377**
Contas a pagar		**205.348**	**377**
Empréstimos e financiamentos	Nota 9.1	204.244	–
Outras contas a pagar	Nota 9	1.104	377
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**14.757**	**11.930**
Capital social	Nota 12	25.953	953
Reservas de lucros		–	10.977
Prejuízos acumulados	Nota 12	(11.196)	–
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**235.708**	**28.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais		**150.685**	**103.536**
Receita operacional de serviços		150.685	103.536
Deduções sobre a receita		**(20.770)**	**(8.767)**
Impostos incidentes sobre serviços		(20.770)	(8.767)
Receita líquida operacional		**129.915**	**94.769**
Lucro operacional bruto	**Nota 13.1)**	**129.915**	**94.769**
Despesas operacionais		(67)	(124)
Despesas administrativas	Nota 13.2)	(135.203)	(61.031)
Despesas com tributos	Nota 13.3)	(794)	(224)
Resultado financeiro		(12.162)	257
Resultado patrimonial		1.078	–
Resultado operacional		**(17.233)**	**33.647**
Resultado antes dos impostos e participações		**(17.233)**	**33.647**
Imposto de renda	Nota 14	4.704	(8.341)
Contribuição social	Nota 14	1.693	(3.011)
Participações sobre o lucro		(11.337)	(552)
Lucro líquido do exercício		**(22.173)**	**21.743**
Quantidade de ações		**25.954**	**86.686**
Lucro/(Prejuízo) Líquido por ações (R$)		**(854,34)**	**250,82**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva estatutária	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**953**	**16.234**	**–**	**17.188**
Dividendos adicionais propostos pagos em 03/2020	–	(11.000)	–	(11.000)
Dividendos intermediários pagos em 09/2020	–	(16.000)	–	(16.000)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	21.743	21.743
Destinação do lucro líquido				
Reserva estatutária	–	21.743	(21.743)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**953**	**10.977**	**–**	**11.930**
Aumento de capital - AGE 03/2021	5.000	–	–	5.000
Aumento de capital - AGE 07/2021	10.000	–	–	10.000
Aumento de capital - AGE 10/2021	10.000	–	–	10.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(22.173)	(22.173)
Reserva estatutária	–	(10.977)	10.977	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.953**	**–**	**(11.196)**	**14.757**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**(22.173)**	**21.743**
Resultado abrangente do exercício	**(22.173)**	**21.743**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(22.173)**	**21.743**
Ajustes para:		
Custos de transação de títulos emitidos	288	–
Juros e correção monetária de debêntures	11.603	–
Variação de impostos sobre o lucro	(2.258)	8.703
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	4.508	(1.667)
Créditos tributários e previdenciários	(10.288)	(189)
Outros ativos	(2.370)	(4.204)
Impostos e contribuições	50	167
Outros passivos	2.416	9.944
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(18.225)**	**34.497**
Juros pagos	(5.919)	–
Impostos sobre o lucro pagos	–	(7.532)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(24.144)**	**26.965**
Compra de participações societárias	(199.000)	–
Integralização de capital	25.000	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**(174.000)**	**26.965**
Empréstimos e financiamentos	199.710	–
Custos de transação de empréstimo	(1.440)	–
Pagamento de dividendos	–	**(27.000)**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**198.270**	**(27.000)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**128**	**(35)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**47**	**82**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**175**	**47**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Assessoria S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com capital fechado, com sede na Avenida Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 1, salas 1701, 1801, 1901, 2001 e 2101, Edifício Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma prestadora de serviços de assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, gestão desses empreendimentos, bem como a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

A Administração da Companhia optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que sua controladora elabora suas demonstrações financeiras consolidadas de com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

O principal acionista da Companhia é a Icatu Seguros S.A.

Valor do capital social	Quantidade de ações	Valor nominal
R$ 25.953.546	25.953.546	R$ 1,00
Acionista	**Quantidade de ações**	**Percentual**
Icatu Seguros S.A.	25.953.546	100%
Total	**25.953.546**	**100%**

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil".

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

Caixa e Equivalente de Caixa (nota 3.3).

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.4).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

As receitas são recebíveis relativas à remuneração pela prestação de serviços de consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, gestão desses empreendimentos e intermediação de negócios.

3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

3.4.3. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.4.5. Redução ao valor recuperável

3.4.5.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5. Benefícios a Empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Líquido antes do Imposto ("LAIR") e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.6. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) créditos tributários e previdenciários.

3.7. IRPJ e CSLL Diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2021 e 2020 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

4. Gestão de riscos

4.1. Estrutura de Gestão de Riscos

A Companhia utiliza a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) da Icatu Seguros para apoiá-la no atingimento de seus objetivos estratégicos atuando de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o Sistema de Controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

4.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos ou resseguradoras) de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de Companhias financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

4.1.2. Risco de Mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura do Grupo Icatu.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos.

O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(ii) *DV01 (dollar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

ICATU ASSESSORIA S.A.

CNPJ 00.905.036/0001-14

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares,
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2021				31/12/2020		
Fatores de Risco	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**
Pré-fixado - DI	0,88	–	21	0,01	0,93	0,40	3
Taxa Referencial	0,90	–	–	–	0,93	–	–
IGPM	0,98	–	–	–	0,91	–	–
IPCA	0,99	3,00	168	0,03	0,99	1,34	79
Ações	0,96	–	–	–	0,96	–	–

4.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Companhia entende que, para o pagamento dos juros e da amortização da dívida, a Companhia conta com estimativas de fluxos de recebimentos em função de sua própria operação, bem como dos dividendos a serem recebidos em função dos investimentos realizados com os recursos captados pelas debêntures. As premissas que respaldam esses fluxos são periodicamente discutidas e definidas em comitê de investimentos.

4.2. Gestão de capital

Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse.

5. Aplicações

A Companhia possui aplicações em fundos não exclusivos no valor de R$ 11.353 em 31/12/2021 (R$ 15.861 em 31/12/2020), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

Nível 2	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**25.009**
(+) Aplicação	74.860
(+) Rendimentos	261
(-) Resgate	(73.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.861**
(+) Aplicação	356.420
(+) Rendimentos	616
(-) Resgate	(361.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.353**

6. Clientes a receber

Os créditos operacionais de clientes a receber da Companhia estão classificados no ativo circulante, no intervalo de 01 a 30 dias e são originados exclusivamente da receita com prestação de serviços de consultoria:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	8.099	7.462
Rio Grande Capitalização S.A.	3.856	3.925
XS4 Capitalização S.A.	839	–
Total	**12.794**	**11.387**

7. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

7.1. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	2.362	–
Contribuição social	–	1.507
ISS	59	–
COFINS	410	440
PIS	92	99
Total	**4.430**	**539**

7.1.1. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante	Constituição	Realização / Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**10.966**	**(6.262)**	**4.704**
Diferenças Temporárias	358	(76)	282
Prejuizo Fiscal	10.608	(6.186)	4.422
Contribuição Social Diferida	**3.948**	**(2.254)**	**1.694**
Diferenças Temporárias	129	(27)	102
Base Negativa	3.819	(2.227)	1.592
Total de Créditos Fiscais Diferidos	**14.914**	**(8.517)**	**6.397**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos quatro anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
Não Circulante	**Constituição Realização**	**Saldo em 31/12/2021**
Prejuízo Fiscal	4.422	4.422
Base Negativa	1.592	1.592
Total geral	**6.014**	**6.014**

Diferenças Temporárias - 2022 a 2025		
2021	(384)	0%
2022	219	57%
2023	73	19%
2024	65	17%
2025	**27**	**7%**
Total	**384**	**100%**

(*) 2021 não compõe o total

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2022 a 2025		
2021	(6.014)	0%
2022	3.485	58%
2023	1.117	19%
2024	1.022	17%
2025	373	6%
Total geral	**5.997**	100%

(*) 2021 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

8. Investimentos

Investimentos	Quantidade de Ações ON	% de Participação	Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro Líquido (Prejuízo) do período	Investimento 31/12/2021	Resultado Patrimonial 31/12/2021
Icatu Seguridade S.A.(a)	199.000.000	100,00%	200.080	199.001	200.080	125	(125)	1.078	199.824	1.078
Total de Investimentos									**199.824**	**1.078**

a) Em 2021 a Companhia celebrou a aquisição de 199.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas de 100% do capital social da Icatu Seguridade S.A.

9. Obrigações a pagar

A composição do saldo das obrigações a pagar está constituída da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**12.920**	**11.843**
Participação nos lucros a pagar	14	446
Rateio de despesas administrativas a pagar	12.679	11.014
Demais obrigações	227	383
Não Circulante	**205.348**	**377**
Empréstimos e Financiamentos	204.244	–
PIS Exigibilidade Suspensa	197	67
COFINS Exigibilidade Suspensa	907	310

9.1. Empréstimos e financiamentos – Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos estão representados exclusivamente por debêntures, conforme identificadas no quadro a seguir, no montante de R$ 204.244 sendo integralmente alocado no passivo não circulante.

O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2021, identificadas no quadro anterior, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA era de R$ 205.684.

Características	1º emissão Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	200.000 debêntures simples
Valor nominal	R$ 1.000,00
Data de emissão	10 de março de 2021
Vencimento inicial	10 de março de 2024
Vencimento final	10 de março de 2026
Atualização monetária	Sem atualização
Remuneração	DI + 2,25%
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2024, 2025 e 2026
Repactuação	Não haverá
Resgate antecipado	A Companhia pode realizar a partir de 10 de março de 2023
Oferta facultativa de resgate antecipado	Não haverá

A movimentação das debêntures, anteriormente identificada, é a seguinte:

Emissão 1ª emissão	Série Série única	Saldo em 01/01/2021	Captação	Juros pagos	Amortização do principal	Despesas de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2021
Total		**-**	**198.272**	**(5.919)**	**-**	**5.684**	**288**	**204.244**

O custo de transação, contabilizado reduzindo o custo total das debêntures, no passivo, foi de R$ 1.728.

A escritura de emissão das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado e o controle é feito através de determinados índices financeiros previamente estabelecidos (*covenants* financeiros). Os *covenants* financeiros são apresentados a seguir:

Descrição dos *covenants*	Índice requerido
Índice Financeiro I – Novos endividamentos da Emissora	Igual ou inferior a R$ 30.000.000,00
Índice Financeiro II – Venda ou promessa de venda de participações societárias dos Fiadores na Icatu Seguros S.A. sem a anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral	Igual ou inferior a 5%

Todos os índices financeiros exigidos nas cláusulas de vencimento antecipado estavam dentro dos limites determinados em 31 de dezembro de 2021, sem que qualquer descumprimento fosse identificado.

10. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar são compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IR - ano corrente	–	2.289
Contribuição social - ano corrente	–	675
Outros impostos e contribuições	706	–
Total	**706**	**2.964**

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com as Companhias ligadas e profissionais-chave da Administração.

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Seguros S.A.**(a)**	–	–	(13.728)	(11.014)	–	–	(124.157)	(48.576)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. **(b)**	8.938	7.462	–	–	95.369	88.638	–	–
Rio Grande Capitalização S.A. **(b)**	3.856	3.924	–	–	49.805	14.898	–	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais **(a)**	–	–	–	–	–	–	(77)	(6)
Icatu Fundo Multipatrocinado – FMP **(c)**	–	–	–	–	–	–	(108)	(108)
Itumbiara Participações Ltda. **(a)**	–	–	(68)	(76)	–	–	(1.666)	(477)
Icatu Consultoria Investimento S.A. **(a)**	–	–	–	–	–	–	(1.132)	(14)
XS4 Capitalização S.A. **(a)**	–	–	–	–	5.502	–	–	–
Icatu Capitalização S.A. **(a)**	–	–	–	–	–	–	(5.420)	–
Total	**12.794**	**11.387**	**(13.797)**	**(11.090)**	**150.677**	**103.536**	**(132.560)**	**(49.182)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. Vide explicação adicional na nota explicativa 12b.

(b) Valores referentes a prestação de serviços compartilhados com a Rio Grande Seguros e Previdência S.A e Rio Grande Capitalização S.A.

(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$25.953 (R$953 em 31/12/2020), sendo representado por 25.953 ações no valor de R$ 1,00 (um real) cada.

12.2. Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2021 são de R$ 11.196.

13. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

13.1. Resultado bruto

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	150.685	103.536
(-) Deduções da receita	(20.770)	(8.767)
ISS faturado	(7.527)	(5.177)
PIS sobre receita	(2.363)	(639)
COFINS sobre receita	(10.880)	(2.951)
Total	**129.915**	**94.769**

13.2. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(71.031)	(36.057)
Despesas com serviços de terceiros	(13.362)	(6.368)
Despesas com localização e funcionamento	(15.008)	(5.697)
Despesas com propaganda e publicidade	(3.522)	(2.409)
Outras despesas**(a)**	(32.280)	(10.500)
Total	**(135.203)**	**(61.031)**

(a) Anualmente as métricas de rateio são revisadas e alteradas, quando necessário, conforme previsto em contrato. Adicionalmente, em 2020 a Companhia criou contas contábeis específicas de rateio, com o objetivo de melhorar o controle sobre a operação.

13.3. Despesas com tributos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IPTU	(29)	(18)
COFINS	(622)	(162)
PIS	(134)	(35)
Outros tributos	(9)	(9)
Total	**(794)**	**(224)**

14. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos impostos e participações	(17.233)	(17.233)	33.647	33.647
Participação nos lucros	(11.337)	(11.337)	(552)	(552)
Resultado antes dos impostos	**(28.570)**	**(28.570)**	**33.095**	**33.095**
Adições	**12.065**	**12.065**	**–**	**–**
Adição permanente	10.837	10.837	–	–
Outras provisões	1	1	–	–
Participações nos lucros	500	500	–	–
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	727	727	–	–
Exclusões	**(1.182)**	**(1.182)**	**–**	**–**
Exclusão permanente	(2)	(2)	–	–
Participações nos lucros	(101)	(101)	–	–
Lucro antes dos impostos	**(17.687)**	**(17.687)**	**33.647**	**33.647**
Alíquotas oficiais	**15% + 10%**	**9%**	**15% + 10%**	**9%**
Despesas com IRPJ/CSLL	**–**	**–**	**(8.341)**	**(3.012)**
Constituição de créditos tributários	4.704	1.693	–	–
Despesas com IRPJ/CSLL	**4.704**	**1.693**	**(8.341)**	**(3.012)**
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	**16,5%**	**5,9%**	**25,2%**	**9,1%**

Diretoria

Diretores
Alexandre Petrone Vilardi; Luciano Snel Corrêa; Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076.168/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU

ICATU ASSESSORIA S.A.

CNPJ 00.905.036/0001-14

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares,
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Assessoria S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Assessoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Assessoria S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures a pagar

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia teve em março de 2021 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 200.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão. Devido à importância das debêntures a pagar para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários e a relevância quantitativa da rubrica, que representa 87% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - obtenção e leitura do contrato de coordenação e distribuição pública da emissão de debêntures. - entendimento dos critérios adotados para a apuração dos custos da transação e recálculo dos juros envolvidos na transação. - conciliação dos registros analíticos suporte as debêntures a pagar com os respectivos saldos contábeis. - obtenção de confirmação diretamente com o agente fiduciário contratado pela Companhia com as informações contidas no contrato de coordenação e distribuição e confirmação sobre o pagamento de juros efetuado no período. - teste da liquidação financeira dos juros pagos no exercício, por meio do confronto dos dados contidos nos registros analíticos com os extratos bancários. - análise da movimentação das debêntures a pagar e confronto dos saldos de captação, despesas de juros e custo de transação com com o contrato de coordenação e distribuição mencionado anteriormente e respectivos saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

– Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade - Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 22.315.180/0001-33

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstrações) da **Icatu Consultoria de Investimentos S.A.** (Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nessas Demonstrações, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021.

Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Desempenho

A Icatu Consultoria de Investimentos S.A. é uma Companhia do Grupo Icatu, com sede no Rio de Janeiro, especializada em consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios no Brasil ou no exterior, como socia, acionista, quotista ou consorciada.

Em 2021, o faturamento da Companhia foi de R$ 270.263 (R$ 266.787, em 2020), representando um aumento de 1% no ano de 2021.

A Companhia apresentou o lucro líquido em 2021 de R$ 157.164 (149.515, em 2020) O patrimônio líquido atingiu em 2021 R$ 66.482 (R$ 30.216 em 2020).

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

4. Emissão de Debêntures

A Companhia emitiu em setembro de 2021, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R$ 270.000. A emissão dessas debêntures tem como principal objetivo a aquisição da participação na Banrisul Icatu Participações S.A. e do intangível referente a exclusividade de vendas de seguros de vida, previdência e capitalização no canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

5. Investimentos

A Companhia adquiriu em 22 de setembro de 2021, por R$124.355, 50,01% das ações da Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), que era de propriedade da Icatu Seguros S.A., que por sua vez possui a totalidade do controle das empresas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. O restante das ações da BIPAR, 49,99%, é de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL).

Nesta mesma data, a Companhia adquiriu, por R$150.860, a exclusividade de vendas dos seguros de vida, previdência e capitalização no canal bancário do BANRISUL. Essa exclusividade foi adquirida pelo Grupo Icatu em 2015 e 2016 e tem a vigência de 5 a 20 anos.

6. Regime societário

A partir de setembro de 2021, a Companhia alterou o seu regime societário para sociedade anônima, regido pela Lei nº 6.404 de 1976.

Em 2019, a Companhia passou a recolher os tributos com base no regime de tributação pelo lucro real, por ter excedido os limites legais permitidos para o regime de lucro presumido, conforme a Lei nº 12.941 de 2014.

7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

8. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**76.302**	**40.552**
Disponível		**291**	**95**
Caixa e bancos		291	95
Aplicações financeiras	**Nota 5**	**33.681**	**8.471**
Quotas de fundos de investimentos		**33.681**	**8.471**
Outros créditos operacionais		**27.549**	**31.304**
Clientes a receber	**Nota 6**	**27.459**	**31.304**
Títulos e créditos a receber		**14.781**	**682**
Títulos e créditos a receber		14.426	383
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	350	290
Outros créditos		5	9
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**273.094**	**438**
Realizável a longo prazo		**2.801**	**438**
Títulos e créditos a receber		2.801	438
Clientes a receber		1.922	–
Créditos tributários e previdenciários	**Nota 7**	**879**	**438**
Investimentos		**122.987**	**–**
Participações societárias	**Nota 8**	**122.987**	**–**
Intangível		**147.306**	**–**
TOTAL DO ATIVO		**349.396**	**40.990**

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**62.361**	**10.128**
Contas a pagar		**62.361**	**10.128**
Obrigações a pagar	**Nota 10**	**55.695**	**584**
Impostos e encargos sociais a recolher		1.283	1.444
Encargos trabalhistas		258	166
Impostos e contribuições	Nota 11	5.125	7.934
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**275.637**	**646**
Contas a pagar		**275.637**	**646**
Empréstimos e financiamentos	**Nota 10.1**	**273.676**	**–**
Outras contas a pagar	Nota 10	1.961	646
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 13**	**11.398**	**30.216**
Capital social		**301**	**301**
Ajustes de avaliação patrimonial		102	–
Reservas de lucros		10.995	29.915
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**349.396**	**40.990**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	**Nota 14.1**	**270.263**	**266.787**
Receita operacional de serviços		270.263	266.787
Deduções sobre a receita		**(37.595)**	**(37.418)**
Impostos incidentes sobre serviços		(37.595)	(37.418)
Receita operacional líquida	**Nota 14.1**	**232.668**	**229.368**
Lucro operacional bruto		**232.668**	**229.368**
Despesas com prestação de serviços		(264)	–
Despesas administrativas	Nota 14.2	(9.068)	(5.690)
Despesas com tributos	Nota 14.3	(1.275)	(640)
Resultado financeiro	Nota 14.4	(5.941)	712
Resultado patrimonial		12.956	-
Resultado operacional		**229.076**	**223.750**
Resultado antes dos impostos e participações		**229.076**	**223.750**
Imposto de renda	Nota 15	(52.087)	(53.885)
Contribuição social	Nota 15	(19.626)	(20.308)
Participações sobre o lucro		(283)	(42)
Lucro líquido do exercício		**157.080**	**149.515**
Quantidade de ações		**301.200**	**301.200**
Lucro líquido por ações (R$)		**521,51**	**496,40**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**301**	**–**	**35.900**	**–**	**–**	**–**	**36.201**
Dividendo Adicional Proposto pago declarados e pagos - AGE 03/2020	–	–	(35.900)	–	–	–	(35.900)
Dividendos Intermediários declarados e pagos	–	–	(119.600)	–	–	–	(119.600)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	149.515	149.515
Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Estatutária	–	–	149.515	–	–	(149.515)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**301**	**–**	**29.915**	**–**	**–**	**–**	**30.216**
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	102	–	102
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	157.080	157.080
Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Legal	–	60	–	–	–	(60)	–
Dividendo Adicional Proposto	–	–	–	10.935	–	(10.935)	–
Reserva Estatutária	–	–	25.085	–	–	(25.085)	–
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 03/2021	–	–	–	–	–	(37.000)	(37.000)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 05/2021	–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 07/2021	–	–	(35.000)	–	–	–	(35.000)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 08/2021	–	–	–	–	–	(17.000)	(17.000)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 10/2021	–	–	–	–	–	(12.000)	(12.000)
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE 12/2021	–	–	–	–	–	(55.000)	(55.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**301**	**60**	**–**	**10.935**	**102**	**–**	**11.398**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**157.080**	**149.515**
Resultado abrangente do exercício	**157.080**	**149.515**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Atividades Operacionais	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	157.080	149.515
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	3.554	–
Juros e correção monetária de debêntures	6.236	–
Custos de transação de títulos emitidos	(2.560)	–
Variação dos Impostos Sobre o Lucro	71.525	74.336
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(25.210)	10.422
Outros créditos operacionais	3.755	(5.240)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.363)	(191)
Títulos e créditos a receber	(14.099)	(547)
Outros ativos	1.470	–
Outras contas a pagar	56.357	775
Caixa gerado pelas operações	**255.745**	**229.070**
Impostos pagos	(74.334)	(73.604)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**181.411**	**155.466**
Atividades de investimentos		
Intangível	(150.860)	–
Recebimento de dividendos	(124.355)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(275.215)**	**–**
Atividades de financiamento		
Variação de reservas de lucros	(55.000)	–
Empréstimos e financiamentos	270.000	–
Custos de transação de empréstimos	(2.694)	–
Pagamento de dividendos	(121.000)	(155.500)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**91.306**	**(155.500)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**196**	**(34)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**95**	**129**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**291**	**95**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima com capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 1, sala 1801, Santo Cristo. A Companhia é especializada em assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, socia, quotista ou consorciada.

A Administração da Companhia optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que sua controladora elabora suas demonstrações financeiras consolidadas de com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

Nessas demonstrações financeiras (Demonstrações), a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., é tratada pelo termo (Companhia) e o termo (Grupo Icatu) é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

O principal acionista da Companhia é a Icatu Seguros S.A.

Valor do capital social:	Quantidade de ações:	Valor nominal:
R$ 301.200	301.200	R$ 1,00

Acionista:	Quantidade de ações:	Percentual:
Icatu Seguros S.A.	301.200	100%
Total	**301.200**	**100%**

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil".

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de Mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

• Caixa e Equivalente de Caixa (nota 3.3)

• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.4).

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

• As receitas são recebíveis relativas à remuneração pela prestação de serviços de consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Valor justo por meio do resultado - (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

3.4.3. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.4.5. Redução ao valor recuperável

3.4.5.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Benefícios a Empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Líquido antes do Imposto ("LAIR") e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.7. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) créditos tributários e previdenciários.

3.8. IRPJ e CSLL Diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2021 e 2020 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 22.315.180/0001-33

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.8. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

4. Gestão de riscos

4.1. Estrutura de Gestão de Riscos

A Companhia constituiu a sua Estrutura de Gestão de Risco (EGR) com o objetivo de apoiá-la no atingimento de seus objetivos estratégicos atuando de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir essa finalidade, a Companhia baseia-se no desempenho das atribuições de controles internos.

4.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de Companhias financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

4.1.2. Risco de Mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco	31/12/2021 DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	31/12/2020 DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	–	0,88	1,00	59	–	0,93	0,31	8.429
IPCA	–	0,99	9,00	467	0,01	0,99	1,03	43

4.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Companhia entende que, para o pagamento dos juros e da amortização da dívida, a Companhia conta com estimativas de fluxos de recebimentos em função de sua própria operação, bem como dos dividendos a serem recebidos em função dos investimentos realizados com os recursos captados pelas debêntures. As premissas que respaldam esses fluxos são periodicamente discutidas e definidas em comitê de investimentos.

4.2. Gestão de Capital

Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e stress.

5. Aplicações financeiras

A Companhia possui um total de aplicações no valor de R$ 33.681 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 8.471 em 31/12/2020), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

Nível 2	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**18.893**
(+) Aplicação	246.711
(+) Rendimentos	778
(-) Resgate	(257.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.471**
(+) Aplicação	257.920
(+) Rendimentos	1.494
(-) Resgate	(234.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**33.681**

As aplicações são alocadas em fundos não exclusivos no valor de R$ 31.558 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.443 em 31/12/2020) e em Recibos de Depósito Cooperativo no valor de R$ 2.123 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.028 em 31/12/2020) com remuneração de 110,25% do CDI e liquidez diária.

6. Clientes a receber

Os créditos operacionais a receber da Companhia estão classificados no ativo circulante e não circulante e são originados exclusivamente da receita com prestação de serviços de consultoria de administração e performance de fundos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**27.549**	**31.304**
Taxa de Administração e Performance - Fundos	27.549	31.304
Não Circulante	**1.922**	**–**
Taxa de Administração e Performance - Fundos	1.922	–
Total	**29.471**	**31.304**

A composição de clientes a receber está distribuída da seguinte forma:

Aging	31/12/2021
0 a 30	21.985
31 a 90	1.190
91 a 180	2.703
181 em diante	3.593
Total	**29.471**

7. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

7.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos para apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Companhia, e são apresentados a seguir:

Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	123	118
PIS	1	–
Outros	226	172
Total de Créditos Fiscais	**350**	**290**

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**322**	**663**	**(339)**	**646**
Diferenças Temporárias	322	663	(339)	646
Contribuição Social Diferida	**116**	**239**	**(122)**	**233**
Diferenças Temporárias	116	239	(122)	233
Total de Créditos Fiscais Diferidos	**438**	**902**	**(461)**	**879**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais. Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda/Contribuição Social		
Outras Provisões	2	–
Participação nos Lucros e Resultados	622	641
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.611	531
PIS Exigibilidade Suspensa	350	115
Total das Provisões temporárias	**2.585**	**1.287**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**646**	**322**
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	**233**	**116**
Total	**879**	**438**

8. Investimentos

Investimentos	Quantidade de ações ON	% de participação	Ativo	Passivo líquido de provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Investimento 31/12/2021	Resultado Patrimonial 31/12/2021
Banrisul Icatu Participações S.A. (a)	44.448	50,01%	274.969	29.044	91.024	245.925	73.122	(15.429)	57.693	122.987	12.956
Total de Investimentos										**122.987**	**12.956**

(a) Em 2021 a Companhia celebrou a aquisição de 44.447.774 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas de 50,01% do capital social da Banrisul Icatu Participações S/A; do direito de exploração do balcão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. na comercialização de produtos de Vida, Previdência e Capitalização, pelo período de 20 (vinte) anos.

9. Intangível

Em setembro de 2021 a companhia adquiriu da Icatu Seguros, os balcões de vendas das parcerias com o Banrisul e Banrisul capitalização totalizando R$150.860. Os balcões de vendas adquiridos têm amortização linear de acordo com a vigência dos contratos que variam de 5 a 20 anos.

	Adições	Amortização	31/12/2021
Adquiridos de Terceiros	**150.860**	**(3.554)**	**147.306**
Balcão de Vendas	150.860	(3.554)	147.306
Total	**150.860**	**(3.554)**	**147.306**

10. Obrigações a pagar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**55.695**	**584**
Fornecedores	–	18
Participação nos lucros a pagar	467	486
Dividendos e Bonificações a Pagar	55.000	–
Outras obrigações - FMP	–	11
Rateio de despesas administrativas a pagar	226	41
Demais obrigações	2	28
Não Circulante	**275.637**	**646**
Empréstimos e Financiamentos(a)	273.676	–
PIS Exigibilidade Suspensa	350	115
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.611	531

(a) A Companhia teve a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 270.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão serão destinados à aquisição (i) da participação acionária da Icatu Seguros S.A. na Banrisul Icatu Participações S.A. e (ii) do direito de exploração exclusiva no balcão de vendas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul na comercialização de produtos de vida, previdência e capitalização.

10.1. Empréstimos e financiamentos – Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos estão representados exclusivamente por debêntures, conforme identificadas no quadro a seguir, no montante de R$ 273.676, sendo integralmente alocado no passivo não circulante.

O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2021, identificadas no quadro anterior, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA era de R$ 276.235.

Características	1ª emissão - Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária, com garantia fidejussória adicional
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R$ 1.000,00
Data de emissão	24 de setembro de 2021
Vencimento inicial	24 de setembro de 2024
Vencimento final	24 de setembro de 2026
Atualização monetária	Sem atualização
Remuneração	DI + 1,85%
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2024, 2025 e 2026
Repactuação	Não haverá
Resgates antecipados	A Companhia poderá realizar a partir de 24 de março de 2023
Oferta facultativa de resgate antecipado	Não haverá

A movimentação das debêntures, anteriormente identificada, é a seguinte:

Emissão	Série	Captação	Despesas de juros	Custo de Transação	Saldo em 31/12/2021
1ª emissão	Série única	267.305	6.236	135	273.676
Total		**267.305**	**6.236**	**135**	**273.676**

O custo de transação, contabilizado reduzindo o custo total das debêntures, no passivo, foi de R$ 2.695.

A escritura de emissão das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado e o controle é feito através de determinados índices financeiros previamente estabelecidos (*covenants* financeiros). Os *covenants* financeiros são apresentados a seguir:

Descrição dos covenants	Índice requerido
Índice Financeiro II – Venda ou promessa de venda de participações societárias dos Fiadores na Icatu Seguros S.A. sem a anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral	Igual ou inferior a 5%

Todos os índices financeiros exigidos nas cláusulas de vencimento antecipado estavam dentro dos limites determinados em 31 de dezembro de 2021, sem que qualquer descumprimento fosse identificado.

11. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar são compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IR - ano corrente	1.678	3.438
Contribuição social - ano corrente	1.384	2.051
Outros impostos e contribuições	2.063	2.445
Total	**5.125**	**7.934**

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com as Companhias ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo 2021	Ativo 2020	Passivo 2021	Passivo 2020	Receitas 2021	Receitas 2020	Despesas 2021	Despesas 2020	Dividendos e JSCP 2021	Dividendos e JSCP 2020
Icatu Seguros S.A. (Controladora) **(a)** e **(c)**	–	–	(262)	(41)	–	–	(741)	(335)	(55.000)	–
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) **(a)**	–	–	–	–	7	27	–	–	–	–
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) **(a)**	–	–	–	–	1.132	14	–	–	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) **(a)**	–	–	–	–	72	2	–	–	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) **(a)**	–	–	–	–	22	1	–	–	–	–
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) **(b)**	–	–	–	–	–	–	(41)	(41)	–	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) **(a)**	–	–	–	–	–	–	(1)	–	14	–
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) **(a)**	–	–	(1)	–	–	–	(12)	(3)	–	–
Total	–	–	**(263)**	**(41)**	**1.234**	**44**	**(795)**	**(379)**	**(54.986)**	**–**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários;

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados para Acionistas e recebimento de participação de empresas coligadas e controladas.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado é de R$ 301 (R$ 301 em 31/12/2020), sendo representado por 301.200 ações no valor de R$ 1,00 (um real) cada.

13.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021, os ajustes de avaliação patrimonial são de R$ 102 (R$ 0 em 31/12/2020).

13.3. Reserva legal

A Reserva Legal foi constituída em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$60 e atingiu 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

13.4. Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos foram constituídos em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$10.935.

14. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

14.1. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	270.263	266.787
(-) Deduções sobre a receita	(37.595)	(37.419)
ISS Faturado	(13.612)	(13.340)
PIS S/ Receita	(4.275)	(4.294)
COFINS S/ Receita	(19.708)	(19.785)
Total	**232.668**	**229.368**

14.2. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(2.623)	(1.832)
Despesas com serviços de terceiros	(39)	(23)
Despesas com localização e funcionamento	(3.575)	(18)
Donativos e Contribuições	(2.860)	(3.411)
Outras despesas	(29)	(406)
Total	**(9.068)**	**(5.690)**

14. 3. Despesas com tributos

As despesas de tributos são compostas como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
PIS	(225)	(114)
COFINS	(1.035)	(526)
Outros Tributos Federais	(14)	–
Total	**(1.275)**	**(640)**

14.4. Resultado financeiro

O Resultado Financeiro está composto conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria - valor Justo por meio do resultado	**1.494**	**898**
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	1.399	876
Outras receitas financeiras	95	22
Total – receitas financeiras	**1.494**	**898**

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria - valor justo por meio do resultado	**(7.435)**	**(186)**
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	–	(137)
Outras despesas financeiras	(7.435)	(49)
Total – despesas financeiras	**(7.435)**	**(186)**
Total	**(5.941)**	**712**

15. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2020 IRPJ	31/12/2020 CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	229.076	229.076	223.750	223.750
Participação nos Lucros	(283)	(283)	(42)	(42)
Resultado antes dos Impostos	**228.793**	**228.793**	**223.708**	**223.708**
Adições	**3.532**	**3.532**	**2.579**	**2.579**
Doações e Patrocínios Indedutíveis	2.200	2.200	1.933	1.933
Outras Provisões	2	2	–	–
Participações nos Lucros	15	15	–	–
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.315	1.315	646	646
Exclusões	**(12.956)**	**(12.956)**	**(84)**	**(84)**
Resultado da Equivalência Patrimonial	(12.956)	(12.956)	–	–
Outras Provisões	–	–	(1)	(1)
Participações nos Lucros	–	–	(83)	(83)
Resultado Ajustado	**219.369**	**219.369**	**226.203**	**226.203**
Lucro Antes dos Impostos	**219.369**	**219.369**	**226.203**	**226.203**
Alíquotas Oficiais	**15% + 10%**	**9%**	**15%+10%**	**9%**
Despesas com IRPJ/CSLL	**(53.228)**	**(19.743)**	**(55.357)**	**(20.358)**
Incentivos Fiscais	816	–	1.331	–
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	325	117	141	50
Despesas com IRPJ/CSLL	**(52.087)**	**(19.626)**	**(53.885)**	**(20.308)**
Alíquota Efetiva - Resultado antes dos Impostos	**22,8%**	**8,6%**	**24,1%**	**9,1%**

DIRETORIA

Diretores

Luciano Snel Corrêa
Marcio de Moraes Palmeira

Greicilane Ruas Martins de Queiroz
Marcelo Estácio Silvestre Gonçalves

CONTADOR
Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 22.315.180/0001-33

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Consultoria de Investimentos S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Consultoria de Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Consultoria de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures a pagar

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia teve em março de 2021 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 270.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão. Devido à importância das debêntures a pagar para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários e a relevância quantitativa da rubrica, que representa 87% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - obtenção e leitura do contrato de coordenação e distribuição pública da emissão de debêntures. - entendimento dos critérios adotados para a apuração dos custos da transação e recálculo dos juros envolvidos na transação. - conciliação dos registros analíticos suporte as debêntures a pagar com os respectivos saldos contábeis. - obtenção de confirmação diretamente com o agente fiduciário contratado pela Companhia com as informações contidas no contrato de coordenação e distribuição e confirmação sobre o pagamento de juros efetuado no período. - teste da liquidação financeira dos juros pagos no exercício, por meio do confronto dos dados contidos nos registros analíticos com os extratos bancários. - análise da movimentação das debêntures a pagar e confronto dos saldos de captação, despesas de juros e custo de transação com com o contrato de coordenação e distribuição mencionado anteriormente e respectivos saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, não identificamos ajustes que pudessem afetar a mensuração e divulgação das debêntures a pagar no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU | VANGUARDA

ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ 68.622.174/0001-20

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstrações) da **Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda** (Empresa), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dispositivos da Lei 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2. Pandemia de COVID-19

Durante o ano de 2021, a pandemia da COVID-19 teve grandes oscilações. No início do ano, teve seu quadro agravado, sendo assim, as autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios. Porém, com a vacinação avançando e a quantidade de óbitos caindo, as medidas foram flexibilizadas.

Conforme relatado nas notas explicativas, a Empresa vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Desempenho

A Empresa é especializada na gestão de recursos de fundos de investimento e faz parte do Grupo Icatu. Com sede no Rio de Janeiro, a Empresa faz a gestão de uma família completa de fundos de investimento que atende a variados perfis de investidores.

A Empresa é responsável pela gestão de R$ 34.852.979 em recursos aplicados em fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, está inserida entre as maiores gestoras independentes de recursos do mercado brasileiro, de acordo com a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Em 2021, alcançou o faturamento de R$ 107.992 (R$ 91.805, em 2020), um aumento de 18% no ano de 2021. A Empresa atingiu um lucro líquido de R$ 42.753 (R$ 49.045 em 2020), uma diminuição de 13% no ano de 2021.

Ao longo dos últimos anos, foram realizados diversos investimentos tanto em equipe, quanto em infraestrutura. Com isso, a Empresa poderá aumentar significativamente os ativos sob gestão sem qualquer prejuízo, nem para a performance dos fundos nem para a parte operacional.

Seguimos buscando oferecer aos nossos clientes uma grade de fundos eficientes, modernos e atemporais composta por: fundos passivos, fundos ativos, fundos de fundos e data alvo. Essa variedade de fundos, que é considerada como referência nos seus respectivos segmentos, soluciona grande parte das demandas de investidores institucionais (Fundos de Pensão, Seguradoras, Cooperativas, RPPS, outros) e investidores pessoa física.

A Empresa possui, desde 2017, o rating MQ1 *"Manager Quality Assessments"* que é o rating máximo de excelência em qualidade de gestão emitido pela Moody's.

O sustentável resultado da Empresa é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

4. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Empresa, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

5. Agradecimentos

A Empresa aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários e colaboradores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança e apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		**39.513**	**72.126**
Disponível		**36**	**47**
Caixa e bancos		36	47
Aplicações	**Nota 5**	**26.422**	**57.324**
Outros créditos operacionais		**12.941**	**14.681**
Clientes a receber	Nota 6	12.941	14.681
Títulos e créditos a receber		**114**	**74**
Títulos e créditos a receber		58	4
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	7	7
Outros créditos		49	63
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.433**	**7**
Títulos e créditos a receber		**5.428**	**2**
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	5.428	-
Depósitos judiciais e fiscais		-	2
Imobilizado		**5**	**5**
TOTAL DO ATIVO		**44.946**	**72.133**

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		**15.992**	**24.017**
Contas a pagar		**15.992**	**24.017**
Obrigações a pagar	Nota 8	10.838	18.883
Impostos e encargos sociais a recolher		690	630
Encargos trabalhistas		1.014	901
Impostos e contribuições	Nota 9	3.450	3.603
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**7.451**	**5.419**
Contas a pagar		**7.451**	**5.419**
Obrigações a pagar	Nota 8	7.103	5.419
Outras contas a pagar		348	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 11**	**21.503**	**42.697**
Capital social		160	158
Reserva de Capital		145	-
Reservas de lucros		21.198	42.539
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**44.946**	**72.133**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota)

		31/12/2021	31/12/2020
Receita de intermediação financeira		**96.043**	**86.685**
Receita com taxa de administração	Nota 12.1)	91.989	83.450
Receita com taxa de performance	Nota 12.1)	16.003	8.335
Receita com outras taxas	Nota 12.1)	-	20
PIS	Nota 12.1)	(1.746)	(585)
COFINS	Nota 12.1)	(8.043)	(2.699)
ISS	Nota 12.1)	(2.160)	(1.836)
Resultado bruto na intermediação financeira		**96.043**	**86.685**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(37.048)**	**(28.349)**
Despesas de prestação de serviços		**(46)**	**(76)**
Despesas administrativas	**Nota 12.2)**	**(36.722)**	**(28.202)**
Despesas tributárias	**Nota 12.3)**	**(280)**	**(71)**
Resultado operacional		**58.995**	**58.336**
Resultado não operacional		**1.474**	**946**
Resultado financeiro		**1.474**	**943**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		-	3
Resultados antes dos impostos		**60.469**	**59.282**
Imposto de renda e contribuição social		**(20.026)**	**(10.237)**
Imposto de renda	Nota 13	(14.501)	(7.521)
Contribuição social	Nota 13	(5.525)	(2.716)
Lucro líquido do exercício		**40.443**	**49.045**
Quantidade de quotas		**159.600**	**158.000**
Lucro líquido por quotas (R$)		**253**	**204**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**40.443**	**49.045**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**40.443**	**49.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	**40.443**	**49.045**
Ajustes para:		
Variação de impostos sobre o lucro	(153)	(2.558)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	30.902	(17.304)
Depósitos judiciais e fiscais	2	(2)
Outros ativos	(3.728)	(4.118)
Outras contas a pagar	29.251	14.549
Caixa gerado pelas operações	**96.717**	**39.612**
Imposto sobre o lucro pagos	(22.830)	(9.607)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**73.887**	**30.005**
Atividades de investimento		
Integralização de capital	2	-
Reserva de capital	145	-
Pagamento de dividendos	(74.045)	(30.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(73.898)**	**(30.000)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(11)**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**47**	**42**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**36**	**47**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**158**	**-**	**32**	**27.654**	**-**	**27.844**
Dividendos Adicionais Propostos Pagos - AGE 03/2020	-	-	-	(21.931)	-	(21.931)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	49.045	49.045
Destinação do Lucro Líquido						
Reserva Estatutária	-	-	-	36.784	(36.784)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(12.261)	(12.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**158**	**-**	**32**	**42.507**	**-**	**42.697**
Aumento de Capital - AGE 04/2021	2	-	-	-	-	2
Reversão de Reserva Legal não obrigatória	-	-	(32)	32	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	40.443	40.443
Destinação do Lucro Líquido						
Reserva Estatutária	-	-	-	21.167	(8.906)	12.261
Composição Reserva de Capital - AGE 04/2021	-	145	-	-	-	145
Dividendos Intermediários Pagos - AGE 03/2021	-	-	-	(36.784)	(12.261)	(49.045)
Dividendos Intermediários Pagos - AGE 08/2021	-	-	-	(5.724)	(19.276)	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**160**	**145**	**-**	**21.198**	**-**	**21.503**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Empresa), é uma sociedade limitada, com capital fechado, com sede no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º andar, Santo Cristo. A Empresa é uma gestora de recursos com R$ 34,9 bilhões de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2021 (R$ 30,9 bilhões em 2020), podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

O principal acionista da Empresa é a Nalbrapar Participações Ltda. (Nalbrapar).

VALOR DO CAPITAL SOCIAL:	QUANTIDADE DE QUOTAS:	VALOR NOMINAL:
R$ 159.600	**159.600**	**R$ 1,00**

QUOTISTAS:	QUANT. DE QUOTAS:	PERCENTUAL:
Nalbrapar Participações Ltda.	149.785	94%
Pessoa Física	9.815	6%
Total		**100%**

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando o ano de 2021 em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Empresa. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Empresa faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Empresa vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa cumpre os requisitos para enquadramento no Pronunciamento Técnico PME por se tratar de uma sociedade limitada que não é caracterizada pela Lei 11.638/07 como sociedade de grande porte.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelos administradores da Empresa em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.3).

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Empresa são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

• A Empresa efetua a gestão de fundos de investimento constituídos no Brasil, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de gestão e de performance devidas pelos respectivos fundos de investimento. As taxas de gestão e administração são geradas de acordo com o percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando os fundos atingem determinada rentabilidade, conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas quando há a certeza do seu valor e recebimento.

3.2. Balanço patrimonial

• A Empresa efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Empresa é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Empresa.

3.3.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Empresa, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.3.3. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.3.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3.5. Redução ao valor recuperável

3.3.5.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.5. Benefícios a empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Empresa paga contribuição definida para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Icatu Vanguarda Gestão de Recursos, adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Empresa. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Líquido antes do Imposto ("LAIR") e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Empresa efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.6. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) créditos tributários e previdenciários.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2020, os impostos sobre o lucro do exercício foram calculados pelo Lucro Presumido, trimestralmente, constituído à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R$ 240 no ano para o Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social, ambos aplicados sobre as receitas com base em percentual de presunção de 32% do faturamento. As receitas de aplicações financeiras são acrescidas integralmente ao resultado tributável pelo regime de caixa, conforme determina inciso II, § 9º, art. 70 da IN 1.585/2015.

3.8. IRPJ e CSLL Diferidos

A partir de 2021 a Empresa alterou o método de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o lucro líquido para Lucro Real.

Ativos e passivos tributários correntes do exercício de 2021 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O Imposto de Renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do exercício pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

4. Gestão de riscos

4.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR)

A Icatu Vanguarda é uma gestora independente, inserida em um ambiente de alta governança corporativa, especializada em gestão de Fundos regulados pela ICVM 555/14 com foco em clientes institucionais: fundos de pensão, distribuidores, alocadores e indivíduos de "high net Worth" (alta renda), este através de parcerias com private banks, family offices e agentes autônomos.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ICATU | VANGUARDA

ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ 68.622.174/0001-20

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Nossos fundos são administrados em sua grande maioria pela BEM DTVM, empresa do Grupo Bradesco que presta serviço de administração fiduciária. Além disso, a custódia dos nossos fundos também é centralizada, principalmente, junto ao Banco Bradesco.

O processo de avaliação e gerenciamento de risco da Icatu Vanguarda permeia todo o processo de decisão de investimento, criação de novos produtos e modificação dos já existentes. Contamos com uma área específica que tem como escopo de trabalho identificar, medir e informar os riscos, bem como, assegurar que os parâmetros operacionais sejam observados.

4.2. Risco operacional

O risco operacional mede o risco de perdas resultante de falha sistêmica, inadequação de processos internos, fatores humanos ou eventos externos. Esses eventos podem, ou não, resultar em perdas financeiras, multas regulatórias, descumprimentos legais ou que possam trazer prejuízo reputacional à Empresa. Desta forma, a Empresa envida os maiores esforços para prever e combater tais situações.

Os riscos operacionais mapeados pela Empresa, considera os principais processos da empresa, e análise dos pontos críticos, compõem uma matriz de risco, a qual é revisada periodicamente de forma a manter todos os processos e controles atualizados.

De modo a mitigar os riscos operacionais, a Empresa possui uma área Jurídica e de Compliance integralmente focada nas demandas da Icatu Vanguarda, tendo inclusive um Comitê anual, onde ambas as áreas e especialistas de empresas relacionadas se reúnem para discussão de temas relevantes e melhores práticas de mercado. No que se refere à estratégia de continuidade da empresa, temos o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios que tem por objetivo responder a incidentes de interrupção, estabelecendo procedimentos sobre como irá continuar ou recuperar as atividades dos processos críticos dentro de um período previamente definido, alinhado às necessidades e objetivos do negócio.

5. Aplicações

A Empresa possui aplicações em fundos não exclusivos no valor de R$ 26.422 em 31 de dezembro de 2021(R$ 57.324 em 31/12/2020), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

Nível 2	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**40.020**
(+) Aplicação	87.725
(+) Rendimentos	948
(-) Resgate	(71.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**57.324**
(+) Aplicação	108.920
(+) Rendimentos	1.482
(-) Resgate	(141.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**26.422**

6. Clientes a receber

Rendas a receber são compostas como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de administração	8.413	7.973
Taxa de performance	4.528	6.708
Total	**12.941**	**14.681**

7. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos para apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Empresa, e são de R$ 7 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7 em 31/12/2020).

7.2 Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Empresa são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante	Constituição	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**3.991**	**3.991**
Diferenças Temporárias	3.991	3.991
Contribuição Social Diferida	**1.437**	**1.437**
Diferenças Temporárias	1.437	1.437
Total de Créditos Fiscais Diferidos	**5.428**	**5.428**
Total de Créditos e Débitos Diferidos	**5.428**	**5.428**

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2021
Outras Provisões	27
Participação nos Lucros e Resultados	15.727
COFINS Exigibilidade Suspensa	172
PIS Exigibilidade Suspensa	37
Total das Provisões temporárias	**15.963**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**3.991**
Alíquota aplicada - CSLL - 9%	**1.437**
Total	**5.428**

8. Obrigações a pagar

A composição do saldo das obrigações a pagar está constituída da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	10.838	18.883
Participação nos lucros a pagar	9.761	6.160
Dividendos e bonificações a pagar	-	12.261
Rateio de despesas administrativas a pagar (a)	1.046	305
Demais obrigações	31	157
Não Circulante	**7.451**	**5.419**
Participação nos lucros a pagar (b)	7.103	5.281
Demais obrigações	348	138

(a) Anualmente as métricas de rateio são revisadas e alteradas, quando necessário, conforme previsto em contrato. Adicionalmente, em 2020 a Empresa criou uma conta contábil específica para o registro da operação de rateio, com o objetivo de melhorar o controle sobre a operação;

(b) A participação nos lucros a pagar a longo prazo é composta por programas com vigência de 7 anos. Anualmente começa um novo programa, algumas regras dos programas permitem que os participantes possam fazer saques/resgates parciais a partir do 3º ano, a partir do 5º ano os participantes podem sacar/resgatar o valor integral que possuem, caso desejem e no 7º ano do programa o saque/resgate é compulsório para os participantes.

9. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar são compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IR - ano corrente	1.489	2.241
Contribuição social - ano corrente	811	838
COFINS	945	431
PIS	205	93
Total	**3.450**	**3.603**

10. Partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Seguros S.A.(Ligada) **(a)**	23	9	-	(303)	206	85	(4.406)	(2.464)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) **(a) (d)**	53	110	-	-	669	735	(162)	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A **(a)**	-	-	-	-	-	-	(22)	(1)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP **(c)**	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) **(d)**	4	4	-	-	48	56	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) **(a)**	-	-	-	-	5	5	(3)	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) **(d)**	1	-	-	-	5	4	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Ligada) **(d)**	-	-	-	-	1	26	-	-
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) **(a)**	-	-	(3)	(2)	-	-	(62)	(24)
Administradores **(b)**	-	-	-	-	-	-	(6.128)	(8.160)
Nalbrapar Participações Ltda **(e)**	-	-	-	(11.624)	-	-	-	-
Outros **(f)**	-	-	-	(637)	-	-	-	-
Total	**81**	**123**	**(3)**	**(12.566)**	**934**	**911**	**(11.008)**	**(10.874)**

(a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Empresa e suas ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumentos particular de convênio assinado entre as partes.
(b) refere-se ao montante global da remuneração dos Administradores.
(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinada pela Empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.
(d) Valores referentes a taxa de gestão cobrada pela gestão dos fundos.
(e) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Empresa.
(f) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Empresa para os acionistas pessoa física (PF).

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R$ 159.600 (R$ 158.000 em 31/12/2020), sendo representado por 159.600 quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada.

11.2. Reserva de Capital

A Reserva de capital foi constituída em abril de 2021 no valor de R$ 145.216.

11.3. Reserva estatutária

Reserva Estatutária de R$ 21.198 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 42.507 em 31/12/2020) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

12. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

12.1. Resultado bruto na intermediação financeira

O resultado bruto na intermediação financeira está composto conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Taxa de Administração **(a)**	91.989	83.450
Receita com Taxa de Performance **(b)**	16.003	8.335
Receita com Outras Taxas	-	20
PIS	(1.746)	(585)
COFINS	(8.043)	(2.699)
ISS	(2.160)	(1.836)
Total	**96.043**	**86.685**

(a) Taxa de Administração – É a remuneração recebida pela prestação de serviços de gestão e administração dos fundos, podendo também ser destinada a remunerar os demais prestadores de serviço que operacionalizam o fundo de investimento;

(b) Taxa de Performance – É cobrada sobre uma parcela da rentabilidade do fundo de investimento que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado, chamado de benchmark.

12.2. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(11.081)	(9.396)
Despesas com participações sobre o lucro	(17.202)	(14.220)
Despesas com localização e funcionamento	(2.459)	(1.926)
Despesas com propaganda e publicidade	(118)	(60)
Despesas com serviços de terceiros	(568)	(390)
Outras despesas **(a)**	(5.294)	(2.210)
Total	**(36.722)**	**(28.202)**

(a) Anualmente as métricas de rateio são revisadas e alteradas, quando necessário, conforme previsto em contrato. Adicionalmente, em 2020 a Empresa criou uma conta contábil específica para o registro da operação de rateio, com o objetivo de melhorar o controle sobre a operação.

12.3. Despesas com tributos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(232)	(58)
PIS	(47)	(12)
Outros Tributos	(1)	(1)
Total	**(280)**	**(71)**

13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos impostos e participações	77.671	77.671	73.502	73.502
Participação nos lucros	(17.202)	(17.202)	(14.220)	(14.220)
Resultado antes dos impostos	**60.469**	**60.469**	**59.282**	**59.282**
Adições	**18.119**	**18.119**	**-**	**-**
Doações e patrocínios indedutíveis	680	680	-	-
Outras provisões	27	27	-	-
Participações nos lucros	17.202	17.202	-	-
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	210	210	-	-
Exclusões	**(1.239)**	**(1.239)**	**-**	**-**
Participações nos lucros	(1.239)	(1.239)	-	-
Resultado ajustado	**77.349**	**77.349**	**59.282**	**59.282**
Lucro antes dos impostos	**77.349**	**77.349**	**59.282**	**59.282**
Alíquotas oficiais	15% + 10%	-	15% + 10%	-
Despesas com IRPJ/ CSLL	(19.172)	(6.961)	(7.521)	(2.716)
Incentivos fiscais	680	-	-	-
Constituição de créditos tributários	3.991	1.436	-	-
Despesas com IRPJ/ CSLL	**(14.501)**	**(5.525)**	**(7.521)**	**(2.716)**
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	**24%**	**9%**	**13%**	**5%**

DIRETORES

Icatu Vanguarda Gestão de Recursos LTDA
CNPJ: 68.622.174/0001-20

Administradores
Bernardo Schneider Goulart de Oliveira
Bruno Horovitz
Marcelo Rodrigues de Souza Coutinho
Marco Antônio Fernandes Rodrigues Pereira
Roberto Koeler Lira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076.168/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Líquida atinge R$ 223,8 milhões nos dois primeiros meses de operação

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. A Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas do Rio 1"), presente na cidade e estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do ano de 2021 ("12M21"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES

- **Em 1º de novembro, Águas do Rio 1 e a coligada Águas do Rio 4 iniciaram a Operação Plena**, cerca de 3 meses antes do término previsto da Operação Assistida, assumindo os serviços de água e esgoto para 9,8 milhões de pessoas na capital e no Estado do Rio de Janeiro;
- **A Receita Líquida[1] do 4T21, ou dos dois primeiros meses de operação, foi de R$ 223,8 milhões;**
- **O início das operações foi seguido do pagamento da segunda parcela da outorga, no valor R$ 1,2 bilhão**, além da primeira parcela paga na assinatura do contrato, no valor de R$ 5,3 bilhões;
- **Logo no primeiro dia de operação, em 1º de novembro de 2021, em ação conjunta com a Águas do Rio 4, iniciamos em torno de 100 obras, de pequeno e médio portes, em todas as 27 cidades atendidas, inclusive em comunidades, onde os serviços de água e esgoto não existem ou são inadequados.**

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 46,1 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia encerrou 2021 com 2 meses completos de operação plena dos sistemas de saneamento básico em nossa área de concessão, que engloba 18 bairros da Zona Sul da capital e outros 18 municípios do Estado do Rio de Janeiro, e a nossa atuação já foi percebida pela população. O retorno dos cidadãos, que veem seus pedidos atendidos - alguns problemas históricos - e a água chegando a sua casa é o que respalda essa nossa afirmação de que os resultados têm sido positivos.

Logo no primeiro dia de operação, em 1º de novembro de 2021, em ação conjunta com a coligada Águas do Rio 4, iniciamos em torno de 100 obras, de pequeno e médio portes, em todas as 27 cidades atendidas, inclusive em comunidades, onde os serviços de água e esgoto não existem ou são inadequados. A SPE 1 é responsável pela operação em bairros do Centro e da Zona Norte na cidade do Rio e em oito municípios da Baixada Fluminense. Para as cidades localizadas na Região Metropolitana, a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) permanece responsável pela produção - captação e tratamento - da água que distribuímos. Nos municípios do interior do Estado somos responsáveis pelo ciclo integral da água - captação, tratamento, distribuição, coleta e tratamento de esgoto.

Prestamos atendimento para cerca de 3 milhões de pessoas. A atuação da concessionária em comunidades tem sido um grande diferencial para a população. A Águas do Rio assumiu o desafio de sanear essas localidades. Somente na capital são 525, onde vivem aproximadamente um milhão de pessoas. O trabalho realizado pela Superintendência de Comunidades vem se destacando e resgatando a confiança de pessoas que estavam céticas da possibilidade de receber um atendimento de excelência.

É o que se viu na comunidade Tavares Bastos, no bairro Catete, na Zona Sul do Rio, onde o esgoto a céu aberto prejudicava a saúde e bem-estar dos moradores. A Águas do Rio executou intervenções da rede de esgoto, com limpeza, desobstrução, troca e remanejamento de tubulação danificada. Dessa forma, os moradores não sofrem mais com esgoto in natura e mau cheiro.

As pessoas que frequentam ou visitam um dos endereços mais famosos do Brasil, Copacabana, também serão beneficiadas com as melhorias que estão em fase de finalização na Estação Elevatória de Esgoto Parafuso, localizado no bairro, que está passando por intervenções para a recuperação do sistema de odores e adequação de toda a estação.

Outro cartão-postal que recebeu investimentos da Águas do Rio nesse início de operação foi a Lagoa Rodrigo de Freitas. Considerada de grande importância socioambiental e turística, a lagoa, com seus dois milhões de metros quadrados de espelho d´água, precisa de cuidados contínuos. A empresa modernizou as estações elevatórias de esgoto existentes no bairro e hoje elas são monitoradas no Centro de Operações Integradas. A ação da Águas do Rio foi além dos serviços operacionais e a companhia está apoiando um projeto ambiental para a preservação dos 3,5 km de manguezal encontrados nas margens do sistema lagunar. É a primeira vez que uma empresa privada apoia o projeto, e com essa parceria, está sendo possível disponibilizar uma equipe de profissionais da área ambiental, dedicada à proteção do manguezal e dos animais, além de atuação no controle de pragas, replantio de espécies e limpeza das margens da lagoa.

Muitos desses serviços contaram com o apoio dos líderes comunitários que já se engajaram no Programa Afluentes. O programa social da Águas do Rio vem estabelecendo um canal direto de comunicação com essas lideranças para conhecer as necessidades relativas ao saneamento básico, agilizar as soluções e aproximar a empresa dos cidadãos, além de promover a conscientização ambiental e a inclusão de famílias de baixa renda na tarifa social. Foi o que constatou a líder comunitária do conjunto habitacional Recanto da Vitória, na cidade de Duas Barras, na Região Serrana do Rio de Janeiro, que afirmou: "esse programa é de acolhimento para todos". Atualmente, 2.874 lideranças participam do programa, nas áreas de abrangência da concessionária nos blocos 1 e 4.

A comunicação, seja através dos programas sociais, dos canais de atendimento, redes sociais, ou pelo contato com a sociedade, através de diversos setores da empresa, dá visibilidade e transparência para a população acompanhar a trajetória que Águas do Rio está construindo para a universalização do saneamento básico em nossa área de concessão.

Com foco na sustentabilidade e a missão de contribuir para a recuperação ambiental dos recursos hídricos, com destaque para a Baía de Guanabara, estamos preparando as estações de tratamento de esgoto para ampliar a capacidade e modernizar os processos, a fim de que estejam prontas para receber o esgoto coletado no cinturão ao redor da baía, que será construído ao longo dos próximos cinco anos. Esse ecossistema, reconhecido pela ONU como patrimônio mundial, é importante para todos os fluminenses.

O trabalho que desenvolvemos é monitorado pelo nosso Centro de Operações Integradas (COI), em tempo real, 24h por dia, com 115 profissionais operando em turnos. O COI detém tecnologia avançada, com inteligência artificial e IoT (internet das coisas) para a gestão de dados e está recebendo novos investimentos para a aquisição de equipamentos e softwares. A gestão dos sistemas de água e esgoto, com o suporte dessa alta tecnologia, impacta na eficiência operacional e transmite confiabilidade na operação e credibilidade aos clientes.

E quando falamos em tecnologia a serviço do saneamento, Águas do Rio realizou nesses três meses o maior mapeamento digital de sistemas de água e esgoto do país. Com o apoio de drones georreferenciados e equipes em campo, 1.317 plantas operacionais foram digitalizadas e quase 29 mil equipamentos catalogados. Em modelos 3D é possível apoiar a gestão dessas unidades à distância.

Contamos com 1.255 contratados diretos atuando na SPE 1. Além desses colaboradores, 650 integram o Programa Vem Com a Gente, no qual os agentes percorrem as comunidades, promovendo o atendimento itinerante, para levantamento e regularização da infraestrutura de água e esgoto existente e a inclusão das famílias de baixa renda na tarifa social. Assim, levamos mais saúde e dignidade para milhões de pessoas que estavam à margem do acesso aos serviços de saneamento básico, indo ao encontro do nosso propósito de promover mais qualidade de vida para a população.

A Administração

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	4T21	12M21
Receita operacional líquida[1]	**223.752**	**223.752**
Receita de água	157.083	157.083
Receita de Esgoto	88.299	88.299
Deduções da receita	(21.630)	(21.630)
Custos e despesas operacionais[2]	**(171.754)**	**(183.528)**
EBITDA	51.998	40.224
Margem EBITDA	**23,2%**	**18,0 %**
Resultado Financeiro	(6.395)	(9.172)
Lucro Líquido	**3.774**	**(5.832)**

RECEITA LÍQUIDA

Nos dois meses de operação findos em 31/12/2021, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 223,8 milhões, dos quais 70,2% correspondem à receita de água e 29,8% à receita de esgoto.

ECONOMIAS

Ao final de 2021, a Companhia apresentava 975,7 mil economias ativas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T21
Água	659.093
Esgoto	316.564
Total	**975.657**

VOLUME FATURADO

No 4T21, o volume faturado total foi de 33.716 m³, sendo que 22.563 m³, ou 66,9%, correspondeu aos serviços de água e 11.153 m³, ou 33,1% ao tratamento de esgoto.

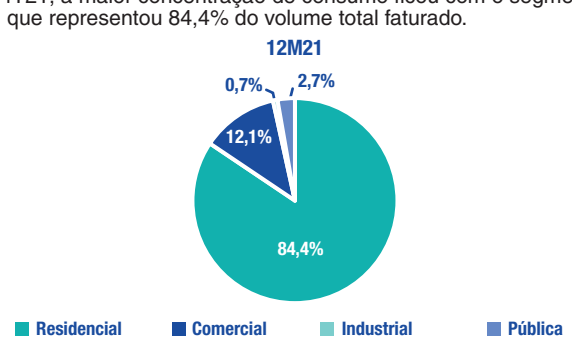
Volume faturado ('000 m³)	4T21	12M21
Água	22.563	22.563
Esgoto	11.153	11.153
Total	**33.716**	**33.716**

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 46,1 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

[3] Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T21, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 84,4% do volume total faturado.



CUSTOS E DESPESAS

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 171,8 milhões, sendo que a maior parte é Serviços de Terceiros, cujo principal componente refere-se ao contrato de compra d'água firmado com a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE (43,7%), além de custos e despesas com Pessoal, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e PECLD.

No 12M21, a Companhia registrou custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, no montante de R$ 183,5 milhões.

Na tabela a seguir, os custos e despesas do quarto trimestre e o ano de 2021:

Custos e Despesas ('000)	4T21	12M21
Pessoal	(29.820)	(33.944)
Serviços de terceiros	(95.445)	(99.225)
Conservação e manutenção	(1.179)	(1.292)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.384)	(4.118)
Custo de concessão	(1.421)	(1.421)
Energia Elétrica	(8.795)	(8.795)
PECLD	(10.728)	(10.728)
Locação	(3.513)	(3.697)
Outros	(17.469)	(20.308)
Custos e despesas operacionais	**(171.754)**	**(183.528)**
Depreciação e Amortização	(39.814)	(39.814)
Total	**(211.568)**	**(223.342)**

EBITDA

Com dois meses de operação, no 4T21 o EBITDA da Companhia atingiu R$ 52,0 milhões com margem EBITDA de 23,2%. No 12M21, o EBITDA atingiu R$ 40,2 milhões, com margem EBITDA de 18,0%. Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

EBITDA (´000)	4T21	12M21
Lucro Líquido	**3.774**	**(5.832)**
(+) Resultado Financeiro	6.395	9.172
(+) Imposto sobre Lucro	2.015	(2.930)
(+) Depreciação e Amortização	39.814	39.814
EBITDA	**51.998**	**40.224**
Margem EBITDA	**23,2%**	**18,0%**

CAPEX

Nos dois primeiros meses de operação, a Companhia realizou R$ 60,6 milhões em investimentos.

ENDIVIDAMENTO

Ao final 4T21, a Companhia registrou dívida bruta de R$ 4,4 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures.

Endividamento (R$ milhares)	12M21
Dívida Líquida	**3.944.044**
(+) Dívida Bruta	4.441.353
(–) Caixa e Disponibilidades	(497.309)
Patrimônio Líquido	**2.967.501**
Dívida Bruta/Patrimômio Líquido	**1,5x**

RESULTADO GERENCIAL ÁGUAS DO RIO

A Águas do Rio 1 e a coligada Águas do Rio 4 são sociedades por ações de propósito específico - SPE, que possuem a mesma estrutura acionária e que têm por objeto social a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativa aos blocos 1 e 4, respectivamente, do leilão da CEDAE (Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021).

Por questões contratuais, foram constituídas duas SPEs, mas a Águas do Rio opera de forma conjunta, visando maximizar as sinergias e os ganhos de eficiência de ambas as empresas. Por isso, apresentamos neste relatório a análise gerencial de Águas do Rio 1 e a Águas do Rio 4 juntas ("Águas do Rio"), para demonstrar, da melhor maneira, os resultados operacionais e financeiros a partir das sinergias capturadas em ambas as empresas.

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	4T21	12M21
Receita operacional líquida[1]	**870.773**	**870.773**
Receita de água	633.291	633.291
Receita de Esgoto	333.208	333.208
Deduções da receita	(95.726)	(95.726)
Custos e despesas operacionais[2]	**(544.869)**	**(565.127)**
EBITDA	**325.904**	**305.646**
Margem EBITDA	**37,4%**	**35,1%**
Resultado Financeiro	(11.592)	(16.637)
Lucro Líquido	**157.867**	**141.165**

RECEITA LÍQUIDA

Em 1º de novembro a Águas do Rio deu início às suas operações. Nos dois meses de operação findos em 31/12/2021, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 870,8 milhões, dos quais 72,7% correspondem a receita de água e 27,3% a receita de esgoto.

ECONOMIAS

Ao final de 2021, a Águas do Rio apresentava 3,6 milhões de economias faturadas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T21
Água	2.302.803
Esgoto	1.314.622
Total	**3.617.425**

VOLUME FATURADO

No 4T21, o volume faturado total foi de 122.463 m³, sendo que 78.869 m³, ou 64,4%, correspondeu aos serviços de água e 43.594 m³, ou 35,6% ao tratamento de esgoto.

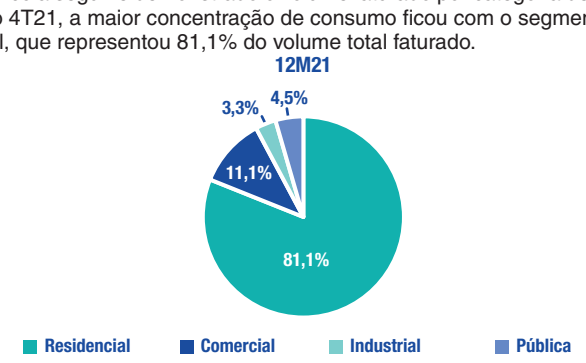
Volume faturado ('000 m³)	4T21	12M21
Água	78.869	78.869
Esgoto	43.594	43.594
Total	**122.463**	**122.463**

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 98,1 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

[3] Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T21, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 81,1% do volume total faturado.



CUSTOS E DESPESAS

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 544,9 milhões, sendo que a maior parte é Serviços de Terceiros, cujo principal componente refere-se ao contrato de compra d'água firmado com a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE (57,9% do total), além de custos e despesas com Pessoal, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e PECLD.

Na tabela a seguir, os custos e despesas do quarto trimestre e o ano de 2021:

Custos e Despesas ('000)	4T21	12M21
Pessoal	(41.180)	(49.296)
Serviços de terceiros	(369.911)	(375.358)
Conservação e manutenção	(5.325)	(5.564)
Materiais, equipamentos e veículos	(5.840)	(6.842)
Custo de concessão	(5.882)	(5.882)
Energia Elétrica	(35.981)	(35.983)
PECLD	(42.578)	(42.578)
Locação	(5.772)	(6.092)
Outros	(32.400)	(37.532)
Custos e despesas operacionais	**(544.869)**	**(565.127)**
Depreciação e Amortização	(75.036)	(75.036)
Total	**(619.905)**	**(640.163)**

EBITDA

Com dois meses de operação, no 4T21 o EBITDA da Águas do Rio atingiu R$ 325,9 milhões com margem EBITDA de 37,4%. No 12M21, o EBITDA atingiu R$ 305,6 milhões, com margem EBITDA de 53,1%. Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

EBITDA (´000)	4T21	12M21
Lucro Líquido	**157.867**	**141.165**
(+) Resultado Financeiro	11.592	16.637
(+) Imposto sobre Lucro	81.409	72.808
(+) Depreciação e Amortização	75.036	75.036
EBITDA	**325.904**	**305.646**
Margem EBITDA	**37,4%**	**35,1%**

CAPEX

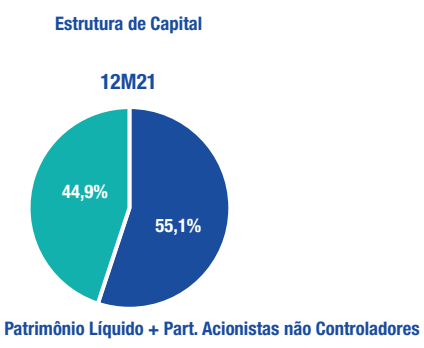
Nos dois primeiros meses de operação, a Águas do Rio realizou R$ 120,2 milhões em investimentos.

ENDIVIDAMENTO

Ao final 4T21, a Águas do Rio registrou dívida bruta de R$ 7,9 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures, vencimento em novembro de 2023 e amortização única e integral coincidente com o vencimento. Os juros possuem pagamentos trimestrais e são remunerados a 100% da variação do DI + spread de 3,5% a.a.

Endividamento (R$ milhares)	12M21
Dívida Líquida	7.169.431
(+) Dívida Bruta	7.873.174
(–) Caixa e Disponibilidades	(703.743)

ESTRUTURA DE CAPITAL



DECLARAÇÃO DO ARTIGO 2º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em janeiro de 2022, para prestar serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade do ano-base 2021 da Aegea Saneamento e Participações S.A., ("Aegea") controladora da Companhia, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguração NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguração de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado num prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R$ 80.000,00, representando 2,19% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguração limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.334	Fornecedores e empreiteiros	10	170.293
Aplicações financeiras	5	491.975	Debêntures	11	83.941
Contas a receber de clientes	6	229.309	Obrigações trabalhistas e sociais		10.213
Estoques		1.759	Obrigações fiscais		8.455
Tributos a recuperar		1.990	Outras contas a pagar	12	5.894
Outros créditos		9.014	**Total do passivo circulante**		278.796
Total do ativo circulante		739.381	Fornecedores e empreiteiros	10	129
Contas a receber de clientes	6	59	Debêntures	11	4.357.412
Ativo fiscal diferido	17 b.	2.930	Outras contas a pagar	12	1.487.367
Total do realizável a longo prazo		2.989	**Total do passivo não circulante**		5.844.908
Imobilizado		18.990	**Total do passivo**		6.123.704
Ativo de contrato da concessão	8	34.995	**Patrimônio líquido**	13	
Intangível	9	8.294.850	Capital social		2.397.951
Total do ativo não circulante		8.351.824	Reserva de capital		535.382
			Adiantamento para futuro aumento de capital		40.000
			Prejuízos acumulados		(5.832)
			Total do patrimônio líquido		2.967.501
Total do ativo		9.091.205	**Total do passivo e patrimônio líquido**		9.091.205

Demonstração do resultado - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Receita operacional líquida	14	269.855
Custos dos serviços prestados	15	(199.963)
Lucro bruto		69.892
Despesas administrativas e gerais	15	(69.482)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		410
Receitas financeiras	16	15.155
Despesas financeiras	16	(24.327)
Resultado financeiro		(9.172)
Resultado antes dos impostos		(8.762)
Imposto de renda e contribuição social	17 a.	2.930
Prejuízo do período		(5.832)
Prejuízo por ação		
Prejuízo por ação - Básico (em R$)	20	(0,14)
Prejuízo por ação - Diluído (em R$)	20	(0,14)
Quantidade média de ações		42.585.473

Demonstração do resultado abrangente - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2021
Prejuízo do período	(5.832)
Resultado abrangente total	(5.832)

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 26 de maio de 2021 (data da constituição)		–	–	–	–	–	–	–
Subscrição de capital social	13 a.	2.397.951	(2.397.951)	–	–	–	–	–
Integralização de capital social	13 a.		2.397.951	2.397.951	535.382	–	–	2.933.333
Adiantamento para futuro aumento de capital	13 c.	–	–	–	–	40.000	–	40.000
Prejuízo do período	13 b.	–	–	–	–	–	(5.832)	(5.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.397.951	–	2.397.951	535.382	40.000	(5.832)	2.967.501

Demonstração do fluxo de caixa - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos		(8.762)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	15	39.814
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	15	10.728
Rendimentos de aplicações financeiras	16	(15.147)
Encargos sobre debêntures	11 e 16	15.147
Amortização do custo de captação	11	7.925
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 16	6
		49.711
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes		(240.102)
Estoques		(1.759)
Tributos a recuperar		(30)
Outros créditos		(9.014)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros		170.422
Obrigações trabalhistas e sociais		10.213
Obrigações fiscais		8.455
Outras contas a pagar		4.538
Juros pagos	11	(72.577)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(80.143)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas		(485.539)
Juros recebidos		6.751
Aquisição de imobilizado		(14.529)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(46.103)
Aquisição de intangível		(6.697.922)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(7.237.342)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	11	4.400.000
Custo de emissão de debêntures	11	(50.514)
Aumento de capital social	13 a.	2.397.951
Reserva de capital		535.382
Adiantamento para futuro aumento de capital		40.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividade de financiamento		7.322.819
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		5.334
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	5.334
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		5.334

Demonstração do valor adicionado - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 ***(Em milhares de Reais)***

	2021
Receitas	281.933
Serviços	246.558
Receita de construção	46.103
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(10.728)
Insumos adquiridos de terceiros	(190.338)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
Custo de construção	(46.103)
Custos dos serviços prestados	(97.386)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.849)
Valor adicionado bruto	91.595
Amortização e depreciação	(39.814)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	51.781
Valor adicionado recebido em transferência	15.155
Receitas financeiras	15.155
Valor adicionado total a distribuir	66.936
Distribuição do valor adicionado	66.936
Pessoal	28.898
Remuneração direta	22.737
Benefícios	4.886
F.G.T.S	1.275
Impostos, taxas e contribuições	24.956
Impostos federais	24.870
Impostos estaduais	1
Impostos municipais	85
Remuneração de capitais de terceiros	18.914
Juros	15.217
Aluguéis	3.697
Remuneração de capitais próprios	(5.832)
Prejuízos acumulados	(5.832)

Notas explicativas as demonstrações financeiras da Águas do Rio 1 SPE S.A. *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede no Rio de Janeiro - RJ, e tem por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Magé, Maricá e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 1), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 032/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco n° 1 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. Em 11 de agosto de 2021, foi assinado o contrato de concessão, após assinatura teve início a operação assistida do sistema pelo período de até 180 dias. Segmento Operacional: A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021, motivo pelo qual não são apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2020. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 6); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 9); • Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 14); e • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 17). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras. a) Receita de contrato com cliente: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água. *(ii) Outros serviços indiretos de água:* A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento. *(iii) Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. b) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente de ganhos e perdas:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos sobre debêntures e impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). c) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. d) Redução ao valor recuperável *(impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Ativos intangíveis: A Companhia possui como ativos intangível itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "f". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. g) Ajustes a valor presente**:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: direito de outorga conforme nota explicativa nº 9 e outorga a pagar conforme nota explicativa nº 12. h) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. i) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda, contribuição social e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que o tratamento dado ao imposto de renda e a contribuição social está adequado para o exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. *(ii) Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS/PASEP e COFINS corrente do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem. j) Capitalização dos custos das debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção. k) Demonstrações de valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. l) Lucro por ação básico e diluído: O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. m) Novas normas e interpretações: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. *Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.* As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis: *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021;* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionada à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento; A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia. n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021
Caixa	35
Bancos conta movimento	5.299
	5.334

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	491.975

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB é em média de 83,40% do CDI em 31 de dezembro de 2021. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 18 - Instrumentos financeiros.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021
Serviços de água e esgoto	172.345
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	67.751
(–) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(10.728)
	229.368
Circulante	229.309
Não circulante	59

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

Notas explicativas às demonstrações financeiras - da Águas do Rio 1 SPE S.A. *(Em milhares de reais)*

O vencimento das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2021 está assim representado:

		Saldos vencidos - 2021		
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	Total	Saldo em 2021
Residencial	106.543	6.137	6.137	112.680
Comercial	46.550	3.801	3.801	50.351
Industrial	2.348	335	335	2.683
Setor público	4.333	2.042	2.042	6.375
Subtotal consumidores	159.774	12.315	12.315	172.089
Renegociações *(i)*	256	–	–	256
	160.030	12.315	12.315	172.345

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 6 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 4,23% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 6 provisão de ajuste a valor presente. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	Resultado	
Natureza	Adições	Saldo em 2021
Privado *(ii)*	(10.728)	(10.728)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 1.815. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo nesta data, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas ou companhias relacionadas a eles. As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

Ativo circulante	**2021**
Aplicações financeiras	
Itaú Unibanco S.A.	12.610
Outros créditos	
SPE Saneamento RIO 4 S.A.	2.929
Ativo não circulante	
Custo na obtenção do contrato	
Itaú Unibanco S.A.	9.475
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício	
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	2.094
	27.108
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	10.981
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Águas e Esgoto (d)	1.095
Águas Guariroba S.A. (d)	153
Manaus Ambiental S.A. (d)	135
Aesan Engenharia E Participações Ltda. (d)	2.525
Águas de Sinop S.A. (d)	238
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	2.207
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	1.372
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (d)	43
	18.749
Passivo não circulante	
Debêntures	
Itaú Unibanco S.A.	507.501
Custo de Captação	
Banco Itaú BBA S.A.	(2.821)
	523.429
Resultado do exercício	
Despesas administrativas e gerais	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(8.297)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(764)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(807)
	(9.868)
	2021
Receitas financeiras (e)	
Itaú Unibanco S.A.	8.827
Despesas financeiras (f)	
Itaú Unibanco S.A.	(21.578)
	(22.619)

a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d´Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. c) Refere-se a contratação de serviços associados a obras de ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. d) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais. e) Refere-se aos ganhos com aplicações financeiras. f) Refere-se a despesas de prestação de serviços, despesas contratuais e juros incorridos sobre as debêntures.

8. ATIVO DE CONTRATO DA CONCESSÃO

	2021
Ativo de contrato da concessão	34.995

			2021
	Adições	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	46.103	(11.108)	34.995

9. INTANGÍVEL

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

					2021
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	35	2,9%	8.323.234	(39.492)	8.283.742
Instalações técnicas de saneamento	de 3 a 34	3,1%	5.327	–	5.327
Edificações de estações de tratamento	34	3,2%	4.317	–	4.317
Máquinas e equipamentos	de 10 a 15	8,9%	1.464	–	1.464
			8.334.342	(39.492)	8.294.850

b) Movimentação do custo

		2021
Ativo	**Adições**	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga/Contrato de concessão	8.323.234 *(i)*	8.323.234
Instalações técnicas de saneamento	5.327	5.327
Edificações de estações de tratamento	4.317	4.317
Máquinas e equipamentos	1.464	1.464
	8.334.342	8.334.342

c) Movimentação da amortização

		2021
Ativo	**Adições**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga/Contrato de concessão	(39.492)	(39.492)
	(39.492)	(39.492)

(i) Os juros sobre debêntures, sobre outorga e o ajuste a valor presente são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R$ 141.372, R$ 259.231 e R$ 28.550 respectivamente.

Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021.

10. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

	2021
Fornecedores de materiais e serviços	151.673
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 7)	18.749
	170.422
Circulante	170.293
Não circulante	129

11. DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos	Vencimento final do contrato	Valor contratado/ captado	2021
Debêntures	CDI +3,5% a.a.	novembro/2023	4.400.000	4.441.353
Circulante				83.941
Não circulante				4.357.412

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2021
2023	4.400.000
	4.400.000
Custo de captação (não circulante)	(42.588)
Total	4.357.412

Movimentação das dívidas	**2021**
Captação	4.400.000
(–) Pagamentos de juros	(72.577)
Provisão de juros (nota explicativa nº 16)	15.147
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	141.372
(–) Custo de captação do exercício	(50.514)
Amortização de custo de captação do exercício	7.925
Saldo final	4.441.353

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R$ 42.589, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 30 de julho de 2021, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 4.400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, com valor nominal total de R$ 4.400.000, sendo R$ 3.200.000 na 1ª série (CDI) e R$ 1.200.000 na 2ª série (CDI), já desembolsados. As debêntures da 1ª série e da 2ª série serão pagas na sua data de vencimento em 11 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 30 de outubro de 2021. As garantias a tais debêntures são: *(i)* alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e *(ii)* cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes às debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2021.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021
Direito de outorga a pagar *(i)*	1.484.235
Arrendamentos	4.543
Outros impostos diferidos	277
Outras contas a pagar	4.206
	1.493.261
Circulante	5.894
Não circulante	1.487.367

(i) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é devido ao estado do Rio de Janeiro - RJ, que deve ser pago até novembro de 2024, enquanto em aberto a parcela é atualizada pelo IPCA. O saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R$ 277.368 calculados com base na taxa média de 3,94%.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado é de R$ 2.397.951 e os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	56.438.395	–	177.558.014
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	159.652.933	–
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	43.073.783	–
Itaúsa S.A.	–	23.026.865	–
	56.438.395	225.753.581	177.558.014

	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%	–	100,00%
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	70,72%	–
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	19,08%	–
Itaúsa S.A.	–	10,20%	–
	100,00%	100,00%	100,00%

Em 26 de maio de 2021, foram subscritos R$ 24, mediante emissão de 564 ações ordinárias no montante de R$ 3, 2.258 ações preferenciais classe A no montante de R$ 5 e 1.332 ações preferenciais classe B no montante de R$ 16, todas as ações são nominativas e sem valor nominal. Do capital social subscrito, R$ 19 referente à totalidade das ações ordinárias e preferenciais classe B, foram integralizados na mesma data. Em 19 de julho de 2021, foram subscritos R$ 2.392.519, mediante emissão de 56.437.831 novas ações ordinárias no montante de R$ 264.863, 225.751.323 novas ações preferenciais classe A no montante de R$ 505.381 e 133.165.557 novas ações preferenciais classe B no montante de R$ 1.622.275, todas nominativas e sem valor nominal. Em 29 de julho de 2021, todas as ações ora subscritas foram totalmente integralizadas. Em 26 de outubro de 2021, foram subscritos R$ 540.790, mediante emissão de 44.391.125 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. As novas ações foram subscritas pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição. Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscrito foi totalmente integralizado. Na mesma data o capital social integralizado é de R$ 2.397.951, dividido em 56.438.395 ações ordinárias, 225.753.581 ações preferenciais da classe A e 177.558.014 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal. b) Prejuízos acumulados**:** É constituído pelo prejuízo do período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 e será compensado pelos lucros futuros. c) Adiantamento para futuro aumento de capital**:** É constituído por adiantamento para futuro aumento de capital, que será convertido em capital social pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., em assembleia ou em qualquer deliberação que tratar sobre o tema. d) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	156.783
Outros serviços indiretos de água	300
Serviços de esgoto	88.299
Receitas de construção - ativo intangível	46.103
Total receita bruta	291.485
Deduções da receita bruta	
(-) Impostos sobre serviços	(21.630)
Total da receita operacional líquida	269.855

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021
Pessoal	(33.944)
Conservação e manutenção	(1.292)
Serviços de terceiros	(99.225)
Materiais, equipamentos e veículos	(4.118)
Amortização e depreciação	(39.814)
Custo de concessão	(1.421)
Custo de construção - ativo intangível	(46.103)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(10.728)
Energia elétrica	(8.795)
Locação	(3.697)
Publicidade e Propaganda	(12.323)
Outros	(7.985)
	(269.445)
Custos dos serviços prestados	(199.963)
Despesas administrativas e gerais	(69.482)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2021
Receitas	
Rendimentos de aplicações financeiras	15.147
Outras receitas financeiras	8
Receitas financeiras	15.155
Despesas	
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 11)	(15.147)
Ajuste a valor presente de clientes	(6)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(705)
Amortização de custo de captação	(7.925)
Outras despesas financeiras	(544)
Despesas financeiras	(24.327)
Resultado financeiro	(9.172)

17. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculadas pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada como segue:

	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.762)
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.979
Despesas indedutíveis	(49)
Imposto de renda e contribuição social:	
Diferido	2.930
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.930
Alíquota efetiva	33%

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	3.648	3.648
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	101.480	101.480
Ajuste a valor presente	2	2
Provisão para participação nos lucros	1.343	1.343
Arrendamentos	11	11
Ativo fiscal diferido	106.484	106.484
Juros capitalizados no ativo intangível	(88.928)	(88.928)
Custo de captação de debêntures	(14.480)	(14.480)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(146)	(146)
Passivo fiscal diferido	(103.554)	(103.554)
Ativo fiscal diferido líquido	2.930	2.930

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de aplicações financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2021
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 4)	5.299
Aplicações financeiras	491.975
Contas a receber de clientes	229.368
	726.642

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	2021					
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	170.422	170.422	170.293	129	–	–
Debêntures	4.441.353	5.638.436	577.572	5.060.864	–	–
Outras contas a pagar	1.493.261	1.493.191	5.880	1.380	1.485.170	761
	6.105.036	7.302.049	753.745	5.062.373	1.485.170	761

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2021
Instrumentos de taxa variável	
Ativos financeiros	
Aplicações financeiras	491.975
Instrumentos de taxa variável	
Passivos financeiros	
Debêntures	4.483.941
Outras contas a pagar	1.488.778
	5.972.719

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	491.975	Variação do CDI	9,15%	45.016	56.270	67.524	33.762	22.508
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(4.483.942)	Variação do CDI	9,15%	(410.281)	(512.851)	(615.422)	(307.711)	(205.141)
Direito de outorga	(1.484.235)	Variação do IPCA	10,06%	(149.314)	(186.643)	(223.971)	(111.986)	(74.657)
1 + 2 - Exposição líquida	(5.476.201)			(514.579)	(643.224)	(771.869)	(385.935)	(257.290)

Gerenciamento do capital: A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2021	Valor Justo 2021
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	4	Custo amortizado	Nível 2	5.334	5.334
Aplicações financeiras *(i)*	5	Custo amortizado	Nível 2	491.975	491.975
Contas a receber de clientes *(i)*	6	Custo amortizado	Nível 2	229.368	229.368
Total				726.677	726.677
Passivo					
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	10	Custo amortizado	Nível 2	170.422	170.422
Debêntures *(ii)*	11	Custo amortizado	Nível 2	4.441.353	4.733.595
Outras contas a pagar *(i)*		Custo amortizado	Nível 2	1.493.261	1.493.261
Total				6.105.036	6.397.278

(i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2021
Danos materiais	150.000
Responsabilidade civil	96.000
Executante concessionário	207.583

20. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	2021
Prejuízo básico e diluído por ação	
Prejuízo atribuível aos detentores de ações ordinárias	(5.832)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	42.585
Prejuízo básico e diluído por ação - R$	(0,14)

Em 31 de dezembro de 2021, para cálculo do resultado diluído por ação, as 403.311.595 ações preferenciais e seus respectivos efeitos foram excluídas do cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo.

21. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Estado do Rio de Janeiro, em três parcelas, sendo a primeira parcela no valor R$ 5.330.000 paga em 11 de agosto de 2021. A segunda parcela, no valor R$ 1.230.000, paga em 04 de novembro de 2021. A terceira parcela, no valor de R$ 1.640.000, corrigíveis pelo IPCA, deve ser paga até novembro de 2024. A Companhia possui ainda a obrigação de pagamento de outorga variável, sendo que deverá destinar aos municípios atendidos pela prestação regionalizada dos serviços o valor correspondente a 3% (três por cento) do total da receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território. A Companhia pagará mensalmente ao fundo de desenvolvimento da região metropolitana o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do total da receita tarifária arrecadada no mês anterior, nos municípios que compõem a região metropolitana de Estado do Rio de Janeiro. A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação ao Poder Concedente, que corresponde a 0,5% das receitas próprias faturadas mensalmente. A Companhia possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2031 para 25%.

22. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Diretoria

Alexandre Bianchini Antonio
Diretor Presidente

Luiz Carlos Costa Couto
Diretor Executivo

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS 010387/O5S-RJ

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Águas do Rio 1 SPE S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Redução ao valor recuperável das contas a receber:* A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível:* Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.f., 3.h., 8 e 9. A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.f., 3.h., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Líquida atinge R$ 674,0 milhões nos dois primeiros meses de operação

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas do Rio 4"), presente na cidade e estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do ano de 2021 (12M21). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES

- **Em 1º de novembro, Águas do Rio 4 e a coligada Águas do Rio 1 iniciaram a Operação Plena**, cerca de 3 meses antes do término previsto da Operação Assistida, assumindo os serviços de água e esgoto para 9,8 milhões de pessoas na capital e no Estado do Rio de Janeiro;
- **A Receita Líquida[1] do 4T21, ou dos dois primeiros meses de operação, foi de R$ 674,0 milhões;**
- **O início das operações foi seguido do pagamento da segunda parcela da outorga, no valor de R$ 1,1 bilhão**, além da primeira parcela paga na assinatura do contrato, no valor R$ 4,7 bilhões;
- **Logo no primeiro dia de operação, em 1º de novembro de 2021, em ação conjunta com a Águas do Rio 1, iniciamos em torno de 100 obras, de pequeno e médio portes, em todas as 27 cidades atendidas, inclusive em comunidades, onde os serviços de água e esgoto não existem ou são inadequados.**

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 46,1 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia encerrou 2021 com 2 meses completos de operação plena dos sistemas de saneamento básico em nossa área de concessão, que engloba 16 bairros do Centro, 90 da Zona Norte da capital e outros oito municípios da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, e a atuação da concessionária já foi percebida pela população. O retorno dos cidadãos, que veem seus pedidos atendidos - alguns problemas históricos - e a água chegando a sua casa é o que respalda essa nossa afirmação de que os resultados têm sido positivos.

Aproximadamente sete milhões de pessoas estão em nossa área de concessão, que engloba os municípios mais populosos do Estado, depois da capital, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu na Baixada e São Gonçalo no leste do Estado - esse último com mais de 1 milhão de habitantes.

Logo no primeiro dia de operação, em 1º de novembro de 2021, em ação conjunta com a coligada Águas do Rio 1, iniciamos em torno de 100 obras, de pequeno e médio portes, em todas as 27 cidades atendidas, inclusive em comunidades, onde os serviços de água e esgoto não existem ou são inadequados. A SPE 4 é responsável pela operação em 18 bairros da Zona Sul do Rio e em outros 18 municípios do Estado.

Para as cidades localizadas na Região Metropolitana, a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) permanece responsável pela produção - captação e tratamento - da água que distribuímos.

A atuação da companhia tem construído uma relação de confiança junto a sociedade. Na Baixada Fluminense, nos dois primeiros meses de operação, Águas do Rio implantou mais de 13 km de redes de água, otimizou os sistemas de bombeamento e recuperou reservatórios nos oito municípios da região. Foi o que aconteceu em Nova Iguaçu, com a recuperação do reservatório Cabuçu Alto, com capacidade superior a 5 milhões de litros d'água, que permitiu abastecer mais de 32 mil pessoas.

Com pouco mais de um mês do início da operação, o balanço na região leste do Estado do Rio mostrou que foram realizados mais de 4 mil serviços, entre reparo de vazamento e desobstrução de rede, pedido de nova ligação de água e alteração cadastral.

Muitos desses serviços contaram com o apoio dos líderes comunitários que já se engajaram no Programa Afluentes. O programa social da Águas do Rio vem estabelecendo um canal direto de comunicação com essas lideranças para conhecer as necessidades relativas ao saneamento básico, agilizar as soluções e aproximar a empresa dos cidadãos, além de promover a conscientização ambiental e a inclusão de famílias de baixa renda na tarifa social.

Atualmente, 2.874 lideranças participam do programa, nas áreas de abrangência da companhia, nos blocos 1 e 4, a exemplo dos líderes das 14 comunidades que compõe o Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio. "O Afluente chega para minimizar o sentimento de abandono e dar voz aos moradores dessas áreas desassistidas", reforça um dos líderes do Complexo do Lins.

A comunicação - seja através dos programas sociais, dos canais de atendimento, redes sociais, ou pelo contato com a sociedade, através de diversos setores da empresa - dá visibilidade e transparência para a população acompanhar a trajetória que Águas do Rio está construindo para a universalização do saneamento básico em nossa área de concessão.

Com foco na sustentabilidade e a missão de contribuir para a recuperação ambiental da Baía de Guanabara, estamos preparando as estações de tratamento de esgoto para ampliar a capacidade e modernizar os processos, a fim de que estejam prontas para receber o esgoto coletado no cinturão ao redor da baía, que será construído ao longo dos próximos cinco anos. Esse ecossistema é importante para todos os fluminenses e é reconhecido pela ONU como patrimônio mundial. As maiores estações como Alegria, Penha, São Gonçalo, entre outras, ficam em nossa área de abrangência.

Todo trabalho é monitorado pelo nosso Centro de Operações Integradas (COI), em tempo real, 24h por dia, com 115 profissionais operando em turnos. O COI detém tecnologia avançada, com inteligência artificial e IoT (internet das coisas) para a gestão de dados e está recebendo novos investimentos para a aquisição de equipamentos e softwares. A gestão dos sistemas de água e esgoto, com o suporte dessa alta tecnologia, impacta na eficiência operacional e transmite confiabilidade na operação e credibilidade aos clientes.

E quando falamos em tecnologia a serviço do saneamento, Águas do Rio realizou nesses três meses o maior mapeamento digital de sistemas de água e esgoto do país. Com o apoio de drones georreferenciados e equipes em campo, 1.317 plantas operacionais foram digitalizadas e quase 29 mil equipamentos catalogados. Em modelos 3D é possível apoiar a gestão dessas unidades à distância.

Atualmente contamos com 1.038 contratados diretos atuando na SPE 4. Além desses colaboradores, o Programa Vem Com a Gente já contabiliza 1.208 agentes que percorrem as comunidades, promovendo o atendimento itinerante, para levantamento e regularização da infraestrutura de água e esgoto existentes e a inclusão das famílias de baixa renda na tarifa social. Assim, levamos mais saúde e dignidade para milhões de pessoas que estavam à margem do acesso aos serviços de saneamento básico, indo ao encontro do nosso propósito de promover mais qualidade de vida para a população.

A Administração

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	4T21	12M21
Receita operacional líquida[1]	**647.021**	**647.021**
Receita de água	476.208	476.208
Receita de esgoto	244.909	244.909
Deduções da receita	(74.096)	(74.096)
Custos e despesas operacionais[2]	**(373.115)**	**(381.599)**
EBITDA	**273.906**	**265.422**
Margem EBITDA	**42,3%**	**41,0%**
Resultado financeiro	(5.197)	(7.465)
Lucro líquido	**154.093**	**146.997**

RECEITA LÍQUIDA[1]

Nos dois meses de operação findos em 31/12/2021, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 647,0 milhões, dos quais 73,6% correspondem à receita de água e 26,4% à receita de esgoto.

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 52,0 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

ECONOMIAS[3]

Ao final de 2021, a Companhia apresentava 2,6 milhões de economias ativas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T21
Água	1.643.710
Esgoto	998.058
Total	**2.641.768**

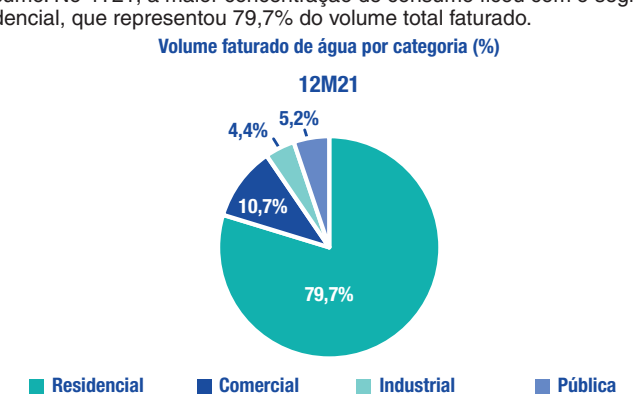
[3] Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

VOLUME FATURADO

No 4T21, o volume faturado total foi de 88.746m³, sendo que 56.303m³, ou 63,4%, correspondeu aos serviços de água e 32.440m³, ou 36,6% ao tratamento de esgoto. Devido ao início das operações em 1º de novembro, os dados apresentados no 12M21 correspondem aos mesmos valores e representatividade referentes ao quarto trimestre.

Volume faturado ('000 m³)	4T21	12M21
Água	56.306	56.306
Esgoto	32.440	32.440
Total	**88.746**	**88.746**

No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T21, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 79,7% do volume total faturado.



CUSTOS E DESPESAS

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 373,1 milhões, sendo que a maior parte é Serviços de Terceiros, cujo principal componente refere-se ao contrato de compra d'água firmado com a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE (70,4%), além de custos e despesas com Pessoal, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e PECLD.

Custos e Despesas ('000)	4T21	12M21
Pessoal	(11.360)	(15.352)
Serviços de terceiros	(274.466)	(276.133)
Conservação e manutenção	(4.146)	(4.272)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.456)	(2.724)
Custo de concessão	(4.461)	(4.461)
Energia elétrica	(27.186)	(27.188)
PECLD	(31.850)	(31.850)
Locação	(2.259)	(2.395)
Outros	(14.931)	(17.224)
Custos e despesas operacionais	**(373.115)**	**(381.599)**
Depreciação e amortização	(35.222)	(35.222)
Total	**(408.337)**	**(416.821)**

EBITDA

Com dois meses de operação, no 4T21 o EBITDA atingiu R$ 273,9 milhões com margem EBITDA de 42,3%. No 12M21, o EBITDA atingiu R$ 265,4 milhões, encerrando 2021 com margem EBITDA de 41,0%. Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

EBITDA (´000)	4T21	12M21
Lucro Líquido	**154.093**	**146.997**
(+) Resultado financeiro	5.197	7.465
(+) Imposto sobre lucro	79.394	75.738
(+) Depreciação e amortização	35.222	35.222
EBITDA	**273.906**	**265.422**
Margem EBITDA	**42,3%**	**41,0%**

CAPEX

Nos dois primeiros meses de operação, a Companhia realizou R$ 59,6 milhões em investimentos.

ENDIVIDAMENTO

Ao final 4T21, a Companhia registrou dívida bruta de R$ 3,4 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures.

Endividamento (R$ milhares)	4T21
Dívida líquida	**3.225.387**
(+) Dívida bruta	3.431.821
(–) Caixa e disponibilidades	(206.434)
Patrimônio líquido	**2.879.902**
Dívida bruta/Patrimônio líquido	**1,19x**

RESULTADO GERENCIAL ÁGUAS DO RIO

A Águas do Rio 4 e a coligada Águas do Rio 1 são sociedades por ações de propósito específico - SPE, que possuem a mesma estrutura societária e que têm por objeto social a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativa aos blocos 4 e 1, respectivamente, do leilão da CEDAE (Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021).

Por questões contratuais, foram constituídas duas SPEs, mas a Águas do Rio opera de forma conjunta, visando maximizar as sinergias e os ganhos de eficiência de ambas as empresas. Por isso, apresentamos neste relatório a análise gerencial de Águas do Rio 1 e a Águas do Rio 4 juntas ("Águas do Rio"), para demonstrar, da melhor maneira, os resultados operacionais e financeiros a partir das sinergias capturadas em ambas as empresas.

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	4T21	12M21
Receita operacional líquida[1]	**870.773**	**870.773**
Receita de água	633.291	633.291
Receita de esgoto	333.208	333.208
Deduções da receita	(95.726)	(95.726)
Custos e despesas operacionais[2]	**(544.869)**	**(565.127)**
EBITDA	**325.904**	**305.646**
Margem EBITDA	**37,4%**	**35,1%**
Resultado financeiro	(11.592)	(16.637)
Lucro líquido	**157.867**	**141.165**

RECEITA LÍQUIDA[1]

Em 1º de novembro a Águas do Rio deu início às suas operações. Nos dois meses de operação findos em 31/12/2021, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 870,8 milhões, dos quais 72,7% correspondem a receita de água e 27,3% a receita de esgoto.

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R$ 98,1 milhões tanto no 4T21, quanto no 12M21.

[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

ECONOMIAS[3]

Ao final de 2021, a Águas do Rio apresentava 3,6 milhões de economias faturadas, como observado no quadro a seguir:

Economias ativas	4T21
Água	2.302.803
Esgoto	1.314.622
Total	**3.617.425**

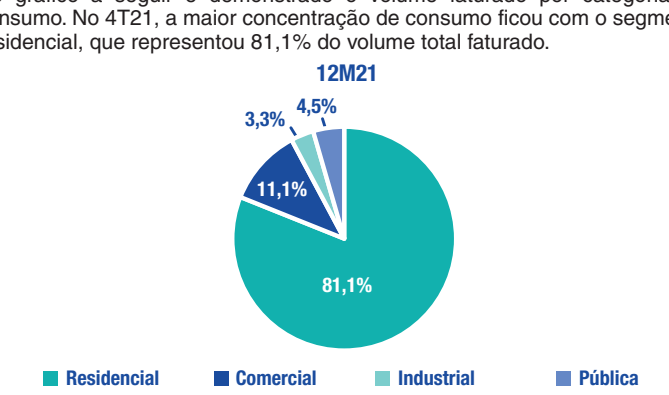
[3] Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

VOLUME FATURADO

No 4T21, o volume faturado total foi de 122.463m³, sendo que 78.869m³, ou 64,4%, correspondeu aos serviços de água e 43.594m³, ou 35,6% ao tratamento de esgoto.

Volume faturado ('000 m³)	4T21	12M21
Água	78.869	78.869
Esgoto	43.594	43.594
Total	**122.463**	**122.463**

No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. No 4T21, a maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 81,1% do volume total faturado.



CUSTOS E DESPESAS

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 544,9 milhões, sendo que a maior parte é Serviços de Terceiros, cujo principal componente refere-se ao contrato de compra d'água firmado com a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE (57,9% do total), além de custos e despesas com Pessoal, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e PECLD.

Na tabela a seguir, os custos e despesas do quarto trimestre e o ano de 2021:

Custos e Despesas ('000)	4T21	12M21
Pessoal	(41.180)	(49.296)
Serviços de terceiros	(369.911)	(375.358)
Conservação e manutenção	(5.325)	(5.564)
Materiais, equipamentos e veículos	(5.840)	(6.842)
Custo de concessão	(5.882)	(5.882)
Energia elétrica	(35.981)	(35.983)
PECLD	(42.578)	(42.578)
Locação	(5.772)	(6.092)
Outros	(32.400)	(37.532)
Custos e despesas operacionais	**(544.869)**	**(565.127)**
Depreciação e amortização	(75.036)	(75.036)
Total	**(619.905)**	**(640.163)**

EBITDA

Com dois meses de operação, no 4T21 o EBITDA da Águas do Rio atingiu R$ 325,9 milhões com margem EBITDA de 37,4%. No 12M21, o EBITDA atingiu R$ 305,6 milhões, com margem EBITDA de 53,1%. Abaixo a conciliação do EBITDA segundo a Instrução CVM 527.

EBITDA (´000)	4T21	12M21
Lucro Líquido	**157.867**	**141.165**
(+) Resultado financeiro	11.592	16.637
(+) Imposto sobre lucro	81.409	72.808
(+) Depreciação e amortização	75.036	75.036
EBITDA	**325.904**	**305.646**
Margem EBITDA	**37,4%**	**35,1%**

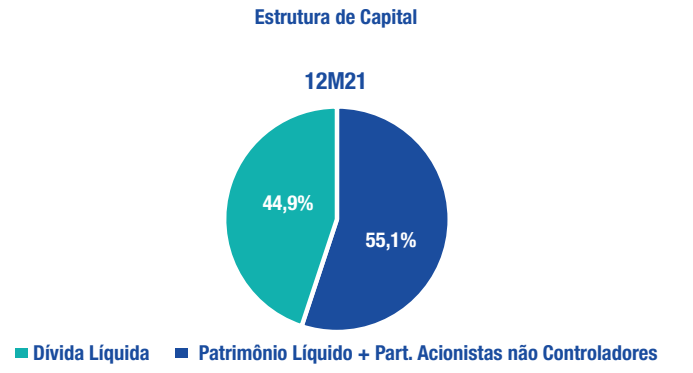
CAPEX

Nos dois primeiros meses de operação, a Águas do Rio realizou R$ 120,2 milhões em investimentos.

ENDIVIDAMENTO

Ao final 4T21, a Águas do Rio registrou dívida bruta de R$ 7,9 bilhões, correspondendo à sua primeira emissão de debêntures, vencimento em novembro de 2023 e amortização única e integral coincidente com o vencimento. Os juros possuem pagamentos trimestrais e são remunerados a 100% da variação do DI + spread de 3,5% a.a.

Endividamento (R$ milhares)	12M21
Dívida Líquida	7.169.431
(+) Dívida Bruta	7.873.174
(–) Caixa e Disponibilidades	(703.743)



DECLARAÇÃO DO ARTIGO 2º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em janeiro de 2022, para prestar serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade da ano-base 2021 da Aegea Saneamento e Participações S.A., ("Aegea") controladora da Companhia, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguração NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguração de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado num prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R$ 80.000,00, representando 2,19% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguração limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.370	Fornecedores e empreiteiros	10	374.818
Aplicações financeiras	5	191.064	Debêntures	11	64.864
Contas a receber de clientes	6	651.082	Obrigações trabalhistas e sociais		2.997
Estoques		2.551	Obrigações fiscais		20.693
Tributos a recuperar		1.924	Dividendos a pagar	7	61.208
Outros créditos		4.867	Outras contas a pagar	12	21.203
Total do ativo circulante		866.858	**Total do passivo circulante**		545.783
Contas a receber de clientes	6	9	Fornecedores e empreiteiros	10	201
Total do realizável a longo prazo		9	Debêntures	11	3.366.958
Imobilizado		18.437	Passivo fiscal diferido	17 b.	75.738
Ativo de contrato da concessão	8	39.497	Outras contas a pagar	12	1.311.944
Intangível	9	7.255.725	**Total do passivo não circulante**		4.754.841
Total do ativo não circulante		7.313.668	**Total do passivo**		5.300.624
			Patrimônio líquido	13	
			Capital social		2.346.068
			Reserva de capital		448.045
			Reserva de lucros		85.789
			Total do patrimônio líquido		2.879.902
Total do ativo		8.180.526	**Total do passivo e patrimônio líquido**		8.180.526

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

					Reserva de lucros			
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 26 de maio de 2021 (data da constituição)		–	–	–	–	–	–	–	–
Subscrição de Capital Social	13 a.	2.348.171	(2.348.171)	–	–	–	–	–	–
Integralização de Capital Social	13 a.	–	2.346.068	2.346.068	448.045	–	–	–	2.794.113
Lucro líquido do período		–	–	–	–	–	–	146.997	146.997
Destinação:									
Reserva legal	13 b.	–	–	–	–	7.350	–	(7.350)	–
Dividendos Intercalares	13 c.	–	–	–	–	–	–	(61.208)	(61.208)
Lucros retidos	13 d.	–	–	–	–	–	78.439	(78.439)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.348.171	(2.103)	2.346.068	448.045	7.350	78.439	–	2.879.902

Demonstração do resultado - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Receita operacional líquida	14	699.047
Custos dos serviços prestados	15	(382.909)
Lucro bruto		316.138
Despesas administrativas e gerais	15	(85.938)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		230.200
Receitas financeiras	16	9.760
Despesas financeiras	16	(17.225)
Resultado financeiro		(7.465)
Resultado antes dos impostos		222.735
Imposto de renda e contribuição social	17 a.	(75.738)
Lucro líquido do período		146.997
Lucro por ação		
Lucro por ação - Básico (em R$)	20	1,08
Lucro por ação - Diluído (em R$)	20	0,32
Quantidade média de ações		464.972.109

Demonstração do resultado abrangente - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2021
Lucro líquido do período	146.997
Resultado abrangente total	146.997

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

Demonstração do fluxo de caixa - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos		222.735
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	15	35.222
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 15	31.850
Rendimentos de aplicações financeiras	16	(9.740)
Encargos sobre debêntures	11 e 16	9.740
Provisão de ajuste a valor presente de clientes	6 e 16	3
Amortização do custo de captação	11	6.254
		296.064
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes		(682.944)
Estoques		(2.551)
Tributos a recuperar		(219)
Outros créditos		(4.867)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros		375.019
Obrigações trabalhistas e sociais		2.997
Obrigações fiscais		20.693
Outras contas a pagar		18.052
Juros pagos	11	(58.289)
Fluxo de caixa líquido usados nas atividades operacionais		(36.045)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas		(188.901)
Juros recebidos		5.872
Aquisição de imobilizado		(7.539)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(52.026)
Aquisição de intangível		(5.860.808)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(6.103.402)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	11	3.400.000
Custo de emissão de debêntures	11	(39.296)
Reserva de capital		448.045
Aumento de capital social	13 a.	2.346.068
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		6.154.817
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.370
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	15.370
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.370

Demonstração do valor adicionado - Período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2021
Receitas	733.147
Serviços	712.971
Receitas de construção ativo intangível	52.026
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(31.850)
Insumos adquiridos de terceiros	(391.535)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
Custo de construção ativo intangível	(52.026)
Custos dos serviços prestados	(285.258)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(54.251)
Valor adicionado bruto	341.612
Amortização e depreciação	(35.222)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	306.390
Valor adicionado recebido em transferência	9.760
Receitas financeiras	9.760
Valor adicionado total a distribuir	316.150
Distribuição do valor adicionado	316.150
Pessoal	12.940
Remuneração direta	9.312
Benefícios	2.928
F.G.T.S.	700
Impostos, taxas e contribuições	143.919
Impostos federais	143.864
Impostos municipais	55
Remuneração de capitais de terceiros	12.294
Juros	9.899
Aluguéis	2.395
Remuneração de capitais próprios	146.997
Dividendos Intercalares	61.208
Lucros retidos	85.789

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Águas do Rio 4 SPE S.A. *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede no Rio de Janeiro - RJ, têm por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 4), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 033/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco nº 4 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. Em 11 de agosto de 2021, foi assinado o contrato de concessão, após assinatura teve início a operação assistida do sistema pelo período de até 180 dias. Segmento Operacional: A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2021, motivo pelo qual não são apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2020. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 6); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 9); • Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 14); e • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 17). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras. a) Receita de contrato com cliente: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água. *(ii) Outros serviços indiretos de água:* A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento. *(iii) Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. b) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente de ganhos e perdas:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos sobre debêntures e impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). c) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. d) Redução ao valor recuperável *(impairment)*: *(i) Ativos financeiros não-derivativos: Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Ativos intangíveis: A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "f". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. g) Ajustes a valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: direito de outorga conforme nota explicativa nº 9 e outorga a pagar conforme nota explicativa nº 12. h) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. i) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda, contribuição social e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que o tratamento dado ao imposto de renda e a contribuição social está adequado para o exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. *(ii) Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS/PASEP e COFINS corrente do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem. j) Capitalização dos custos das debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção. k) Demonstrações de valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. l) Lucro por ação básico e diluído: O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. m) Novas normas e interpretações: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. *Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.* As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis. *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia. n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021
Caixa	10
Bancos conta movimento	15.360
	15.370

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	191.064

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB é em média de 73,23% do CDI em 31 de dezembro de 2021. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 18 - Instrumentos financeiros.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021
Serviços de água e esgoto	500.803
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	182.138
(–) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(31.850)
	651.091
Circulante	651.082
Não circulante	9

O vencimento das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2021 está assim representado:

		Saldos vencidos - 2021		
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	Total	Total em 2021
Residencial	251.524	19.668	19.668	271.192
Comercial	118.518	12.723	12.723	131.241
Industrial	46.830	12.991	12.991	59.821
Setor público	23.566	14.748	14.748	38.314
Subtotal consumidores	440.438	60.130	60.130	500.568
Renegociações *(i)*	233	2	2	235
	440.671	60.132	60.132	500.803

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 3 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 4,23% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 3 de provisão de ajuste a valor presente. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	Resultado	
Natureza	Adições	Saldo em 2021
Privado *(ii)*	(31.850)	(31.850)
	(31.850)	(31.850)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Águas do Rio 4 SPE S.A. *(Em milhares de Reais)*

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo nesta data, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas ou companhias relacionadas a eles. As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2021
Ativo circulante	
Aplicações financeiras	
Itaú Unibanco S.A.	32.133
Ativo não circulante	
Custo na obtenção do contrato	
Itaú Unibanco S.A.	15.608
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício	
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	890
	48.631
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	27.650
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	910
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	2.929
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	3.213
Manaus Ambiental S.A. (d)	104
	34.806
Dividendos a pagar	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	61.208
Passivo não circulante	
Debêntures	
Itaú Unibanco S.A.	1.566.322
Custo de Captação	
Banco Itaú BBA S.A.	(4.647)
	1.657.689
Resultado do exercício	
Despesas administrativas e gerais	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(19.885)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(1.771)
	(21.656)
Receitas financeiras	
Itaú Unibanco S.A. (e)	8.192
Despesas financeiras	
Itaú Unibanco S.A. (f)	(49.947)
	(63.411)

a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d´Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais. e) Refere-se aos ganhos com aplicações financeiras. f) Refere-se à despesas de prestação de serviços, despesas contratuais e juros incorridos sobre as debêntures.

8. ATIVO DE CONTRATO DA CONCESSÃO

	2021
Ativo de contrato da concessão	39.497

	Adições	Transferências	2021 Custo
Ativo de contrato da concessão	52.026	(12.529)	39.497

9. INTANGÍVEL

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(–) Amortização	2021 Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	35	2,9%	7.277.734	(34.538)	7.243.196
Instalações técnicas de saneamento	de 3 a 34	3,1%	5.476	–	5.476
Edificações de estações de tratamento	34	3,2%	4.778	–	4.778
Máquinas e equipamentos	de 10 a 15	8,9%	2.275	–	2.275
			7.290.263	(34.538)	7.255.725

b) Movimentação do custo:

Ativo	Adições		2021 Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga/Contrato de concessão	7.277.734	*(i)*	7.277.734
Instalações técnicas de saneamento	5.476		5.476
Edificações de estações de tratamento	4.778		4.778
Máquinas e equipamentos	2.275		2.275
	7.290.263		7.290.263

c) Movimentação da amortização:

Ativo	Adições	2021 Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga/Contrato de concessão	(34.538)	(34.538)
	(34.538)	(34.538)

(i) Os juros sobre debêntures, sobre a outorga e o ajuste a valor presente são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados R$ 113.413, R$ 204.966 e R$ 25.079 respectivamente.

Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021.

10. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

	2021
Fornecedores de materiais e serviços	340.213
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 7)	34.806
	375.019
Circulante	374.818
Não circulante	201

11. DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos	Vencimento final do contrato	Valor contratado/ captado	2021
Debêntures	CDI +3,5% a.a.	novembro/2023	3.400.000	3.431.822
Circulante				64.864
Não circulante				3.366.958

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures	2021
2023	3.400.000
	3.400.000
Custo de captação (não circulante)	(33.042)
Total	3.366.958

Movimentação das dívidas	2021
Captação	3.400.000
(–) Pagamentos de juros	(58.289)
Provisão de juros (nota explicativa nº 16)	9.740
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	113.413
(–) Custo de captação do exercício	(39.296)
Amortização de custo de captação do exercício	6.254
Saldo final	3.431.822

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R$ 33.042, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 30 de julho de 2021, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 3.400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie com garantia real, com valor nominal total de R$ 3.400.000, sendo R$ 2.570.000 na 1ª série (CDI) e R$ 830.000 na 2ª série (CDI), já desembolsados. As debêntures da 1ª série e da 2ª série serão pagas na sua data de vencimento em 11 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 30 de outubro de 2021. As garantias a tais debêntures são: *(i)* alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, e *(ii)* cessão fiduciária sobre: (a) a totalidade da efetiva receita líquida de exploração auferida pela Companhia em virtude da Concessão; (b) todos os demais direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes às debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2021.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021
Direito de outorga a pagar *(i)*	1.304.726
Arrendamentos	11.121
Outros impostos diferidos	5.216
Outras contas a pagar	12.084
	1.333.147
Circulante	21.203
Não circulante	1.311.944

(i) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é devido ao estado do Rio de Janeiro - RJ, que deve ser paga até novembro de 2024, enquanto em aberto a parcela é atualizada pelo IPCA. O saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R$ 243.644 calculados com base na taxa média de 3,94%.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado é de R$ 2.346.068 e os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B
Aegea Saneamento e Participações S.A.	79.440.239	–	265.695.463
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	224.720.548	–
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	60.628.790	–
Itaúsa S.A.	–	32.411.618	–
	79.440.239	317.760.956	265.695.463
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%	–	100,00%
Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	70,72%	–
LT 9 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	–	19,08%	–
Itaúsa S.A.	–	10,20%	–
	100,00%	100,00%	100,00%

Em 26 de maio de 2021, foram subscritos R$ 23, mediante emissão de 794 ações ordinárias no montante de R$ 2, 3.178 ações preferenciais classe A no montante de R$ 5 e 1.873 ações preferenciais classe B no montante de R$ 16, todas as ações são nominativas e sem valor nominal. Do capital social subscrito, R$ 18 referente a totalidade das ações ordinárias e preferenciais classe B, foram integralizados na mesma data. Em 19 de julho de 2021, foram subscritos R$ 2.341.519, mediante emissão de 79.439.445 novas ações ordinárias no montante de R$ 259.217, 317.757.778 novas ações preferenciais classe A no montante de R$ 494.609 e 187.438.066 novas ações preferenciais classe B no montante de R$ 1.587.693, todas nominativas e sem valor nominal. Em 29 de julho de 2021, todas as ações ora subscritas foram totalmente integralizadas. Em 26 de outubro de 2021, foram subscritos R$ 662.863, mediante emissão de 78.255.524 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. As novas ações foram subscritas pela acionista Aegea Saneamento e Participações S.A.. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição. Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscrito foi parcialmente integralizado no valor de R$ 397.571. Na mesma data o capital social integralizado é de R$ 2.345.518, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de novembro e 27 de dezembro de 2021, foram integralizados R$ 5.000 e R$ 50.000. Na mesma data o capital social parcialmente integralizado é de R$ 2.346.068, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em 28 de janeiro de 2022, foram integralizados R$ 96.000. Na mesma data o capital social parcialmente integralizado é de R$ 2.347.028, dividido em 79.440.239 ações ordinárias, 317.760.956 ações preferenciais da classe A e 265.695.463 ações preferenciais da classe B, todas nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. As ações preferenciais classe B terão preferência no recebimento em relação às ações preferenciais classe A. Sendo que, as ações ordinárias farão jus aos lucros remanescentes. O requerimento relativo aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi atendido conforme o quadro abaixo:

	2021
Lucro líquido do exercício	146.997
(–) Constituição da reserva legal	(7.350)
Lucro líquido ajustado	139.647
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	34.912
Dividendos destinados no exercício	
Dividendos destinados do resultado do exercício	61.208

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia declarou R$ 61.208 a título de dividendos intercalares para as ações preferenciais classe B, sendo R$ 34.912 incorporados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. d) Reserva de retenção de lucros: A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), poderá propor retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de prestação de serviços	2021
Serviços de abastecimento de água	467.146
Outros serviços indiretos de água	9.062
Serviços de esgoto	238.638
Outros serviços indiretos de esgoto	6.271
Receitas de construção - ativo intangível	52.026
Total receita bruta	773.143
Deduções da receita bruta	
(–) Cancelamentos e abatimentos	(8.146)
(–) Impostos sobre serviços	(65.950)
Total da receita operacional líquida	699.047

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021
Pessoal	(15.352)
Conservação e manutenção	(4.272)
Serviços de terceiros	(276.133)
Amortização e depreciação	(35.222)
Custo de concessão	(4.461)
Custo de construção - ativo intangível	(52.026)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(31.850)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.724)
Viagens e estadias	(6.623)
Energia elétrica	(27.188)
Locação	(2.395)
Publicidade e Propaganda	(6.893)
Outros	(3.708)
	(468.847)
Custos dos serviços prestados	(382.909)
Despesas administrativas e gerais	(85.938)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2021
Receitas	
Rendimentos de aplicações financeiras	9.740
Juros e multa recebidos ou auferidos	14
Outras receitas financeiras	6
Receitas financeiras	9.760
Despesas	
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 11)	(9.740)
Descontos concedidos	(150)
Despesas e comissões bancárias	(443)
Provisão de ajuste a valor presente de clientes	(3)
Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS)	(453)
Amortização de custo de captação	(6.254)
Outras despesas financeiras	(182)
Despesas financeiras	(17.225)
Resultado financeiro	(7.465)

17. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada como segue:

	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	222.735
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(75.730)
Despesas indedutíveis	(8)
Imposto de renda e contribuição social:	
Diferido	(75.738)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(75.738)
Alíquota efetiva	34%

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020	Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	10.829	10.829
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	8.083	8.083
Provisão para participação nos lucros	–	93	93
Ajuste a valor presente de clientes	–	1	1
Arrendamentos	–	74	74
Ativo fiscal diferido	–	19.080	19.080
Juros capitalizados no ativo intangível	–	(74.469)	(74.469)
Custo de captação de debêntures	–	(11.234)	(11.234)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	–	(9.115)	(9.115)
Passivo fiscal diferido	–	(94.818)	(94.818)
Passivo fiscal diferido líquido	–	(75.738)	(75.738)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de aplicações financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2021
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 4)	15.360
Aplicações financeiras	191.064
Contas a receber de clientes	651.091
	857.515

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

2021	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	375.019	375.019	374.818	201	–	–	–
Debêntures	3.431.822	4.356.918	446.305	3.910.613	–	–	–
Outras contas a pagar	1.333.147	1.329.532	16.636	3.340	1.306.754	2.092	710
	5.139.988	6.061.469	837.759	3.914.154	1.306.754	2.092	710

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos de taxa variável	2021
Ativos financeiros	
Aplicações financeiras	191.064
Instrumentos de taxa variável	2021
Passivos financeiros	
Debêntures	(3.431.822)
Outras contas a pagar	(1.333.147)
	(4.764.969)

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	191.064	Variação do CDI	9,15%	17.482	21.853	26.223	13.112	8.741
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(3.464.864)	Variação do CDI	9,15%	(317.035)	(396.294)	(475.553)	(237.776)	(158.518)
Direito de outorga	(1.304.726)	Variação do IPCA	10,06%	(131.255)	(164.069)	(196.883)	(98.441)	(65.628)
1 + 2 - Exposição líquida	(4.578.526)			(430.808)	(538.510)	(646.213)	(323.105)	(215.405)

Gerenciamento do capital:

A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2021	Valor justo 2021
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	4	Custo amortizado	Nível 2	15.370	15.370
Aplicações financeiras *(i)*	5	Custo amortizado	Nível 2	191.064	191.064
Contas a receber de clientes *(i)*	6	Custo amortizado	Nível 2	651.091	651.091
Total				857.525	857.525
Passivo					
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	10	Custo amortizado	Nível 2	375.019	375.019
Debêntures *(ii)*	11	Custo amortizado	Nível 2	3.431.822	3.657.755
Outras contas a pagar *(i)*	12	Custo amortizado	Nível 2	1.333.147	1.333.147
Total				5.139.988	5.365.921

(i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2021
Executante concessionário	402.196

20. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Lucro básico e diluído por ação

Lucro básico por ação	2021
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias	64.841
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	59.941
Lucro básico por ação - R$	1,08
Lucro diluído por ação	2021
Lucro líquido da Companhia	146.997
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	464.972
Lucro diluído por ação - R$	0,32

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

21. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Estado do Rio de Janeiro, em três parcelas, sendo a primeira parcela no valor R$ 4.681.950 paga em 11 de agosto de 2021. A segunda parcela, no valor R$ 1.080.450 paga em 04 de novembro de 2021. A terceira parcela, no valor de R$ 1.440.600, corrigíveis pelo IPCA, deve ser paga até novembro de 2024. A Companhia possui ainda a obrigação de pagamento de outorga variável, sendo que deverá destinar aos municípios atendidos pela prestação regionalizada dos serviços, o valor correspondente a 3% (três por cento) do total da receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território. A Companhia pagará mensalmente ao fundo de desenvolvimento da região metropolitana, o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do total da receita tarifária arrecadada no mês anterior, nos municípios que compõem a região metropolitana de Estado do Rio de Janeiro. A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação ao Poder Concedente, que corresponde a 0,5% das receitas próprias faturadas mensalmente. A Companhia possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (ii) com relação a cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2031 para 25%.

22. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

☆ continuação

ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

Diretoria

Alexandre Bianchini Antonio
Diretor Presidente

Luiz Carlos Costa Couto
Diretor Executivo

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS 010387/O5S-RJ

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Águas do Rio 4 SPE S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Rio 4 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Redução ao valor recuperável das contas a receber.* A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível.* Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.f., 3.h., 8 e 9. A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.f., 3.h., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 26 de maio a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

PROLAGOS

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Líquida aumenta 15,7% e atinge R$ 105,7 milhões no 4T21

São Pedro da Aldeia, 22 de fevereiro de 2022. A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia", "Concessionária" ou "Prolagos"), presente em 5 municípios localizados na região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do ano de 2021 ("12M21"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T21 e o quarto trimestre de 2020 ("4T20") e entre o 12M21 e o ano de 2020 ("12M20"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia realizou ajustes relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários em seus registros contábeis de exercícios anteriores. Consequentemente, os valores correspondentes referentes ao 12M20, apresentados neste relatório para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Maiores informações podem ser verificadas nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2021

DESTAQUES

- **Crescimento de 15,7% na Receita Líquida[1]** em relação ao 4T20, atingindo R$ 105,7 milhões;
- **EBITDA[2] atinge R$ 81,5 milhões no 4T21, um crescimento de 22,5%** comparado ao 4T20. **Margem EBITDA atinge 77,1%, crescimento de 4,3 p.p;**
- **Alavancagem Financeira,** medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA, **reduziu de 1,31x no 4T20 para 0,97x no 4T21**;
- **Em 2021, centenas de cavalos-marinhos, animal que só habita em águas livres de poluição, retornaram à Lagoa de Araruama, mostrando a recuperação ambiental da maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo.**

Setores de Fiscalização e Atendimento mantêm Selo 9001:2015. Reconhecimento, conquistado após uma auditoria, avalia o sistema de gestão de qualidade e sua eficácia.

[1] Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05).
[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2021 tivemos a retomada das atividades de turismo na Região dos Lagos, o que demandou atenção especial para operações de verão, estação mais desafiadora para a Companhia onde a população, de cerca de 430 mil habitantes, pode chegar a 1,5 milhão de pessoas. Além das melhorias na prestação dos serviços de água e esgoto, o período exige campanha de conscientização para alertar a população sobre a importância do consumo inteligente da água. Trazendo como slogan a expressão "Pega a Visão do Verão", a campanha foi estrelada pelo operador de estação de tratamento de esgoto Paulo Roberto Ferreira, morador da cidade de São Pedro da Aldeia e figura conhecida das lideranças comunitárias, promovendo uma sensação de pertencimento e orgulho nos colaboradores. O mesmo sentimento tomou conta da equipe quando os nossos Agentes da Dignidade, por meio do Comitê de Voluntariado, foram os vencedores do Prêmio Voluntariado da Aegea, mostrando que estamos no caminho certo para a construção de uma sociedade melhor. O grupo transformou uma sala desocupada da Associação de Moradores do bairro Recanto do Sol, em São Pedro da Aldeia, em uma biblioteca comunitária para o público infantojuvenil. A mobilização contou com campanha de doação de livros e recuperação completa do espaço. Com o intuito de promover o desenvolvimento de pessoas, famílias e comunidades de forma sustentável, gerando conhecimento e fortalecendo a relação entre a Prolagos e população por ela atendida, desenvolvemos ao longo do ano mais de 10 projetos de responsabilidade social, que impactaram mais de 10 mil pessoas. As ações desenvolvidas com a comunidade escolar, pesqueira, quilombola e com as associações de moradores respeitam as particularidades de cada localidade e seguem três linhas de atuação: educação, que ajuda a construir um caminho para o futuro; saúde, que garante qualidade de vida; e renda, que possibilita um padrão de vida mais digno. Ressaltando a importância dos investimentos em saneamento básico para o meio ambiente, a terceira edição do Prêmio Prolagos de Jornalismo Ambiental destacou como os investimentos realizados pela Prolagos refletiram na melhoria do ecossistema da laguna Araruama, com destaque para a reportagem "Ameaçados de extinção, cavalos-marinhos surgem na Lagoa de Araruama". O retorno do animal, que é extremamente sensível e só habita em águas livres de poluição, chamou a atenção de especialistas e pesquisadores e fez com que o Projeto Cavalos-Marinhos, com sede no Rio de Janeiro, passasse a monitorar a laguna. Encerramos 2021 com o sentimento de dever cumprido por executar um trabalho que é rapidamente adaptável ao crescimento temporário da população, no verão, e que colabora diariamente com a recuperação ambiental da maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo. Nosso trabalho vai além de investir em saneamento. É promover qualidade de vida e assegurar um legado ambiental, de turismo e geração de renda para a população.

A Administração

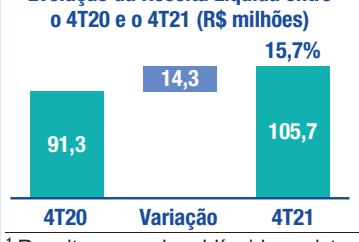
DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Receita operacional líquida[1]	**105.655**	**91349**	**15,7%**	**410.361**	**346.533**	**18,4%**
Receita de água e esgoto	119.896	100.196	19,7%	462.125	389.098	18,8%
Deduções da receita	(14.241)	(8.847)	61,0 %	(51.764)	(42.565)	21,6%
Custos e despesas operacionais[2]	**(24.202)**	**(24.839)**	**-2,6%**	**(10 4.0 39)**	**(10 0.497)**	**3,5%**
EBITDA	**81453**	**66.510**	**22,5%**	**30 6.322**	**246.036**	**24,5%**
Margem EBITDA	**77,1%**	**72,8 %**	**4,3 p.p.**	**74,6%**	**71,0 %**	**3,6 p.p.**
Resultado Financeiro	(19.0 94)	(22.30 0)	-14,4%	(68.079)	(59.470)	14.5%
Lucro Líquido	**34.579**	**23.050**	**50,0%**	**125.929**	**101.761**	**23,7%**

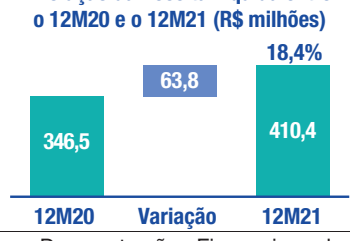
RECEITA LÍQUIDA

No 4T21, a receita operacional líquida[1] atingiu R$ 105,7 milhões, um aumento de 15,7% em relação ao 4T21. O principal fator que contribuiu para esse desempenho no 4º trimestre foi o reajuste tarifário anual ordinário de 13,98% ocorrido em janeiro, além do aumento de 1,8% no volume faturado.
No 12M21, a receita operacional líquida cresceu 18,4% em relação ao 12M20 e atingiu R$ 410,4 milhões. Esse crescimento é resultado, principalmente, do reajuste ordinário citado anteriormente e do aumento do volume faturado em 4,3%.
Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução da Receita Líquida entre o 4T20 e o 4T21 (R$ milhões)



Evolução da Receita Líquida entre o 12M20 e o 12M21 (R$ milhões)



[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa.
[2] Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

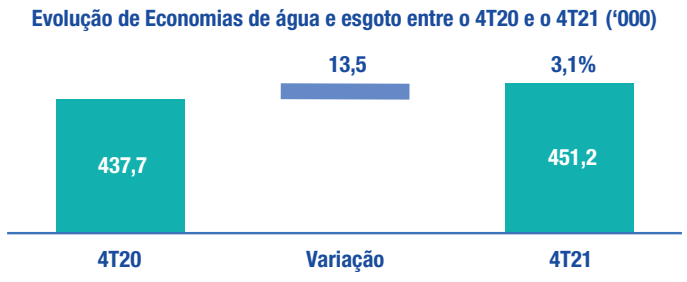
ECONOMIAS[1]

No 4T21, a Companhia alcançou 451,2 mil economias ativas, um aumento de 3,1% em relação ao 4T20. O aumento da base de clientes está associado, principalmente: (i) Ao crescimento vegetativo da população; e (ii) Aos esforços comerciais para regularização de ligações e recuperação de clientes.

Economias ativas	4T21	4T20	Δ %
Água	226.332	218.851	3,4%
Esgoto	224.913	218.851	2,8%
Total	**451.245**	**437.702**	**3,1%**

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias totais entre os períodos analisados:

Evolução de Economias de água e esgoto entre o 4T20 e o 4T21 ('000)



VOLUME FATURADO

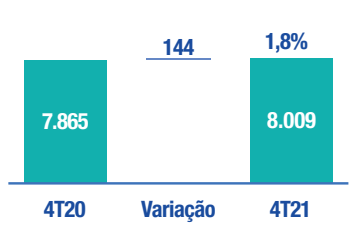
No 4T21, o volume faturado total atingiu 8.009 mil m³, um aumento de 1,8% em relação ao 4T20 devido ao maior consumo observado nos clientes residenciais, comerciais e públicos.
No 12M21, o volume faturado total atingiu 31.887 mil m³, um aumento de 4,3% em relação ao 12M20, decorrente do maior consumo nas mesmas categorias de clientes elencadas no resultado do trimestre.
A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m³)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
Água	8.009	7.865	1,8%	31.887	30.583	4,3%
Total	**8.009**	**7.865**	**1,8%**	**31.887**	**30.583**	**4,3%**

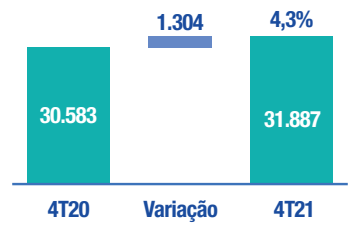
[1] Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução do volume faturado de água e esgoto entre 4T20 e 4T21 ('000 m³)

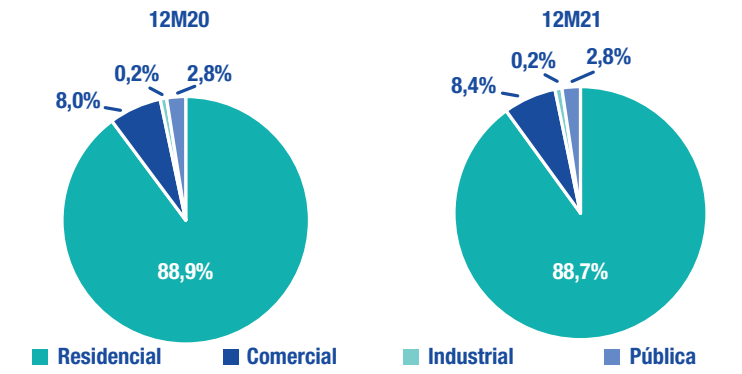


Evolução do volume faturado de água e esgoto entre 12M20 e 12M21 ('000 m³)



O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes permanece no segmento residencial, responsável por 88,7% do faturamento.

Volume faturado por categoria (%)



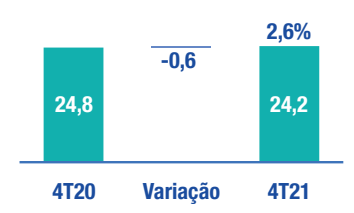
CUSTOS E DESPESAS

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 24,2 milhões, uma redução de 2,6% na comparação com o 4T20. Esta redução é resultado, principalmente, da diminuição dos custos com provisão para demandas judiciais e com outros custos. No 12M21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 104,0 milhões, um aumento de 3,5% na comparação com o 12M20. Este aumento é resultado, principalmente, pelos maiores custos com serviços de terceiros e energia elétrica, que foram parcialmente compensados pela redução dos custos com PECLD e créditos de PIS e COFINS, impactando a linha de Outros. Cabe ressaltar que, em 2021, tivemos aumento generalizado de preços de serviços e matérias-primas devido à maior inflação e mudança da bandeira tarifária, impactando os custos e despesas com energia. Na tabela a seguir detalhamos as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

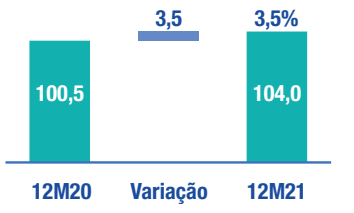
Custos e Despesas ('000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Pessoal	(4.912)	(4.944)	-0,6%	(22.282)	(20.731)	7,5%
Serviços de terceiros	(11.959)	(7.693)	55,5%	(38.823)	(31.222)	24,3%
Conservação e manutenção	(1.138)	(1.104)	3,1%	(4.223)	(4.267)	-10 %
Custo de concessão	(510)	(448)	13,8%	(1.987)	(1.678)	18,4%
Energia Elétrica	(5.808)	(5.312)	9,3%	(22.418)	(19.366)	15,8%
Produtos químicos	(891)	(836)	6,6%	(3.314)	(3.563)	-7,0%
PECLD	2.795	1.263	121,3%	(1.258)	(5.679)	-77,8%
Provisão para demandas judiciais	(302)	(2.832)	-89,3%	(1.559)	(4.071)	-61,7%
Locação	(1.038)	(990)	4,8%	(4.816)	(5.386)	-10 ,6%
Outros	(438)	(1.943)	-77,5%	(3.359)	(4.534)	-25,9%
Subtotal	**(24.201)**	**(24.839)**	**-2,6%**	**(104.039)**	**(100.497)**	**3,5%**
Depreciação e Amortização	(11.893)	(10.372)	14,7%	(49.273)	(37.590)	31,1%
Total	**(36.094)**	**(35.211)**	**2,5%**	**(153.312)**	**(138.087)**	**11,0%**

Os gráficos abaixo apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução dos custos e despesas entre o 4T20 e o 4T21 (R$ milhões)



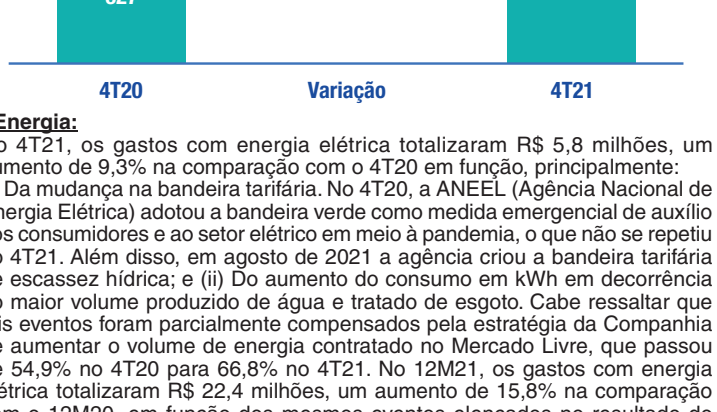
Evolução dos custos e despesas entre o 4T20 e o 4T21 (R$ milhões)



- **Pessoal:**

No 4T21, os custos e despesas com pessoal totalizaram R$ 4,9 milhões, estáveis em comparação com o 4T20. No 12M21, os custos e despesas totalizaram R$ 22,3 milhões, um crescimento de 7,5% na comparação com o 12M20 devido ao aumento do quadro de funcionários e reajuste de salários e benefícios.
A Companhia encerrou o 4T21 com 351 colaboradores ativos, um acréscimo 24 colaboradores em relação ao 4T20.

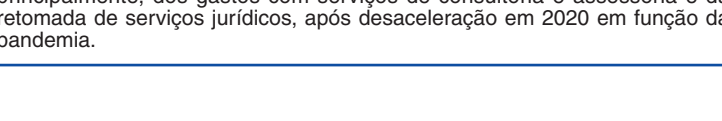
Evolução do quadro de colaboradores ativos



- **Energia:**

No 4T21, os gastos com energia elétrica totalizaram R$ 5,8 milhões, um aumento de 9,3% na comparação com o 4T20 em função, principalmente:
(i) Da mudança na bandeira tarifária. No 4T20, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotou a bandeira verde como medida emergencial de auxílio aos consumidores e ao setor elétrico em meio à pandemia, o que não se repetiu no 4T21. Além disso, em agosto de 2021 a agência criou a bandeira tarifária de escassez hídrica; e (ii) Do aumento do consumo em kWh em decorrência do maior volume produzido de água e tratado de esgoto. Cabe ressaltar que tais eventos foram parcialmente compensados pela estratégia da Companhia de aumentar o volume de energia contratado no Mercado Livre, que passou de 54,9% no 4T20 para 66,8% no 4T21. No 12M21, os gastos com energia elétrica totalizaram R$ 22,4 milhões, um aumento de 15,8% na comparação com o 12M20, em função dos mesmos eventos elencados no resultado do 4T21, sendo que o volume em Mercado Livre foi de 66,5% no 12M21, acima dos 56,3% registrados no 12M20. No 4T21, os custos e despesas unitários de energia elétrica foram de R$ 0,37/m³, um crescimento de 10,8%. Esse aumento está relacionado com a bandeira tarifária do período, vermelha de escassez hídrica. No 12M21, os custos e despesas unitários de energia elétrica foram de R$ 0,36/m³, um crescimento de 13,9% comparado ao 12M20 também devido à mudança de bandeira tarifária.

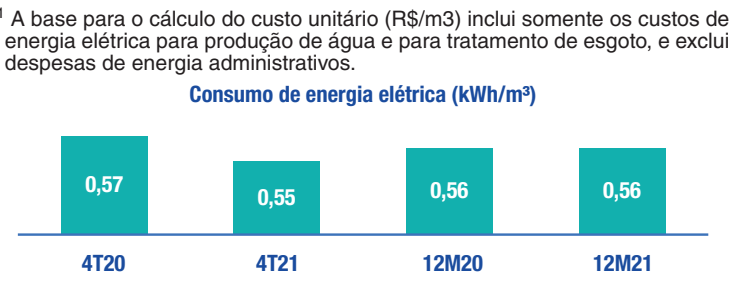
Custos e despesas unitários de energia elétrica (R$/m³)[1]



No 4T21, o consumo unitário de energia apresentou uma redução de 3,6% comparado ao 4T20 e encerrou o trimestre em 0,55 kWh/m³. Essa redução é resultado da implementação de melhorias operacionais com vistas à eficiência energética. No 12M21, o consumo unitário de energia ficou estável em relação ao 12M20.

[1] A base para o cálculo do custo unitário (R$/m3) inclui somente os custos de energia elétrica para produção de água e para tratamento de esgoto, e exclui despesas de energia administrativos.

Consumo de energia elétrica (kWh/m³)



- **Serviços de terceiros**

No 4T21, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 12,0 milhões, um crescimento de 55,5% comparado ao 4T20 em decorrência, principalmente, de maiores gastos com serviços operacionais, consultoria e honorários advocatícios.
No 12M21, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 38,8 milhões, um crescimento de 24,3% comparado ao 12M20 em decorrência, principalmente, dos gastos com serviços de consultoria e assessoria e da retomada de serviços jurídicos, após desaceleração em 2020 em função da pandemia.

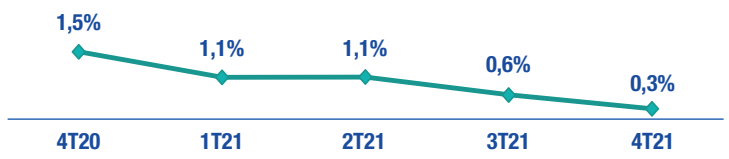
- **Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**

No 4T21, as despesas com PECLD totalizaram R$ 2,8 milhões positivos, uma redução de R$ 1,5 milhão na comparação com o mesmo trimestre de 2020, como resultado das ações do programa Feirão Conta em Dia para renegociação de débitos pendentes, gerando maior volume de recuperação de títulos baixados. No 12M21, as despesas com PECLD totalizaram R$ 1,3 milhões, uma redução de R$ 4,4 milhões na comparação com 2020, também resultado do programa Feirão Conta em Dia.

INADIMPLÊNCIA

No período acumulado dos últimos doze meses findos no 4T21, a inadimplência foi de 0,3%, 1,2 p.p. abaixo do apresentado no mesmo período do ano anterior. A redução desse indicador também é decorrente do Feirão Conta em Dia, com maior volume de títulos recuperados ao longo de 2021.

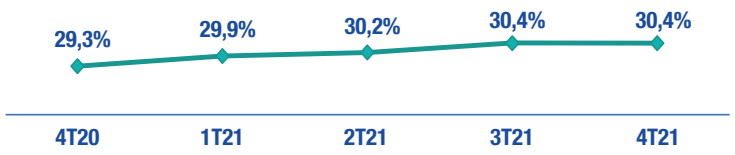
Inadimplência UDM[1]



ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA[2]

No 4T21, o índice de perdas da Prolagos atingiu 30,4%. O aumento no índice de perdas é reflexo da alteração no perfil de consumo decorrente da causa da pandemia, com maior volume destinado aos clientes residenciais, demandando maior produção de água para atender o sistema. Para a melhoria do índice, a Companhia iniciou a "Operação Caça Vazamentos" que conta com as seguintes medidas: (i) geofones para identificar possíveis escapes de água na rede de distribuição; (ii) novos distritos de medição e controle; (iii) troca de hidrômetros; (iv) identificação de irregularidades; (v) controle de pressão e vazão; e (iv) ajustes operacionais. Do ponto de vista comercial, são realizadas vistorias para identificar e combater ligações clandestinas, contando com o apoio dos leituristas. A seguir a evolução do índice de perdas da concessionária:

Índice de perdas na distribuição de água



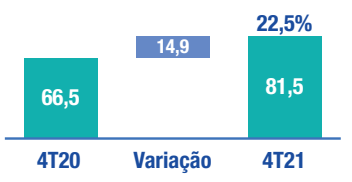
[1] Cálculo da inadimplência: receita bruta excluídos cancelamentos/custos e despesas de PECLD.
[2] Índice de perdas na distribuição (%) = (Vol. Água produzido (m3) - Vol. Água serviço - vol. Água consumido (m3)/Vol. Água produzido (m3)

EBITDA

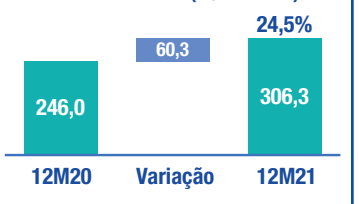
No 4T21, o EBITDA foi de R$ 81,5 milhões, um aumento de 22,5% na comparação com o 4T20, decorrente do maior volume faturado e do reajuste tarifário, compensando o aumento nos custos e despesas com energia e serviços de terceiros. A Margem EBITDA do 4T21 ficou em 77,1%, um crescimento de 4,3 p.p em relação à Margem EBITDA do 4T20. No 12M21, o EBITDA foi de R$ 306,3 milhões, um aumento de 24,5% na comparação com o 12M20, decorrente dos mesmos eventos elencados anteriormente. A Margem EBITDA do 12M21 fechou em 74,6%, um aumento de 3,6 p.p em relação à Margem EBITDA do 12M20.

EBITDA (´000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Lucro Líquido	**34.575**	**23.050**	**50,0%**	**125.929**	**101.761**	**23,7%**
(+) Resultado Financeiro	19.0 94	22.300	-14.4%	68.079	59.470	14,5%
(+) Imposto sobre Lucro	15.888	10.788	47,3%	63.041	47.215	33,5%
(+) Depreciação e Amortização	11.893	10.372	14,7%	49.273	37.590	31,1%
EBITDA	**81.450**	**66.510**	**22,5%**	**30 6.322**	**246.036**	**24,5%**
Margem EBITDA	**77,1%**	**72,8 %**	**4,3 p.p.**	**74,6%**	**71,0 %**	**3,6 p.p.**

Evolução do EBITDA entre 4T20 e 4T21 (R$ milhões)



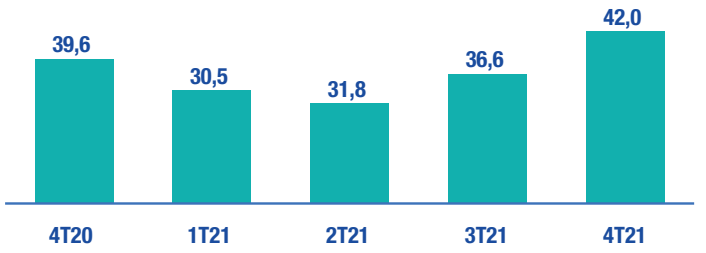
Evolução do EBITDA entre 12M20 e 12M21 (R$ milhões)



CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 4T21, a Companhia realizou R$ 42,0 milhões em investimentos, uma redução de R$ 2,4 milhões, resultado da retomada de investimentos na comparação com o período anterior, quando projetos não prioritários e não obrigatórios foram postergados em decorrência das medidas de preservação de caixa e manutenção da liquidez.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R$ milhões)



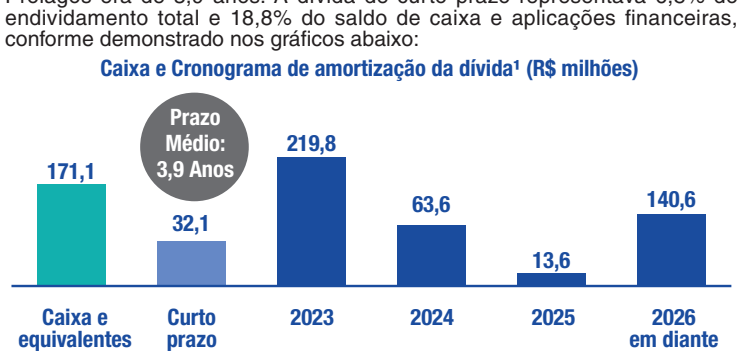
ENDIVIDAMENTO

A Companhia registrou R$ 469,7 milhões de dívida bruta no 4T21, uma redução de 17,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R$ 171,1 milhões, uma redução de 30,1% comparado ao 4T20 devido ao pré-pagamento da 3º emissão de debêntures. A dívida líquida totalizou R$ 298,6 milhões, uma redução de 7,5% com relação ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA em 2021 foi de R$ 306,4 milhões, um crescimento de 24,0% na comparação com 2020. A alavancagem da Companhia medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,97x, uma redução de 0,34x em relação ao mesmo período do ano anterior.

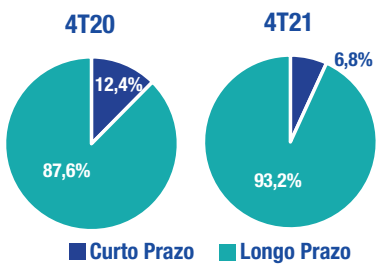
Endividamento (R$ milhares)	12M21	12M20	Δ %
Dívida Líquida	**298.608**	**322.739**	**-7,5%**
(+) Dívida Bruta	469.706	567.545	-17,2%
(–) Caixa e Disponibilidades	(171.098)	(244.806)	-30,1%
EBITDA (12 meses)	**306.445**	**246.036**	**24,6%**
Dívida Líquida/EBITDA	**0,97x**	**1,31x**	**0,34x**

No período encerrado em dezembro de 2021, o prazo médio da dívida da Prolagos era de 3,9 anos. A dívida de curto prazo representava 6,8% do endividamento total e 18,8% do saldo de caixa e aplicações financeiras, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:

Caixa e Cronograma de amortização da dívida[1] (R$ milhões)

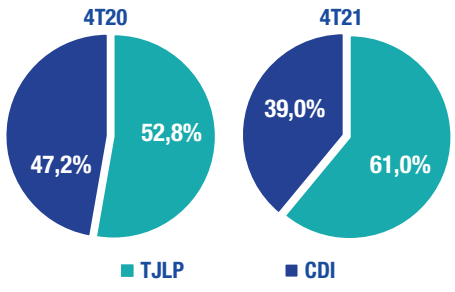


Distribuição da dívida (%)



[1] O cronograma de amortização não considera os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

Endividamento bruto por indexador (%)



continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

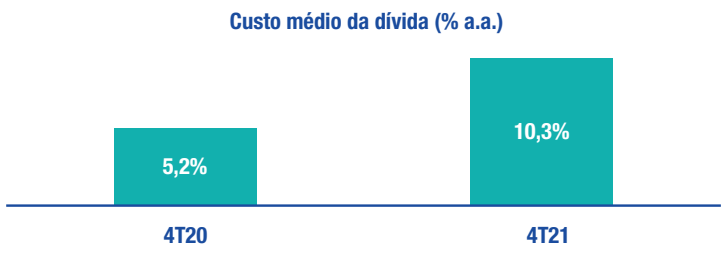
Rio de Janeiro

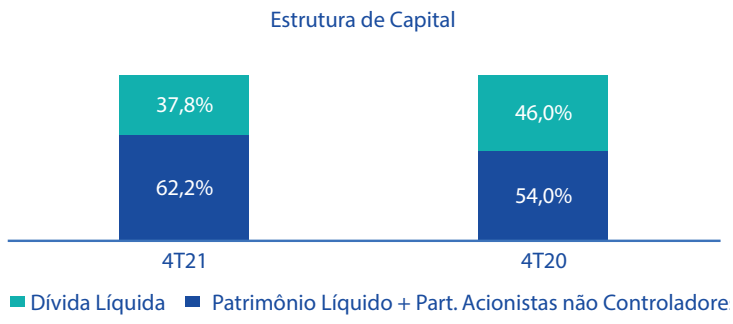
PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O custo médio da dívida de Prolagos ficou em 10,3% a.a., um crescimento de 5,1 pontos percentuais na comparação com o ano anterior, decorrente, principalmente do aumento do CDI e da TJLP.





DECLARAÇÃO DO ARTIGO 2º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em janeiro de 2022, para prestar serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade da ano-base 2021 da Aegea Saneamento e Participações S.A., ("Aegea") controladora da Companhia, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguração NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguração de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado num prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R$ 80.000,00, representando 2,19% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguração limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.626	3.685	4.525
Aplicações financeiras	6	150.823	227.528	104.174
Contas a receber de clientes	7	123.871	105.216	94.708
Estoques		3.517	1.474	1.269
Tributos a recuperar		530	471	358
Outros créditos		1.834	1.643	963
Total do ativo circulante		288.201	340.017	205.997
Aplicações financeiras	6	12.649	13.593	12.180
Contas a receber de clientes	7	66.616	50.700	52.038
Tributos a recuperar		29	–	–
Depósitos judiciais	13	25.691	19.943	15.783
Outros créditos		4	–	202
Total do realizável a longo prazo		104.989	84.236	80.203
Imobilizado		2.874	1.919	141
Ativo de contrato da concessão	9	26.440	66.294	166.553
Intangível	10	646.276	611.746	507.767
Total do ativo não circulante		780.579	764.195	754.664
Total do ativo		1.068.780	1.104.212	960.661

Passivo	Nota	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	11	22.626	18.463	20.914
Financiamentos e debêntures	12	32.137	70.425	66.560
Obrigações trabalhistas e sociais		5.727	4.593	4.526
Obrigações fiscais		4.076	3.859	4.502
Imposto de renda e contribuição social		16.919	3.831	1.183
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	8	–	77.570	95.475
Outras contas a pagar		2.554	2.200	1.390
Total do passivo circulante		84.039	180.941	194.550
Fornecedores e empreiteiros	11	8.421	–	–
Financiamentos e debêntures	12	437.569	497.120	391.975
Passivo fiscal diferido	18 b.	33.443	33.039	27.176
Provisão para demandas judiciais	13	14.556	14.117	15.929
Outras contas a pagar		394	52	144
Total do passivo não circulante		494.383	544.328	435.224
Total do passivo		578.422	725.269	629.774
Patrimônio líquido	14			
Capital social		376.353	255.041	255.041
Custo com emissão de novas ações		(13.030)	–	–
Reservas de lucros		127.035	123.902	75.846
Total do patrimônio líquido		490.358	378.943	330.887
Total do passivo e patrimônio líquido		1.068.780	1.104.212	960.661

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	453.581	388.891
Custos dos serviços prestados	16	(149.656)	(130.339)
Lucro bruto		303.925	258.552
Despesas administrativas e gerais	16	(46.892)	(50.158)
Outras receitas operacionais		108	70
Outras despesas operacionais		(92)	(18)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		257.049	208.446
Receitas financeiras	17	12.731	4.045
Despesas financeiras	17	(80.810)	(63.515)
Resultado financeiro		(68.079)	(59.470)
Resultado antes dos impostos		188.970	148.976
Imposto de renda e contribuição social	18 a.	(63.041)	(47.215)
Lucro líquido do exercício		125.929	101.761
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R$)	21	0,38	0,46
Lucro por ação - Diluído (em R$)	21	0,38	0,46
Quantidade média de ações		329.691.115	221.673.074

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Custos de captação	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		255.041	–	31.600	1.275	80.770	–	368.686
Ajustes de reapresentação	4	–	–	–	–	(37.799)	–	(37.799)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)		255.041	–	31.600	1.275	42.971	–	330.887
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	101.761	101.761
Destinação:								
Reserva legal	14 b.	–	–	5.088	–	–	(5.088)	–
Dividendos intermediários	14 c.	–	–	–	–	(42.971)	–	(42.971)
Juros sobre capital próprio	14 c.	–	–	–	–	–	(10.734)	(10.734)
Lucros retidos	14 e.	–	–	–	–	85.939	(85.939)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		255.041	–	36.688	1.275	85.939	–	378.943
Aumento de capital social	14 a.	121.312	–	–	–	–	–	121.312
Custo de emissão de novas ações	14 a.	–	(13.030)	–	–	–	–	(13.030)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	125.929	125.929
Destinação:								–
Reserva legal	14 b.	–	–	6.296	–	–	(6.296)	–
Dividendos intermediários	14 c.	–	–	–	–	(37.796)	–	(37.796)
Dividendos intercalares	14 c.	–	–	–	–	–	(85.000)	(85.000)
Reserva estatutária	14 d.	–	–	–	346	–	(346)	–
Lucros retidos	14 e.	–	–	–	–	34.287	(34.287)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		376.353	(13.030)	42.984	1.621	82.430	–	490.358

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	125.929	101.761
Resultado abrangente total	125.929	101.761

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		188.970	148.976
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16	49.273	37.590
Resultado na alienação de imobilizado e intangível		446	–
Provisão para demandas judiciais	13 e 16	1.559	4.071
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	7 e 16	4.553	2.988
(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	7 e 16	(3.295)	2.691
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(12.007)	(2.739)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	12 e 17	35.326	21.589
Amortização custo de captação	12	3.148	1.893
Reversão de ajuste a valor presente de clientes	7 e 17	(3.491)	(2.221)
Atualização monetária das demandas judiciais	13	207	113
		264.689	214.951
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/ Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(32.338)	(12.628)
Estoques		(2.043)	(205)
Tributos a recuperar		269	(113)
Depósitos judiciais		(5.748)	(4.160)
Outros créditos		(195)	(475)
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		1.433	(2.451)
Obrigações trabalhistas e sociais		1.134	68
Obrigações fiscais		217	(2.253)
Pagamento de demandas judiciais	13	(2.063)	(2.651)
Outras contas a pagar		(722)	(16)
Juros pagos	12	(33.172)	(26.695)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18a.	(41.241)	(38.172)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		150.220	125.200
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		79.874	(124.621)
Juros recebidos		7.830	2.061
Aquisição de ativo de contrato da concessão		(41.316)	(39.631)
Aquisição de imobilizado		(712)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		45.676	(162.191)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Financiamentos e debêntures captadas	12	–	177.367
Custo na captação de financiamentos e debêntures	12	(464)	(4.773)
Financiamentos e debêntures pagas	12	(103.845)	(66.443)
Recursos provenientes de aporte de capital	14 a.	121.312	–
Custo de emissão de novas ações		(8.592)	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14 d.	(200.366)	(70.000)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(191.955)	36.151
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		3.941	(840)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.685	4.525
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	7.626	3.685
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		3.941	(840)

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas	490.963	421.294
Serviços	452.188	381.854
Receita de construção	43.220	42.358
Outras receitas	108	70
Provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.553)	(2.988)
Insumos adquiridos de terceiros	(165.418)	(159.242)
(Inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(43.220)	(42.358)
Custos dos serviços prestados	(44.616)	(38.455)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.582)	(78.429)
Valor adicionado bruto	325.545	262.052
Amortização e depreciação	(49.273)	(37.590)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	276.272	224.462
Valor adicionado recebido em transferência	12.731	4.045
Receitas financeiras	12.731	4.045
Valor adicionado total a distribuir	289.003	228.507
Distribuição do valor adicionado	289.003	228.507
Pessoal	19.982	18.018
Remuneração direta	12.918	11.530
Benefícios	6.163	5.630
F.G.T.S.	901	858
Impostos, taxas e contribuições	102.585	81.667
Impostos federais	102.360	81.364
Impostos estaduais	3	24
Impostos municipais	222	279
Remuneração de capitais de terceiros	40.507	27.061
Juros	35.691	21.675
Aluguéis	4.816	5.386
Remuneração de capitais próprios	125.929	101.761
Dividendos e juros sobre o capital próprio	85.000	10.734
Lucros retidos	40.929	91.027

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96, contrato este em vigência, com prazo de encerramento previsto para maio de 2041. O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro. **Segmento Operacional:** A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **Covid-19:** No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia, vêm adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº 4). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 7); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 10); • Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 13); • Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 15); e • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 18). **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir: **a) Receita de contrato com cliente:** ***i)*** **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. ***ii)*** **Outros serviços indiretos de água e esgoto:** A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento. ***iii)*** **Receitas de construção ativo intangível:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. **b) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. ***i)*** **Reconhecimento e mensuração inicial:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. ***ii)*** **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. ***iii)*** **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, retive os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. ***iv)*** **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. ***v)*** **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **c) Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **d) Ativos intangíveis:** São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo. **e) Redução ao valor recuperável (impairment):** ***i)*** **Ativos financeiros não-derivativos**: **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de su-

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - *(Em milhares de Reais)*

porte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais.** A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 19. ***ii)*** **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g) Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **h) Benefícios a empregados:** ***i)*** **Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***ii)*** **Benefício pós-emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. ***i)*** **Tributos:** ***i)*** **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. ***ii)*** **Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia. O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem. **j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. O contrato prevê apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **k) Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures:** Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **l) Demonstrações de valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras. **m) Lucro por ação básico e diluído:** O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acioistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **n) Novas normas e interpretações:** Certas normas e alterações se tornaram vigentes a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis. • *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021*. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia. **o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. REAPRESENTAÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES:

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual sua controlada indireta Aguas Guariroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), e após a mensuração dos efeitos pela Administração, foi constatada a necessidade de realizar correções retrospectivas nos saldos contábeis da Companhia, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários. Consequentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta foi encerrada. O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balanço patrimonial	31 de dezembro de 2020			1º de janeiro de 2020		
(Em milhares de Reais)	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	**340.017**	**–**	**340.017**	**205.997**	**–**	**205.997**
Total do realizável a longo prazo	**84.236**	**–**	**84.236**	**80.203**	**–**	**80.203**
Intangível	639.191	(27.445)	611.746	536.543	(28.776)	507.767
Demais saldos	68.213	–	68.213	166.694	–	166.694
Total do ativo não circulante	**791.640**	**(27.445)**	**764.195**	**783.440**	**(28.776)**	**754.664**
Total do ativo	**1.131.657**	**(27.445)**	**1.104.212**	**989.437**	**(28.776)**	**960.661**
Passivo						
Dividendos a pagar	115.366	(37.796)	77.570	95.475	–	95.475
Demais saldos	103.371	–	103.371	99.075	–	99.075
Passivo circulante	**218.737**	**(37.796)**	**180.941**	**194.550**	**–**	**194.550**
Provisão para demandas judiciais	3.841	10.276	14.117	6.906	9.023	15.929
Demais saldos	530.211	–	530.211	419.295	–	419.295
Total do passivo não circulante	**534.052**	**10.276**	**544.328**	**426.201**	**9.023**	**435.224**
Patrimônio líquido						
Reserva de Lucros	123.827	75	123.902	113.645	(37.799)	75.846
Demais saldos	255.041	–	255.041	255.041	–	255.041
Total do patrimônio líquido	**378.868**	**75**	**378.943**	**368.686**	**(37.799)**	**330.887**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.131.657**	**(27.445)**	**1.104.212**	**989.437**	**(28.776)**	**960.661**

Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2020		
(Em milhares de Reais)	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	388.891	–	388.891
Custos dos serviços prestados	(131.670)	1.331	(130.339)
Lucro bruto	**257.221**	**1.331**	**258.552**
Despesas administrativas e gerais	(49.019)	(1.139)	(50.158)
Resultado de equivalência patrimonial	70	–	70
Demais saldos	(18)	–	(18)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**208.254**	**192**	**208.446**
Receitas financeiras	4.045	–	4.045
Despesas financeiras	(63.402)	(113)	(63.515)
Resultado financeiro	**(59.357)**	**(113)**	**(59.470)**
Resultado antes dos impostos	**148.897**	**79**	**148.976**
Imposto de renda e contribuição social	(47.215)	–	(47.215)
Lucro líquido do exercício	**101.682**	**79**	**101.761**

Demonstração do fluxo de caixa	31 de dezembro de 2020		
(Em milhares de Reais)	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes dos impostos	148.898	78	148.976
Amortização e depreciação	38.921	(1.331)	37.590
Provisão para demandas judiciais	2.931	1.140	4.071
Atualização monetária das demandas judiciais	–	113	113
Demais saldos	(65.550)	–	(65.550)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	125.200	–	125.200
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(162.191)	–	(162.191)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	36.151	–	36.151
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(840)	–	(840)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.525	–	4.525
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.685	–	3.685
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(840)	–	(840)

Demonstração do valor adicionado	31 de dezembro de 2020		
(Em milhares de Reais)	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado bruto	263.304	(1.252)	262.052
Amortização e depreciação	(38.921)	1.331	(37.590)
Amortização			
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	224.383	79	224.462
Valor adicionado recebido em transferência	4.045	–	4.045
Valor adicionado total a distribuir	**228.428**	**79**	**228.507**
Distribuição do valor adicionado	**228.428**	**79**	**228.507**
Pessoal	18.018	–	18.018
Impostos, taxas e contribuições	81.667	–	81.667
Remuneração de capitais de terceiros	27.061	–	27.061
Remuneração de capitais próprios	101.682	79	101.761

a) Correspondente à baixa de ativos intangíveis indevidamente capitalizados anteriormente, assim como a reversão de suas respectivas amortizações. b) Efeitos tributários, incluindo despesas financeiras, relacionados às baixas mencionadas no parágrafo anterior. c) Efeitos de equivalência patrimonial na Companhia por reflexos dos itens a) e b) nas controladas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	20	19
Bancos conta movimento	7.606	3.666
	7.626	3.685

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	130.648	225.019
Fundo de Investimento Safira	32.824	16.102
	163.472	241.121
Circulante	150.823	227.528
Não circulante	12.649	13.593

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e dos fundos de investimento é em média 97,64% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (81,92% do CDI em 31 de dezembro de 2020). As cotas adquiridas do fundo de investimento correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM. O montante apresentado no ativo não circulante é mantido para cumprimento de obrigações da companhia, relacionadas a financiamentos, os quais possuem cláusulas contratuais determinando que a companhia mantenha em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 19 - Instrumentos financeiros.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Serviços de água e esgoto	217.101	178.845
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	14.170	13.302
(–) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(40.784)	(36.231)
	190.487	155.916
Circulante	123.871	105.216
Não circulante	66.616	50.700

O vencimento das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim representado:

		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	Total em 2021
Residencial	28.773	32.810	18.118	–	–	50.928	79.701
Comercial	6.768	6.167	3.179	–	–	9.346	16.114
Industrial	99	163	15	–	–	178	277
Setor público	2.725	2.497	338	330	–	3.165	5.890
Subtotal consumidores	38.365	41.637	21.650	330	–	63.617	101.982
Renegociações *(i)*	100.960	7.174	3.771	2.902	312	14.159	115.119
	139.325	48.811	25.421	3.232	312	77.776	217.101

		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	Total em 2020
Residencial	23.521	26.001	11.902	–	–	37.903	61.424
Comercial	5.619	5.528	2.887	–	–	8.415	14.034
Industrial	102	190	82	–	–	272	374
Setor público	1.522	2.787	2.135	2.669	–	7.591	9.113
Subtotal consumidores	30.764	34.506	17.006	2.669	–	54.181	84.945
Renegociações *(i)*	76.306	8.308	4.702	4.128	456	17.594	93.900
	107.070	42.814	21.708	6.797	456	71.775	178.845

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 8.466 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 4,29% a.a. (R$ 11.957 e 5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 3.491 de reversão de ajuste a valor presente (R$ 2.221 em 31 de dezembro de 2020). A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		Resultado		
Natureza	Saldo em 2020	Adições	Reversões	Saldo em 2021
Privado *(ii)*	(8.306)	(26.932)	20.749	(14.489)
Público	(1.378)	(1.145)	1.522	(1.001)
Renegociações	(26.547)	(11.777)	13.030	(25.294)
	(36.231)	(39.854)	35.301	(40.784)

		Resultado		
Natureza	Saldo em 2019	Adições	Reversões	Saldo em 2020
Privado *(ii)*	(7.421)	(20.517)	19.632	(8.306)
Público	(1.371)	(618)	611	(1.378)
Renegociações	(24.451)	(15.098)	13.002	(26.547)
	(33.243)	(36.233)	33.245	(36.231)

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		Resultado	
Natureza	Baixas	Recuperações *(iii)*	Total em 2021
Privado *(ii)*	(21.959)	20.547	(1.412)
Público	(946)	815	(131)
Renegociações	(6.821)	11.659	4.838
	(29.726)	33.021	3.295

		Resultado	
Natureza	Baixas	Recuperações *(iii)*	Total em 2020
Privado *(ii)*	(19.643)	18.854	(789)
Público	(330)	155	(175)
Renegociações	(16.332)	14.605	(1.727)
	(36.305)	33.614	(2.691)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial. *(iii)* Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 2.059 (R$ 1.998 em 31 de dezembro de 2020). **Controladora:** A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Tertúlia") que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A que detêm 57% das ações que representam o capital social da Tertúlia. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2021	2020
Ativo circulante		
Aplicações financeiras		
Itaú Unibanco S.A.	12.649	–
Outros créditos partes relacionadas		
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	1.095	–
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	31	–
	1.126	–
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	3.417	3.046
	17.192	3.046

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

PROLAGOS

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	1.660	1.471
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	376	803
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	261	242
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	390	281
	2.687	2.797
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Reapresentado)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	–	77.570
	2.687	80.367
Passivo não circulante		
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A.	153.236	–
	155.923	80.367
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(32)	–
	(32)	–
Despesas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(19.525)	(17.923)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(3.101)	(2.823)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(2.296)	(2.663)
	(24.922)	(23.409)
Receitas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (e)	405	–
Despesas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (f)	(6.980)	–
	(31.529)	(23.409)

(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d´Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. (b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (d) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais. (e) Refere-se a rendimento com aplicações financeiras. (f) Refere-se à despesa de prestação de serviços de debêntures, outras despesas contratuais e juros incorridos sobre as debêntures.

9. ATIVO DE CONTRATO DA CONCESSÃO

	2021	2020
Ativo de contrato da concessão	26.440	66.294

	2020	2021		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	66.294	43.220	(83.074)	26.440

	2019	2020		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	166.553	42.358	(142.617)	66.294

(i) Os juros sobre financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R$ 1.168 a uma taxa média de 5,84% a.a. (R$ 6.072 e 5,94% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

10. INTANGÍVEL

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

			2021			2020 (Reapresentado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(2.913)	7.504	7.920
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,7%	710.386	(260.520)	449.866	442.992
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 28	4,4%	182.613	(30.368)	152.245	126.366
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	5,7%	55.593	(19.454)	36.139	34.234
Outros componentes	de 10 a 24	6,6%	309	(95)	214	234
			959.318	(313.350)	645.968	611.746
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	1.049	(741)	308	–
			1.049	(741)	308	–
			960.367	(314.091)	646.276	611.746

			2020 (Reapresentado)			2019 (Reapresentado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato.... de concessão	43	2,3%	10.417	(2.497)	7.920	8.336
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	5,5%	665.063	(222.071)	442.992	188.673
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 28	4,2%	150.829	(24.463)	126.366	280.374
Máquinas e equipamentos	de 03 a 28	5,6%	50.351	(16.117)	34.234	24.474
Outros componentes	de 10 a 24	6,6%	309	(75)	234	5.759
			876.969	(265.223)	611.746	507.616
Software						
Licença de uso de *Software*			692	(692)	–	151
			692	(692)	–	151
			877.661	(265.915)	611.746	507.767

b) Movimentação do custo

	2020 (Reapresentado)	2021			
Ativo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	10.417	–	–	–	10.417
Instalações técnicas de saneamento	665.063	46.218	(334)	(561)	710.386
Edificações de estações de tratamento	150.829	33.911	(34)	(2.093)	182.613
Máquinas e equipamentos	50.351	2.588	–	2.654	55.593
Outros componentes	309	–	–	–	309
	876.969	82.717	(368)	–	959.318
Software					
Licença de uso de *Software*	692	357	–	–	1.049
	692	357	–	–	1.049
	877.661	83.074	(368)	–	960.367

	2019 (Reapresentado)	2020 (Reapresentado)		
Ativo	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	10.417	–	–	10.417
Instalações técnicas de saneamento	338.286	71.228	255.549	665.063
Edificações de estações de tratamento	345.712	70.267	(265.150)	150.829
Máquinas e equipamentos	34.688	87	15.576	50.351
Outros componentes	8.444	1.035	(9.170)	309
	737.547	142.617	(3.195)	876.969
Software				
Licença de uso de *Software*	834	–	(142)	692
	834	–	(142)	692
	738.381	142.617	(3.337)	877.661

c) Movimentação da amortização

	2020 (Reapresentado)	2021			
Ativo	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(2.497)	(416)	–	–	(2.913)
Instalações técnicas de saneamento	(222.071)	(38.498)	11	38	(260.520)
Edificações de estações de tratamento	(24.463)	(5.906)	1	–	(30.368)
Máquinas e equipamentos	(16.117)	(3.299)	–	(38)	(19.454)
Outros componentes	(75)	(20)	–	–	(95)
	(265.223)	(48.139)	12	–	(313.350)
Software					
Licença de uso de *Software*	(692)	(49)	–	–	(741)
	(692)	(49)	–	–	(741)
	(265.915)	(48.188)	12	–	(314.091)

	2019 (Reapresentado)	2020 (Reapresentado)			
Ativo	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(2.081)	(416)	–	–	(2.497)
Instalações técnicas de saneamento	(149.613)	(20.395)	(52.063)		(222.071)
Edificações de estações de tratamento	(65.338)	(13.647)	54.522		(24.463)
Máquinas e equipamentos	(10.214)	(2.253)	(3.650)		(16.117)
Outros componentes	(2.685)	(187)	2.797		(75)
	(229.931)	(36.898)	1.606		(265.223)
Software					
Licença de uso de *Software*	(683)	(132)	123		(692)
	(683)	(132)	123		(692)
	(230.614)	(37.030)	1.729		(265.915)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021.

11. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços	28.360	15.666
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 8)	2.687	2.797
	31.047	18.463
Circulante	22.626	18.463
Não circulante	8.421	–

12. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2021	2020
Projeto BNDES	Pré 3,0% a.a. | SELIC + 3,13% a.a. | TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a.	janeiro /2022 a novembro /2035	461.686	390.915	218.391	252.899
Debêntures	CDI + 0,65% a 2,80% a.a.	outubro/ 2023 a junho /2024	250.000	250.000	251.315	314.646
					469.706	567.545
Circulante					32.137	70.425
Não circulante					437.569	497.120

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - financiamentos

	2021
2023	23.598
2024	14.952
2025	14.952
2026	14.952
2027	14.952
2028 em diante	113.708
	197.114

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2021
2023	200.000
2024	50.000
	250.000
	2021
Custo de captação (não circulante)	(9.545)
Total	437.569

Movimentação das dívidas	2021	2020
Saldo inicial	567.545	458.535
Captações	–	177.367
(–) Pagamentos do principal	(103.845)	(66.443)
(–) Pagamentos de juros	(33.172)	(26.695)
Provisão de juros (nota explicativa nº 17)	35.326	21.589
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	1.168	6.072
(–) Custo de captação do exercício	(464)	(4.773)
Amortização do custo de captação do exercício	3.148	1.893
Saldo final	469.706	567.545

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R$ 12.190 (R$ 14.872 em 31 de dezembro de 2020). **(a) Debêntures**

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento: Principal	Datas de pagamento: Juros
4ª emissão	Junho /2019	100.000	2 parcelas - junho de 2023 e de 2024	Semestral da emissão
5ª emissão	Outubro /2020	150.000	Outubro/2023	Anual da emissão

Em novembro de 2021, foi totalmente liquidada a 3ª emissão de debêntures simples, emitida em setembro de 2017, representada por 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 100.000. **(b) Projetos BNDES:** Entre janeiro de 2012 e novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento, com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação no valor nominal total de R$ 461.686, dos quais R$ 390.915 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre janeiro de 2022 e novembro de 2035. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"); (ii) cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Companhia; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea. A Companhia mantém em seus financiamentos e debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2021.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações em que está envolvido.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas com as ações em curso, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais, apresentando as seguintes posições:

	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
Natureza	2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Cíveis	4.355	1.567	2.743	2.012
Trabalhistas	418	141	92	39
Tributárias	20.918	18.235	10.483	10.276
Ambientais	–	–	1.238	1.790
	25.691	19.943	14.556	14.117

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	2020 (Reapresentado)	Resultado: Adições	Resultado: Reversões	Indenizações para desapropriações	Pagamentos	Atualização monetária	2021
Cível	2.012	3.009	(1.092)	736	(1.922)	–	2.743
Trabalhista	39	350	(156)	–	(141)	–	92
Tributária	10.276	–	–	–	–	207	10.483
Ambiental	1.790	–	(552)	–	–	–	1.238
	14.117	3.359	(1.800)	736	(2.063)	207	14.556

Natureza	2019 (Reapresentado)	Resultado: Adições	Resultado: Reversões	Indenizações para desapropriações	Pagamentos	Atualização monetária	2020 (Reapresentado)
Cível	5.807	3.577	(1.676)	(3.345)	(2.351)	–	2.012
Trabalhista	26	433	(120)	–	(300)	–	39
Tributária	9.068	1.140	(45)	–	–	113	10.276
Ambiental	1.028	1.484	(722)	–	–	–	1.790
	15.929	6.634	(2.563)	(3.345)	(2.651)	113	14.117

Demandas judiciais possíveis: As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R$ 12.445 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 10.367 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: **a) Processos cíveis:** A Companhia possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 totalizam R$ 5.963 (R$ 5.503 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo refere-se à: • Ação cível nº 0005415-27.2019.8.19.0055 questiona a cobrança pela multiplicação de mínimos realizada pela Concessionária entre aos anos de 2010 a 2019. A sentença judicial julgou os pedidos procedentes determinando: (i) a regularização da forma de cobrança para ser observando o consumo medido pelo hidrômetro, (ii) o ressarcimento em dobro dos valores cobrados no período desde 5 anos da distribuição da ação, em 16/09/2019, com valor a ser apurado em liquidação de sentença, (iii) o pagamento de custas e honorários advocatícios. Ambas as partes apresentaram recurso de apelação, ainda pendente de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.540 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020). • Ação cível nº 1918/2019 processo administro referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaba Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrífuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.150 (R$ 1.150 em 31 de dezembro de 2020).

b) Processos trabalhistas: A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 1.330 (R$ 975 em 31 de dezembro de 2020). **c) Processos tributários:** A Companhia possui processos que totalizam um montante de R$ 954 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 41 em 31 de dezembro de 2020) e não possui nenhum processo individualmente significativo. **d) Processos ambientais:** A Companhia possui processos que totalizam um montante de R$ 4.198 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 3.848 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo refere-se a: • Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.948 (R$ 1.948 em 31 de dezembro de 2020). • Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.500 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020). **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 25.691 (R$ 19.943 em 31 de dezembro de 2020). O principal depósito judicial refere-se a: • Processos movidos pela Concessionária requer a alteração da alíquota do ICMS no percentual de 25% para 18%, sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 20.658 (R$ 18.060 em 31 de dezembro de 2020).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 28 de janeiro de 2021, a Aegea Saneamento e Participações S.A. transferiu a totalidade de sua participação na Companhia composta por 221.673.073 (duzentas e vinte e uma milhões, seiscentos e setenta e três mil e setenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para sua controlada Tertúlia Participações e Administração S.A.. Em 10 de fevereiro de 2021 a acionista Tertúlia Participações e Administração S.A. aumentou o capital social da Companhia no montante de R$ 121.312, em moeda corrente, mediante emissão de 121.312.569 (cento e vinte e uma milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e sessenta e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital social integralizado no montante de R$ 376.353 representado por 342.985.643 (trezentas e quarenta e duas milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os custos de transação incorridos na captação destes recursos totalizaram o montante de R$ 19.743 (R$ 13.030 líquido de impostos). Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2021	2020
Aegea Saneamento e Participações S.A.	–	99,99%
Tertúlia Participações e Administração S.A.	99,99%	–
Igarapé Participações S.A.	0,01%	0,01%
	100,00%	100,00%

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	125.929	101.762
(–) Constituição da reserva legal	(6.296)	(5.088)
Lucro líquido ajustado	119.633	96.674
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	29.908	24.169
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados no exercício		
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	37.796	42.971
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados do resultado do exercício	85.000	10.734
	122.796	53.705

Em 23 de fevereiro de 2021 a Companhia pagou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 115.366 à ex-controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (R$ 70.000 em 31 de dezembro de 2020). Em 20 de dezembro de 2021, a companhia destinou e posteriormente pagou R$ 85.000 de dividendos intercalares (R$ 80.767 de dividendos intermediários destinados em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 29.908 incorporados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. **d) Reserva estatutária:** Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76. **e) Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	443.078	377.015
Outros serviços indiretos de água	18.978	12.083
Outros serviços indiretos de esgoto	69	–
Receitas de construção - ativo intangível	43.220	42.358
Total receita bruta	505.345	431.456
Deduções da receita bruta		
(–) Cancelamentos e abatimentos	(9.937)	(7.244)
(–) Impostos sobre serviços	(41.827)	(35.321)
Total da receita operacional líquida	453.581	388.891

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020 (Reapresentado)
Pessoal	(22.282)	(20.731)
Conservação e manutenção	(4.223)	(4.267)
Serviços de terceiros	(38.823)	(31.222)
Amortização e depreciação	(49.273)	(37.590)
Custo de concessão	(1.987)	(1.678)
Custo de construção - ativo intangível	(43.220)	(42.358)
Energia elétrica	(22.418)	(19.366)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.553)	(2.988)
Recuperação (Baixa) de títulos do contas a receber	3.295	(2.691)
Provisão para demandas judiciais	(1.559)	(4.071)
Produtos químicos	(3.314)	(3.563)
Locação	(4.816)	(5.386)
Outros	(3.375)	(4.586)
	(196.548)	(180.497)
Custos dos serviços prestados	(149.656)	(130.339)
Despesas administrativas e gerais	(46.892)	(50.158)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	12.007	2.739
Juros e multa recebidos ou auferidos	705	1.292
Outras receitas financeiras	19	14
Receitas financeiras	12.731	4.045
Despesas		
Encargos sobre financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12)	(35.326)	(21.589)
Reversão de ajuste a valor presente de clientes	3.491	2.221
Descontos concedidos	(42.258)	(39.721)
Despesas e comissões bancárias	(2.572)	(2.093)
Outras despesas financeiras	(4.145)	(2.333)
Despesas financeiras	(80.810)	(63.515)
Resultado financeiro	(68.079)	(59.470)

18. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada como segue:

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	188.970	148.976
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(64.250)	(50.652)
Despesas indedutíveis	(400)	(1.925)
Baixa de títulos do contas a receber	274	–
Inovação tecnológica	467	210
Juros sobre o capital próprio	–	3.649
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	347	874
PAT	540	578
Outras diferenças permanentes	(19)	51
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(62.637)	(41.352)
Diferido	(404)	(5.863)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(63.041)	(47.215)
Alíquota efetiva	33%	32%

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

PROLAGOS

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - *(Em milhares de Reais)*

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2021**	**2020 (Reapresentado)**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(62.637)	(41.352)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(3.831)	(1.183)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(346)	–
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	25.573	4.363
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(41.241)	(38.172)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	1.970	532
IRPJ e CSLL apurado sobre gastos com emissão de ações	6.713	–
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	(29)	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.919	3.831
Total	25.573	4.363

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020 (Reapresentado)	**Resultado**	**2021**
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	12.319	1.548	13.867
Provisão para participação nos lucros	749	232	981
Provisão para demandas judiciais *(i)*	1.060	(172)	888
Ajuste a valor presente de clientes	4.065	(1.187)	2.878
Perda com clientes	508	(147)	361
Arrendamentos	5	11	16
Baixa por perda parcelamentos	–	41	41
Ativo fiscal diferido	18.706	326	19.032
Amortização de intangível *(ii)*	(16.216)	785	(15.431)
Juros capitalizados *(iii)*	(17.299)	423	(16.876)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(4.265)	807	(3.458)
Baixa de títulos do contas a receber	(13.491)	(2.796)	(16.287)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(474)	51	(423)
Passivo fiscal diferido	(51.745)	(730)	(52.475)
Passivo fiscal diferido líquido	(33.039)	(404)	(33.443)

	2019 (Reapresentado)	**Resultado**	**2020 (Reapresentado)**
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	11.304	1.015	12.319
Provisão para participação nos lucros	713	36	749
Provisão para demandas judiciais *(i)*	1.486	(426)	1.060
Ajuste a valor presente de clientes	4.820	(755)	4.065
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.394	(4.394)	–
Perda com clientes	862	(354)	508
Arrendamentos	1	4	5
Ativo fiscal diferido	23.580	(4.874)	18.706
Amortização de intangível *(ii)*	(17.001)	785	(16.216)
Juros capitalizados *(iii)*	(15.832)	(1.467)	(17.299)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.181)	(1.084)	(4.265)
Baixa de títulos do contas a receber	(14.742)	1.251	(13.491)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	–	(474)	(474)
Passivo fiscal diferido	(50.756)	(989)	(51.745)
Passivo fiscal diferido líquido	(27.176)	(5.863)	(33.039)

(i) O saldo está líquido do imposto diferido sobre indenização no montante de R$ 496 (R$ 246 em 31 de dezembro de 2020). ***(ii)*** Conforme o artigo 69 da lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2021 R$ 2.308 (R$ 2.308 em 31 de dezembro de 2020). ***(iii)*** O saldo está líquido do imposto sobre a amortização do juros capitalizados no ativo intangível que totalizou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 603 (R$ 791 em 31 de dezembro de 2020).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 40.784, representando aproximadamente 17,63% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão era de R$ 36.231, representando aproximadamente 18,86% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2021	**2020**
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 5)	7.606	3.666
Aplicações financeiras	163.472	241.121
Contas a receber de clientes	190.487	155.916
	361.565	400.703

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021	**Valor contábil**	**Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)**	**Até 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**37 a 48 meses**	**49 meses em diante**
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	31.047	31.047	22.626	8.421	–	–	–
Financiamentos e debêntures	469.706	638.915	75.547	266.989	79.121	25.277	191.981
Outras contas a pagar	2.947	3.014	2.575	142	120	117	60
	503.700	672.976	100.748	275.552	79.241	25.394	192.041

2020	**Valor contábil**	**Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)**	**Até 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**37 a 48 meses**	**49 meses em diante**
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	18.463	18.463	18.463	–	–	–	–
Financiamentos e debêntures	567.545	730.600	98.778	92.850	251.318	76.856	210.798
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	77.570	77.570	77.570	–	–	–	–
Outras contas a pagar	2.250	2.263	2.210	53	–	–	–
	665.828	828.896	197.021	92.903	251.318	76.856	210.798

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros. A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2021	**2020**
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	163.472	241.121
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Financiamentos e debêntures	481.896	582.417
Outras contas a pagar	958	345
	482.854	582.762

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva a.a. em 2021**	**I Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV -25%**	**V -50%**
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	163.472	Variação do CDI	9,15%	14.958	18.698	22.437	11.219	7.479
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(253.685)	Variaçãodo CDI	9,15%	(23.212)	(29.015)	(34.818)	(17.409)	(11.606)
Financiamento BNDES	(180.998)	Variação da TJLP	5,32%	(9.629)	(12.036)	(14.444)	(7.222)	(4.815)
Financiamento BNDES	(45.873)	Variação da Selic	9,15%	(4.197)	(5.246)	(6.296)	(3.148)	(2.099)
1 + 2 - Exposição líquida	(317.084)			(22.080)	(27.599)	(33.121)	(16.560)	(11.041)

Gerenciamento do capital: A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

				Valor contábil		**Valor Justo**	
	Nota	**Classificação por categoria**	**Hierarquia do valor justo**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	Nível 2	7.626	3.685	7.626	3.685
Aplicações financeiras *(i)*	6	Custo amortizado	Nível 2	12.649	13.593	12.649	13.593
Aplicações financeiras	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	150.823	227.528	150.823	227.528
Contas a receber de clientes *(i)*	7	Custo amortizado	Nível 2	190.487	155.916	190.487	155.916
Total				361.585	400.722	361.585	400.722
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	11	Custo amortizado	Nível 2	31.047	18.463	31.047	18.463
Financiamentos e debêntures *(ii)*	12	Custo amortizado	Nível 2	469.706	567.545	489.735	598.948
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar *(i)*	8	Custo amortizado	Nível 2	–	77.570	–	77.570
Outras contas a pagar *(i)*		Custo amortizado	Nível 2	2.950	2.253	2.950	2.253
Total				503.703	665.831	523.732	697.234

(i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	2021	**2020**
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	263.428	254.001

21. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Lucro básico e diluído por ação	**2021**	**2020**
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	125.929	101.761
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	329.691	221.673
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,38	0,46

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

22. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação equivalente a 0,5% do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Também possui o compromisso de repassar a taxa de utilização dos recursos hídricos que é cobrada dos usuários, em valor correspondente a 0,4042% sobre o valor de água faturado mensalmente.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão, em 2041, em R$ 848.379. Até 2022, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.

23. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

DIRETORIA

Pedro Augusto de Araújo Freitas
Diretor Presidente

José Carlos Almeida de Sousa
Diretor Executivo

André Pires de Oliveira Dias
Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR

Itamar Portela Camargo
CRC MS 010387/O5S-RJ

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
São Pedro da Aldeia – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Redução ao valor recuperável das contas a receber:* A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e. e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível:* Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10. A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Efeitos contábeis das investigações independentes conduzidas pela Companhia:* Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"), controladora indireta da Companhia, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a Águas Guariroba S.A., controlada indireta da Aegea, foi alvo de procedimentos investigatórios. A diretoria, após reunir todos os elementos e documentações, finalizou a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia, e reconheceu os ajustes, fundamentalmente relacionados a capitalizações de ativos intangíveis (CPC 04 - R1- Ativos intangíveis) e seus respectivos efeitos tributários, de forma retrospectiva. Por consequência, os saldos contábeis apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. O processo de investigação e a mensuração dos efeitos contábeis relativos a essa, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, consideramos os efeitos contábeis de tais investigações independentes como assunto relevante de nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas de forensics para nos auxiliar, no entendimento dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações independentes; (ii) avaliação dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações; (iii) entendimento, análise e validação da integridade das bases de dados extraídas e utilizadas na determinação dos efeitos contábeis, (iv) testes em bases amostrais de documentação com o objetivo de validar a existência; (v) com auxílio de nossos especialistas em legislação tributária, realizamos avaliação dos critérios e validação dos cálculos realizados acerca dos efeitos tributados; e (vi) revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados na determinação da reapresentação de saldos comparativo, decorrentes da conclusão das investigações, assim como as respectivas divulgações na nota 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos**: *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

PROLAGOS

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador
CRC-1SP198698/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

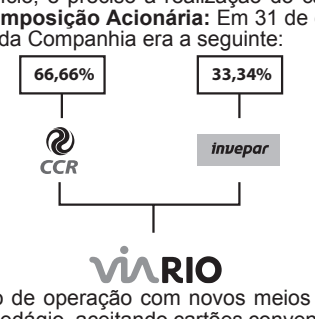
Rio de Janeiro

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia" ou "Concessionária"), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação: Contrato de Concessão:** A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ" ou "Poder Concedente"). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 26 de abril de 2047. Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia ("Subsídio"), autorizado por lei municipal. **Perfil da Concessionária:** A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande. A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico. A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários. O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá. Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br. **Composição Acionária:** Em 31 de dezembro de 2021, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques: Início de operação com novos meios eletrônicos de pagamento nas praças de pedágio, aceitando cartões convencionais e dispositivos de aproximação NFC - Near Field Communication - para pagamento das tarifas em modalidades de débito e crédito, registrando crescimento contínuo na adoção pelos usuários da via, atingindo ao final de 2021 a média de 10% na composição da receita. **2. Estratégia de Gestão: 2.1. Governança Corporativa: Estrutura do Conselho e Diretoria:** O período de eleição tanto para os Conselheiros do Conselho de Administração quanto da diretoria é de 2 anos.

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	João Daniel Marques da Silva Diretor-Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Flavio da Costa Vaz Diretor Adm. Financeiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa	

Programa de *Compliance*: Em 2021, a ViaRio aderiu totalmente ao Programa de *Compliance* do Grupo CCR. O Grupo CCR e suas controladas são signatários do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção, estando comprometidos, portanto com a adoção da Cartilha Integridade no Setor da Construção. Nosso sucesso é pautado em princípios de integridade e respeito, nossos valores descritos no Código de Conduta Ética e Política de Empresa Limpa, alinhados com as diretrizes definidas pelo Novo Mercado. Reforçamos constantemente, com o apoio da Alta Administração, a contínua divulgação e atualização do Programa de *Compliance*, criado desde 2015, onde orientamos todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países que atuam. Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o Programa contém diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente realizamos treinamentos e campanhas de comunicação, com o objetivo de engajar a todos na cultura de *Compliance*. Acompanhando o cumprimento dos procedimentos, o Grupo CCR e suas controladas performam o Monitoramento do Programa, mapeando eventuais não conformidades, que serão alvo de aplicação de medidas disciplinares, se for o caso. Alinhado ao seu compromisso com a transparência e adoção constante de boas práticas de governança corporativa, a ViaRio, através da CCR, possui o Canal Confidencial (https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialccr/). Esse é um canal que tem por objetivo garantir a prática dos valores da companhia e de seu Código de Conduta Ética, reforçando a atuação coerente com a preocupação na construção de uma **empresa e de uma sociedade cada vez melhores para todos.** O Grupo CCR e suas controladas incentivam o uso consciente de boa-fé do canal confidencial. Qualquer colaborador, administrador, acionista ou terceiro que tiver conhecimento, prova ou indícios de descumprimento de uma norma ou política interna, bem como das leis do país, devem acessar a Linha Ética e proceder o registro de uma ocorrência. O Canal Confidencial é administrado por uma empresa terceirizada, que funciona 24 horas por dia 7 dias na semana, e que trata todos os relatos/ ocorrências com imparcialidade, sigilo e anonimato (se assim o denunciante preferir.). **2.2. Gestão de Pessoas:** A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2021 foi de 178. Treinamentos: Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o "Projeto Integração", garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2021 foram realizadas 1.763 horas de treinamentos visando esta qualificação. **3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Receita operacional**

Faturamento (R$ mil)	2021	2020	Δ (R$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	155.637	128.603	27.034	21%
Receitas de construção (ICPC 01)	4.390	4.273	117	3%
Receitas acessórias	727	827	(100)	-12%
Receita bruta	**160.754**	**133.703**	**27.051**	**20%**
(-) Impostos sobre receitas	(13.566)	(11.256)	(2.310)	21%
(-) Devoluções e abatimentos	(4)	(294)	290	-99%
(-) Deduções das receitas brutas	(13.570)	(11.550)	(2.020)	17%
Receita líquida	**147.184**	**122.153**	**25.031**	**20%**

O valor total de receita bruta no ano de 2021 foi de R$ 160,75 milhões, sendo que R$ 155,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva quando comparado aos R$ 133,7 milhões do exercício de 2020. Justifica-se tal fato principalmente com a redução do impacto causado pela pandemia do Coronavírus e o não reajuste da tarifa. Em 2021 passaram pela praça de pedágio principal um total de 19,9 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP). **3.2. Custos e despesas:**

Custos e Despesas (R$ mil)	2021	2020	Δ (R$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	(17.873)	(15.503)	(2.370)	15%
Custo com Pessoal	(15.258)	(14.817)	(441)	3%
Materiais Equipamentos e Veículos	(1.698)	(1.868)	170	-9%
Outros	(6.479)	(6.157)	(322)	5%
Total	**(41.308)**	**(38.345)**	**(2.963)**	**8%**

Ao final de 2021, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R$ 41,3 milhões. **3.3. Resultado Financeiro:**

Resultado Financeiro (R$ mil)	2021	2020	Δ (R$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	**(63.659)**	**(54.368)**	**(9.291)**	**17%**
Juros sobre debêntures e financiamentos	(43.722)	(36.492)	(7.230)	20%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(19.936)	(17.480)	(2.456)	14%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(689)	(483)	(206)	43%
Resultado Financeiro (R$ mil)	**2021**	**2020**	**Δ (R$)**	**Δ (%)**
Capitalização de custo dos empréstimos	1.177	531	646	122%
Outras despesas financeiras	(489)	(444)	(45)	10%
Receitas Financeiras	**2.069**	**1.731**	**338**	**20%**
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.050	1.709	341	20%
Juros e outras receitas financeiras	19	22	(3)	-14%
Resultado Financeiro Líquido	**(61.590)**	**(52.637)**	**(8.953)**	**17%**

A Companhia finalizou o exercício de 2021 com um resultado financeiro de R$ 61,6 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre financiamentos. Quando comparados ao exercício anterior, temos aumento dos juros devido à alta do CDI. **3.4. Endividamento:** Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia foi de R$ 582 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela Companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R$ 620 milhões em fevereiro de 2018. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028. **3.5. Investimentos:** No ano de 2021 foram realizados R$ 6,9 milhões em investimentos, destacando-se: obra de melhoria nos taludes e contenções ao longo da rodovia, substituição dos segregadores de faixa, implantação de instrumentação nas contenções e melhoria do pavimento flexível ao longo da rodovia. **3.6. Dividendos propostos:** Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2021 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo acumulado. **4. Sustentabilidade:** Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2021 foram realizadas as seguintes ações: - Projetos Socioculturais por meio de lei municipal de incentivo – ISS: Ilumina Zona Oeste (festival multicultural), Projeto Bora Batucar (oficinas de percussão), Projeto Mão Dupla – Gentileza e Respeito (educação no trânsito). Projetos que promovem a inclusão social, empreendedorismo cultural e prevenção de acidentes viários, focados na comunidade escolar e moradores do entorno e usuários da via, - Projetos Socioculturais por meio de lei federal de incentivo à cultura – Instituto CCR: Projeto Coletânea Literatura Acessível (inclusão da pessoa com deficiência), Despertando o Empreendedor (capacitação e incentivo financeiro para o microempreendedor) e Projeto Caixola de Histórias para Ler e Ouvir (valorização da cultura local). Projetos que desenvolvem a economia local, promovem a inclusão social e a valorização do território no entorno da via. **5. Outras informações relevantes: i. Reajuste anual tarifário:** Em 10 de fevereiro de 2021, a Concessionária ingressou com ação judicial com o objetivo de obter o reajuste anual tarifário (variação do IPCA-e) previsto no contrato de concessão. Em razão do indeferimento da liminar a concessionária interpôs recurso de Agravo de Instrumento com pedido de liminar que também foi indeferido. Após o indeferimento do pedido de reconsideração para concessão da tutela de urgência visando a cobrança da tarifa básica de pedágio reajustada para 2021, a concessionária requereu em dezembro de 2020, a redistribuição do processo para a 11ª Câmara Cível, onde já houve voto favorável relativo ao reajuste de 2020, seguindo a mudança de competência no processo em 1ª instância. **ii. Processos administrativos:** Em maio de 2021, o Tribunal de Contas do Município considerou, por unanimidade, improcedente e determinou o arquivamento da Representação formulada pela CGM acerca do sobrepreço das obras de implantação da via, apurado pela SMIH. Em outubro de 2021, o Controlador-Geral do Município aprovou o relatório final elaborado pela Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização, que opinou pela exculpação da Concessionária ViaRio S.A. e arquivamento do processo de apuração de eventuais irregularidades administrativas no âmbito do Contrato de Concessão. A decisão foi submetida para a PGM, para manifestação acerca da legalidade da decisão. **6. Considerações finais: 6.1. Auditores Independentes:** No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6.2. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.428	44.184
Aplicações financeiras - conta reserva	6	37.385	862
Contas a receber	7	7.844	5.420
Contas a receber - partes relacionadas	9	84	2
Tributos a recuperar		217	522
Seguros a apropriar		433	424
Despesas antecipadas e outros		395	350
Total do ativo circulante		80.786	51.764
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	82.644	82.405
		82.644	82.405
Imobilizado	10	28.433	29.682
Intangível	11	783.139	809.705
Infraestrutura em construção	11	8.695	6.187
Total do ativo não circulante		902.911	927.979
Total do ativo		983.697	979.743

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Debêntures	12	72.807	42.191
Fornecedores		3.003	4.047
Contas a pagar - partes relacionadas	9	533	445
Impostos e contribuições a recolher		1.906	1.370
Obrigações sociais e trabalhistas		3.021	2.802
Provisão de manutenção	13	5.250	-
Outras contas a pagar		36	220
Total do passivo circulante		86.556	51.075
Não circulante			
Debêntures	12	501.296	554.982
Mútuos - partes relacionadas	9	251.389	234.258
Impostos a recolher		12.725	9.735
Provisão de manutenção	13	7.652	9.265
Outras contas a pagar		266	2
Total do passivo não circulante		773.328	808.242
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	283.191	283.191
Prejuízos acumulados		(159.378)	(162.765)
		123.813	120.426
Total do passivo e patrimônio líquido		983.697	979.743

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	147.184	122.153
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(4.390)	(4.273)
Serviços		(8.962)	(7.988)
Depreciação e amortização	10 e 11	(31.558)	(31.345)
Custo com pessoal		(10.733)	(10.144)
Provisão de manutenção	13	(2.949)	(2.595)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.473)	(1.714)
Outros		(4.653)	(3.990)
		(64.718)	(62.049)
Lucro bruto		82.466	60.104
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(4.525)	(4.673)
Serviços		(8.911)	(7.515)
Materiais, equipamentos e veículos		(225)	(346)
Depreciação e amortização	10 e 11	(384)	(429)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(214)	(243)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber		124	(137)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.041)	(895)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(598)	(161)
Outros		(97)	(539)
		(15.871)	(14.938)
Outros resultados operacionais		234	368
Resultado antes do resultado financeiro		66.829	45.534
Resultado financeiro	16	(61.590)	(52.637)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		5.239	(7.103)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(1.852)	2.204
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		3.387	(4.899)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.387**	**(4.899)**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(239)	(2.204)
Depreciação e amortização	31.942	31.774
Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado	(367)	101
Juros sobre debêntures	43.722	36.492
Capitalização de custo de empréstimos	(1.177)	(531)
Constituição da provisão de manutenção	2.949	2.595
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	688	483
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3	78
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber	(124)	137
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	19.936	17.480
Rendimento de aplicação financeira	(1.692)	-
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	-	(1)
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	1
	95.641	**86.405**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.300)	(84)
Contas a receber - partes relacionadas	(82)	(2)
Tributos a recuperar	305	227
Seguros a apropriar, despesas antecipadas e outros	(9)	(72)
Adiantamentos a fornecedores	-	126
Despesas antecipadas e outros	(45)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(741)	(20)
Contas a pagar - partes relacionadas	88	121
Impostos e contribuições a recolher	2.402	62
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.681)	(41)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(3)	(147)
Obrigações sociais e trabalhistas	219	104
Outras contas a pagar	(186)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**96.995**	**81.919**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.422)	(3.173)
Aquisição de ativo intangível	(4.257)	(4.304)
Outros do ativo intangível	1.551	969
Resgates / aplicações na conta reserva	(34.831)	94.570
Caixa liquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos	**(39.959)**	**88.062**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures:		
Pagamentos de principal	(35.308)	(18.291)
Pagamentos de juros	(31.484)	(43.368)
Mútuos com partes relacionadas:		
Pagamentos de principal e juros	-	(67.562)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(66.792)**	**(129.221)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(9.756)**	**40.760**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	44.184	3.424
No final do exercício	34.428	44.184
	(9.756)	**40.760**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.387	(4.899)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.387	(4.899)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	283.191	(157.866)	125.325
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.899)	(4.899)
Saldos em 31 dezembro de 2020	283.191	(162.765)	120.426
Lucro líquido do exercício	-	3.387	3.387
Saldos em 31 de dezembro de 2021	283.191	(159.378)	123.813

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoramento e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (" Concessão"). O prazo de concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012. O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro de Curicica, incluindo seus acessos, faixa de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") em 9 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da Família Olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Concessionária ViaRio iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada da Rio Grande, em Boiuna, Jacarápaguá. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia. **1.2. Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: Foram instaurados e estão em andamento no âmbito dos órgãos municipais os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão: **i. Processo Administrativo nº 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro):** Em 5 de junho de 2020, a Companhia recebeu notificação da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa prévia a respeito de suposto sobrepreço de R$ 1.049.116, apontado no valor das obras da implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão nº 038/2012. Em 28 de julho de 2020, foi apresentada a defesa prévia, na qual a Companhia apontou a consumação da decadência, violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal e, ademais, aponta a indevida desconsideração de instrumentos jurídicos validamente constituídos, a existência de graves falhas técnicas na reorçamentação proposta pelas autoridades municipais, bem como a contrariedade aos princípios de boa-fé objetiva, moralidade, segurança jurídica, e o desrespeito a disposições contratuais e editalícias expressas na redefinição do valor das obras vários anos após a sua conclusão. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. Em 21 de abril de 2021, foi recebido ofício da SMTR dando conta da suspensão do processo de sobrepreço até o término da fase instrutória do PAR determinado pela decisão proferida na ação de Mandado de Segurança ajuizado pela concessionária. Aguarda-se a manifestação da SMTR acerca da defesa prévia e provas apresentadas pela Companhia bem como em face das demais decisões proferidas nos processos mencionados nos itens "ii" e "iii", abaixo. **ii. Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2020 (Controladoria Geral do Município):** Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização PAR/CGM nº 02/2020 relativamente aos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011, com notificação para a apresentação de defesa escrita. Após requerimento formulado pela concessionária, foi concedida a dilação de prazo, para que o mesmo se iniciasse após a concessão das cópias do processo administrativo e a defesa foi apresentada em 29 de outubro de 2020. Em 5 de novembro de 2020, foi proferido despacho informando a conclusão da instrução, e notificando a Companhia a apresentar alegações finais em 15 dias. Em face da decisão que decretou o encerramento da instrução processual foi interposto o Mandado de Segurança nº 0269876-55.2020.8.19.0001 perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Após a concessão da liminar foi proferida a sentença em 24 de novembro de 2020 para suspender a decisão que declarou encerrada a fase instrutória do PAR, assegurando à Companhia o direito de apresentar prova pericial de engenharia até dia 22 de fevereiro de 2021. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. A Procuradoria do Município foi intimada em 10 de janeiro de 2021. Em 19 de março de 2021, foi protocolado recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Avaliação do Programa de Integridade. Em 28 de setembro de 2021, foi proferido o relatório final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, concluindo pela exculpação da Companhia acerca dos atos e fatos suscitados no PAR. Na mesma data, o relatório final foi aprovado pelo Controlador Geral do Município, e encaminhado à Procuradoria Administrativa para manifestação acerca da legalidade bem como com proposição de arquivamento do processo. Em face dos casos relatados nos itens "i" e "ii" acima, e em relação aos fatos tratados no item "iii", além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia em conjunto com a área de Compliance da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forensic* e empresa especializada em engenharia, adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais. Os trabalhos foram concluídos, e não foram identificados quaisquer fatos e/ou indícios que substanciassem as referidas alegações. Em 6 de janeiro de 2022, foi publicado no Diário Oficial a decisão final determinando o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR. **iii. Processo nº 40/100615/2020 (Tribunal de Contas do Município):** Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação do Tribunal de Contas do Município para se manifestar acerca dos fatos apresentados na Representação formulada pela Controladoria Geral do Município acerca dos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011. O processo foi convertido em diligência e, em 15 de outubro de 2020, a Companhia apresentou sua manifestação em atendimento à notificação. Os órgãos municipais diligenciados também apresentaram ao TCM as informações e documentações solicitadas. Em retorno à diligência sobreveio a promoção da 2ª Inspetoria Geral de Controle Externo, de 10 de dezembro de 2020, pela improcedência da representação, sugerindo posterior arquivamento. Em 11 de dezembro de 2020, a Inspetoria Geral manifestou concordância com a proposta de improcedência da representação. A Procuradoria Especial opinou, em 21 de janeiro de 2021, pela improcedência da representação. Em 7 de maio de 2021, foi concluída a sessão virtual de julgamento no Tribunal de Contas do Município, pela improcedência da Representação. Não houve recurso. **iv. Processo nº 0189152-64.2020.8.19.0001 - Ação Popular - nulidade do contrato de concessão:** Trata-se de Ação Popular distribuída em 30 de setembro de 2020, em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão nº 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da Companhia à reparação de suposto danos ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a Companhia se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Aguarda-se a intimação da Companhia para apresentação de contrarrazões a ambas as apelações. Em face dos casos relatados nos itens "i", "ii" e "iii" acima, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia em conjunto com a área de Compliance da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forenses* e empresa especializada em engenharia, adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais, de modo que não foram identificados indícios que substanciassem as referidas alegações. Considerando que as análises no âmbito do TCM e do PAR estão totalmente concluídas, assim como a evolução das informações e evidências coletadas, a governança da Companhia avaliou e concluiu que não há óbice, nessas circunstâncias, à emissão dessas demonstrações financeiras. Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. ***b) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros**:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "n". Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: – É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou – O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Provisão de manutenção – contratos de concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. ***k) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***l) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***m) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. ***o) Arrendamento mercantil:*** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamento de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. ***p) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos – Alterações ao CPC 06:** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***q) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020; • Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • IFRS 17 – Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). **3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2n	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
13	Provisão de manutenção
17	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). **5. Gerenciamento de riscos financeiros Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 12 e 17. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	113.628	130.630	137.359	147.083	272.777
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	251.389
Fornecedores e outras contas a pagar	3.039	266	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	533	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 5.770, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa e bancos	1.514	926
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	32.914	43.258
Total - Caixa e equivalentes de caixa	34.428	44.184
Aplicações financeiras	**2021**	**2020**
Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia Debêntures - vide nota explicativa 12)	37.385	862
Total - Circulante	37.385	862
Total - Aplicações financeiras	37.385	862

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,73% do CDI, equivalente a 4,38% a.a. (86,29% do CDI , equivalente a 2,39% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020). **7. Contas a receber:**

Circulante	2021	2020
Receitas acessórias (a)	329	147
Pedágio eletrônico (b)	7.531	5.413
	7.860	5.560
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(16)	(140)
	7.844	5.420
Idade de Vencimentos dos Títulos	**2021**	**2020**
Créditos a vencer	7.844	5.420
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	16	40
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-	100
	7.860	5.560

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia. **8. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.239	(7.103)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.781)	2.415
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(254)	(73)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	66	(138)
Incentivos relativos ao imposto de renda	94	-
Outros ajustes tributários	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.851)	2.204
Impostos correntes	(2.091)	-
Impostos diferidos	239	2.204
	(1.852)	2.204
Alíquota efetiva de impostos	35,35%	31,03%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

			Saldo em 2021		
	2020	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	129.075	(947)	128.128	128.128	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	292	230	522	522	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	48	(43)	5	5	-
Provisão de manutenção	3.150	1.237	4.387	4.387	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(50.309)	50.309	-	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	69	69	69	-
Outros	149	(149)	-	-	-
Capitalização de juros	-	(46.980)	(46.980)	-	(46.980)
Custo de transação de empréstimos	-	(3.487)	(3.487)	-	(3.487)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	82.405	239	82.644	133.111	(50.467)
Compensação de imposto	-	-	-	(50.467)	50.467
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	82.405	239	82.644	82.644	-

			Saldo em 2020		
	2019	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	126.740	2.335	129.075	129.075	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	415	(123)	292	292	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	47	48	48	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23	(23)	-	-	-
Provisão de manutenção	2.104	1.046	3.150	3.150	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(49.207)	(1.102)	(50.309)	2.316	(52.625)
Outros	125	24	149	149	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	80.201	2.204	82.405	135.030	(52.625)
Compensação de imposto	-	-	-	(52.625)	52.625
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	80.201	2.204	82.405	82.405	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2021
2022	1.816
2023	3.995
2024	5.394
2025	7.586
de 2026 em diante	109.337
	128.128

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital. (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados. **9. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações 2021		Saldos 2021		
			Ativo	Passivo	
Controladoras em conjunto	Despesas/custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a Receber	Mútuos	Contas a pagar
CCR	1.484 (a)	13.289 (b)	-	167.567 (b)	176 (a)
Invepar	-	6.647 (b)	-	83.822 (b)	-
Outras partes relacionadas					
ViaLagos	1 (f)	-	84 (d)	-	349 (d)
Barcas	-	-	-	-	8 (d)
CPC	2.255 (c)	-	-	-	-
Instituto CCR	50 (e)	-	-	-	-
Total	3.789	19.936	84	251.389	533

	Transações 2020		Saldos 2020		
			Ativo	Passivo	
Controladoras em conjunto	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
CCR	1.893 (a)	11.652 (b)	-	156.147 (b)	148 (a)
Invepar	-	5.828 (b)	-	78.111 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CIIS	-	-	-	-	78 (d)
Barcas	-	-	-	-	50 (d)
MSVia	-	-	2 (d)	-	-
CPC	2.158 (c)	-	-	-	169 (c)
Total	4.051	17.480	2	234.258	445

Despesas com profissionais chave da Administração

	2021	2020
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.072	801
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	626	268
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(23)	-
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(57)
Previdência privada	49	47
Seguro de vida	3	2
	1.727	1.061

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (g)	649	328

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de julho de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R$ 1.400. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados ("PLR") e inclui os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração. a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e mais 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028; c) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de suporte e manutenção de tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo o vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e) Refere-se a doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; f) Reecobrança de reembolso de despesas de viagens efetuados a colaboradores transferidos; e g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. **10. Ativo Imobilizado:**

		2020	2021			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		723	-	-	367	1.090
Máquinas e equipamentos		28.371	-	1.295	-	29.666
Veículos		5.686	-	-	-	5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		9.943	-	699	-	10.642
Imobilizações em andamento		5.122	2.949	(1.981)	-	6.090
Total custo		50.281	2.949	13	367	53.610
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(479)	(109)	-	-	(588)
Máquinas e equipamentos	10	(11.500)	(2.923)	-	-	(14.423)
Veículos	20	(4.260)	(487)	-	-	(4.747)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(3.924)	(1.059)	-	-	(4.983)
Total depreciação		(20.599)	(4.578)	-	-	(25.177)
Total geral		29.682	(1.629)	13	367	28.433

		2019	2020				
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		747	-	(32)	8		723
Máquinas e equipamentos		31.336	-	(172)	(2.793)		28.371
Veículos		3.775	-	(121)	2.032		5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-		436
Sistemas operacionais		5.623	-	(4)	4.324		9.943
Imobilizações em andamento		4.616	3.391	-	(2.885)		5.122
Total custo		46.533	3.391	(329)	686		50.281
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(384)	(117)	19	3		(479)
Máquinas e equipamentos	10	(9.656)	(3.121)	85	1.192		(11.500)
Veículos	20	(2.930)	(725)	121	(726)		(4.260)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-		(436)
Sistemas operacionais	11	(1.665)	(847)	4	(1.416)		(3.924)
Total depreciação		(15.071)	(4.810)	229	(947)		(20.599)
Total geral		31.462	(1.419)	(100)	(261)		29.682

(a) Reclassificações do ativo imobilizado entre o intangível; (b) Bens totalmente depreciados; e (c) Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 527 em 2021 (R$ 218 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 7,26% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,82% a.a. em 2020. **11. Intangível e infraestrutura em construção:**

	Taxa média anual de amortização %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		908.244	-	877	(99)	909.022
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.937	-	101	-	3.038
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		126	33	(114)	-	45
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	2.014
Total custo		913.321	33	864	(99)	914.119
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(100.714)	(26.532)	-	-	(127.246)
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	(2.331)	(429)	-	-	(2.760)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(571)	(403)	-	-	(974)
Total amortização		(103.616)	(27.364)	-	-	(130.980)
Total intangível		809.705	(27.331)	864	(99)	783.139
Infraestrutura em construção		6.187	4.874	(877)	(1.489)	8.695

		2019	2020				
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		906.707	-	-	1.537	-	908.244
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.969	-	-	(1.032)	-	2.937
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		307	44	(1)	(224)	-	126
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	-	2.014
Total custo		912.997	44	(1)	281	-	913.321
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(74.636)	(26.077)	-	(1)	-	(100.714)
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	(2.793)	(484)	-	946	-	(2.331)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(168)	(403)	-	-	-	(571)
Total amortização		(77.597)	(26.964)	-	945	-	(103.616)
Total intangível		835.400	(26.920)	(1)	1.226	-	809.705
Infraestrutura em construção		3.548	4.573	-	(965)	(969)	6.187

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e (b) Amortização pela curva de benefício econômico; (c) Em 2021 o valor de R$ 99 relativo ao intangível refere-se: (i) R$ 65 a recebimento de sinistros; e (ii) R$ 34 a caução. Do do valor de R$ 1.489 relativo a infraestrutura em construção refere-se: (i) R$ 3 a cauções; e (ii) R$ 1.486 a sinistros. Em 2020, refere-se a baixa do intangível relacionado ao sinistro de queda parcial de talude. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 650 em 2021 (R$ 313 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 7,26% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,82% a.a. em 2020. **12. Debêntures:**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento final	2021	2020
1. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	7.668	Fevereiro de 2028	574.102	597.173 (b)
				7.668		574.102	597.173
Circulante							
Debêntures						74.900	44.403
Custos de transação						(2.093)	(2.212)
						72.807	42.191
Não Circulante							
Debêntures						506.870	562.649
Custos de transação						(5.574)	(7.667)
						501.296	554.982

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da sua Controladora em conjunto CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado. **Cronograma de desembolsos (não circulante):**

	2021
2023	72.213
2024	88.373
2025	108.514
2026 em diante	237.770
(-) Custos de transação	(5.574)
Total	501.296

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas. A 7ª emissão tem valor de R$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão. As Debêntures desta Emissão farão jus aos Juros Remuneratórios durante o período de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, sendo que em 5 de fevereiro de 2023 ("Data da Repactuação") os juros remuneratórios e os prêmios que deverão ser pagos sobre os valores objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa originalmente previstos no contrato de debêntures deverão ser repactuados pela Emissora. As novas condições de remuneração das Debêntures, que vigorarão no período que se iniciará na Data da Repactuação e se encerrará na Data do Vencimento, na data do resgate da totalidade das Debêntures ou na data de eventual vencimento antecipado das Debêntures, se for o caso, serão deliberadas e aprovadas em RCA da Emissora. Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação. Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contratar dívidas adicionais acima de R$ 10.000 e não poderá reduzir capital. Após a verificação do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida, todos os recursos excedentes na Conta Reserva Dívida serão transferidos para a Conta Operação até o limite anual de R$ 20.000 ("Valor Livre Anual"), observado que após as transferências para a Conta Operação do Valor Livre Anual, os recursos depositados na Conta Reserva Dívida serão utilizados conforme a seguinte ordem de prioridade: (i) realização anual, de Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Escritura de Emissão

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

e (ii) composição do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida do mês subsequente. A debênture contará com as seguintes garantias: **(i) Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas; **(ii) Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados; **(iii) Garantia Fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da emissora; **(iv) Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Dívida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Dívida seja preenchida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R$ 35.308 e pagamento de juros no valor de R$ 31.484 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de debêntures. Conforme cláusula 4.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais em conta reserva, os quais permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo aplicado totaliza R$ 37.385 (R$ 862 em 31 de dezembro de 2020). **13. Provisão de manutenção**

	2020	2021			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Transferências	Saldo final
Circulante	-	179	29	5.042	5.250
Não circulante	9.265	2.770	659	(5.042)	7.652
	9.265	2.949	688	-	12.902

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49% a.a., respectivamente. **14. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 283.191, composto por 361.637.226 ações ordinárias, assim distribuídas:

		2021		2020	
Acionistas	Participação acionária	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Total		361.637.226	283.191	361.637.226	283.191

15. Receitas operacionais	2021	2020
Receitas de pedágio	155.637	128.603
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	4.390	4.273
Receitas acessórias	727	827
Receita bruta	160.754	133.703
Impostos sobre receitas	(13.566)	(11.256)
Abatimentos	(4)	(294)
Deduções das receitas brutas	(13.570)	(11.550)
Receita líquida	147.184	122.153

16. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(43.722)	(36.492)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(19.936)	(17.480)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(689)	(483)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.177	531
Outras despesas financeiras	(489)	(444)
	(63.659)	(54.368)
Receitas Financeiras		
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	-	1
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.050	1.709
Juros e outras receitas financeiras	19	21
	2.069	1.731
Resultado financeiro líquido	(61.590)	(52.637)

17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.514	-	-	926	-	-
Aplicações financeiras	32.914	-	-	44.120	-	-
Aplicações financeiras - conta reserva	37.385	-	-			
Contas a receber	-	7.844	-	-	5.420	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	84	-	-	2	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(574.103)	-	-	(597.173)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.039)	-	-	(4.269)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(251.389)	-	-	(234.258)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(533)	-	-	(445)
Total	71.813	7.928	(829.064)	45.046	5.422	(836.145)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva -** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas e mútuos – partes relacionadas** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto mútuos – partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas. • **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	581.770	626.170	607.052	670.041

a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação. b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	70.299	44.120

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre os instrumentos financeiros com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (3) (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Debêntures - 7ª Emissão	CDI (2)	Fevereiro de 2028	581.770	(71.346)	(84.979)	(98.610)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (5)	CDI (2)		32.914	2.981	3.726	4.471
Aplicação financeira (Santander Soberano) (5)	CDI (2)		37.385	3.341	4.175	5.009
Mútuo ViaRio x CCR	CDI (2)	Janeiro de 2034	177.782	(13.162)	(15.920)	(18.683)
Mútuo ViaRio x Invepar	CDI (2)	Janeiro de 2034	88.922	(6.589)	(7.970)	(9.354)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(84.775)	(100.968)	(117.167)
Efeito sobre as debêntures				(71.346)	(84.979)	(98.610)
Efeito sobre as aplicações financeiras				6.322	7.901	9.480
Efeito sobre os mútuos				(19.751)	(23.890)	(28.037)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(84.775)	(100.968)	(117.167)
As taxas de juros consideradas foram(1):						
	CDI (2)			9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada. **18. Demonstração do fluxo de caixa:** a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2021	2020
Impostos e contribuições a recolher	1.882	(1.391)
Fornecedores	37	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	1.919	(1.391)
Adições do ativo intangível	(37)	-
Mútuos - partes relacionadas	(1.882)	1.391
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(1.919)	1.391

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. **c. Reconciliação das atividades de financiamento:**

	Debêntures	Total
Saldo Inicial	(597.173)	(597.173)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	66.792	66.792
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	66.792	66.792
Outras variações		
Despesas com juros e variação monetária	(43.722)	(43.722)
Total das outras variações	(43.722)	(43.722)
Saldo Final	(574.103)	(574.103)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Conselheiro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

João Daniel Marques da Silva	Diretor-Presidente
Flávio da Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0 S/RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras"), bem como revisaram a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à revisão do orçamento de capital e à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 2022.

Wilson Omuro - Marcelo Vieira dos Santos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária **ViaRio S.A. -** Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Veja as notas explicativas 2(h) e 11 das demonstrações financeiras: Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras ativos não financeiros relacionados à contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos não financeiros, a Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, da sua unidade geradora de caixa (UGC) a qual esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas, tais como: (i) volume de tráfego do projeto de infraestrutura detido, (ii) índices que reajustam as tarifas; (iii) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio; (iv) custos operacionais; (v) inflação; (vi) investimento de capital; (vii) taxas de descontos e (viii) reequilíbrios contratuais. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.**Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não e limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor recuperável da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor recuperável estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Veja as notas explicativas 2(m) e 8 das demonstrações financeiras: Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente de cada atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios e orçamentos disponibilizados pela Companhia. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela Companhia são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela Companhia estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos: (i) se as adições e exclusões estão de acordo com a legislação tributária; (ii) recalculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

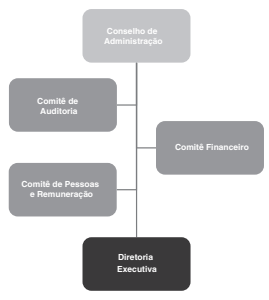
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: 2021 foi um ano extremamente desafiador no mercado de capitais, apresentando forte volatilidade causada por incertezas relacionadas às variantes de Covid-19 e distorções em indicadores macroeconômicos como inflação, atividade econômica e taxas de juros em escala global. Ainda assim, o ano foi marcado pelo progressivo retorno das atividades econômicas e industriais de forma global, que culminou na sustentação do preço de referência do barril de óleo em níveis não observados desde 2014. A combinação entre preços atrativos do óleo tipo *brent* acima de US$ 80 por barril no 4T21 e a evolução operacional da Companhia impulsionou os resultados financeiros da Companhia para outro patamar, quando comparado com o ano de 2020. Neste contexto, a 3R foi bem-sucedida em provar sua forte capacidade de execução e confirmar a resiliência e atratividade do seu modelo de negócio ao se consolidar como uma das empresas de destaque do setor de óleo e gás no país. A Companhia encerrou 2021 com resultados expressivos em todos os aspectos do negócio, atingindo metas estratégicas, operacionais e financeiras, que suportarão o crescimento projetado para os próximos anos. Além disso, em 2021, a 3R concluiu a estruturação de todas as áreas administrativas e de suporte às operações, incluindo a de Relações Institucionais, responsável por liderar as interações com órgãos regulatórios, governamentais, ambientais e com os principais *peers* da indústria. A Companhia também validou a força de sua tese de investimento ao acessar o mercado de capitais através de duas ofertas subsequentes de ações (*follow ons*). Ambas as ofertas apresentaram excesso de demanda na formação do livro de alocação, refletindo a confiança do mercado na capacidade de entrega da Companhia, aliada a um crescimento do interesse no modelo de negócio proposto. A 3R segue direcionando esforços para alinhar seus resultados e decisões estratégicas aos interesses de todos os acionistas e se orgulha de ter atraído investidores de qualidade, que se juntaram à acionistas de referência que acompanham a Companhia desde sua capitalização inicial. Acompanhando o aumento da liquidez das ações e o maior interesse de investidores pela companhia, o valor de mercado da 3R alcançou aproximadamente R$ 7 bilhões no final de 2021, mais de 3 vezes o valor do IPO. Essa combinação de fatores culminou na entrada das ações de emissão da 3R na carteira de 2022 dos índices Ibovespa e Brasil 100 (IBrX 100) da B3 S.A., principais indicadores de desempenho das ações negociadas na B3, que reúne as empresas com maior negociabilidade e representatividade do mercado de capitais brasileiro. A entrada nos índices é um marco para a história da 3R no mercado de capitais e reflete um intenso trabalho da Companhia em ampliar sua participação, relevância e exposição no mercado. No âmbito operacional, a 3R apresentou evolução expressiva em 2021, com destaque para a **operação do Polo Macau, que apresentou no 4T21 o quarto trimestre seguido de aumento na produção de óleo, registrando alta de 23,9% e 3,1% quando comparado com 4T20 e 3T21, respectivamente. Em Rio Ventura, a 3R fechou o 4T21 com aumento de cerca de 17,9% na produção de óleo, quando comparado com 3T21, trimestre em que assumiu a operação do ativo.** Ainda no 4T21, a 3R iniciou a operação do Polo Areia Branca. O ativo apresentou produção estável nos 2 primeiros meses de operação e já impactou positivamente o resultado da Companhia no 4T21. O forte resultado da Companhia no ano é reflexo da constante busca por eficiência operacional nos ativos que compõe o portfólio já operado pela 3R, aliada à escalada dos preços de *Brent*. **A receita líquida somou R$ 727,8 milhões em 2021, 3,6 vezes maior que em 2020, enquanto o EBITDA Ajustado somou R$ 356,1 milhões no período, um resultado 6,7 vezes maior que o valor registrado em 2020.** Em 2021, a 3R concluiu uma série de movimentos estratégicos, dentre os quais se destacam: (i) aquisição dos Polos Peroá, Papa Terra e Areia Branca e do Campo de Sanhaçu; (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia com o pré-pagamento de sua principal dívida e com a realização de 2 *follow ons*; (iii) a renegociação dos contratos de gás nos ativos do Rio Grande do Norte; e (iv) o início da jornada ESG da Companhia. Já como evento subsequente, a Companhia assinou a aquisição do Polo Potiguar, um marco para história e construção do portfólio da 3R. Dentro do desinvestimento promovido pela Petrobras, o Polo Potiguar era o mais desejado pelo *management* da 3R, pois reúne características estratégicas únicas para o portfólio da Companhia. O ativo ampliará substancialmente a escala de produção e a capacidade de reposição e incremento de reservas nos próximos anos, posicionando a Companhia como o principal e maior player independente da indústria de óleo e gás no Brasil nos próximos anos. Com o Polo Potiguar integrado ao seu portfólio, a 3R terá aproximadamente 78% de sua produção ancorada em ativos *onshore/near shore* (ativos em águas rasas e conectados por dutos que escoam a produção às instalações em terra), garantindo custos de extração competitivos e maior flexibilidade para implementação dos projetos de investimento do que comparado a um portfólio majoritariamente offshore. Além disso, o ativo garante acesso a mercados internacionais e em conjunto com o portfólio offshore permitirá que a 3R tenha flexibilidade para exportar mais de 90% da produção de óleo do seu portfólio, além da produção de outros players na bacia Potiguar. Todas as conquistas desse ano não seriam possíveis sem a dedicação de um time engajado em todas as áreas da Companhia, desde a operação até as áreas que suportam o negócio. No encerramento do Ano, a companhia apresentava um quadro de colaboradores 4 vezes maior que no encerramento de 2020, refletindo uma estrutura que se prepara diariamente para operar um portfólio de 9 ativos, com projeção de crescimento robusta e que manterá a 3R como uma das maiores empresas independente do setor nos próximos anos. Por fim, com a assinatura do Polo Potiguar, a 3R passa a concentrar seus esforços em duas frentes: (i) o atingimento de metas definidas para os próximos trimestres com a implementação e execução do plano de desenvolvimento dos ativos em seu portfólio operado; e (ii) a conclusão dos processos de transição de ativos já assinados. 2022 reúne todas as características necessárias para se tornar um ano transformacional para Companhia, que reafirma seu compromisso com a melhoria contínua dos seus resultados operacionais e financeiros, suportada por uma robusta estrutura de governança corporativa. **Saúde e Segurança:** Ao longo de 2021, a 3R manteve um grupo de trabalho multidisciplinar responsável pela implementação, monitoramento e reavaliação periódica de rigorosas medidas de prevenção e combate à Covid-19, tanto na gestão de suas áreas operacionais, como corporativas. Dentre as medidas adotadas, destaque para: (i) a criação de um mapeamento epidemiológico para detalhamento e compreensão do impacto da pandemia dentro da Companhia, (ii) intensificação de campanhas de testagem, (iii) manutenção do sistema híbrido de trabalho, (iv) distribuição de equipamentos de proteção individual, (v) estabelecimento de protocolos sanitários, (vi) promoção de campanhas de conscientização sobre segurança e saúde ocupacional, e (vii) oferecimento de acompanhamento médico. Em mais um ano especialmente desafiador, pressionado por variantes da pandemia e pelo início de novas operações (Rio Ventura e Areia Branca), a 3R foi bem sucedida em conduzir suas operações com foco em resultado e eficiência, suportados por rígidos protocolos de segurança e valorização do capital humano. A Companhia conseguiu mitigar os possíveis impactos da pandemia em suas operações e gerenciou de forma eficaz os potenciais riscos para sua força de trabalho: operacionais, ocupacionais e psicossociais. O processo de gestão de riscos é adotado como premissa integrada ao planejamento estratégico da Companhia, considerando os aspectos econômico, social, ambiental, segurança e integridade. Todas as operações possuem sistemas e processos formais de identificação e avaliação permanente dos riscos associados, sendo esses planejados e monitorados por profissionais especializados, com permanente revisão de eficácia e suficiência para natureza e extensão. Como parte do processo de gestão de riscos, a Companhia implementa uma abordagem sistêmica, ancorada no princípio da precaução, de forma a definir controles e práticas seguras na execução de suas atividades, visando garantir o controle dos riscos em nível tolerável, conforme especificado em padrão interno. Dentre as medidas adotadas, destaque para: (i) sistema de gestão de segurança operacional e saúde ocupacional, (ii) campanhas de SMS[1], (iii) treinamentos e inspeções de segurança, (iv) monitoramento ambiental das condições de trabalho contínuo, (v) capacitação da força de trabalho, e (vi) auditoria. Como resultado de todos os investimentos, treinamentos e gestão de saúde e segurança, a 3R não apresentou nenhuma ocorrência de doenças ocupacionais, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho em todo o ano de 2021, uma demonstração de que os processos estabelecidos produziram resultados positivos na condução dos negócios. A Companhia revisa de forma recorrente os protocolos e práticas de saúde e segurança no trabalho, em estrito alinhamento com as autoridades competentes e melhores práticas de mercado. A 3R aplica a dimensão de saúde e segurança no trabalho como um pilar central e essencial no desenvolvimento da tese de investimentos, sempre como foco em medidas preventivas e rigidez inegociável. [1]Segurança, Meio Ambiente e Saúde. **ESG – *Environmental*, Social e Governança Corporativa:** A Companhia entende que a geração de valor no longo prazo exige um alinhamento do seu plano de negócios às diretrizes ESG – *Environmental*, Social e Governança Corporativa. Nesse sentido, em 2021 a 3R avançou nessa agenda e estruturou iniciativas ESG através da implementação de um grupo de trabalho multidisciplinar. No 4T21, a Companhia iniciou o projeto de Jornada de Sustentabilidade, suportado por uma empresa especializada, com foco em todas as dimensões ESG. O escopo principal do projeto passa: (i) pela definição do perfil ESG, suportado por *benchmark* e análise de materialidade setorial, (ii) definição de objetivos, metas e indicadores vinculados a matriz de materialidade ESG da Companhia, e (iii) desenvolvimento de *roadmap* de governança em sustentabilidade. O desenvolvimento do projeto encontra-se em curso e está guiado pelos principais padrões e princípios internacionais, como GRI – Global Reporting Initiative, SASB – Sustainability Accounting Standards Board, e IPIECA – International Petroleum Industry Environmental Conservation Association, além de comparativos com empresas do setor e organizações de referência em gestão ESG. Na esfera Social, a Companhia através do modelo de negócios ancorado na revitalização e redesenvolvimento de campos maduros e um prolongamento da vida útil destes ativos, colabora com a geração de benefícios econômicos e sociais de longo prazo para as comunidades localizadas no entorno das operações. O fomento da economia nacional e regional é uma grande contribuição da tese da 3R, através da geração de emprego, renda e impostos em regiões que dependem das atividades atreladas à cadeia de óleo e gás.

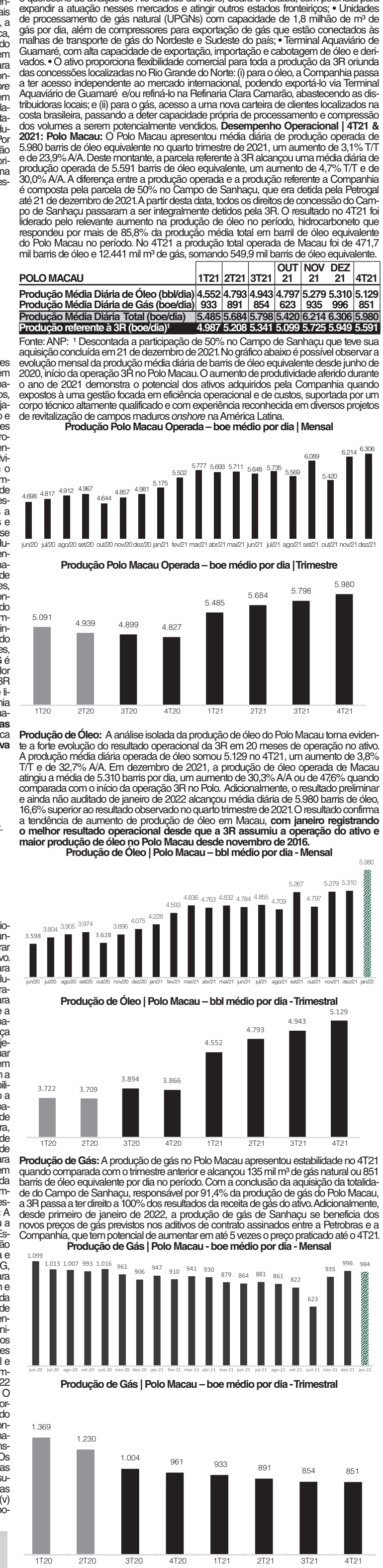
A 3R busca fortalecer o diálogo com as comunidades adjacentes às suas zonas de operação e entender potenciais áreas de atuação e desenvolvimento social. Nesse sentido, no segundo semestre de 2021, a Companhia iniciou a implementação do Plano de Comunicação Social e Relacionamento Comunitário, com o objetivo de informar as principais características das atividades operacionais ao público de interesse, bem como divulgar canais diretos de comunicação, estabelecendo um processo claro e objetivo entre a Companhia e as comunidades, mitigando a geração de conflitos e expectativas, bem como contribuindo para a segurança das comunidades e operações. Adicionalmente, a 3R implementou o "Fale com a 3R", canal amplamente divulgado nas ações do Plano de Comunicação Social e Relacionamento Comunitário, mantido de forma permanente ao longo de toda a atividade da Companhia. O canal fica disponível em tempo integral e é voltado para o atendimento de demandas de emergências (incidentes e acidentes), reclamações, dúvidas ou sugestões sobre a atuação da Companhia na localidade. As demandas recebidas são registradas e tratadas conforme previsto em padrão interno. Ao longo de 2021, a Companhia também implementou iniciativas de combate à fome, campanhas de incentivo à educação e ao esporte, ações pontuais de ajuda humanitária, além de atividades com foco em prevenção de doenças e conscientização sobre segurança no trabalho.

Na dimensão Ambiental, a Companhia continua a desenvolver sua estrutura, com destaque para o início do inventário de emissões de gases de efeito estufa e da contínua coleta de dados relacionados ao consumo de energia, água e recursos. A criação e processamento de um banco de dados permitirá à Companhia mapear, monitorar e gerir de forma direcionada os esforços alocados no seu programa de gestão ambiental. Adicionalmente, vale destacar que, apesar de a 3R estar em processo de construção do seu programa de gestão ambiental, as iniciativas implementadas já demonstram resultados positivos, como o pleno atendimento das condicionantes ambientais previstas nas licenças de suas operações e pela ausência de infrações relacionadas a práticas ambientais desde o início de suas operações, em junho de 2020. Ainda na dimensão ambiental, a Companhia está em fase de instalação do projeto de autogeração de energia elétrica, através de centrais termoelétricas modulares, que serão abastecidas pelo gás captado de poços e sistemas produtivos do Polo Macau (*gas-to-wire*). O projeto supracitado tem previsão de início de operação no primeiro semestre de 2022 e apresenta potencial para geração de até 100% da energia consumida nas operações do ativo. A Companhia conduz estudos para analisar a viabilidade do projeto *gas-to-wire* nos demais ativos *onshore* do seu portfólio, que apresentem disponibilidade de gás em sua operação. O projeto tem potencial para produzir efeitos positivos que vão desde a redução significativa da ventilação direta de gases para a atmosfera e/ou queima no sistema de segurança das estações coletoras, *flare,* até o impacto positivo no *lifting cost* da operação por meio da redução no custo com energia elétrica, sendo esse um dos mais relevantes na operação. Por fim, a 3R destaca o andamento das obras de construção das plantas de separação óleo-água no Polo Macau, com expectativa de início de comissionamento ainda no primeiro semestre de 2022. Com este projeto, a Companhia passará a especificar, de forma independente, sua produção dentro dos padrões regulatórios e poderá otimizar o processo de reinjeção de fluídos nos reservatórios de origem, além de minimizar o descarte de fluídos em emissários submarinos. No âmbito de Governança, a estrutura da Companhia foi fortalecida em 2021 com a instalação de dois novos comitês, Financeiro e de Pessoas e Remuneração, que juntamente ao Comitê de Auditoria, existente desde de agosto de 2020, são órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, com escopos definidos e compostos por membros com complementariedade de experiências. Adicionalmente, a Companhia dispõe de grupos de trabalho técnicos, direcionados às agendas ESG, SMS e de *Compliance*, com reporte transversal à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, esse último no caso do grupo de trabalho de *Compliance*.

Estrutura de Governança



Ainda na dimensão de governança, a 3R estimula o engajamento de seus colaboradores aos mais altos padrões e melhores práticas de governança corporativa, buscando ir além das exigências do segmento de listagem do Novo Mercado. Vale destacar que a Companhia possui um quadro multicultural de colaboradores, dos quais 9% são estrangeiros, capaz de agregar experiências e intercambiar culturas em benefício do êxito do planejamento corporativo. Nesse contexto, a 3R implementou procedimentos de ambientação e treinamento para todos os seus colaboradores, com o objetivo de uniformizar as diretrizes de conduta e práticas de governança a serem seguidos, suportadas por políticas e procedimentos em constante reavaliação e aprovação nas alçadas corporativas competentes. O fortalecimento da estrutura de governança passa não somente pelo desenvolvimento interno, bem como exige rigor, por parte de fornecedores e parceiros, com o cumprimento das melhores práticas e alinhamento às diretrizes estabelecidas pela Companhia. Nesse sentido, a 3R adota rígido processo de avaliação e credenciamento de fornecedores, assim como dispõe de políticas e procedimentos direcionados aos mesmos. Adicionalmente, a Companhia realiza apresentações e treinamentos voltadas a disseminação de suas políticas e melhores práticas de governança a fornecedores e parceiros. A gestão do capital humano é um dos pilares para o desenvolvimento da tese de investimentos da Companhia, sendo a implementação de políticas de Recursos Humanos uma ferramenta importante não só na montagem, manutenção e desenvolvimento do quadro colaborativo, mas também na avaliação do clima organizacional e alinhamento dos interesses de longo prazo Companhia-Colaborador. No encerramento de 2021, a Companhia possuía 287 colaboradores diretos ativos, 29% sendo mulheres, alocados em 5 Estados, crescimento de 310,0% A/A ou seja +217 funcionários. Na montagem do seu quadro corporativo, a Companhia vai além da habilidade técnica, avaliando de forma abrangente o perfil dos candidatos, prezando pela complementaridade de competências e diversidade – multiculturalismo. Ainda que o desenvolvimento da tese de investimentos da 3R esteja em seu início, as diretrizes ESG fazem parte da definição do plano de negócios, permeando todas as áreas da Companhia, nos diferentes horizontes, no curto, médio e longo prazo. A 3R entende que o desenvolvimento da agenda ESG é essencial para a sustentabilidade de sua tese, com destaque para a geração de valor para os acionistas e a sociedade em geral. **Gestão de Portfólio e Estratégia 3R:** A 3R encerra 2021 como o relevante *player* independente do setor e cumprindo a meta de liderar o processo de consolidação do mercado de óleo e gás no Brasil. A Companhia apresenta um histórico vitorioso em identificar, negociar e adquirir ativos que se enquadrem nas seguintes condições: (i) tenham **campos em produção**; (ii) com **reservas certificadas**; (iii) que apresentem ***payback* acelerado**; (iv) com **infraestrutura** logística de escoamento e comercialização **facilitada**; e (v) com **múltiplo de entrada por reserva competitivo**. O portfólio da Companhia é composto por clusters de ativos, localizados em quatro bacias sedimentares ao longo da costa brasileira: (i) Bacia Potiguar, onde estão localizados os Polos Macau (1), Pescada Arabaiana (2), Fazenda Belém (3), Areia Branca (4), e Potiguar (9); (ii) Bacia do Recôncavo, que engloba os Polos Rio Ventura (5) e Recôncavo (6); (iii) Bacia do Espírito Santo, onde se localiza o Polo Peroá (7); e (iv) a Bacia de Campos, onde está localizado em águas profundas o Campo de Papa-Terra (8). Em 2021, a 3R concluiu movimentos estratégicos relacionados a aquisição de ativos e montagem de seu portfólio, e agora passa a direcionar seu foco para execução dos planos de revitalização e desenvolvimento dos ativos que já opera, bem como na finalização dos processos de transição operacional ainda em andamento. No âmbito operacional, a Companhia assumiu as operações dos Polos Rio Ventura e Areia Branca, se juntando ao Polo Macau operado desde junho de 2020. Com isso, a 3R passou a operar campos de óleo e gás em duas bacias sedimentares diferentes, Potiguar e Recôncavo. Adicionalmente, a 3R encontra-se em estágio avançado de mobilização operacional para assumir mais quatro ativos em transição até julho de 2022, estimativa balizada na evolução dos processos de transição em andamento. Como evento subsequente ao encerramento do 4T21, a Companhia confirmou a aquisição do Polo Potiguar, um marco para história da 3R. Esse é um ativo que amplia substancialmente a escala de produção e a capacidade de reposição e incremento de reservas nos próximos anos, dando à Companhia uma posição de destaque na indústria de óleo e gás da América Latina e a liderança entre as empresas independentes de óleo e gás no Brasil, quando considerada a projeção de crescimento da produção de todos os ativos adquiridos. Com o Polo Potiguar integrado ao portfólio, a 3R terá aproximadamente 78% de sua produção ancorada em ativos *onshore/near shore* (ativos em águas rasas e conectados por dutos que escoam a produção às instalações em terra), com custos de extração competitivos e maior flexibilidade para implementação dos projetos de investimento (CAPEX) do que comparado a um portfólio majoritariamente offshore. Adicionalmente, com o Polo Potiguar, a Companhia terá total independência para exportação de aproximadamente 90% da produção de óleo do seu portfólio, oriunda dos Polos Macau, Pescada, Areia Branca e Papa-Terra, além da produção de óleo de outros players localizados na Bacia Potiguar. A capacidade e independência para exportar a produção é uma importante alternativa estratégica de monetização e mitigação de risco, ao quebrar a dependência de um único cliente para comercialização do óleo produzido. Quando se considera a produção total do portfólio em barris de óleo equivalente, produção de óleo mais gás natural, aproximadamente 74% da produção estará disponível para exportação de forma independente por parte da Companhia, utilizando apenas a infraestrutura já existente nos ativos adquiridos e sem necessidade de investimentos e/ou parcerias com outros players. **Sobre o Polo Potiguar:** A Companhia, em janeiro de 2022, através da subsidiária integral 3R Potiguar, adquiriu a participação integral da Petrobras no Polo Potiguar, localizado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A transação prevê a cessão dos contratos de concessão de um conjunto de 22 campos em produção e a transferência de toda a infraestrutura e sistemas de dutos que suportam a operação, além do Ativo Industrial de Guamaré – AIG, que engloba unidades de processamento de gás natural (UPGNs), a refinaria de Clara Camarão e o Terminal Aquaviário de Guamaré, com ampla capacidade de estocagem e sistemas que permitem a exportação e importação de óleo e derivados. O valor total da transação é de US$ 1,38 bilhão, sendo que (i) US$ 110 milhões foram pagos no ato de assinatura do contrato de aquisição; (ii) US$ 1,04 bilhão a ser pago na data do fechamento da transação; e (iii) US$ 235 milhões em 4 parcelas anuais de US$ 58,75 milhões, iniciando em março de 2024, com fim em março de 2027. Os valores não consideram os ajustes devidos e o fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Adicionalmente, a transação contempla a transferência à Companhia da geração de caixa referente à produção e comercialização de óleo e gás dos 22 campos em produção (*upstream*), a partir da *Effective Date* (i.e., 01 de julho de 2022). O Polo Potiguar compreende três subpolos de concessões: (i) Canto do Amaro, que é formado por doze concessões de produção *onshore*; (ii) Alto do Rodrigues, que é formado por sete concessões de produção *onshore*; e (iii) Ubarana, que é formado por três concessões localizadas em águas rasas, entre 10 e 22 km da costa do município de Guamaré. A logística do Polo é otimizada, uma vez que toda a produção de óleo e gás é transportada por meio de dutos até as instalações de processamento localizadas no AIG. Os três subpolos contam com infraestrutura completa de suporte as operações, dentre as quais se destacam: (i) estações coletoras, de compressão e de injeção de água; (ii) subestações de energia; (iii) sistema de geração de vapor com dutos e estações geradoras e de injeção; (iv) plataformas offshore conectadas às instalações do AIG por dutos; (v) sistema de escoamento da produção *onshore* e *offshore*; e (vi) bases operacionais, laboratórios para análises, galpões de manutenção e estoque de materiais.



As concessões do Polo Potiguar registraram, em 2021, uma produção média de 20,6 mil barris de óleo/dia e 58,1 mil m³/dia de gás. Segundo dados da ANP, o volume original de óleo e gás *in place* estimado é de aproximadamente 3,92 bilhões de barris de óleo equivalente, com densidade entre 16 e 39° API e baixo nível de contaminantes. Adicionalmente, o AIG reúne toda a infraestrutura necessária para processamento, tratamento, refino, logística e armazenamento de óleo e gás oriunda de todos os campos *onshore* e *offshore* do Estado do Rio Grande do Norte, incluindo os já adquiridos pela 3R na região (Polos Macau, Areia Branca e Pescada) e os campos operados por outras empresas do setor. Dentre as estruturas que formam o AIG, destacam-se: • Estações de tratamento de óleo e água com capacidade total superior a 750.000 barris de fluidos por dia; • Tancagem com capacidade de armazenamento superior a 1,8 milhão de barris de óleo e derivados, podendo estocar a produção de óleo dos campos do Rio Grande do Norte por mais de 20 dias; • Refinaria de Clara Camarão, com capacidade instalada para refino de 39,6 mil barris de óleo por dia, que atende os mercados de gasolina, diesel, bunker e querosene de aviação do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, com potencial para expandir a atuação nesses mercados e atingir outros estados fronteiriços; • Unidades de processamento de gás natural (UPGNs) com capacidade de 1,8 milhão de m³ de gás por dia, além de compressores para exportação de gás que estão conectados às malhas de transporte de gás do Nordeste e Sudeste do país; • Terminal Aquaviário de Guamaré, com alta capacidade de exportação, importação e cabotagem de óleo e derivados. • O ativo proporciona flexibilidade comercial para toda a produção da 3R oriunda das concessões localizadas no Rio Grande do Norte: (i) para o óleo, a Companhia passa a ter acesso independente ao mercado internacional, podendo exportá-lo via Terminal Aquaviário de Guamaré e/ou refiná-lo na Refinaria Clara Camarão, abastecendo as distribuidoras locais; e (ii) para o gás, acesso a uma nova carteira de clientes localizados na costa brasileira, passando a deter capacidade própria de processamento e compressão dos volumes a serem potencialmente vendidos. **Desempenho Operacional | 4T21 & 2021: Polo Macau:** O Polo Macau apresentou média diária de produção operada de 5.980 barris de óleo equivalente no quarto trimestre de 2021, um aumento de 3,1% T/T e de 23,9% A/A. Deste montante, a parcela referente à 3R alcançou uma média diária de produção operada de 5.591 barris de óleo equivalente, um aumento de 4,7% T/T e de 30,0% A/A. A diferença entre a produção operada e a produção referente a Companhia é composta pela parcela de 50% no Campo de Sanhaçu, que era detida pela Petrogal até 21 de dezembro de 2021. A partir desta data, todos os direitos de concessão do Campo de Sanhaçu passaram a ser integralmente detidos pela 3R. O resultado no 4T21 foi liderado pelo relevante aumento na produção de óleo no período, hidrocarboneto que respondeu por mais de 85,8% da produção média total em barril de óleo equivalente do Polo Macau no período. No 4T21 a produção total operada de Macau foi de 471,7 mil barris de óleo e 12.441 mil m³ de gás, somando 549,9 mil barris de óleo equivalente.

POLO MACAU	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	4.552	4.793	4.943	4.797	5.279	5.310	5.129
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	933	891	854	623	935	996	851
Produção Média Diária Total (boe/dia)	5.485	5.684	5.798	5.420	6.214	6.306	5.980
Produção referente à 3R (boe/dia)[1]	4.987	5.208	5.341	5.099	5.725	5.949	5.591

Fonte: ANP: [1] Descontada a participação de 50% no Campo de Sanhaçu que teve sua aquisição concluída em 21 de dezembro de 2021. No gráfico abaixo é possível observar a evolução mensal da produção média diária de barris de óleo equivalente desde junho de 2020, início da operação 3R no Polo Macau. O aumento de produtividade aferido durante o ano de 2021 demonstra o potencial dos ativos adquiridos pela Companhia quando expostos à uma gestão focada em eficiência operacional e de custos, suportada por um corpo técnico altamente qualificado e com experiência reconhecida em diversos projetos de revitalização de campos maduros *onshore* na América Latina.

Produção Polo Macau Operada – boe médio por dia | Mensal

Produção Polo Macau Operada – boe médio por dia | Trimestre

Produção de Óleo: A análise isolada da produção de óleo do Polo Macau torna evidente a forte evolução do resultado operacional da 3R em 20 meses de operação no ativo. A produção média diária operada de óleo somou 5.129 no 4T21, um aumento de 3,8% T/T e de 32,7% A/A. Em dezembro de 2021, a produção de óleo operada de Macau atingiu a média de 5.310 barris por dia, um aumento de 30,3% A/A ou de 47,6% quando comparada com o início da operação 3R no Polo. Adicionalmente, o resultado preliminar e ainda não auditado de janeiro de 2022 alcançou média diária de 5.980 barris de óleo, 16,6% superior ao resultado observado no quarto trimestre de 2021. O resultado confirma a tendência de aumento de produção de óleo em Macau, **com janeiro registrando o melhor resultado operacional desde que a 3R assumiu a operação do ativo e maior produção de óleo no Polo Macau desde novembro de 2016.**

Produção de Óleo | Polo Macau – bbl médio por dia - Mensal

Produção de Óleo | Polo Macau – bbl médio por dia - Trimestral

Produção de Gás: A produção de gás no Polo Macau apresentou estabilidade no 4T21 quando comparada com o trimestre anterior e alcançou 135 mil m³ de gás natural ou 851 barris de óleo equivalente por dia no período. Com a conclusão da aquisição da totalidade do Campo de Sanhaçu, responsável por 91,4% da produção de gás do Polo Macau, a 3R passa a ter direito a 100% dos resultados da receita de gás do ativo. Adicionalmente, desde primeiro de janeiro de 2022, a produção de gás de Sanhaçu se beneficia dos novos preços de gás previstos nos aditivos de contrato assinados entre a Petrobras e a Companhia, que tem potencial de aumentar em até 5 vezes o preço praticado até o 4T21.

Produção de Gás | Polo Macau - boe médio por dia - Mensal

Produção de Gás | Polo Macau – boe médio por dia - Trimestral

Polo Rio Ventura: A Companhia passou a operar o Polo Rio Ventura em julho de 2021, marcando a entrada operacional da 3R na Bacia do Recôncavo, localizada no Estado da Bahia. O Polo apresentou média diária de produção operada de 1.090 barris de óleo equivalente no quarto trimestre de 2021, um aumento de 22,5% quando comparado com o trimestre anterior. A 3R destaca que a produção do Polo Rio Ventura foi revisada retroativamente, de forma a compatibilizar o processo de unitização realizado em jazida compartilhada entre as concessões de Bonsucesso, pertencente ao Polo Rio Ventura, e Gomo, pertencente ao Polo Remanso.

POLO RIO VENTURA	JUL21	AGO21	SET21	3T21	OUT21	NOV21	DEZ21	4T21
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	695	682	767	715	807	859	862	843
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	291	100	136	176	309	281	152	247
Produção Média Diária Total 3R (boe/dia)[3]	986	782	903	890	1.116	1.141	1.013	1.090

Fonte: ANP - Produção de julho refere-se aos 17 dias de operação da 3R no ativo. A produção média diária operada de óleo somou 862 em dezembro de 2021, um aumento de 24,0% quando comparado com julho de 2021, mês em que a Companhia assumiu as operações do Polo. No quarto trimestre a produção média diária de óleo alcançou 843

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

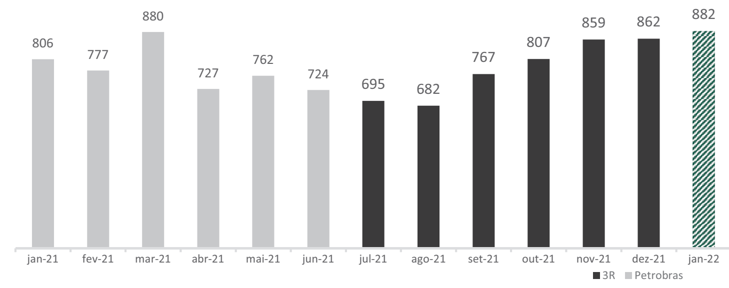
continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

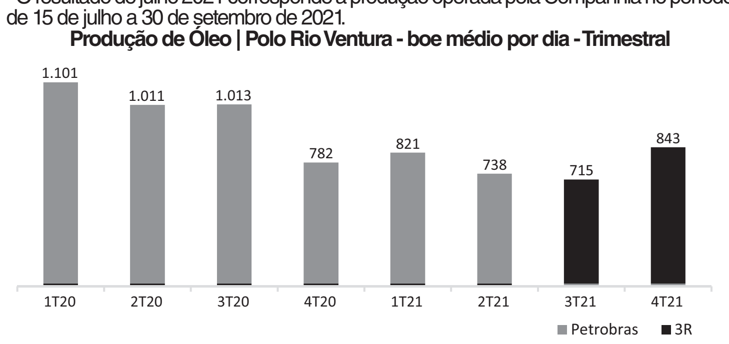
barris, um aumento de 17,9% quando comparado com o trimestre anterior, demostrando a capacidade da Companhia operar com eficiência ativos localizados em bacias sedimentares diferentes. O resultado da produção em Rio Ventura é majoritariamente formado pela produção de óleo que representa mais de 77% da produção. No 4T21 a produção total de Rio Ventura alcançou a marca de 77,7 mil barris de óleo e 3.611 mil m^3 de gás, somando 100,4 mil barris de óleo equivalente. Abaixo, é possível observar a produção média diária por mês e por trimestre em barril de óleo equivalente do Polo Rio Ventura desde o início de 2021. Adicionalmente, o resultado preliminar e ainda não auditado de janeiro de 2022 alcançou média diária de 882 barris de óleo, 4,6% superior ao resultado observado no quarto trimestre de 2021. O resultado confirma o desenvolvimento do ativo, a partir de uma gestão eficiente e dedicada.

Produção de Óleo | Polo Rio Ventura - boe médio por dia – Mensal[2]



[2] O resultado de julho 2021 corresponde à produção operada pela Companhia no período de 15 de julho a 30 de setembro de 2021.

Produção de Óleo | Polo Rio Ventura - boe médio por dia - Trimestral



Polo Areia Branca: A Companhia passou a operar o Polo Areia Branca (nova denominação para o Polo formado pelos campos de Redonda e Ponta do Mel, antiga Duna Energia / Central Resources) em 1º de novembro de 2021. A produção do ativo é composta por óleo na sua totalidade e apresentou média diária de produção de 468 barris de óleo nos dois primeiros meses de operação sob gestão 3R, novembro e dezembro de 2021.

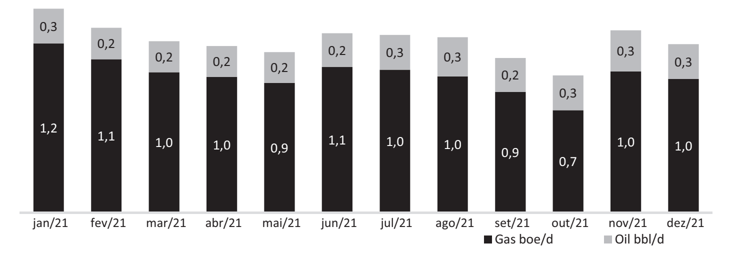
POLO AREIA BRANCA	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de óleo Total 3R (bbl/dia)	-	-	-	-	473	463	468

Polo Pescada & Arabaiana: Atualmente, a 3R detém 35% dos direitos do Polo Pescada e assinou com a Petrobras a aquisição dos 65% restantes em julho de 2020, parcela em processo de transição junto à ANP e IBAMA. A data efetiva da aquisição é janeiro de 2020, quando a partir de então toda a geração de caixa aferida pertence à Companhia e será abatida do valor a ser pago para Petrobras no fechamento da transação. No quarto trimestre de 2021, a produção do Polo Pescada, operado pela Petrobras, apresentou estabilidade quando comparado com o trimestre anterior e somou média diária de produção de 1.174 barris de óleo equivalente por dia. Deste resultado, 411 barris de óleo equivalente se referem à parcela de 35% da 3R no resultado do ativo.

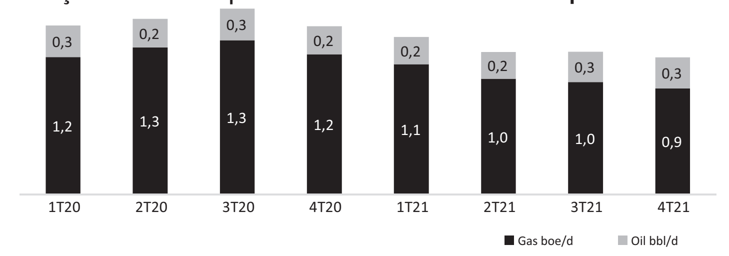
POLO PESCADA E ARABAIANA	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	234	229	260	251	297	252	267
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	1.113	989	961	738	1.019	964	907
Produção Média Diária Total (boe/dia)	1.348	1.218	1.222	990	1.315	1.216	1.174
Produção referente à 3R (boe/dia)[2]	472	426	428	346	460	426	411

Fonte: ANP: [2]Refere-se à participação de 35% pertencente à 3R nas concessões do Polo Pescada. No 4T21 a produção total de Pescada foi de 24,5 mil barris de óleo e 13.248 mil m^3 de gás ou 83,3 mil barris de óleo equivalente. Abaixo, é possível observar a produção média diária por mês e por trimestre em barril de óleo equivalente do Polo Pescada desde o início de 2021.

Produção de Óleo e Gás | Polo Pescada Arabaiana - boe médio por dia - Mensal



Produção de Óleo e Gás | Polo Pescada Arabaiana - boe médio por dia - Trimestral



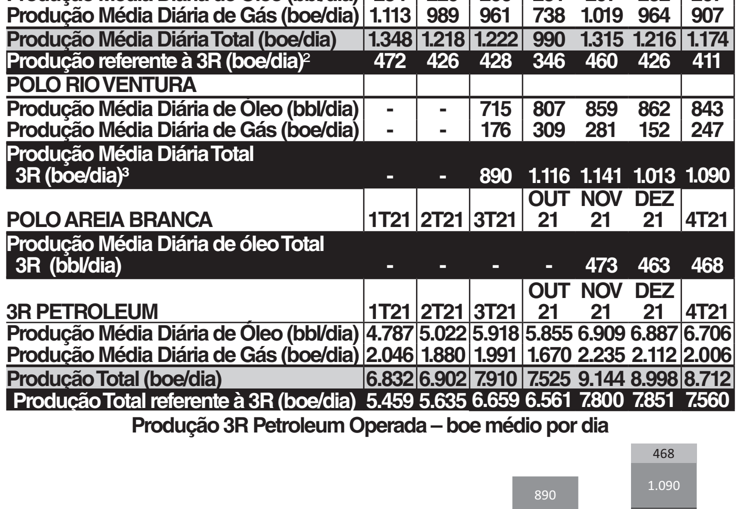
Produção Total 3R Petroleum: A produção total operada pela 3R alcançou média diária de 8.712 boe por dia no 4T21 sendo a 7.560 referente à parcela 3R. A diferença é justificada principalmente pela produção do Polo Pescada, no qual a 3R detém 35% de participação, e Macau onde a 3R possuía 50% do Campo de Sanhaçu até 21 de dezembro de 2021, data na qual a conclusão da aquisição do campo em questão foi concluída. A produção de óleo média alcançou 6.706 barris no 4T21, um aumento de 13,3% e 63,3% quando comparado com o 3T21 e o 4T20, respectivamente. A produção de Macau representou 76,5% do total de óleo produzido pela companhia no 4T21, enquanto Rio Ventura representou 12,6% no mesmo período, primeiro trimestre de operação completa executada pela 3R no ativo. Nos gráficos abaixo é possível observar a evolução da produção operada pela Companhia.

POLO MACAU	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	4.552	4.793	4.943	4.797	5.279	5.310	5.129
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	933	891	854	623	935	996	851
Produção Média Diária Total (boe/dia)	5.485	5.684	5.798	5.420	6.214	6.306	5.980
Produção referente à 3R (boe/dia)[1]	4.987	5.208	5.341	5.099	5.725	5.949	5.591
POLO PESCADA E ARABAIANA							
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	234	229	260	251	297	252	267
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	1.113	989	961	738	1.019	964	907
Produção Média Diária Total (boe/dia)	1.348	1.218	1.222	990	1.315	1.216	1.174
Produção referente à 3R (boe/dia)[2]	472	426	428	346	460	426	411
POLO RIO VENTURA							
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	-	-	715	807	859	862	843
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	-	-	176	309	281	152	247
Produção Média Diária Total 3R (boe/dia)[3]	-	-	890	1.116	1.141	1.013	1.090

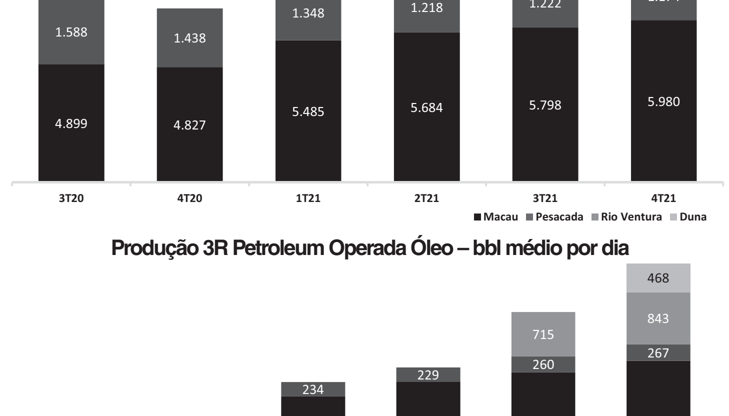
POLO AREIA BRANCA	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de óleo Total 3R (bbl/dia)	-	-	-	-	473	463	468

3R PETROLEUM	1T21	2T21	3T21	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	4T21
Produção Média Diária de Óleo (bbl/dia)	4.787	5.022	5.918	5.855	6.909	6.887	6.706
Produção Média Diária de Gás (boe/dia)	2.046	1.880	1.991	1.670	2.235	2.112	2.006
Produção Total (boe/dia)	6.832	6.902	7.910	7.525	9.144	8.998	8.712
Produção Total referente à 3R (boe/dia)	5.459	5.635	6.659	6.561	7.800	7.851	7.560

Produção 3R Petroleum Operada – boe médio por dia



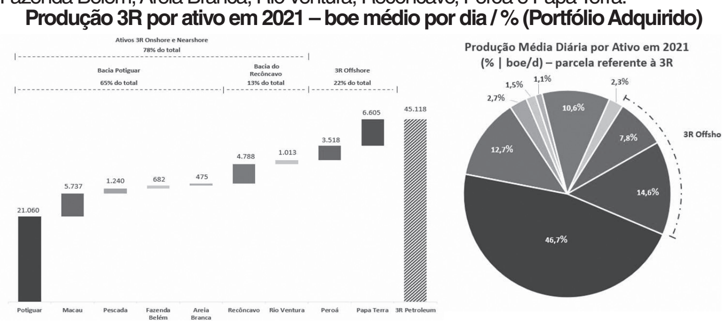
Produção 3R Petroleum Operada Óleo – bbl médio por dia



Produção 3R Petroleum – Portfólio Total Adquirido

Em 2021, os nove ativos produziram juntos uma média diária total de aproximadamente 55,2 mil barris de óleo equivalente, sendo 45,1 mil barris referentes à participação da 3R nos ativos. A diferença entre a produção total operada e a parcela referente à 3R é composta, principalmente, por: (i) 30% de participação da DBO, que é uma acionista minoritária da 3R Offshore, nos Polos Peroá e Papa Terra, e (ii) 50% de participação detida pela Petrogal no Campo de Sanhaçu até 21 de dezembro de 2021. O Polo Macau, primeiro ativo operado pela Companhia, produziu média de 5.737 barris de óleo equivalente por dia em 2021, uma participação de aproximadamente 12,7% da produção total consolidada do portfólio pertencente à 3R. O Polo Rio Ventura, ativo operado desde o dia 15 de julho de 2021, apresentou uma produção média diária de 1.032 boe ou 2,3% da produção total média em 2021. Já o Polo Areia Branca, operado pela 3R desde 01 de novembro de 2021, apresentou produção média diária de 475 boe ou 1,1% da produção consolidada dos ativos já adquiridos pela Companhia em 2021. Juntos, os três ativos operados representaram menos de 20% da produção total média de 2021, quando considerado o portfólio de 9 ativos já adquiridos pela Companhia. Ou seja, a Companhia terá uma evolução muito grande em seus resultados financeiros com a incorporação dos ativos ainda em transição durante 2022 e 2023. No gráfico abaixo é possível observar a produção diária média da parcela pertencente à 3R nos 9 Polos já adquiridos em 2021: Potiguar, Macau, Pescada, Fazenda Belém, Areia Branca, Rio Ventura, Recôncavo, Peroá e Papa Terra.

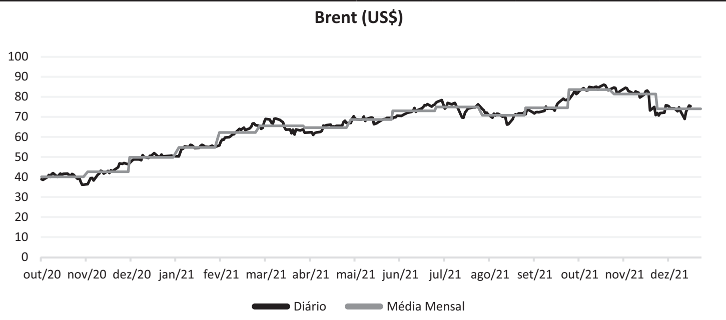
Produção 3R por ativo em 2021 – boe médio por dia / % (Portfólio Adquirido)



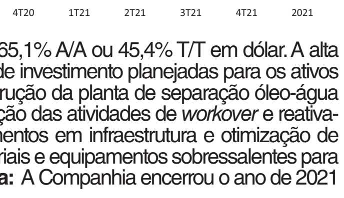
O resultado financeiro apurado pela 3R no quarto trimestre de 2021 é composto pela participação da Companhia nos Polos Macau (descontada a parcela de 50% no Campo de Sanhaçu detida pela Petrogal até 21 de dezembro de 2021), Rio Ventura e Areia Branca (apenas os meses de novembro e dezembro de 2021) e pela participação de 35% no Polo Pescada, esse último ainda operado pela Petrobras. **Desempenho Financeiro:** A Companhia detalha abaixo a demonstração de resultado referente ao quarto trimestre e ano de 2021 correspondente à 100% dos Polos Macau, Rio Ventura e Areia Branca, operados pela 3R, e 35% de Pescada e Arabaiana, operado pela Petrobras. Cumpre destacar que os resultados econômicos dos Polos Rio Ventura e Areia Branca foram incorporados ao resultado da 3R a partir de 15 de julho de 2021 e 01 de novembro de 2021, respectivamente, quando a Companhia assumiu as operações dos ativos.

	4T21						2021
Demonstração de Resultado	**Macau**	**Rio Ventura**	**Pescada (35%)**	**Areia Branca**	**Outros**	**3R**	**3R**
Em milhares de reais							
Receita Líquida	197.060	31.240	10.117	11.598	-	250.016	727.799
Custo do Produto Vendido	(71.297)	(27.541)	(3.012)	(21.752)	-	(123.602)	(319.530)
Royalties	(21.602)	(3.049)	(909)	(1.167)	-	(26.727)	(78.670)
Lucro Bruto	**125.763**	**3.699**	**7.105**	**(10.154)**	**-**	**126.414**	**408.269**
Despesas G&A	(41.322)	(3.801)	(7.937)	(5.183)	(29.436)	(87.680)	(159.582)
Outras receitas e despesas operacionais	72	(18)	52.438	4.102	(3.801)	52.792	166.358
Lucro Operacional	**84.512**	**(120)**	**51.606**	**(11.235)**	**(33.237)**	**91.526**	**415.045**
Resultado Financeiro Líquido	(153.293)	(15.094)	587	(1.484)	63.288	(105.996)	(459.627)
Receita Financeira	102	46	1.791	113	(24.512)	(22.460)	197.072
Despesa Financeira	(153.395)	(15.140)	(1.205)	(1.597)	87.785	(83.536)	(656.699)
Resultado antes de impostos	**(68.780)**	**(15.214)**	**52.193**	**(12.719)**	**30.051**	**(14.470)**	**(44.582)**
Imposto de renda e contribuição social	23.207	5.097	(989)	7.970	(1.036)	34.249	60.573
Lucro Líquido	**(45.573)**	**(10.117)**	**51.204**	**(4.749)**	**29.015**	**19.779**	**15.991**
Imposto de renda e contribuição social	23.207	5.097	(989)	7.970	(1.036)	34.249	60.573
Resultado Financeiro Líquido	(153.293)	(15.094)	587	(1.484)	63.288	(105.996)	(459.627)
Depreciação e Amortização	(19.698)	(10.802)	(993)	(16.299)	(1)	(47.792)	(110.195)
Depreciação e Amortização G&A	(690)	(2.573)	0	(56)	(263)	(3.583)	(7.173)
EBITDA	**104.900**	**13.255**	**52.599**	**5.121**	**(32.975)**	**142.901**	**532.413**
Margem EBITDA	**53,2%**	**42,4%**	**519,9%**	**44,1%**	**-**	**57,2%**	**73,2%**
Ajustes não recorrentes	0	0	(52.422)	0	(7.850)	(60.273)	(176.300)
EBITDA Ajustado	**104.900**	**13.255**	**177**	**5.121**	**(40.825)**	**82.628**	**356.113**
Margem EBITDA Ajustado	**53,2%**	**42,4%**	**1,7%**	**44,1%**	**-**	**33,0%**	**48,9%**

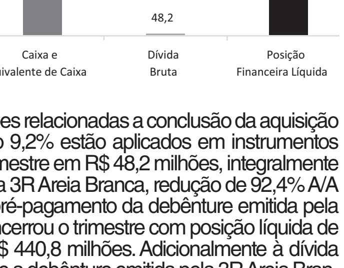
	4T21					2021
Faturamento	**Macau**	**Rio Ventura**	**Pescada (35%)**	**Areia Branca**	**3R**	**3R**
Óleo (mil bbl)	466,6	77,7	8,6	28,6	581,5	1.918,1
Gás (milhões m^3)	6,8	4,4	4,6	-	15,7	54,0
Total (mil boe)	509,1	105,1	37,7	28,6	680,5	2.257,9
Taxa de câmbio média (R$/US$)	5,58	5,58	5,58	5,58	5,58	5,39
Preço médio da venda de óleo (US$/bbl)	73,05	71,26	78,31	72,49	72,86	65,60
Preço médio da venda de gás (US$/MMbtu)	1,51	0,74	6,56	-	2,79	3,09
Lifting Cost | boe (US$)	**7,26**	**20,79**	**3,32**	**21,45**	**9,64**	**8,14**

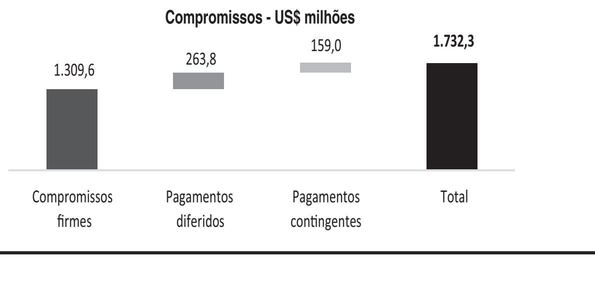


Receita Líquida: A Companhia encerrou 2021 com receita líquida acumulada de R$ 727,8 milhões, +256,3% A/A, resultado das operações dos Polos Macau, Rio Ventura desde 15 de julho de 2021, Areia Branca desde 1º de novembro de 2021 e de 35% do Polo Pescada, esse último operado pela Petrobras. Ao longo do ano, a Companhia realizou a venda de 1.918 mil barris de óleo e 54,0 milhões de m^3 de gás natural. No 4T21 foram registrados R$ 250,0 milhões de receita líquida, +193,3% A/A ou +30,1% T/T. Esse resultado é explicado principalmente: (i) pela evolução da produção nos Polos Macau e Rio Ventura, (ii) pela incorporação do Polo Areia Branca em novembro de 2021 e registro integral do resultado econômico do Polo Rio Ventura no trimestre, (iii) pela curva de petróleo tipo brent (Brent) média mais apreciada, +8,5% T/T, e (iv) pela valorização do dólar americano médio, +6,8% T/T. No trimestre, a Companhia realizou a venda de: (i) 581,5 mil barris de óleo (bbl) a um preço médio de US$ 72,86/bbl, já considerando descontos e demais ajustes previstos nos contratos, e (ii) 557,2 mil milhões de BTU de gás a um preço médio de US$ 2,79/MMbtu. No total, a venda de óleo e gás no trimestre alcançou 680,5 mil boe. Em termos de representatividade, no 4T21 a receita líquida de óleo foi responsável por 96,4% (ou R$ 241,1 milhões) da receita líquida total, enquanto 3,6% (ou R$ 8,9 milhões) foram oriundos da venda de gás. O Polo Macau foi responsável por 78,8% da receita líquida do trimestre, tendo o Polo Rio Ventura contribuído com 12,5% e os 8,7% complementares vindos do Polo Areia Branca e da parcela de 35% do Polo Pescada.
Vale destacar que a receita líquida apurada no 4T21 representa 34,4% da receita líquida acumulada no ano. Essa é uma clara demonstração que o desenvolvimento orgânico do portfólio – operação nos Polos Macau e Rio Ventura, somado a incorporação de ativos em fase de transição operacional, Polo Areia Branca, e o suporte de uma curva de Brent mais apreciada, contribuíram fortemente para a tendência de incremento de geração de receita da Companhia através do portfólio montado. **Custo de Produtos Vendidos e G&A:** O custo dos produtos vendidos (CPV) somou R$ 123,6 milhões no trimestre, +185,2% A/A ou +49,5% T/T, explicado principalmente pela incorporação dos custos operacionais do Polo Areia Branca a partir de novembro de 2021, e a contabilização de um trimestre inteiro de operação do Polo Rio Ventura. Adicionalmente o CPV foi impactado: (i) pela aceleração da depreciação e amortização, relacionado ao aumento da produção, (ii) pelo maior pagamento de royalties e de superficiário, função do incremento de produção e receita, (iii) pelo aumento do consumo e custo com energia elétrica, relacionado ao aumento de produção e do incremento do preço da tarifa base, impactado pela criação da Bandeira Escassez Hídrica pela ANEEL, e (iv) pela intensificação de atividades de manutenção e redimensionamento de equipes operacionais. No ano, o CPV acumulou R$ 319,5 milhões, + 200,8% A/A, justificado principalmente pela tomada de operação nos Polos Rio Ventura e Areia Branca ao longo de 2021, pelo maior recolhimento de royalties e superficiário, pela implementação de atividades preliminares de revitalização e redesenvolvimento de campos maduros e pelo forte aumento de produção observado em Macau. Em consequência da dinâmica acima apresentada, a Companhia encerrou o 4T21 com lucro bruto de R$ 126,4 milhões, aumento de 201,7% A/A ou +15,4% T/T. No ano, o lucro bruto acumulou R$ 408,3 milhões, alta de 316,5% A/A. As performances trimestral e anual são reflexos da incorporação de ativos na gestão operacional da Companhia, resultando em incremento de produção e receita, contrabalanceadas por custos relacionados a mobilização e dimensionamento de equipes operacionais, implementação de atividades de fiscalização de infraestrutura e manutenções preventivas, além de maiores custos ligados a tomadas operacionais. As despesas gerais e administrativas (G&A) encerraram o trimestre em R$ 87,7 milhões, incremento de 351,5% A/A ou +170,1% T/T. No ano o G&A somou R$ 159,6 milhões, +168,0% A/A. Esse resultado é justificado principalmente pela ampliação da estrutura corporativa da Companhia, que encerrou o trimestre com 287 colaboradores diretos, +217 colaboradores ou +310,0% A/A, +63,1% T/T, com o objetivo de prepará-la para a gestão e operação de todo o portfólio, incluindo os ativos em fase de transição junto à Petrobras. Adicionalmente, o G&A do trimestre foi impactado pelo pagamento anual de bônus de performance aos colaboradores, diretamente relacionado ao atendimento de metas corporativas e individuais, com destaque para: (i) duas bem sucedidas ofertas subsequentes de ações – *Follow On*, (ii) montagem de um portfólio sinérgico a múltiplos competitivos, com a aquisição de 4 ativos durante 2021, (iii) substancial melhora na performance operacional de ativos sob gestão 3R, seguindo rígidos padrões de segurança, sem acidentes com afastamento, e com *lifting cost* eficiente quando comparado com outras empresas independentes de óleo e gás na América Latina, (iv) desenvolvimento da estrutura corporativa e de governança da Companhia compatível com uma empresa listada no Novo Mercado e (v) entrada da Companhia no índice Ibovespa da B3. Por fim, o 4T21 também foi impactado por despesas atreladas ao aproveitamento de sinergias e consequente redimensionamento de equipes no Polo Areia Branca. A linha de outras receitas e despesas operacionais somou R$ 52,8 milhões no 4T21, justificado principalmente por (i) ajustes na provisão de abandono do Polo Pescada, R$ 5,3 milhões e (ii) R$ 54,6 milhões em reversão de *impairment* aplicados para o Polo Pescada e ao ativo de Camarão. No trimestre a Companhia realizou testes de *impairment* e aplicou a reversão do valor recuperável de ativos, na ordem de R$ 47,2 milhões no Polo Pescada e R$ 7,4 milhões no ativo de Camarão. As revisões nas estimativas tomaram como base a relevante apreciação no preço do Brent, incluindo suas projeções futuras, e, especificamente para o ativo de Camarão, realizou-se uma atualização no modelo de negócios visando capturar potenciais oportunidades no mercado de gás. No ano, a Companhia reverteu R$ 160,4 milhões do *impairment* de R$ 166,8 milhões aplicados em 2020.
Em 2021, a linha de outras receitas e despesas operacionais acumulou R$ 166,4 milhões, explicado principalmente: (i) pela reversão de R$ 160,4 milhões em *impairment* realizados para o Polo Pescada e o ativo de Camarão, (ii) por R$ 5,3 milhões em ajuste de provisão de abandono do Polo Pescada, e (iii) por R$ 10,2 milhões em crédito tributário oriundo da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS. Em consequência da dinâmica apresentada, o resultado operacional do trimestre somou R$ 91,5 milhões, +20,6% T/T. No ano, a Companhia encerrou 2021 com R$ 415,0 milhões de resultado operacional positivo, comparado a um prejuízo de R$ 172,4 milhões apurado em 2020. Ao excluir os ajustes de *impairment* e créditos tributários apurados, a 3R reportou um incremento de 58,0% A/A no resultado operacional 2021 quando comparado a 2020. Essa é uma clara demonstração da capacidade de geração de valor do portfólio da Companhia, mesmo em um cenário em que mais de 80% da produção total de seu portfólio ainda não passa em resultado, pois se encontra em fase de transição operacional. Buscando se preparar para assumir os ativos em transição, a Companhia antecipa a montagem de sua estrutura corporativa para fazer frente a todo o portfólio a ser operado. **EBITDA Ajustado:** O EBITDA ajustado totalizou R$ 356,1 milhões em 2021, 6,7 vezes maior ou alta de 567,3% A/A, resultado do sequencial incremento de produção e tomada de operação nos ativos do portfólio, além de uma gestão eficiente, ainda que parcialmente impactado pelo descasamento temporal entre a montagem de uma estrutura corporativa mais robusta, preparada para todo o portfólio, e a efetiva tomada de operação dos ativos em fase de transição operacional. A margem EBITDA ajustada encerrou 2021 em 48,9%, mantendo um patamar saudável de eficiência, +22,8 p.p. A/A. O EBITDA aferido no ano foi ajustado por: (i) R$ 160,4 milhões de *impairment* de ativos, (ii) R$ 5,3 milhões relacionados a atualização da provisão de abandono do Polo Pescada, e (iii) R$ 10,2 milhões de crédito tributário ligado a exclusão de ICMS da base de PIS/COFINS. No 4T21, o EBITDA ajustado somou R$ 82,6 milhões, alta de 63,6% A/A ou -21,3% T/T. Esse resultado é explicado principalmente pela contribuição positiva dos ativos geridos pela Companhia, parcialmente compensados por maiores custos operacionais e despesas corporativas. A margem EBITDA ajustada encerrou o trimestre em 33,0%, -26,3 p.p. A/A ou -21,6 p.p. T/T, justificada principalmente (i) pelos maiores custos operacionais no início de gestão nos ativos operados, (ii) intensificação das atividades de fiscalização da infraestrutura e manutenção preventiva, e (iii) aceleração do G&A, explicado pela montagem de uma robusta estrutura corporativa antes da efetiva tomada de operação dos ativos em fase de transição, bem como pelo efeito do bônus anual de performance incorrido no trimestre. O EBITDA do trimestre foi ajustado por: (i) R$54,6 milhões de *impairment* dos ativos de Pescada e Camarão, e (ii) R$ 5,3 milhões relacionados a atualização da provisão de abandono do Polo Pescada. A Companhia destaca a capacidade orgânica de geração de EBITDA dos seus ativos, mesmo no cenário em existe um descasamento temporal entre a montagem da estrutura corporativa, antecipada, e o efetivo início das operações nos ativos atualmente em transição, com a consequente incorporação dos resultados econômicos nas demonstrações financeiras. **Resultado Financeiro e Lucro Líquido:** O resultado financeiro líquido da Companhia encerrou 2021 negativo em R$ 459,6 milhões, +255,5% A/A, justificado por R$ 197,1 milhões de receita financeira, resultado de rendimento de aplicações financeiras. Esse resultado foi mais do que compensado por R$ 656,7 milhões em despesas financeiras, explicado principalmente por (i) -R$213,3 milhões de resultado de *hedge* de Brent, em um cenário de curva ascendente do petróleo, sendo -R$ 131,6 milhões com efeito caixa, (ii) -R$ 260,8 milhões em despesas atreladas à debênture emitida pela subsidiária 3R Macau em 2020, cujo pré-pagamento foi realizado em 30 de dezembro de 2021 e consequentemente não impactará mais o resultado em 2022, e (iii) -R$ 139,2 milhões em marcação a mercado de aplicações financeiras indexadas ao dólar. No ano, o dólar americano encerrou cotado a R$ 5,58, enquanto o Brent médio ficou em US$ 70,73, altas de +7,4% e 69,7% A/A, respectivamente. No 4T21, o resultado financeiro líquido da Companhia ficou negativo em R$ 106,0 milhões, +279,4% A/A ou -10,8% T/T. Essa performance é explicada (i) pela receita financeira negativa em -R$ 22,5 milhões, consequência do resultado líquido entre rendimento de aplicações financeiras, +R$ 98,4 milhões, e de -R$ 114,0 milhões de marcação a mercado relacionado a atualização monetária da debênture da subsidiária 3R Macau, pré-paga em 30 de dezembro de 2021, e (ii) R$ 83,5 milhões em despesas financeiras, resultado de -R$ 25,6 milhões em despesas relacionadas à debênture da 3R Macau, -R$ 22,5 milhões em resultado de *hedge* de Brent, e -R$ 24,8 milhões de marcação a mercado de aplicações financeiras indexadas em dólar. No trimestre, o dólar americano fechou cotado a R$ 5,58 e o Brent médio ficou em US$ 79,73, altas de 2,6% e 80,3% T/T, respectivamente. Com relação as operações de proteção de Brent, *hedge* de Brent, a Companhia monitora janelas de oportunidades para fazer a contratação de instrumentos derivativos, de forma a proteger entre 40% e 60% da produção futura estimada para um intervalo de 12 a 24 meses, e assim minimizar riscos associados a oscilações no preço de referência do Brent. Cumpre destacar que, dado o pré-pagamento, realizado em 30 de dezembro de 2021, da debênture emitida pela 3R Macau, a Companhia não possui no momento qualquer exigência de *covenant* relacionado a hedge de produção, mas continua a avaliar a realização de forma ativa e voluntária. No encerramento de 2021, a Companhia possuía posição de *hedge* de Brent contratada através das subsidiárias: (i) 3R Macau, cobertura para 1.330 mil barris em um horizonte de 12 meses, a um preço médio aproximado de: (a) US$ 59,8 por barril para as operações de NDF e (b) piso de US$ 50,4 e teto de US$ 67,4 por barril para as operações de *collar*, e (ii) 3R Offshore, cobertura para 1.310 mil barris em um horizonte de 19 meses, a um preço médio aproximado de: (a) US$ 68,5 por barril para as operações de NDF. No âmbito do resultado financeiro líquido, a Companhia destaca a otimização da estrutura de capital, com o pré-pagamento de R$ 782,3 milhões referente a debênture emitida em 2020 pela subsidiária 3R Macau, para financiamento da aquisição do ativo. Por fim, a Companhia encerrou o 2021 com lucro líquido de R$ 16,0 milhões, comparado a um prejuízo de R$ 276,5 milhões aferido em 2020. No trimestre, o lucro líquido somou R$ 19,8 milhões, comparado aos prejuízos de R$ 147,5 milhões e R$ 14,1 milhões registrados no 4T20 e no 3T21, respectivamente. ***Lifting Cost:*** A Companhia encerra 2021 como referência no custo de extração, *lifting cost*, entre os *players* independentes de óleo e gás no Brasil, baseado em um modelo de negócios resiliente e de custo competitivo. A 3R apurou US$ 8,14/boe de *lifting cost* médio em 2021, +30,2% A/A, considerando suas operações nos Polos Macau, Rio Ventura, Areia Branca, bem como os 35% do Polo Pescada, esse último operado pela Petrobras. No 4T21, o *lifting cost* médio foi de US$ 9,64/boe, +62,8% A/A ou +13,5% T/T. Esse resultado é função, principalmente: (i) início da operação no Polo Areia Branca, com custos adicionais de mobilização, e atividades preliminares de fiscalização e adequação de infraestrutura, (ii) maior consumo e custo de energia elétrica, funções do aumento de produção e da bandeira tarifária Crise Hídrica, (iii) intensificação das atividades de *workover* e *debottlenecking*, e (iv) redimensionamento das equipes operacionais. O *lifting cost* médio do Polo Macau foi de US$ 7,26/boe, +38,0% A/A ou +9,5% T/T. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo: (i) dimensionamento da equipe operacional, (ii) aumento no custo de energia elétrica, função do maior volume de produção e do maior preço base na bandeira tarifária Crise Hídrica, e (iii) aumento no consumo de produtos químicos. No Polo Pescada, operado pela Petrobras, o *lifting cost* médio encerrou o trimestre em US$ 3,32/boe, -72,9% A/A ou -33,2% T/T, justificado pela normalização dos custos repassados pelo operador, após atividades de inspeção regulatórias realizadas em trimestres anteriores. O *lifting cost* médio do Polo Rio Ventura apresentou redução de 7,1% T/T, encerrando o 4T21 em US$ 20,79/boe. Esse resultado é explicado, principalmente: (i) por uma base trimestral completa de operação, com maior diluição de custos fixos, e (ii) parcialmente compensado pelo maior custo com energia elétrica, diretamente relacionado ao maior consumo com aumento da produção e a imposição da bandeira tarifária de Crise Hídrica. A Companhia assumiu as operações do Polo Areia Branca em 1º de novembro de 2021 e iniciou o processo de dimensionamento da equipe de operação, otimização da dinâmica de produção e atividades de fiscalização e revitalização da infraestrutura. O *lifting cost* médio do ativo encerrou o trimestre em US$ 21,45/boe, puxado por custos iniciais de operação e por custos adicionais de desmobilização de funcionários no âmbito do redimensionamento de equipe operacional para o ativo. **Capex:** A Companhia acumulou US$ 26,4 ou R$ 142,6 milhões em investimentos no ano de 2021, alta de 841,4% A/A em dólar. O Polo Macau recebeu 74% dos investimentos, explicado principalmente: (i) pela construção da planta de separação óleo-água, (ii) atividades de *workover,* e (iii) aquisição de equipamentos sobressalentes para estoque. O Polo Rio Ventura foi responsável por 20% do capex anual, justificado principalmente: (i) atividades de *workover*, e (ii) montagem de estoque. O Capex do trimestre somou US$ 11,3 milhões ou R$ 62,9 milhões, crescimento de 565,1% A/A ou 45,4% T/T em dólar. A alta nos investimentos está alinhada as atividades de investimento planejadas para os ativos e estão relacionadas a: (i) aceleração da construção da planta de separação óleo-água no Polo Macau, R$ 25,5 milhões, (ii) intensificação das atividades de *workover* e reativação de poços, R$ 20,2 milhões, e (iii) investimentos em infraestrutura e otimização de sistemas produção, além da aquisição de materiais e equipamentos sobressalentes para estoque, R$ 14,7 milhões.



Estrutura Financeira: A Companhia encerrou o ano de 2021 com R$ 2.508,1 milhões em posição de caixa e equivalente de caixa, incluindo aplicações financeiras. Esse resultado, + 255,5% A/A ou +99,1% T/T é reflexo: (i) da forte contribuição positiva do *Follow On* realizado em novembro de 2021, cuja captação primária líquida se deu na ordem de R$ 2.088,2 milhões, e (ii) do pré-pagamento da dívida da subsidiária 3R Macau, -R$ 782,3 milhões, realizada em dezembro de 2021. Os recursos disponíveis estão aplicados, majoritariamente, em instrumentos indexados ao dólar, 90,8%, alinhado a estratégia de se montar uma posição de *hedge* natural para as obrigações relacionadas a conclusão da aquisição dos ativos em transição operacional, enquanto 9,2% estão aplicados em instrumentos indexados ao CDI. A dívida bruta encerrou o trimestre em R$ 48,2 milhões, integralmente relacionada a debênture emitida pela subsidiária 3R Areia Branca, redução de 92,4% A/A ou -93,3% T/T, justificado principalmente pelo pré-pagamento da debênture emitida pela 3R Macau. Por consequência, a Companhia encerrou o trimestre com posição líquida de caixa na ordem de R$ 2.459,9 milhões ou US$ 440,8 milhões. Adicionalmente à dívida bruta registrada no balanço patrimonial, referente a debênture emitida pela 3R Areia Branca, a Companhia possui compromissos relacionados a aquisição de ativos que estão em fase de transição operacional, com contratos assinados junto à Petrobras, bem como parcelas contingentes e diferidas relacionadas a ativos já adquiridos. Vale destacar ainda que a Companhia é detentora da geração de caixa dos seguintes ativos em transição: (i) 100% do Polo Fazenda Belém, desde 1º de abril de 2019, (ii) 65% do Polo Pescada, desde 1º de janeiro de 2020, (iii) 43,75% do Polo Papa Terra, desde 1º de julho de 2021, e (iv) da parcela referente ao *upstream* do Polo Potiguar, a partir de 1º de julho de 2022. Excluindo efeitos de reajustes previstos em contrato e da geração de caixa mencionada acima, a 3R possui saldo de US$ 1.732,3 milhões em compromissos a realizar ligados à conclusão da aquisição de ativo, dos quais (i) US$ 1.309,6 milhões em compromissos firmes, (ii) US$ 263,8 milhões em pagamentos diferidos, e (iii) US$ 159,0 milhões contingentes à determinadas condições, como: valor médio de Brent, performance operacional, declaração de comercialidade e incremento de reservas.





continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

No que tange a estrutura de capital, a Companhia monitora de forma recorrente alternativas de mercado capazes de suprir sua necessidade de financiamento. Adicionalmente, a Companhia reforça o potencial do seu portfólio, que ao ser integrado a gestão 3R, passa a contribuir com a geração de caixa, bem como ser registrados nas demonstrações financeiras, auxiliando nas metodologias de avaliação de crédito e *rating*. Por fim, a Companhia destaca o cancelamento voluntário, em dezembro de 2021, do processo de emissão de debênture na ordem de R$ 1.600 milhões, que estava em fase de estruturação. A desistência do processo é justificada: (i) pelo bem-sucedido Follow On realizado em novembro de 2021, quando a Companhia captou a oferta base previsto e o lote adicional, (ii) pela suficiência de recursos em caixa para os compromissos de curto e médio prazo, incluindo os compromissos firmes e diferidos, além dos investimentos previstos para os ativos em 2022, e (iii) pelo recorrente monitoramento de mercado e avaliação de alternativas de financiamento em condições competitivas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**9**	1.529	256.742	118.725	287.942
Aplicações financeiras	**9.1**	2.238.099	313.571	2.389.374	417.520
Contas a receber de terceiros	**10**	–	–	114.559	44.671
Contas a receber com partes relacionadas	**21**	2	645	–	–
Estoque		–	–	16.622	4.751
Despesas antecipadas		3.893	1.085	11.347	2.479
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	**11**	16.072	2.956	54.803	11.550
Outros ativos		1.838	–	8.028	2.904
Total do ativo circulante		**2.261.433**	**574.999**	**2.713.458**	**771.817**
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	**9.2**	–	–	8.291	3.692
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	**11**	6	142	2.250	4.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**13**	–	–	96.718	16.489
Depósitos judiciais		128	124	2.954	2.558
Outros ativos		192	192	2.310	192
		326	**458**	**112.523**	**27.257**
Investimentos	**14**	1.916.039	507.571	–	–
Adiantamento para cessão de blocos	**12**	–	–	158.885	121.266
Imobilizado	**15**	4.476	835	948.013	351.827
Intangível	**16**	2.379	783	1.495.112	835.658
Direito de uso	**25**	6.550	–	25.490	1.239
Total do ativo não circulante		**1.929.770**	**509.647**	**2.740.023**	**1.337.247**
Total do ativo		**4.191.203**	**1.084.646**	**5.453.481**	**2.109.064**

PASSIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	**19**	3.263	1.581	53.609	22.445
Debêntures	**18**	–	–	673	9.566
Derivativos	**34**	–	–	115.970	34.349
Obrigações trabalhistas		108	74	16.428	3.251
Valores a pagar ao operador	**17**	1.585	1.676	1.429	896
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	**20**	550	1.128	52.462	25.146
Provisão para pagamento de Royalties		–	–	9.232	3.082
Arrendamentos	**25**	1.135	–	6.690	282
Contas a pagar - Partes relacionadas	**22**	32.534	517	–	–
Valores a pagar por aquisições	**21**	–	–	294.391	–
Outras obrigações		–	81	15.979	15.494
Total do passivo circulante		**39.175**	**5.057**	**566.863**	**114.511**
Não circulante					
Debêntures	**18**	–	–	47.539	623.219
Provisão para abandono	**23**	–	–	413.964	282.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**13**	–	–	89.447	–
Provisão para contingências	**24**	2.855	706	3.548	960
Arrendamentos	**25**	5.415	–	19.035	1.005
Valores a pagar por aquisições	**21**	34.874	–	129.323	–
Outras obrigações		994	1.783	8.317	9.428
Total do passivo não circulante		**44.138**	**2.489**	**711.173**	**917.453**
Patrimônio líquido	**26**				
Capital social		4.146.616	1.228.618	4.146.616	1.228.618
Reserva de capital		114.976	–	114.976	–
Ajuste acumulado de conversão		115.852	108.980	115.852	108.980
Prejuízo acumulado		(269.554)	(260.498)	(269.554)	(260.498)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**4.107.890**	**1.077.100**	**4.107.890**	**1.077.100**
Participação de não controladores		–	–	67.555	–
Total do patrimônio líquido		**4.107.890**	**1.077.100**	**4.175.445**	**1.077.100**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.191.203**	**1.084.646**	**5.453.481**	**2.109.064**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	**28**	–	–	727.799	204.254
Custo dos produtos vendidos	**29**	–	–	(319.530)	(106.235)
Lucro Bruto		**–**	**–**	**408.269**	**98.019**
Despesas gerais e administrativas	**30**	(27.121)	(5.606)	(159.582)	(59.538)
Outras despesas / receitas operacionais	**31**	(8.046)	(1.666)	5.939	(44.078)
(Perda) / reversão no valor recuperável de ativos	**31.1**	–	–	160.419	(166.755)
		(35.167)	**(7.272)**	**6.776**	**(270.371)**
Equivalência patrimonial	**14**	(18.914)	(212.053)	–	–
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		**54.081**	**(219.325)**	**415.045**	**(172.352)**
Receitas financeiras	**32**	192.949	237	197.072	75.067
Despesas financeiras	**32**	(138.935)	(19.404)	(656.699)	(204.345)
		54.014	**(19.167)**	**(459.627)**	**(129.278)**
Prejuízo antes do imposto e contribuição social		**(67)**	**(238.492)**	**(44.582)**	**(301.630)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**13**	(838)	–	(3.850)	(6.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**13**	–	14.840	64.423	31.329
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(905)**	**(223.652)**	**15.991**	**(276.530)**
Lucro (prejuízo) líquido atribuído a:					
Acionistas controladores		(905)	(223.652)	(905)	(259.233)
Acionistas não controladores		–	–	16.896	(17.297)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(905)**	**(223.652)**	**15.991**	**(276.530)**
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (Em R$)	**33**	**(0,01)**	**(13,77)**	**(0,01)**	**(15,96)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(905)	(223.652)	15.991	(276.530)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Transações com pagamentos baseados em ações	3.343	–	3.343	–
Ajuste acumulado de conversão	**6.872**	**100.501**	**6.872**	**100.501**
Total de resultados abrangentes do exercício	**9.310**	**(123.151)**	**26.206**	**(176.029)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de conversão	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**327.267**	**–**	**(118)**	**(98.835)**	**8.479**	**236.793**	**–**	**236.793**
Redução de Capital	(687)	–	–	–	–	(687)	–	(687)
Aumento de capital por meio da Incorporação da 3R Petroleum	263.308	–	–	(2.252)	–	261.056	–	261.056
Aumento de capital por meio de *Roll up* do acionista DBO	68.730	–	–	–	–	68.730	–	68.730
Aporte de capital por meio de Oferta Pública de Ações ("OPA")	570.000	120.000	–	–	–	690.000	–	690.000
Custo de transação associado ao OPA	–	(55.759)	–	–	–	(55.759)	–	(55.759)
Ações em tesouraria	–	–	118	–	–	118	–	118
Prejuízo do exercício	–	–	–	(259.233)	–	(259.233)	(17297)	(276.530)
Absorção de reserva de capital	–	(64.241)	–	64.241	–	–	–	–
Ajustes relacionados a apresentação consolidada (nota 7 (a))	–	–	–	35.581	–	35.581	17297	52.878
Ajuste de conversão	–	–	–	–	100.501	100.501	–	100.501
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.228.618**	**–**	**–**	**(260.498)**	**108.980**	**1.077.100**	**–**	**1.077.100**
Lucro/prejuízo do exercício	–	–	–	(905)	–	(905)	16.896	15.991
Aumento de capital - Oferta pública complementar de ações ("OPCA")	559.502	263.295	–	–	–	822.797	–	822.797
Aumento de capital - Oferta pública complementar de ações ("OPCA II")	2.168.100	–	–	–	–	2.168.100	–	2.168.100
Custo de transação – OPCA	–	(39.118)	–	–	–	(39.118)	–	(39.118)
Custo de transação - OPCA II	–	(79.905)	–	–	–	(79.905)	–	(79.905)
Transações com pagamentos baseados em ações	–	3.343	–	–	–	3.343	–	3.343
Emissão de ações relacionada a combinação de negócios	190.396	(32.639)	–	–	–	157.757	–	157.757
Transações de capital	–	–	–	(8.151)	–	(8.151)	50.659	42.508
Ajuste de conversão	–	–	–	–	6.872	6.872	–	6.872
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.146.616**	**114.976**	**–**	**(269.554)**	**115.852**	**4.107.890**	**67.555**	**4.175.445**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa Operacional	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(905)**	**(223.652)**	**15.991**	**(276.530)**
Ajustado por:				
Equivalência patrimonial	18.914	212.053	–	–
Rendimentos de aplicações financeiras	(48.595)	(223)	(58.656)	(8.103)
Atualização não realizada de depósitos judiciais	(4)	(3)	(4)	(3)
Juros sobre arrendamentos	–	47	305	91
Juros sobre empréstimos, líquidos e outros impostos	–	–	128.056	114.926
Ajuste a valor presente	(598)	–	(275)	–
Derivativos não realizados	–	–	213.270	36.705
Variação cambial não realizada	(11.929)	2.029	(4.120)	51.948
Provisões para Contingências constituídas / (revertidas)	2.150	(711)	2.857	(457)
Provisão para *Impairment* constituída / (revertida)	–	–	(160.420)	166.755
Baixa de bens, planta e equipamento	–	–	2.363	2.866
Atualização monetária-Aluguel prédio Adm.	–	–	(2)	–
Transação com pagamento baseado em ações	3.343	–	3.343	–
Atualização da provisão para abandono	–	–	8.596	(14.951)
Depreciação do imobilizado	76	95	29.720	8.100
Amortização do intangível	69	–	87.003	27.067
Amortização de direito de uso	–	47	645	415
Custos de transação apropriados	–	–	52.027	6.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(14.840)	(64.423)	(31.329)
Baixa de investimento	(5.513)	–	–	–
Outras movimentações	–	(569)	–	1.670
	(42.992)	**(25.727)**	**256.276**	**86.042**
Variação em ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	–	–	(69.888)	(41.135)
Imposto de renda, contribuição social e outros	(10.200)	(746)	22.738	14.645
Outros ativos	(1.838)	5.669	(19.117)	11.819
Fornecedores	1.682	1.432	31.164	(2.705)
Valores a pagar ao operador	(91)	(21)	533	(1.782)
Depósitos judiciais	–	–	(392)	(28)
Despesas antecipadas	(2.808)	(1.000)	(8.868)	(5.010)
Obrigações trabalhistas	34	(254)	13.177	2.876
Provisão de *Royalties*	–	–	6.150	2.839
Ativo e passivo mantidos para venda	–	–	–	(16.346)
Derivativos	–	–	(131.649)	3.774
Outros passivos	(1.366)	719	(686)	2.896
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(57.579)**	**(19.928)**	**99.438**	**57.885**
Impostos pagos sobre o lucro	(3.358)	–	(36.599)	(2.338)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(60.937)**	**(19.928)**	**62.839**	**55.547**
Aplicações financeiras	(1.875.933)	(313.571)	(1.913.198)	(417.520)
Aumento de capital social em controlada	(1.160.020)	(57.034)	–	–
Adiantamentos para cessão de blocos	–	–	(44.853)	(121.266)
Aquisição de participação adicional em controlada	(37.152)	–	–	–
Aquisição de imobilizado	(3.719)	(65)	(147.661)	(18.722)
Alienação de imobilizado	–	–	–	28.192
Aquisição de intangível	(1.665)	–	(219.078)	(861.880)
Caixa restrito	–	–	(4.599)	15.500
Pagamento de principal de empréstimos recebidos de empresa ligada	–	(41.526)	–	–
Transações com partes relacionadas	410	–	–	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(3.078.079)**	**(412.196)**	**(2.329.389)**	**(1.375.696)**
Custo de transação	(119.023)	(55.759)	(119.023)	(114.658)
Emissão de debêntures	–	–	47.124	707.209
Amortização principal – Debêntures	–	–	(733.694)	–
Juros pagos debêntures	–	–	(115.852)	(61.107)
Pagamento de passivo de arrendamento	–	(56)	(761)	(412)
Recebimento aporte de capital	2.990.897	622.878	3.014.897	901.351
Aumento de reserva de capital - OPA	–	120.000	–	120.000
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**2.871.874**	**687.063**	**2.092.691**	**1.552.383**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(267.142)**	**254.939**	**(173.859)**	**232.234**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	256.742	3.832	287.942	63.573
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	11.929	(2.029)	4.642	(7.864)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.529	256.742	118.725	287.943
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(267.142)**	**254.939**	**(173.859)**	**232.234**

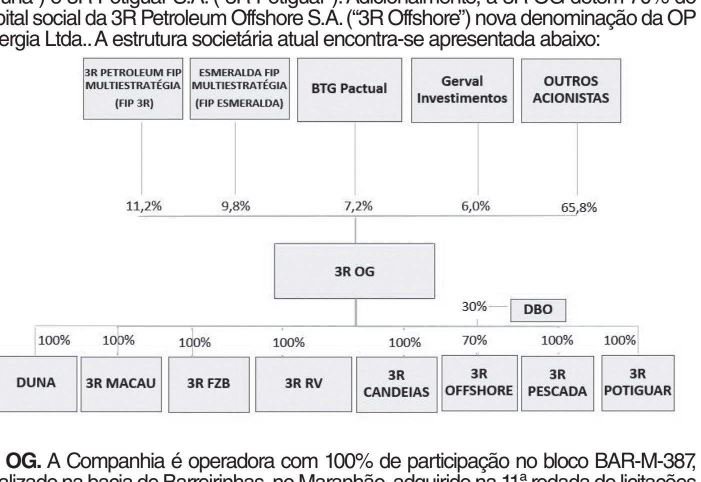
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	**110**	**16**	**738.098**	**205.034**
Vendas de óleo e gás	–	–	727.799	204.253
Outras receitas	110	16	10.299	781
Insumos adquiridos de terceiros	**(32.189)**	**(3.626)**	**(79.234)**	**(292.371)**
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	(102.282)	(33.831)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.189)	(2.438)	(137.372)	(90.597)
Provisão para perda de crédito esperada	–	(1.188)	–	(1.188)
Perda/recuperação de valores ativos	–	–	160.420	(166.755)
Valor adicionado bruto	**(32.079)**	**(3.610)**	**658.864**	**(87.337)**
Depreciação e amortização	(145)	(141)	(117.368)	(39.633)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(32.224)**	**(3.751)**	**541.496**	**(126.970)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(18.914)	(212.053)	–	–
Receitas financeiras	192.949	237	197.072	75.067
Valor adicionado total a distribuir	**141.811**	**(215.567)**	**738.568**	**(51.903)**
Distribuição do valor adicionado	**141.811**	**(215.567)**	**738.568**	**(51.903)**
Com pessoal	**6.522**	**2.202**	**94.173**	**30.209**
Remuneração direta	6.194	1.779	53.457	27.190
Benefícios	157	95	7.416	2.019
FGTS	171	328	33.300	1.000
Impostos, taxas e contribuições	**2.420**	**(13.563)**	**(38.103)**	**(17.278)**
Federeais	1.817	(13.578)	(39.163)	(18.457)
Estaduais	561	–	721	1.062
Municipais	42	15	339	117
Remuneração de capitais de terceiros	**133.774**	**19.446**	**666.507**	**211.696**
Juros	273	(1.963)	280.511	123.334
Aluguéis	352	40	9.808	4.494
Outras	133.149	21.369	376.188	83.868
Remuneração de capital próprio	**(905)**	**(223.652)**	**15.991**	**(276.530)**
Lucro (prejuízo) do exercício	(905)	(223.652)	15.991	(276.530)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). **1. Contexto operacional:** A 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia" ou "3R OG"), é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo sido constituída em 17 de junho de 2010. A sede da Companhia fica situada na Rua Visconde de Ouro Preto, 05, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. A 3R OG atua no setor de óleo e gás com foco em redesenvolvimento de campos maduros em produção localizados em terra (*onshore*) e em águas rasas (*shallow water*), e águas profundas (*offshore*) detendo qualificação de Operador "A" perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). A Companhia tem por objeto social: (a) explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a ANP tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos; e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia. **Estrutura societária.** Em 9 de novembro de 2020 a 3R Petroleum e Participações S.A. ("3R Petroleum") foi incorporada pela 3R OG que sucedeu todos os direitos e obrigações da 3R Petroleum. Em 10 de novembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro de distribuição primária de ações ordinárias ("RRRP3"), mediante subscrição pública, cuja emissão foi aprovada pela AGE de 31 de agosto de 2020, com valor total registrado de R$ 690.000 e emissão de 32.857.143 ações ordinárias ao preço de R$ 21,00 (vinte e um reais) cada. Em 30 de março de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$ 822.797, mediante a emissão de 22.855.500 novas ações ordinárias, ao preço de R$ 36,00 (trinta e seis reais) por ação, sendo R$ 559.502 destinados à conta de capital da Companhia, e R$ 263.295 destinados à conta de reserva de capital da Companhia. O aumento de capital social foi realizado: (i) com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia naquela oportunidade para subscrição das ações emitidas, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social; e (ii) após concessão aos acionistas naquela oportunidade de prioridade para subscrição de até a totalidade das ações efetivamente ofertadas por meio da Oferta, e observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia. Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da 3R Areia Branca S.A., nova denominação da Duna Energia S.A. ("Duna"), após a conclusão de todas as condições suspensiva e precedentes para aquisição da totalidade das ações de emissão da Duna, do Banco BTG Pactual S.A. e de outros acionistas minoritários, nesta data tornando-se uma subsidiária integral da Companhia. O valor da transação envolveu o pagamento nesta data de US$ 13.000 mil (R$ 73.359). Além disso, houve a incorporação de ações representativas de 50,22% do capital social votante e total de Duna, em razão da qual a Duna se tornou nesta data subsidiária integral da Companhia, sendo emitidas em favor dos acionistas da Duna 4.533.236 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, tomando por base o preço de R$ 42,00 por ação, totalizando US$ 36.300 mil (R$ 190.396), bem como as parcelas contingentes, a título de complementação do preço pela aquisição secundária, conforme: (i) parcela contingente de até US$ 7.000 mil, caso o preço médio diário de referência brent entre 02 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2023, seja superior a US$ 55 por barril. Para fins de cálculo, será devido o pagamento de US$ 4,66 mil para cada US$ 0,01 por barril de brent médio no período pré-estabelecido que supere o brent mínimo, limitado a US$ 7 milhões; (ii) parcela contingente de até U$S 16.000 mil, caso seja apurado um volume de reservas certificadas 2P nos Campos de Ponta do Mel e Redonda superior ao montante de 9.000 de barris de óleo, subtraído da produção de óleo que será aferida após 30 meses a partir da conclusão da referida aquisição. Em 04 de novembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 65.700.000 novas ações ordinárias ao preço por ação de R$ 33,00 (trinta e três reais) aumentando o capital social da Companhia em R$ 2.168.100. No âmbito da segunda oferta pública complementar de ações, à critério da Companhia em comum acordo com os coordenadores da oferta e com os acionistas vendedores, foram alienadas 7.300.000 ações de titularidade dos acionistas vendedores no montante de R$ 240.900. O valor total da oferta foi de R$ 2.409.000. Em 31 de dezembro de 2021 a 3R OG detém 100% do capital social direto e indireto das seguintes sociedades: 3R Macau S.A. ("3R Macau") nova denominação da SPE 3R Petroleum S.A., 3R Fazenda Belém S.A. ("3R FZB") nova denominação da SPE Fazenda Belém S.A., 3R Rio Ventura S.A. ("3R RV") nova denominação da SPE Rio Ventura S.A., 3R Candeias S.A. ("3R Candeias") nova denominação da Candeias Óleo e Gás S.A., 3R Pescada Ltda. ("3R Pescada") nova denominação da OP Pescada Óleo e Gás Ltda., 3R Areia Branca S.A. nova denominação da Duna Energia S.A. ("Duna") e 3R Potiguar S.A. ("3R Potiguar"). Adicionalmente, a 3R OG detém 70% do capital social da 3R Petroleum Offshore S.A. ("3R Offshore") nova denominação da OP Energia Ltda.. A estrutura societária atual encontra-se apresentada abaixo:



3R OG. A Companhia é operadora com 100% de participação no bloco BAR-M-387, localizado na bacia de Barreirinhas, no Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R$ 778 de bônus de assinatura. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia já havia cumprido 98% do Programa Exploratório Mínimo ("PEM") desse bloco. **3R Macau (Polo Macau).** O Polo Macau engloba os campos de Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu. A 3R Macau opera com 100% de participação em todas as concessões desde 28 de maio de 2020 e em 8 de abril de 2021 a ANP aprovou o pedido de anexação dos campos de Serra e Aratum à área do campo de Macau, passando assim a serem 5 concessões: Macau, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu. Em 21 de dezembro de 2021, a 3R Macau adquiriu os 50% restantes da concessão de Sanhaçu da Petrogal Brasil S.A. ("Petrogal"). A produção média do Polo Macau de janeiro a dezembro de 2021 foi de aproximadamente 5.737 barris de óleo equivalente por dia ("boe/d"). A 3R Macau planeja produzir até 2052, de acordo com a expectativa de produção economicamente viável e corroborada pela consultoria DeGolyer and MacNaughton em seu relatório de certificação de reservas. **3R FZB (Polo Fazenda Belém).** O Polo Fazenda Belém consiste nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, na bacia Potiguar, no Ceará. A produção média diária do Polo Fazenda Belém de janeiro a dezembro de 2021 foi de aproximadamente 684 boe/d. A expectativa de *closing* dessa aquisição é no primeiro semestre de 2022. **3R RV (Polo Rio Ventura).** O Polo Rio Ventura é composto por 8 campos terrestres (onshore) de Água Grande, Bonsucesso , Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, na bacia Recôncavo, na Bahia. A produção média diária do Polo Rio Ventura de janeiro a dezembro de 2021 foi de aproximadamente 1.032 boe/d. Em 14 de julho de 2021, após aprovação da ANP foi concluída a aquisição do Polo Rio Ventura. Desta forma, a 3R RV tornou-se operadora destes campos a partir de 15 de julho de 2021. **3R Candeias (Polo Recôncavo).** A controlada 3R Candeias é operadora com 100% de participação no bloco PN-T-114, na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R$ 6.000 de bônus de assinatura e já cumprido 100% do PEM desse bloco. Em 24 de março de 2020, 3R Candeias iniciou o processo de devolução desse contrato de concessão junto à ANP e aguarda aprovação. Em 17 de dezembro de 2020, 3R Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petróleo Brasileiro S.A.("Petrobras") em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O Polo Recôncavo compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. Atualmente a Petrobras é operadora com 100% de participação nessas concessões, com exceção de Cambacica e Guanambi, em que possui participação de 75% (25% da Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda.) e 80% (20% da Sonangol Guanambi Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), respectivamente. A produção média diária do Polo Recôncavo de janeiro a dezembro de 2021 foi de aproximadamente 4.788 boe/d. A expectativa de *closing* dessa aquisição é no primeiro semestre de 2022. **3R Pescada (Pescada e Arabaiana).** A 3R Pescada detém 35% de participação (*working interest*) nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. Os campos de Pescada e Arabaiana localizam-se na plataforma continental do Estado do Rio Grande do Norte, na bacia Potiguar, estão em fase de produção e são operados pela Petrobras. A produção média diária dos campos de Pescada e Arabaiana de janeiro a dezembro de 2021 foi de aproximadamente 435 boe/d (35%). Os campos de Pescada e Arabaiana são produtores de gás e condensado. O campo de Dentão está inativo. Em 09 de julho de 2020, por meio da controlada 3R Pescada, a Companhia firmou contrato para a aquisição dos outros 65% de participação (*working interest*) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1,5 milhões, a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 mil na assinatura do contrato e US$ 1,2 milhões no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020). A transação também contempla um pagamento adicional a título de compartilhamento de custos de abandono de poços, dutos e plataformas, a ser pago pelo vendedor ao comprador, de acordo com parâmetros e cronograma previstos no acordo de descomissionamento entre as partes. A expectativa de *closing* dessa aquisição é em abril de 2022. Em 06 de maio de 2021, a 3R Offshore vendeu as quotas que detinha da 3R Pescada para a Companhia. Após esta transação, a Companhia passou a deter 100% de participação na 3R Pescada. **3R Offshore.** A 3R Offshore detém 20% dos blocos exploratórios BM-CAL-312 e BM- CAL-372, blocos integrantes da área da concessão BM-CAL-12 e 100% de participação nos campos de Pinaúna e Camarão, ambos em fase de desenvolvimento e oriundos do bloco BM-CAL-4. Em 20 de abril 2020, a 3R Offshore iniciou o processo de devolução do campo de Pinaúna junto à ANP, o qual ainda aguarda aprovação. O desenvolvimento do campo de Camarão é dependente de processo de unitização com a União, representada pela ANP, com o campo de Camarão Norte. O campo de Camarão Norte está localizado na região sul do bloco adjacente e seu reservatório se estende até o campo de Camarão, no antigo bloco BM-CAL-4, na bacia de Camamu-Almada. Além desses ativos, em 31 de dezembro de 2021, a controlada 3R Offshore detém 30% dos blocos exploratórios POT-M-475 (bacia Potiguar) e CE-M-603 (bacia Ceará), da 11ª rodada de licitações da ANP, sendo operadora e tendo cumprido 100% do PEM nesses blocos. Os restantes 70% são detidos pela AziBras Exploração de Petróleo e Gás Ltda.. A controlada 3R Offshore assinou em 29 de janeiro de 2021, contrato para a aquisição de 50% da participação da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. A expectativa de *closing* dessa aquisição é em fevereiro de 2022. Atualmente, a Petrobras é operadora do ativo com 100% de participação. O valor total da transação foi de US$ 55 milhões, sendo (i) US$ 5 milhões pagos em 29 de janeiro de 2021, equivalentes a R$ 13.456; (ii) US$ 7,5 milhões no fechamento da transação; e (iii) US$ 42,5 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, os quais dividem-se em: (a) US$ 20 milhões a serem pagos caso ocorra a declaração de comercialidade do campo de Malombe, (b) US$ 12,5 milhões a serem pagos caso o Brent alcance US$ 48 dólares na média de 12 meses a qualquer tempo a partir da data do closing da operação; e (c) US$ 10 milhões se o Brent alcançar US$ 58 na média acima detalhada. Nesta mesma data, os 50% restantes da participação nestes campos foram então adquiridos pela DBO Energria S.A. ("DBO"). Adicionalmente, em 06 de maio de 2021 a DBO passou a ser acionista da 3R Offshore com o objetivo de construir uma parceria para potenciais aquisições de ativos offshore no Brasil que compreendam concessões de produção existentes, em fase de desenvolvimento ou de produção. A Companhia permanece controladora da 3R Offshore, com 70% de participação enquanto a DBO passa a ter 30% de participação, se tornando acionista minoritária. Como resultado desta transação a 3R Offshore passou a ser detentora de 100% dos direitos adquiridos no Polo Peroá (que contempla os campos Cangoá, Peroá e Malombe, na Bacia do Espírito Santo) e potencialmente de outros ativos que venham a ser adquiridos. Cabe ressaltar que a Companhia está habilitada a ser operador "A" perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), podendo operar blocos e concessões em terra (*onshore*) e em mar (*offshore*), inclusive em águas ultra profundas. Ainda em 06 de maio de 2021, a 3R Offshore vendeu as 27.539.199 quotas que possuia da 3R Pescada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de sua titularidade para a Companhia, no montante de R$ 37.153. Após esta transação a 3R Offshore não possui mais participação na 3R Pescada e a Companhia passa a ter 100% de participação na 3R Pescada. Em 09 de julho de 2021, a 3R Offshore assinou contrato para a aquisição da participação detida pela Petrobras no campo de Papa-Terra, atualmente em produção, localizado na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, incluindo toda a infraestrutura e sistemas de superfície e submarinos atrelados. Atualmente, a Petrobras é operadora do ativo com 62,5% de participação, sendo o restante detido pela Chevron Brasil Petróleo Ltda. Após a conclusão da transação, a 3R Offshore tornar-se-á operadora do campo. O valor total da transação é de US$ 105,6 milhões, sendo (i) US$ 6 milhões pagos no ato de assinatura do contrato de aquisição do referido ativo; (ii) US$ 9,6 milhões a serem pagos na data do fechamento da transação; e (iii) US$ 90 milhões em pagamentos contingentes. Os valores não consideram ajustes e correções durante o período, que podem ocorrer até o fechamento da transação. Os pagamentos contingentes estão divididos em 11 parcelas, às quais estão condicionadas ao preço de referência do petróleo tipo *brent* e à performance operacional do ativo, conforme descrito a seguir: a) Cinco parcelas, que representam 30% do total contingente, serão devidas caso: (a.i) o *brent* alcance a média móvel igual ou superior a US$ 50 no período de 12 meses e (a.ii) a produção de óleo alcance determinados volumes acumulados, específicos para cada parcela, com apuração e vigência compreendidas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2032; b) Cinco

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

parcelas, que representam 54% do total contingente, serão devidas caso: (b.i) observado o item (a.i) supramencionado e (b.ii) a operação alcance determinados volumes médios de produção diária no período de 12 meses, específicos para cada parcela, com apuração e vigência compreendidas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2032; e c) Uma parcela, que representa 17% do total contingente, será devida caso: (c.i) o *brent* alcance média móvel igual ou superior a US$ 65 no período de 6 meses, iniciando-se sua apuração na data do fechamento da transação e encerrando-se em 24 meses. A transação prevê a transferência da totalidade da parcela detida pela Petrobras nos ativos, infraestrutura e sistemas para a 3R Offshore, incluindo todos os poços, unidades flutuantes e instalações submarinas existentes, dentre os quais se destacam: (i) o FPSO P-63, que possui 7 anos de uso e conta com alta capacidade de processamento e estocagem de óleo, assim como as linhas flexíveis e os equipamentos submarinos que se conectam ao FPSO; e (ii) a plataforma P-61 do tipo TLWP (Tension Leg Wellhead Platform), que possui 6 anos de uso; ambas as unidades já encontram-se nacionalizadas no contexto do Repetro-SPED e em operação. Adicionalmente, destaca-se que o contrato de aquisição celebrado garante um acordo de compartilhamento de custos de abandono entre a Petrobras e a 3R Offshore. O campo de Papa-Terra está localizado em águas profundas na Bacia de Campos, a aproximadamente 100km da costa do Estado do Rio de Janeiro. Sua descoberta ocorreu em 2003 e o início de sua produção em novembro de 2013. O campo é operado por meio das unidades P-61 e P-63, com capacidade de processamento de 140 mil barris de óleo por dia, capacidade de injeção de 340 mil barris de água por dia, capacidade de estocagem de 1,4 milhão de barris e slots para conectar até 21 poços produtores e 11 poços injetores. A expectativa de *closing* dessa aquisição é em junho de 2022. Em 21 de dezembro de 2021, a 3R Offshore assinou um acordo com a Petrobras para devolver a concessão do BM-CAL-12 para a ANP e pleitear junto à agência a devolução da área e o encerramento do contrato com a isenção do pagamento e da compensação financeira pelo não cumprimento do PEM. Caso o pleito seja acatado pela ANP a 3R Offshore irá arcar exclusivamente com a compensação financeira na proporção de sua participação de 20% no montante máximo de R$ 7.324. **Aquisição da Duna.** Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de compra e venda e incorporação de 100% das ações da Duna, através do qual, nesta data, adquiriu do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e de outros acionistas minoritários a totalidade das ações de Duna. O valor da transação pode alcançar US$ 72,3 milhões, conforme descrito a seguir: (i) US$ 13 milhões (R$ 73.359) que foram pagos em 1 de novembro de 2021 via transferência e convertidos para Real conforme taxa de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil (“PTAX”), verificada no dia útil anterior à data de fechamento da aquisição; (ii) US$ 36,3 milhões (R$ 190.396), que foram transacionados via emissão de 4.533.236 ações da Companhia, com valor equivalente a R$ 42,00 por ação. As ações foram subscritas e integralizadas com o controle acionário da Duna, por meio de incorporação de ações; (iii) Parcela contingente de até US$ 7 milhões (R$ 39.686), caso o preço médio diário de referência Brent entre 02 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2023 seja superior a US$ 55 por barril. Para fins de cálculo, será devido o pagamento de US$ 4,66 mil para cada US$ 0,01 por barril de Brent Médio no Período Pré-estabelecido que supere o Brent Mínimo, limitado a US$ 7 milhões; (iv) Parcela contingente de até US$ 16 milhões, caso seja apurado um volume de reservas certificadas 2P nos Campos de Ponta do Mel e Redonda superior ao montante de 9 milhões de barris de óleo, subtraído da produção de óleo aferida a partir da conclusão da referida aquisição. O valor justo do pagamento apurado na data da aquisição é no montante de R$ 267.080, que é composto pelo valor de R$73.359 pagos com caixa e equivalente de caixa na data da aquisição, por R$ 157.757, que corresponde à 4.533.236 ações ordinárias, cotadas à R$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos), conforme cotação de mercado das ações na bolsa de valores brasileira e R$ 35.964 referente ao item (iii), US$ 7 milhões (R$ 39.686), descontado do ajuste a valor presente no momento da aquisição no valor de R$ 3.722, considerando uma taxa de desconto de 7,54% a.a.. A parcela contingente do item (iv) de até US$ 16 milhões, caso seja apurado um volume de reservas certificadas 2P nos Campos de Ponta do Mel e Redonda superior ao montante de 9 milhões de barris de óleo, havendo a existência de um volume de reservas 2P superior às Reservas Base (9 milhões de barris), o volume que superar esse montante ensejará um pagamento adicional pela Companhia equivalente a US$ 2,80 por cada barril de óleo certificado adicional, limitado a US$ 16 milhões. As certificações de reservas dos referidos campos a que se refere esta parcela contingente, somente serão aferidas pela Companhia entre julho e dezembro de 2023. Na data da conclusão da aquisição, a Companhia não possuí elementos que permitam mensurar essa obrigação como provável, portanto este valor não foi considerado no valor do pagamento apurado. A Duna é detentora e operadora dos campos de produção onshore de Ponta do Mel, Redonda e Carcará, localizados no município de Areia Branca, na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, bem como detém 100% da concessão de Crejoá, no Espírito Santo. As principais informações financeiras relativas à esta transação estão descritas no quadro abaixo:

	2021
	Duna
Data da aquisição	01/11/2021
Localidade	Rio Grande do Norte - Brasil
Participação adquirida (%)	100%
Total da contraprestação	**267.080**
Pagamento na data de aquisição	73.359
Contraprestação com emissão de ações da adquirente	157.757
Contas a pagar por aquisição	**35.964**
Ativo	**Saldo a valor justo**
Caixa e equivalente de caixa	13.013
Despesas antecipadas	1.124
Contas a receber	6.963
Outros ativos	3.420
Estoque	7.091
Impostos a recuperar	116
Depósitos judiciais	353
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.388
Imobilizado	109.286
Intangível	286.904
	446.658
Passivo	
Fornecedores	3.024
Obrigações trabalhistas	1.285
Impostos a recolher	1.581
Outras obrigações	15.658
Empréstimos	47.129
Provisão para contingências	241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.029
Provisão para abandono	18.631
	179.578
Total dos ativos líquidos identificáveis	**267.080**
Contribuição para o Grupo de receitas desde a data de aquisição	11.598
Contribuição para o Grupo com prejuízo antes dos tributos desde a data de aquisição	(5.122)
Receitas da adquirida desde o início do exercício	64.827
Prejuízo da adquirida antes dos tributos desde o início do exercício	(19.232)

Aquisição de 50% da concessão do Campo Sanhaçu. Em 18 de agosto de 2021 a controlada 3R Macau firmou contrato para aquisição de 50% de participação no campo Sanhaçu no Polo Macau, cuja operação já é realizada pela 3R Macau. O valor total da transação é de US$ 6,0 milhões (R$ 33.720), sendo (i) US$ 1,3 milhão (R$ 6.720) pago na presente data; (ii) US$ 1,9 milhão (R$ 10.936) que foi pago na data de fechamento da transação; e (iii) duas parcelas de US$ 1,4 milhão a serem pagas em 6 e 12 meses, contados do fechamento da transação, respectivamente. Em 21 de dezembro de 2021 a aquisição foi concluída, nesta data foi pago US$ 1,9 milhão (R$ 10.936) e o valor de US$ 2,8 milhão (R$ 16.064), serão pagos no exercício de 2022. **2. Relação de entidades controladas.** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a 3R OG detinha as seguintes participações societárias direta e indiretamente:

	31/12/2021	31/12/2020
3R Macau	100%	100%
3R FZB	100%	100%
3R RV	100%	100%
3R Candeias	100%	100%
3R Offshore (a)	70%	100%
3R Pescada (b)	100%	100%
Duna	100%	–
3R Potiguar	100%	–

(a) 30% participação pertencente a DBO. (b) Em 31 de dezembro de 2020 a 3R Offshore detinha 40% de participação na 3R Pescada e a Companhia controlava indiretamente esta empresa. Em 06 de maio de 2021, a Companhia passou a controlar 100% da 3R Pescada, conforme nota explicativa 1. **3. Base de preparação das demonstrações financeiras: *Declaração de conformidade.*** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***Base de consolidação.*** As informações financeiras das controladas estão incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. Como descrito no histórico de constituição da estrutura societária da nota explicativa 1, a 3R Petroleum foi incorporada pela 3R OG em novembro de 2020. Como essa operação ocorreu sob controle comum, a Administração da Companhia optou pela apresentação da demonstração do resultado com os saldos consolidados da 3R OG e 3R Petroleum durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de forma a desconsiderar o efeito contábil da Incorporação registrada em 9 de novembro de 2020. Ou seja, os valores apresentados na coluna consolidada de 2020 apresentam os valores como se sempre tivessem sido consolidados. A tabela abaixo mostra o impacto:

	3R Petroleum de 18/02/2020 a 09/11/2020 (a)	3R OG de 01/01/2020 a 31/12/2020 (b)	3R OG apresentado em 31/12/2020 (a+b)
Receita líquida	120.469	83.785	204.254
Custo dos produtos vendidos	(59.332)	(46.903)	(106.235)
Lucro bruto	**61.137**	**36.882**	**98.019**
Despesas gerais e administrativas	(35.557)	(23.981)	(59.538)
Outras receitas / despesas operacionais	(1.209)	(209.624)	(210.833)
	(36.766)	**(233.605)**	**(270.371)**
Resultado operacional	**24.371**	**(196.723)**	**(172.352)**
Resultado financeiro	**(79.195)**	**(50.083)**	**(129.278)**
Resultado antes dos tributos	**(54.824)**	**(246.806)**	**(301.630)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(6.229)	(6.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.946	29.383	31.329
Prejuízo do exercício	**(52.878)**	**(223.652)**	**(276.530)**
Prejuízo atribuído:			
Proprietários da Companhia	(35.581)	(223.652)	(259.233)
Participação de acionistas não controladores	(17.297)	–	(17.297)
Prejuízo do exercício	**(52.878)**	**(223.652)**	**(276.530)**

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias com exceção da 3R Pescada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A controlada 3R Pescada mantém o dólar norte-americano como moeda funcional. **5. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. ***Julgamentos.*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 15 – *Impairment* (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment); • Nota explicativa nº 23 – Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro); • Nota explicativa nº 21 – Valores a pagar por aquisições (pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência óleo (brent) e certificações de reservas); • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). ***Incertezas sobre premissas e estimativas.*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 15 - Imobilizado (depreciação e *impairment – principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção (“OPEX”), gastos com investimentos (“CAPEX”) e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio;* • Nota explicativa nº 16 – Intangível (amortização e *impairment – principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção (“OPEX”), gastos com investimentos (“CAPEX”) e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio)*); • Nota explicativa nº 23 - Provisão para abandono (*principais premissas: prazo do abandono, custo estimado e taxa de desconto);* • Nota explicativa nº 24 - Provisão de contingências (*principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto);* • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (*principais premissas: prazo de recuperabilidade).* **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) *Transações em moeda estrangeira.*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ativos e passivos das controladas que possuem como moeda funcional o dólar americano são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão. **b) *Caixa e equivalente de caixa.*** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) *Caixa restrito.*** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) *Contas a receber de terceiros.*** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás fornecidos no curso normal das atividades das controladas 3R Macau, 3R Pescada, 3R Rio Ventura e Duna, faturados e que não tenham sido pagos, estão concentradas exclusivamente, na Petrobras, classificada Ba1 pela *Mody's, BB- pela Standard & Poor'*s e pela *Fitch*. Sendo assim, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo básico para o negócio do seu único cliente (Petrobras). **e) *Imposto de renda e contribuição social corrente.*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **f) *Imposto de renda e contribuição social diferido.*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: – diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; – diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e – diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que fora decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **g) *Investimentos.*** São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro líquido ou do prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação da controlada 3R Pescada, que possui moeda funcional distinta da controladora, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, na conta de ajustes acumulados de conversão. **h) *Imobilizado.*** *Reconhecimento e mensuração.* O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás." Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás." Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção são estimados e registrados como parte dos custos desses ativos, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Essa provisão é apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo. As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a taxa livre de risco ajustada pelo prêmio de risco país. As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente ou quando há indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão é atualizada mensalmente em base pro-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco ajustada com a qual foi descontada em contrapartida a uma despesa financeira. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. *Depreciação.* Os "Ativos de Óleo e Gás," incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. *Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment).* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota 15). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **i) *Intangível.*** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças e estudos ambientais é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) *Fornecedores.*** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **k) *Provisão de contingências.*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável," com base na avaliação dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. **l) *Provisão de abandono.*** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. **m) *Provisões.*** As provisões, incluindo os *earn-outs* compromissados nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **n) *Instrumentos financeiros.*** Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. *Reconhecimento inicial.* No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. *Classificação e mensuração subsequente.* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. *Desreconhecimento.* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. *Impairment de ativos financeiros.* De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **o) *Receita líquida.*** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. **p) *Resultado financeiro líquido.*** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos e atualizações monetárias de créditos ativos. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **q) *Resultado líquido por ação.*** O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício. **r) *Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).*** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **s) *Combinações de negócios.*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.** Uma série de novas normas alteradas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **9. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores referem-se a:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	1.529	70.799	118.725	101.999
Fundo de investimento cambial USD (a)	–	185.943	–	185.943
	1.529	**256.742**	**118.725**	**287.942**

(a) O saldo existente em fundo de investimento cambial USD em 31 de dezembro de 2020, inicialmente destinado para o uso nos compromissos da Companhia para realização da sua operação regular, foi resgatado e aplicado em fundo multimercado, cuja finalidade é investimento, conforme nota explicativa 9.1. **9.1 Aplicações financeiras**

	Indexadores	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fundo de investimento cambial	USD (Ptax)	2.216.210	298.038	2.277.704	298.038
Fundo de investimento	CDI	21.889	15.533	111.670	119.482
		2.238.099	**313.571**	**2.389.374**	**417.520**

As aplicações financeiras constituem-se em fundo de investimento cambial, soberano e multimercado cuja finalidade é de investimento e não para uso de necessidade no seu capital de giro.

9.2 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiança bancária (a)	–	–	8.291	3.692
	–	–	**8.291**	**3.692**

(a) Na controlada 3R Macau, o valor de R$ 4.438 refere-se a pagamentos realizados à superficiários com pendências de regularização documental para recebimento do valor e R$ 3.853 referente à contratação de fiança bancária na 3R Offshore para garantir a suspensão de exigibilidade de débito perante a Fazenda Nacional relativa a contribuições patronais sociais. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos eram referentes à contratação de fiança bancária para garantir a suspensão de exigibilidade de débito perante a Fazenda Nacional relativa a contribuições patronais sociais. **10. Contas a receber de terceiros:** Os valores a receber referem-se a recebíveis da Petrobras pela venda da produção de óleo e gás dos campos de Pescada, Arabaiana no valor de R$ 4.412 (R$ 4.063 em 31 de dezembro de 2020), Polo Macau no valor de R$ 86.990 (R$ 40.608 em 31 de dezembro de 2020), Polo Rio Ventura no valor de R$ 16.957 e os campos de Ponta do Mel e Redonda, pertencentes a Duna, no valor de R$ 6.200 (0 em 31 de dezembro de 2020). A produção desses campos é vendida em sua totalidade para a Petrobras, através das controladas 3R Pescada, 3R Macau, 3R RV e Duna, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam valores vencidos no contas a receber e a Administração avaliou a perda esperada e definiu não haver valor significativo de provisão a ser reconhecido.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de óleo	–	–	108.971	40.665
Venda de gás	–	–	5.588	4.006
	–	–	**114.559**	**44.671**

11. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	4.938	1.676	5.919	2.440
Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro líquido (a)	11.133	1.272	41.512	12.482
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	–	–	2.370	718
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social	7	124	6.224	201
Outros	–	26	1.028	35
	16.078	**3.098**	**57.053**	**15.876**
Ativo circulante	16.072	2.956	54.803	11.550
Ativo não circulante	6	142	2.250	4.326

(a) Os valores de R$ 11.133 e R$ 41.512 de IRPJ/CSLL a recuperar na controladora e consolidado respectivamente, são compostos principalmente por saldo negativo de IRPJ e base negativa da CSLL de anos anteriores e antecipações do ano de 2020 no valor de R$ 38.338. **12. Adiantamento para cessão de blocos**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
3R Pescada (a)	–	–	1.600	1.600
3R FZB (b)	–	–	48.009	48.009
3R RV (c)	–	–	–	20.689
3R Candeias (d)	–	–	50.968	50.968
3R Offshore (e)	–	–	58.308	–
	–	–	**158.885**	**121.266**

(a) Em 09 de julho de 2020 a controlada 3R Pescada firmou contrato para a aquisição de 65% de participação (*working interest*) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1,5 milhões, a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 mil, equivalente a R$ 1.600, na assinatura do contrato e US$ 1,2 milhões, no fechamento da transação, conforme nota explicativa 1. (b) Em 14 de agosto de 2020 a controlada 3R FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (*onshore*) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US$ 35,2 milhões. Desse montante, US$ 8,8 milhões, equivalentes à R$ 48.009, foram pagos no dia da assinatura e outros US$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação, conforme nota explicativa 1. (c) Em 21 de agosto de 2020 a controlada 3R RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (*onshore*) de Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, que constituem o Polo Rio Ventura, na bacia Recôncavo, na Bahia. O valor da aquisição é de US$ 94,2 milhões, sendo (i) US$ 3,8 milhões pagos no dia da assinatura, equivalentes à R$ 20.689; (ii) US$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (*Brent*), em 14 de julho de 2021, após aprovação da ANP foi concluída a aquisição do Polo Rio Ventura. Desta forma, a 3R RV tornou-se operadora destes campos a partir de 15 de julho de 2021, conforme nota explicativa 1. (d) Em 08 de dezembro de 2020 a controlada 3R Candeias firmou contrato para a compra do Polo Recôncavo que compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. O valor total da transação é de US$ 250 milhões, sendo (i) US$ 10 milhões pagos na presente data, equivalentes à R$ 50.968; e (ii) US$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP, conforme nota explicativa 1. (e) Em 29 de janeiro de 2021 a controlada 3R Offshore firmou o contrato para aquisição de 50% da participação da Petrobras nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. A 3R Offshore tornou-se a operadora dos campos. O valor total da transação é de US$ 55 milhões, sendo (i) US$ 5 milhões pagos na presente data, equivalentes a R$ 13.456; (ii) US$ 7,5 milhões no fechamento da transação; e (iii) US$ 42,5 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato. Os valores não consideram eventuais ajustes e correções até o fechamento da transação. Em 06 de maio de 2021, a DBO realizou cessão de crédito como parte do aporte de capital para se tornar acionista da Companhia, conforme nota explicativa 1. Em 09 de julho de 2021, a 3R Offshore assinou contrato para a aquisição da participação detida pela Petrobras no campo de Papa-Terra, atualmente em produção, localizado na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, incluindo toda a infraestrutura e sistemas de superfície e submarinos atrelados. O valor total da transação é de US$ 105,6 milhões, sendo (i) US$ 6 milhões pagos no ato de assinatura do contrato de aquisição do referido ativo, equivalente a R$ 31.397; (ii) US$ 9,6 milhões a serem pagos na data do fechamento da transação; e (iii) US$ 90 milhões em pagamentos contingentes, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP, conforme nota explicativa 1. **13. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido ativo constituído em 31 de dezembro de 2021, é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R$ 57.839 e prejuízo fiscal e base negativa no valor de R$ 38.879. Em 31 de dezembro de 2020, R$ 16.489 de diferença temporária. A expectativa de utilização do imposto diferido ativo constituído em 31 de dezembro de 2021 se dará no ano de 2022. O imposto diferido passivo constituído em 31 de dezembro de 2021 é resultante da mais valia de imobilizado e intangível apurado na aquisição da Duna no valor de R$ 89.447. Os ativos fiscais diferidos e passivo compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2021
Ativos diferidos sobre diferença temporária	–	–	57.839	16.489
Ativos diferidos sobre prejuízo fiscal	–	–	38.879	–
Total dos ativos fiscais diferidos	**–**	**–**	**96.718**	**16.489**
Passivo diferido sobre mais valia dos ativos na aquisição de Duna	–	–	(89.447)	–
Total dos passivos fiscais diferidos	**–**	**–**	**(89.447)**	**–**
Tributos diferidos líquidos	**–**	**–**	**7.271**	**16.489**

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários fiscais a compensar com lucros tributários futuros e não contabilizados no montante de R$ 355.729 (R$ 347.584 em 31 de dezembro de 2020) a título de prejuízo fiscal por não ser possível afirmar que sua realização é presentemente considerada provável. No momento em que o modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia demonstrar que seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias apresentarem sua provável realização, a Companhia e suas controladas efetuarão a contabilização destes créditos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2021	3R OG	3R Offshore	3R Candeias	Total
Prejuízo fiscal e Base negativa	145.772	825.999	74.491	1.046.263
Imposto de renda 25%	36.443	206.500	18.623	261.566
Contribuição social 9%	13.119	74.340	6.704	94.164
	49.562	**280.840**	**25.327**	**355.729**

Em 31 de dezembro de 2020	3R OG	3R Offshore	3R Candeias	Total
Prejuízo fiscal e Base negativa	139.097	808.215	74.994	1.022.306
Imposto de renda 25%	34.774	202.054	18.749	255.576
Contribuição social 9%	12.519	72.739	6.749	92.008
	47.293	**274.793**	**25.498**	**347.584**

Nos termos do contrato de compra e venda assinado entre o atual e o antigo controlador, caso a Companhia e suas Controladas, elencadas acima, venham a aproveitar-se dos prejuízos fiscais acima descritos, o antigo controlador, poderá fazer jus, a título de earn-out (pagamento contingente) ao valor equivalente de até 30% do benefício auferido pela 3R OG em decorrência de sua utilização. **Valores reconhecidos no resultado**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	**(838)**	**–**	**(3.850)**	**(6.229)**
Despesas do exercício corrente	(838)	–	(3.850)	(6.229)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	**–**	**14.840**	**64.423**	**31.329**
Diferenças temporárias	–	19.801	44.724	34.325
Prejuízo fiscal	–	(4.961)	19.699	(2.996)
Total de despesas tributárias	**(838)**	**14.840**	**60.573**	**25.100**

Conciliação da alíquota de imposto efetiva. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes e a despesa de imposto de renda e de contribuição social apurada no resultado é demonstrada como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(67)**	**(238.492)**	**(44.582)**	**(301.630)**
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados pelas alíquotas efetivas	**23**	**81.087**	**15.158**	**102.554**
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	**(861)**	**(66.247)**	**45.415**	**(77.454)**
Adições permanentes	1.494	(167)	16.416	(12.486)
Equivalência patrimonial	(6.431)	(72.098)	–	(5.847)
Diferenças temporárias para as quais não foi constituído ativo fiscal diferido	4.076	512	31.081	6.220
Constituição / baixa IR/CS diferidos anos anteriores	–	14.840	261	16.979
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo diferido	–	(9.334)	(2.343)	(82.320)
Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício	**(838)**	**14.840**	**60.573**	**25.100**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(838)	–	(3.850)	(6.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	14.840	64.423	31.329
Alíquota efetiva	**-1.242%**	**6%**	**136%**	**8%**

14. Investimentos

		Controladora	
	Participação direta	31/12/2021	31/12/2020
3R Offshore	70%	157.629	96.873
3R Pescada	100%	159.969	55.864
3R Candeias	100%	87.450	50.596
3R Macau	100%	983.538	233.267
3R RV	100%	195.321	21.986
3R FZB	100%	48.801	48.985
Duna	100%	282.331	–
3R Potiguar	100%	1.000	–
		1.916.039	**507.571**

Movimentação dos saldos dos investimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	3R Offshore	3R Pescada	3R Candeias	3R Macau	3R RV	3R FZB	Duna	3R Potiguar	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	218.133	69.708	37	–	–	–	–	–	287.878
Aporte de capital	6.000	–	51.034	–	–	–	–	–	57.034
Impacto da incorporação - 3R Participações	–	–	–	203.224	21.996	48.991	–	–	274.211
Resultado equivalência patrimonial	(210.313)	(31.292)	(475)	30.043	(10)	(6)	–	–	(212.053)
Ajuste de conversão	83.053	17.448	–	–	–	–	–	–	100.501
Saldo em 31 de dezembro 2020	96.873	55.864	50.596	233.267	21.986	48.985	–	–	507.571
Aporte de capital	30.456	–	36.055	827.000	204.400	–	20.000	1.000	1.118.911
Participação relativa DBO	(8.147)	981	–	–	–	–	–	–	(7.166)
Aquisição 40% 3R Pescada	–	37.152	–	–	–	–	–	–	37.152
Resultado equivalência patrimonial	39.425	53.589	799	(76.729)	(31.065)	(184)	(4.749)	–	(18.914)
Patrimônio líquido a valor na aquisição	–	–	–	–	–	–	267.080	–	267.080
Ajuste de conversão	(978)	12.383	–	–	–	–	–	–	11.405
Saldo em 31 de dezembro 2021	157.629	159.969	87.450	983.538	195.321	48.801	282.331	1.000	1.916.039

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020							
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Impacto da incorporação - 3R Petroleum	Resultado
3R Offshore	100%	4.945	118.615	26.434	254	96.873	–	(210.313)
3R Pescada	60%	113.025	107.956	9.132	118.743	55.864	–	(31.292)
3R Candeias	100%	51.006	–	410	–	50.596	–	(475)
3R Macau	100%	84.902	1.024.576	87.890	788.321	233.267	(52.861)	30.043
3R RV	100%	21.988	–	1	–	21.986	(6)	(10)
3R FZB	100%	48.986	–	–	–	48.985	(11)	(6)
		324.852	**1.251.147**	**123.867**	**907.318**	**507.751**	**(52.878)**	**(212.053)**

15. Imobilizado: *Controladora*

	Custo						
	Saldos em 01/01/2020	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado administrativo	**2.085**	3	(1.827)	**261**	3.644	(73)	**3.833**
Outros	**694**	62	–	**756**	75	–	**831**
	2.779	**65**	**(1.827)**	**1.017**	**3.719**	**(73)**	**4.664**
	Depreciação acumulada						
	Saldos em 01/01/2020	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado administrativo	**(1.977)**	(33)	1.828	**(182)**	(76)	70	**(188)**
	(1.977)	**(33)**	**1.828**	**(182)**	**(76)**	**70**	**(188)**
Saldo líquido do ativo imobilizado	**802**			**835**			**4.476**

Consolidado

	Custo														
	Saldos em 01/01/2020	Adição	Constituição ARO - 3R Macau (*)	Baixa	Reavaliação ARO (*)	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2020	Adição	Aquisição Duna	Constituição ARO - 3R Rio Ventura (**)	Mais valia	Baixa	Reavaliação ARO	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2021
Pescada e Arabaiana	**720.206**	1.422	–	(1.161)	–	32.511	**752.978**	7.906	–	–	–	(1.318)	–	(173.746)	**585.820**
Camarão	**115.569**	28	–	(1.516)	–	48.517	**162.598**	33	–	–	–	–	–	–	**162.631**
Polo Macau	**–**	16.299	135.411	(18)	24.906	–	**176.598**	106.086	–	–	–	(1.095)	(36.358)	–	**245.231**
Rio Ventura	**–**	–	–	–	–	–	**–**	123.612	–	155.369	–	–	(14.805)	–	**264.176**
Duna	**–**	–	–	–	–	–	**–**	80	183.719	–	19.418	–	(9.152)	–	**194.065**
Outros campos	**181.694**	963	–	(171)	–	17.096	**199.582**	594	–	–	–	–	–	–	**200.176**
Imobilizado administrativo	**27.748**	10	–	(8.945)	–	(10.865)	**7.948**	4.386	–	–	–	(534)	–	–	**11.800**
	1.045.217	**18.722**	**135.411**	**(11.811)**	**24.906**	**87.259**	**1.299.704**	**242.697**	**183.719**	**155.369**	**19.418**	**2.947**	**(60.315)**	**(173.746)**	**1.663.899**
	Impairment acumulado														
	Saldos em 01/01/2020	Adição	Constituição ARO - 3R Macau (*)	Baixa	Reavaliação ARO	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2020	Adição	Aquisição Duna	Constituição ARO - 3R Rio Ventura (**)	Mais valia	Reversão	Reavaliação ARO	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2021
Pescada e Arabaiana	**(195.020)**	(46.130)	–	–	–	–	**(241.150)**	–	–	–	–	47.158	–	193.992	**–**
Camarão	**–**	(113.505)	–	–	–	–	**(113.505)**	–	–	–	–	113.261	–	–	**(244)**
Outros campos	**(163.145)**	(7.120)	–	–	–	–	**(170.265)**	–	–	–	–	–	–	–	**(170.265)**
	(358.165)	**(166.755)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(524.920)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**160.419**	**–**	**193.992**	**(170.509)**
	Depreciação acumulada														
	Saldos em 01/01/2020	Adição	Constituição ARO - 3R Macau (*)	Baixa	Reavaliação ARO	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2020	Adição	Aquisição Duna	Constituição ARO - 3R Rio Ventura (**)	Mais Valia	Baixa	Reavaliação ARO	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2021
Pescada e Arabaiana	**(413.473)**	(3.108)	–	–	–	–	**(416.581)**	(4.562)	–	–	–	–	–	–	**(421.143)**
Polo Macau	**–**	(4.627)	–	–	–	–	**(4.627)**	(13.560)	–	–	–	52	–	–	**(18.135)**
Rio Ventura	**–**	–	–	–	–	–	**–**	(9.002)	–	–	–	–	–	–	**(9.002)**
Duna	**–**	–	–	–	–	–	**–**	(1.907)	(93.284)	–	(346)	–	–	–	**(95.536)**
Fazenda Belém	**–**	–	–	–	–	–	**–**	(1)	–	–	–	–	–	–	**(1)**
Candeias	**–**	–	–	–	–	–	**–**	(9)	–	–	–	–	–	–	**(9)**
Imobilizado administrativo	**(10.329)**	(365)	–	8.945	–	–	**(1.749)**	(333)	–	–	–	532	–	–	**(1.550)**
	(423.802)	**(8.100)**	**–**	**8.945**	**–**	**–**	**(422.957)**	**(29.374)**	**(93.284)**	**–**	**(346)**	**584**	**–**	**–**	**(545.377)**
Saldo líquido do ativo imobilizado	**263.250**						**351.827**								**948.013**

(*) Constituição da provisão de abandono na 3R Macau, conforme nota explicativa 23, item a. (**) Constituição da provisão de abandono na 3R RV, conforme nota explicativa 23, item b. Os imobilizados administrativos compreendem os saldos de terrenos, móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática, que são depreciados pelas vidas úteis estimadas a seguir: Móveis e utensílios - 10 anos; Máquinas e equipamentos - 10 anos; Equipamentos de informática - 5 anos; Instalações - 5 anos. **3R Pescada (Pescada e Arabaiana).** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrado *impairment* no montante de R$ 46.130 para redução no valor recuperável do ativo essencialmente devido à redução da taxa do dólar de R$ 5,74 em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5,20 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou indícios que levaram à reversão do valor do *impairment* registrado no montante de R$ 47.158, devido ao aumento de 14,3 dólares por barril (ou 28,2%) no preço petróleo *brent* médio para todo o período avaliado (até o ano de 2046) e aumento de 17,0 dólares por barril (ou 32,6%) para o período dos próximos cinco anos (até 2026), em observada tendência de alta, quando comparado ao último teste realizado em 31 de dezembro de 2020. As adições ao imobilizado compreendidas entre janeiro e dezembro de 2021 são majoritariamente referentes a revitalização de linhas de escoamento da produção no valor de R$ 7.865. **3R Offshore (Camarão).** O campo de Camarão está condicionado à unitização com o campo de Camarão Norte. Atualmente Camarão Norte é uma área da União e a ANP irá definir se colocará em oferta permanente ou se realizará a unitização diretamente com a 3R Offshore. Avaliando as alternativas de monetização desse ativo a Administração apurou o valor em uso do ativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de realização de *impairment* no montante total de R$ 113.505, considerando-se o período de 12 anos de produção a partir de 2023 à taxa de desconto de 7,59% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou indícios que levaram à reversão do valor do *impairment* no valor de R$ 113.261, considerando a taxa de desconto de 8,56% a.a. baseado numa análise realizada considerando um novo modelo de negócios para o campo de Manati, a plataforma cobre todos seus custos operacionais com os serviços de *storage hub*. Este modelo de negócio fornece flexibilidade ao sistema e ganhos adicionais na comercialização do gás ao consumidor final. Assim, foi adotada uma premissa de venda de gás, com ponto de entrega na chegada do gasoduto na plataforma de Manati. Em comparação com o último teste realizado em 30 de junho de 2021, houve aumento de 7,8 dólares por barril (ou 13,7%) no preço petróleo *brent* médio para todo o período avaliado (até o ano de 2046) e aumento de 8,8 dólares por barril (ou 14,6%) para o período dos próximos cinco anos (até 2026), em observada tendência de alta. O preço do gás foi estimado, conservadoramente, em 8,2% do *brent* (em US$/mmbtu), tendo sido utilizado como referência o contrato atual existente entre o campo de Peroá e a Petrobras. Sendo assim, em 2025 (ano de entrada em operação do campo), o preço do gás foi estimado em US$5,4/mmbtu (assumindo o preço do *brent* em US$65,8/bbl). **3R Macau (Polo Macau).** A controlada 3R Macau adquiriu 100% de participação em todas as concessões do Polo Macau. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios que o campo possa ter sofrido desvalorização. Em 2020, a Companhia elaborou uma avaliação da obrigação para desmobilização do ativo Polo Macau com as seguintes premissas: a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no total de R$ 342.248, período de 43 anos de produção à taxa de desconto de 5,03% a.a. que representa R$ 148.320 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma nova avaliação para apurar as estimativas de custos iniciais associadas ao abandono dos ativos totalizando R$ 331.770 pelo mesmo período de 43 anos de produção à taxa de desconto de 4,71% a.a. que representa 135.802. A obrigação para desmobilização de ativos (provisão de abandono), está descrita na nota explicativa 23. As adições ao imobilizado compreendidas entre janeiro e dezembro de 2021 são majoritariamente referentes a revitalização de poços, no valor de R$ 29.837, a construção de duas plantas de processamento de água e desmantelamento (*Debottlenecking*), no valor de R$ 41.227 e almoxarifado de materiais a aplicar em revitalizações de poços, no valor de R$ 12.778. **3R RV (Polo Rio Ventura).** A controlada 3R RV adquiriu 100% de participação em todas as concessões do Polo Rio Ventura. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios que o campo possa ter sofrido desvalorização. A Companhia em 15 de julho de 2021, elaborou uma avaliação da obrigação para desmobilização do ativo Polo Rio Ventura com as seguintes premissas: a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no total de R$ 426.093, período de 26 anos de produção à taxa de desconto de 5,41% a.a. que representa R$ 155.369. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma nova avaliação para apurar as estimativas de custos iniciais associadas ao abandono dos ativos totalizando R$ 400.277, pelo mesmo período de 26 anos de produção à taxa de desconto de 4,63% a.a. que representa R$ 143.983. A obrigação para desmobilização de ativos (provisão de abandono), está descrita na nota explicativa 23. Em 15 de julho de 2021, a 3R RV se tornou operadora do Polo Rio Ventura. No início das operações a Petrobras transferiu as instalações e equipamentos no valor de R$ 95.034, que fazem parte do custo de aquisição deste ativo. As demais aquisições de ativo imobilizado são composta majoritariamente, pela revitalização de poços, no valor de R$ 21.163, infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações, no valor de R$ 1.678 e almoxarifado de materiais a aplicar em revitalizações de poços, no valor de R$ 4.953. **Duna (Campos Ponta do Mel e Redonda).** Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de compra e venda da Duna. Os ativos imobilizado líquidos que constavam no balanço da Duna na data da aquisição totalizavam R$ 90.435, sendo o valor de aquisição dos ativos imobilizados em R$ 169.358, acompanhados da depreciação acumulada no valor de R$ 93.284, e os custos iniciais associados ao abandono dos ativos no montante de R$ 14.361. O valor justo dos ativos imobilizados que foram apurados na data em que a Companhia adquiriu o controle da Duna, gerou uma mais valia de R$ 19.418, assim o valor total dos ativos imobilizado líquido de Duna em 01 de novembro de 2021 totalizam R$ 109.853. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios que levassem à mudança do valor de *impairment* ora registrado. Quanto à estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma nova avaliação para apurar as estimativas de custos iniciais associadas ao abandono dos ativos totalizando R$ 19.127, pelo mesmo período de 31 anos de produção à taxa de desconto de 4,71% a.a. que representa R$ 9.567. A obrigação para desmobilização de ativos (provisão de abandono), está descrita na nota explicativa 23. **Outros Campos.** Os demais campos da Companhia referem-se aos campos Pinaúna, bloco BM-ES-5, bloco BM-ES-5 PAD Versailles, bloco CAL-M-312 e bloco CAL-M-372. Tais campos possuíam *impairment* registrado no montante de R$ 170.265 para redução no valor recuperável dos ativos essencialmente devido à expectativa de devolução desses campos a ANP nospróximos períodos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios que levassem à mudança no valor do *impairment* registrado tendo em vista que estes campos estão em processo de devolução à ANP.

	2021							
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Mais Valia na Aquisição de Duna (i)	Resultado
3R Offshore	70%	67.161	137.025	45.799	758	157.629	–	39.425
3R Pescada	100%	111.372	178.775	5.567	124.611	159.969	–	53.589
3R Candeias	100%	88.094	647	1.291	–	87.450	–	799
3R Macau	100%	218.613	1.109.917	196.523	148.468	983.538	–	(76.729)
3R RV	100%	31.077	680.640	277.403	238.994	195.321	–	(31.065)
3R FZB	100%	48.664	235	98	–	48.801	–	(184)
Duna	100%	53.292	133.957	21.443	57.106	108.700	173.631	(4.749)
3R Potiguar	100%	1.000	–	–	–	1.000	–	–
		619.273	**2.241.196**	**548.124**	**569.937**	**1.742.408**	**173.631**	**(18.914)**

(i) Refere-se a mais valia na aquisição de Duna conforme abaixo:

Mais valia do imobilizado e intangível na combinação de negócios	270.674
(-) Imposto diferido sobre mais valia na combinação de negócios	(92.029)
Amortização/depreciação dos ativos fixos adquiridos na combinação de negócios	(7.597)
(-) Impacto no imposto diferido sobre a redução das diferenças de base por conta da amortização/depreciação dos ativos fixos adquiridos na combinação de negócios	2.583
	173.631

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

Rio de Janeiro

Sexta-feira, 25 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 56

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

16. Intangível:

Controladora

	Custo								
	Saldos em 01/01/2020	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2020**	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2021**
Software e licenças	**67**	–	–	(62)	**5**	1.665	–	(69)	**1.601**
Outros	**778**	–	–	–	**778**	–	–	–	**778**
	845	**–**	**–**	**(62)**	**783**	**1.665**	**–**	**(69)**	**2.379**
Custo	9.256	255	(204)	–	9.307	1.665	–	–	10.972
Amortização	(8.411)	(255)	204	(62)	(8.524)	–	–	(69)	(8.593)

Consolidado

Campos	**Saldos em 01/01/2020**	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2020**	**Adição**	**Aquisição Duna**	**Mais valia**	**Amortização**	**Amortização Mais Valia**	**Saldos em 31/12/2021**
Bloco BAR–M–387 (a)	**778**	–	–	–	**778**	–	–	–	–	–	**778**
Polo Macau (b)	**–**	861.880	–	(27.006)	**834.874**	33.720	–	–	(59.075)	–	**819.519**
Polo Rio Ventura (c)	**–**	–	–	–	**–**	422.582	–	–	(13.726)	–	**408.856**
Duna (d)	**–**	–	–	–	**–**	–	35.082	251.257	(6.857)	(7.251)	**272.231**
Software e licenças	**67**	–	–	(61)	**6**	3.816	–	–	(94)	–	**3.728**
	845	**861.880**	**–**	**(27.067)**	**835.658**	**460.118**	**35.082**	**251.257**	**(79.752)**	**(7.251)**	**1.495.112**
Custo	10.445	861.880	(204)	–	872.121	460.118	36.414	251.257	–	–	1.619.910
Impairment	(7.517)	–	–	–	(7.517)	–	(452)	–	–	–	(7.969)
Amortização	(2.083)	–	204	(27.067)	(28.946)	–	(880)	–	(79.752)	(7.251)	(116.829)

(a) A Companhia pagou R$ 778 de bônus de assinatura, conforme descrito na nota explicativa 1. (b) Em 28 de maio de 2020 a controlada 3R Macau concluiu a aquisição do Polo Macau pelo valor de US$ 191.103. Considerando as parcelas pagas à Petrobras no *signing* e no *closing* do Contrato de Compra e Venda do Polo Macau (*Sales and Purchase Agreement*, SPA), o valor da transação totalizou R$ 861.880. Em 21 de dezembro de 2021 a 3R Macau adquiriu os 50% restantes do campo Sanhaçu, conforme nota explicativa 1. Considerando as parcelas pagas do contrato de venda com a Petrogal, o valor da transação totalizou R$ 33.720. Em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia não identificou indícios que levassem à necessidade da realização do teste de *impairment.* (c) Em 15 de julho de 2021 a controlada 3R RV concluiu a aquisição do Polo Rio Ventura pelo valor de US$ 94.203 (R$ 520.993), sendo (i) US$ 3.800 (R$ 20.689) pagos à Petrobras no signing; (ii) US$ 31.200 (R$ 177.363) no *closing* do Contrato de Compra e Venda do Polo Rio Ventura (*Sales and Purchase Agreement, SPA*); (iii) US$ 16.000 (R$ 87.277) a serem pagos em 30 meses após o fechamento da transação; e (iv) US$ 43.203 (R$ 235.664) a serem pagos conforme previsto em contrato como pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência óleo (*brent*), caso alcance uma média móvel igual ou superior a US$ 48 e US$ 58 por barril, respectivamente, aferidas em um período de 12 meses, a qualquer tempo a partir da conclusão da aquisição do ativo. No momento do *closing* da aquisição do Polo Rio Ventura, a Companhia baseada nos modelos econômicos financeiros, o preço do brent superior à US$ 58 por barril, alcançado à uma média móvel auferida em um período de 12 meses é provável, portanto a Administração considera como devido o valor de R$ 235.664 a serem pagos em agosto de 2022. Compondo o valor da aquisição de R$ 520.993, foi identificado instalações e equipamentos no valor de R$ 95.034, que foram classificados como ativo imobilizado, conforme nota explicativa 15. O ajuste a valor presente registrado para o item (iii) R$ 87.277 a serem pagos em 30 meses após o fechamento da transação foi de R$ 3.377 considerando uma taxa de desconto de 7,59% a.a.. Sendo assim, o valor registrado no ativo intangível foi de R$ 422.582. (d) Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de compra e venda da Duna. Os ativos intangíveis líquidos que constavam no balanço da Duna na data da aquisição referem-se à cessão do direito de uso dos campos de Ponta do Mel e Redonda, que foram adquiridos pela Companhia juntos à Petrobras e tiveram a conclusão da aquisição desses campos em junho de 2020, no montante de R$ 35.082. O valor justo dos ativos intangíveis que foram apurados na data em que a Companhia adquiriu o controle da Duna, gerou uma mais valia de R$ 251.257. O valor total dos ativos intangíveis líquido de Duna em 01 de novembro de 2021 totalizam R$ 286.339.

17. Valores a pagar ao operador

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Petrobras	1.585	1.676	1.429	896
	1.585	**1.676**	**1.429**	**896**

Valores a pagar ao operador incorridos nos blocos referentes a serviços e insumos que foram adquiridos no curso normal dos negócios (Pescada e Arabaiana, REC–T–194, REC–T–208, REC–T–225, REC–T–239, REC–T–240, REC–T–253 e REC–T–254). Os blocos com prefixo “REC” são blocos da 3R OG na bacia do Recôncavo. O operador aprova um orçamento anual que é compartilhado com os parceiros, sendo os valores cobrados mensalmente. O saldo em aberto refere-se a valores que serão pagos pela Companhia. **18. Debêntures:** *Debêntures na controlada 3R Macau*. Emissão de debêntures, de acordo com a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, simples, da espécie com Garantia Real, em Série Única com as seguintes características (“Debêntures BTG”): Debenturista – Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Valor total da emissão – R$ 708.071. Quantidade – 708.071. Valor unitário – R$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão. Emissão – 27 de maio de 2020. Vencimento – 27 de abril de 2025. Pagamento de juros – Trimestral e mensal a partir do 25º mês. Garantia – alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de direitos decorrentes de contratos de concessão e penhor sobre produção de petróleo e gás. Amortização Antecipada – após o 24º mês da emissão, a empresa pode amortizar o valor em aberto de maneira total ou parcial. Remuneração – O valor nominal será objeto de correção monetária pelo valor da cotação de fechamento, para venda do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o valor nominal atualizado serão cobrados a uma taxa de 15,00% ao ano, sendo a taxa efetiva de 18,65% descontados os custos de transação. Em 30 de dezembro de 2021 ocorreu o pré-pagamento desta debênture. O valor pago para liquidar esta debênture foi de R$ 782.257 incluindo principal, juros remuneratórios acumulados e custos de pré-pagamento previstos em contrato. *Debêntures na controlada Duna*. Emissão de debêntures, de acordo com a Escritura da Primeira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real, em Série Única com as seguintes características (“Debêntures BTG Duna”): Debenturista – BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.. Valor total da emissão – R$ 41.124. Quantidade – 1. Valor unitário – R$ 41.124 (quarenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil reais) na data da emissão. Emissão – 21 de setembro de 2021. Vencimento – 01 de novembro de 2024. Pagamento de juros – Trimestral. Garantia – alienação fiduciária da totalidade das ações e penhor de direitos decorrentes de contratos de concessão. Amortização Antecipada – a qualquer momento a empresa pode amortizar o valor em aberto de maneira total ou parcial. Remuneração – O valor nominal será objeto de correção monetária pelo valor da cotação de fechamento, para venda do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o valor nominal atualizado serão cobrados a uma taxa efetiva de 8,5% ao ano, resultando em uma taxa efetiva de 8,81% ao ano.

	Controladora		3R Macau		Duna		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	**–**	**–**	**632.785**	**–**	**–**	**–**	**632.785**	**–**
Emissão de Debêntures BTG	–	–	–	707.209	47.124	–	47.124	707.209
Desembolsos de custos de transação	–	–	–	(58.899)	–	–	–	(58.899)
Custos de transação apropriados	–	–	52.027	6.872	–	–	52.027	6.872
Juros apropriados	–	–	105.748	61.655	668	–	106.417	61.655
Juros pagos	–	–	(115.852)	(61.107)	–	–	(115.852)	(61.107)
Liquidação Principal			(733.694)	–	–	–	(733.694)	–
Atualização monetária	–	–	58.986	(22.945)	420	–	59.405	(22.945)
	–	**–**	**–**	**632.785**	**48.212**	**–**	**48.212**	**632.785**
Passivo circulante	–	–	–	9.566	673	–	673	9.566
Passivo não circulante	–	–	–	623.219	47.539	–	47.539	623.219

Composição dos custos de transação incorridos:

	Controladora		3R Macau		Duna		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Saldo inicial	**–**	**–**	**(52.027)**	**–**	**–**	**–**	**(52.027)**	**–**
Comissão de reservas	–	–	–	(57.718)	–	–	–	(57.718)
Despesas com emissão	–	–	–	(551)	–	–	–	(551)
Despesas de liquidação	–	–	–	(630)	–	–	–	(630)
Custos de transação	**–**	**–**	**(52.027)**	**(58.899)**	**–**	**–**	**(52.027)**	**(58.899)**
Custos apropriados	–	–	52.027	6.872	–	–	52.027	6.872
Total	**–**	**–**	**–**	**(52.027)**	**–**	**–**	**–**	**(52.027)**

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedor nacional (a)	2.196	1.581	32.898	22.300
Fornecedor estrangeiro	835	–	5.829	145
Fornecedores a faturar	232	–	14.882	–
Total	**3.263**	**1.581**	**53.609**	**22.445**

(a) Aumento referente ao início das operações do Polo Rio Ventura e pela aquisição de Duna. Os principais saldos estão relacionados aos serviços de operação, serviços de tratamento de petróleo bruto, energia elétrica e equipamentos.

20. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social	7	265	6.090	3.100
Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro líquido	370	–	1.084	1.849
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	–	–	33.248	13.721
Imposto de renda retido na fonte	168	770	10.232	5.773
Outros	5	93	1.808	703
	550	**1.128**	**52.462**	**25.146**

21. Valores a pagar por aquisições

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Aquisição do Polo Rio Ventura (a)	–	–	357.724	–
Aquisição de Duna (b)	34.874	–	34.874	–
Aquisição Ponta do Mel e Redonda (c)	–	–	15.481	–
Aquisição Sanhaçu (50%) (d)	–	–	15.635	–
	34.874	**–**	**423.714**	**–**
Circulante	–	–	294.391	–
Não circulante	34.874	–	129.323	–

(a) Refere-se à obrigação de pagar pela aquisição do Polo Rio Ventura, sendo US$ 16.000 mil (R$ 97.502) a serem pagos em 30 meses após o fechamento da transação e US$ 43.203 mil (R$ 263.276) a serem pagos conforme previsto em contrato como pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência óleo (brent), caso alcance uma média móvel igual ou superior a US$ 48 e US$ 58 por barril, respectivamente, aferidas em um período de 12 meses, a qualquer tempo a partir da conclusão da aquisição do ativo, atualizado à uma taxa libor e cotação do dólar americano no encerramento do período. O ajuste a valor presente registrado para US$ 16.000 mil (R$ 974.502) a serem pagos em 30 meses após o fechamento da transação foi de R$ 3.054 considerando uma taxa de desconto de 7,54% a.a.. Sendo assim, o valor remanescente a ser pago pela aquisição do Polo Rio Ventura em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 357.724. (b) Refere-se à parcela contingente a ser paga pela aquisição da Duna de até US$ 7 milhões (R$ 39.686), caso o preço médio diário de referência Brent entre 02 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2023 seja superior a US$ 55 por barril. Para fins de cálculo, será devido o pagamento de US$ 4,66 mil para cada US$ 0,01 por barril de *brent* médio no período pré-estabelecido que supere o *brent* mínimo, limitado a US$ 7 milhões, descontado do ajuste a valor presente no momento da aquisição no valor de R$ 3.722, considerando uma taxa de desconto de 7,54% a.a., sendo assim, o valor remanescente a ser pago pela aquisição da Duna em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 34.874. A parcela contingente de até US$ 16 milhões, caso seja apurado um volume de reservas certificadas 2P nos Campos de Ponta do Mel e Redonda superior ao montante de 9 milhões de barris de óleo, havendo a existência de um volume de reservas 2P superior às Reservas Base (9 milhões de barris), o volume que superar esse montante ensejará um pagamento adicional pela Companhia equivalente a US$ 2,80 por cada barril de óleo certificado adicional, limitado a US$ 16 milhões. As certificações de reservas dos referidos campos, somente serão aferidas pela Companhia entre julho e dezembro de 2023, portanto, na data da conclusão da aquisição, a Companhia não possuí elementos que permitam mensurar essa obrigação como provável. (c) Refere-se à obrigação de pagar pela aquisição dos campos Ponta do Mel e Redonda, pertencentes à Duna, ocorrido em julho de 2020, sendo US$ 7.200 mil (R$ 38.513) que foram estipulados em 4 parcelas com vencimento em 15 de julho de 2020 de US$ 200 mil, em 17 de novembro de 2020 de US$ 2.800 mil, em 11 de abril de 2021 de US$ 2.100 mil e 06 de janeiro de 2022 de US$ 2.100 mil, atualizado à uma taxa fixa de 9% a.a.. Sendo assim, o valor remanescente a ser pago pela aquisição dos campos Ponta do Mel e Redonda pela Duna em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 15.481. (d) Refere-se à obrigação de pagar pela aquisição dos 50% restantes do campo de Sanhaçu, pertencente à 3R Macau, ocorrido em 21 de dezembro de 2021. O valor de duas parcelas de US$ 1,4 milhão serão pagas em 6 e 12 meses, contados do fechamento da transação (R$ 16.064), atualizado a taxa *libor* mensal. Sendo assim, o valor remanescente a ser pago por esta aquisição em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 15.635. **22. Transações com partes relacionadas:** As movimentações de saldos com partes relacionadas, a pagar e a receber, da controladora e lucros ou perdas associadas são referentes a liquidação de contratos de mútuo, reembolso de despesas e integralização de capital, como demonstrado a seguir:

Contas a pagar	**3R OG**	**3R Offshore**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**–**	**41.526**	**41.526**
3R Pescada	–	(41.526)	(41.526)
3R Macau	517	–	517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**517**	**–**	**517**
3R Macau	11.718	–	11.718
3R Duna	20.049	–	20.049
3R Potiguar	250	–	250
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**32.534**	**–**	**32.354**

Contas a receber	**3R OG**	**3R Offshore**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**–**	**–**	**–**
3R Macau	645	–	645
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**645**	**–**	**645**
3R Macau	(643)	–	(643)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2**	**–**	**2**

Remuneração pessoal chave. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. A Companhia é dirigida por um Conselho de Administração composto por, no mínimo 5 e no máximo 11 membros todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 2 anos e uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração compostos por, no mínimo 3 e no máximo 7 membros, sendo um diretor presidente, um diretor de relações com investidores, um diretor financeiro e os demais sem designação específica. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão no quadro a seguir:

	31/12/2021	**31/12/2020**
Remuneração e benefícios	24.549	31.044
Encargos sociais	4.794	5.427
Total	**29.343**	**36.471**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o quadro de administradores da Companhia é composto por 9 diretores. **23. Provisão para abandono:** Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto são trazidos a valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período (resultado financeiro líquido). A movimentação do saldo da provisão para abandono está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**–**	**–**	**282.841**	**106.630**
Constituição provisão – 3R Macau (a)	–	–	–	135.411
Constituição provisão – 3R RV (b)	–	–	155.369	–
Constituição da provisão de Duna na data da aquisição (c)	–	–	18.631	–
Revisão de premissas – 3R Pescada (d)	–	–	(5.264)	(21.486)
Revisão de premissas – 3R Macau (e)	–	–	(36.358)	24.906
Revisão de premissas – 3R Rio Ventura (f)	–	–	(14.805)	–
Revisão de premissas – Duna (g)	–	–	(9.152)	–
Atualização da provisão do abandono	–	–	13.860	6.535
Ajuste de conversão – 3R Pescada	–	–	8.842	30.845
Saldo final	**–**	**–**	**413.964**	**282.841**

(a) Este valor refere-se à estimativa de custos associados ao abandono dos ativos no final das operações em 2052, incluindo o valor total de R$ 68.857 a ser reembolsado pela Petrobras à Companhia como compartilhamento do custo de descomissionamento de determinados poços e plataformas. (b) Este valor refere-se a estimativa de custos associados ao abandono dos ativos no final das operações em 2046, incluindo o valor total de R$ 171.220 a ser reembolsado pela Petrobras à Companhia como compartilhamento do custo de descomissionamento de determinados poços. A taxa de desconto utilizada foi de 5,41% a.a.. (c) Este valor refere-se à estimativa de custos associados de abandono no final da operação em 2052, registrada na data da aquisição da Duna pela Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 3,50% a.a.. (d) A provisão de abandono de Pescada e Arabaiana tem o prazo final estimado das operações em 2046. Em 31 de dezembro de 2020 a taxa de desconto foi revisada para 4,34% a.a.. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou necessidade de alteração das premissas utilizadas no cálculo efetuado em 31 de dezembro de 2020, revisando a taxa de desconto para 4,63% a.a. e os custos estimados para abandono. (e) A provisão de abandono do Polo Macau teve a taxa de desconto revisada de 5,73% a.a. em 28 de maio de 2020 data esta de início das operações do Polo Macau, para 5,03% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e a estimativa de custo corrigida pela inflação. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou necessidade de alteração das premissas utilizadas no cálculo efetuado em 31 de dezembro de 2020, revisando a taxa de desconto para 4,71% e os custos estimados para abandono. (f) A provisão de abandono de Rio Ventura tem o prazo final estimado das operações em 2046. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou necessidade de alteração das premissas utilizadas no cálculo efetuado em julho de 2021, revisando a taxa de desconto para 4,63% a.a. e os custos estimados para abandono. (g) A provisão de abandono de Duna tem o prazo final estimado das operações em 2052. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou necessidade de alteração das premissas utilizadas no cálculo, revisando a taxa de desconto para 4,71% a.a.. **24. Provisão de contingências:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração considera a provisão para perdas registradas suficiente para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Trabalhista	2.855	706	2.855	706
Cível	–	–	693	254
	2.855	**706**	**3.548**	**960**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, trabalhistas e cíveis cujas probabilidades de perda são avaliadas como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos pelo valor aproximado de R$ 56.646 (R$ 53.298 em 31 de dezembro de 2020). Abaixo os montantes envolvidos com probabilidade de perda possível, suportado pela avaliação dos assessores jurídicos externos:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Cível	1.882	940
Trabalhista	12.208	10.238
Tributária (a)	42.555	41.658
Outros	–	462
	56.645	**53.298**

(a) A Companhia é ainda parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a 3R Offshore, cujo objeto é a lavratura de 11 autos de infração por suposta omissão de receitas de aplicação financeira no cálculo de IRPJ e CSLL, decorrente de fatos geradores dos períodos de outubro de 2001 à julho de 2003, no valor de R$ 33.492 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 33.053 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, a Companhia é parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a 3R Pescada, no valor de R$ 5.103 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.970 em 31 de dezembro de 2020) referente a auto de infração lavrado em decorrência de glosa da dedutibilidade de despesas operacionais sob o fundamento de que a controlada não teria apresentado documentação idônea para tais despesas.

25. Arrendamentos

Arrendamentos – Passivo	**Controladora**	**Consolidado**
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**1.608**	**1.608**
Pagamentos de arrendamentos	(56)	(412)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	47	91
Transferência para 3R Macau	(1.599)	–
Saldos de 31 de dezembro de 2020	**–**	**1.287**
Adições de arrendamentos (a)	6.550	24.894
Pagamentos de arrendamentos	–	(761)
Juros reconhecidos no resultado do período	–	305
Saldos de 31 de dezembro de 2021	**6.550**	**25.725**
Circulante	1.135	6.690
Não circulante	5.415	19.035

Em fevereiro de 2021, o contrato de locação do prédio administrativo com a 3R Macau, sofreu reajuste de R$ 188 conforme previsão contratual do aluguel, o vencimento das prestações do passivo de arrendamento ocorrerá em 31 de dezembro de 2022. Em março de 2021, a 3R Macau firmou contrato de aluguel de galpão, no município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte, para a finalidade de oficina de equipamentos e armazenamento de material, no valor de R$ 149, cujo vencimento se dará em 30 de setembro de 2023. Ainda em março de 2021, a 3R RV firmou contrato de locação de imóvel para base operacional no município de Catu, no estado da Bahia, no valor de R$ 793, cujo vencimento se dará em 31 de janeiro de 2026. Por fim, em junho de 2021, a 3R Macau firmou contrato de locação de equipamentos para para a implantação de uma central termelétrica, no valor de R$ 16.554, cujo vencimento se dará em junho de 2024. Em setembro de 2021, a 3R OG firmou contrato de aluguel com a Fundação Getúlio Vargas referente ao 16º andar do prédio, no valor de R$ 6.550, cujo vencimento se dará em 11 de agosto de 2026.

Direito de uso – Ativo	**Controladora**	**Consolidado**
	Imóveis	**Imóveis**
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**1.654**	**1.654**
Depreciação	(47)	(415)
Transferência para 3R Macau	(1.607)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**–**	**1.239**
Adições de arrendamento	6.550	24.759
Depreciação	–	(508)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.550**	**25.490**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui contrato de locação do escritório da sede, sendo o principal contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório, com prazo de 48 meses. O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 10,15 %. Em março de 2021, houveram adições de arrendamentos em 3R RV e 3R Macau, referentes à locação de imóvel para base operacional, com prazo de 60 meses e aluguel de galpão para oficina de equipamentos e armazenagem de material, com prazo de 31 meses, utilizando as taxas de desconto média de 11,60% e 11%, respectivamente. Em junho de 2021, houve adição de arrendamento na 3R Macau, referente à locação de equipamentos para implantação de uma central termelétrica, com prazo de 36 meses, utilizando a taxa de desconto de 11,80%. Em setembro de 2021, houve adição de arrendamento a 3R OG, referente ao aluguel 16º andar do prédio, com prazo de 60 meses, utilizando taxa de desconto de 14,35%. **26. Patrimônio Líquido: Capital social.** Em 01 de janeiro de 2020 o capital social da Companhia era de R$ 327.267 dividido em 42.806.662 ações. Em fevereiro de 2020 a Ônix adquiriu da Angel Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia 100% das ações da Companhia, diminuindo o capital social da Companhia em R$ 687. Em 31 de agosto de 2020, a Administração aprovou em Assembleia Geral da Companhia o grupamento de ações na proporção de 1/36. Dessa forma, o capital social permaneceu em R$ 326.580, dividido em 1.189.074 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 09 de novembro de 2020 ocorreu a incorporação da 3R Participações S.A., empresa controlada pelo mesmo grupo econômico. Este evento aumentou o capital social da Companhia em R$ 263.308, emitindo 60.741.863 ações ordinárias. Ato seguinte, houve o *Roll Up* das ações da DBO, antes sócia da 3R Macau, que neste movimento de incorporação passou a ser acionista da Companhia, aumentando seu capital em R$ 68.730 com a emissão de 14.716.262 novas ações ordinárias. Na mesma data, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 600.000, sendo R$ 480.000 destinados a conta capital social e R$ 120.000 destinados a conta de reserva de capital, com a emissão de 28.571.429 novas ações ordinárias em atendimento à oferta pública de ações. Em 11 de dezembro de 2020, ocorreu o exercício integral da opção de ações complementares oriundas da oferta pública de ações realizada pela Companhia em 13 de novembro de 2020, aumentando o capital social em R$ 90.000 emitindo 4.285.714 novas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	**Capital social**	**Quantidade de ações**	**Participação**
FIP 3R	140.155	31.757.365	29,010%
FIP Esmeralda	103.759	23.517.759	21,477%
Starônix	325.991	1.189.074	1,086%
DBO	68.730	14.716.262	13,439%
Outros acionistas	589.983	38.323.882	34,988%
	1.228.618	**109.504.342**	**100%**

Em 30 de março de 2021, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 822.797, sendo R$ 559.502 destinados a conta capital social e R$ 263.295 destinados a conta de reserva de capital, com a emissão de 22.855.500 novas ações ordinárias em atendimento à primeira oferta pública complementar de ações. Em 29 de outubro de 2021, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 190.396, com a emissão de 4.533.236 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal como forma de pagamento de parte do valor da aquisição da Duna. Em 04 de novembro de 2021, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 2.168.100, com a emissão de 65.700.000 novas ações ordinárias, em atendimento à segunda oferta pública complementar de ações. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia ficou assim distribuído:

Acionistas	**Capital social**	**Quantidade de ações**	**Participação**
FIP 3R	97.178	22.787.130	11,2%
FIP Esmeralda	87.675	19.872.259	9,8%
BTG Pactual	437.085	14.620.423	7,2%
Gerval Investimentos	298.028	12.113.829	6,0%
Outros acionistas	3.206.667	133.199.437	65,8%
	4.146.616	**202.593.078**	**100%**

Reservas de capital. Em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia na aprovação do aumento de capital, em atendimento a oferta pública complementar de ações, no valor de R$ 822.798, destinou R$ 263.296 à conta de reserva de capital. Os custos de transação incorridos para a realização deste evento, no valor de (R$ 39.118) foram registrados como reserva de capital para absorção do prêmio originado na subscrição de ações. Em 29 de outubro de 2021, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 190.396, com a emissão de 4.533.236 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal como forma de pagamento de parte do valor da aquisição da Duna, pelo preço de emissão por ação de R$ 42,00 (quarenta e dois reais) cada, equivalente à média simples aproximada do preço de fechamento das ações da Companhia nos 10 (dez) dias anteriores ao dia 18 de junho de 2021, conforme disposto no art. 170, §1º, III, da Lei das S.A.. Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de Duna, o preço da ação na presente data conforme cotação de mercado na bolsa de valores brasileira foi de R$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos) cada, ajustando o valor de mercado de 4.533.236 ações para R$ 157.757. A diferença entre o valor das ações na data de emissão e o valor das ações na data da conclusão da aquisição de Duna, constituí um ajuste à valor de mercado na emissão destas ações, no montante de R$ 32.639. Em 04 de novembro de 2021, por ocasião da segunda oferta pública complementar de ações foram incorridos custos de transação para realização deste evento, no valor de (R$ 79.905). Em 31 de dezembro de 2021, o valor registrado referente à transações com pagamentos baseados em ações é no montante de R$ 3.343. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva de capital da Companhia monta R$114.976. **Ajuste acumulado de conversão.** A Companhia registrou na rubrica “ajuste acumulado de conversão” o montante de R$ 6.872 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 100.501 em 31 de dezembro de 2020), resultante da conversão da moeda funcional dólar para moeda de apresentação real de suas controladas 3R Pescada e 3R Offshore, totalizando o saldo de R$ 115.852 (R$ 108.980 em 31 de dezembro de 2020). **Dividendos.** O estatuto social da Companhia prevê o percentual de 0,0001% como dividendo mínimo obrigatório. A distribuição dos lucros adicionais serão decididos pelos sócios após reunião de sócios-quotistas. Não houve distribuição de dividendo na Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **27. Segmentos operacionais.** Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, a fim de alocar recursos na avaliação do desempenho dos gestores de determinado segmento. Mediante esta definição, a Companhia possui um único segmento operacional, na qual consiste em exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

28. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita bruta de óleo	–	–	924.469	234.873
(–) Deduções da receita	–	–	(229.294)	(62.989)
Receita de óleo, líquida	**–**	**–**	**695.175**	**171.884**
Receita bruta de gás	–	–	45.063	41.539
(–) Deduções da receita	–	–	(12.439)	(9.169)
Receita de gás, líquida	**–**	**–**	**32.624**	**32.370**
Receita líquida total	**–**	**–**	**727.799**	**204.254**

A receita líquida consolidada da Companhia é oriunda dos campos de Pescada e Arabaiana, Polo Macau, Polo Rio Ventura e os campos de Ponta do Mel e Redonda, pertencentes à Duna, sendo a Petrobras o único cliente. Em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida da Companhia, quando comparada aos valores registrados em 31 de dezembro de 2020, está impactada pela operação do Polo Macau iniciada em 28 de maio de 2020, Polo Rio Ventura em 15 de julho de 2021 e da aquisição dos campos de Ponta do Mel e Redonda, pertencentes à Duna à partir de 01 de novembro de 2021 (R$ 11.598). **29. Custo dos produtos vendidos**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Custos de operação	–	–	(16.966)	(12.592)
Custos com manutenção e reparo	–	–	(4.358)	(862)
Aluguel de área	–	–	(10.831)	(1.263)
Royalty – petróleo e gás	–	–	(78.670)	(20.180)
Depreciação e amortização	–	–	(110.195)	(38.253)
Tratamento de água e energia elétrica	–	–	(30.236)	(12.064)
Serviços de terceiros	–	–	(58.212)	(16.459)
Seguro risco petróleo	–	–	(976)	(3.235)
Custos com pessoal	–	–	(5.887)	–
Outros	–	–	(3.199)	(1.327)
	–	**–**	**(319.530)**	**(106.235)**

Em 31 de dezembro de 2021, os custos dos produtos vendidos da Companhia, quando comparados aos valores registrados em 31 de dezembro de 2020, está impactada pela operação do Polo Macau iniciada em 28 de maio de 2020, Polo Rio Ventura em 15 de julho de 2021 e da aquisição dos campos de Ponta do Mel e Redonda pertencentes à Duna em 01 de novembro de 2021.

30. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Honorários a diretores e conselheiros	(2.504)	(2.104)	(11.232)	(4.036)
Salários e encargos	(976)	(1.342)	(57.390)	(19.360)
Bônus anual	(156)	–	(29.092)	–
Prêmio e bonificação atrelados ao OPA	–	–	–	(9.994)

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Transações com pagamentos baseados em ações	(3.343)	–	(3.343)	–
Benefícios a funcionários	(31)	(97)	(7.047)	(2.051)
Aluguel e manutenção escritório	(526)	–	(1.171)	–
Serviços prestados por terceiros	(11.015)	(1.915)	(20.019)	(12.387)
Depreciação e amortização	(145)	(141)	(7.173)	(1.380)
Provisão de contingências	(2.150)	711	(2.857)	457
Compartilhamento de custos	–	973	–	–
Despesas tributárias	(968)	(816)	(2.263)	(2.840)
Manutenção e suporte de software e hardware	(1.284)	–	(4.301)	–
Despesas com viagens	(329)	–	(2.985)	–
Seguros	(1.643)	–	(1.651)	(429)
Outras despesas	(2.051)	(875)	(9.058)	(7.518)
	(27.121)	**(5.606)**	**(159.582)**	**(59.538)**

Em 31 de dezembro de 2021, no consolidado, as despesas gerais e administrativas da Companhia, quando comparadas aos valores registrados em 31 de dezembro de 2020, está impactada pela operação do Polo Macau iniciada em 28 de maio de 2020, Polo Rio Ventura em 15 de julho de 2021 e da aquisição dos campos de Ponta do Mel e Redonda, pertencentes à Duna em 01 de novembro de 2021.

31. Outras despesas / receitas operacionais

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesa com operador (a)	–	–	430	(42.838)
Seguro de risco petróleo	(1.914)	–	(1.914)	–
Ajuste na provisão de abandono – 3R Pescada	–	–	5.264	21.486
Ajustes de conversão – 3R Offshore	–	–	–	(5.803)
Outras despesas / receitas	(6.132)	(1.666)	2.159	(16.923)
	(8.046)	**(1.666)**	**5.939**	**(44.078)**

(a) Valor pago ao antigo controlador referente ao contrato de compra e venda da 3R OG, no valor de R$ 29.454, prestação de contas da Petrobras, no valor de R$ 7.323 e R$ 6.061 referente a devolução dos blocos B-CAM-40, venda de Camarupim e outros.

31.1 Reversão no valor recuperável de ativos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Campo Pescada e Arabaiana (a)	–	–	47.158	(46.130)
Campo Camarão (b)	–	–	113.261	(113.505)
Fazenda Pinaúna (c)	–	–	–	(7.120)
	–	**–**	**160.419**	**(166.755)**

(a) Reversão do *Impairment* realizado na unidade geradora de caixa dos campos de Pescada e Arabaiana considerando o aumento de 14,3 dólares por barril (ou 28,2%) no preço petróleo *brent* médio para todo o período avaliado (até o ano de 2046) e aumento de 17,0 dólares por barril (ou 32,6%) para o período dos próximos cinco anos (até 2026), utilizando técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso (constituição de *impairment* de R$ 46.130 em 31 de dezembro de 2020). (b) Reversão do *Impairment* realizado na unidade geradora de caixa do campo de Camarão considerando um novo modelo de negócios para Manati, a plataforma cobre todos seus custos operacionais com os serviços de *storage hub*. Este modelo de negócio fornece flexibilidade ao sistema e ganhos adicionais na comercialização do gás ao consumidor final. Houve aumento de 7,8 dólares por barril (ou 13,7%) no preço petróleo *brent* médio para todo o período avaliado (até o ano de 2046) e aumento de 8,8 dólares por barril (ou 14,6%) para o período dos próximos cinco anos (até 2026), em observada tendência de alta. O preço do gás foi estimado, conservadoramente, em 8,2% do *brent* (em US$/mmbtu), tendo sido utilizado como referência o contrato atual existente entre o campo de Peroá e a Petrobras. Sendo assim, em 2025 (ano de entrada em operação do campo), o preço do gás foi estimado em US$5,4/mmbtu (assumindo o preço do *brent* em US$65,8/bbl), resultando na reversão do valor recuperável registrado de R$ 113.505 em 31 de dezembro de 2020, utilizando a técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso. (c) *Impairment* efetuado na Fazenda Pinaúna, referente a um acordo extrajudicial, para encerrar o processo 0179509–24.2016.8.19.0001, onde a Fazenda Pinaúna foi avaliada pelo valor de R$ 15.000, determinando um *impairment* de R$ 7.120.

32. Receitas e despesas financeiras

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	186.304	223	197.894	8.103
Atualização de depósitos judiciais	4	3	4	3
Atualização monetária – debêntures	–	–	–	51.337
Variação monetária – juros debêntures	–	–	3.503	–
(–) Tributos	(8.670)	(12)	(6.869)	(2.747)
Ajuste a valor presente	598	–	598	–
Variação cambial líquida	14.568	–	769	–
Ganhos com operações de *hedge*	–	–	–	14.151
Outras receitas financeiras	145	23	1.173	4.220
	192.949	**237**	**197.072**	**75.067**
Despesas financeiras				
Incremento de abandono	–	–	(13.860)	(6.621)
Juros – Empréstimos	–	–	(549)	–
Juros – Arrendamento	–	(6)	(305)	(98)
Juros – Debêntures	–	–	(199.649)	(61.807)
Atualização monetária – Debêntures	–	–	(61.105)	(28.392)
Atualização monetária – Aquisição Rio Ventura	–	–	(7.215)	–
Perdas com operações de *hedge*	–	–	(213.270)	(52.768)
Perda de rendimento na aplicação financeira	(137.709)	–	(139.238)	–
Ajuste de conversão	–	–	(17.530)	–
Ajuste a valor presente	–	–	(323)	–
Variação cambial líquida	–	(19.339)	–	(45.989)
Outras despesas financeiras	(1.226)	(59)	(3.655)	(8.670)
	(138.935)	**(19.404)**	**(656.699)**	**(204.345)**
Resultado financeiro líquido	**54.014**	**(19.167)**	**(459.627)**	**(129.728)**

33. Lucro por ação: Cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias dilutivas. Não há diferença entre o cálculo de resultado por ação básico e diluído em virtude da inexistência de potenciais ações dilutivas.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(905)	(223.652)	(905)	(259.233)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	146.675.763	16.244.556	146.675.763	16.244.556
Resultado líquido básico e diluído por ação – R$	**(0,01)**	**(13,77)**	**(0,01)**	**(15,96)**

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Classificação contábil e valores justos. Na medida do possível a Companhia usa dados observáveis de mercado para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo e são classificados considerando as entradas usadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados observáveis para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 insumos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.

Nível 3 insumos para o ativo ou passivo que não estão baseados em dados de mercado observáveis (insumos não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, quando aplicáveis:

	Nível	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.529	256.742	118.725	287.942
Aplicações financeiras	–	2.238.099	313.571	2.389.374	417.520
Contas a receber de clientes	–	–	–	114.559	44.671
Contas a receber com partes relacionadas	–	2	645	–	–
		2.239.630	**570.958**	**2.622.658**	**750.133**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	–	3.263	1.581	53.609	22.445
Debêntures	–	–	–	48.212	632.785
Contas a pagar com partes relacionadas	–	32.534	517	–	–
Valores a pagar ao operador	–	1.585	1.676	1.429	896
Valores a pagar por aquisições	–	34.874	–	423.714	–
Outras obrigações	–	994	1.864	24.296	24.922
		73.250	**5.638**	**551.260**	**681.048**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Derivativos	2	–	–	115.970	34.349
		–	**–**	**115.970**	**34.349**

Os ativos e passivos financeiro mensurados ao custo amortizado apresentados acima possuem os seus valores similares aos valores justos devido às suas características, com exceção das debêntures. O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 42.248 (R$ 892.179 em 31 de dezembro de 2020) (nível 2). Em cumprimento da Política de *Hedge* da Companhia, exigida pelo seu principal credor, a Administração realizou operações de hedge para parte de sua produção dos próximos 12 meses. Um preço médio de US$ 60 por barril foi obtido com os Non-Deliverable Forward ("NDF") na 3R Macau e preço médio de US$ 68 por barril para NDF na 3R Offshore, e um piso de US$ 50 por barril para as PUTs e um teto de US$ 67 por barril para as CALLs, na 3R Macau. Em 31 de dezembro de 2021, os contratos oferecem cobertura para 2.640 mil barris que se espera que sejam vendidos nos próximos 12 meses.

Instrumento	Quantidade	Valor justo registrado em 2021	Valor justo registrado em 2020
NDFs	2.052.000	(76.366)	(17.338)
Collars	588.000	(39.604)	(17.011)
Total	**2.640.000**	**(115.970)**	**(34.349)**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os saldos de derivativos abaixo referem-se a operações de NDF para proteção contra a oscilação de preços do petróleo (*Brent*).

3R Macau

Instrumento	Quantidade (barris) 2021	Quantidade (barris) 2020	Vigência	Valor de referência (Nocional) 2021	Valor de referência (Nocional) 2020	Valor justo da posição NDF vendida de NDF 2021	Valor justo da posição NDF vendida de NDF 2020	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2021	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2020
NDF	–	–	04/01/2021	–	8.784	–	10.441	–	(1.657)
NDF	–	–	01/02/2021	–	11.251	–	13.394	–	(2.143)
NDF	–	–	01/03/2021	–	11.274	–	13.388	–	(2.114)
NDF	–	–	01/04/2021	–	10.382	–	12.036	–	(1.654)
NDF	–	–	03/05/2021	–	10.411	–	12.008	–	(1.597)
NDF	–	–	01/06/2021	–	7.961	–	9.306	–	(1.345)
NDF	–	55.000	01/07/2021	–	7.996	–	9.274	–	(1.277)
NDF	–	55.000	02/08/2021	–	8.016	–	9.242	–	(1.226)
NDF	–	55.000	01/09/2021	–	8.019	–	9.208	–	(1.190)
NDF	–	55.000	01/10/2021	–	8.036	–	9.176	–	(1.140)
NDF	–	20.000	01/11/2021	–	–	–	–	–	–
NDF	–	20.000	01/12/2021	–	9.567	–	10.414	–	(847)
NDF	90.000	90.000	03/01/2022	24.121	–	37.561	–	(13.441)	–
NDF	10.000	10.000	01/02/2022	3.555	–	4.336	–	(781)	–
NDF	50.000	50.000	25/02/2022	16.203	–	21.549	–	(5.346)	–
NDF	50.000	50.000	01/04/2022	16.088	19.603	21.411	20.751	(5.324)	(1.148)
NDF	55.000	55.000	02/05/2022	18.929	–	23.455	–	(4.526)	–
NDF	55.000	55.000	01/06/2022	19.033	–	23.278	–	(4.245)	–
NDF	100.000	100.000	01/08/2022	37.006	–	41.600	–	(4.594)	–
NDF	143.000	50.000	01/11/2022	19.535	–	19.490	–	(1.178)	–
NDF	93.000	45.000	04/10/2022	37.591	–	37.477	–	(1.262)	–
NDF	96.000	–	30/12/2022	38.309	–	38.516	–	(208)	–
Total	**742.000**	**765.000**		**230.370**	**121.300**	**268.673**	**138.638**	**(40.905)**	**(17.338)**

3R Offshore

Instrumento	Quantidade (barris) 2021	Quantidade (barris) 2020	Vigência	Valor de referência (Nocional) 2021	Valor de referência (Nocional) 2020	Valor justo da posição NDF vendida de NDF 2021	Valor justo da posição NDF vendida de NDF 2020	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2021	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2020
NDF	40.000	–	31/01/2022	15.342	–	17.343	–	(2.001)	–
NDF	60.000	–	25/02/2022	22.796	–	25.910	–	(3.114)	–
NDF	60.000	–	31/03/2022	22.639	–	25.773	–	(3.134)	–
NDF	60.000	–	29/04/2022	22.491	–	25.593	–	(3.102)	–
NDF	60.000	–	31/05/2022	22.368	–	25.401	–	(3.034)	–
NDF	70.000	–	30/06/2022	26.754	–	29.314	–	(2.560)	–
NDF	70.000	–	29/07/2022	26.617	–	29.076	–	(2.459)	–
NDF	80.000	–	31/08/2022	31.685	–	33.113	–	(1.427)	–
NDF	100.000	–	30/09/2022	38.721	–	41.133	–	(2.413)	–
NDF	100.000	–	31/10/2022	38.423	–	40.818	–	(2.395)	–
NDF	100.000	–	30/11/2022	38.227	–	40.513	–	(2.286)	–
NDF	100.000	–	29/12/2022	37.801	–	40.221	–	(2.420)	–
NDF	50.000	–	02/01/2023	19.171	–	20.061	–	(890)	–
NDF	60.000	–	01/02/2023	23.284	–	23.912	–	(629)	–
NDF	60.000	–	01/03/2023	23.101	–	23.776	–	(674)	–
NDF	60.000	–	03/04/2023	22.932	–	23.627	–	(695)	–
NDF	60.000	–	02/05/2023	22.914	–	23.486	–	(572)	–
NDF	60.000	–	01/06/2023	22.591	–	23.346	–	(755)	–
NDF	60.000	–	03/07/2023	22.316	–	23.218	–	(902)	–
Total	**1.310.000**	**–**		**500.173**	**–**	**535.634**	**–**	**(35.462)**	**–**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os saldos de derivativos abaixo referem-se a operações com opções e *collars* sem custo da 3R Macau, para proteção das oscilações do preço do petróleo (Brent).

Instrumento	Quantidade (barris) 2021	Quantidade (barris) 2020	Vigência	Valor justo das opções de VENDA, posições compradas 2021	Valor justo das opções de VENDA, posições compradas 2020	Valor justo das opções de COMPRA, posições vendidas 2021	Valor justo das opções de COMPRA, posições vendidas 2020	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2021	Provisão para perda na posição líquida ao valor justo 2020
Collar	–	–	01/04/2021	–	64	–	(1.351)	–	(1.287)
Collar	–	–	03/05/2021	–	109	–	(1.442)	–	(1.333)
Collar	–	–	01/06/2021	–	154	–	(1.473)	–	(1.319)
Collar	–	44.000	01/07/2021	–	201	–	(1.511)	–	(1.310)
Collar	–	44.000	02/08/2021	–	222	–	(1.590)	–	(1.368)
Collar	–	44.000	01/09/2021	–	239	–	(1.617)	–	(1.378)
Collar	–	43.000	01/10/2021	–	241	–	(1.626)	–	(1.385)
Collar	–	80.000	01/11/2021	–	636	–	(3.620)	–	(2.984)
Collar	–	80.000	01/12/2021	–	719	–	(2.761)	–	(2.042)
Collar	10.000	10.000	04/01/2022	–	–	(913)	(618)	(913)	(618)
Collar	100.000	100.000	01/02/2022	0,04252	–	(12.055)	(937)	(12.055)	(937)
Collar	50.000	50.000	01/03/2022	13,10827	17	(5.476)	(1.067)	(5.463)	(1.050)
Collar	60.000	60.000	01/04/2022	146,32782	–	(5.266)	–	(5.120)	–
Collar	55.000	55.000	02/05/2022	228,58139	–	(3.614)	–	(3.386)	–
Collar	55.000	55.000	01/06/2022	343,1726	–	(3.960)	–	(3.616)	–
Collar	110.000	110.000	01/07/2022	1.209,582	–	(4.723)	–	(3.513)	–
Collar	98.000	98.000	01/09/2022	1.633,2709	–	(4.979)	–	(3.346)	–
Collar	50.000	50.000	01/10/2022	971,75391	–	(3.163)	–	(2.192)	–
Total	**588.000**	**923.000**		**4.546**	**2.602**	**(44.149)**	**(19.613)**	**(39.604)**	**(17.011)**

b) Gerenciamento dos riscos financeiros. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. **i. Estrutura de gerenciamento de risco.** A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. **ii. Risco de crédito.** O risco refere-se principalmente às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, com riscos financeiros classificados com rating mínimo AA– pela *Standard & Poor's*, minimizando seus riscos. As vendas da Companhia estão concentradas, exclusivamente, na Petrobras, classificada Ba1 pela *Mody's, BB– pela Standard & Poor's* e pela *Fitch*. Sendo assim, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo básico para o negócio do seu único cliente (Petrobras). ***Risco com derivativos.*** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA– e AA+, que visam oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo. Essas operações protegem as receitas da Companhia em 60%, conforme política de *hedge* aprovada pela Administração. **iii. Risco de liquidez.** Representa o risco de escassez e dificuldade de a Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses valores são brutos e não-descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

2021

Controladora

Passivos financeiros	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores	3.263	3.263	–	–	–
Partes relacionadas	32.534	32.534	–	–	–
Valores a pagar ao operador	1.585	1.585	–	–	–
Valores a pagar por aquisições	34.874	–	34.874	–	–
Outras obrigações	994	–	994	–	–

Consolidado

Passivos financeiros	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores	53.609	53.609	–	–	–
Debêntures	48.212	673	32.133	22.500	–
Derivativos	115.970	115.970	–	–	–
Valores a pagar ao operador	1.429	1.429	–	–	–
Valores a pagar por aquisições	432.016	310.370	144.018	–	–
Outras obrigações	994	–	994	–	–

2020

Controladora

Passivos financeiros	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores	1.581	1.581	–	–	–
Partes relacionadas	517	517	–	–	–
Valores a pagar ao operador	1.676	1.676	–	–	–
Outras obrigações	1.864	81	1.783	–	–

Consolidado

Passivos financeiros	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores	22.445	22.445	–	–	–
Debêntures	632.785	107.494	523.910	337.859	–
Derivativos	34.349	34.349	–	–	–
Valores a pagar ao operador	896	896	–	–	–
Outras obrigações	9.922	494	9.428	–	–

iv. Risco de mercado. São possíveis mudanças nos preços do mercado que podem afetar os fluxos de caixas futuros e/ou o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. Os riscos do mercado são: • Riscos de taxa de juros; • Riscos de moeda (taxa de câmbio); e • Riscos de preços. **• Risco de taxas de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados. Esse risco não é relevante para a Companhia. **• Risco de moeda.** (a) Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio do dólar americano, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados, todas as transações que envolvem risco de moeda estão registradas no balanço da Companhia. A tesouraria da Companhia aplica parte relevante dos seus recursos disponíveis em fundo de investimento cambial e soberano e multimercado, uma vez que a 3R Macau contratou dívida atrelada ao dólar americano de forma a adotar uma estratégia de *hedge* natural destas aplicações versus dívida em dólar, esta dívida foi paga em 30 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 18. A Duna contratou em 21 de setembro de 2021, uma dívida atrelada ao dólar americano, a Administração entende que a decisão de aplicação dos seus recursos disponíveis conforme descrito acima, também se aplica como estratégia de hedge natural para esta dívida. O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	–	185.943
Aplicações financeiras	2.277.704	298.038
Passivos		
Fornecedores	(5.829)	(145)
Debêntures	(48.213)	(684.812)
Total da exposição cambial líquida	**2.223.662**	**(200.976)**

Análise de sensibilidade. A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual ela esteja exposta. Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro de 2021, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Consolidado

Ativo	Risco	2021	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras - USD	Desvalorização do dólar	2.277.704	2.306.071	2.101.312	1.701.985
Passivo					
Fornecedores	Valorização do dólar	(5.829)	(5.902)	(6.573)	(7.985)
Derivativos	Valorização do dólar	(115.970)	(117.414)	(130.764)	(158.871)
Debêntures	Valorização do dólar	(48.212)	(48.812)	(54.362)	(66.047)
Total da exposição líquida		**2.107.693**	**2.133.943**	**1.909.613**	**1.469.081**

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, considerou-se no cenário provável a projeção de taxa média de câmbio divulgada no relatório FOCUS emitido pelo BACEN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (US$ 1/R$ 5,65). No cenário II esta projeção foi majorada em 10% e no cenário III a projeção foi majorada em 20%, ambas em relação ao cenário provável. A Companhia considera que esta métrica é a mais adequada para análise de sensibilidade dos cenários apresentados. Em 31 de dezembro de 2020 os cenários estão demonstrados abaixo, considerando a projeção de taxa média de câmbio divulgada no relatório FOCUS emitido pelo BACEN (US$ 1/R$ 5,15). No cenário II esta projeção foi majorada em 10% e no cenário III a projeção foi majorada em 20%.

Consolidado

Ativo	Risco	2020	Cenário Provável	Cenário (II) (Δ 10%)	Cenário (III) (Δ 20%)
Caixa e equivalentes de caixa – USD	Desvalorização do dólar	185.943	184.272	165.845	147.418
Aplicações financeiras – USD	Desvalorização do dólar	298.038	295.360	265.824	236.288
Passivo					
Derivativos	Valorização do dólar	(34.349)	(34.040)	(37.444)	(40.848)
Debêntures	Valorização do dólar	(684.812)	(678.658)	(746.525)	(814.391)
Total da exposição líquida		**(235.180)**	**(233.066)**	**(352.300)**	**(471.533)**

• Risco de preço. Os riscos de preços para a Companhia são provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção de parte dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses). A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no Patrimônio Líquido da marcação a mercado e liquidação dos contratos de NDF e *Collars* em três cenários: (i) Cenário Provável considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; (ii) Cenário I, considerando valorização de 10% sobre os preços do Cenário I; e (iii) Cenário II, considerando valorização de 20% sobre os preços do Cenário I. A Companhia considera que esta métrica é a mais adequada para análise de sensibilidade dos cenários apresentados

Passivo	Risco	2021	Cenário Provável	Cenário possível (I) (Δ 10%)	Cenário remoto (II) (Δ 20%)
Derivativos	Valorização do Brent	(115.970)	(126.182)	(231.184)	(337.499)
Total da exposição líquida		**(115.970)**	**(126.182)**	**(231.184)**	**(337.499)**

A receita total da 3R Macau, 3R Pescada, 3R RV e Duna tem 95% de exposição a flutuação do preço do *brent.* Conforme descrito na nota explicativa 36 (e), (h) e (j), na aquisição do Polo Rio Ventura pela 3R RV, do Polo Peroá pela 3R Offshore e pela compra de Duna, poderá existir pagamento de parcela de preço contingente ao valor do *brent.* **35. Contrato de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Seguros/Modalidades (em milhões)	Importância segurada	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	US$ 5.000 mil	28.08.2022
Risco Operação	US$ 20.000 mil	28.08.2022
Custos com operador	US$ 10.000 mil	28.08.2022
Responsabilidade civil / diretores / acionistas	R$ 60.000	02.05.2022
Fiança Locatícia	R$ 6.193	11.08.2026
Seguro Patrimonial	R$ 34.439	27.09.2022
Posi	R$ 11.125	08.11.2022

36. Compromissos assumidos: Abaixo apresentam-se compromissos assumidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021. a) Parcela *Gross Overriding Royalties*: Pagamento contingente de 3% sobre a receita bruta auferida pela Companhia decorrente do desenvolvimento de blocos exploratórios específicos da Companhia, caso este ocorra durante período de no máximo 10 anos; b) Parcela de *Earn Out*: Pagamento contingente atrelado à potencial aferimento de lucro tributável pela 3R Offshore, 3R Candeias e 3R OG. c) Em 09 de julho de 2020 a controlada 3R Pescada firmou contrato para a aquisição de 65% de participação da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos), a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 (trezentos mil dólares americanos) na assinatura do contrato e US$ 1.200 (um milhão e duzentos mil dólares americanos) no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020). d) Em 14 de agosto de 2020, a 3R FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US$ 35,2 milhões. Desse montante, US$ 8,8 milhões (R$ 49 milhões) foram pagos no dia da assinatura em 14 de agosto de 2020 e outros US$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação. e) Em 17 de dezembro de 2020 a controlada 3R Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O valor total da transação é de US$ 250 milhões, sendo (i) US$ 10 milhões pagos em dezembro de 2020; e (ii) US$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP. f) Em 29 de janeiro de 2021 a controlada 3R Offshore firmou contrato para a aquisição de 50% da participação da Petrobras nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM–ES–21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. O valor total da transação é de US$ 55 milhões, sendo (i) US$ 5 milhões pagos na presente data; (ii) US$ 7,5 milhões no fechamento da transação; e (iii) US$ 42,5 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, sendo 50% do valor a ser horando pela 3R e 50% pela DBO. Os pagamentos contingentes dividem-se em: (a) US$ 20 milhões a serem pagos caso ocorra a declaração de comercialidade do campo de Malombe, (b) US$ 12,5 milhões a serem pagos caso o Brent alcance US$ 48 na média de 12 meses a qualquer tempo a partir da data do *closing* da operação, e (b.1) a renovação dos contratos de concessão dos campos ou (b.2) a ocorrência da hipótese (a) acima; e (c) US$ 10 milhões se o Brent alcançar US$ 58 na média acima detalhada. g) Em 09 de julho de 2021, através da 3R Petroleum Offshore S.A. ("3R Offshore"), contrato para a aquisição da participação detida pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") no campo de Papa–Terra, atualmente em produção, localizado na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, incluindo toda a infraestrutura e sistemas de superfície e submarinos atrelados. Atualmente, a Petrobras é operadora do ativo com 62,5% de participação, sendo o restante detido pela Chevron Brasil Petróleo Ltda.. Após a conclusão da transação, a 3R Offshore tornar-se–á operadora do campo. O valor total da transação é de US$ 105,6 milhões, sendo (i) US$ 6 milhões pagos no ato de assinatura do contrato de aquisição do referido ativo; (ii) US$ 9,6 milhões a serem pagos na data do fechamento da transação; e (iii) US$ 90 milhões em pagamentos contingentes. Os valores não consideram ajustes e correções durante o período, que podem ocorrer até o fechamento da transação. Os pagamentos contingentes estão divididos em 11 parcelas, às quais estão condicionadas ao preço de referência do petróleo tipo brent e à performance operacional do ativo, conforme descrito a seguir: (a) Cinco parcelas, que representam 30% do total contingente, serão devidas caso: (a.i) o Brent alcance a média móvel igual ou superior a US$ 50 no período de 12 meses e (a.ii) a produção de óleo alcance determinados volumes acumulados, específicos para cada parcela, com apuração e vigência compreendidas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2032; (b) Cinco parcelas, que representam 54% do total contingente, serão devidas caso: (b.i) observado o item (a.i) supramencionado e (b.ii) a operação alcance determinados volumes médios de produção diária no período de 12 meses, específicos para cada parcela, com apuração e vigência compreendidas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2032; e (c) Uma parcela, que representa 17% do total contingente, será devida caso: (c.i) o Brent alcance média móvel igual ou superior a US$ 65 no período de 6 meses, iniciando-se sua apuração na data do fechamento da transação e encerrando-se em 24 meses. h) Em 01 de novembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de compra da Duna. O valor da transação pode alcançar US$ 72,3 milhões, o compromisso de pagamento assumido

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

não registrado nas demonstrações financeiras refere-se à parcela contingente de até US$ 16 milhões, caso seja apurado um volume de reservas certificadas 2P nos Campos de Ponta do Mel e Redonda superior ao montante de 9 milhões de barris de óleo, subtraído da produção de óleo aferida a partir da conclusão da referida aquisição. Desta forma, para fins de cálculo, a Companhia fará novas certificações dos referidos Campos em junho e em dezembro de 2023. Caso seja apurada a existência de um volume de reservas 2P superior às Reservas Base, o volume que superar esse montante ensejará um pagamento adicional pela Companhia equivalente a US$ 2,80 por cada barril de óleo certificado adicional, limitado a US$ 16 milhões. **37. COVID-19:** A Companhia, apoiada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde ("OMS") e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas; por meio da operacionalização do regime de trabalho em casa (home office), provendo toda estrutura necessária aos colaboradores para eficiência do modelo implantado, assim como total suporte do departamento de recursos humanos na avaliação da saúde mental dos colaboradores no decorrer do período. Nas áreas operacional, quando a implantação do regime home office se mostrou impraticável, foi estabelecido plano com rigorosa higienização dos locais de trabalho e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs). Mesmo com o cenário atípico e desafiador ocasionado pela pandemia do COVID-19, não houve impactos relevantes nas operações. Nossas vendas de gás são realizadas de acordo com um contrato de preço fixo, que não foi impactado pela pandemia, tendo em vista, principalmente, que as vendas de gás independem das mudanças no preço do petróleo. Isso mitiga riscos de mercado e protege a geração de caixa da companhia. Com respeito à venda de petróleo houve um impacto significativo considerando que os preços do petróleo caíram a níveis abaixo de US$30 por barril em abril e maio no exercício de 2020, no decorrer do segundo semestre de 2020 e no exercício de 2021, os preços do petróleo por barril recuperaram atingindo patamares médios de US$ 70 por barril. Apesar do impacto na receita derivada do petróleo entre abril e maio de 2020, a 3R Pescada e 3R Macau registraram um aumento na receita líquida em comparação com o mesmo período de 2020; isso se deve a níveis mais altos de produção, pela valorização do brent e o contrato de preço fixo do gás. Cumpre ressaltar que a companhia não teve qualquer evento de demissão ou realocação de qualquer colaborador por conta do contexto apresentado. Com relação à segurança de seus funcionários, a companhia avalia constantemente as melhores práticas para assegurar sua segurança, estando sempre alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde. A companhia anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, que incluíram: • Alteração de trabalho presencial para a modalidade de *home-office*, quando possível. • Quarentena, monitoramento da saúde e testagem. • Checagem geral realizada por profissional de saúde nas unidades de produção. • Uso de máscaras e álcool gel nas unidades de produção. • Campanhas de conscientização através dos meios de comunicação utilizados nas unidades de produção. • Medidas para evitar aglomeração nas unidades de produção. As medidas adotadas pela administração, que estão em constante reavaliação, buscam manter a qualidade operacional e a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, estando alinhados com as medidas determinadas pelas autoridades públicas. A companhia irá continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. **38. Eventos subsequentes:** *Aquisição do Polo Potiguar.* Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia através da 3R Potiguar assinou acordo de compra e venda da participação de 100% do Polo Potiguar junto à Petrobras. O acordo prevê a cessão dos contratos de concessão de um conjunto de 22 campos em produção e a transferência de toda a infraestrutura e sistemas de dutos que suportam a operação, além do ativo industrial de Guamaré ("AIG"), que engloba unidades de processamento de gás natural (UPGNs), a refinaria de Clara Camarão e o terminal aquaviário de Guamaré (terminal de uso privado), com ampla capacidade de estocagem e sistemas que permitem a exportação e importação de óleo e derivados. O valor total da transação é de US$ 1,38 bilhão, sendo (i) US$ 110 milhões (R$ 591.948) pagos no ato de assinatura do contrato de aquisição do referido ativo; (ii) US$ 1,04 bilhão a ser pago na data do fechamento da transação; e (iii) US$ 235 milhões em 4 parcelas anuais de US$ 58,75 milhões, iniciando em março de 2024, com fim em março de 2027. Os valores não consideram os ajustes devidos e o fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP. Adicionalmente, a transação contempla a transferência à 3R Potiguar da geração de caixa referente à produção e comercialização de óleo e gás dos 22 campos em produção mencionados acima (*upstream*), a partir da data efetiva de 01 de julho de 2022. O Polo Potiguar compreende três subpolos de concessões: (i) Canto do Amaro, que é formado por doze concessões de produção *onshore*; (ii) Alto do Rodrigues, que é formado por sete concessões de produção onshore; e (iii) Ubarana, que é formado por três concessões localizadas em águas rasas, entre 10 e 22 km da costa do município de Guamaré. A logística do Polo é otimizada, uma vez que toda a produção de óleo e gás é transportada por meio de dutos até as instalações de processamento localizadas no AIG. Os três subpolos contam com infraestrutura completa de suporte as operações, dentre as quais se destacam: (i) estações coletoras, de compressão e de injeção de água; (ii) subestações de energia; (iii) sistema de geração de vapor com dutos e estações geradoras e de injeção; (iv) plataformas offshore conectadas às instalações do AIG por dutos; (v) sistema de escoamento da produção onshore e offshore; e (vi) bases operacionais, laboratórios para análises, galpões de manutenção e estoque de materiais. Adicionalmente, o AIG reúne toda a infraestrutura necessária para processamento, tratamento, refino, logística e armazenamento de óleo e gás oriunda de todos os campos *onshore* e *offshore* do Rio Grande do Norte, incluindo os já adquiridos pela Companhia na região (Polos Macau, Duna e Pescada) e os campos operados por outras empresas do setor. Dentre as estruturas que formam o AIG, destacam-se: • Estações de tratamento de óleo e água com capacidade total superior a 750.000 barris de fluidos por dia; • Tancagem com capacidade de armazenamento superior a 1,8 milhão de barris de óleo e derivados, podendo estocar a produção de óleo dos campos do Rio Grande do Norte por mais de 20 dias; • Refinaria de Clara Camarão, com capacidade instalada para refino de 39,6 mil barris de óleo por dia, que atende os mercados de gasolina, diesel, bunker e querosene de aviação do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, com potencial para expandir a atuação nesses mercados e atingir outros estados fronteiriços; • Unidades de processamento de gás natural (UPGNs) com capacidade de 1,8 milhão de m³ de gás por dia, além de compressores para exportação de gás que estão conectados às malhas de transporte de gás do Nordeste e Sudeste do país; • Terminal aquaviário de Guamaré, com alta capacidade de exportação, importação e cabotagem de óleo e derivados. *Alteração de Participação Societária Relevante.* Em 01 de fevereiro de 2022, a Starboard Asset LTDA. ("Starboard" ou "Gestora"), gestora do 3R Petroleum Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP 3R"), alienou 22.787.130 ações ordinárias de emissão da Companhia na bolsa de valores brasileira, equivalentes a aproximadamente 11,25% do capital social da Companhia. A operação teve viés exclusivamente financeiro, sem alterar a estrutura societária ou administração da Companhia e os demais fundos de investimento geridos pela Starboard são acionistas de longo prazo da Companhia e não alienaram suas participações nesta operação.

Ricardo Rodrigues Savini - Diretor-Presidente
Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro Braz Rocha - Controller
Wagner Pinto Medeiros - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Ricardo Rodrigues Savini (Diretor Presidente), Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. Ricardo Rodrigues Savini - Diretor-Presidente; Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Ricardo Rodrigues Savini (Diretor Presidente), Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações anuais da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. Ricardo Rodrigues Savini - Diretor-Presidente. Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA 3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A. INTRODUÇÃO. O Comitê de Auditoria da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia") foi criado em 31 de agosto de 2020 e vem exercendo suas atividades atento as melhores práticas de governança corporativas e padrões de mercado, a fim de aprimorar constantemente seu programa de atuação. De acordo com o que estabelece o seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020 compete ao Comitê de Auditoria zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução de riscos. Os membros do Comitê de Auditoria são:

Membro	Membro do comitê desde
KJETIL SOLBRAEKKE – Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro independente do Conselho de Administração	**31 de agosto de 2021**
HALVARD IDLAND – Membro do Comitê de Auditoria	**31 de agosto de 2021**
RICARDO FRAGA LIMA – Membro do Comitê de Auditoria	**31 de agosto de 2021**

Os membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato até a 1 ano. **ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA.** No ano de 2021 o Comitê de Auditoria realizou 19 reuniões ordinárias. Nesse período, o Comitê de Auditoria realizou reuniões periódicas com a Área de Riscos e Controles Internos, com a Gerência de Compliance e Governança, com a Auditoria Interna, com a Auditoria Externa Independente, com a Controladoria, com a Diretoria Corporativa e de Gás e Energia e com a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores para aprofundar e monitorar processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Externos Independentes, da Auditoria Interna, da Área Riscos e Controles Internos e da Gerência de Compliance e Governança e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Na reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2022, o Coordenador do Comitê apresentou um relato das atividades do Comitê, para discussão com os conselheiros, manifestando, por oportuno, a recomendação de aprovação por unanimidade do colegiado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 acompanhadas do parecer sem ressalvas do auditor independente. **TEMAS DISCUTIDOS PELO COMITÊ DE AUDITORIA.** ▪ Acompanhamento das atividades da Gerência de Compliance e Governança. A Gerente de Compliance e Governança Organizacional apresentou ao Comitê de Auditoria a atualização do Programa de Integridade, da estrutura de governança, o status do plano de treinamento e comunicação, as atividades de melhoria contínua do Programa de Integridade previstas para 2022, bem como o relatório das manifestações recebidas pelo canal de denúncias e suas tratativas no exercício de 2021. O Comitê, no uso de suas atribuições e responsabilidades legais, apreciou e aprovou o material acerca das matérias citadas acima. O Comitê também foi informado: • Do trabalho de diagnóstico em Compliance, realizado por empresa especializada externa (Big Four), bem como do plano implementação de melhorias do programa de integridade resultante do diagnóstico; • Da estrutura de Governança Corporativa da Companhia, incluindo as políticas já existentes e divulgadas; • Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho de Compliance e status das análises e definição de medidas resultantes das denúncias recebidas pelo canal. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão da Administração, indicativo de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. ▪ Acompanhamento das atividades da Área de Riscos e Controles Internos. O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades desenvolvidas pela Área de Riscos e Controles Internos e solicitou que os riscos que apresentaram os indicadores com criticidade alta fossem priorizados em 2022. • Entendimento da estrutura de Controles Internos e de Gestão de Riscos da Companhia; • Acompanhamento dos trabalhos relativos à gestão de riscos corporativos da Companhia, bem como contratação da ferramenta de gestão de riscos; • Acompanhamento da situação e plano para mapeamento de processos, controles chaves, indicadores, e para o aprimoramento dos controles internos, perfis de acesso e segregação de funções; • Acompanhamento da adoção de políticas e práticas de Compliance pelos administradores e colaboradores; e • Avaliação da Matriz de Riscos Corporativos da Companhia, incluindo riscos de integridade, previamente aprovada pela diretoria. ▪ Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna. O Comitê mantém constantes reuniões com os Auditores Internos objetivando acompanhar e colaborar com os trabalhos executados. O Comitê também avaliou a independência da Auditoria Interna e suas condições para garantir a adequada execução de suas responsabilidades. Nesse período, os principais itens discutidos foram: • Tomou conhecimento do contrato de prestação de serviços dos Auditores Internos terceirizados, PP&C Auditores Independentes, incluindo a discussão do escopo requerido e contratado; • O Comitê de Auditoria aprovou, no início do exercício de 2021, o Plano Anual de Auditoria Interna 2021 (PAINT 2021) e, ao longo do exercício, tomou conhecimento das atividades desenvolvidas e monitorou os apontamentos mais relevantes indicados pela Auditoria Interna por meio dos relatórios dos ciclos auditados; • Discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos da equipe de Auditoria Interna e do cumprimento da programação (PAINT 2021), escopo de horas e andamento dos trabalhos. ▪ Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa Independente. O Comitê de Auditoria mantém com os Auditores Independentes comunicação periódica, no mínimo trimestral, tendo avaliado e aprovado o plano anual de trabalho dos auditores independentes e acompanhado a execução dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos Auditores Independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, tendo debatido com os Auditores Independentes e com a Administração as práticas contábeis relevantes utilizadas. Os principais itens discutidos foram: • Tomada de conhecimento do contrato de prestação de serviços dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes, incluindo a discussão do escopo requerido, bem como a avaliação da independência dos demais serviços prestados pela mesma companhia; • Discussão do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões efetuadas e o relatório para a emissão das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2020 e dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021; • Discussão das informações da carta de controles internos 2020 e recomendações de melhoria ali apontadas, bem como os respectivos respostas da Administração para a correção ou melhoria dos pontos. ▪ Acompanhamento das atividades da Gerência de Controladoria. • Entendimento da estrutura das áreas de Controladoria, Gestão Financeira e projetos em andamento; • Acompanhamento da gestão financeira dos negócios; • Avaliação e debate a respeito das principais práticas contábeis relevantes utilizadas pela Companhia; • Discussão e acompanhamento das principais demandas judiciais e do julgamento da Administração sobre os prognósticos de desfecho; • Acompanhamento da elaboração das demonstrações contábeis anuais e informações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia; e • Indicação de aprovação das demonstrações financeiras anuais ao Conselho de Administração. ▪ Avaliação das Informações Trimestrais – ITR contendo o Relatório da Administração e o Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. relativa aos períodos findos em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021 e 30 setembro de 2021. O Comitê de Auditoria da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, recomendou a aprovação, pelo Conselho de Administração, das Informações Trimestrais (ITR) contendo o Relatório da Administração e o Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. relativa aos períodos findos em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021 e em 30 setembro de 2021. ▪ Avaliação das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com Partes Relacionadas. O Comitê de Auditoria no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, apreciou as políticas relativas aos temas de governança corporativa e Compliance e concluiu não haver recomendações ou aprimoramentos às políticas da Companhia, incluindo a Política de transações com Parte Relacionadas. ▪ Avaliação do ambiente de negócios da Companhia em 2021. Tomou ciência do ambiente de negócios com apresentação do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. ▪ Elaboração do Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria. Os membros do Comitê de Auditoria apreciaram e aprovaram este Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2021 que abordou a apreciação de todos os temas regimentais de sua responsabilidade descritos nesse documento. **PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA.** Demonstrações Financeiras do exercício social de 2021 acompanhadas do parecer sem ressalvas da Auditoria Externa Independente: O Comitê de Auditoria da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e ao alcance de sua atuação, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, recomendaram a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022. KJETIL SOLBRAEKKE – Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração. HALVARD IDLAND – Membro Independente do Comitê de Auditoria. RICARDO FRAGA LIMA – Membro Independente do Comitê de Auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. Rio de Janeiro – RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **1 - Análise do valor recuperável de ativos (*impairment*).** Veja as Notas Explicativas 7.h, 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria.** Para a avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*"), a Companhia estima o valor recuperável utilizando fluxos de caixa projetados das unidades geradoras de caixa ("UGCs") de exploração e produção de petróleo e gás, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de fatores associados ao volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção ("OPEX"), gastos com investimentos ("CAPEX") e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio. Devido ao grau de complexidade e subjetividade na determinação das premissas e projeções usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas chave utilizadas na estimativa do valor recuperável; - Avaliação dos procedimentos para identificar a necessidade de constituição ou reversão de impairment; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas; - Avaliação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás utilizadas no fluxo de caixa descontado, e os prazos de recuperação das reservas, comparando-as com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás; - Avaliação, para as UGCs selecionadas, do CAPEX e OPEX utilizado na projeção de fluxo de caixa comparando o mesmo com orçamentos de longo prazo da Companhia, e, para o OPEX, com os custos de produção já incorridos, quando aplicável. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do valor recuperável dos ativos, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis das UGCs são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2 - Provisão para abandono de áreas.** Veja as Notas Explicativas 7.l e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria.** Como consequência das suas operações, a Companhia reconhece provisões relacionadas com sua obrigação de remover equipamentos e restaurar as áreas onde opera quando do abandono. A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono. Identificamos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e as incertezas relacionadas, em especial o prazo, os custos estimados de abandono a taxa de desconto utilizada. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para desmantelamento de áreas, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas chave que compreendem o prazo para o abandono da área, e os custos estimados de abandono; - Análise das premissas econômicas utilizadas na determinação das taxas de inflação e de desconto; - Avaliação dos prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás, e do especialista externo contratado pela Companha para avalição dos custos de abandono estimados, quando aplicável; - Avaliação das bases de custo estimado de abandono, por característica dos poços, com os serviços principais que serão requeridos quando do abandono, e, para uma seleção de custos, comparando com relatórios externos da indústria ou com cotações recebidas para a implementação desses serviços principais. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para abandono de áreas, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ - Bruno Bressan Marcondes - Contador CRC RJ-112835/O-7.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Rio de Janeiro

Setimob Serviços Técnicos e Investimentos Imobiliários S.A
CNPJ/MF nº 68.633.825/0001-87 - NIRE: 33.3.00316914
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de fevereiro de 2022.
I. Data, Hora e Local da Assembleia: Às 09:00hs do dia 24 de fevereiro de 2022, na sede social da Companhia, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470 - Sala 301 - 3º andar, Ipanema, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22410-002. **II. Quórum**: Acionistas representando a totalidade do capital social. **III. Convocação**: Dispensada na forma do Parágrafo 4º, do Art. 124 da Lei 6.404/76. **IV. Mesa**: Presidente: Antonio Carlos Borges Camanho Secretário: Marco Aurelio Monteiro de Oliveira Cunha. **V. Resoluções Aprovadas**: Foram aprovadas, pela unanimidade dos Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, as seguintes matérias: (A) O resgate parcial com a efetiva redução do capital social da Companhia, no valor de R$ 13.042.685,35 (treze milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), mediante ao cancelamento de 10.851.165 (dez milhões, oitocentas e cinquenta e uma mil e cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, e 2.806.322 (dois milhões, oitocentas e seis mil e trezentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, por considera-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do paragrafo 1º do Artigo 44 da Lei 6.404/76. O resgate ora aprovado é destinado para pagamento aos acionistas de acordo com as suas participações no capital social. Consignar que esta deliberação aprovada somente tornar-se-á eficaz após o decurso do prazo estabelecido em Lei para aprovação dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente Ata, desde que não haja oposição de qualquer credor ou caso haja oposição dos credores, a Companhia comprove o pagamento da dívida ou o deposito judicial do respectivo valor. (B) Em razão da redução do capital, ora aprovada, fica alterado o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando o referido a viger com a seguinte redação: **Art. 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 26.900.000,00 (vinte e seis milhões e novecentos mil reais), dividido em 22.380.081 (vinte e dois milhões, trezentas e oitenta mil e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 5.787.924 (cinco milhões, setecentas e oitenta e sete mil e novecentas e vinte e quatro) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada uma das ações em que é dividido o capital social da Companhia confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não possuem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia, e terão prioridade em relação às demais classes e espécies de ações da Companhia no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, no valor de R$ 100,00 (cem reais) por ação, sem prêmio. **Parágrafo Terceiro** - As ações da Companhia serão nominativas, presumindo-se a sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, sem emissão de certificados. (C) Autorizar os Diretores da Companhia, individualmente, a praticar todos os atos necessários a efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos Acionistas. (D) Os acionistas ratificam, neste ato, todos os demais Artigos do Estatuto Social da Companhia não alterados pela presente Assembleia Geral Extraordinária; e (E) Em consequência das deliberações acima aprovadas os acionistas resolvem consolidar o Estatuto Social da Companhia (Anexo I). **VI. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Acionistas presentes. **VII. Acionistas Presentes**: Antônio Carlos Borges Camanho e Pedro David de Sanson Camanho. A presente é cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Setimob Serviços Técnicos e Investimentos Imobiliários S.A., realizada em 24 de fevereiro de 2022, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022. **Antonio Carlos Borges Camanho - Presidente. Marco Aurélio Monteiro de Oliveira Cunha - Secretário.**

ESCOLAS GLOBAIS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº44.818.000/0001-79 - NIRE 33.3.0034180-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2022. Ficam convocados os acionistas da **ESCOLAS GLOBAIS DO BRASIL S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 07 de março de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Passagem, nº 123, Botafogo, CEP 22.280-100: ("AGE"), para deliberarem a respeito das seguintes matérias: **(i)** rerratificar o Protocolo e Justificação da cisão parcial da Escola Eleva S.A.("Eleva") com a versão da parcela cindida de seu patrimônio para a Companhia, aprovado em assembleia geral extraordinária da Eleva realizada em 21/12/2021 às 10:00. Os documentos pertinentes à ordem do dia da AGE encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à AGE portando os seguintes documentos: (i) acionista pessoa física: cópia autenticada do documento de identidade com foto e CPF do acionista; (ii) acionista pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado, ata de eleição do administrador e documentos que comprovem os poderes de representação; e (iii) acionista fundo de investimento: cópia autenticada do regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo (conforme o caso), bem como os documentos que comprovem os poderes de representação. Quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade com foto e CPF do procurador presente. Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 2022. **Rafaela Dantas Rodenburg Villela - Presidente do Conselho de Administração.**

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO, DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2022. Ficam convocados os acionistas da **ELEVA EDUCAÇÃO S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 07 de março de 2022, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP. 22.280-100: ("AGE"), para deliberarem a respeito das seguintes matérias: **(i)** rerratificar as deliberações da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21/12/2021 às 10:00 ("AGE de 21/12/2021"), que aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a Escolas Globais do Brasil S.A. ("EGB"). Os documentos pertinentes à ordem do dia da AGE encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à AGE portando os seguintes documentos: (i) acionista pessoa física: cópia autenticada do documento de identidade com foto e CPF do acionista; (ii) acionista pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado, ata de eleição do administrador e documentos que comprovem os poderes de representação; e (iii) acionista fundo de investimento: cópia autenticada do regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo (conforme o caso), bem como os documentos que comprovem os poderes de representação. Quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade com foto e CPF do procurador presente. Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 2022. **Rafaela Dantas Rodenburg Villela - Presidente do Conselho de Administração.**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

btg pactual

BTG PACTUAL SEGUROS S.A.

CNPJ (MF) nº 32.724.962/0001-80

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar
CEP 04538-133, Itaim Bibi - São Paulo - SP
www.btgpactual.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da BTG Pactual Seguros S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A BTG Pactual Seguros S.A., doravante denominada por "Seguradora", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 32.724.962/0001-80. O controle acionário da BTG Seguros é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A.. As operações da Seguradora serão conduzidas de forma integrada com as empresas do Grupo BTG Pactual. **Desempenho Financeiro:** A Seguradora encerrou o exercício de 2021 com o volume de R$ 46,6 milhões de prêmios emitidos (R$ 84,8 milhões em 2020), decorrente da carteira de garantia. O patrimônio líquido ao final do exercício de 2021 totalizou R$ 37,9 milhões (R$ 38,4 milhões em 2020). O *rating* da Seguradora é equivalente a "**brAAA**" pela Standard & Poor's. A Seguradora apresentou prejuízo de R$ (0,5) milhões (R$ (2,1) milhões em 2020). **Aplicações Financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possuía R$ 40,1 milhões (R$ 23,2 milhões em 2020). O resultado financeiro totalizou R$ 1,9 milhões no exercício (R$ 2,2 milhões em 2020). **Covid-19:** Em seu segundo ano de operação a Seguradora apresentou um desempenho razoável, com o total de prêmios emitidos de R$ 46,6 milhões. A Seguradora manteve seu foco exclusivo no mercado de seguro garantia. O resultado financeiro da Seguradora foi positivo no exercício e manteve-se em linha ao desempenho do exercício anterior. Até o fechamento do exercício, a Seguradora não observou impactos em suas operações em decorrência da Covid-19.

Subsequentemente a data-base, a Seguradora continua monitorando a crise da Covid-19 e, os movimentos de emissões e receitas financeiras apresentados até a data da aprovação das demonstrações contábeis são semelhantes ao movimento do exercício. **Responsabilidade Social:** As iniciativas sociais da Seguradora têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos do Grupo BTG Pactual possam enxergar esse viés, através da campanha #NumerosQueImportam. A descrição completa dos projetos sociais do Grupo BTG Pactual estão divulgadas no site (https://www.btgpactual.com/numeros-que-importam/). **Auditores Independentes:** A política da Seguradora na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), à Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg) ao Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros do Estado de São Paulo (Sindseg), aos corretores de seguros que honraram esta empresa com sua confiança, aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora e às demais autoridades do setor pelo apoio recebido ao longo do período.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		**93.149**	**31.705**
Disponível	4	50	133
Caixa e bancos		50	133
Aplicações	5	33.693	4.156
Créditos das operações com seguros		33.213	19.176
Prêmios a Receber	6	32.612	18.442
Operações com seguradoras	7a	190	–
Resseguradoras		411	734
Outros créditos operacionais		9	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	19.501	3.913
Títulos e créditos a receber	15	790	2.314
Créditos tributários e previdenciários		790	2.314
Despesas antecipadas		93	–
Custos de aquisição diferidos	11c	5.800	2.013
Seguros		5.800	2.013
Ativo não circulante		**117.715**	**151.476**
Realizável a longo prazo		117.715	136.934
Aplicações	5	6.375	19.065
Créditos das operações com seguros e resseguros		44.213	49.646
Prêmios a Receber	6	44.213	49.646
Ativos de resseguro e retrocessões	8a	56.919	62.161
Títulos e créditos a receber	15	1.636	–
Créditos tributários e previdenciários		1.636	–
Custos de aquisição diferidos	11c	8.572	6.062
Seguros		8.572	6.062
Intangível		–	14.542
Outros intangíveis	3i	–	14.542
Total de ativo		**210.864**	**183.181**

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante		**77.014**	**40.268**
Contas a pagar		623	137
Obrigações a Pagar		507	107
Impostos e encargos sociais a recolher		45	23
Encargos trabalhistas		29	–
Impostos e contribuições		42	7
Débitos de operações com seguros e resseguros		36.855	20.560
Prêmios a restituir		79	–
Operações com seguradoras	7b	3.622	–
Operações com resseguradoras	8b	28.225	17.552
Corretores de seguros e resseguros	9	4.929	3.008
Depósito de terceiros		–	21
Provisões técnicas	11a	39.536	19.550
Danos		39.536	19.550
Passivo não circulante		**95.893**	**104.484**
Débitos de operações com seguros e resseguros		44.213	48.910
Operações com seguradoras	7b	3.793	–
Operações com resseguradoras	8b	33.748	43.751
Corretores de seguros e resseguros	9	6.672	5.159
Provisões técnicas	11a	51.665	55.574
Danos		51.665	55.574
Outros Débitos		15	–
Obrigações fiscais		15	–
Patrimônio líquido		**37.957**	**38.429**
Capital social	16a	39.999	39.999
Prejuízo acumulado		(2.042)	(1.570)
Total do passivo		**210.864**	**183.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**39.999**	**25**	**480**	**445**	**–**	**40.949**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(445)	–	(445)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(2.075)	(2.075)
Amortização de prejuízos com reservas de lucros	–	(25)	(480)	–	505	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**39.999**	–	–	–	**(1.570)**	**38.429**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(472)	(472)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**39.999**	–	–	–	**(2.042)**	**37.957**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	17b	46.662	84.810
Variações das provisões técnicas	17c	(15.941)	(74.547)
Prêmios ganhos		**30.721**	**10.263**
Sinistros ocorridos	17d	(137)	(577)
Custos de aquisição	17e	(4.804)	(1.311)
Outras receitas e despesas operacionais		(38)	–
Resultado com resseguro	17f	(25.631)	(8.254)
Despesa com resseguro		(25.768)	(8.831)
Receita com resseguro		137	577
Despesas administrativas	17g	(1.914)	(5.499)
Despesas com tributos	17h	(527)	(261)
Resultado financeiro	17i	1.870	2.210
Resultado operacional		**(460)**	**(3.429)**
Resultado antes dos impostos e participações		**(460)**	**(3.429)**
Imposto de renda	15	179	853
Contribuição social	15	111	512
Participação sobre o lucro		(302)	(11)
Prejuízo do exercício		**(472)**	**(2.075)**
Quantidade de ações		40.000	40.000
Prejuízo por ação		(11,80)	(51,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(472)	(2.075)
Outros resultados abrangentes	**–**	**(445)**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	–	(742)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	–	297
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**(472)**	**(2.520)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

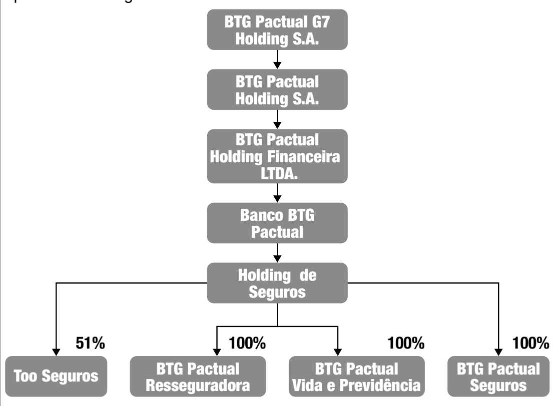
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(472)	(2.075)
Ajustes para:	**250**	**458**
Amortizações	250	458
Variação nas contas patrimoniais:	**(14.101)**	**16.753**
Ativos financeiros - aplicações	(16.847)	18.461
Créditos das operações de seguros e resseguros	(8.604)	(68.822)
Ativos de resseguro	(10.346)	(66.074)
Outros créditos operacionais	(9)	–
Títulos e créditos a receber	(112)	(2.072)
Contas a pagar	538	(835)
Depósitos de terceiros	(21)	21
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.598	69.470
Despesas antecipadas	(93)	(445)
Custos de aquisição diferidos	(6.297)	(8.075)
Variação das provisões técnicas	16.077	75.124
Outros débitos	15	–
Ajuste a valor justo - TVM	–	(445)
Caixa gerado/consumido pelas operações	**(14.323)**	**15.136**
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(35)	(35)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(17)	(23)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**(14.375)**	**15.078**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda	**14.292**	**–**
Intangível	14.292	–
Pagamento pela compra:	**–**	**(15.000)**
Intangível	–	(15.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**14.292**	**(15.000)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(83)	78
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	133	55
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	50	133
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(83)	78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Seguros S.A., doravante denominada por "Seguradora", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar em seguros dos ramos de danos e pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 32.724.962/0001-80. O controle acionário da BTG Seguros S.A., é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. As operações da Seguradora serão conduzidas de forma integrada com as empresas que integram o Grupo BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2021, o "Grupo" apresentava a seguinte estrutura:



2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP, doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do BTG Pactual Seguros S.A, no dia 24 de fevereiro de 2022. **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **b. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. **e. Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. **f. Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **g. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma foi efetivada para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. A Seguradora irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17 com base na revisão do pronunciamento técnico nº 12/2017 item 20B linha (b). IFRS 17 Contratos de Seguros (emitido em maio de 2017): Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. A norma ainda não foi aprovada pela Susep. A Seguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora são as seguintes: **a. Caixa e bancos:** Incluem o caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **b. Aplicação e instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: • A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou • Os ativos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou • O ativo financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo, Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado financeiro". **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de dívida. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado, na rubrica "Resultado financeiro". As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimentos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável. **c. Redução ao valor recuperável:** i) *Ativos financeiros (Impairment):* A Seguradora avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre os instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. ii) *Ativos não financeiros:* É reconhecida como perda no resultado do exercício sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. iii) *Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece um redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016. **d. Classificação dos contratos de seguros:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **e. Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. **f. Provisões técnicas:** As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, bruto das operações de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "pro-rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão deve ser reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. Até o final do exercício de 2021 a Seguradora não recepcionou nenhum aviso de sinistro. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações contábeis. A metodologia de cálculo utilizada considera os parâmetros estipulados na Circular SUSEP nº 517/15 em função da Seguradora não possuir histórico de sinistralidade. **g. Teste de adequação do passivo - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. **h. Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes as comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 58 meses. **i. Intangível:**

	31/12/2020	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2021
Outros intangíveis (canal CredPago)	14.542	–	14.292	(250)	–

j. Ativos e passivos contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:
i) Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **k. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 25%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20%. Em 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Nessa MP, foi definida a alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2021 e 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022. Os efeitos desta majoração nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram irrelevantes. **l. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro ou prejuízo pelo número de ações da Seguradora em lote de mil ações. **m. Apuração do resultado:** As receitas de prêmios dos contratos de seguros são reconhecidos quando da emissão da apólice ou quando da vigência dos riscos, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional). **n. Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda), são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **4. Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se a depósitos no Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco BTG Pactual	50	33
Banco Bradesco	–	100
Total	**50**	**133**

5. Aplicações Financeiras: O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data-base das demonstrações contábeis está apresentada abaixo:

a. Movimentação das aplicações financeiras:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**23.221**	**41.682**
Aplicações	80.520	23.326
Resgates	(65.505)	(43.255)
Rendimentos	1.832	2.210
MTM	–	(742)
Saldo no final do exercício	**40.068**	**23.221**

b. Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros ao valor	Hierarquia do valor justo	Custo	Mercado	Taxa contratada (a.a.)	%	Até 90 dias ou sem vencimento	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos (31/12/2021)	Acima de 3 anos	Valor contábil (31/12/2020)	%
justo por meio do resultado		**26.963**	**26.966**		**67%**	**22.185**	**2.100**	**2.681**	**–**	**6.936**	**30%**
Fundos de investimento		**22.185**	**22.185**		**55%**	**22.185**	**–**	**–**	**–**	**1.864**	**8%**
Fundos de investimento - Renda Fixa	2	22.185	22.185		55%	22.185	–	–	–	1.864	8%
Títulos públicos do governo brasileiro		**4.778**	**4.781**		**12%**	**–**	**2.100**	**2.681**	**–**	**5.072**	**22%**
Letras Financeira do Tesouro (LFT)	1	4.778	4.781	Selic	12%	–	2.100	2.681	–	5.072	22%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**13.490**	**13.102**		**33%**	**–**	**9.408**	**2.692**	**1.002**	**16.285**	**70%**
Títulos privados no Brasil		**13.490**	**13.102**		**33%**	**–**	**9.408**	**2.692**	**1.002**	**16.285**	**70%**
Debêntures	2	13.490	13.102	CDI + 1% à CDI + 4,25%	33%	–	9.408	2.692	1.002	16.285	70%
		40.453	**40.068**		**100%**	**22.185**	**11.508**	**5.373**	**1.002**	**23.211**	**100%**

c. Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos e privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para a determinação do valor justo das debêntures utiliza-se metodologia própria - "market to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **d. Hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Não houve reclassificação entre níveis hierárquicos de aplicações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **6. Prêmios a Receber:**

a. Prêmios por Segmento:	31/12/2021 Prêmios a Receber	31/12/2020 Prêmios a Receber
Garantia segurado - Setor público	64.146	58.466
Garantia segurado - Setor privado	12.679	9.622
	76.825	**68.088**

b. Movimentação de prêmios a receber:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**68.088**	**–**
(+) Prêmios emitidos	68.306	107.563
() Prêmios cancelados	(13.790)	(21.856)
(–) Recebimentos	(45.779)	(17.619)
Saldo no final do exercício	**76.825**	**68.088**

c. Composição por prazo de vencimento:	31/12/2021	31/12/2020
A vencer até 30 dias	2.303	1.306
A vencer de 31 a 60 dias	727	996
A vencer de 61 a 120 dias	4.934	1.369
A vencer de 121 a 180 dias	12.190	10.920
A vencer de 181 a 365 dias	10.081	3,837
A vencer acima de 365 dias	44.213	49.646
Total a vencer	**74.448**	**68.074**
Vencidos até 30 dias	2.377	1
Vencidos de 31 a 60 dias	–	5
Vencidos de 121 a 180 dias	–	8
Total vencidos	**2.377**	**14**
Total	**76.825**	**68.088**

O período médio de parcelamento para a liquidação dos prêmios pelos segurados é de aproximadamente 355 dias. **7. Operações com seguradoras:**

a. Ativo:	31/12/2021
Prêmios a receber - cosseguro aceito	
(–) Comissão - cosseguro aceito	230
	(40)
	190

b. Passivo:	31/12/2021
Prêmios - cosseguro cedido	
(–) Comissão - cosseguro cedido	9.593
	(2.178)
	7.415

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de Imposto de Renda	1.755	1.034
Créditos de Contribuição Social	671	601
Outros créditos tributários	–	679
	2.426	**2.314**

8. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro: a. Ativo:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	73.286	63.521
Risco vigente não emitido - RVNE	2.421	1.976
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	713	577
	76.420	**66.074**

b. Passivo:	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios cedidos	71.447	69.402
Comissão a recuperar	(9.474)	(8.099)
	61.973	**61.303**

9. Corretores de seguros e resseguros: É composto por comissões a pagar sobre prêmios emitidos pendentes R$ 11.120 (R$ 7.047 em dezembro de 2020) e comissões a liquidar R$ 481 (R$ 1.120 em dezembro de 2020). **10. Teste de adequação de passivos (TAP):** Para realização do TAP a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ - prefixada, com base na metodologia proposta pela SUSEP). Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, concluiu-se que o seu passivo está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas ou constituição de PCC, deduzida dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A Seguradora utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa da ETTJ com curva Anbima. A metodologia utilizada para estimação das curvas foi reformulada com o objetivo de minimizar a variância dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade, e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022. A Administração está avaliando os impactos da mudança. **a. Taxa de juros contratada e esperada para ativos e passivos:** Para a data-base de 31 de dezembro de 2021 utilizamos a ETTJ prefixada divulgada pela Anbima. **b. Sinistralidade:** Adotou-se para composição de fluxo de sinistros a ocorrer a sinistralidade de mercado para cada agrupamento de ramos uma vez que a sinistralidade da seguradora não demonstrou consistência estatística.

Ramo	31/12/2021 Sinistralidade	31/12/2020 Sinistralidade
0775	23,5%	34%
0776	23,5%	34%

11. Provisões técnicas - seguros e custos de aquisição diferidos:

a. Composição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	90.487	74.547
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	714	577
	91.201	**75.124**

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total
Saldo no início do exercício	**74.547**	**577**	**75.124**
Constituição	46.662	137	46.799
Reversão	(30.722)	–	(30.722)
Saldo no final do exercício	**90.487**	**714**	**91.201**

31/12/2020	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total
Saldo no início do exercício	**–**	**–**	**–**
Constituição	84.810	577	85.387
Reversão	(10.263)	–	(10.263)
Saldo no final do exercício	**74.547**	**577**	**75.124**

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**8.075**	**–**
Constituição	11.101	9.386
Reversão	(4.804)	(1.311)
Saldo no final do exercício	**14.372**	**8.075**

12. Gerenciamento de riscos: A Seguradora, oferece ao mercado produtos de Seguro-Garantia e conta com profissionais altamente capacitados e com grande conhecimento nos nichos escolhidos, além de um nível de informatização adequado para as suas operações. A atuação focada em nichos específicos, com produtos diferenciados, permite vantagem competitiva nos negócios. A Seguradora tem, como princípios norteadores, a total transparência e confiabilidade em suas operações, a realização de subscrição responsável, da mais alta qualidade, de modo a produzir resultados consistentes.

Destaca-se, ainda, a eficiente política de investimentos da Seguradora que, atendendo aos normativos vigentes, busca a rentabilidade a médio e longo prazo. Reuniões periódicas são realizadas com membros das diversas áreas envolvidas para debater o processo de criação e aprovação de contratos e novos produtos, tendências do mercado, identificação de demandas e mudanças no quadro regulatório. A Seguradora conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos, bases tarifárias e parâmetros técnicos para as operações e contratos. **Estrutura e gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos da Seguradora é gerido no âmbito do Grupo BTG Pactual, que monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. O envolvimento dos comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. Os comitês do Grupo BTG Pactual são compostos por membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. A estrutura de comitês do Grupo BTG Pactual permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco; (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (*Value at Risk* - VaR) e para a aprovação de exceções; (v) Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente as políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (vi) Comitê de AML *(anti-money laundering)* Compliance, que é responsável por estabelecer regras de política e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis. **Riscos de seguros:** O risco de subscrição em operações de seguro está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros. Na BTG Pactual Seguros, esse risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos envolvidos nas operações, realizados por uma equipe especializada nos produtos alvo das empresas de seguros do grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional. Nos produtos que comercializa, a área de "Produtos" da BTG Pactual Seguros avalia e acompanha os riscos envolvidos nas operações. As outras áreas da Companhia, envolvidas, também participam do processo de avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades de subscrição. Atividades como precificação do seguro, análise dos termos e contratos respectivos, assim como a constituição das provisões técnicas da Seguradora contam com o envolvimento do Departamento Jurídico, de Controle de Risco de Crédito, Risco Operacional, Finance, além de atuários externos. A área de *Onboarding* do grupo atende às solicitações realizadas pelas áreas de negócios respectivas para abertura, atualização, manutenção ou encerramento de relacionamento com as contrapartes, nos termos das normas regulamentares vigentes, bem como identifica a classificação de risco, antes, durante e após a subscrição de qualquer operação, a depender do caso. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído como o maior valor entre o capital base, capital de risco e patrimônio líquido ajustado que visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração. As Resoluções CNSP nºs 283, 316 e 321 de 2013, 2014 e 2015, acrescentaram requerimentos de capital para os riscos de subscrição e operacionais e alteraram a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido.

	31/12/2021	%
Patrimônio líquido	37.957	
Ajustes contábeis	(1.729)	
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	–	
PLA de nível 1	36.228	383%
PLA de nível 2	–	–
PLA de nível 3	–	–
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	–	
Patrimônio líquido ajustado (a)	**36.228**	
Capital Mínimo Requerido		
Capital Base - CB (b)	8.100	
Capital de Risco CR (c)	**9.470**	
Capital risco de subscrição	1.238	
Capital risco de crédito	4.201	
Capital risco operacional	374	
Capital risco de mercado	6.400	
Benefício de diversificação	(2.743)	
Capital Mínimo Requerido - CMR (d) = maior entre (b) e (c)	**9.470**	
Suficiência de capital (e = a - d)	**26.758**	
Suficiência de capital (e/d)	**283%**	
Índice de solvência (a/d)	**3,83**	

A suficiência dos ativos livres equivale a R$ 2.811 (nota explicativa nº 13).
Risco de mercado: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade DV01 (*Delta Variation*), com o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou a taxa do indexador:

Descrição	Papel	Vencimento	Saldo contábil (31/12/2021)	DV 01 (31/12/2021)
Debênture	SSED21	15/08/2023	684	14
Debênture	OVSA19	15/11/2024	1.003	(0)
Debênture	RODB11	10/05/2030	1.002	119
Debênture	GUAR23	31/08/2024	1.005	60
Debênture	VVAR25	25/06/2022	9.408	71
			13.102	**264**

A análise DV01 não se aplica aos demais papéis da Seguradora.
Risco de subscrição: O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada. Associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros.
Este risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, como é explicado nas outras notas, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo do Grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional. **Concentração de riscos:** O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro. A Seguradora opera, no segmento de garantia, com os ramos garantia pública e garantia privada.

Prêmio Emitido (*) Região Geográfica	31/12/2021 Garantia	Prêmio de Resseguro (**) Região Geográfica	31/12/2021 Garantia
Centro Oeste	182	Centro Oeste	181
Sudeste	42.932	Sudeste	40.864
Sul	1.658	Sul	1.554
Norte	160	Norte	160
Nordeste	1.149	Nordeste	1.148
Total	**46.081**	**Total**	**43.907**

continua ☆

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BTG PACTUAL SEGUROS S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Prêmio Emitido (*)	31/12/2020	Prêmio de Resseguro (**)	31/12/2020
Região Geográfica	**Garantia**	**Região Geográfica**	**Garantia**
Centro Oeste	70.305	Centro Oeste	70.305
Sudeste	11.443	Sudeste	11.441
Sul	810	Sul	810
Norte	4	Norte	3
Nordeste	–	Nordeste	–
Total	**82.562**	**Total**	**82.559**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 581 (R$ 2.248 em dezembro de 2020). (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ 446 (R$ 1.976 de dezembro de 2020). **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras ou Seguros; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos Tomadores e Segurados das Companhias de Seguros ou seus clientes. Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora mantinha contrato com a BTG Pactual Resseguradora S.A. (Local - Rating B++). **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

31/12/2021	Até 1 ano	De 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	50	–	–	50
Aplicações	33.693	5.373	1.002	40.068
Créditos das operações com seguros e resseguros	33.222	31.388	12.825	77.435
Total dos ativos financeiros	**66.965**	**36.761**	**13.827**	**117.553**
Contas a pagar	623	–	–	623
Débitos de operações com seguros e resseguros	36.855	31.388	12.825	81.068
Total dos passivos financeiros	**37.478**	**31.388**	**12.825**	**81.691**

31/12/2020	Até 1 ano	De 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	133	–	–	133
Aplicações	4.156	19.065	–	23.221
Créditos das operações com seguros e resseguros	19.176	25.871	23.775	68.822
Total dos ativos financeiros	**23.465**	**44.936**	**23.775**	**92.176**
Contas a pagar	137	–	–	137
Débitos de operações com seguros e resseguros	20.560	25.770	23.140	69.470
Total dos passivos financeiros	**20.697**	**25.770**	**23.140**	**69.607**

Sensibilidade à taxa de juros:

	31/12/2021 Impacto no Patrimônio Líquido e Resultado a	b
Fator de risco sobre as estruturas vigentes		
Taxa de juros		
Redução de taxas	–	(26.400)

a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2021. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2021.

13. Cobertura das provisões técnicas:	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	91.201	75.124
Ativos de resseguros redutores	(18.116)	(6.149)
Direito creditório	(66.449)	(67.883)
Necessidade de cobertura (A)	**6.636**	**1.092**
Títulos de renda fixa - públicos	4.781	5.072
Títulos de renda fixa - privados	4.666	–
Total dado em cobertura (B)	**9.447**	**5.072**
Excesso de cobertura (B) - (A)	**2.811**	**3.980**

14. Imposto de renda e contribuição social:	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucros e participações	(460)	(3.429)
Participações estatutários sobre o lucro	(302)	(11)
Base de cálculo	**(762)**	**(3.440)**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	**305**	**1.376**
(Inclusões)/Exclusões no cálculo da tributação:	**223**	**(287)**
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	237	(276)
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	(14)	(11)
(Constituição)/Compensação sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	**(528)**	**(1.089)**
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(19)**	**–**
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	**309**	**1.365**
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**290**	**1.365**

15. Créditos tributários e previdenciários:

a. Composição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo	636	120
Créditos tributários IR/CS	1.790	1.480
Outros créditos tributários	–	714
	2.426	**2.314**

b. movimentação

	2019	Constituição	Reversão	2020
Prejuízos fiscais de IR e base negativa da CSLL	–	1.089	–	1.089
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	115	276	–	391
	115	**1.365**	**–**	**1.480**

	2020	Constituição	Reversão	2021
Prejuízos fiscais de IR e base negativa da CSLL	1.089	547	–	1.636
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	391	–	(237)	154
	1.480	**547**	**(237)**	**1.790**

c. Estimativa de realização dos créditos tributários: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico de viabilidade são:

Ano	Valor	%
2022	204	11,4%
2023	107	6,0%
2024	120	6,7%
2025	135	7,5%
2026	151	8,4%
2027-2029	570	31,9%
2030-2031	503	28,1%
Total	**1.790**	**100%**

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 40.000 e R$ 39.999, respectivamente representado por 40.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de lucros .

17. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:

a. Principais ramos de atuação

	Prêmios Ganhos		Custo aquisição %	
Ramo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Garantia - setor público	15.419	8.951	12,1%	14,5%
Garantia - setor privado	15.302	1.312	19,2%	1,0%
Total	**30.721**	**10.263**	**15.7%**	**12,8%**

	31/12/2021	31/12/2020
b. Prêmios emitidos	**46.662**	**84.810**
Prêmios diretos	67.733	105.315
Prêmios de Cosseguro aceito	182	-
Prêmios de Cosseguro cedido	(7.962)	-
Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE)	581	2.248
Prêmios cancelados	(13.790)	(21.856)
Prêmios restituídos	(82)	(897)
c. Variação das provisões técnicas	**(15.941)**	**(74.547)**
Prêmios diretos	(15.941)	(74.547)
d. Sinistros ocorridos	**(137)**	**(577)**
Variação provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(137)	(577)
e. Custo de aquisição	**(4.804)**	**(1.311)**
Comissões	(11.101)	(9.386)
Variação das despesas de comercialização diferidas	6.297	8.075
f. Resultado com operações de resseguro	**(25.631)**	**(8.254)**
Prêmio de resseguro - direto	(44.353)	(84.535)
Comissão sobre prêmios de resseguro cedido	8.375	10.207
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	10.210	65.497
Recuperação de indenização - IBNR	137	577
g. Despesas administrativas	**(1.914)**	**(5.499)**
Despesa com pessoal próprio	(620)	(511)
Despesas com serviços de terceiros	(663)	(4.195)
Localização e funcionamento	(357)	(559)
Publicidade e propaganda	(25)	(27)
Despesas com publicações	(99)	(33)
Contribuições	(63)	(28)
Outras despesas	(87)	(146)
h. Despesas com tributos	**(527)**	**(261)**
COFINS	(217)	(59)
PIS	(35)	(10)
Taxa de fiscalização / Multas	(272)	(190)
Outras despesas com tributos	(3)	(2)
i. Resultado financeiro	**1.870**	**2.210**
Receita com aplicações financeiras	1.832	2.212
Outras receitas financeiras	38	–
Despesa com aplicações financeiras	–	(2)

18. Partes relacionadas: A Administração identifica como partes relacionadas à Seguradora, o Banco BTG Pactual S.A, e as empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a saldo em conta corrente, a contratação de seguros e resseguros e a administração de sua carteira de investimentos. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo BTG Pactual, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

	Grau de relação	Ativo/(Passivo) 31/12/2021	Ativo/(Passivo) 31/12/2020	Receitas/(Despesas) 31/12/2021	Receitas/(Despesas) 31/12/2020
Ativo					
Disponibilidades					
– Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	50	33	–	–
Créditos das operações com seguros					
– Grupo BTG Pactual	Controladora	13.634	2.593	13.671	5.100
– BTG Pactual Resseguradora S.A.	Ligada	411	734	72	792
Outros créditos operacionais					
– BTG Pactual Corretora de Seguros	Ligada	9	–	9	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas					
– BTG Pactual Resseguradora S.A.	Ligada	73.285	63.522	(9.763)	(63.522)
Custo de aquisição diferidos					
– BTG Pactual Corretora de Seguros	Ligada	8.558	1.523	(7.035)	(1.523)
Passivo					
Contas a pagar					
– Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	(111)	(57)	(733)	(502)
Débitos de operações com seguros e resseguros					
– BTG Pactual Corretora de Seguros	Ligada	(6.382)	(2.076)	(10.305)	(2.075)
– BTG Pactual Resseguradora S.A.	Ligada	(61.973)	(61.303)	(44.281)	(73.536)
Provisões Técnicas					
– Grupo BTG Pactual	Controladora	(10.127)	(4.778)	5.349	4.778

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e a Seguradora não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

DIRETORIA

João Marcello Dantas Leite **Leonardo Felix** **Mariana Botelho Ramalho Cardoso**

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zanvettor - CRC 1RJ - 092069/O-8 S SP

ATUÁRIO

Marcos Falcão - MIBA nº 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
BTG Pactual Seguros S.A.

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **BTG Pactual Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **BTG Pactual Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
BTG Pactual Seguros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da BTG Pactual Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 24 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP12741/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

São Paulo

btg pactual

BTG PACTUAL RESSEGURADORA S.A.

CNPJ (MF) nº 15.421.859/0001-41

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo - SP
Tel.: (11) 3383-2000 - Fax: (11) 3383-2001 www.btgpactual.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da BTG Pactual Resseguradora S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A BTG Pactual Resseguradora S.A., doravante denominada por "Resseguradora", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objetivo social operar como ressegurador local em todo território nacional e no exterior. A Resseguradora está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº15.421.859/0001-41. O controle acionário da Resseguradora é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. A Resseguradora tem atuado nos ramos de garantia e agro, aceitando, majoritariamente, transferências de riscos das seguradoras do Grupo BTG Pactual. A Resseguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco BTG Pactual S.A. **Desempenho:** Em dezembro de 2021 os prêmios ganhos totalizaram R$ 554,1 milhões, uma redução de 17,7% frente ao mesmo período de 2020, que foi de R$ 673,5 milhões. A Resseguradora apresentou um lucro líquido de R$ 45,8 milhões, em linha com o resultado do exercício anterior (R$ 47,6 milhões em dezembro de 2020). **Aplicações Financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, a Resseguradora possuía R$ 666,4 milhões (R$ 602,9 milhões em 2020). O resultado financeiro totalizou R$ 41,5 milhões no exercício, um aumento de 30% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R$ 32 milhões em 2020). **COVID - 19:** Apesar de a atual pandemia ter gerado um impacto negativos na economia global e nacional, a BTG Pactual Resseguradora não identificou impacto relevante em seus números. Subsequentemente a data base, a Resseguradora continua monitorando a crise do Covid-19 e, os movimentos em suas emissões, sinistros e receitas financeiras apresentados até a data da aprovação das demonstrações contábeis são semelhantes ao movimento do exercício. **Distribuição de Dividendos:** A política de dividendos é orientada pelo seguinte princípio: Cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2021 foi deliberada pela diretoria, a distribuição de lucros no total de R$ 116.850 referente aos exercício de 2019 e 2020. Foi deliberado pela diretoria, a distribuição de lucros no total R$ 20.000 referente so resultado do exercício de 2021, a títulos de JCP. **Controles Internos:** A Resseguradora conta com controles internos efetivos de acordo com a lei e as regulamentações vigentes. Os controles internos envolvem a identificação e monitoramento dos riscos relacionados com todas as práticas operacionais da Resseguradora. **Responsabilidade Social:** As iniciativas sociais da Resseguradora têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos do Grupo BTG Pactual possam enxergar esse viés, através da campanha #NumerosQueImportam. A descrição completa dos projetos sociais do Grupo BTG pactual estão divulgadas no site (https://www.btgpactual.com/numeros-que-importam/). **Auditores Independentes:** A política da Resseguradora na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** Para finalizar registramos um especial reconhecimento à Superintendência de Seguros Privados, à Federação Nacional de Empresas de Resseguros (FENABER), à Associação Nacional das Resseguradoras Locais (ANRE), ao Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros de São Paulo, às empresas seguradoras e resseguradoras e aos corretores de resseguros que honraram esta empresa com sua confiança, aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Resseguradora e a demais autoridades do setor pelo apoio recebido ao longo do período.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante		**979.975**	**937.935**	**1.078.885**
Disponível	4	70	70	59
Caixa e bancos		70	70	59
Aplicações	5	108.715	142.472	467.991
Créditos das operações				
com seguros e resseguros	6	538.958	419.854	327.798
Operações com seguradoras		185.860	200.972	318.531
Resseguradoras		353.098	218.882	9.267
Outros créditos operacionais		17.642	19.597	29.873
Ativos de resseguro e retrocessões	10b	275.510	317.055	202.798
Títulos e créditos a receber		17.069	17.594	26.632
Créditos a receber		1.522	3.121	19.411
Créditos tributários e previdenciários	15	15.543	14.473	7.206
Outros créditos		4	–	15
Despesas antecipadas		–	4	4
Custos de aquisição diferidos	3h	22.011	21.289	27.730
Resseguros		22.011	21.289	27.730
Ativo não circulante		**845.235**	**1.041.968**	**479.384**
Realizável a longo prazo		845.235	1.041.968	479.384
Aplicações	5	557.661	460.407	80.560
Créditos das operações				
com seguros e resseguros	6	128.550	386.394	159.437
Operações com seguradoras		128.550	285.632	159.437
Resseguradoras		–	100.762	–
Ativos de resseguro e retrocessões	10b	119.771	151.855	199.589
Títulos e créditos a receber		10.019	6.646	2.886
Créditos tributários e previdenciários	15	10.019	6.646	2.886
Custos de aquisição diferidos	3h	29.234	36.666	36.912
Resseguros		29.234	36.666	36.912
Total de ativo		**1.825.210**	**1.979.903**	**1.558.269**

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Passivo				
Circulante		**1.075.086**	**869.472**	**472.414**
Contas a pagar		122.413	45.907	60.641
Obrigações a Pagar	7	106.436	9.031	8.973
Impostos e encargos sociais a recolher		3.167	594	232
Encargos trabalhistas		422	5.382	374
Impostos e contribuições		12.388	30.900	50.466
Outras contas a pagar		–	–	596
Débitos de operações				
com seguros e resseguros	9	208.157	194.687	108.037
Prêmios a restituir		10.613	6.969	4.507
Operações com resseguradoras		171.040	163.703	85.992
Corretores de seguros e resseguros		26.504	24.015	17.538
Depósitos de terceiros	8	53.111	12.118	345
Provisões técnicas	10a	691.405	616.760	303.391
Danos		691.405	616.760	303.391
Passivo não circulante		**322.197**	**596.825**	**612.980**
Contas a pagar		6.878	2.596	968
Impostos e contribuições		6.878	2.596	968
Débitos de operações				
com seguros e resseguros	9	72.262	152.378	211.582
Operações com resseguradoras		57.118	134.790	185.738
Corretores de seguros e resseguros		15.144	17.588	25.844
Provisões técnicas	10a	237.789	437.207	395.747
Danos		237.789	437.207	395.747
Outros débitos		5.268	4.644	4.683
Provisões Judiciais		5.268	4.644	4.683
Patrimônio líquido		**427.927**	**513.606**	**472.875**
Capital social	16a	350.000	350.000	350.000
Reservas de lucros		77.716	168.816	122.193
Reservas de reavaliação		(17)	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial		228	(5.210)	682
Total do passivo		**1.825.210**	**1.979.903**	**1.558.269**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	**350.000**	**16.681**	**105.512**	**682**	**–**	**472.875**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	47.623	47.623
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(5.892)	–	(5.892)
Destinação do lucro líquido						
Dividendos	–	–	(1.000)	–	–	(1.000)
Reserva de lucros	–	2.381	45.242	–	(47.623)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	**350.000**	**19.062**	**149.754**	**(5.210)**	**–**	**513.606**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	45.750	45.720
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	5.438	–	5.438
Reservas de reavaliação	–	–	–	(17)	–	(17)
Destinação do lucro líquido						
Dividendos pagos	–	–	(71.608)	–	–	(71.608)
Dividendos propostos	–	–	(45.242)	–	–	(45.252)
Juros sobre capital próprio	–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Reserva de lucros	–	2.288	43.462	–	(45.750)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**350.000**	**21.350**	**56.366**	**211**	**–**	**427.927**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos		388.669	671.876
Variações das provisões técnicas		165.403	1.634
Prêmios ganhos	17b	**554.072**	**673.510**
Sinistros ocorridos	17b	(378.524)	(424.318)
Custos de aquisição	17c	(27.981)	(23.676)
Resultado com retrocessão	17e	(49.509)	(118.371)
Despesa com retrocessão		(228.652)	(234.742)
Receita com retrocessão		179.143	116.371
Outras receitas e despesas operacionais	17d	(2.582)	(19.620)
Despesas administrativas	17f	(32.409)	(25.130)
Despesas com tributos	17g	(13.148)	(8.640)
Resultado financeiro	17h	41.460	31.968
Resultado operacional		**91.379**	**85.723**
Resultado antes dos impostos e participações		**91.379**	**85.723**
Imposto de renda	14	(11.080)	(18.889)
Contribuição social	14	(8.817)	(11.894)
Participações sobre o lucro		(25.732)	(7.318)
Lucro líquido do exercício		**45.750**	**47.622**
Quantidade de ações (em lotes de mil)		337.178	337.178
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		135,69	141,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	45.750	47.622
Outros resultados abrangentes	**5.438**	**(5.892)**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	9.052	(9.820)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangente	(3.614)	3.928
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**51.188**	**41.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

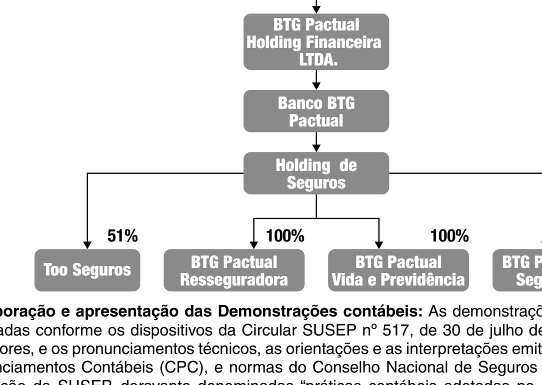
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	45.750	47.622
Ajustes para:	–	–
Variação nas contas patrimoniais:	**54.906**	**7.916**
Ativos financeiros - aplicações	(63.497)	(54.328)
Ativos de resseguro e retrocessão	73.629	(66.523)
Créditos das operações de seguros e resseguros	138.740	(319.013)
Outros créditos operacionais	1.955	10.276
Títulos e créditos a receber	(2.848)	5.278
Despesas antecipadas	4	–
Custos de aquisição diferidos	6.710	2.687
Imposto e Contribuições	12.431	41.959
Outras contas a pagar	32.163	(538)
Depósitos de terceiros	40.993	11.773
Débitos de operações com seguros e resseguros	(66.646)	27.446
Provisões judiciais	624	(39)
Provisões técnicas	(124.773)	354.830
Ajuste a valor justo - TVM	5.421	(5.892)
Caixa gerado pelas operações	**100.656**	**55.538**
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(17.418)	(33.923)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(11.630)	(20.604)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**71.608**	**1.011**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(71.608)	(1.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(71.608)**	**(1.000)**
Aumento/Redução de caixa e equivalente de caixa	–	11
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70	59
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70	70
Aumento/Redução de caixa e equivalente de caixa	–	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Resseguradora S.A., doravante denominada por "Resseguradora", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objetivo social operar como ressegurador local em todo território nacional, A Resseguradora está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº15.421.859/0001-41. A Resseguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco BTG Pactual S.A. O controle acionário da Resseguradora é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. A Resseguradora têm atuado no grupo de riscos financeiros e rural, aceitando transferências de riscos da Resseguradora do Grupo BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2021, o "Grupo" apresentava a seguinte estrutura:



2. Elaboração e apresentação das Demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP, doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do BTG Pactual Resseguradora S.A. no dia 24 de fevereiro de 2022. **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **b. Comparabilidade:** Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 1º de janeiro de 2020 (derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019), e a demonstração das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício de 2020, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis individuais daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência: Adequação e correção das posições dos ativos de resseguro e retrocessões - por meios de recomposição de saldos, a partir dos relatórios oficiais, movimentações contábeis e financeiras. Abaixo, demonstramos o resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras individuais originalmente apresentadas: *i) Saldos patrimoniais:*

Ativo	01/01/2020 (Apresentado)	Ajustes	01/01/2020 (Reapresentado)
Ativo circulante	**1.050.027**	**28.858**	**1.078.885**
Créditos das operações com seguros e resseguros	327.798	–	327.798
Operações com seguradoras	318.531	–	318.531
Resseguradoras	9.267	–	9.267
Ativos de resseguro e retrocessões	173.940	28.858	202.798
Outros - ativos circulante	548.289	–	548.289
Ativo não circulante	**479.384**	**–**	**479.384**
Total do ativo	**1.529.411**	**28.858**	**1.558.269**
Passivo			
Passivo circulante	**478.192**	**(5.778)**	**472.414**
Contas a pagar	66.419	(5.778)	60.641
Outros - passivo circulante	411.773	–	411.773
Passivo não circulante	**612.980**	**–**	**612.980**
Patrimônio líquido	**438.239**	**34.636**	**427.875**
Total do passivo	**1.529.411**	**28.858**	**1.558.269**

Ativo	31/12/2020 (Apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo circulante	**908.836**	**29.099**	**937.935**
Créditos das operações com seguros e resseguros	416.545	3.309	419.854
Operações com seguradoras	200.972	–	200.972
Resseguradoras	215.573	3.309	218.882
Ativos de resseguro e retrocessões	291.565	25.790	317.055
Outros - ativos circulante	201.026	–	201.026
Ativo não circulante	**1.041.968**	**–**	**1.041.968**
Total do ativo	**1.950.804**	**29.099**	**1.979.903**
Passivo			
Passivo circulante	**875.009**	**(5.537)**	**869.472**
Contas a pagar	51.444	(5.537)	45.907
Outros - passivo circulante	823.565	–	823.565
Passivo não circulante	**596.825**	**–**	**593.825**
Patrimônio líquido	**478.970**	**34.636**	**513.606**
Total do passivo	**1.950.804**	**29.099**	**1.979.903**

ii) Fluxo de caixa: Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento nos fluxos de caixa para os exercícios de 2020 e 2019. Em 31 de dezembro de 2020, a Resseguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas, Créditos das operações de seguros e resseguros e Outras contas a pagar. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Resseguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Resseguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Resseguradora. **e. Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. **f. Segregação entre circulante e não circulante:** A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Resseguradora; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado; **g. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Resseguradora:** IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma foi efetivada para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. A Resseguradora irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17 com base na revisão do pronunciamento técnico nº 12/2017 item 20B linha (b). IFRS 17 - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1° janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Resseguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. A norma ainda não foi aprovada pela Susep. A Resseguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Resseguradora são as seguintes: **a. Caixa e bancos:** Incluem o caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **b. Aplicação e instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial, A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: • A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou • Os ativos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou • O ativo financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado financeiro". **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de dívida. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado, na rubrica "Resultado financeiro". As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimentos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável. **c. Redução ao valor recuperável:** i) *Ativos financeiros (Impairment)* A Resseguradora avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre os instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. ii) *Ativos não financeiros:* É reconhecida como perda no resultado do exercício sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. iii) *Operações de resseguros e retrocessão:* A Resseguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016. **d. Classificação dos contratos de resseguros:** As principais definições das características de um contrato de resseguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros. A Resseguradora classifica os contratos emitidos como contratos de resseguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **e. Retrocessão:** Retrocessão é a operação pela qual o ressegurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Resseguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um retrocessionário uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, a retrocessão é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos. Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais. Em determinadas circunstâncias, dependendo das características do risco, as operações de retrocessão podem se dar através de contratos falcultativos. **f. Provisões técnicas:** As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos PPNG é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer introduzidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, calculada pelo método pro rata-die, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado no mês de constituição. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE, conforme definido em nota técnica atuarial, poderá ser calculada com base na estimativa de prêmios projetados para os riscos que farão parte do programa de resseguros admitidos pela Resseguradora. Neste caso, suas estimativas são apuradas pelas seguintes informações: • Prêmios projetados (baseado nos contratos de resseguros automático); ou • Prêmios estimados de acordo com as expectativas de contratos anteriores. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações contábeis. A metodologia de cálculo utilizada considera os parâmetros estipulados na Circular SUSEP n° 517/15 em função da Resseguradora não possuir histórico de sinistralidade. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas, relacionadas aos sinistros ocorridos. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. **g. Teste de adequação do passivo - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP n° 517/15 e alterações posteriores. **h. Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes as comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método pro rata-die tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 46 meses.

Custo de Aquisição por Segmento:	31/12/2021	31/12/2020
Garantia segurado - Setor público	45.825	56.316
Garantia segurado - Setor privado	5.420	1.639
	51.245	**57.955**

Movimentação dos custos de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**57.955**	**60.642**
(+) Emissões (*)	21.270	20.989
(-) Apropriações	(27.980)	(23.676)
Saldo no final do exercício	**51.245**	**57.955**

(*) líquido de cancelamentos. **i. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: i) Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **j. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20%. Em 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória Nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Nessa MP, foi definida a alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2021 e 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022. Os efeitos desta majoração nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram irrelevantes. **k. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro ou prejuízo pelo número de ações da Resseguradora. **l. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **m. Reconhecimento de prêmio emitido de contrato de resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de vigência do risco das respectivas apólices. **n. Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda), são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **4. Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se a depósitos no Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco BTG Pactual	70	70
Total	**70**	**70**

5. Aplicações: O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data-base das demonstrações contábeis está apresentada abaixo:

a. Movimentação das aplicações financeiras:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**602.879**	**548.551**
Aplicações	1.940.177	1.069.951
Resgates	(1.924.596)	(1.038.014)
Rendimentos	38.864	32.211
MTM	9.052	(9.820)
Saldo no final do exercício	**666.376**	**602.879**

b. Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados integralmente no ativo circulante.

	Nível	Custo	Mercado	Taxa contratada (a.a.)	%	31/12/2021: Até 90 dias ou sem vencimento	31/12/2021: De 90 a 365 dias	31/12/2021: De 1 a 3 anos	31/12/2021: Acima de 3 anos	31/12/2020: Valor contábil	31/12/2020: %
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**224.404**	**224.415**		**34%**	**68.321**	**–**	**156.094**	**–**	**158.947**	**26%**
Cotas de fundos de investimento	**2**	**68.321**	**68.321**		**10%**	**68.321**	**–**	**–**	**–**	**47.299**	**8%**
Fundos de investimentos - Renda Fixa		68.321	68.321		10%	68.321	–	–	–	47.299	8%
Títulos públicos do governo brasileiro	**1**	**156.083**	**156.094**		**23%**	**–**	**–**	**156.094**	**–**	**111.648**	**19%**
Letras Financeira do Tesouro (LFT)		156.083	156.094	Selic	23%	–	–	156.094	–	111.648	19%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**459.603**	**441.961**		**66%**	**–**	**40.394**	**176.179**	**225.388**	**443.932**	**74%**
Títulos privados no Brasil	**2**	**459.603**	**441.961**		**66%**	**–**	**40.394**	**176.179**	**225.388**	**443.932**	**74%**
Certificado de recebíveis imobiliários		39.361	40.017	IGPM + 8,19%	60%	–	40.394	176.179	185.371	315.730	52%
Letra Financeira		–	–		6%	–	–	–	40.017	27.298	5%
Debêntures		420.242	401.944	CDI + 1% à CDI + 4,25%	0%	–	–	–	–	100.904	17%
		684.007	**666.376**		**100%**	**68.321**	**40.394**	**332.273**	**225.388**	**602.879**	**100%**

c. Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos e privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para a determinação do valor justo das debêntures utiliza-se metodologia própria - "market to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **d. Hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1 : Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Não houve reclassificação entre níveis hierárquicos de aplicações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **6. Créditos das operações com seguradoras e resseguradoras: a. Composição:** Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos (a)	314.410	486.604
	314.410	**486.604**

Operações com resseguradoras	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Prêmios de retrocessão aceitos - estimados (a)	5.357	3.848
Prêmios de retrocessão aceitos - efetivo (a)	297.084	310.731
Sinistros a recuperar	46.928	1.756
Outros créditos a receber	3.729	3.309
	353.098	**319.644**
	667.508	**806.248**

Nota (a): Vide nota (b) e (c).

b. Prêmios por Segmento:	31/12/2021	31/12/2020
Garantia	296.610	416.555
Rural	42.986	91.220
Danos	277.031	293.279
Demais	224	129
	616.851	**801.183**

c. Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer até 60 dias	92.953	99.022
A vencer de 61 a 120 dias	43.647	99.582
A vencer de 121 a 180 dias	11.026	58.289
A vencer de 181 a 365 dias	338.784	155.659
A vencer acima de 365 dias	128.550	386.394
Total a vencer	**614.960**	**798.946**
Vencidos até 60 dias	1.891	2.237
Total vencidos	**1.891**	**2.237**
Total	**616.851**	**801.183**

continua→☆

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

São Paulo

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BTG PACTUAL RESSEGURADORA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

d. Movimentação de prêmios a receber:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**797.335**	**487.235**
(+) Prêmios emitidos	527.440	816.144
(-) Prêmios cancelados	(307.054)	(118.585)
(-) Recebimentos	(400.870)	(383.611)
Saldo no final do exercício	**616.851**	**801.183**

O período médio de parcelamento para recebimento dos prêmios e retrocessões é de 120 dias.

7. Obrigações a Pagar:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Dividendos e JCP a pagar	62.242	–
Participações nos lucros a pagar	25.615	7.230
Contas a pagar	18.579	1.801
	106.436	**9.031**

8. Depósito de Terceiros: Contempla valores de retrocessões recebidos, não baixados e em processo de conciliação. O quadro a seguir demonstra as faixas de prazo contando do registro contábil dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 31 a 60 dias	53.111	12.104
De 61 a 120 dias	–	14
	53.111	**12.118**

9. Débito das operações com seguradoras e resseguradoras: a. Composição: Os saldos de débitos das operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

31/12/2021	Garantia	Rural	Demais	Total
Prêmios a restituir	8.708	1.905	–	10.613
Prêmio de retrocessão cedida	146.070	82.039	49	228.158
Comissão de corretagem	41.648	–	–	41.648
	196.426	**83.944**	**49**	**280.419**

31/12/2020	Garantia	Rural	Demais	Total
Prêmios a restituir	5.253	1.148	–	6.401
Prêmio de retrocessão cedida	176.154	122.878	29	299.061
Comissão de corretagem	41.603	–	–	41.603
	280.419	**124.027**	**29**	**347.065**

10. Provisões técnicas e ativos de retrocessão: a. Provisões técnicas - brutas de retrocessão:

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Garantia	437.174	21.249	3.344	2.002	463.769
Rural	32.437	98.309	31.050	8.386	170.182
Danos	18.212	216.776	60.255	–	295.243
Demais	–	–	–	–	–
	487.823	**336.334**	**94.649**	**10.388**	**929.194**

31/12/2020	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Garantia	557.331	21.249	3.975	2.310	584.865
Rural	78.663	61.262	29.143	6.868	175.936
Danos	15.850	206.036	70.493	–	292.379
Demais	37	788	(38)	–	787
	651.881	**289.335**	**103.573**	**9.178**	**1.053.967**

b. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas:

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Garantia	220.058	20.653	3.010	1.832	245.553
Rural	26.955	86.919	27.581	8.273	149.728
Demais	–	–	–	–	–
	247.013	**107.572**	**30.591**	**10.105**	**395.281**

31/12/2020 (Reapresentado)	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Garantia	275.184	20.246	3.577	2.088	301.095
Rural	70.341	60.772	29.143	6.799	165.055
Demais	6	788	(34)	–	760
	345.531	**81.806**	**32.686**	**8.887**	**468.910**

c. Movimentação das provisões técnicas - brutas de retrocessão

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Saldo no início do exercício	**651.881**	**289.335**	**103.573**	**9.178**	**1.053.967**
Constituições/Reversões	(164.058)	–	(8.925)	–	(172.983)
Avisos/ajustes de sinistros	–	379.136	–	8.313	387.449
Pagamento	–	(332.136)	–	(7.103)	(339.239)
Saldo no final do exercício	**487.823**	**336.335**	**94.648**	**10.388**	**929.194**

31/12/2020	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Saldo no início do exercício	**654.030**	**32.419**	**8.727**	**3.962**	**699.138**
Constituições/Reversões	(2.149)	–	94.846	–	92.697
Avisos/ajustes de sinistros	–	319.873	–	9.599	329.472
Pagamento	–	(62.957)	–	(4.383)	(67.340)
Saldo no final do exercício	**651.881**	**289.335**	**103.573**	**9.178**	**1.053.967**

d. Movimentação das provisões técnicas - Ativos de resseguro e retrocessão

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Saldo no início do exercício	**345.531**	**81.806**	**32.686**	**8.887**	**468.910**
Constituições/Reversões	(98.517)	–	(2.096)	–	(100.613)
Avisos/ajustes de sinistros	–	173.649	–	7.589	181.238
Pagamento	–	(147.883)	–	(6.371)	(154.254)
Saldo no final do exercício	**247.014**	**107.572**	**30.590**	**10.105**	**395.281**

31/12/2020 (Reapresentado)	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Saldo no início do exercício	**335.610**	**26.632**	**7.565**	**3.722**	**373.529**
Constituições/Reversões	9.921	–	25.121	–	35.042
Avisos/ajustes de sinistros	–	81.752	–	9.498	91.250
Pagamento	–	(26.578)	–	(4.333)	(30.911)
Saldo no final do exercício	**354.531**	**81.806**	**32.686**	**8.887**	**468.910**

11. Teste de adequação de passivos (TAP): O TAP foi elaborado bruto de retrocessão, e para a sua realização a Resseguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ - prefixada), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Resseguradora, concluiu-se que o seu passivo por contrato de resseguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas ou constituição de PCC, deduzida dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A Resseguradora utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa da ETTJ com curva Anbima. A metodologia utilizada para estimação das curvas foi reformulada com o objetivo de minimizar a variância dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade, e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022. A Administração está avaliando os impactos da mudança. **a. Taxa de juros contratada e esperada para ativos e passivos:** Para a data-base de 31 de dezembro de 2021 utilizamos a ETTJ préfixada divulgada pela Anbima. **b. Sinistralidade:** Adotou-se para composição de fluxo de sinistros a ocorrer a sinistralidade de mercado para cada agrupamento de ramos uma vez que a sinistralidade da resseguradora não demonstrou consistência estatística.

Ramo	31/12/2021 SINISTRALIDADE	31/12/2020 SINISTRALIDADE
01	109%	–
03	80%	138%
06	57%	103%
07	30%	26%
11	129%	107%
14	70%	70%
17	22%	13%

12. Gerenciamento de riscos: A Resseguradora, aprovada pela SUSEP para atuar como resseguradora local, é dedicada a atividades de resseguro nos grupos de riscos financeiros e rural e tem como diferencial a qualidade de seus contratos de resseguro e retrocessão, permitindo maior segurança na transferência de riscos e retenção de prêmios. A Resseguradora conta com profissionais altamente capacitados e com grande conhecimento nos nichos escolhidos, além de um nível de informatização adequado para as suas operações. A atuação focada em nichos específicos, com produtos diferenciados, permite vantagem competitiva nos negócios. Conforme previsto em seu plano de negócios, a Resseguradora realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a maior parte de suas operações de resseguro apenas com a seguradoras do Grupo BTG Pactual, no ramo garantia (riscos financeiros) e rural, contribuindo, assim, com o equilíbrio financeiro da Resseguradora. A Resseguradora mantém, ainda, constante sinergia com outros resseguradores do mercado, locais, admitidos e/ou eventuais, para operações de retrocessão. A Resseguradora tem, como princípios norteadores, a total transparência e confiabilidade em suas operações, a realização de subscrição responsável, da mais alta qualidade, de modo a produzir resultados consistentes, Destaca-se, ainda, a eficiente política de investimentos da Resseguradora que, atendendo aos normativos vigentes, busca a rentabilidade a médio e longo prazo. Os contratos de resseguro e/ou de retrocessão, principalmente por envolverem aspectos financeiros, contam com a análise de diversas áreas dentro do Grupo BTG Pactual, além do comercial e jurídico, tais como áreas operacional, contábil, financeira, além de controles internos e de tecnologia, a depender da operação. Reuniões periódicas são realizadas com membros das diversas áreas envolvidas para debater o processo de criação e aprovação de contratos e novos produtos, tendências do mercado, identificação de demandas e mudanças no quadro regulatório. A Resseguradora conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos do resseguro, bases tarifárias e parâmetros técnicos para as operações e contratos, de acordo com cada grupo de ramo. **Estrutura e gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos da Resseguradora é gerido no âmbito do Grupo BTG Pactual, que monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. O envolvimento dos comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. Os comitês do Grupo BTG Pactual são compostos por membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. A estrutura de comitês do Grupo BTG Pactual permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco; (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (*Value at Risk* - VaR) e para a aprovação de exceções; (v) Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente as políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (vi) Comitê de AML (*anti-money laundering*) Compliance, que é responsável por estabelecer regras de política e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis. **Riscos de resseguros:** Entre os diversos riscos envolvidos em contratos de resseguro, o principal é o de que sinistros não correspondam às expectativas e estimativas feitas quando da assunção dos riscos. Fatores internos e externos às operações e contratos de seguro ressegurados que podem causar sinistros vultosos e de alta complexidade. O objetivo primordial da Resseguradora é assegurar provisões técnicas suficientes para fazer frente a esses riscos. A Resseguradora dispõe de comitê específico cuja atribuição é definir a constituição e administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas, estabelecer diretrizes para o investimento de tais recursos com objetivo de rentabilidade a médio e longo prazo e definir limites de risco e estratégias de alocação/aplicação dos recursos em ativos financeiros, de acordo com a lei e normas regulamentares aplicáveis. O comitê é composto não só por executivos da Resseguradora e responsáveis diretos pela gestão do negócio, mas também por profissionais chaves das áreas comercial, financeira e de crédito do Grupo BTG Pactual. A constituição de provisões técnicas e a gestão dos investimentos da Resseguradora seguem o mais alto padrão ético de governança de forma a garantir a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez da Resseguradora para fazer frente às suas obrigações e manter o necessário equilíbrio econômico-financeiro e atuarial. A exposição aos riscos é reduzida através de processos e procedimentos rigorosos de subscrição, acompanhamento periódico, diversificação da carteira de contratos de resseguro, além da cessão de riscos em contratos de retrocessão para outros resseguradores do mercado. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco, mensuradas pela importância segurada, para nossos principais segmentos de resseguro.

Exposição máxima ao risco de seguro

	Bruto de retrocessão 31/12/2021	Líquido de retrocessão 31/12/2021	Bruto de retrocessão 31/12/2020	Líquido de retrocessão 31/12/2020
Garantia	75.283.739	8.091.115	71.735.254	8.447.119
Rural	1.082.665	76.068	2.446.170	61.707

a. Análise de sensibilidade: A tabela abaixo demonstra resultados de testes de sensibilidade aplicados aos contratos de resseguro, com base na variação das principais premissas atuariais da Resseguradora:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 31/12/2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 20% na frequência de sinistros (IBNR)	(6.879)	(761)

b. Retrocessão cedida: Operações de retrocessão são utilizadas com o objetivo de pulverizar os riscos assumidos pela Resseguradora. A Resseguradora transfere parte de determinado risco ou mesmo uma carteira de riscos em determinado ramo a resseguradores locais, admitidos e/ou eventuais. O objetivo da retrocessão é não só pulverizar os riscos, mas garantir a solidez financeira e estabilidade de resultados da resseguradora, com a garantia da liquidação de eventual(is) sinistro(s) e ampliação da possibilidade/capacidade de aceitar mais transferências de risco em resseguro. A tabela abaixo demonstra a gestão de riscos com operações de retrocessão:

	31/12/2021 Prêmios emitidos diretos	Prêmios cedidos	Prêmios retidos	31/12/2020 Prêmios emitidos diretos	Prêmios cedidos	Prêmios retidos
Garantia	127.389	92.387	35.002	175.154	55.129	120.025
Rural	74.387	59.653	14.734	171.843	151.378	20.465
Danos	186.799	–	186.799	324.749	–	324.749
Demais	94	20	74	130	30	100
	388.669	**152.060**	**236.609**	**671.876**	**206.537**	**465.339**

c. Gestão de capital: O principal objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, a Resseguradora manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Resseguradora é constituído como o maior valor entre o capital base, capital de risco e patrimônio líquido ajustado que visam garantir os riscos inerentes às operações. A Resseguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração. As Resoluções CNSP nºs 283, 316 e 321 de 2013, 2014 e 2015, acrescentaram requerimentos de capital para os riscos de subscrição e operacionais e alteraram a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido.

	31/12/2021
Patrimônio líquido	427.927
Ajustes contábeis	–
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	8.697
PLA de nível 1	427.927
PLA de nível 2	8.697
PLA de nível 3	
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	–
Patrimônio líquido ajustado (a)	**436.624**
Capital Mínimo Requerido	
Capital Base - CB (b)	60.000
Capital de Risco CR (c)	**224.285**
Capital risco de subscrição	178.111
Capital risco de crédito	56.056
Capital risco operacional	3.810
Capital risco de mercado	26.231
Benefício de diversificação	(39.923)
Capital Mínimo Requerido - CMR - (d) - maior entre (b) e (c)	**224.285**
CMR coberto pelo PLA de nível 1	427
Suficiência de capital (e= a - d)	212.339
Suficiência de capital (e/d)	**95%**
Índice de solvência (a/d)	**1.95**

A suficiência dos ativos livres equivale à R$ 90.939 (nota explicativa nº 13)

Tipo de ressegurador	Ressegurador	% Cessão	Fitch	S&P	Moody's	Rating AM Best
Local	Ressegurador 27	25,71%	AA-			
Local	Ressegurador 28	0,49%		AA-		
Local	Ressegurador 29	0,85%		AA-		
Local	Ressegurador 30	5,49%		AA		

Risco de subscrição: O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e resseguros. Este risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, como é explicado nas outras notas, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo do Grupo BTG e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros nacional e internacional. A Resseguradora opera com tomadores, segurados, resseguradores e corretores, exclusivamente pessoas jurídicas, com reconhecido prestígio e longa atuação empresarial. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Resseguradora saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

31/12/2021	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	70	–	70
Aplicações	108.715	557.661	666.376
Créditos das operações com seguros e resseguros	538.958	128.550	667.508
Provisões relacionadas a sinistros a recuperar	117.677	–	117.677
Total dos ativos financeiros	**765.420**	**686.211**	**1.451.631**
Contas a pagar	122.413	6.878	129.291
Provisões relacionadas a sinistros a liquidar	346.723	–	346.723
Débitos de operações com seguros e resseguros	208.157	72.262	280.419
Total dos passivos financeiro	**677.293**	**79.140**	**756.433**

31/12/2020 (Reapresentado)	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	70	–	70
Aplicações	142.472	460.407	602.879
Créditos das operações com seguros e resseguros	419.854	386.394	806.248
Provisões relacionadas a sinistros a recuperar	90.693	–	90.693
Total dos ativos financeiros	**653.089**	**846.801**	**1.499.890**
Contas a pagar	45.907	2.596	48.503
Provisões relacionadas a sinistros a liquidar	298.513	–	298.513
Débitos de operações com seguros e resseguros	194.687	153.78	347.065
Total dos passivos financeiro	**539.107**	**154.974**	**694.081**

Sensibilidade à taxa de juros:

	31/12/2021 Impacto no Patrimônio Líquido e resultado a	b	31/12/2020 Impacto no Patrimônio Líquido e resultado a	b
Fator de risco sobre as estruturas vigentes				
Taxa de juros				
elevação de taxas	2	2.538	2.436	192
redução de taxas	(2)	(2.538)	(2.436)	(192)

a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2021. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2021.

13. Cobertura das provisões técnicas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	929.194	1.053.967
Ativos de resseguros redutores	(217.574)	(191.071)
Direito creditório	(274.739)	(384.167)
Custos de aquisição diferiedos redutors de PPNG	(16.188)	(17.688)
Necessidade de cobertura (A)	**420.693**	**461.041**
Títulos de renda fixa - públicos	156.094	111.647
Títulos de renda fixa - privados	355.538	404.082
Total dado em cobertura (B)	**511.632**	**515.729**
Excesso de cobertura (B) - (A)	**90.939**	**54.688**

14. Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucros e participações	111.379	85.724
Participações estatutários sobre o lucro	(25.732)	(7.318)
Juros sobre capital próprio	(20.000)	–
Base de cálculo	**65.647**	**78.406**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	**(26.259)**	**(31.362)**
(Inclusões)/Exclusões no cálculo da tributação:	**3.657**	**2.376**
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	(2.214)	1.853
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(248)	16
Outras provisões	–	(72)
Variação cambial	(243)	530
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	6.362	50
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(22.602)**	**(28.986)**
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	**2.705**	**(1.797)**
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(19.897)**	**(30.783)**

15. Créditos tributários e previdenciários: a. Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários IR/CS	10.018	6.646
Créditos tributários PIS/COFINS	15.543	13.890
Outros créditos	–	583
	25.562	**21.119**

b. movimentação:	2019	Constituição	Reversão	2020
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.008	3.677	–	4.685
Outras diferenças temporárias	1.878	83	–	1.961
	2.886	**3.760**	**–**	**6.646**

	2020	Constituição	Reversão	2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	4.685	3.125	–	7.810
Outras diferenças temporárias	1.961	247	–	2.208
	6.646	**3.372**	**–**	**10.018**

c. Estimativa de realização dos créditos tributários: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico de viabilidade são:

Ano	Valor	%
2022	3.908	39%
2023	3.908	39%
2024	–	–
2025	–	–
2026	2.203	22%
Total	**10.018**	**100%**

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito e integralizado é de R$ 350.000, representado por 337.178.487 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo. Em 29 de janeiro de 2021, foi deliberado o valor de R$ 71.608 a título de dividendos. O montante foi pago nos dias 29 de janeiro, 27 de julho e 29 de dezembro de 2021 nos valores de R$ 2.000, R$ 19.000 e R$ 50.608, respectivamente. Em 30 de dezembro de 2021, foi deliberado a proposta de pagamento no valor de R$ 45.252 a títulos de dividendos, referente ao exercício de 2020. Foi deliberado pela diretoria, a distribuição de lucros no total R$ 20.000 referente do resultado do exercício de 2021, a títulos de JCP.

17. Detalhamento de contas da demonstração de resultado: a. Prêmios de resseguro:

Ramo	Prêmios Ganhos 31/12/2021	Prêmios Ganhos 31/12/2020	Sinistralidade % 31/12/2021	Sinistralidade % 31/12/2020	Custo aquisição % 31/12/2021	Custo aquisição % 31/12/2020
Garantia	248.890	252.245	6,3%	–	11,2%	9,4%
Rural	120.613	112.273	154,2%	81,9%	–	–
Danos	184.437	308.900	95,9%	69,6%	–	–
Demais	132	92	–	–	–	–
Total	**554.072**	**673.510**	**68,3%**	**45,6%**	**5,1%**	**3,6%**

	31/12/2021	31/12/2020
b) Sinistros ocorridos	**(378.524)**	**(424.318)**
Indenizações avisadas	(377.575)	(307.255)
Despesas relacionadas	(8.313)	(9.599)
Provisões de Sinistros ocorridos mas não avisados	8.925	(94.846)
Ajuste da Provisão de Sinistros a Liquidar (IBNER)	(1.561)	(12.618)
c) Custo de aquisição	**(27.981)**	**(23.676)**
Despesas de Corretagem	(21.270)	(20.989)
Variação das despesas de corretagem diferidas	(6.711)	(2.687)
d) Outras receitas e despesas operacionais	**(2.582)**	**(19.620)**
Despesa com consultoria de seguros	3.931	8.036
Despesas operacionais	(6.510)	(27.656)
e) Resultado com retrocessão	**(49.509)**	**(118.370)**
Recuperação de sinistros	173.649	81.752
Recuperação de despesas relacionadas	7.589	9.498
Variação de sinistros ocorrido e não avisados	(2.096)	25.121
Outros resultados com operação de retrocessão	(3.284)	(12.840)
Prêmios cedidos em retrocessão	(152.060)	(206.537)
Variação das provisões de prêmios	(73.307)	(15.364)
f) Despesas administrativas	**(32.409)**	**(25.130)**
Despesa com pessoal próprio	(14.149)	(12.224)
Despesas com serviços de terceiros	(13.907)	(8.170)
Localização e funcionamento	(2.345)	(2.235)
Publicidade e propaganda	(725)	(790)
Despesas com publicações	(119)	(37)
Contribuições	(299)	(436)
Outras despesas	(865)	(1.238)
g) Despesas com tributos	**(13.148)**	**(8.640)**
COFINS	(8.925)	(5.595)
PIS	(1.590)	(1.045)
Taxa de fiscalização	(1.805)	(1.340)
Outras despesas com tributos	(828)	(660)
h) Resultado financeiro	**41.460**	**31.968**
Receita com títulos de renda fixa	43.405	46.780
Receita de aplicações no mercado aberto	9.577	1.088
Outras receitas financeiras	71	698
Despesa com títulos de renda fixa	(9.346)	(15.657)
Despesa com títulos de renda variável	(4.772)	–
Resultado financeiro com operações de resseguro	2.525	(941)

d. Concentração de riscos:

Região Geográfica	Bruto de Resseguro (*) 31/12/2021 Garantia	%	Rural	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	31.632	8%	18.300	5%	–	0%	–	0%	49.932	13%
Nordeste	3.186	1%	1.545	0%	–	0%	–	0%	4.731	1%
Norte	282	0%	3.249	1%	–	0%	–	0%	3.531	1%
Sudeste	46.155	12%	997	0%	186.792	47%	94	0%	234.038	59%
Sul	7.096	2%	59.736	15%	–	0%	–	0%	66.832	17%
Exterior	36.606	9%	–	0%	–	0%	–	0%	36.606	9%
Total	**124.957**	**32%**	**83.827**	**21%**	**186.792**	**47%**	**94**	**0%**	**395.670**	**100%**

Região Geográfica	Líquido de Resseguro (**) 31/12/2021 Garantia	%	Rural	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	2.355	1%	3.789	2%	–	0%	–	0%	6.144	3%
Nordeste	1.610	1%	143	0%	–	0%	–	0%	1.753	1%
Norte	140	0%	160	0%	–	0%	–	0%	300	0%
Sudeste	6.003	3%	35	0%	186.792	79%	74	0%	192.904	82%
Sul	361	0%	11.485	5%	–	0%	–	0%	11.846	5%
Exterior	23.442	10%	0	0%	–	0%	–	0%	23.442	10%
Total	**33.911**	**14%**	**15.612**	**7%**	**186.792**	**79%**	**74**	**0%**	**236.389**	**100%**

Região Geográfica	Bruto de Resseguro (*) 31/12/2020 Garantia	%	Rural	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	7.394	1%	24.444	4%	–	0%	–	0%	31.838	5%
Nordeste	(18.756)	(3)%	2.507	0%	–	0%	–	0%	(16.249)	(3)%
Norte	60	0%	5.156	1%	–	0%	–	0%	5.216	1%
Sudeste	159.360	23%	3.069	0%	324.749	48%	129	0%	487.307	71%
Sul	18.518	3%	128.882	19%	–	0%	–	0%	147.400	22%
Exterior	24.707	4%	–	0%	–	0%	–	0%	24.707	4%
Total	**191.283**	**28%**	**164.058**	**24%**	**324.749**	**48%**	**126**	**0%**	**680.219**	**100%**

Região Geográfica	Líquido de Resseguro (**) 31/12/2020 Garantia	%	Rural	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	7.006	1%	2.993	1%	–	0%	–	0%	9.999	2%
Nordeste	(5.157)	(1)%	295	0%	–	0%	–	0%	(4.862)	(1)%
Norte	40	0%	603	0%	–	0%	–	0%	643	0%
Sudeste	95.567	20%	419	0%	324.749	69%	100	0%	420.835	89%
Sul	13.953	3%	15.581	3%	–	0%	–	0%	29.534	6%
Exterior	16.641	4%	0	0%	–	0%	–	0%	16.641	4%
Total	**128.050**	**27%**	**19.891**	**4%**	**324.749**	**69%**	**100**	**0%**	**472.790**	**100%**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ (7.001) (R$ (8.343) em 31 de dezembro de 2020); (**) As operações estão líquidas de RVNE de Resseguro no montante de R$ 7.221 (R$ 7.451 em 31 de dezembro de 2020);

Risco de mercado: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade DV01 (*Delta Variation*), com o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou a taxa do indexador:

Descrição	Papel	Vencimento	31/12/2021 Saldo contábil	DV 01
Debênture	SSED21	15/08/2023	32.080	3.518
Debênture	VVAR25	27/06/2022	40.394	657
Debênture	OVSA17	04/06/2024	49.286	307
Debênture	GUAR23	02/09/2024	82.784	6.741
Debênture	AEGP17	12/04/2027	50.055	4.934
Debênture	RODB11	10/05/2030	50.621	3.286
Debênture	OVSA19	18/11/2024	12.029	6.006
Debênture	RDORC9	20/08/2031	84.695	(69)
Certificado de Recebivel Imobiliario	GAIA S	13/01/2033	40.017	(24)
			441.961	**25.356**

A análise DV01 não se aplica aos demais papéis da Resseguradora. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras ou resseguradoras; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos Tomadores e Segurados das Resseguradoras de Seguros ou seus clientes. **a. Exposição ao risco de crédito de resseguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber abrange basicamente ramos de riscos a decorrer. A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito e, desta forma, adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais para operações de resseguro não proporcional, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de retrocessão, operando com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. **b. Rating dos resseguradores dos contratos de resseguros:**

Tipo de ressegurador	Ressegurador	% Cessão	Fitch	S&P	Moody's	Rating AM Best
Admitido	Ressegurador 1	1,84%		A+		
Admitido	Ressegurador 2	0,60%	A+	A+		
Admitido	Ressegurador 3	2,57%				A
Admitido	Ressegurador 4	3,03%				A
Admitido	Ressegurador 5	18,90%	AA-	AA-		
Admitido	Ressegurador 6	10,85%		A+		A+
Admitido	Ressegurador 7	0,76%				A++
Admitido	Ressegurador 8	0,67%		A-		
Admitido	Ressegurador 9	1,89%		A+		
Admitido	Ressegurador 10	0,02%				A
Admitido	Ressegurador 11	0,11%		AA-	Aa3	A+
Admitido	Ressegurador 12	6,00%		AA-	Aa3	A+
Admitido	Ressegurador 13	0,04%				A+
Admitido	Ressegurador 14	0,17%				A+
Eventual	Ressegurador 15	0,01%	A-	A-		
Eventual	Ressegurador 16	0,68%	AA	AA		
Eventual	Ressegurador 17	1,49%	A+	A+		
Eventual	Ressegurador 18	0,42%				A
Eventual	Ressegurador 19	0,69%				A+
Eventual	Ressegurador 20	0,17%				A
Eventual	Ressegurador 21	5,16%	A+	A+		
Eventual	Ressegurador 22	1,02%		BBB+		
Eventual	Ressegurador 23	0,06%				A+
Local	Ressegurador 24	2,25%		AA		
Local	Ressegurador 25	8,03%				A-
Local	Ressegurador 26	0,03%		A	A2	A

18. Partes relacionadas: A Administração identifica como partes relacionadas à Resseguradora, o Banco BTG Pactual S.A, e as empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a saldo em conta corrente, operações de aceite de resseguros e a administração de sua carteira de investimentos. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo BTG Pactual, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

	Grau de relação	Ativo/(Passivo) 31/12/2021	Ativo/(Passivo) 31/12/2020	Receitas/(Despesas) 31/12/2021	Receitas/(Despesas) 31/12/2020
Ativo					
Disponibilidades					
- Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	70	70	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros					
- Too Seguros S.A.	Ligada	231.742	328.075	172.672	256.435
- BTG Pactual Seguros S.A.	Ligada	53.136	61.303	33.189	73.536
Custos de aquisição diferidos					
- BTG Pactual Corretora de Resseguros	Ligada	51.245	57.955	(6.711)	(2.687)
Passivo					
Contas a pagar					
- Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	(3.229)	(1.642)	(21.118)	(14.484)
Débitos de operações com seguros e resseguros					
- Too Seguros S.A.	Ligada	(10.202)	(6.235)	(25.193)	(22.085)
- BTG Pactual Seguros S.A.	Ligada	(411)	(734)	(72)	(792)
- BTG Pactual Corretora de Resseguros	Ligada	(41.648)	(41.603)	(21.271)	(20.989)
Provisões técnicas					
- Too Seguros S.A.	Ligada	(479.458)	(555.933)	(305.831)	(116.445)
- BTG Pactual Seguros S.A.	Ligada	(73.285)	(62.553)	9.763	63.552

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

DIRETORIA

João Marcello Dantas Leite
Leonardo de Souza Felix **Mariana Botelho Ramalho Cardoso**

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zanvettor
CRC 1RJ-092069/O-8 S SP

ATUÁRIO

Marcos Falcão - MIBA nº 893

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas BTG Pactual Resseguradora S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **BTG Pactual Resseguradora S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

☆ continuação

BTG PACTUAL RESSEGURADORA S.A.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **BTG Pactual Resseguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas **BTG Pactual Resseguradora S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BTG Pactual Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior. O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2 (b), foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2 (b) que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2020, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP12741/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

btg pactual

BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ(MF) nº 19.449.767/0001-20

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar
CEP 04538-133, Itaim Bibi - São Paulo - SP
www.btgpactual.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A BTG Pactual Vida e Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada ou pagamento único em qualquer de suas modalidades ou formas, bem como instituir e operar em seguros do ramo vida, inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 19.449.767/0001-20. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco BTG Pactual S.A. O controle acionário da BTG Vida e Previdência S.A, é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. As operações da Companhia serão conduzidas de forma integrada com as empresas que integram o Grupo BTG Pactual. **Desempenho:** A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um patrimônio líquido de R$ 38 milhões (R$ 25,3 milhões em 2020). Os ativos, sob custódia, da Companhia totalizaram o montante de R$ 6,6 bilhões (R$ 2,2 bilhões em 2020), apresentando um aumento de 209% no período. O prejuízo da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 6,3 milhões contra R$ (3,7) milhões no ano anterior, impulsionado pelo aumento das despesas administrativas no período. As captações por contribuições totalizaram R$ 697 milhões no exercício de 2021 (R$ 236 milhões em 2020). As captações por portabilidade apresentaram um montante líquido de R$ 4,2 bilhões (R$ 0,9 bilhões em 2020). **Covid - 19:** Apesar de a atual pandemia ter gerado um impacto negativo na economia global e nacional, a BTG Vida e Previdência não identificou impacto relevante em seus números. O resultado financeiro, fortemente impactado pela queda nas taxas de juros em 2020, apresentou melhora no decorrer de 2021. A Companhia totalizou R$ 0,9 milhões de receita financeira no exercício (R$ 0,7 milhões em 2020). Subsequentemente a data-base, a Companhia continua monitorando a crise da Covid-19 e, os saldos em suas provisões e receitas financeiras apresentados até a data da aprovação das demonstrações contábeis são semelhantes ao movimento do exercício. **Responsabilidade Social:** As iniciativas sociais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos do Grupo BTG Pactual possam enxergar esse viés, através da campanha #NumerosQueImportam. A descrição completa dos projetos sociais do Grupo BTG Pactual estão divulgadas no site (https://www.btgpactual.com/numeros-que-importam/). **Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, à Previdência Privada e Vida, à Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), à Federação Nacional de Previdência Privada (FenaPrevi) e ao Sindicato do Estado de São Paulo (Sindseg) pelo apoio recebido ao longo do período.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		**6.734.493**	**2.183.287**
Disponível		11.582	21.901
Caixa e bancos	4	612	14.254
Valores em trânsito		10.970	7.647
Aplicações	5	6.722.251	2.160.906
Outros créditos operacionais		167	160
Títulos e créditos a receber		426	267
Créditos a receber		114	229
Créditos tributários e previdenciários		312	38
Despesas antecipadas		67	53
Ativo não circulante		**23.157**	**10.151**
Aplicações	5	23.125	10.151
Títulos e créditos a receber		32	–
Créditos tributários e previdenciários		32	–
Total do ativo		**6.757.650**	**2.193.438**

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante		**6.719.693**	**2.168.175**
Contas a pagar		5.279	2.101
Obrigações a pagar		1.267	745
Impostos e encargos sociais a recolher	8	3.729	1.099
Encargos trabalhistas		229	184
Impostos e contribuições		54	17
Outras contas a pagar		–	56
Depósito de Terceiros	7	59.376	10.380
Provisões técnicas - seguros	6a	5.024.281	1.480.071
Vida com cobertura por sobrevivência		5.024.281	1.480.071
Provisões técnicas - previdência complementar	6a	1.630.757	675.623
PGBL		1.630.757	675.623
Não circulante		**6**	**–**
Outros débitos		6	–
Provisões Judiciais		6	–
Patrimônio líquido	13	**37.951**	**25.263**
Capital social		48.000	29.000
Aumento de Capital			–
Reserva de Lucros			–
Prejuízos acumulados		(10.049)	(3.737)
Total do passivo		**6.757.650**	**2.193.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**25.000**	**4.000**	**(8)**	**28.992**
Aprovação de aumento de capital - Portaria nº 242, de 19 de fevereiro de 2020	4.000	(4.000)	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	(3.729)	(3.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**29.000**	**–**	**(3.737)**	**25.263**
Aprovação de aumento de capital - Portaria nº 551, de 22 de dezembro de 2021	19.000	–	–	19.000
Prejuízo do exercício	–	–	(6.312)	(6.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**48.000**	**–**	**(10.049)**	**37.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de contribuições e prêmios	14a	696.997	235.610
Constituição da provisão de benefícios a conceder	14b	(696.997)	(235.610)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		–	–
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	14c	1.836	1.936
Outras despesas operacionais	14c	(1)	(3)
Despesas administrativas	14d	(6.446)	(4.804)
Despesas com tributos	14e	(1.888)	(1.192)
Resultado financeiro	14f	972	759
Resultado operacional		**(5.527)**	**(3.304)**
Resultado antes dos impostos e participações		**(5.527)**	**(3.304)**
Imposto de renda	12	(15)	4
Contribuição social	12	(9)	3
Participações sobre o resultado		(761)	(432)
Prejuízo do exercício		**(6.312)**	**(3.729)**
Quantidade de ações		94.653	51.854
Prejuízo líquido por ação		(66,69)	(71,91)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(6.312)	(3.729)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**(6.312)**	**(3.729)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

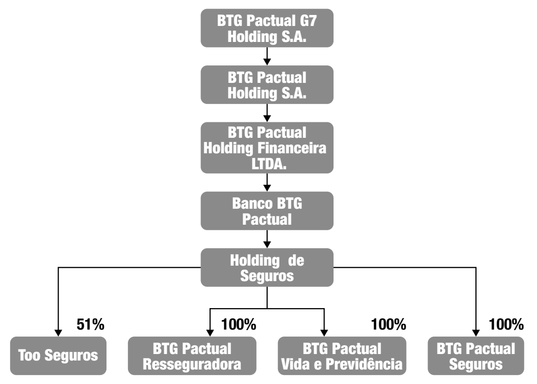
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(6.312)	(3.729)
Ajustes para:		
Variação nas contas patrimoniais:	**(22.985)**	**22.170**
Ativos financeiros - aplicações	(4.574.319)	(1.099.711)
Outros créditos operacionais	(7)	79
Títulos e créditos a receber	(191)	151
Despesas antecipadas	(14)	(53)
Contas a pagar	3.200	813
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	4.499.344	1.111.989
Depósitos de terceiros	48.996	8.902
Provisões judiciais	6	–
Caixa gerado/consumido pelas operações	**(29.297)**	**18.441**
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(14)	(14)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(8)	(8)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**(29.319)**	**18.419**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento pela venda	**14.292**	–
Intangível	14.292	
Pagamento pela compra:	**–**	**(15.000)**
Intangível	–	(15.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**14.292**	**(15.000)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(10.319)	18.419
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.901	3.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.582	21.901
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(10.319)	(3.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional:
A BTG Pactual Vida e Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada ou pagamento único em qualquer de suas modalidades ou formas, bem como instituir e operar em seguros do ramo vida, inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 19.449.767/0001-20. O controle acionário da BTG Vida e Previdência S.A. é exercido pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., que é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. As operações da Companhia serão conduzidas de forma integrada com as empresas que integram o Grupo BTG Pactual. Em 31 de dezembro de 2021, o "Grupo" apresentava a seguinte estrutura:



2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP, doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do BTG Pactual Vida e Previdência S.A. no dia 24 de fevereiro de 2022. **a. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **e. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **f. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma foi efetivada para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. A Companhia irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17 com base na revisão do pronunciamento técnico nº 12/2017 item 20B linha (b). IFRS 17 Contratos de Seguros (emitido em maio de 2017): Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. A norma ainda não foi aprovada pela Susep. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e bancos**: Incluem o caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **b. Aplicações e instrumentos financeiros**: **Reconhecimento inicial de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: • A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou • Os ativos são parte de um grupo de ativos financeiros, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou • O ativo financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado financeiro". **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações e instrumentos de dívida. Ações classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido dos efeitos tributários). Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente são transferidos para o resultado, na rubrica "Resultado financeiro". As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimentos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável. **c. Redução ao valor recuperável:** *i) Ativos financeiros (Impairment):* A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre os instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. *ii) Ativos não financeiros:* É reconhecida como perda no resultado do exercício sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. **d. Classificação dos contratos de seguros:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **e. Provisões técnicas:** As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP. As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios. Para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. **f. Teste de adequação do passivo - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. A Companhia utiliza, para todos os produtos de risco e de sobrevivência, **a tábua biométrica BR-EMS** na sua configuração mais atualizada e sem taxa de carregamento. Os principais produtos comercializados não dispõem de taxas de juros embutidos nos planos. **g. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: i) Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **h. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20%. Em 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Nessa MP, foi definida a alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2021 e 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022. Os efeitos desta majoração nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram irrelevantes. **i. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro ou prejuízo pelo número de ações da Companhia. **j. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas. **k. Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado), são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **4. Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se a depósitos no Banco BTG Pactual S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco BTG Pactual	293	14.234
Banco Bradesco	314	18
Banco Itaú	5	2
Valores em trânsito	10.970	7.647
Total	**11.582**	**21.901**

5. Aplicações financeiras: O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data-base das demonstrações contábeis intermediárias está apresentada abaixo:

a. Movimentação das Aplicações Financeiras:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**2.171.057**	**1.071.346**
Aplicações	7.108.408	1.780.786
Resgates	(2.443.694)	(752.389)
Rendimentos	(90.395)	71.314
Saldo no final do exercício	**6.745.376**	**2.171.057**

b. Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierárquia do valor justo.

		31/12/2021								31/12/2020	
Ativos financeiros ao valor justo	Hierarquia do valor justo	Custo	Mercado	Taxa contratada (a.a)	%	Até 90 dias ou sem vencimento	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil	%
por meio do resultado		**6.745.340**	**6.745.376**		**100%**	**6.715.042**	**7.209**	**18.911**	**4.214**	**2.171.057**	**100%**
Fundos de investimento		**6.710.392**	**6.710.392**		**99%**	**6.710.392**	**–**	**–**	**–**	**2.145.483**	**99%**
Cotas de fundos de investimento especialmente constituídos - FIE's	2	6.634.351	6.634.351		98%	6.634.351	–	–	–	2.145.138	99%
Fundos de investimento - Renda Fixa	2	76.041	76.041		1%	76.041	–	–	–	9.345	0%
Títulos públicos do governo brasileiro		**34.948**	**34.984**		**1%**	**4.650**	**7.209**	**18.911**	**4.214**	**16.574**	**1%**
Letras Financeira do Tesouro (LFT)	1	34.948	34.984	Selic	1%	4.650	7.209	18.911	4.214	16.574	1%
		6.745.340	**6.745.376**		**100%**	**6.715.042**	**7.209**	**18.911**	**4.214**	**2.171.057**	**100%**

c. Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **d. Hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1 : Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Não houve reclassificação entre níveis hierárquicos de aplicações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **6. Detalhamento e movimentação das provisões técnicas: a. Composição:**

	31/12/2021		
	VGBL	PGBL	Total
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	5.013.578	1.619.425	6.633.003
Provisão de valores a regularizar - PVR	10.703	11.332	22.035
Total	**5.024.281**	**1.630.757**	**6.655.038**

	31/12/2020		
	VGBL	PGBL	Total
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.472.991	674.157	2.147.148
Provisão de valores a regularizar - PVR	7.080	1.466	8.546
Total	**1.480.071**	**675.623**	**2.155.694**

b. Movimentação:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**2.155.694**	**1.043.705**
Contribuição	696.997	235.610
Atualização monetária	(91.358)	70.688
Portabilidades	4.188.255	921.443
Resgates	(308.040)	(123.622)
Outras movimentações	13.490	7.870
Saldo no final do exercício	**6.655.038**	**2.155.694**

7. Depósito de terceiros: É composto por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes provisões matemáticas. 98% do total apresentado em 2021 refere-se à arrecadações recebidas nos dois últimos dia do mês.

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	58.954	10.380
De 31 a 60 dias	422	–
	59.376	**10.380**

8. Imposto e encargos a recolher:	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte	3.692	1.075
INSS	15	12
FGTS	5	4
Outros impostos e encargos sociais a recolher	17	8
	3.729	**1.099**

9. Teste de adequação de passivos (TAP): Para realização do TAP, a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de contribuições, benefícios e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ - Cupom IPCA), divulgada pela Susep. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas ou constituição de PCC, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A Companhia utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa da ETTJ com curva Anbima e cupom IPCA. A metodologia utilizada para estimação das curvas foi reformulada com o objetivo de minimizar a variância dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade, e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022. A administração está avaliando os impostos da mudança. **a. Taxa de juros contratada e esperada para ativos e passivos:** Para a data base de 31 de dezembro de 2021 utilizamos a ETTJ divulgada pela Anbima de cupom IPCA. **b. Tábua de mortalidade:** Adotou-se, para composição do fluxo de benefícios, a tábua biométrica BR-EMSsb-V.2021-m. **10. Gerenciamento de riscos:** A Companhia, aprovada pela SUSEP para atuar como seguradora local, é dedicada a atividades de seguros de pessoas e previdência complementar aberta em todo o território nacional. A Companhia conta com profissionais altamente capacitados e com grande conhecimento nos nichos escolhidos, além de um nível de informatização adequado para as suas operações. A atuação focada em nichos específicos, com produtos diferenciados, permite vantagem competitiva nos negócios. A Companhia tem, como princípios norteadores, a total transparência e confiabilidade em suas operações, a realização de subscrição responsável, da mais alta qualidade, especialmente proporcionada pela sintonia entre as áreas comercial e de subscrição, de modo a produzir resultados consistentes. Destaca-se, ainda, a eficiente política de investimentos da Companhia que, atendendo aos normativos vigentes, busca a rentabilidade a médio e longo prazo. Os produtos comercializados, principalmente por envolverem aspectos financeiros, contam com a análise de diversas áreas dentro do Grupo BTG Pactual, além do comercial e jurídico, tais como áreas operacional, contábil, financeira, além de controles internos e de tecnologia, a depender da operação. Reuniões periódicas são realizadas com membros das diversas áreas envolvidas para debater o processo de criação e aprovação de contratos e novos produtos, tendências do mercado, identificação de demandas e mudanças no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos do negócio, tábuas biométricas e parâmetros técnicos para as operações e contratos, de acordo com cada produto. **Estrutura e gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos da Companhia é gerido no âmbito do Grupo BTG Pactual, que monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, *compliance*, impostos e legal. O envolvimento dos Comitês (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Grupo BTG Pactual são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. A estrutura de comitês do Grupo BTG Pactual permite a participação de toda a organização e garante que as decisões sejam fácil e eficazmente implementadas. Os principais comitês envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Comitê de Gestão, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos, (ii) Comitê de Novos Negócios, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos, (iii) Comitê de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Comitê de Risco, (iv) Comitê de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (*Value at Risk - VaR*) e para a aprovação de exceções, (v) do Comitê de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente as políticas internas estabelecidas e limites regulatórios, (vi) Comitê de AML *(anti-money laundering)* Compliance, que é responsável por estabelecer regras e relatar problemas potenciais que envolvam lavagem de dinheiro, (vii) Comitê CFO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital, (viii) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto a manutenção dos registros contábeis. **Riscos de seguros:** O risco de subscrição em operações de seguro e de previdência está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e previdência. Na BTG Pactual Vida e Previdência, esse risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos envolvidos nas operações, realizados por uma equipe especializada nos produtos alvo das empresas de seguros do grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional. Nos produtos que comercializa, a área de Produtos da BTG Vida e Previdência avalia e acompanha os riscos envolvidos nas operações. As outras áreas da Companhia, envolvidas, também participam do processo de avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades de subscrição. Atividades como precificação do seguro, avaliação da contratação de planos de previdência, com a análise dos termos e contratos respectivos, assim como a constituição das provisões técnicas da Companhia contam com o envolvimento do Departamento Jurídico, de Controle de Risco de Crédito, Risco Operacional, Finance, além de atuários externos. A área de *Onboarding* do grupo atende às solicitações realizadas pelas áreas de negócios respectivas para abertura, atualização, manutenção ou encerramento de relacionamento com as contrapartes, nos termos das normas regulamentares vigentes, bem como identifica a classificação de risco, antes, durante e após a subscrição de qualquer operação, a depender do caso. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Companhia é constituído como o maior valor entre o capital base e capital de risco que visam garantir os riscos inerentes às operações. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração.

	31/12/2021
Patrimônio líquido	37.951
Ajustes contábeis	(67)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	13.190
PLA de nível 1	37.884
PLA de nível 2	13.190
PLA de nível 3	–
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (*)	(200)
Patrimônio líquido ajustado (a)	**50.874**
Capital Mínimo Requerido	
Capital Base - CB (b)	8.100
Capital de Risco CR (c)	**25.979**
Capital risco de subscrição	6.366
Capital risco de crédito	4.370
Capital risco operacional	5.325
Capital risco de mercado	15.927
Benefício de diversificação	(6.009)
Capital Mínimo Requerido - CMR (d) = maior entre (b) e (c)	**25.979**
Suficiência de capital (e = a - d)	**24.895**
Suficiência de capital (e/d)	**96%**
Índice de solvência (a/d)	**1,96**

Conforme demonstrado na tabela acima, o CMR é integralmente coberto pelo PLA de nível 1 - apresentando uma suficiência de 146% nesse nível. A suficiência dos ativos livres equivale à R$ 14.297 (nota explicativa nº 11). **Risco de mercado:** A Companhia aloca seus ativos em cotas de fundos de investimentos e LFT e, para esses papéis, não está exposta aos impactos negativos à volatilidade de mercado. **Risco de subscrição:** O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de seguros e previdência. Este risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, como é explicado nas outras notas, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo do Grupo e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência nacional e internacional. **Concentração de riscos:** O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de contribuições de previdência:

	31/12/2021		
Região Geográfica	**VGBL**	**PGBL**	**Total**
Centro-Oeste	12.966	9.081	22.047
Nordeste	35.622	11.081	46.703
Norte	2.159	2.191	4.350
Sudeste	411.767	114.112	525.879
Sul	85.396	12.622	98.018
Total	**547.910**	**149.087**	**696.997**

	31/12/2020		
Região Geográfica	**VGBL**	**PGBL**	**Total**
Centro-Oeste	1.567	5.398	6.965
Nordeste	1.877	3.986	5.863
Norte	369	1.113	1.482
Sudeste	153.290	40.119	193.409
Sul	21.433	6.458	27.891
Total	**178.536**	**20.446**	**204.106**

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

31/12/2021	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	11.582	–	–	11.582
Aplicações	6.722.251	18.911	4.214	6.745.376
Total dos ativos financeiros	**6.733.833**	**18.911**	**4.214**	**6.756.958**
Contas a pagar	5.279	–	–	5.279
Provisões técnicas	6.655.038	–	–	6.655.038
Total dos passivos financeiros	**6.660.317**	**–**	**–**	**6.660.317**

31/12/2020	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	21.901	–	–	21.901
Aplicações	2.160.906	10.151	–	2.171.057
Total dos ativos financeiros	**2.182.807**	**10.151**	**–**	**2.192.958**
Contas a pagar	2.101	–	–	2.101
Provisões técnicas	2.155.694	–	–	2.155.694
Total dos passivos financeiros	**2.157.795**	**–**	**–**	**2.157.795**

11. Cobertura das provisões técnicas:	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	6.655.038	2.155.694
Necessidade de cobertura (A)	**6.655.038**	**2.155.694**
Títulos de renda fixa - públicos	34.984	16.574
Cotas de fundos de investimentos	6.634.351	2.145.139
Total dado em cobertura (B)	**6.669.335**	**2.161.713**
Excesso de cobertura (B) - (A)	**14.297**	**6.019**

12. Imposto de renda e contribuição social:	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucros e participações	(5.527)	(3.304)
Participações estatutários sobre o lucro	(761)	(432)
Base de cálculo	**(6.288)**	**(3.736)**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	**2.515**	**1.494**
(Inclusões)/Exclusões no cálculo da tributação:	**15**	**(102)**
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	20	(7)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(1)	–
Outras provisões	–	(95)
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	(4)	–
(Constituição)/Compensação sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	**(2.530)**	**(1.392)**
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(4)**	**–**
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	**(20)**	**7**
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(24)**	**7**

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Como consta na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2021, ocorreu um aumento de capital social da Companhia no montante total de R$ 19.000, passando o capital social da Companhia de R$ 29.000 para R$ 48.000, mediante a emissão de 42.799.637 novas ações, totalizando 94.653.397 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado em 22 de dezembro de 2021, através da Portaria nº 551. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **d. Distribuição de Lucros**: Os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de lucros.
14. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a. Rendas de contribuições e prêmios	**696.997**	**235.610**
VGBL	547.910	178.536
PGBL	149.087	57.074
b. Constituição da provisão de benefícios a conceder	**(696.997)**	**(235.610)**
VGBL	(547.910)	(178.536)
PGBL	(149.087)	(57.074)
c. Outras receitas e despesas	**1.835**	**1.933**
Rendas com taxas de gestão	1.836	1.936
Outras	(1)	(3)
d. Despesas administrativas	**(6.446)**	**(4.804)**
Despesa com pessoal próprio	(1.733)	(1.382)
Despesas com serviços de terceiros	(3.527)	(2.786)
Localização e funcionamento	(355)	(308)
Publicidade e propaganda	(88)	(96)
Despesas com publicações	(73)	(45)
Contribuições	(477)	(77)
Outras despesas	(193)	(110)
e. Despesas com tributos	**(1.888)**	**(1.192)**
COFINS	(72)	(77)
PIS	(12)	(13)
Taxa de fiscalização	(1.754)	(1.050)
Outras despesas com tributos	(50)	(52)
f. Resultado financeiro	**972**	**759**
Receita de aplicações no mercado aberto	326	28
Receita com títulos de renda fixa	1.164	533
Outras receitas	9	133
Despesa com títulos de renda fixa	–	(7.024)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	91.358	(70.688)
Oscilação - Quotas fundos de investimentos	(91.885)	77.777

15. Partes relacionadas: A Administração identifica como partes relacionadas à Companhia, o Banco BTG Pactual S.A., e as empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a saldo em conta corrente e a administração de sua carteira de investimentos. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo BTG Pactual, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

		Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
Ativo	**Grau de relação**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Disponibilidades					
- Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	293	14.234	–	–
Títulos e créditos a receber					
- BTG Pactual DTVMA S.A.	Ligada	114	160	1.109	1.109
Passivo					
Contas a pagar					
- Banco BTG Pactual S.A.	Controladora	(414)	(199)	(2.563)	(1.757)

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **16. Eventos subsequentes: Aumento de Capital:** Em 10 de janeiro de 2022 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital na Companhia no montante de R$ 50.000. O valor foi integralizado em 11 de janeiro de 2022 e está, até a data de aprovação das demonstrações contábeis, em aprovação pela SUSEP.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

continuação

BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

DIRETORIA			CONTADOR	ATUÁRIO
João Marcello Dantas Leite	**Marcelo Sales Flora**	**Mariana Botelho Ramalho Cardoso**	**Alexandre Akiayama Zanvettor -** CRC 1RJ-092069/O-8 SP	**Marcos Falcão -** MIBA nº 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas - **BTG Pactual Vida e Previdência S.A. - Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **BTG Pactual Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **BTG Pactual Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e Formulário de Informações Periódicas - FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil - 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas - **BTG Pactual Vida e Previdência S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 24 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP12741/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

Too Seguros S.A.

CNPJ nº 33.245.762/0001-07

Você nunca está sozinho.

.too seguros

Uma empresa BTG Pactual e CAIXA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. A Too Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional Danos e Danos Pessoais. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. A Too Seguros S.A. possui forte penetração em clientes de todas as classes sociais, atuando nos segmentos de Seguros de Pessoas, nos ramos de Acidentes Pessoais Coletivos, Danos Pessoais, Vida em Grupo, Renda de Eventos Aleatórios (seguro desemprego), Habitacional e Prestamista; em Seguros de Danos, atua nos ramos Fiança Locatícia, Garantia Estendida, Residencial, Garantia de Obrigação Contratual, Rural e Seguro Garantia. Num contexto de dois anos de pandemia mundial do corona vírus, o ano de 2021 obteve uma retomada das atividades econômicas e financeiras mediante ao avanço da vacinação que ocorreu em todo o país. Alguns setores da economia mostraram sinais de recuperação e terminaram o ano de 2021 com boas perspectivas para o próximo ano. A Too Seguros S.A. em 2021 mantem seu patamar de ativos superior a R$ 2,5 bilhões e resultado do exercício de R$ 81,8 milhões, além de superar R$ 1 bilhão em prêmios emitidos apesar do cenário adverso da economia e do setor, mantendo crescimento sustentado pela solidez de sua operação e de seus acionistas, oferecendo segurança e tranquilidade aos seus segurados e visando a continuidade de sua estratégia para o próximo ano de 2022. No período de pandemia a Seguradora adotou medidas para proteção e o bem-estar de seus colaboradores por meio do seu PCN (Plano de Continuidade de Negócios) optou pelo regime de home office para quase toda companhia, o que trouxe mais segurança e o negócio pode continuar suas atividades de maneira remota. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A Too Seguros S.A. tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Seguradora. O lucro do exercício findo de 2021 foi de R$ 81,8 milhões, representando uma queda de 6% em relação ao exercício findo de 2020. O Patrimônio Líquido da Too Seguros S.A., atingiu R$ 554,6 milhões em 31 de Dezembro de 2021 (R$ 562,3 milhões em 31 de Dezembro de 2020). **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Too Seguros S.A., e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**1.427.331**	**1.251.214**
Disponível		922	10.517
Caixa e Bancos		236	33
Equivalente de Caixa		686	10.484
Aplicações	5	499.305	217.606
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		453.114	521.005
Prêmios a Receber	6.1	370.603	482.136
Operações com Seguradoras	6.2	21.647	17.690
Operações com Resseguradoras	6.2	60.864	21.179
Outros Créditos Operacionais	6.2	12.670	11.600
Ativo de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	7	289.124	358.550
Títulos e Créditos a Receber		12.278	2.243
Títulos e Créditos a Receber	6.2	5.529	945
Créditos Tributários e Previdenciários	8	5.166	25
Outros Créditos	6.2	1.583	1.273
Outros Valores e Bens		1.504	3.274
Bens a Venda	6.2	1.504	3.274
Despesas Antecipadas		1.651	1.677
Custos de Aquisição Diferidos		156.763	124.742
Seguros	10	156.763	124.742
Ativo não Circulante		**1.147.916**	**1.354.730**
Realizável a Longo Prazo		820.073	1.024.241
Aplicações	5	387.532	567.161
Títulos e Créditos a Receber		29.459	64.070
Créditos Tributários e Previdenciários	8	16.802	60.555
Depósitos Judiciais e Fiscais	6.2	1.498	3.515
Outros valores e Bens	19.2	11.159	–
Ativo de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	7	184.166	240.201
Custos de Aquisição Diferidos	10	218.916	152.809
Investimentos		–	–
Participações Societárias	11	–	–
Imobilizado		4.251	3.873
Bens Móveis	12	1.926	1.291
Outras Imobilizações	12	2.325	2.582
Intangível		323.592	326.616
Outros Intangíveis	13	323.592	326.616
TOTAL DO ATIVO		**2.575.247**	**2.605.944**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**1.322.262**	**1.459.024**
Contas a Pagar		71.590	108.763
Obrigações a Pagar	19	58.504	58.900
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	16.1	8.647	7.017
Encargos Trabalhistas		3.299	2.740
Impostos e Contribuições	16.2	1.140	40.106
Outras Contas a Pagar			–
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		433.307	593.591
Prêmios a Restituir	15	12.783	8.000
Operações com Seguradoras	15.1	51.138	93.683
Operações com Resseguradoras	15.2	223.409	340.676
Corretores de Seguros e Resseguros	15.3	142.631	145.500
Outros Débitos Operacionais	15	3.346	5.732
Depósitos de Terceiros	17	20.711	37.027
Provisões Técnicas - Seguros	14	795.049	719.643
Danos		361.690	439.906
Pessoas		433.359	279.737
Outros débitos		1.605	–
Débitos diversos	**19.2**	1.605	–
Passivo não Circulante		**698.328**	**584.615**
Contas a Pagar		22.416	26.743
Tributos Diferidos	9.4	22.416	26.743
Provisões Técnicas - Seguros	14	654.711	546.886
Danos		241.738	308.853
Pessoas		412.973	238.033
Outros Débitos		10.983	10.986
Provisões Judiciais	18	10.983	10.986
Débitos Diversos	**19.2**	10.218	–
Patrimônio Líquido	20	**554.657**	**562.305**
Capital Social		110.000	110.000
Reservas de Capital		362.519	362.519
Reservas de Lucros		82.253	87.883
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(115)	1.903
Lucros Acumulados		–	–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.575.247**	**2.605.944**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais

	Capital Social	Redução de Capital em Aprovação	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Estatutária	Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**110.000**	**–**	**362.519**	**27.040**	**73.487**	**3.242**	**–**	**576.288**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	(1.339)	–	(1.339)
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	(73.487)	–	–	(73.487)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	86.696	86.696
Destinações: - Reservas	–	–	–	–	60.843	–	(60.843)	–
- Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	–	–	–	(25.853)	(25.853)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**110.000**	**–**	**362.519**	**27.040**	**60.843**	**1.903**	**–**	**562.305**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	(2.018)	–	(2.018)
Distribuição de Dividendos (Nota 20c)	–	–	–	–	(60.843)	–	–	(60.843)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	81.843	81.843
Proposta para Distribuição do Resultado:					55.213		(55.213)	–
Juros sobre Capital próprio (Nota 20d)	–	–	–	–	–	–	(26.630)	(26.630)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**110.000**	**–**	**362.519**	**27.040**	**55.213**	**(115)**	**–**	**554.657**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	Nota Explicativa	2021	2020
Prêmios Emitidos	22	1.044.023	966.792
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	22	(125.705)	(106.508)
Prêmios Ganhos	22	**918.318**	**860.284**
Sinistros Ocorridos	23	(403.959)	(211.114)
Custo de Aquisição	24	(195.700)	(195.578)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	25	(14.976)	(10.814)
Resultado com Resseguro		**(96.121)**	**(212.954)**
Receita com Resseguro	29	194.309	114.139
Despesa com Resseguro	29	(290.430)	(327.093)
Despesas Administrativas	26	(88.832)	(81.983)
Despesas com Tributos	27	(26.387)	(23.799)
Resultado Financeiro	28	32.398	13.458
Resultado Patrimonial		–	–
Resultado Operacional		**124.741**	**137.500**
Ganhos com Ativos não Correntes		4.123	1.390
Resultado antes dos Impostos e Participações	9.1	**128.864**	**138.890**
Imposto de Renda	9.1	(22.551)	(24.101)
Contribuição Social	9.1	(16.140)	(15.075)
Participações sobre o Lucro	9.1	(8.330)	(13.018)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**81.843**	**86.696**
Quantidade de ações*		169.653	339.313.199
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R$		**482,41**	**0,26**

(*) nota 20 a

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro Líquido do exercício	**81.843**	**86.696**
Ganhos não Realizados de Ativos Financeiros Disponíveis para a Venda	(3.364)	(2.232)
Efeitos Tributários	**1.346**	**893**
Resultado Abrangente do Exercício	**79.825**	**85.357**
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	79.825	85.356
Acionistas não Controladores**(*)**	–	1

(*) nota 20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**81.843**	**86.696**
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciação e amortizações	12.873	1.534
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.935)	5.241
Reversão/Constituição de provisão para contingências	245	(556)
Resultado na baixa do imobilizado	1.094	–
Variação nas contas patrimoniais:	–	–
Ativos financeiros	(104.088)	(75.357)
Créditos das operações de seguros e resseguros	69.826	156.766
Ativos de Resseguro	125.461	(19.264)
Créditos fiscais e previdenciários	84.444	25.499
Depósitos judiciais e fiscais	2.017	(79)
Despesas antecipadas	26	(991)
Custos de Aquisição Diferidos	(98.128)	(34.435)
Outros Valores e Bens	(9.389)	–
Outros Ativos	(5.965)	(5.493)
Impostos e Contribuições	(19.351)	40.802
Outras contas a pagar	(5.050)	10.132
Débitos de operações com seguros e resseguros	(160.284)	(117.512)
Depósitos de terceiros	(16.317)	19.172
Provisões técnicas - seguros e resseguros	183.231	66.941
Provisões judiciais	(248)	(816)
Outros passivos	11.823	–
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	**152.128**	**158.280**
Imposto sobre o lucro pago	(63.706)	(49.164)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**88.422**	**109.116**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela alienação:	**–**	**296**
Investimentos	–	296
Pagamento pela aquisição:	**(11.321)**	**9.992**
Imobilizado	(1.278)	(482)
Intangível	(10.043)	10.474
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(11.321)**	**10.288**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos	(60.843)	(73.486)
Juros sobre Capital Próprio	(25.853)	(37.700)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(86.696)**	**(111.186)**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(9.595)**	**8.218**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**10.517**	**2.299**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**922**	**10.517**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Too Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional, Danos e Danos Pessoais. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com os ramos mencionados anteriormente cuja a abrangência se dá em todo território nacional. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, vide Nota 21.

A Too Seguros S.A. é controlada de forma conjunta pela BTGP Holding de Seguros (51%) e pela Caixa Holding Securitária (49%).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com as disposições da Lei nº 11.638/07, bem como as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e com os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando homologados pela SUSEP.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.13.

As demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2022.

2.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Substitui as orientações no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esse normativo inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, além da contabilização de hedge. O CPC 48 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Seguradora irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. Seu objetivo é assegurar o fornecimento de informações relevantes que representem os contratos de seguros fielmente, fornecendo uma base para os usuários das informações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros exercem sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da Seguradora. O IFRS 17 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1 Apuração do resultado

a) As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

b) Os prêmios de Resseguros Cedidos são contabilizados com base nas emissões das apólices e seus respectivos contratos de resseguro.

c) Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados, o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

d) O custo de aquisição é considerado custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

e) As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.2 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

a) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são classificados para fins de mensuração, conforme segue:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia são a negociação ativa. A contabilização dos ganhos e perdas são decorrentes da mensuração pelo valor justo por meio do resultado e são registrados e apresentados na demonstração do resultado. São classificados no circulante, independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda: são títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e ajustados pelo valor de mercado. A contabilização é realizada na conta do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados. Não se enquadram com a finalidade para negociação tampouco em empréstimos e recebíveis.

(iii) Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determinados de modo geral. A intenção é de mantê-los até o vencimento final e por isso são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação).

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial, na data de negociação.

Demonstramos a seguir os ativos financeiros e suas respectivas classificações:

2021 Seguradora	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros						
Disponível	922	100	–	–	–	–
Aplicações	–	–	886.837	100	–	–
Créditos das operações com seguros						
Prêmios a receber	–	–	–	–	370.603	40
Créditos a receber de seguradoras	–	–	–	–	21.647	2
Créditos a receber de resseguradoras	–	–	–	–	60.864	6
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	7.112	1
Depósitos judiciais	–	–	–	–	1.498	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	12.670	1
Ativos de resseguro	–	–	–	–	473.290	50
Total dos ativos financeiros	**922**	**100**	**886.837**	**100**	**947.684**	**100**

2020 Seguradora	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros						
Disponível	10.517	100	–	–	–	–
Aplicações	–	–	784.767	100	–	–
Créditos das operações com seguros						
Prêmios a receber	–	–	–	–	482.136	42
Créditos a receber de seguradoras	–	–	–	–	17.690	2
Créditos a receber de resseguradoras	–	–	–	–	21.179	2
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	2.218	–
Depósitos judiciais	–	–	–	–	3.515	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	11.600	1
Ativos de resseguro	–	–	–	–	598.751	53
Total dos ativos financeiros	**10.517**	**100**	**784.767**	**100**	**1.137.089**	**100**

Redução ao valor recuperável de ativos

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

Mensuração dos ativos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento, que são contabilizados pelo custo amortizado;
- O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado sem favorecimentos. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo ("preço cotado" ou "preço de mercado");
- Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e, sobretudo, às diversas espécies de riscos associados a ele;
- Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de "taxa efetiva de juros". Os empréstimos e recebíveis são avaliados para verificar se há reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança *(impairment)*;
- A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual, adicionado, conforme o caso, às comissões e aos custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros;
- Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras;
- Instrumentos financeiros ao valor justo são determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada e títulos de renda fixa emitidos.

b) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

(i) O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver expirado e não mais existir.

(ii) A Seguradora transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro.

(iii) A Seguradora transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou a Seguradora não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é o ganho ou a perda que é reconhecida no resultado.

Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, a Seguradora continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, quando aplicável, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

3.5 Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O imobilizado inclui *hardware* de computador, móveis, benfeitoria em imóveis de terceiros e outros utensílios de propriedade da Seguradora.

A despesa de depreciação do imobilizado reconhecida na demonstração do resultado foi calculada utilizando-se as seguintes taxas de depreciação:

	Taxa anual (%)
Móveis	10
Utensílios	10
Equipamentos de escritório e de informática	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros *	4

*Referem-se à reforma e melhorias realizadas no imóvel o qual a Seguradora está instalada e são depreciadas conforme a vigência do contrato de locação no qual encerrará em 30 de novembro de 2026.

3.6 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por (i) gastos com desenvolvimentos logicais, cuja amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização, (ii) ágio na compra da Too Seguros S.A. pela BTG Pactual Seguradora S.A., (iii) operação com canais de distribuição e (iv) aquisição de carteira de seguros do ramo habitacional.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O ágio de aquisição é registrado no grupo de "ativo intangível" (Nota 13). O ágio é testado anualmente para verificar a existência de perdas de recuperabilidade (*impairment*). O ágio ora constituído produzirá benefícios

continua →

Simples, colaborativa e realizadora

tooseguros.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

São Paulo

Você nunca está sozinho.
,too seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fiscais futuros de acordo com a legislação aplicável.
As operações com os canais de distribuição referem-se à aquisição da preferência na comercialização de seguros através dos nossos parceiros comerciais.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
No fim de cada exercício a Seguradora revisa o valor contábil dos ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.
Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Seguradora calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.
No caso do Intangível obtido da incorporação da BTGP: a Seguradora utiliza como métrica para aplicação do *impairment*, a comparação entre a expectativa do *PPA - Purchase Price Allocation"* e a realização efetiva de cada contrato contido no referido documento. Para os demais intangíveis, conforme demonstrado na Nota 13, a administração realiza análises individualizadas de acordo com as metas estabelecidas nos respectivos contratos e expectativa de retorno do investimento.

3.8 Contratos de seguro
O CPC 11 - Contratos de Seguro define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Seguradora procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferem o risco significativo de seguro.
A Seguradora define como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro. Nesta análise, foram considerados os preceitos do CPC 11.

3.9 Passivos por contratos de seguro (Provisões Técnicas de seguros)
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as legislações em vigor, ou seja, pela Resolução CNSP nº 321/2015 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 alterada pela nº 521/2015, e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais.
Atualmente, as provisões técnicas constituídas pela Seguradora são calculadas a partir das seguintes metodologias:

3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)
O cálculo desta provisão é realizado a partir dos seguintes critérios:
a) O cálculo da provisão deve considerar a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, em cada ramo ou plano, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item;

$$\text{PPNG} = \text{Base de Cálculo} \times \frac{\text{Período de Vigência a Decorrer}}{\text{Prazo de Vigência do Risco}}$$

b) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido;
c) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão deve ser efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e
d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deve ser calculada "*pro rata die*", considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco.

3.9.2 Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)
Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido.
A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre o montante de prêmios dos últimos 12 (doze) meses ou sobre a PPNG do mês de referência.

3.9.3 Provisão de sinistros a liquidar (PSL)
Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data-base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, obedecendo aos seguintes critérios estabelecidos em norma:
a) Considera-se somente os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado;
b) A data de aviso do sinistro é correspondente à data do efetivo registro no sistema por parte da Seguradora;
c) O fato gerador da baixa da PSL, decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização ou conforme os demais casos previstos em lei;
d) Os sinistros avisados à Seguradora, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
(i) o valor acordado entre o segurado e a Seguradora;
(ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela Seguradora;
(iii) o valor estimado pela Seguradora, quando não tenha o segurado indicado à avaliação do sinistro;
(iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo segurado e da oferecida pela Seguradora, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro; e
(v) o valor resultante da sentença transitada em julgado.
O critério de apuração da PSL, citado acima, está descrito em Nota Técnica Atuarial, a qual possui, também, uma metodologia estatístico-atuarial para apurar uma eventual necessidade de ajuste da provisão aos valores atualmente constituídos para cada ramo estudado, conhecida no mercado segurador pela abreviatura "*IBNeR - Incurred but not enough reported*", que utiliza a experiência da Seguradora para projetar um ajuste aos valores dos sinistros avisados a serem liquidados.

3.9.4 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)
O cálculo desta provisão visa à cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.
A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção por período de ocorrência.

3.9.5 Provisão de despesas relacionadas (PDR)
Visa à cobertura dos valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.
Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados.
Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da sociedade Seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das quatro principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo:
• ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas e não avisadas - IBNR;
• ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas, mas não liquidadas - PSL e IBNeR;
• ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas e não avisadas - IBNR; e
• ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas, mas não liquidadas - PSL e IBNeR.
Onde:
• ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e
• ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.

3.9.6 Salvados e ressarcimentos
Referem-se a sinistros pendentes de liquidação financeira que abrange os valores estimados de recuperação, calculados com base na experiência histórica observada. São refletidos e apresentados reduzindo a PSL.

3.10 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

3.10.1 Imposto de renda e contribuição social - corrente
Impostos correntes: A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável. Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e contribuição social a serem recuperados nos próximos doze meses e os ativos por imposto diferidos são os valores a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.
Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, serem reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso dever ser reconhecido como ativo.
Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor no balanço.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída considerando a alíquota de 15%.

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social - diferido
Impostos diferidos: São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e de compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal do imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra a qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

3.11 Provisões para riscos contingentes e obrigações legais (Trabalhistas, Cíveis e Fiscais)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e das obrigações legais (Trabalhistas, Cíveis e Fiscais) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:
Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
Passivos Contingentes: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Para as contingências relacionadas à sinistros, a Seguradora reconhece em suas demonstrações financeiras as perdas de acordo com o estudo técnico, sendo provisionado segundo uma correlação entre três premissas:
1 - Histórico da Seguradora
2 - Opinião de Assessores Jurídicos
3 - Instância do Processo Judicial
Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.12 Capital Social
As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio, conforme descrito na Nota 20.

3.13 Uso de estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações. Dentre as estimativas contábeis críticas mais relevantes destacamos: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iii) as provisões técnicas de seguro; e (iv) a perda ao valor recuperável do intangível e de ativos não financeiros.

3.14 Adicional de fracionamento
Devido a característica da carteira da Seguradora, os produtos ofertados representam o mínimo de ocorrências com relação à cobrança de adicional de fracionamento. Haja vista a sua carteira ser composta por seguros coletivos e seguro habitacional recebidos em prêmio único. Os casos não relativos as ocorrências citadas anteriormente sofrem a cobrança desta cobrança adicional, mediante à alguma particularidade no momento de sua contratação.

3.15 Demonstração do resultado abrangente
A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelas normas contábeis atuais.

3.16 Ativos de direito de Uso e Passivo de arrendamento
A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.
O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.
Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

3.17 Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
A Companhia não possui benefícios a empregados de longo prazo e nem após o término de vínculo empregatício.

3.18 Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos
As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido.

4. ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) é a responsável por identificar, monitorar, avaliar e acompanhar o gerenciamento dos riscos inerentes às atividades operacionais da Seguradora por meio do desenvolvimento e manutenção de uma estrutura de controles internos efetiva que mitigue os riscos identificados e dê o suporte necessário às demais áreas operacionais visando o uso eficiente dos recursos próprios e de terceiros com vistas a maximizar o benefício dos acionistas, administradores, segurados, fornecedores e colaboradores da Seguradora.
A Too Seguros S.A. em virtude de suas atividades operacionais tem exposição às seguintes categorias de risco:
a) Risco de Seguros;
b) Risco Operacional;
c) Risco Subscrição;
d) Risco Financeiro; e
e) Risco de Capital.
A Seguradora estabelece diretrizes para a identificação, monitoramento, avaliação e gerenciamento de cada uma destas categorias de risco, conforme apresentado a seguir:

a) Risco de Seguros
O principal risco relacionado à seguros é de que a frequência ou severidade dos sinistros ocorridos seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência e severidade dos sinistros.
O gerenciamento do risco de seguros consiste na aplicação da teoria da probabilidade e de critérios atuariais na precificação, que considera o valor do prêmio de seguro, bem como o adequado provisionamento das reservas técnicas.
No momento da contratação de um contrato de seguro, o segurado transfere para a Seguradora (subscritor), o risco da ocorrência do sinistro sobre o bem segurado e esta assume a responsabilidade por indenizar o segurado no caso da ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice em virtude do recebimento do montante de prêmio pago pelo segurado.

(i) Concentração de Riscos
A Seguradora atua em todo o território nacional com concentração de risco principalmente na região sudeste e centro-oeste, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Prêmio Emitido Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 *

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Compreensivo Residencial	–	–	–	474	–	**474**
Riscos Diversos	–	–	–	2.197	–	**2.197**
Automóvel	3.157	3.566	2.733	13.393	5.899	**28.748**
Fiança Locatícia	2.434	1.089	4	14.543	7.601	**25.671**
Garantia Segurado - Setor Público	–	–	–	33.411	–	**33.411**
Garantia Segurado - Setor Privado	–	–	–	27.421	–	**27.421**
Auxílio Funeral	–	–	–	1.193	–	**1.193**
Prestamista (Exceto Habit e Rural)	54.333	74.022	38.876	221.186	111.058	**499.475**
Acidentes Pessoais	2.194	2.713	1.953	25.655	2.652	**35.167**
Desemprego/Perda de Renda	–	–	–	3.388	–	**3.388**
Eventos Aleatórios	–	–	–	874	–	**874**
Vida em Grupo	12	19	9	1.358	26	**1.424**
Seguro Habitacional - Prestamista	–	–	–	140.357	–	**140.357**
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	–	–	–	51.147	–	**51.147**
Seguro Habitacional - Fora do FSH	–	–	–	55.004	–	**55.004**
"Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR"	–	–	–	102.857	–	**102.857**
Prestamista Individual	–	–	–	3	–	**3**
Acidentes Pessoais - Individual	–	–	–	58	–	**58**
Vida	–	–	–	66	–	**66**
Vida EFPC	–	–	–	65	–	**65**
Total Geral	**62.130**	**81.409**	**43.575**	**694.650**	**127.236**	**1.009.000**

(*) Os valores apresentados não incluem o montante relacionado prêmios aceitos em co-seguro R$ 21.867 cedidos em co-seguro R$ 22.157, e RVNE (Risco Vigente não Emitido) R$ (9.001).

Prêmio de Resseguro Emitido Líquido de Comissões Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021*

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Compreensivo Residencial	–	–	–	473	–	**473**
Riscos Diversos	–	–	–	2.197	–	**2.197**
Automóvel	3.157	3.566	2.733	13.393	5.899	**28.748**
Fiança Locatícia	2.434	1.089	4	13.652	7.601	**24.780**
Garantia Segurado - Setor Público	–	–	–	12.452	–	**12.452**
Garantia Segurado - Setor Privado	–	–	–	3.331	–	**3.331**
Auxílio Funeral	–	–	–	1.193	–	**1.193**
Prestamista (Exceto Habit e Rural)	54.332	74.020	38.875	221.186	111.056	**499.469**
Acidentes Pessoais	2.193	2.714	1.953	25.655	2.652	**35.167**
Desemprego/Perda de Renda	–	–	–	3.388	–	**3.388**
Eventos Aleatórios	–	–	–	874	–	**874**
Vida em Grupo	–	–	–	1.281	–	**1.281**
Seguro Habitacional - Prestamista	–	–	–	138.679	–	**138.679**
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	–	–	–	50.359	–	**50.359**
Seguro Habitacional - Fora do FSH	–	–	–	55.004	–	**55.004**
"Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR"	–	–	–	19.391	–	**19.391**
Prestamista Individual	–	–	–	3	–	**3**
Acidentes Pessoais - Individual	–	–	–	58	–	**58**
Vida EFPC	–	–	–	65	–	**65**
Total Geral	**62.116**	**81.389**	**43.565**	**562.634**	**127.208**	**876.912**

* Prêmio Retido = prêmio emitido liquido menos parcela de prêmio de resseguro liquido de comissão, somado RVNE de resseguro.

b) Risco Operacional
O risco operacional está relacionado à possibilidade de perdas ocorridas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas operacionais, falha de pessoas ou evento externo.
O gerenciamento do risco operacional é realizado periodicamente em conjunto com as áreas da Seguradora por meio da matriz de risco revisada anualmente, visando a construção de uma estrutura de governança e controles internos efetiva e por meio do banco de dados de perdas operacionais onde é realizado um mapeamento das principais perdas operacionais que a Seguradora está exposta. Os controles para mitigação dos riscos operacionais são testados e revisados periodicamente e, sempre que necessário, são solicitadas melhorias nos controles.
Além disto, anualmente ou sempre que há necessidade é realizada a atualização do sistema normativo que estabelece diretrizes com as melhores práticas de governança a serem seguidas, bem como do Plano de Continuidade de Negócios (PCN).

c) Risco de Subscrição
O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora quanto às incertezas existentes na definição de premissas atuariais que são base para precificação, contemplando o valor de prêmio e a adequada constituição das provisões técnicas, ou seja, é o risco de que a frequência ou severidade dos sinistros que venham a ocorrer sejam maiores do que os que foram inicialmente estimados pela Seguradora.
Os principais objetivos da análise de subscrição são:
(i) Fornecer subsídios para a adequada aceitação de riscos pela Seguradora com base em seu apetite de risco, contemplando precificação, limites de retenção e aceitação por carteira/ramo;
(ii) Verificar a necessidade de pulverização do risco a ser aceito por meio da contratação de resseguro/cosseguro para determinada carteira/ramo de forma a reduzir o impacto de riscos isolados;
(iii) Garantir o alcance de resultado operacional.
As principais exposições relacionadas ao risco de subscrição são:
• Precificação ou subscrição (aceitação de risco) inadequada;
• Pulverização ou transferência de risco por meio de resseguro/cosseguro inadequada;
• Flutuações na frequência e severidade nos eventos ocorridos ou no pagamento de indenização em relação ao que foi estimado inicialmente;
• Insuficiência ou supervalorização na constituição de Provisões Técnicas.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado por meio das seguintes etapas do processo de aceitação de riscos da Seguradora:
(i) Desenvolvimento do produto com apoio de metodologia atuarial adequada e em linha com as demandas regulatórias vigentes e que deve contemplar: avaliação, mensuração e precificação adequada do risco sob análise para aceitação, incluindo a Nota Técnica Atuarial, Condições Gerais do produto e Limite de Retenção por carteira/ramo;
(ii) Meios de comercialização do produto;
(iii) Análise de aceitação em linha com o apetite de risco da Seguradora; e
(iv) Avaliação da sinistralidade esperada para a carteira/ramo.
Os produtos são comercializados por meio de corretores de seguros e representantes em todo o país.
Os principais ramos de atuação da Seguradora são: Pessoas, Prestamista, Habitacional, Danos Pessoais e Garantia, contemplando os seguintes produtos:
Vida em Grupo: Garante o pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s) em caso de morte do segurado, observadas as condições gerais da apólice e o termo de adesão. Coberturas adicionais podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.
Acidentes Pessoais Coletivos: Garante o pagamento de um capital ao segurado ou a seu(s) beneficiário(s), na hipótese de ocorrência de um evento coberto, conforme previsto nas condições gerais da apólice, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos na cobertura contratada. São destinados, principalmente, a pequenas e médias empresas (PMEs).
Prestamista: Garante o pagamento de uma indenização para amortização de uma dívida (financiamentos de veículo, crédito pessoal, entre outros) contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado estabelecido na apólice na hipótese de ocorrência de evento coberto, por exemplo, por meio das coberturas de morte, invalidez, opcionalmente com desemprego involuntário e incapacidade temporária, durante a vigência do seguro, nos termos das condições gerais da apólice. Atualmente, o principal estipulante é o Banco PAN.
Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência de um financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais da apólice, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos na cobertura contratada. Os principais parceiros são: Brazilian Mortgages, Brazilian Securities e mutuários da Caixa Econômica Federal.
Fiança Locatícia: Garante o pagamento referente à inadimplência do locatário em relação aos aluguéis e encargos legais e prevê, de forma opcional, a possibilidade de contratação de cobertura para os danos ao imóvel provocados pelo inquilino (exceto os danos provenientes do uso e conservação do imóvel, na forma da lei, aos danos à pintura interna e externa e multa por rescisão contratual). Também estão cobertas as despesas judiciais.
Garantia Estendida: Garante a troca do bem segurado no caso de ocorrência de sinistro após o fim da cobertura da garantia do fabricante, observadas as coberturas e condições gerais da apólice.
Garantia de Obrigação Contratual Pública e Privada: Garante a proteção em virtude do descumprimento de exigências contratuais firmadas nos âmbitos público e privado. Esta linha de produtos garante o pagamento de uma indenização relativa às cláusulas não efetivamente executadas pela contraparte conforme as condições gerais de cada contrato de seguro.
Demais Produtos: A Seguradora também comercializa produtos relacionados aos seguintes ramos: Automóvel, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial, Risco de Petróleo, Risco de Engenharia, Microsseguros de Pessoas e Danos, Viagem, Rural, Renda de Eventos Aleatórios, entre outros.

Cessão de Risco para Resseguradores
A política de resseguro é revisada periodicamente pela Diretoria Operacional contemplando todos os ramos que demandam pulverização/transferência de parte do risco e também considera a avaliação periódica dos resseguradores com os quais a Seguradora mantém contrato de resseguro conforme os critérios estabelecidos pela SUSEP. Vale destacar que os limites de retenção estabelecidos por ramo por meio da legislação vigente também são observados pela Seguradora.
A Seguradora realiza operações de resseguro com os seguintes objetivos:
(i) pulverizar e transferir parte do risco com vistas a manter/aumentar a capacidade da Seguradora para assumir riscos;
(ii) garantir resultado operacional; e
(iii) reduzir o impacto de possíveis desvios na sinistralidade apresentada pela carteira/ramo.
No quadro a seguir são apresentados os principais resseguradores com os quais a Seguradora mantém contrato em 31 de dezembro de 2021 e com base nas agências de *rating* (*Fitch Ratings* ou equivalente).

Ressegurador	Classificação	*Rating*
Austral Resseguradora S.A.	Local	Bbb
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local	Bbb
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	Bbb

d) Risco Financeiro
Os riscos relacionados a carteira de investimentos são acompanhados mensalmente pela Diretoria Financeira da Seguradora com base nas diretrizes estabelecidas na Política de Investimento a qual é revisada periodicamente. O risco financeiro é dividido em riscos de crédito, liquidez e mercado.

(i) Risco de Crédito
O risco de crédito está relacionado à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras junto à Seguradora ou à deterioração na classificação de risco de um tomador ou contraparte, por agências de *rating* que possam comprometer o cumprimento de suas obrigações.
A Seguradora adota um perfil conservador em seus investimentos, tendo sua carteira composta em sua maior parte por títulos públicos, em razão disso, a classificação do risco de crédito da carteira de investimento é avaliada pela Seguradora como baixo. A Política de Investimento foi elaborada em linha com os limites de alocação por emissor e modalidade de investimento estabelecidos na Resolução CMN 4.484/2016.
A Seguradora opera principalmente nos ramos de massificados, que tem por característica um estipulante (pessoa jurídica) como responsável pelo repasse dos prêmios de seguros. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.
O gerenciamento do risco de crédito adotado pela Seguradora é um processo contínuo e considera o monitoramento periódico dos tomadores e contrapartes com os quais a Seguradora mantém compromissos junto às agências de *rating* (*Fitch Ratings* ou equivalente).
A tabela a seguir apresenta a classificação dos ativos financeiros por *rating* de crédito nacional de acordo com a agência *Fitch Ratings*, escala global, os ativos classificados na categoria "Sem *rating"* não possuem classificação de *rating* de crédito.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	AAA	AA	A	BB	Sem *rating*	31/12/2021
Caixas e bancos	921	–	–	–	1	**922**
Ativos financeiros	–	–	–	644.152	242.685	**886.837**
Títulos em negociação	–	–	–	–	–	**–**
Disponíveis para venda	–	–	–	644.152	242.685	**886.837**
Empréstimos e recebíveis	–	–	–	–	947.684	**947.684**
Prêmios a Receber	–	–	–	–	370.603	370.603
Créditos a receber com seguradoras	–	–	–	–	21.647	21.647
Créditos a receber com resseguradores	–	–	–	–	60.864	60.864
Títulos e créditos a receber, exceto crédito tributário	–	–	–	–	7.112	7.112
Depósitos Judiciais	–	–	–	–	1.498	1.498
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	12.670	12.670
Ativos de resseguro	–	–	–	–	473.290	473.290
Exposição máxima ao risco de crédito	**921**	**–**	**–**	**644.152**	**1.190.370**	**1.835.443**

(ii) Risco de Liquidez
O risco de liquidez está relacionado à possibilidade de a Seguradora não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
Periodicamente a Seguradora avalia seus ativos (carteira de investimento, créditos das operações com seguro e resseguro, ativos de resseguro, caixa e equivalentes de caixa) e passivos (provisões técnicas, saldo de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros), por meio do fluxo de caixa contratual não descontado.
A gestão de risco de liquidez é efetuada pela Seguradora através do monitoramento do cumprimento da legislação emitida pela SUSEP e CMN, principalmente no que diz respeito a cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores, suficiência de capital e solvência.

(iii) Risco de Mercado
O risco de mercado está associado a perdas potenciais em decorrência de exposições relacionadas aos fatores de risco decorrentes da composição da carteira de investimentos, tais como: taxa de juros, índice de preços e oscilação no preço de ações e debêntures.
O gerenciamento do risco de mercado é realizado com o objetivo de monitorar as exposições às quais a Seguradora está sujeita, sendo os principais fatores de risco:
• Taxas de juros: riscos de taxa de juros diferentes na precificação de ativos e passivos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros;
• Índice de preços: risco de oscilação nos índices de preço como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e
• Preço de ações: risco de perda em virtude da oscilação no preço das ações em que a Seguradora tenha exposição.

Análise de sensibilidade de Risco de Mercado
O risco de mercado é mensurado por meio do VaR (*Value at Risk*) com o objetivo de avaliar o impacto desses fatores de risco (taxa de juros, índice de preços e preço de ações) sob condições normais e de estresse para a carteira de investimentos, conforme apresentado abaixo, representando a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo (1 dia útil) e associado a um intervalo de confiança (95%).

Informações			Cálculo do VaR			Cálculo estress (Cenários)					
Carteira	Intervalo de segurança	Período	VaR	VaR RF	VaR RV	Otimista	Pessimista	Otimista RF	Pessimista RF	Otimista RV	Pessimista RV
886.837	95,00%	1 dia	0,07%	0,01%	2,20%	0,77%	(3,30)%	0,82%	(2,82)%	0,00%	(17,00)%

e) Risco de Capital
A Seguradora mantém capital em nível suficiente e adequado visando atender as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital de seus acionistas.

	Data-base: 31/12/2021	Data-base: 31/12/2020
Patrimônio líquido ajustado	303.894	253.938
Capital mínimo requerido (*)	182.564	164.642
Suficiência de Capital	**121.330**	**89.296**

(*)Para o ano de 2020 este valor está com o incremento de 20% (Liquidez do Ativo) conforme CNSP Nº321/2015, para o ano de 2021 a regra pré-determinada de liquidez (20% do CR_F) além da cobertura das provisões técnicas, conforme disposto no art. 57 da
RESOLUÇÃO CNSP Nº 432/2021 não se faz mais necessário o seu incremento.

Análise de sensibilidade
O Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.
Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a Too Seguros S.A. na data-base de 31/12/2021, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	Impacto causado no: Data-Base: 31/12/2021				Data-base: 31/12/2020			
Premissas Atuariais (*)	**Bruto (9)**	**Resseguro (10)**	**PLA**	**Resultado (11)**	**Bruto (9)**	**Resseguro (10)**	**PLA**	**Resultado (11)**
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	21.659	(347)	12.104	12.104	15.851	(706)	9.106	9.106
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (2)	(21.659)	347	(12.104)	(12.104)	(15.851)	706	(9.106)	(9.106)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (3)	295	(102)	219	219	318	(12)	181	181
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	(295)	102	(219)	(219)	(318)	12	(181)	(181)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	739	377	199	199	435	149	157	157
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	(739)	(377)	(199)	(199)	(435)	(149)	(157)	(157)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (7)	66	16	28	28	36	15	12	12
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (8)	(66)	(16)	(28)	(28)	(36)	(15)	(12)	(12)

(*) Os valores acima informados estão demonstrados de forma bruta de resseguro, de forma que a provisão líquida consiste no valor bruto menos o resseguro.
Observações:
(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(3) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(4) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(5) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
(6) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

continua

Simples, colaborativa e realizadora
tooseguros.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

Você nunca está sozinho.

,too seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(7) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente a PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(8) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente a PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(9) Valores que deverão ser adicionados ou reduzidos ao passivo da Seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(10) Valores que deverão ser adicionados ou reduzidos ao ativo da Seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(11) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Por fim esclarecemos que não houve alteração nas premissas atuariais de sensibilidades testadas em 31 de dezembro de 2021, quando comparado com os cenários do teste de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020.

4.1 Teste de adequação de passivos - (TAP)

Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2021, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da TOO SEGUROS S.A. de data-base 31/12/2021, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 648/2021.

Por fim, esclarecemos que não houve alterações nos critérios de apuração das premissas atuariais do TAP de data-base 31 de dezembro de 2021, quando comparado com o TAP da data-base 31 de dezembro de 2020.

a) Maturidade das provisões técnicas

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	2021 Total
PPNG	491.906	654.711	–	–	1.146.617
PPNG-RVNE	21.072	–	–	–	21.072
IBNR	121.123	–	–	–	121.123
PSL	147.727	–	–	–	147.727
PDR	13.221	–	–		13.221
PCC	–	–	–	–	–
Total	**795.049**	**654.711**	**–**	**–**	**1.449.760**

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	2020 Total
PPNG	464.403	546.886	–	–	1.011.289
PPNG-RVNE	30.695	–	–	–	30.695
IBNR	92.134	–	–	–	92.134
PSL	121.412	–	–	–	121.412
PDR	10.999	–	–		10.999
PCC	–	–	–	–	–
Total	**719.643**	**546.886**	**–**	**–**	**1.266.529**

b) Capital de Risco

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora nos exercícios findos em 31 de dezembro:

Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	2021	2020*
1. Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	554.657	562.305
Participação em empresas controladas	–	–
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	(1.651)	(1.677)
Intangível	(323.592)	(326.616)
Créditos tributários s/ prej. fiscais e base negativa de cont. social	–	–
2. Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	110.863	70.401
3. Ajustes do Excesso de Pla de Nível 2 e Pla de Nível 3	(36.383)	(19.410)
4. Outros Ajustes	–	–
Patrimônio líquido ajustado	**303.894**	**285.003**
Capital mínimo requerido em 31 de dezembro		
	2021	**2020***
Capital de Riscos de Subscrição	137.893	91.838
Capital de Riscos de Crédito	34.372	33.776
Capital de Riscos de Mercado	49.756	45.202
Benefício da Correlação entre riscos	(43.985)	(38.305)
Capital de Risco "PARCIAL"	**178.036**	**132.511**
30% x CR outros	53.411	39.704
OP prêmios	4.528	4.690
OP provisão	3.298	3.592
CR operacional	**4.528**	**4.690**
Capital de Risco (CR)	**182.564**	**137.235**
Capital Base (CB)	**15.000**	**15.000**
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre (CB, CR)	182.564	137.235
Patrimônio Líquido Ajustável (PLA)	303.894	285.004
Suficiência do PLA - (PLA - CMR)	121.330	147.769
Suficiência do PLA em relação ao CR	**66,46%**	**107,68%**
Garantidores Aceitos - (AGA)	724.562	629.059
Valor a Cobrir - (VaC)	592.572	579.184
Suficiência - (AGA / VaC)	**122,27%**	**108,61%**

(*) O ano de 2020, foi recalculado levando em consideração alteração dos artigos da resolução CNSP Nº321/2015 para CNSP Nº 432/2021, onde foram implementadas novas regras no cálculo PLA para fins de comparativo com o ano de 2021 que já calculado na nova regra.

5. APLICAÇÕES

As exposições máximas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Too Seguros S.A. estão expostos são demonstrados na Nota 4. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes vinculados às câmaras de custódia (B3 e SELIC) como recursos garantidores aceitos para cobertura das provisões técnicas são R$ 724.562 (2020 - R$ 629.059). As composições estão apresentadas a seguir por sua classificação, tipo, prazo de vencimento, taxa de juros contratada e movimentação das aplicações.

a) Por classificação, prazo de vencimento e taxa de juros contratada

	Nível	Taxa de juros contratadas - %	Sem vencimento definido	0 - 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil e de mercado	%	Custo atualizado	2021 Ajuste ao valor justo	2020 Valor contábil e de mercado
Disponíveis para venda			**242.685**	**256.620**	**43.635**	**17.544**	**25.793**	**300.560**	**886.837**	**100%**	**887.029**	**(192)**	**784.767**
Títulos públicos federais			–	236.402	43.635	17.544	25.793	300.560	623.934	70%	624.126	(192)	517.120
LFT	I	100% SELIC	–	236.402	7.246	17.544	25.793	300.560	587.545	66%	588.414	(869)	478.492
NTN-B	I	IPCA + 6%	–	–	36.389	–	–	–	36.389	4%	35.712	677	38.628
Títulos de Dívidas de Empresas	II	CDI	–	20.218	–	–	–	–	20.218	2%	20.218	–	–
Cotas de fundos de investimento	I		242.684	–	–	–	–	–	242.684	28%	242.684	–	267.646
Renda Fixa	I	CDI	193.314	–	–	–	–	–	193.314	22%	193.314	–	163.505
Renda Variável	I	Ibovespa	27.004	–	–	–	–	–	27.004	3%	27.004	–	47.280
Multimercado	I	CDI	13.405	–	–	–	–	–	13.405	2%	13.405	–	–
Estruturado	I	IPCA + 7%	8.961	–	–	–	–	–	8.961	1%	8.961	–	–
Compromissada	I	CDI	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	–	56.861
Outras aplicações	I	Indeterminado	1	–	–	–	–	–	1	–	1	–	1
Disponíveis para negociação			**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Cotas de fundos de investimento	II	CDI	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total			**242.685**	**256.620**	**43.635**	**17.544**	**25.793**	**300.560**	**886.837**	**100%**	**887.029**	**(192)**	**784.767**
Ativo Circulante									**499.305**				**217.606**
Ativo não Circulante									**387.532**				**567.161**

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pela administrador dos fundos de investimentos.

b) Movimentação das aplicações

	Títulos Públicos	Cotas de Fundo de Investimento	Títulos emitidos de Empresas	Outras Aplicações	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**394.881**	**315.868**	**–**	**1**	**710.750**
Aplicações	796.708	11.848	–	–	808.556
Resgate	(627.584)	(298)	–	–	(627.882)
Rendimento	12.209	2.636	–	–	14.845
Ajuste ao valor de mercado	(2.233)	–	–	–	(2.233)
Reversão/ Desvalorização	–	–	–	–	–
Outros investimentos*	–	(119.269)	–	–	(119.269)
Em 31 de dezembro de 2020	**573.981**	**210.785**	**–**	**1**	**784.767**
Aplicações	697.400	184.585	109.660	–	991.645
Resgate	(675.511)	(156.426)	(90.388)	–	(922.325)
Rendimento	31.428	56.647	946	–	89.021
Ajuste ao valor de mercado	(3.364)	–	–	–	(3.364)
Reversão/ Desvalorização	–	(52.907)	–	–	(52.907)
Em 31 de dezembro de 2021	**623.934**	**242.684**	**20.218**	**1**	**886.837**

(*) Seguradora optou por retirar-se da Seguradora Líder por uma decisão estratégica.

6. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

6.1 Composição de prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam as emissões diretas bem como os riscos vigentes não emitidos e cosseguro aceito vincendos. Atualmente, o prazo de parcelamento em sua grande maioria consiste em seguros coletivos e habitacional recebidos em prêmio único. A seguir estão demonstrados os prêmios e a redução ao valor recuperável, por prazo de vencimento e por movimentação.

a) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	2021 Prêmios a Receber	2020 Prêmios a Receber
Vencidas	**24.123**	**55.108**
De 1 a 30 dias	14.540	40.019
De 31 a 60 dias	2.204	4.379
De 61 a 120 dias	3.017	4.775
De 121 a 180 dias	642	1.278
De 181 a 365 dias	420	1.990
Acima de 365 dias	3.300	2.667
A Vencer	**353.356**	**440.874**
De 1 a 30 dias	60.686	70.111
De 31 a 60 dias	30.500	30.081
De 61 a 120 dias	17.726	14.588
De 121 a 180 dias	25.887	28.948
De 181 a 365 dias	73.909	77.452
Acima de 365 dias	144.648	219.694
(–) Redução de Valor Recuperável	(6.876)	(13.846)
Total	**370.603**	**482.136**

b) Movimentação de prêmios

Movimentação dos prêmios a receber de segurados	2021	2020
Saldo de prêmios a receber em 1 de janeiro	**482.136**	**634.785**
(+) Prêmios emitidos	1.236.166	1.227.155
(+) IOF	6.729	4.340
(+) Adicional de fracionamento	1.510	(2)
(–) Prêmios cancelados	(134.766)	(263.212)
(–) Recebimentos	(1.219.140)	(1.132.193)
(+) Correção Monetária	–	–
(–) Redução ao valor recuperável de ativos	(2.032)	11.263
Saldo final do período	**370.603**	**482.136**

6.2 Títulos e créditos a receber, outros créditos operacionais e ativos de resseguro

	2021	2020
Títulos e créditos a receber	4.138	1.438
Ressarcimentos a receber (ii)	2.974	780
Operações com seguradoras	21.647	17.690
Operações com resseguradoras	60.864	21.179
Outros créditos operacionais	12.670	11.600
Ativos de resseguro	473.290	598.751
Outros valores e bens (i)	1.504	3.274
Depósitos judiciais	1.498	3.515
Total	**578.585**	**658.227**

(i) Outros valores e bens - Bens a venda refere-se a imóvel destinado a venda, registrado pelo custo contábil.

(ii) O prazo de recuperação de ressarcimento a receber, referente ao ramo fiança locatícia, está demonstrado a seguir:

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
De 31 a 60 dias	20	16	4
De 61 a 120 dias	250	201	49
De 121 a 180 dias	439	351	88
De 181 a 365 dias	539	431	108
Acima de 365 dias	1.726	1.393	333
Total	**2.974**	**2.392**	**582**

7. ATIVOS DE RESSEGURO

	2021	2020
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	178.923	245.826
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	75.301	74.386
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	31.330	34.509
Provisão de sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)*	394	–
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.176	3.829
Subtotal ativo circulante	**289.124**	**358.550**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	184.166	240.201
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	–	–
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	–	–
Provisão de sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)*	–	–
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	–	–
Subtotal ativo não circulante	**184.166**	**240.201**
Total Ativo de Resseguro	**473.290**	**598.751**

Movimentação dos Ativos de Resseguro

Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	2021 Parcela Ressegurada	2020 Parcela Ressegurada
Saldo em 31/12/2020	**486.027**	**538.953**
(+) Constituições	14.613	58.715
(–) Reversões	(137.551)	(111.641)
Saldo em 31/12/2021	**363.089**	**486.027**
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	**2021**	**2020**
Saldo em 31/12/2020	**74.386**	**29.827**
Sinistros Avisados no período	122.662	56.664
(–) Sinistros Pagos	(121.353)	(12.105)
Saldo em 31/12/2021	**75.695**	**74.386**

(*)As movimentações da reserva de IBNER, estão contempladas na movimentação de PSL

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	2021	2020
Saldo em 31/12/2020	**34.509**	**7.762**
(+) Constituições	4.219	28.170
(–) Reversões	(7.398)	(1.423)
Saldo em 31/12/2021	**31.330**	**34.509**
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	**2021**	**2020**
Saldo em 31/12/2020	**3.829**	**2.945**
(+) Constituições	732	1.187
(–) Reversões	(1.385)	(303)
Saldo em 31/12/2021	**3.176**	**3.829**

As taxas de sinistralidade e comissionamento para as parcelas resseguradas em 31 de dezembro de 2021 para os principais ramos, em média, foram as seguintes:

Parcela Ressegurada	Índice de Comissionamento %	Índice de Sinistralidade %
Garantia Segurado - Setor Público	20%	1%
Garantia Segurado - Setor Privado	12%	83%
Seguro Agrícola Sem FESR	13%	128%

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2021	2020
Antecipação de Impostos	–	42.929
Créditos Tributários	16.802	17.626
Imposto a Compensar	5.166	25
Total	**21.968**	**60.580**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) estão conciliados para os valores registrados como despesas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme segue:

	2021 IRPJ	2021 CSLL	2020 IRPJ	2020 CSLL
Lucro líquido antes dos impostos	**128.864**	**128.864**	**138.890**	**138.890**
Juros sobre capital próprio	(26.630)	(26.630)	(25.854)	(25.854)
(–) Participações sobre o resultado	(8.330)	(8.330)	(13.018)	(13.018)
Lucro ajustado	**93.904**	**93.904**	**100.018**	**100.018**
(+) Adições	25.084	25.084	16.592	16.592
(–) Exclusões	(18.837)	(18.837)	(13.904)	(13.904)
Lucro Real	**100.151**	**100.151**	**102.706**	**102.706**
Compensação Prejuízo fiscal	–	–	(30.812)	(30.812)
(=) Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**100.151**	**100.151**	**71.894**	**71.894**
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	(25.014)	–	(24.417)	–
Incentivos fiscais (PAT)	1.115	–	1.000	–
Alíquota de 15% de CSLL	–	(16.948)	–	(14.668)
(=) Subtotal do imposto de renda e contribuição social	**(23.899)**	**(16.948)**	**(23.417)**	**(14.668)**
(–) Constituição (Reversão) do imposto diferido	(563)	(339)	(2.720)	(1.629)
Crédito tributário sobre amortização do ágio da incorporação	1.911	1.147	2.060	1.236
Outros	–	–	(24)	(14)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**(22.551)**	**(16.140)**	**(24.101)**	**(15.075)**

9.2 Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2020	Constituição	Realização	2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.029	–	896	2.925
Provisão para contingências cíveis	2.256	172	(144)	2.284
Provisão para contingências trabalhistas	2.139	(22)	(7)	2.110
Provisão para pagamento de gratificação de funcionários	9.007	3.332	(5.122)	7.217
Provisão para baixa de ativos - *impairment*	2.132	–	–	2.132
Provisão para propaganda e publicidade	63	57	(63)	57
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**17.626**	**3.539**	**(4.440)**	**16.725**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	–	–	–
Total dos créditos tributários	**17.626**	**3.539**	**(4.440)**	**16.725**

	2019	Constituição	Realização	2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.056	–	(3.027)	2.029
Provisão para contingências cíveis	2.768	(454)	(58)	2.256
Provisão para contingências trabalhistas	2.176	251	(288)	2.139
Provisão para pagamento de gratificação de funcionários	7.807	5.207	(4.007)	9.007
Provisão para baixa de ativos - *impairment*	2.132	–	–	2.132
Provisão para propaganda e publicidade	63	63	(63)	63
Outras provisões	–	–	–	–
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**20.002**	**5.067**	**(7.443)**	**17.626**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.973	–	(1.973)	–
Total dos créditos tributários	**21.975**	**5.067**	**(9.416)**	**17.626**

9.3 Previsão de realização dos créditos tributários

A projeção da realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em dezembro de 2021, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Diferenças Temporárias 2021	Diferenças Temporárias 2020	Prejuízo fiscal e base negativa 2021	Prejuízo fiscal e base negativa 2020	Total 2021	Total 2020
2022	10.335	9.354	–	–	10.335	9.354
2023	4.668	6.537	–	–	4.668	6.537
2024	879	879	–	–	879	879
2025	422	428	–	–	422	428
2026	421	428	–	–	421	428
Total	**16.725**	**17.626**	**–**	**–**	**16.725**	**17.626**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários de R$ 16.725 considerando a taxa DI vigente, perfaz o montante de R$ 16.017 (2020 - R$ 17.153), sendo: R$ 16.017 (2020 - R$ 17.153) de diferenças temporárias e para o exercício findo de 2021 a Seguradora não apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

9.4 Tributos diferidos

Tributos diferidos	2021	2020
IRPJ	22.416	25.474
CSLL	–	–
IRPJ S/ MTM (i)	–	793
CSLL S/ MTM (i)	–	476
Total	**22.416**	**26.743**

(i) Nota 13 iv e constituído segundo o CPC 15 - Combinação de negócios.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros. O diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros que tem o prazo médio dos principais ramos conforme segue:

- Prestamista - 48 meses;
- Garantia de Obrigação Contratual - 42 meses;
- Garantia Estendida - 18 meses; e
- Microsseguro de Pessoas - 36 meses.

Os custos de aquisição diferidos apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Automóvel	3.282	2.089
Patrimonial	640	2.146
Pessoas Coletivo	112.045	65.066
Pessoas Individual	27	50
Responsabilidades	–	32
Riscos Financeiros	36.554	39.146
Rural	4.215	16.213
Subtotal ativo circulante	**156.763**	**124.742**
Automóvel	–	–
Patrimonial	174	342
Pessoas Coletivo	170.934	89.648
Pessoas Individual	9	–
Responsabilidades	–	–
Riscos Financeiros	47.799	62.819
Rural	–	–
Subtotal ativo não circulante	**218.916**	**152.809**
Total	**375.679**	**277.551**
a) Movimentação		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**243.116**
(+) Constituições		44.474
(–) Reversões		(10.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**277.551**
(+) Constituições		98.128
(–) Reversões		–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**375.679**

11. INVESTIMENTOS

11.1 Participações societárias

Não ocorreram movimentações em 2021. Para 2020 foram encerrados os investimentos na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, uma vez que a Seguradora optou por retirar-se do convênio. (2019 - R$ 296).

12. IMOBILIZADO

	Saldo residual em 2020	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação acumulada	Saldo residual em 2021	Taxa depreciação ao ano %
Bens Móveis de uso	**1.291**	**19**	**–**	**1.172**	**(556)**	**1.926**	**30**
Equipamentos	870	19	–	714	(456)	1.147	20
Móveis, máquinas e utensílios	421		–	458	(100)	779	10
Outras Imobilizações	**2.582**	**1.259**	**(87)**	**(1.172)**	**(257)**	**2.325**	**–**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2.582	–	–	–	(257)	2.325	–
Outras imobilizações	–	1.259	(87)	(1.172)	–	–	–
Saldo final do exercício	**3.873**	**1.278**	**(87)**	**–**	**(813)**	**4.251**	**–**

13. INTANGÍVEL

	Saldo residual em 2020	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização do Exercício	Saldo residual em 2021
Aquisição Carteira Habitacional (i)	31.479	–	–	–	(3.148)	28.331
Desenvolvimento de Sistemas	2.077	10.043	(1.007)	–	(1.268)	9.845
Canal de Distribuição (ii)	–	–	–	–	–	–
Outros Intangíveis (iii)	293.060	–	–	–	(7.644)	285.416
Total	**326.616**	**10.043**	**(1.007)**	**–**	**(12.060)**	**323.592**

(i) Aquisição de carteira habitacional (aprovada pela portaria SUSEP/DIRAT Nº260 de 23/12/2015), cuja amortização ocorrerá em 15 anos, a partir de 2016. Embora a carteira tenha vida útil estimada de 24 anos e as saídas de segurados se intensifica após 20 anos de contrato.

(ii) Referem-se a contratos de exclusividade na venda em seguros na sua maioria adquiridos em 2015, os quais são amortizados levando em consideração a efetiva produção e são garantidos através de contraprestações e/ou títulos definidos nos seus respectivos contratos.

(iii) Os outros intangíveis foram constituídos para representar o reconhecimento do excesso do valor de compra "ágio" decorrente da incorporação reversa da BTG Pactual Seguradora S.A., aprovada em 25 de março de 2015, no montante de R$ 393.668, cuja dedutibilidade fiscal foi considerada em 5 anos, conforme legislação aplicável à época da operação. O reconhecimento dos ativos intangíveis alocados e ao *goodwill* é apresentado na tabela a seguir:

	Saldo residual em 2020	Amortizações/ Reversão de *impairment*	Saldo residual em 2021
Excesso de Compra	**293.061**	**(7.644)**	**285.416**
Canais de Distribuição (iv)	68.318	(7.644)	60.673
Ágio (v)	229.479	–	229.479
(–)Redução ao valor recuperável	(4.736)	–	(4.736)

(iv) O saldo residual de R$ 68.318 designa o montante identificado dos Canais de Distribuição firmados à época da incorporação, do qual o principal é o contrato de exclusividade junto ao Banco PAN S.A., cujo período de vigência do contrato é de aproximadamente 20 anos, sendo que não há mais saldo de créditos tributários diferidos desta alocação em 31 de dezembro de 2021.

(v) O saldo de R$ 229.479 reflete o ágio na compra da Too Seguros S.A. pela BTG Pactual Seguradora S.A., calculado em relação ao patrimônio líquido da Seguradora a valor justo em 30 de novembro de 2014. A Seguradora não constituiu passivo fiscal diferido sobre esse montante em função de não possuir expectativa de realização desse ativo. Em 10/12/2020, a Too Seguros recebeu autos de infração de IRPJ e CSLL, referentes aos anos de 2015 e 2016, e posteriormente, em 16/12/2021, novos autos de infração referentes aos anos de 2017 e 2018, em razão da glosa do ágio gerado na sua aquisição pela BTG Pactual Seguradora em 2014. Após apresentação de impugnação aos autos de infração recepcionados em dezembro de 2020, a Too Seguros recebeu, em 14/06/2021, o acórdão da Delegacia de Julgamento da RFB que julgou improcedente a impugnação apresentada. Contra essa decisão, a Companhia protocolou Recurso Voluntário e aguarda o seu julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. No que tange aos autos de infração recepcionados em dezembro de 2021, a Too Seguros apresentou tempestivamente impugnação em 17/01/22 e aguarda decisão da Delegacia de Julgamento da RFB.

14. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

As provisões técnicas de seguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões Técnicas de Seguros

	2021	2020
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	512.978	495.098
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	147.727	121.412
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	121.123	92.134
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	13.221	10.999
Subtotal do passivo circulante	**795.049**	**719.643**
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	654.711	546.886
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	–	–
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	–	–
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR	–	–
Subtotal do passivo não circulante	**654.711**	**546.886**
TOTAL	**1.449.760**	**1.266.529**

Movimentação das provisões técnicas

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	2021	2020
Saldo em 31/12/2020	1.041.984	935.474
(+) Constituições	143.022	164.287
(–) Reversões	(17.317)	(57.777)
Saldo em 31/12/2021	**1.167.689**	**1.041.984**
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**2021**	**2020**
Saldo em 31/12/2020	121.412	86.894
(+) Constituições	145.522	62.911
(–) Reversões	(119.207)	(28.393)
Saldo em 31/12/2021	**147.727**	**121.412**
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	**2021**	**2020**
Saldo em 31/12/2020	92.134	168.769
(+) Constituições	28.989	36.132
(–) Reversões	–	(112.767)
Saldo em 31/12/2021	**121.123**	**92.134**
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	**2021**	**2020**
Saldo em 31/12/2020	10.999	7.259
(+) Constituições	3.011	3.899
(–) Reversões	(789)	(159)
Saldo em 31/12/2021	**13.221**	**10.999**

continua

Simples, colaborativa e realizadora

tooseguros.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

Você nunca está sozinho.

,too seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Sinistros a liquidar judiciais

Do montante de R$ 33.346 (2020 - R$ 30.025) classificados como sinistros de demanda judicial, o valor de R$ 33.295 (2020 - R$ 29.973) refere-se a sinistros diretos da Seguradora líquidos de cosseguro aceitos e cedidos, correspondente a 841 processos (2020 - 976 processos).

I - Movimentação da provisão de sinistro judicial

	2021	2020
Saldo inicial	30.025	24.491
(+) Avisos e ajustes judiciais	8.349	9.888
(–) Pagamentos de sinistros no período	(5.028)	(4.354)
Saldo final	**33.346**	**30.025**

II - Provisões judiciais segregadas por risco

			2021
Provisão para riscos	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Provável	84	3.570	3.610
Possível	719	38.932	27.451
Remota	40	2.067	2.285
Total	**843**	**44.569**	**33.346**

			2020
Provisão para riscos	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Provável	133	4.401	5.190
Possível	759	37.009	23.096
Remota	84	2.885	1.739
Total	**976**	**44.295**	**30.025**

c) Cobertura das provisões técnicas

	2021	2020
Total das provisões técnicas	**1.449.760**	**1.266.529**
Direitos creditórios	271.301	297.969
Custos de Aquisição Diferidos	311.582	53.801
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	164.104	222.850
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	75.694	74.386
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	31.330	34.509
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	3.176	3.829
Provisões Retidas Pelo IRB	1	1
(–) Total das exclusões	**857.188**	**687.345**
Total a ser coberto	**592.572**	**579.184**
Ativos financeiros garantidores	724.562	629.059
Suficiência de ativos garantidores	**131.990**	**49.875**

d) Desenvolvimento de sinistros

A tabela a seguir demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

i - Bruto de resseguro - administrativos

Bruto de Resseguro - Administrativos

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
- Até a data-base		73.147	84.267	76.210	125.034	214.451	426.265	
- Um ano mais tarde		79.897	78.558	68.609	110.543	180.373		
- Dois anos mais tarde		86.052	77.317	68.384	111.611			
- Três anos mais tarde		85.552	77.623	68.414				
- Quatro anos mais tarde		85.318	76.931					
- Cinco anos mais tarde		85.371						
Posição em 31/12/2021		**85.371**	**76.931**	**68.414**	**111.611**	**180.373**	**426.265**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		(36.259)	(34.219)	(28.878)	(49.549)	(73.619)	(246.329)	
- Um ano mais tarde		(63.411)	(57.763)	(59.550)	(98.361)	(161.267)		
- Dois anos mais tarde		(72.134)	(63.233)	(65.068)	(104.743)			
- Três anos mais tarde		(74.404)	(65.230)	(66.620)				
- Quatro anos mais tarde		(74.885)	(66.174)					
- Cinco anos mais tarde		(76.082)						
Posição em 31/12/2021		**(76.082)**	**(66.174)**	**(66.620)**	**(104.743)**	**(161.267)**	**(246.329)**	
Atualização monetária e juros		**2**	**14**	**42**	**2**	**0**	**1**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021 (348)		**9.290**	**10.771**	**1.837**	**6.870**	**19.106**	**179.937**	**228.161**
Sobra/Falta acumulada (R$)		***(12.223)***	***7.335***	***7.796***	***13.423***	***34.078***		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(14,32%)***	***9,53%***	***11,39%***	***12,03%***	***18,89%***		

Líquido de Resseguro - Administrativos

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
- Até a data-base		57.361	59.722	67.011	99.087	112.939	203.670	
- Um ano mais tarde		59.247	61.234	65.449	74.988	104.248		
- Dois anos mais tarde		65.998	60.805	65.329	77.728			
- Três anos mais tarde		64.807	61.002	65.827				
- Quatro anos mais tarde		64.533	60.389					
- Cinco anos mais tarde		64.034						
Posição em 31/12/2021		**64.034**	**60.389**	**65.827**	**77.728**	**104.248**	**203.670**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		(31.379)	(28.422)	(27.815)	(36.361)	(50.877)	(99.693)	
- Um ano mais tarde		(53.752)	(51.030)	(57.306)	(66.398)	(89.378)		
- Dois anos mais tarde		(62.099)	(56.396)	(62.788)	(72.279)			
- Três anos mais tarde		(63.447)	(58.171)	(64.298)				
- Quatro anos mais tarde		(63.834)	(59.090)					
- Cinco anos mais tarde		(64.357)						
Posição em 31/12/2021		**(64.357)**	**(59.090)**	**(64.298)**	**(72.279)**	**(89.378)**	**(99.693)**	
Atualização monetária e juros		**1,90**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021 (2.761)		**(321)**	**1.313**	**1.572**	**5.450**	**14.870**	**103.977**	**124.100**
Sobra/Falta acumulada (R$)		***(6.673)***	**(667)**	**1.183**	***21.359***	***8.690***		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(10,42%)***	**(1%)**	**2%**	***27,48%***	***8,34%***		

Bruto de Resseguro - Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
- Até a data-base		2.943	1.942	1.997	3.232	4.775	7.976	
- Um ano mais tarde		2.648	1.718	1.381	2.266	3.761		
- Dois anos mais tarde		3.609	3.171	1.595	3.553			
- Três anos mais tarde		4.876	4.220	2.473				
- Quatro anos mais tarde		5.540	4.979					
- Cinco anos mais tarde		6.142						
Posição em 31/12/2021		**6.142**	**4.979**	**2.473**	**3.553**	**3.761**	**7.976**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		–	(62)	(66)	(11)	(32)	(1.300)	
- Um ano mais tarde		(333)	(260)	(263)	(343)	(140)		
- Dois anos mais tarde		(915)	(700)	(365)	(664)			
- Três anos mais tarde		(1.696)	(959)	(609)				
- Quatro anos mais tarde		(2.397)	(1.357)					
- Cinco anos mais tarde		(2.684)						
Posição em 31/12/2021		**(2.684)**	**(1.357)**	**(609)**	**(664)**	**(140)**	**(1.300)**	
Atualização monetária e juros		**1.693**	**1.579**	**542**	**611**	**401**	**62**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**26.809**	**5.151**	**5.200**	**2.406**	**3.500**	**4.022**	**6.738**	**53.826**
Sobra/Falta acumulada (R$)		***(3.199)***	***(3.037)***	***(476)***	***(321)***	***1.014***		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(52,08%)***	***(60,99%)***	***(19,25%)***	***(9,04%)***	***26,96%***		

LÍQUIDO DE RESSEGURO - Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
- Até a data-base		2.697	1.902	2.109	3.728	4.033	7.874	
- Um ano mais tarde		2.548	1.680	1.444	2.057	3.647		
- Dois anos mais tarde		3.396	2.995	1.569	3.415			
- Três anos mais tarde		4.324	3.873	2.437				
- Quatro anos mais tarde		4.929	4.652					
- Cinco anos mais tarde		5.614						
Posição em 31/12/2021		**5.614**	**4.652**	**2.437**	**3.415**	**3.647**	**7.874**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		–	(62)	(66)	(11)	(32)	(1.300)	
- Um ano mais tarde		(321)	(259)	(263)	(341)	(139)		
- Dois anos mais tarde		(825)	(699)	(365)	(645)	–		
- Três anos mais tarde		(1.465)	(958)	(609)	–	–		
- Quatro anos mais tarde		(2.102)	(1.355)	–	–	–		
- Cinco anos mais tarde		(2.350)	–	–	–	–		
Posição em 31/12/2021		**(2.350)**	**(1.355)**	**(609)**	**(645)**	**(139)**	**(1.300)**	
Atualização monetária e juros		**1.636**	**1.409**	**539**	**582**	**383**	**1.636**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**21.835**	**4.900**	**4.706**	**2.367**	**3.352**	**3.891**	**6.635**	**47.686**
Sobra/Falta acumulada (R$)		***(2.917)***	***(2.750)***	**(328)**	**313**	**386**		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(51,96%)***	***(59,11%)***	***(13,46%)***	***9,17%***	***10,58%***		

BRUTO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
- Até a data-base		76.090	86.209	78.207	128.266	219.226	434.241	
- Um ano mais tarde		82.545	80.276	69.990	112.809	184.134		
- Dois anos mais tarde		89.661	80.488	69.979	115.164			
- Três anos mais tarde		90.427	81.844	70.887				
- Quatro anos mais tarde		90.858	81.910					
- Cinco anos mais tarde		91.513						
Posição em 31/12/2021		**91.513**	**81.910**	**70.887**	**115.164**	**184.134**	**434.241**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		(36.259)	(34.281)	(28.944)	(49.561)	(73.651)	(247.628)	
- Um ano mais tarde		(63.744)	(58.023)	(59.813)	(98.704)	(161.408)		
- Dois anos mais tarde		(73.049)	(63.932)	(65.433)	(105.407)			
- Três anos mais tarde		(76.099)	(66.189)	(67.229)				
- Quatro anos mais tarde		(77.282)	(67.531)					
- Cinco anos mais tarde		(78.766)						
Posição em 31/12/2021		**(78.766)**	**(67.531)**	**(67.229)**	**(105.407)**	**(161.408)**	**(247.628)**	
Atualização monetária e juros		**1.695**	**1.592**	**584**	**613**	**401**	**63**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**27.242**	**14.442**	**15.972**	**4.243**	**10.370**	**23.128**	**186.675**	**282.072**
Sobra/Falta acumulada (R$)		**(15.422)**	**4.299**	**7.320**	**13.101**	**35.092**		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(16,85%)***	***5,25%***	***10,33%***	***11,38%***	***19,06%***		

LÍQUIDO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	TOTAL
- Até a data-base		60.058	61.624	69.120	102.815	116.972	211.544	
- Um ano mais tarde		61.795	62.914	66.893	77.045	107.896		
- Dois anos mais tarde		69.394	63.800	66.898	81.143			
- Três anos mais tarde		69.132	64.875	68.265				
- Quatro anos mais tarde		69.462	65.041					
- Cinco anos mais tarde		69.648						
Posição em 31/12/2021		**69.648**	**65.041**	**68.265**	**81.143**	**107.896**	**211.544**	
Pago acumulado		**dez/16**	**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	
- Até a data-base		(31.379)	(28.484)	(27.881)	(36.373)	(50.909)	(100.993)	
- Um ano mais tarde		(54.072)	(51.289)	(57.568)	(66.739)	(89.517)		
- Dois anos mais tarde		(62.924)	(57.095)	(63.153)	(72.924)			
- Três anos mais tarde		(64.913)	(59.129)	(64.907)				
- Quatro anos mais tarde		(65.936)	(60.445)					
- Cinco anos mais tarde		(66.708)						

Bruto de Resseguro - Administrativos

Incorrido (+) IBNR	Antes de Dez/2016	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
Posição em 31/12/2021		**(66.708)**	**(60.445)**	**(64.907)**	**(72.924)**	**(89.517)**	**(100.993)**	
Atualização monetária e juros		**1.638**	**1.423**	**581**	**584**	**383**	**61**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**19.159**	**4.579**	**6.019**	**3.939**	**8.802**	**18.761**	**110.612**	**171.871**
Sobra/Falta acumulada (R$)		**(9.590)**	**(3.417)**	**855**	**21.672**	**9.076**		
Sobra/Falta acumulada (%)		***(13,77%)***	***(5,25%)***	***1,25%***	***26,71%***	***8,41%***		

e) Taxa de Sinistralidade - Teste de adequação de passivos - (TAP)

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos (PSL e IBNR). O valor presente esperado do fluxo de sinistros a ocorrer, relativos às apólices vigentes na data-base do teste, acrescidos os valores das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos.

As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2021 foram, em média, as seguintes:

Grupo Patrimonial: 14,00%
Grupo Grandes Riscos: 11,52%
Grupo Riscos Financeiros: 49,00%
Grupo Auto: 21,00%
Grupo Habitacional: 49,00%
Grupo Vida Individual: 32,00%
Grupo Pessoas: 14,41%

O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Descrição	2021	2020
Prêmios a restituir	12.783	8.000
Operações com seguradoras (15.1)	51.138	93.683
Operações com resseguradoras (15.2)	223.409	340.676
Corretores de seguros e resseguros (15.3)	142.631	145.500
Outros débitos operacionais	3.346	5.732
Total	**433.307**	**593.591**

15.1 Prêmios de cosseguros

Descrição	2021	2020
Prêmios de cosseguros cedido	51.138	93.683
Total	**51.138**	**93.683**

Prêmios de cosseguros cedido por ramo

Ramo	2021	2020
Garantia Segurado - Setor Público	51.138	93.683
Total	**51.138**	**93.683**

15.2 Prêmios de resseguros

Descrição	2021	2020
Prêmios de resseguro emitidos	247.428	316.313
Comissão de resseguros emitida	(45.373)	(61.593)
Ajuste ao valor de realização (i)	(7.780)	(9.858)
Prêmios de resseguro a pagar	31.316	119.410
Comissão de resseguros a pagar	(6.125)	(37.660)
Saldo com Resseguradores	**219.466**	**326.612**
Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos	3.943	14.064
Total	**223.409**	**340.676**

(i) Valor refere-se a provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa

a) Saldo com resseguradores por ramo

Ramo	2021	2020
Riscos de Engenharia	345	345
Fiança Locatícia	302	1.618
Garantia Segurado - Setor Público	181.036	266.591
Garantia Segurado - Setor Privado	11.096	1.652
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	2.133	1.881
Seguro Agrícola sem FESR	27.125	67.409
Outros	1.372	1.180
Total	**223.409**	**340.676**

15.3 - Corretores de seguros

Ramo	2021	2020
Comissão a Pagar	66.952	53.103
Comissão sobre Prêmio Emitido	76.933	92.419
(–) PECLD Comissão a Pagar	(1.254)	(22)
Total	**142.631**	**145.500**

Comissão sobre Prêmio Emitido por Ramo

Ramo	2021	2020
Fiança Locatícia	5.673	2.739
Garantia Segurado - Setor Público	49.601	71.095
Garantia Segurado - Setor Privado	1.704	990
Prestamista	14.386	12.546
Seguro Agrícola sem FESR	786	2.428
Outros	3.656	2.621
Total	**75.806**	**92.419**

16 IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1 Impostos e encargos sociais a recolher	2021	2020
IOF	2.122	1.132
PIS/COFINS/CSLL	230	86
IRRF	5.168	4.521
ISS	198	75
Outros	929	1.203
Total	**8.647**	**7.017**
16.2 Impostos e contribuições	**2021**	**2020**
Imposto de renda pessoa jurídica (*)	–	23.418
Contribuição social (*)	–	14.668
PIS/COFINS	1.140	2.020
Total	**1.140**	**40.106**

(*)Para o ano de 2021 os valores de antecipação de IRPJ 23.899 e CSLL 16.948 totalizando R$ 40.847, estão registrados como contas redutoras no passivo, reduzindo o valor a pagar.

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os valores destacados abaixo referem-se exclusivamente a prêmios e emolumentos.

	2021	2020
De 1 a 30 dias	20.711	37.027
Total	**20.711**	**37.027**

18. PASSIVOS CONTINGENTES

a) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Seguradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caibam mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão é constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos doze meses aplicado sobre o valor do pedido, ponderados também aspectos pontuais de cada processo.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação a pagar referente a ações indenizatórias e a restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos doze meses aplicado sobre o valor do pedido.

A Seguradora adota a política de contratar coberturas de seguros de bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de suas atividades.

I - Provisões judiciais segregadas por natureza

	2021		2020	
	Quantidade de processos	**Valor provisionado**	**Quantidade de processos**	**Valor provisionado**
Provisão para riscos:				
Sinistros	843	33.346	976	30.025
Trabalhistas	7	5.274	7	5.347
Cíveis	56	5.709	47	5.639
Tributárias	–	–	–	–
Total	**906**	**44.329**	**1.030**	**41.011**

II - Movimentação das provisões

		2021
	Trabalhistas	**Cíveis**
Saldo no início do exercício	**5.347**	**5.639**
Constituições	–	135
Baixas/ Reversão	(73)	(65)
Saldo final do Exercício	**5.274**	**5.709**

		2020
	Trabalhistas	**Cíveis**
Saldo no início do exercício	**5.438**	**6.920**
Constituições	740	764
Baixas	(831)	(2.045)
Saldo final do Exercício	**5.347**	**5.639**

III - Provisões judiciais segregadas por risco

							2021.12	
Provisão para riscos:	**Trabalhistas**		**Cíveis**		**Tributária**		**Relacionado a Sinistros**	
	Valor reclamado	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Provável	1.349	5.274	5.540	5.709	–	–	3.570	3.610
Possível(i)	448	–	15.017	–	335.833	–	38.932	27.451
Remoto	2.572	–	654	–	486	–	2.067	2.285
Total	**4.369**	**5.274**	**21.211**	**5.709**	**336.319**	**–**	**44.569**	**33.346**

(i) nota 13 (v).

19. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Descrição	2021	2020
Fornecedores	17.248	13.896
Participação nos Lucros a Pagar	18.611	23.023
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	22.645	21.981
Saldo final	**58.504**	**58.900**

19.1 ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Ativo de direito de uso - Edificações

Ativo de arrendamento	**01/01/2021**	Adição	Amortização	Outros	**31/12/2021**
Direito de Uso	13.428	–	–	–	13.428
Amortização acumulada	–	–	(2.269)	–	(2.269)
	13.428	**–**	**(2.269)**	**–**	**11.159**
Passivo de Arrendamento	**01/01/2021**	Adição	Baixa	Juros	**31/12/2021**
Arrendamento a pagar	19.405	–	(1.605)	(1.674)	16.126
(–) Juros a apropriar	(5.977)	–	–	1.674	(4.303)
	13.428	**–**	**(1.605)**	**–**	**11.823**
Líquido	**–**	**–**	**(664)**	**–**	**(664)**
Classificados em:	**01/01/2021**				**31/12/2021**
Circulante	1.605				1.605
Não Circulante	11.823				10.218
Total	**13.428**				**11.823**

A Administração da Companhia reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2021, está representado por 169.653 ações ordinárias. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de dezembro de 2020, e posteriormente, com a consolidação do Estatuto Social em 06 de setembro de 2021, nas quais foram deliberadas o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais a razão de 2.000 ações para 1(uma) ação e conversão das ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 1 (uma), passando o capital social de R$ 110.000.000,00 a ser representado por 169.653 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O processo foi aprovado pela SUSEP conforme Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 563, de 28 de dezembro de 2021 do Processo SUSEP Nº 15414.640473/2021-92.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2021 2020 e 2019, está representado por 339.313.199 ações, sendo 339.207.035 ações ordinárias e 106.164 ações preferenciais.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de junho de 2019 e 17 de outubro de 2019, nas quais foram deliberadas as reduções do capital social, no montante total de R$ 100.000 mediante a restituição de capital aos acionistas da Seguradora, proporcionalmente às suas participações acionárias, e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Seguradora, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Seguradora. Com a redução, o capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 110.000 com valor nominal de R$ 0,61889723305 por ação. O processo foi aprovado pela SUSEP conforme Carta Homologatória Eletrônica Nº 84/2019/SUSEP/DIR1/CGRAL do Processo SUSEP Nº 15414.613567/2019-74.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros da Seguradora é composta pela reserva legal e reserva estatutária.

Reserva legal - nos termos do estatuto social, a Seguradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social.

Mediante o processo de redução de capital a reserva legal constituída excede o seu limite em relação ao capital social em 4,5%, esse excedente será objeto de deliberação na Assembleia Geral de Acionistas.

Reserva estatutária - nos termos do estatuto social, a Seguradora deve destinar 90% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva estatutária - Reserva especial de lucro. A reserva estatutária não poderá exceder 80% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de dezembro de 2021, aprovou-se o pagamento de dividendos aos acionistas, à conta de reservas estatutárias de anos anteriores, no montante de R$ 60.843. O pagamento foi efetuado em 16 de dezembro de 2021.

d) Juros sobre capital próprio

O cálculo dos juros sobre o capital próprio provisionados relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	2021	% (i)
- Lucro líquido do exercício	81.843	
- Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados em 2021	**26.630**	**32,5%**
- Imposto de renda na fonte relativos aos juros sobre o capital próprio	(3.994)	
- Juros sobre o capital próprio (líquidos) provisionados em 2021	**22.636**	**27,7%**

(i) Percentual de juros sobre o capital próprio sobre o lucro do Exercício

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações no grupo econômico (**)

A Seguradora e a Administração identificam como partes relacionadas às Companhias a seguir e os seus respectivos saldos de transações com partes relacionadas:

	Ativo/(Passivo)	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Banco PAN S.A.(ligada)(*)	(14.385)	16.580
Caixa Econômica Federal (empresa da controladora)	58.183	55.503
Banco BTG Pactual S.A.(empresa da controladora)	175.858	151.240
BTG Pactual Resseguradora S.A. (empresa ligada)(**)	(90.556)	(165.244)
BTG Pactual Corretora de Seguros Ltda.(empresa ligada)	(60)	(191)
Pan Corretora de Seguros (empresa ligada) **(*)**	(4.736)	(6.657)
Total Ativo e Passivo	**124.304**	**51.231**

	Receitas/(Despesas)	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Banco PAN S.A.(ligada)	(127.241)	(70.773)
Caixa Econômica Federal (empresa da controladora)	2.662	(1.270)
Banco BTG Pactual S.A.(empresa da controladora)	14.812	3.814
BTG Pactual Resseguradora S.A. (empresa ligada)(**)	(216.531)	(338.952)
BTG Pactual Corretora de Seguros Ltda.(empresa ligada)	(2.235)	(4.893)
Pan Corretora de Seguros (empresa ligada)**(*)**	(60.560)	(43.016)
Total de despesas e receitas	**(389.093)**	**(455.090)**

(*). Os valores com as partes relacionadas possuem uma variação devido à natureza do negócio.

(**) BTG Pactual Seguradora S.A. e BTG Pactual Vida e Previdência S.A., embora não tenhamos operações estas empresas compõem a Partes Relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os benefícios pagos aos administradores totalizaram R$ 5.497 (R$ 7.545 em 2020) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas" e compreende benefícios de curto prazo, com observância aos limites estabelecidos em AGO. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

22. PRÊMIOS GANHOS

Os principais ramos em que a Seguradora atua são:

Ramo	Prêmios emitidos 2021	Variações das provisões técnicas de prêmios 2021	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Índice de sinistralidade - % 2021	Índice de sinistralidade - % 2020	Índice de comissionamento - % 2021	Índice de comissionamento - % 2020
Compreensivo Residencial	474	(321)	153	1	34%	9%	30%	34%
Riscos de Engenharia (i)	–	17	17	37	-28%	307%	15%	15%
Riscos Diversos	2.195	(760)	1.435	8.915	58%	43%	42%	21%
Garantia Estendida - Bens em Geral (i)	–	3.671	3.671	7.404	-23%	14%	58%	69%
D&O	215	243	458	400	0%	0%	19%	19%
E&O	111	–	111	–	0%	0%	15%	0%
Automóvel Casco	261	(197)	64	142	162%	9%	20%	20%
Garantia Mecânica	28.274	(4.569)	23.705	1.467	20%	25%	0%	25%
Fiança Locatícia	25.348	(14.399)	10.949	6.217	43%	47%	20%	26%
Garantia Segurado - Setor Público	74.239	108.425	182.664	242.126	-2%	0%	12%	18%
Garantia Segurado - Setor Privado	27.421	(6.020)	21.401	18.697	81%	1%	39%	13%
Funeral	1.176	(2)	1.174	174	31%	34%	39%	20%
Prestamista	503.901	(274.488)	229.413	204.515	24%	17%	27%	39%
Acidentes pessoais coletivos	35.129	1.747	36.876	28.022	1%	6%	46%	31%
Desemprego/perda de renda	3.385	1	3.386	3.945	2%	0%	45%	45%
Renda de eventos aleatórios	873	–	873	1.004	0%	0%	10%	45%
Vida em grupo	1.607	(131)	1.476	11.364

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

Você nunca está sozinho.

,too seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Automóvel Casco	7	28
Automóvel RCFV	7	–
Garantia Mecânica	5.927	365
Fiança Locatícia	2.658	1.626
Garantia Segurado - Setor Público	35.747	44.512
Garantia Segurado - Setor Privado	2.589	2.445
Funeral	463	35
Prestamista	89.893	80.627
Acidentes pessoais coletivos	10.116	8.718
Desemprego/perda de renda	1.545	1.795
Renda de eventos aleatórios	395	457
Vida em grupo	147	6.095
Seguro Habitacional - Prestamista	8.383	5.138
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	3.064	1.953
Seguro Habitacional Fora do S.F.H.	5.225	5.880
Seguro Agrícola Sem FERS	26.607	28.492
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	14	325
Acidentes Pessoais	37	22
Microsseguros	4	–
	195.700	**195.578**

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	2021	2020
Receitas convênio - DPVAT	113	445
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(4.171)	13.998
	(4.058)	**14.443**
Outras despesas operacionais		
Despesas com administração de apólices	(6.617)	13.589
Despesas com cobrança	–	9
Redução ao valor recuperável para recebíveis	5.004	5.217
Outros Créditos Operacionais	(7.322)	6.601
Despesas/reversões com contingências	(430)	(1.135)
Outras receitas operacionais		
Despesa com DPVAT	–	564
Despesa com aquisição de títulos de capitalização	(1.553)	412
	(10.918)	**25.257**
Outras receitas e despesas operacionais	**(14.976)**	**(10.814)**

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de terceiros	27.456	22.983
Pessoal	40.068	39.784
Publicidade e propaganda	5.932	3.424
Localização e funcionamento	14.048	14.782
Outras despesas	1.328	1.010
Total	**88.832**	**81.983**

27. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2021	2020
PIS	2.989	2.745
COFINS	18.394	16.895
Outros tributos federais e municipais	5.004	4.159
Total	**26.387**	**23.799**

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre os ativos financeiros	89.059	85.871
Atualização monetária sobre as provisões Sinistro (PSLJ)	5.870	1.649
Receitas Consórcio DPVAT	–	80
Outras receitas financeiras	644	955
Subtotal	**95.573**	**88.555**
Despesas financeiras		
Juros sobre os ativos financeiros	(52.907)	(69.051)
Atualização monetária sobre as provisões Sinistro (PSLJ)*	(8.255)	(4.909)
Outras despesas financeiras	(2.013)	(1.137)
Subtotal	**(63.175)**	**(75.097)**
Total líquido	**32.398**	**13.458**

(*) Valores atualizados com base no montante de sinistros pendentes a liquidar judiciais.

29. RESULTADO COM RESSEGURO

	2021	2020
Resultado com Operação de Resseguro	**(96.121)**	**(212.954)**
Receita com Resseguro	**194.309**	**114.139**
Indenização de sinistros	197.408	86.193
Outras Reservas de Resseguro	(3.820)	27.758
Outros	721	188
Despesa com Resseguro	**(290.430)**	**(327.093)**
Prêmios de resseguro	(167.074)	(273.947)
Variação da PPNG de Resseguro	(112.833)	(61.861)
Variação das reservas de resseguro	(10.105)	8.934
Outros	(418)	(219)

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros do ativo imobilizado
A Seguradora adota a política de contratar coberturas de seguros de bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de suas atividades.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Referem-se a saldos de contas correntes e de poupança em bancos.
c) Relatório do Comitê de Auditoria
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria está sendo divulgado junto com as demonstrações financeiras da Too Seguros S.A. de 31 de dezembro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Pedro Duarte Guimarães

Vice-Presidente
Sérgio Cutolo dos Santos

Membros
Alexandre Câmara e Silva
Camila de Freitas Aichinger
Bruno Alexandre Licarião Rocha

DIRETORIA

Diretor Presidente
Pedro Bueno da Rocha Lima

Diretor
Valter Gonçalves Nunes

Diretora
Tatiana Leite Terra Prates

COMITÊ DE AUDITORIA

Walter Gomes Júnior
Paulo Roberto Batista Machado
Marcos Silveira

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

CONTADOR

Thiago Lopes Alves
Contador - CRC SP316851/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: A Administração da **Too Seguros S.A.** ("Seguradora") é responsável pela definição e pela implementação de processos e procedimentos visando coletar dados para preparo das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da SUSEP. A Administração é, também, responsável pelos processos, pelas políticas e pelos procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, considerando o melhor julgamento e avaliações de especialistas, e a eliminação ou a redução, a níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Seguradora. Os Auditores Internos avaliam a estrutura de gerenciamento de risco e a efetividade dos controles internos visando a sua aderência às normas e procedimentos. Os Auditores Externos (contábil e atuarial) são responsáveis por examinar as Demonstrações Financeiras com o objetivo de emitir opinião sobre a aderência às normas aplicáveis e recomendações sobre procedimentos contábeis, controles internos e atuariais. O Comitê de Auditoria ("COAUD") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as determinações e atribuições da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP 321/2015. O COAUD, dentre as suas atribuições, assessora o Conselho de Administração - CA, na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, acompanha o cumprimento das exigências legais e regulamentares, verifica a independência e efetividade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos e externos, bem como a efetividade dos sistemas internos do risco operacional e, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades, sempre que julgar necessário recomenda correção e aprimoramento de práticas e procedimentos. O COAUD foi constituído em 29 de setembro de 2017 e é composto por três membros externos independentes, que estão em pleno exercício de seus respectivos mandatos. As avaliações do COAUD baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores e Atuários Externos, dos Consultores Especializados, do Jurídico, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Atividades do Comitê:** O COAUD analisou as Demonstrações Financeiras da data-base de 31 de dezembro de 2021, assim como o planejamento de trabalhos da Auditoria Interna, *Compliance* e demais áreas de controle da Seguradora. Reuniões com o Presidente, Diretores, principais gestores de áreas, Auditores e Atuários Externos foram realizadas para auxiliar os trabalhos desse COAUD. Adicionalmente prosseguiu realizando análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19. **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos:** O COAUD verificou que a Administração da Seguradora vem revisando e construindo normas, políticas e processos, bem como sua política de *compliance,* ética e conflito de interesses. Essas ações visam reforçar a qualidade dos controles internos, o sistema de governança, a cultura de gestão de riscos e novas tecnologias que possam impactar o negócio. **Auditores e Atuários Externos:** O COAUD mantém com os Auditores e Atuários Externos canal regular de comunicação para discussão dos resultados de seus trabalhos, de maneira que subsidie a sua opinião. O COAUD avalia como satisfatórias as informações fornecidas pelos Auditores Externos (contábil e atuarial), não sendo identificadas situações que pudessem afetar a independência desses prestadores. **Auditoria Interna:** O COAUD acompanhou o planejamento e o cronograma das atividades da Auditoria Interna. **Demonstrações Financeiras:** O COAUD apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas preparadas pela Administração e revisadas pela Auditoria Externa (contábil e atuarial) relativas a 31 de dezembro de 2021, observando que todas as informações relevantes estão registradas e de acordo com a regulamentação da SUSEP. **Conclusão:** O COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, as decisões e responsabilidades dos demais órgãos da Governança e dos Administradores, considera que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 11 de Fevereiro de 2022

Membros do Comitê
Paulo Roberto Batista Machado
Walter Gomes Júnior
Marcos Silveira

RELATÓRIO DE AUDITORIA ATUARIAL

Aos Acionistas e Administradores da **Too Seguros S.A. -** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Too Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de Fevereiro de 2022
Ricardo Pacheco
MIBA 2.679
Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Too Seguros S.A.** São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Too Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Too Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do Exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões técnicas de seguros:** A **Seguradora** possui registrado no seu passivo, no grupo Provisões Técnicas, o valor de R$ 1.449.760 mil (R$ 795.049 mil no circulante e R$ 654.711 mil no não circulante) relativo à provisão de prêmios não ganhos, provisões de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos não avisados e demais provisões técnicas relacionados a sinistros. Em virtude da relevância dos saldos e das incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros, o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem alto grau de julgamento. A Administração da **Seguradora** continuamente avalia as premissas e as metodologias adotadas. Devido à relevância e às incertezas envolvidas no processo de mensuração dessas provisões, além do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam ocasionar no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (1) o entendimento dos controles internos relevantes sobre os saldos contábeis; (2) análise e teste documental dos prêmios emitidos e dos sinistros recebidos; (3) conciliação dos dados dos avisos com as apólices; (4) recálculo de determinadas provisões técnicas; (5) conciliação dos atestados atuariais com os saldos contábeis; (6) a avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação dos passivos (TAP). Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são adequadas e as divulgações efetuadas pela **Seguradora** são consistentes com as informações obtidas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Seguradora** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Seguradora** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Seguradora** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Seguradora**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Seguradora**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Seguradora** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 017715/O-5

Simples, colaborativa e realizadora

tooseguros.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.S.as. as demonstrações contábeis da Usebens Seguros S/A, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes. Através da busca constante de alternativas na diversificação do seu portfólio, Um dos produtos com forte atuação é o prestamista, que possui mercado consolidado no Brasil e com possibilidade de comercialização em diversas linhas de negócios, como empréstimos, cartão de crédito, consórcios e financiamentos contratados junto às instituições financeiras e administradora de consórcios e também no Seguro Habitacional em Apólices de Mercado. Outro produto que a Usebens busca crescimento é o Seguro Automóvel, com constante investimentos em tecnologia e estrutura operacional. Visando o que há de melhor em ferramentas de comunicação e venda digital, além de intensificar a busca de novos parceiros como empresas de rastreamento automotivo e corretores e canais de distribuição de seguros. A Seguradora destaca-se fortemente pela proximidade e agilidade que imprime às interações com as instituições nas quais atua, o que nos diferencia neste mercado altamente competitivo. Para este ano o mercado segurador foi impactado pelo cenário da Covid-19, principalmente os setores que dependem do crescimento econômico do país, refletindo diretamente na queda de produção da Cia. No exercício, os prêmios de seguros atingiram o total de R$ 82.287 (R$ 60.478 do ano anterior) representando um aumento de 36,06%, sendo que os prêmios emitidos líquidos foram de R$ 77.839 (R$ 68.028 do ano anterior) e os prêmios ganhos foram de R$ 92.666 (R$ 88.642 do ano anterior). Nossos índices de sinistralidade atingiram 12,48% sobre os prêmios ganhos (12,05% do ano anterior) sendo que o Ramo Prestamista apresentou a maior representatividade. Referente os custos de aquisição, o índice ficou em 64,48% sobre os prêmios ganhos (ante 64,22% do ano anterior), ocorrendo um leve aumento do índice, mas não significativo devido a mantermos a carteira de produtos, influenciado pelo ramo prestamista, que possui a maior participação na carteira total da Cia. A Seguradora continua trabalhando no aprimoramento de suas ferramentas, objetivando suportar o crescimento estruturado, rentável e sustentável de nossas operações. Com intuito de atender as necessidades dos usuários finais, sendo: clientes, parceiros, autarquias e colaboradores. Damos grande importância à manutenção de adequados controles internos, gestão de risco, políticas de subscrição, fortalecendo a Governança Corporativa e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração com foco nas leis, normas e procedimentos regulatórios. Os esforços continuam na melhoria constante em controles internos e estrutura de gestão de risco, que continuam a receber investimentos nesse exercício. Despesas administrativas em 2021, o índice sobre os prêmios emitidos foi de 15,43% (17,55% do ano anterior), com queda de 2,12% em relação ao ano anterior. Esta variação refere-se ao impacto do aumento da produção no exercício e a otimização operacional da Companhia em decorrência dos investimentos sistêmicos e operacionais realizados nos anos anteriores. Resultado financeiro teve uma queda de 2,11% em comparação ao ano anterior permanecendo a diversificação na carteira de investimentos para maior rentabilidade, mas voltada para o conservadorismo, como o maior volume investido na carteira da Usebens está vinculada a Selic, refletiu as taxas no exercício. A Seguradora encerrou o exercício com um resultado antes de impostos de R$ 6.426 vs. R$ 8.243 do ano anterior. O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), no exercício de 2021 foi de 95,54%, aumento de 2,20% em relação aos 93,34% do ano anterior. Esta variação não foi relevante pois buscamos sempre otimizar os recursos e controles de gestão e operações da empresa para manter o equilíbrio econômico e fiscal. Os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo em cada exercício, um percentual do lucro de 5%, conforme definido no seu estatuto. O saldo de lucros líquidos tem destinação por determinação da Assembleia Geral dos acionistas, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros. Declaração de capacidade financeira: Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora apesar de não possuir títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", considera ter capacidade financeira para assegurar, até os seus respectivos vencimentos, os títulos classificados como "disponível para venda". Em resumo, nosso desempenho é representativo de nossa estratégia de consolidar nossos diferenciais no mercado, enquanto buscamos o desenvolvendo de novos produtos, de maneira a nos permitir alcançar nossas metas de crescimento, mantendo a qualidade de nossos controles e serviços. Neste contexto, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos segurados e parceiros pela confiança depositada; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas; aos colaboradores diretos e indiretos da Seguradora, o reconhecimento pela dedicação e pelo trabalho, que foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Notas	2021	2020
Ativo/Circulante		**63.354**	**76.132**
Caixa e equivalentes de caixa	6	**66**	**62**
Caixa e bancos		66	62
Instrumentos Financeiros	7	**12.631**	**28.559**
Cotas de fundos de investimentos		3.231	13.733
Títulos de renda fixa		9.400	14.826
Créditos das operações com seguros e resseguros		**14.327**	**9.669**
Prêmios a receber	8	12.151	6.273
Operações com seguradora		1	1
Outros créditos operacionais		17	50
Ativo de Resseguro	9	2.158	3.345
Títulos e créditos a receber		**3.028**	**2.220**
Créditos a receber		878	897
Créditos tributários	10	2.150	1.323
Outros valores e bens		**111**	**323**
Outros valores		20	20
Despesas antecipadas		**91**	**303**
Custos de aquisição diferidos	11	**33.191**	**35.299**
Seguros		33.191	35.299
Ativo não circulante		**77.210**	**68.803**
Realizável a longo prazo		**76.685**	**68.038**
Instrumentos Financeiros	7	**50.300**	**34.135**
Títulos de renda fixa		50.049	33.883
Outras aplicações		251	252
Custos de aquisição diferidos	11	**26.385**	**33.903**
Seguros		26.385	33.903
Imobilizado		**497**	**748**
Bens móveis		340	567
Outras imobilizações		157	181
Intangível		**28**	**17**
Outros intangíveis		28	17
Total do ativo		**140.564**	**144.935**

	Notas	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**72.711**	**70.123**
Contas a pagar		**1.511**	**1.375**
Obrigações a pagar		226	387
Impostos e encargos sociais a recolher		629	400
Encargos trabalhistas		262	206
Impostos e contribuições		394	382
Débitos de operações com seguros e resseguros		**12.898**	**9.460**
Prêmios a restituir		37	74
Operações com seguradora		20	20
Corretores de seguros e resseguros		5.518	2.894
Resseguros a liquidar	9	6.905	6.086
Outros débitos operacionais		418	386
Depósitos de terceiros		**55**	**74**
Prêmio e emolumentos recebidos		55	74
Provisões técnicas - seguros	12	**58.247**	**59.214**
Danos		6.562	6.722
Pessoas		51.685	52.492
Passivo não circulante		**37.226**	**45.460**
Provisões técnicas - seguros	12	**37.226**	**45.460**
Danos		810	496
Pessoas		36.416	44.964
Patrimônio líquido	14	**30.627**	**29.352**
Capital social		19.901	19.901
Reservas de lucros		12.688	9.261
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.962)	190
Total do passivo e patrimônio líquido		**140.564**	**144.935**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Lucro Líquido do exercício	**3.786**	**5.399**
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	318	342
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	23	9
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(11)	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	4	(67)
Atividades operacionais		
Variação dos ativos financeiros	(4.120)	124
Variação dos créditos das operações de seguros	(5.956)	8.784
Variação dos títulos e créditos a receber	29	64
Variação dos ativos de resseguro	1.271	62
Variação dos créditos fiscais e previdenciários	3.883	2.757
Variação despesas antecipadas	212	(152)
Variação dos custos de aquisição diferidos	9.626	17.120
Variação de outros ativos	–	(14)
Variação de fornecedores	(13)	5
Variação de outras contas a pagar	269	(237)
Variação impostos e contribuições	12	105
Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros	3.438	(6.748)
Variação das provisões técnicas - seguros	(9.201)	(27.062)
Variação de depósitos de terceiros	(19)	35
Variação de outras provisões judiciais	(48)	48
Caixa líquido gerado nas operações	**3.503**	**574**
Impostos sobre lucros pagos	(2.979)	(2.762)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**524**	**(2.188)**
Das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente	8	–
Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível	(84)	(34)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(76)**	**(34)**
Das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(444)	(3.121)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(444)**	**(3.121)**
Aumento líquido/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(5.343)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	62	5.405
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	66	62
Aumento líquido/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(5.343)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Outras	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**19.901**	**939**	**5.044**	**(8)**	**–**	**25.876**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	–	198	–	**198**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.399	**5.399**
Proposta para distribuição de resultado						
Reserva legal	–	230	–	–	(230)	**–**
Dividendos	–	–	–	–	(218)	**(218)**
Reserva estatutária	–	–	4.951	–	(4.951)	**–**
Juros sobre capital próprio	–	–	(803)	–	–	**(803)**
Distribuições através de AGO	–	–	(1.100)	–	–	**(1.100)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**19.901**	**1.169**	**8.092**	**190**	**–**	**29.352**
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**19.901**	**1.169**	**8.092**	**190**	**–**	**29.352**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(2.152)	–	**(2.152)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.786	**3.786**
Proposta para distribuição de resultado						
Reserva legal	–	180	–	–	(180)	**–**
Dividendos	–	–	–	–	(171)	**(171)**
Reserva estatutária	–	–	3.435	–	(3.435)	**–**
Juros sobre capital próprio	–	–	(188)	–	–	**(188)**
Distribuições através de AGO	–	–	–	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**19.901**	**1.349**	**11.339**	**(1.962)**	**–**	**30.627**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos líquido		82.287	60.478
Variações das provisões técnicas de prêmios		10.379	28.164
(=) Prêmios ganhos	15.1	**92.666**	**88.642**
Sinistros ocorridos	15.2	(11.564)	(10.681)
Custos de aquisição	15.3	(59.751)	(56.926)
Outras receitas e despesas operacionais	15.7	1.205	1.218
Resultado com operações de resseguro		(1.015)	(497)
Despesas administrativas	15.4	(12.700)	(10.617)
Despesas com tributos	15.6	(4.897)	(5.503)
Resultado financeiro	15.5	2.467	2.520
Resultado operacional		**6.411**	**8.156**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		15	87
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.426**	**8.243**
Imposto de renda	17	(1.402)	(1.719)
Contribuição social	17	(1.238)	(1.125)
(=) Lucro líquido do exercício		**3.786**	**5.399**
Quantidade de ações		**18.885.250**	**18.885.250**
Lucro líquido por lote de mil ações		**200,47**	**285,88**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**3.786**	**5.399**
Outros resultados abrangentes	**(2.152)**	**198**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(3.884)	331
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	1.732	(133)
Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários	**1.634**	**5.597**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Usebens Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital nacional e fechado, com sede e escritório localizado na Cidade de São Paulo, SP, registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sob o código 0367-1. Sua controladora e holding é a Usebens Holdings Participação S.A. A Seguradora atua em todo o território nacional na comercialização de seguro de danos e de pessoas. A expertise da Seguradora está voltada para a distribuição, em todo o território nacional, de seguros massificados, customizados de acordo com as necessidades da região, por intermédio de seus parceiros concessionários de veículos, instituições financeiras e de administradora de consórcios. Destaca-se por seu amplo portfólio de produtos, que representam uma fonte importante de rentabilidade a esses parceiros, sendo que entre os principais produtos estão: a) prestamista; (b) seguro de automóveis (rastreado); (c) vida em grupo; (d) acidentes pessoais; (e) GAP; (f) franquia zero; e (g) compreensivo residencial e empresarial. **2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação por seus Administradores e Acionistas em 23 de fevereiro de 2022. **2.1. Declaração de conformidade:** Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular nº 648/21 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir de sua publicação. Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da circular SUSEP 648/21 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 648/21. Não havendo influência na comparabilidade em decorrência da alteração das normas. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado em data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo em um ativo ou passivo, a Seguradora leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na preferência do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinada nessa base, exceto valor em uso na Redução ao valor recuperável de ativos CPC 01(R1). As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. **2.5. Demonstração de resultados abrangentes (DRA):** Está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificações) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs. **2.6. Operações descontinuadas:** Não houve atividades descontinuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **3. Principais práticas contábeis:** As seções a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Apuração do resultado operacional:** Os prêmios de seguros, resseguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e, reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.3. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: a) Definições:** Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entre de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. É classificado nessa categoria se: • For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; • O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e passivos financeiros ou ambos; • Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Seguradora, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; • Fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado (CPC 38). Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do exercício. **• Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **• Ativos financeiros disponíveis para venda:** São ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida em uma conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. **• Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é apurada com base na totalidade dos prêmios vencidos acima de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, descontadas as cessões de prêmio e Imposto sobre operações financeiras (IOF), ainda que não iniciada a vigência da apólice. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte; • Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção dos prêmios de seguros, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriores baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **c) Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Seguradora baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Seguradora reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Seguradora continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida. A Seguradora baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.4. Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos e passivos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros a liquidar, (ii) as parcelas correspondentes a indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores, (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos, (iv) adiantamento para implantação de novo produto e (v) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme contratos firmados de cessão de risco, cujo o período de cobertura ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme período de exposição do risco. **3.5. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.6. Demais ativos circulantes e ativos não circulantes:** Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização. **3.7. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e compreende a equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos, imobilizações em cursos e benfeitoria em imóveis de terceiros. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, com os seguintes prazos: dez anos para móveis, utensílios, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, e em cinco anos para equipamentos de informática, softwares e veículos. Um item do imobilizado é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.8. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros *("impairment").*** No final de cada exercício, a Seguradora revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.9. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações contábeis. **3.10. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contratos de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. **3.11. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA: • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG considera como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico; • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) têm como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador; • A provisão para sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo; • A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - Incurred But Not Reported) é constituída a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de *run-off*, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador; • A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported) é constituída a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de *run-off*, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **3.12. Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* - LAT):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações contábeis e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/21, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2021, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2021 foram, em média, as seguintes: **• Seguro de Danos - 47,00% - • Seguro de Pessoas - 10,00%.** Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Usebens Seguros S.A. realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21. **3.13. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

continuação

USEBENS SEGUROS S.A. - CNPJ nº 09.180.505/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	2021	2020
Patrimônio líquido	30.627	29.352
Despesas antecipadas	(91)	(303)
Ativo intangível	(28)	(17)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(565)	(452)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	4.228	1.298
Patrimônio líquido ajustado	**34.171**	**29.878**
Capital-base (a)	**8.100**	**15.000**
Capital de risco de subscrição	12.422	13.017
Capital de risco de crédito	1.739	2.421
Capital de risco operacional	296	282
Capital de risco de mercado	1.536	4.176
Benefício da diversificação (capital de risco)	(1.834)	(3.598)
Capital de risco (b)	**14.159**	**16.298**
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (a) e (b))	14.159	16.298
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	34.171	29.878
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**20.012**	**13.580**
Suficiência do PLA: (PLA - CMR)/CMR	141,34%	83,32%
Liquidez do ativo = (AL)/CMR	89,21%	113,00%

Conforme demonstrado acima, a Seguradora apresentou um superávit de R$20.012 do patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 em relação ao Capital Mínimo Requerido, representando uma suficiência do PLA em relação ao CMR de 141,34%, não demandando a elaboração do Plano de Regularização de Solvência. **5.4. Risco legal:** No curso normal de suas atividades de seguros, a Seguradora pode ser envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, que são tratadas de acordo com a nossa política de sinistros. Como as práticas da indústria de seguros e questões legais, judiciais e sociais mudam inesperados e indesejados resultados relacionados aos sinistros e suas coberturas poderão surgir. Esses problemas podem ter um efeito negativo nos resultados financeiros da Seguradora, estendendo a cobertura para além do que foi subscrito ou aumentando a quantidade e os valores envolvidos nas ações judiciais. Na medida em que as decisões judiciais são proferidas e estas podem aumentar os valores de indenizações, as reservas de sinistros podem revelar-se insuficientes para cobrir as perdas reais. Nesse caso, a Seguradora ajusta suas reservas ao valor da perda provável. Tal ajuste poderá ter um efeito material adverso na sua condição financeira, no seu resultado financeiro e em seus fluxos de caixa. **5.5. Risco operacional:** Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer grande operação. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas, e impactos sociais e ambientais. A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com seu apetite de risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos e controles, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência incluindo gestão de incidente e plano de continuidade de negócios.

6. Caixa e equivalente de caixa:	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	–	1
Banco Bradesco S.A.	23	–
Banco do Brasil S.A.	9	–
Banco Santander Brasil S.A.	2	–
Banco Itaú S.A.	32	61
Total	**66**	**62**

7. Instrumentos financeiros:

a) Composição (custo amortizado):

	Taxa de juros	2021 R$	2021 %	2020 R$	2020 %
Títulos disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	10.950	16,46	10.150	16,27
Letras do Tesouro Nacional	Selic	42.666	64,16	33.559	53,80
Título de Renda Fixa - Privados		9.400	14,14	4.683	7,51
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Quotas de fundos de investimento - não exclusivo		3.231	4,86	13.733	22,02
Total		**66.247**	**99,62**	**62.125**	**99,60**
Outras aplicações (participação no DPVAT)		251	0,38	252	0,40
Total de aplicações		**66.498**	**100,00**	**62.377**	**100,00**

b) Composição da aplicação financeira por vencimento: Apresentamos a seguir a composição dos títulos e valores imobiliários por prazo e por título. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA):

	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Valor contábil	Custo atualizado Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	10.950	10.950	10.946	(4)
Letras do Tesouro Nacional	–	–	42.666	42.666	39.103	(3.563)
Título de Renda Fixa - Privados	–	9.400	–	9.400	9.400	–
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	3.231	–	–	3.231	3.231	–
Outras aplicações - Participação DPVAT	251	–	–	251	251	–
Total em 31 de dezembro de 2021	**3.482**	**9.400**	**53.616**	**66.498**	**62.931**	**(3.567)**

	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Valor contábil	Custo atualizado Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	–	10.150	–	10.150	10.143	(7)
Letras do Tesouro Nacional	–	–	33.559	33.559	33.883	324
Título de Renda Fixa - Privados	–	4.683	–	4.683	4.683	–
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	13.733	–	–	13.733	13.733	–
Outras aplicações - Participação DPVAT	252	–	–	252	252	–
Total em 31 de dezembro de 2020	**13.985**	**14.833**	**33.559**	**62.377**	**62.694**	**317**

c) Movimentação:

	Saldo em 2020	Resgates	Aplicações	Rendimento	Marcação a mercado	Saldo em 2021
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	10.143	(10.246)	10.881	165	3	10.946
Letras do Tesouro Nacional	33.883	–	6.999	2.108	(3.887)	39.103
Título de Renda Fixa - Privados	4.683	(111.155)	115.702	170	–	9.400
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	13.733	(35.244)	24.753	(11)	–	3.231
Outras aplicações - Participação DPVAT	252	(3)	2	–	–	251
Total	**62.694**	**(156.648)**	**158.337**	**2.432**	**(3.884)**	**62.931**

	Valor contábil em 2019	Resgates	Aplicações	Rendimento	Marcação a mercado	Circular SUSEP 595/19	Saldo em 2020
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro	55.009	(93.344)	47.205	1.266	7	–	10.143
Letras do Tesouro Nacional	–	–	33.110	449	324	–	33.883
Título de Renda Fixa - Privados	–	(29.596)	34.203	76	–	–	4.683
Ativos ao valor justo por meio do resultado							
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	65.178	–	–	–	–	(65.178)	–
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	7.304	(32.547)	38.223	753	–	–	13.733
Outras aplicações - Participação DPVAT	175	–	77	–	–	–	252
Total	**127.666**	**(155.487)**	**152.818**	**2.544**	**331**	**(65.178)**	**62.694**

d) Mensuração de valor justo para o reconhecimento de ativos financeiros: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível1). O CPC 38 requer que a Seguradora calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado inativo. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora apresentava participação no convênio DPVAT no montante de R$251. Pelo fato dessa aplicação no DPVAT não apresentar um mercado ativo e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo. **e) Cobertura das provisões técnicas de seguros:** Para a garantia das provisões técnicas, a Seguradora manteve os seguintes ativos:

	2021	2020
Total das provisões técnicas	**95.473**	**104.674**
Letras do tesouro nacional	39.103	33.883
Letras Financeiras do Tesouro	10.946	10.143
Ativos de Resseguro, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	827	2.881
Direito Creditório	2.912	1.867
Custos de aquisição diferidos, efetivamente liquidados, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	55.243	66.480
Total dos ativos garantidores	**109.031**	**115.254**
Excedente de cobertura	13.558	10.580
Ativos livres	**12.631**	**18.416**
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	3.231	13.733
Título de Renda Fixa - Privados	9.400	4.683

f) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

8. Prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. A seguir, a abertura dos prêmios a receber e prazo médio de parcelamento (em meses), segregado por ramo de atuação:

Ramos	Prazo médio recebimento	2021	2020
Acidentes pessoais - individuais	4	3	3
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	12	3	–
Assistência e outras coberturas - auto	11	193	88
Automóvel	12	2.391	2.433
Extensão de garantia	1	1.040	70
Prestamista	1	4	–
R. C. Facultativa Veículos	12	80	11
Riscos diversos	1	5	3
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	1	–	4
Seguro Popular de Automóvel Usado	12	383	36
P-RVNE	–	8.461	4.013
Provisão para riscos sobre créditos	–	(412)	(388)
Total		**12.151**	**6.273**
Circulante		**12.151**	**6.273**

Movimentação do grupo de prêmios a receber:

	2021	2020
Prêmios pendentes no início do exercício	6.273	15.091
(+) Prêmios emitidos/reativados	84.353	71.237
(+) IOF	1.337	1.097
(-) Prêmios cancelados	(5.771)	(2.151)
(-) Recebimentos	(78.465)	(71.441)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	4.448	(7.551)
Reversão provisão para perda	(24)	(9)
Prêmios pendentes no final do exercício	**12.151**	**6.273**

a) Prêmios a receber por faixa de vencimento:

	2021	2020
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	71	87
Vencidos entre 31 e 60 dias	26	13
Vencidos entre 61 e 180 dias	15	17
Vencidos entre 181 e 365 dias	11	32
Vencidos a mais de 366 dias	414	366
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	663	361
A vencer entre 31 e 60 dias	466	306
A vencer entre 61 e 180 dias	1.639	908
A vencer entre 181 e 365 dias	797	558
P-RVNE	8.461	4.013
Provisão para riscos sobre créditos	(412)	(388)
Total	**12.151**	**6.273**

b) Perda estimada para riscos de crédito: A perda estimada para riscos de crédito é constituída com base nos prêmios vencidos, líquido de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com base na análise individual das faturas pendentes de pagamento há mais de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos. Em 31 de dezembro de 2021 a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R$412 (R$388 em 31 de dezembro de 2020). **Movimentação da provisão para riscos de crédito.**

	Saldo em 2020	Adições no exercício	Baixas no exercício	Saldo em 2021
Acidentes pessoais - individual	2	1	–	3
Assist. e outras coberturas - auto	2	3	2	3
Automóvel	379	59	41	397
Extensão de garantia	3	–	–	3
Prestamista - coletivo	–	12	11	1
R. C. Facultativa Veículos	–	3	1	2
Riscos diversos	1	1	1	1
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	1	34	35	–
Seguro Popular de Automóvel Usado	–	4	2	2
	388	**117**	**93**	**412**

	Saldo em 2019	Adições no exercício	Baixas no exercício	Saldo em 2020
Acidentes pessoais - coletivo	–	2	(2)	–
Acidentes pessoais - individual	3	2	(3)	2
Assist. e outras coberturas - auto	2	1	(1)	2
Automóvel	353	90	(64)	379
Extensão de garantia	20	4	(21)	3
Prestamista - coletivo	–	18	(18)	–
Riscos diversos	1	–	–	1
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	–	55	(54)	1
	379	**172**	**(163)**	**388**

9. Operações com resseguradoras: a) Composição do ativo:

	2021	2020
Operações com resseguradoras		
Sinistros liquidados a recuperar com resseguradora	476	392
Ativos de resseguros		
Provisão de prêmios não ganhos	864	1.988
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	479	125
Provisão de Despesas Relacionadas e IBNER	(2)	(202)
Sinistros Pendentes de Pagamento	341	1.042
Total	**2.158**	**3.345**

b) Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	**3.345**	**3.258**
Constituição	1.341	1.912
Reversão	(1.911)	(3.009)
Sinistros recuperados	(2.526)	(1.275)
Sinistros a recuperar	1.909	2.459
Saldo no final do exercício	**2.158**	**3.345**

c) Composição por resseguador:

Resseguradoras	Susep	Categoria	Tipo	Contrato Código	Recuperação de Sinistros 2021	Recuperação de Sinistros 2020	Sinistros a Recuperar 2021	Sinistros a Recuperar 2020
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	069/2015	–	–	–	5
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000036086	2	1	2	–
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000036057	276	612	281	613
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	38270	Local	Repasse	4845-9969-4130	5	7	13	7
Swiss Reinsurance Company	42790	Admitida	Repasse	4845-9969-4130	8	11	19	11
Austral Resseguradora S/A	34819	Local	Repasse	SRUW003318	1.618	1.828	502	798
Total					**1.909**	**2.459**	**817**	**1.434**

d) Demonstração do percentual ressegurado:

Ramos	Prêmios emitidos 2021	Prêmios emitidos 2020	Resseguro cedido 2021	Resseguro cedido 2020	Prêmios retidos 2021	Prêmios retidos 2020	% de retenção 2021	% de retenção 2020	% de prêmio de resseguro cedido 2021	% de prêmio de resseguro cedido 2020
Automóvel	4.424	3.285	13	16	4.411	3.269	99,71%	99,51%	0,29%	0,49%
Extensão de garantia - auto	2.981	2.448	919	1.335	2.062	1.113	69,17%	45,47%	30,83%	54,53%
Prestamista	63.035	56.441	969	736	62.066	55.705	98,46%	98,70%	1,54%	1,30%
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	5.581	5.801	389	428	5.192	5.373	93,03%	92,62%	6,97%	7,38%
Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista	478	462	84	109	394	353	82,43%	76,41%	17,57%	23,59%
Vida em grupo	–	53	–	3	–	50	0,00%	94,34%	100,00%	5,66%
Total	**76.499**	**68.490**	**2.374**	**2.627**	**74.125**	**65.863**				

e) Composição do passivo:

	2021	2020
Prêmios de resseguro a liquidar (liquido de Comissão)	1.416	578
Adiantamento de ressegurador	5.453	5.453
Riscos vigentes e não emitidos de resseguro	36	55
Total	**6.905**	**6.086**

f) Composição por resseguador:

Resseguradoras	Susep	Categoria	Tipo	Contrato Código	Prêmios de resseguro cedidos 2021	Prêmios de resseguro cedidos 2020	Prêmios de resseguro a liquidar 2021	Prêmios de resseguro a liquidar 2020
Austral Resseguradora S.A.	34819	Local	Repasse	SRUW003318	919	1.335	847	48
IRB Brasil Resseguros S.A.	31623	Local	Repasse	5000036086	473	537	155	189
IRB Brasil Resseguros S.A.	31623	Local	Repasse	5000036057	969	739	381	321
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	38270	Local	Repasse	4845-9969-4130	5	6	13	8
Swiss Reinsurance Company	42790	Admitida	Repasse	4845-9969-4130	8	10	20	12
ToTal					**2.374**	**2.627**	**1.416**	**578**

10. Créditos tributários: Os saldos de créditos tributários estão compostos da seguinte maneira:

	2021	2020
IR/CSLL	486	1.425
Ajustes temporais **(a)**	1.605	(127)
COFINS a compensar	56	17
PIS a compensar	2	2
Outros	1	6
Total	**2.150**	**1.323**

(a) Refere-se Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes aos ajustes negativos sobre os títulos e valores mobiliários mantidos em carteira, classificados como "Disponíveis para Venda". **11. Custo de aquisição diferido:** As despesas com custo de aquisição são lançadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro, e diferidas quando devidas. São amortizadas com base no prazo de vigência das apólices (apresentado a seguir em meses), por meio de constituição e reversão de custo de aquisição diferido:

Ramos	Prazo médio diferimento	2021	2020
Extensão de garantia	14	721	724
Automóvel	12	15	23
Assist e outras coberturas - auto	12	33	37
Riscos diversos	23	7	11
Prestamista - coletivo	45	58.782	68.404
R. C. Facultativa Veículos	12	4	–
Seguro Popular de Automóvel Usado	12	14	1
Acidentes pessoais - Individuais	12	–	2
Total		**59.576**	**69.202**
Circulante		**33.191**	**35.299**
Não circulante		**26.385**	**33.903**

Movimentação dos custos de aquisição diferidos

2021	Corretagem	Agenciamento	Pró-labore	Total
Saldo no início do exercício	**14.922**	**452**	**53.828**	69.202
Constituições	33.436	758	15.015	49.209
Cancelamentos	(789)	–	(800)	(1.589)
Amortização/reversões/baixas	(25.553)	(645)	(31.048)	(57.246)
Saldo no final do exercício	**22.016**	**565**	**36.995**	**59.576**

2020	Corretagem	Agenciamento	Pró-labore	Total
Saldo no início do exercício	**19.175**	**348**	**66.799**	**86.322**
Constituições	24.443	542	21.016	**46.001**
Cancelamentos	(488)	–	(678)	**(1.166)**
Amortização/reversões/baixas	(28.208)	(438)	(33.309)	**(61.955)**
Saldo no final do exercício	**14.922**	**452**	**53.828**	**69.202**

12. Demonstrativos das provisões técnicas:

2021 Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA	Total
Acidentes pessoais - coletivos	–	–	15	–	15
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	2	–	–	–	2
Assist. e outras coberturas - auto	216	3	1	–	220
Automóvel	1.704	228	28	8	1.968
Extensão de garantia - veículos	4.009	67	600	–	4.676
Prestamista - Coletivo	81.162	2.747	3.961	184	88.054
Prestamista - Individual	3	–	–	–	3
Seguro Popular de Automóvel Usado	336	–	4	–	340
R. C. Facultativa Veículos	66	64	21	2	153
Riscos diversos	12	–	–	–	12
Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista	–	–	30	–	30
Total	**87.510**	**3.109**	**4.660**	**194**	**95.473**
Circulante	**50.284**	**3.109**	**4.660**	**194**	**58.247**
Não circulante	**37.226**	**–**	**–**	**–**	**37.226**

2020 Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA	Total
Extensão de garantia	4.105	632	147	–	**4.884**
Automóvel	1.737	270	18	12	**2.037**
Assist e outras coberturas - auto	145	5	1	–	**151**
Riscos diversos	23	–	–	–	**23**
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	–	–	8	–	**8**
Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista	–	–	24	–	**24**
Prestamista - coletivo	91.804	2.661	2.863	86	**97.414**
R. C. Facultativa Veículos	10	41	2	1	**54**
Acidentes pessoais - individual	4	–	–	–	**4**
Acidentes pessoais - coletivos	–	–	11	–	**11**
Seguro Popular de Automóvel Usado	61	–	–	–	**61**
Vida em grupo	–	–	3	–	**3**
Total	**97.889**	**3.609**	**3.077**	**99**	**104.674**
Circulante	52.429	3.609	3.077	99	59.214
Não circulante	45.460	–	–	–	45.460

a) Movimentação das provisões técnicas:

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA	Total
Saldo no início do exercício	**97.889**	**3.609**	**3.077**	**99**	**104.674**
(+) Constituição/emissão	77.839	–	–	–	77.839
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(90.895)	–	–	–	(90.895)
(+) Aviso de sinistros	–	31.478	–	643	32.121
(+/–) Ajuste/cancelamento sinistros	–	(22.724)	–	(32)	(22.756)
(–) Pagamento de sinistros	–	(9.820)	–	(615)	(10.435)
(–) Outras reversões	(2.832)	893	(3.077)	(87)	(5.103)
(+) Outras constituições	5.509	(327)	4.660	186	10.028
Saldo no fim do exercício	**87.510**	**3.109**	**4.660**	**194**	**95.473**

2020	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA	Total
Saldo no início do exercício	126.055	9.199	60.841	717	**196.812**
(+) Constituição/emissão	68.028	–	–	–	**68.028**
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(89.732)	–	–	–	**(89.732)**
(+) Aviso de sinistros	–	19.942	–	275	**20.217**
(+/–) Ajuste/cancelamento sinistros	–	(8.785)	–	(3)	**(8.788)**
(–) Pagamento de sinistros	–	(9.387)	–	(267)	**(9.654)**
(–) Baixa Circular SUSEP 595/19	–	(6.467)	(57.957)	(652)	**(65.076)**
(–) Outras reversões	(9.293)	–	(2.884)	(61)	**(12.238)**
(+) Outras constituições	**2.831**	**(893)**	**3.077**	**90**	**5.105**
Saldo no fim do exercício	**97.889**	**3.609**	**3.077**	**99**	**104.674**

b) Desenvolvimento de sinistros: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores: **Bruto de resseguro - Administrativos e judiciais**

Incorrido (+) IBNR	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2021	Total
Até a data-base	9.290	12.762	16.429	13.500	13.699	11.528	
Um ano mais tarde	6.366	7.858	12.817	9.943	11.459		
Dois anos mais tarde	6.724	8.081	12.919	10.377			
Três anos mais tarde	6.780	8.233	13.018				
Quatro anos mais tarde	6.767	8.362					
Cinco anos mais tarde	6.796						
Posição em 31/12/2021	**6.796**	**8.362**	**13.018**	**10.377**	**11.459**	**11.528**	
Pago acumulado	**Dez/2016**	**Dez/2017**	**Dez/2018**	**Dez/2019**	**Dez/2020**	**Dez/2021**	
Até a data-base	(4.353)	(5.728)	(10.572)	(6.335)	(6.251)	(5.131)	
Um ano mais tarde	(6.349)	(7.755)	(12.624)	(9.262)	(10.768)		
Dois anos mais tarde	(6.648)	(7.974)	(12.746)	(9.618)			
Três anos mais tarde	(6.723)	(8.154)	(12.957)				
Quatro anos mais tarde	(6.728)	(8.306)					
Cinco anos mais tarde	(6.796)						
Posição em 31/12/2021	**(6.796)**	**(8.306)**	**(12.957)**	**(9.618)**	**(10.768)**	**(5.131)**	
Atualização monetária acumulada	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**–**	**56**	**61**	**758**	**691**	**6.397**	7.963,00
Sobra/Falta acumulada (R$)	**2.494**	**4.400**	**3.411**	**3.124**	**2.240**		
Sobra/Falta acumulada (%)	***36,70%***	***52,63%***	***26,20%***	***30,10%***	***19,55%***		

Líquido de resseguro - Administrativos e judiciais

Incorrido (+) IBNR	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2021	Total
Até a data-base	9.133	12.648	16.100	11.396	11.636	10.028	
Um ano mais tarde	6.254	7.834	12.506	9.087	8.583		
Dois anos mais tarde	6.591	8.055	12.574	9.720			
Três anos mais tarde	6.642	8.206	12.739				
Quatro anos mais tarde	6.633	8.334					
Cinco anos mais tarde	6.658						
Posição em 31/12/2021	**6.658**	**8.334**	**12.739**	**9.720**	**8.583**	**10.028**	
Pago acumulado	**Dez/2016**	**Dez/2017**	**Dez/2018**	**Dez/2019**	**Dez/2020**	**Dez/2021**	
Até a data-base	(4.287)	(5.715)	(10.293)	(6.091)	(4.928)	(4.159)	
Um ano mais tarde	(6.238)	(7.730)	(12.344)	(8.916)	(7.870)		
Dois anos mais tarde	(6.514)	(7.949)	(12.466)	(9.273)			
Três anos mais tarde	(6.590)	(8.129)	(12.677)				
Quatro anos mais tarde	(6.594)	(8.281)					
Cinco anos mais tarde	(6.658)						
Posição em 31/12/2021	**(6.658)**	**(8.281)**	**(12.677)**	**(9.273)**	**(7.870)**	**(4.159)**	
Atualização monetária acumulada	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**–**	**53**	**61**	**448**	**713**	**5.869**	7.144,00
Sobra/Falta acumulada (R$)	***2.475***	***4.314***	***3.361***	***1.676***	***3.052***		
Sobra/Falta acumulada (%)	***37,18%***	***51,77%***	***26,38%***	***17,24%***	***35,56%***		

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada período de 31 de dezembro estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores. **c) Sinistros a liquidar judiciais:** A Seguradora possui a seguinte quantidade de ações judiciais e saldos de sinistros a liquidar judiciais:

Faixa (anos)	2021 PSL judicial (R$)	2021 Quantidade
1 - 2	7	1
2 - 3	469	3
3 - 4	67	2
4 - 5	58	2
	601	**8**

Informações dos sinistros pagos no exercício:

Quantidade	Valor de pagamento (R$)	Valor de abertura (R$)
13	509	323

13. Ativos contingentes e provisões judiciais: Em 31 de dezembro de 2021 a provisão judicial não relacionada a sinistros no passivo circulante é de R$ 0,00 (R$ 48 em 31 de dezembro de 2020) e não possui ativos contingentes neste exercício de 2021 e 2020. **14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado, encontra-se representado por 18.885.250 ações ordinárias (18.885.250 em 2020), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **14.2. Distribuição de resultados:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 5% sobre o lucro líquido de cada exercício, após constituição da reserva legal. Em 22 de dezembro de 2020, a Seguradora deliberou a AGE que aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$ 803 e a distribuição de dividendos aos acionistas, provenientes dos valores alocados na conta "Outras Reservas de Lucros", os quais totalizam o valor de R$ 1.100 e foram pagos, até 31 de dezembro de 2021. Em 30 de dezembro de 2021, a Seguradora deliberou a AGE que aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$ 188 e foram pagos em 2021. **14.3. Reservas de lucros - reserva legal e outras reservas de lucros:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O valor excedente da destinação dos lucros do exercício é alocada na conta "Outras Reservas de Lucros", onde a Seguradora pode utilizar mediante deliberação de uma Assembleia Geral. **15. Detalhamento das principais contas do resultado: 15.1. Prêmio de seguros auferido:**

Ramos	Prêmios retidos 2021	Prêmios retidos 2020	Variação das provisões técnicas 2021	Variação das provisões técnicas 2020	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020
Acidentes pessoais - coletivos	256	187	–	–	256	187
Acidentes pessoais - individuais	1	1

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

continuação

USEBENS SEGUROS S.A. - CNPJ nº 09.180.505/0001-50

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Usebens Seguros S.A. -** São José do Rio Preto - SP. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$30.407 mil (em 30 de junho de 2021) e R$34.171 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Usebens Seguros S.A. ("Seguradora"), e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$30.407 mil (em 30 de junho de 2021) e R$34.171 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, da Seguradora estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, da Seguradora. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção no montante de R$ 1.000 mil, da Seguradora, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Usebens Seguros S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Usebens Seguros S.A. ("Seguradora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Usebens Seguros S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador - CRC 1 SP 154954/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

Credz Administradora de Cartões S.A.

CNPJ nº 12.109.247/0001-20

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CREDZ Administradora de Cartões S.A. (CREDZ ou Administradora), acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Sobre a CREDZ:** A CREDZ é uma administradora de cartões de crédito com abrangência nacional, tendo como portfólio cartões com a bandeira VISA, que são utilizados por seus clientes para realização de compras em importantes redes do varejo parceiras, nos segmentos de moda, calçados e acessórios, jóias, cama, mesa e banho, materiais de construção, dentre outros, que aceitam a bandeira VISA. A CREDZ atua preponderantemente, no segmento de clientes das classes C e D. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 31 de dezembro de 2021, a CREDZ teve o melhor desempenho em sua história até o momento, encerrando o exercício com lucro líquido de 30 milhões (31-12-2020 - R$ 15 milhões), o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 140 milhões (31-12-2020 - R$ 50 milhões). Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 31 de maio de 2021, foi aprovado o aumento de capital da Administradora no montante de R$ 12,7 milhões por meio de aporte de capital, realizado pela GRYPHON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (GRYPHON). Adicionalmente foi integralizado em 10 de fevereiro de 2021 o valor de R$ 49,8 milhões, aprovado anteriormente em AGO em 17 de dezembro de 2021, realizada pela GRYPHON. O Capital social subscrito da Administradora totaliza o montante de R$ 137,5 milhões. **Participação Acionária:** A CREDZ é controlada pela JJLF Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA. (JJLF), com participação equivalente a 72,90% do capital social, José Renato Simão Borges possui 17,10% e a GRYPHON com 10,00%. **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R$ 2,3 bilhões (31-12-2020 - R$ 1,4 bilhão). Desse montante destaca-se R$ 1,9 bilhão (31-12-2020 - R$ 1,1 bilhão) que são representados por carteira de crédito a receber de titulares de cartões. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos totais atingiram R$ 2,1 bilhões (31-12-2020 - R$ 1,3 bilhão), representados, principalmente, com obrigações por captações de recursos de R$ 1,2 bilhão (31-12-2020 - R$ 782 milhões) e obrigações por operações com cartões R$ 762 milhões (31-12-2020 - R$ 487 milhões). **Investimentos em sociedades coligadas e controladas:** Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos com participação em controladas atingiram R$ 44,2 milhões (31-12-2020 - R$ 3 milhões) representados por participação de 99,94% da empresa Cardz Meios de Pagamento e Serviços Ltda. Em reunião realizada em 17 de dezembro de 2021, foi aprovado pelos acionistas o aumento de capital da CARDZ no valor de 41,5 milhões, totalizando o montante de 58,5 milhões, dos quais 36,5 milhões foram integralizados até a data do balanço. Esse aumento de capital tem como objetivo aprimorar e aperfeiçoar suas soluções tecnológicas para atendimento dos negócios da CREDZ. **Juros sobre o capital próprio:** Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de R$ 4,9 milhões a título de juros sobre o Capital Próprio. Este evento será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pela CREDZ referente ao exercício de 2021. **Perspectivas:** A Administração da CREDZ está muito otimista, pois, acreditamos que em 2022, mesmo com cenário econômico adverso, a CREDZ irá manter seu crescimento, com o advento da mudança no comportamento do consumidor em função da pandemia e a consequente aceleração da digitalização dos meios de pagamentos, que possibilitaram uma inovação tecnológica do segmento e oportunidade de expansão. Temos uma expectativa muito positiva, sobretudo para o primeiro semestre, e um ano melhor do que foi 2021. **Auditoria Independente:** A política de atuação da CREDZ na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela KPMG e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não foram enquadrados como serviços permitidos e que conflitasse com os serviços de auditoria independente. **Agradecimento:** Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação.

Diretoria Executiva

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Individual 31.12.21	Individual 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Ativo Circulante		**2.131.722**	**1.320.626**	**2.061.763**	**1.263.959**
Caixa e equivalentes de caixa	4	**25.818**	**69.851**	**64.232**	**109.003**
Caixa e bancos		1.534	33.694	1.539	33.701
Aplicações financeiras de curto prazo		24.284	36.157	62.693	75.302
Aplicações financeiras	5.1	**106.297**	**60.148**	**381**	**751**
Quotas de fundos de investimento		106.297	60.148	381	751
Carteira de crédito a receber de titulares de cartões	5.2	**1.987.940**	**1.141.948**	**1.987.940**	**1.141.948**
Carteira de crédito a receber próprias					
Carteira de crédito a receber - próprias		73.020	59.832	73.020	59.832
Carteira de crédito a receber vinculadas à cessão					
Carteira de crédito a receber - vinculadas à cessão	3.a.iv	1.885.358	958.525	1.885.358	958.525
Ajuste ao valor justo da carteira		**29.562**	**123.591**	**29.562**	**123.591**
Valores a receber		**50**	**12**	**102**	**15**
Rendas a receber		50	12	102	15
Adiantamentos concedidos		**1.466**	**994**	**1.583**	**1.077**
Ativos fiscais		**199**	**2.019**	**199**	**2.019**
Correntes		199	2.019	199	2.019
Outros créditos	5.3	**9.952**	**45.654**	**7.326**	**9.146**
Ativo não circulante		**143.188**	**111.038**	**139.132**	**140.445**
Aplicações financeiras	5.1	**956**	**916**	**956**	**916**
Títulos públicos federais		956	916	956	916
Ativos fiscais	15.b	**82.450**	**92.724**	**90.666**	**102.066**
Diferidos		82.450	92.724	90.666	102.066
Outros créditos	5.3	**7.789**	**5.217**	**–**	**–**
Investimentos	8	**44.249**	**2.961**	**–**	**–**
Participação em controladas		44.249	2.961	–	–
Imobilizado	9	**5.249**	**5.958**	**6.857**	**7.981**
Direitos de uso do ativo		4.533	5.102	6.737	7.038
Tangível em operação		3.348	2.378	4.050	3.256
(–) Depreciação acumulada		(2.632)	(1.522)	(3.930)	(2.313)
Intangível	9	**2.495**	**3.262**	**40.653**	**29.482**
Desenvolvimento de marcas e sistemas		6.955	7.430	56.706	43.121
(–) Amortização acumulada		(4.460)	(4.168)	(16.053)	(13.639)
Total do Ativo		**2.274.910**	**1.431.664**	**2.200.895**	**1.404.404**

Balanço Patrimonial

Passivo	Nota	Individual 31.12.21	Individual 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Passivo Circulante		**2.044.817**	**1.212.975**	**1.186.602**	**888.420**
Depósitos		**652**	**–**	**652**	**–**
Outros depósitos	3.c.v	652	–	652	–
Obrigações por captações de recursos	10.1	**1.219.769**	**654.181**	**357.495**	**327.016**
Vinculados a usuários de cartões		9.732	104	9.732	104
Obrigações com quotistas FIDC		–	–	69.915	169.487
Obrigações por crédito cedidos		932.189	496.834	–	–
Financiamento da carteira a curto prazo		193.689	102.922	193.689	103.104
Debêntures		84.159	54.321	84.159	54.321
Outras obrigações		**824.396**	**558.794**	**828.455**	**561.404**
Obrigações por operações com cartões	11	762.313	486.852	762.313	486.852
Obrigações sociais e trabalhistas	10.2	8.139	2.934	9.404	3.477
Passivos fiscais:					
Corrente	3.h	11.782	2.071	12.514	2.258
Diferidos	15.b	25.027	49.437	25.027	49.437
Fornecedores	10.2	3.157	9.133	4.535	10.404
Dividendos e JCP a pagar	13.c	4.225	–	4.225	–
Passivos contingentes	16.b	4.971	3.390	4.971	3.390
Outras obrigações	10.2	3.384	4.007	3.386	4.006
Obrigações sobre os direitos de uso	3.d.3	1.398	970	2.080	1.580
Passivo não Circulante		**89.647**	**168.278**	**873.820**	**465.567**
Obrigações por captações de recursos	10.1	**83.748**	**158.158**	**867.360**	**454.592**
Obrigações com quotistas FIDC		–	–	783.612	296.434
Financiamento da carteira a longo prazo		3.333	250	3.333	250
Debêntures		80.415	157.908	80.415	157.908
Outras obrigações		**1.609**	**3.487**	**2.170**	**4.342**
Obrigações sobre direitos de uso		1.609	3.487	2.170	4.342
Adiantamentos por desempenho futuro	12	**4.290**	**6.633**	**4.290**	**6.633**
Total do Passivo		**2.134.464**	**1.381.253**	**2.060.422**	**1.353.987**
Patrimônio Líquido atribuível ao controlador	13	**140.446**	**50.411**	**140.446**	**50.411**
Capital social - subscrito		137.470	124.795	137.470	124.795
Capital social - a integralizar		–	(49.795)	–	(49.795)
Resultados (prejuízos) acumulados		–	(24.589)	–	(24.589)
Reserva de lucros		2.976	–	2.976	–
Participação de não Controladores		–	–	27	6
Total do Patrimônio Líquido		**140.446**	**50.411**	**140.473**	**50.417**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.274.910**	**1.431.664**	**2.200.895**	**1.404.404**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Individual/Consolidado 31.12.21	31.12.20
Lucro Líquido	**30.329**	**14.980**
Resultado abrangente do exercício	–	–
Resultado total abrangente do período	**30.329**	**14.980**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social - subscrito	Capital social - a integralizar	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva especial de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participações de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Patrimônio líquido atribuível à Controladora							
Saldos em 31/12/2019		**75.000**	**–**	**–**	**–**	**(39.578)**	**35.422**	**15**	**35.437**
Capital social - subscrito em 30/12/2020	13.a	49.795	(49.795)	–	–	–	–	–	–
Lucro Líquido		–	–	–	–	14.989	14.989	(9)	14.980
Saldos em 31/12/2020		**124.795**	**(49.795)**	**–**	**–**	**(24.589)**	**50.411**	**6**	**50.417**
Saldos em 31/12/2020		**124.795**	**(49.795)**	**–**	**–**	**(24.589)**	**50.411**	**6**	**50.417**
Capital social - subscrito em 10/02/2021	13.a	–	49.795	–	–	–	**49.795**	–	**49.795**
Capital social - subscrito em 31/05/2021	13.a	12.675	–	–	–	–	**12.675**	–	**12.675**
Mudança participação de não controladores	8	–	–	–	–	–	**–**	12	**12**
Lucro Líquido		–	–	–	–	30.320	**30.320**	9	**30.329**
Destinação do lucros do exercício:									
Reserva Legal	13.b	–	–	287	–	(287)	**–**	–	**–**
Reserva Especial de Lucros	13.b	–	–	–	473	(473)	**–**	–	**–**
Juros sobre o Capital Próprio	13.c	–	–	–	–	(4.971)	**(4.971)**	–	**(4.971)**
Efeito tributário dos juros sobre capital	13.c	–	–	–	2.216	–	**2.216**	–	**2.216**
Saldos em 31/12/2021		**137.470**	**–**	**287**	**2.689**	**–**	**140.446**	**27**	**140.473**

Demonstração dos Resultados

	Nota	Individual 31.12.21	Individual 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Receitas operacionais	17	**233.088**	**130.929**	**256.721**	**141.451**
Rendas de serviços e taxa de administração		233.088	130.929	256.721	141.451
Receitas (despesas) financeiras	18	**428.165**	**236.720**	**433.962**	**239.973**
Receitas financeiras		512.849	303.728	582.968	326.933
Despesas financeiras		(84.684)	(67.008)	(149.006)	(86.960)
Resultado bruto da atividade antes das perdas com créditos		**661.253**	**367.649**	**690.683**	**381.424**
Ajuste ao valor justo por meio do resultado	6.b	(349.964)	(147.018)	(349.964)	(147.018)
Resultado líquido da atividade depois das perdas com créditos		**311.289**	**220.631**	**340.719**	**234.406**
Despesas operacionais		**(265.251)**	**(191.631)**	**(290.957)**	**(208.395)**
Participação no resultado de equivalência patrimonial	8	4.800	(4.465)	–	–
Despesas com pessoal e honorários	19	(61.659)	(46.936)	(70.224)	(52.755)
Despesas administrativas	20	(5.913)	(4.931)	(12.256)	(8.834)
Despesas vinculadas a operação	21	(195.240)	(131.971)	(198.120)	(141.103)
Despesas tributárias		(253)	(200)	(379)	(347)
Outras receitas (despesas)	22	(6.986)	(3.128)	(9.978)	(5.356)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**46.038**	**29.000**	**49.762**	**26.011**
IR e CS	15	**(15.718)**	**(14.011)**	**(19.433)**	**(11.031)**
Lucro Líquido		**30.320**	**14.989**	**30.329**	**14.980**
Lucro atribuível à controladora				30.320	14.989
Lucro atribuível às participações de não controladores				9	(9)
Nº de Ações (Mil)	13	**83.333**	**81.522**	**83.333**	**81.522**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		**363,84**	**183,86**	**363,95**	**183,75**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	Nota	Individual 31.12.21	Individual 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		**30.320**	**14.989**	**30.329**	**14.980**
Ajustes ao lucro		**337.355**	**168.998**	**346.274**	**163.783**
Depreciação do ativo imobilizado	22	1.439	641	2.067	1.312
Amortização do ativo intangível	22	909	1.181	3.074	2.740
Impairment	22	110	–	310	–
Provisões Líquidas	22	3.197	1.682	3.197	1.682
Ajuste ao valor justo por meio do resultado	6.b	349.964	147.018	349.964	147.018
Participação no resultado de equivalência patrimonial	8	(4.800)	4.465	–	–
Tributos diferidos	15.a	(13.464)	14.011	(12.338)	11.031
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		**(1.207.695)**	**(483.272)**	**(1.192.581)**	**(425.368)**
Aplicações financeiras		(46.189)	(29.413)	330	5.964
Carteira de crédito a receber de titulares de cartões		(1.195.956)	(437.719)	(1.195.956)	(437.719)
Outros créditos		34.450	(16.140)	3.045	6.387
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		**774.515**	**265.249**	**406.299**	**127.043**
Passivo financeiro ao custo amortizado		748.429	260.900	376.823	122.336
Outras obrigações		26.086	4.349	29.476	4.707
Impostos pagos	15	**(21.727)**	**(1.868)**	**(23.961)**	**(1.868)**
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (1)		**(87.232)**	**(35.904)**	**(433.640)**	**(121.430)**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Investimentos		**(37.481)**	**(6.091)**	**(16.902)**	**(13.987)**
Adição		**(38.622)**	**(6.091)**	**(16.902)**	**(13.987)**
Aumento de Capital de Participações em Controlada	8	(36.500)	–	–	–
Aquisição de imobilizado	9.b	(1.933)	(4.473)	(2.592)	(4.920)
Aquisição de Intangível	9.b	(189)	(1.618)	(14.310)	(9.067)
Baixa		**1.141**	**–**	**1.404**	**401**
Ativo imobilizado	9.b	1.141	–	1.404	–
Ativo intangível	9.b	–	–	–	401
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (2)		**(37.481)**	**(6.091)**	**(15.498)**	**(13.586)**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital	13.a	62.470	–	62.470	–
Emissão financiamento da carteira	10.1	290.503	170.074	290.503	170.254
Emissão debêntures	10.1	–	140.000	–	140.000
Emissão nota promissória	10.1	–	80.000	–	80.000
Emissão obrigações com quotistas FIDC	10.1	–	–	551.677	235.000
Pagamento financiamento da carteira	10.1	(206.283)	(104.388)	(206.473)	(104.388)
Pagamento debêntures	10.1	(66.010)	(98.434)	(66.010)	(98.434)
Pagamento nota promissória	10.1	–	(82.773)	–	(82.773)
Pagamento obrigações com quotistas FIDC	10.1	–	–	(227.812)	(103.061)
Aumento/decréscimo em participações não-controladoras	8	–	–	12	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento (3)		**80.680**	**104.479**	**404.367**	**236.598**
Aumento/Diminuição Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		**(44.033)**	**62.484**	**(44.771)**	**101.582**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	69.851	7.367	109.003	7.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	25.818	69.851	64.232	109.003
Variação do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(44.033)**	**62.484**	**(44.771)**	**101.582**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A CREDZ Administradora de Cartões S.A. (CREDZ ou Administradora), CNPJ 12.109.247/0001-20, foi constituída em 8/12/2010, tendo seu endereço de registro e funcionamento da sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.309, 7º, 9º e 11º andares, no bairro Jardim Paulistano, na capital do Estado de São Paulo. A Administradora tem como objetivo principal a emissão, administração e processamento de cartões de crédito e de outras modalidades, próprios ou de terceiros, para sua utilização em sistema de compras e de pagamentos em lojas, bem como em outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras, podendo realizar saques e consultas em terminais eletrônicos. Os acionistas autorizaram a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31/12/2021 na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 26/01/2022. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **b. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (mil), sendo o Real a moeda funcional da Administradora. **c. Adoção de novas normas e interpretações aplicáveis à CREDZ para o exercício findo em 31/12/2021:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas: Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30/06/2021 (alteração ao CPC 06); Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da CREDZ na elaboração das demonstrações financeiras. A CREDZ estabelece estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o CPC, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável. Nas demonstrações financeiras as estimativas são feitas pela Administração da CREDZ e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas e são revisadas de forma contínua. **3. Principais políticas contábeis: a. Base de consolidação:** As informações contábeis das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Administradora. Não existem empresas coligadas ou controladas cujo controle seja compartilhado com outras empresas. ***Empresas controladas:*** ceiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Sociedade de propósito específico:*** **Nome:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Credz (FIDC CREDZ). A CREDZ consolida em suas demonstrações financeiras, um FIDC onde ela detém participação substancial e sobre os quais a CREDZ está exposta, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder decisório, de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A CREDZ fornece garantias aos investidores do FIDC em relação aos recebimentos e rendimentos esperados. Principais informações relacionadas ao FIDC CREDZ e a CARDZ, considerados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

31/12/2021

Forma de constituição	CARDZ	FIDC CREDZ
Nº de quotas emitidas (Nota 8)	58.500	1.000
Ativo	48.175	970.597
Passivo	3.900	722
Patrimônio líquido (ajustado)	44.275	969.875
Lucro líquido	4.808	115.505
Ações/quota2608_22s negociadas em bolsa de valores	Não	Não
Valor do investimento (Notas 8 e 14.c)	44.249	105.916

31/12/2020

Forma de constituição	CARDZ	FIDC CREDZ
Nº de ações/quotas emitidas	17.000	1.000
Ativo	37.738	535.932
Passivo	34.771	427
Patrimônio líquido (ajustado)	2.967	535.505
Lucro (Prejuízo) líquido	(4.474)	53.190
Ações/quotas negociadas em bolsa de valores	Não	Não
Valor do investimento (Nota 14.c)	2.961	54.381

(i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC: O FIDC CREDZ, é gerido e administração realizados por entidades de mercado, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em dezembro de 2016. A data de início da distribuição foi em 1/12/2016. O Fundo tem prazo de duração indeterminado. O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento de cartões de crédito, exclusivamente, originados e cedidos pela CREDZ, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos pelo regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros créditos. **(ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC:** Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 13 do Regulamento do Fundo, as quotas são divididas em 2 classes, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas. Em relação às Quotas Subordinadas, estas são divididas em classe de Quotas Subordinadas Mezanino e 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas Junior. Estas últimas se subordinam às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Seniores, enquanto que as Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam somente às Quotas Seniores.

Nome	Participação
CARDZ Meios de Pagamento e Serviços Ltda. (CARDZ)	99,94%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações finan-

	Data emissão	Data vencimento	Quotas Seniores	Quotas Mezanino	Total	31.12.21	31.12.20
Série I	30.12.2016	15.01.2020	60.000	20.000	80.000	–	–
Série II	05.06.2018	15.06.2021	120.000	40.000	160.000	–	80.165
Série III	15.05.2019	16.05.2022	120.000	40.000	160.000	67.013	160.280
Série IV	20.10.2020	16.10.2023	180.000	60.000	240.000	241.530	240.679
Série V	20.05.2021	15.05.2024	180.000	60.000	240.000	241.475	–
Série VI	12.07.2021	15.07.2025	230.004	76.673	306.677	313.941	–
Total (Nota 10.1)						**863.959**	**481.124**

(iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento: A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (CREDZ), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às quotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. As quotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

(iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC:

	31.12.21	31.12.20
Créditos vinculados ao fundo	1.885.358	958.525

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em quotas subordinadas neste Fundo, a CREDZ investiu inicialmente o montante de R$ 1.000 em quotas.

(v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 31/12/2021 e 31/12/2020:

Ativos	31.12.21	31.12.20
Caixas e bancos	5	7
Aplicações financeiras de liquidez	38.401	39.083
Carteira de direitos creditórios	932.189	496.834
Outros créditos	2	8
Total do Ativo	**970.597**	**535.932**
Passivos	**31.12.21**	**31.12.20**
Fornecedores	722	427
Patrimônio líquido	969.875	535.505
Total do Passivo	**970.597**	**535.932**

b. Transações eliminadas na consolidação: Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da CREDZ são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos e Perdas não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados. **c. Instrumentos financeiros: Mensuração ao valor justo:** O valor justo corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CREDZ tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento. ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Os ativos financeiros não derivativos, são registrados pela CREDZ ao valor justo por meio do resultado. A CREDZ mensura a Carteira de crédito a receber de titulares de cartões inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a CREDZ se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A CREDZ baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a CREDZ transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela CREDZ em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a CREDZ tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado conforme o modelo de negócios da entidade e de acordo com as características dos fluxos de caixa, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A CREDZ gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seu valor justo, de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela Administradora. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, quando o instrumento é inicialmente reconhecido. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo (Nota 5.1). ***(iii) Carteira de crédito a receber de titulares de cartões:*** Carteira de crédito a receber de titulares de cartões são ativos financeiros que não são cotados no mercado Ativo, e estão classificados como ativos financeiros ao valor justo pelo resultado. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. (Nota 5.2). ***(iv) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Administradora na gestão das obrigações de curto prazo. ***(v) Outros depósitos:*** Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes, mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no SuperApp Credz e estão avaliados pelos valores de liquidação. ***(vi) Passivos financeiros:*** A CREDZ reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Administradora se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Administradora baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. ***(vii) Captações com instituições financeiras:*** O passivo financeiro com instituições financeiras refere-se aos saldos captados para repasse aos clientes de cartões que utilizam a modalidade rotativo e parcelado emissor, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **d. Imobilizado:** ***d.1. Reconhecimento e Mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo: i) O custo de materiais e mão de obra direta. ii) Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***d.2. Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Benfeitorias	3 anos
Direitos de uso de imóvel	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

d.3 Direitos de uso do ativo: Consiste na mensuração inicial de todos os arrendamentos no ativo (Direitos de uso) e passivo (Obrigações sobre os direitos de uso) a valor presente; e reconhecer a depreciação do Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado, conforme requerido no CPC 6 (R2) - Arrendamentos. Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como Direitos de uso são atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 - Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso. O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendam

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

continuação

	Consolidado				
Custo	**Instalações**	**Móveis e Equipamentos**	**Direitos de uso de imóvel**	**Benfeitorias em Imóveis de Terceiros**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**550**	**1.935**	**7.038**	**771**	**10.294**
Adições	5	1.766	821	–	2.592
Baixa	(321)	(411)	(1.122)	–	(1.854)
Impairment (Nota 22)	(90)	(155)	–	–	(245)
Saldo em 31/12/2021	**144**	**3.135**	**6.737**	**771**	**10.787**
Depreciação					
Saldo em 31/12/2020	**(334)**	**(526)**	**(1.311)**	**(142)**	**(2.313)**
Depreciação (Nota 22)	(57)	(389)	(1.452)	(169)	(2.067)
Baixa	321	129	–	–	450
Saldo em 31/12/2021	**(70)**	**(786)**	**(2.763)**	**(311)**	**(3.930)**

	Consolidado				
Custo	**Instalações**	**Móveis e Equipamentos**	**Direitos de uso de imóvel**	**Benfeitorias em Imóveis de Terceiros**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**474**	**957**	**4.104**	**641**	**6.176**
Adições	76	978	2.934	531	4.519
Baixa	–	–	–	(401)	(401)
Saldo em 31/12/2020	**550**	**1.935**	**7.038**	**771**	**10.294**
Depreciação					
Saldo em 31/12/2019	**(281)**	**(358)**	**(435)**	**(328)**	**(1.402)**
Depreciação (Nota 22)	(53)	(168)	(876)	(215)	(1.312)
Baixa	–	–	–	401	401
Saldo em 31/12/2020	**(334)**	**(526)**	**(1.311)**	**(142)**	**(2.313)**

Ativo Intangível

	Individual				
Custo	**Marcas e patentes**	**Sistemas de processamento de dados**	**Sistemas de comunicação**	**Sistemas de segurança**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**20**	**7.201**	**188**	**22**	**7.431**
Adições	–	189	–	–	189
Baixas	–	(585)	(16)	(16)	(617)
Impairment (Nota 22)	–	(37)	(8)	(3)	(48)
Saldo em 31/12/2021	**20**	**6.768**	**164**	**3**	**6.955**
Amortização					
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(4.049)**	**(103)**	**(16)**	**(4.168)**
Amortização (Nota 22)	–	(888)	(19)	(2)	(909)
Baixas	–	585	16	16	617
Saldo em 31/12/2021	**–**	**(4.352)**	**(106)**	**(2)**	**(4.460)**

	Individual				
Custo	**Marcas e patentes**	**Sistemas de processamento de dados**	**Sistemas de comunicação**	**Sistemas de segurança**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**20**	**5.710**	**188**	**22**	**5.940**
Adições	–	1.618	–	–	1.618
Baixas	–	(128)	–	–	(128)
Saldo em 31/12/2020	**20**	**7.200**	**188**	**22**	**7.430**
Amortização					
Saldo em 31/12/2019	**–**	**(3.015)**	**(83)**	**(16)**	**(3.114)**
Amortização (Nota 22)	–	(1.161)	(19)	(1)	(1.181)
Baixas	–	128	–	–	128
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(4.048)**	**(102)**	**(17)**	**(4.168)**

	Consolidado				
Custo	**Marcas e patentes**	**Sistemas de processamento de dados**	**Sistemas de comunicação**	**Sistemas de segurança**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**22**	**42.798**	**264**	**37**	**43.121**
Adições	–	14.310	–	–	14.310
Baixas	–	(621)	(20)	(19)	(660)
Impairment (Nota 22)	–	(44)	(13)	(8)	(65)
Saldo em 31/12/2021	**22**	**56.443**	**231**	**10**	**56.706**
Amortização					
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(13.490)**	**(130)**	**(19)**	**(13.639)**
Amortização (Nota 22)	–	(3.044)	(27)	(3)	(3.074)
Baixas	–	621	20	19	660
Saldo em 31/12/2021	**–**	**(15.913)**	**(137)**	**(3)**	**(16.053)**

	Consolidado				
Custo	**Marcas e patentes**	**Sistemas de processamento de dados**	**Sistemas de comunicação**	**Sistemas de segurança**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**22**	**33.866**	**264**	**29**	**34.181**
Adições	–	9.060	–	7	9.067
Baixas	–	(127)	–	–	(127)
Saldo em 31/12/2020	**22**	**42.799**	**264**	**36**	**43.121**
Amortização					
Saldo em 31/12/2019	**–**	**(10.907)**	**(103)**	**(16)**	**(11.026)**
Amortização (Nota 22)	–	(2.711)	(26)	(3)	(2.740)
Baixas	–	127	–	–	127
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(13.491)**	**(129)**	**(19)**	**(13.639)**

10. Passivos Financeiros: 10.1. Obrigações por captações de recursos: Composição:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Vinculados a usuários de cartões [1]	9.732	104	9.732	104
Obrigações por créditos cedidos (Nota 3.a.v)	932.189	496.834	–	–
Captações:				
Financiamento da carteira [2]	197.022	103.172	197.022	103.354
Obrigações com quotistas FIDC (Nota 3.a)	–	–	853.527	465.921
Debêntures	164.574	212.229	164.574	212.229
Total	**1.303.517**	**812.339**	**1.224.855**	**781.608**

[1] Referem-se a parcelamento emissor com a CREDZ, com taxa pós-fixada vinculada ao DI. [2] Referem-se a captações junto a instituições financeiras para repasse aos clientes com saldos rotativos, com taxas pós-fixadas vinculada ao DI.

Composição Debêntures:

	Emissão	Vencimento	Valor de emissão	Taxa de juros	Individual/Consolidado 31.12.21	31.12.20
Debênture I	21.05.2018	21.05.2023	100.000	3,50% + DI	53.016	73.444
Debênture III	26.11.2020	15.12.2023	140.000	5,95% + DI	111.558	138.785
Total					**164.574**	**212.229**

Movimentação Captações:

	Individual		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldos inicial do exercício	**315.401**	**196.374**	**781.504**	**520.649**
Emissões	290.503	390.074	842.180	612.800
Pagamentos	(272.293)	(285.595)	(500.295)	(388.656)
Juros/Outros	27.985	14.548	91.734	36.711
Saldos final do exercício	**361.596**	**315.401**	**1.215.123**	**781.504**

10.2. Outros Passivos:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Obrigações sociais e trabalhistas [1]	8.139	2.934	9.404	3.477
Fornecedores [2]	3.157	9.133	4.535	10.404
Outras obrigações [3]	3.384	4.007	3.386	4.006
Total	**14.680**	**16.074**	**17.325**	**17.887**

[1] Referem-se ao saldo a pagar de proventos e ordenados, bem como a direitos adquiridos sobre férias e seus encargos correspondentes. [2] Referem-se a provisões para pagamentos a efetuar relativos a despesas vinculadas a operação e administrativas contratadas. [3] Referem-se, principalmente, a transações em analise por conta de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito.

11. Obrigações por operações com cartões: Refere-se às obrigações que a CREDZ possui com os estabelecimentos parceiros:

	Individual/Consolidado 31.12.21	31.12.20
Obrigações a pagar bandeira	321.001	207.416
Contas a pagar Private Label	55.615	59.152
Operações a processar [1]	380.522	217.268
Outras obrigações	5.175	3.016
Total convênios em cartões de crédito	**762.313**	**486.852**

O prazo das obrigações por compras parceladas é inferior a 12 meses. A média total é de 4,6 meses. [1] Referem-se a valores a serem liberados a estabelecimentos conveniados por meio de repasses a bandeira, por conta de compras efetuadas pelos clientes com o cartão CREDZ VISA, as quais se encontram vinculadas às operações parceladas com e sem juros. **12. Adiantamentos por desempenho futuro:** Em dezembro de 2018, a CREDZ celebrou dois acordos comerciais distintos que preveem um conjunto de incentivos de cooperação e de produtividade, dos quais houve recebimentos efetivos iniciais que totalizaram o montante de R$ 13.000. No exercício findo em 31/12/2021 foi reconhecido no resultado o valor de R$ 2.343 baseado em metas de performance, conforme requerido no CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. **13. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2021 o capital social é representado por 83.333.333 ações ordinárias. Em 8/12/2010 a Administradora foi constituída com capital social composto no montante de R$ 75.000, representado por 75.000.000 ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/12/2021, foi aprovado o aumento de capital da Administradora no montante de R$ 49.795 por meio de aporte de capital representada por 6.521.740 ações ordinárias, realizado pela Gryphon Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA. (Gryphon). Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/05/2021, foi aprovado o aumento de capital da Administradora no montante de R$ 12.675 por meio de aporte de capital representada por 1.811.593 ações ordinárias, realizado pela Gryphon Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA. (Gryphon). O capital social subscrito da Administradora totaliza o montante de R$ 137.470, totalmente integralizado. **b) Reserva de Lucros: Reserva Legal:** É constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Outras Reservas:** Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO. **c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios provisionados ao final do ano, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30/12/2021, foi aprovada a distribuição de R$ 4.971 a título de juros sobre o Capital Próprio. Este evento será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pela CREDZ referente ao exercício de 2021, este valor foi pago em 27/01/2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. **14. Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas da CREDZ incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo. As transações realizadas pela CREDZ com as suas partes relacionadas em 31/12/2021 e 31/12/2020, foram as seguintes: **a) Remuneração de pessoal-chave da Administração:** A Reunião da diretoria realizada em 04/08/2021 aprovou a proposta de remuneração máxima global para os Administradores para o exercício de 2021. A CREDZ não possui planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações. **b) Participação acionária:** A CREDZ é controlada pela JJLF Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA. (JJLF) com participação direta de 60.750.000 mil ações ordinárias, equivalentes a 72,9% do capital social. Composição:

	31.12.21		31.12.20	
	Capital Social	**%**	**Capital Social**	**%**
JJLF	60.750.000	72,90%	60.750.000	74,52%
José Renato Simão Borges	14.250.000	17,10%	14.250.000	17,48%
Gryphon [1]	8.333.333	10,00%	6.521.740	8,00%
Total	**83.333.333**	**100,00%**	**81.521.740**	**100,00%**

[1] No primeiro semestre de 2021, houve aumento do capital social, por meio de incremento da participação societária da Gryphon (Nota 13.a). **c) Transações com partes relacionadas:** As transações e saldos são os seguintes para fins das Demonstrações Financeiras Individuais:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Quotas de fundo de investimento (Nota 3.a)				
CREDZ FIDC	105.916	54.381	51.615	26.445
Participações em				
coligadas (Nota 8)	44.249	2.961	4.800	(4.465)
CARDZ	44.249	2.961	4.800	(4.465)
Outros créditos (Nota 5.3)	–	31.548	–	–
CARDZ	–	31.548	–	–
Outras obrigações -				
JCP (Nota 13.c)	(4.225)	–	–	–
JJLF	(3.080)	–	–	–
José Renato Simão Borges	(723)	–	–	–
Gryphon	(422)	–	–	–
Despesas vinculadas à operação	–	–	(7.521)	(6.005)
CARDZ [1]	–	–	(7.521)	(6.005)

[1] As despesas referem-se ao convênio operacional. **15. Ativos e Passivos Fiscais: a) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	Individual		Consolidado	
	01.01 a 31.12.21	**01.01 a 31.12.20**	**01.01 a 31.12.21**	**01.01 a 31.12.20**
Resultado antes da tributação	**46.038**	**29.000**	**49.762**	**26.011**
Encargo total do IR e CS às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	**(19.656)**	**(11.600)**	**(21.310)**	**(10.404)**
Resultado de participação em controlada	2.125	(1.786)	–	–
Constituição de IR/CSLL sobre diferenças temporárias	26.155	(32.357)	26.168	(32.338)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(24.342)	31.732	(24.291)	31.711
IR e CS	**(15.718)**	**(14.011)**	**(19.433)**	**(11.031)**
Impostos correntes	(29.182)	–	(31.771)	–
Impostos diferidos	13.464	(14.011)	12.338	(11.031)
Impostos pagos no exercício	(21.727)	(1.868)	(23.961)	(1.868)
Alíquota efetiva	**34,14%**	**48,31%**	**39,05%**	**42,41%**

b) Impostos Diferidos: b.1) A natureza dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Ativos Fiscais Diferidos				
Sendo:				
Diferenças temporárias	4.100	2.348	4.134	2.374
Prejuízo fiscal	78.350	90.376	86.532	99.692
Total de ativos fiscais diferidos	**82.450**	**92.724**	**90.666**	**102.066**
Passivos fiscais Diferidos				
Sendo:				
Ajuste ao valor justo da carteira	25.027	49.437	25.027	49.437
Total de passivos fiscais diferidos	**25.027**	**49.437**	**25.027**	**49.437**

b.2) As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" foram:

	Individual			
	Saldos em 31.12.20	**Ajuste no resultado**	**Outros[1]**	**Saldos em 31.12.21**
Ativos Fiscais Diferidos	**92.724**	**(10.946)**	**672**	**82.450**
Diferenças temporárias	2.348	1.752	–	4.100
Prejuízo fiscal	90.376	(12.698)	672	78.350
Passivos fiscais Diferidos	**49.437**	**(24.410)**	**–**	**25.027**
Ajuste ao valor justo da carteira	49.437	(24.410)	–	25.027
Total	**43.287**	**13.464**	**672**	**57.423**

[1] Efeito tributário oriundo dos juros sobre o capital próprio.

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.20	**Ajuste no resultado**	**Outros[1]**	**Saldos em 31.12.21**
Ativos Fiscais Diferidos	**102.066**	**(12.072)**	**672**	**90.666**
Diferenças temporárias	2.374	1.760	–	4.134
Prejuízo fiscal	99.692	(13.832)	672	86.532
Passivos fiscais Diferidos	**49.437**	**(24.410)**	**–**	**25.027**
Ajuste ao valor justo da carteira	49.437	(24.410)	–	25.027
Total	**52.629**	**12.338**	**672**	**65.639**

[1] Efeito tributário oriundo dos juros sobre o capital próprio.

	Individual			
	Saldos em 31.12.19	**Ajuste no resultado**	**Transferência de saldo**	**Saldos em 31.12.20**
Ativos Fiscais Diferidos	**73.530**	**19.645**	**(451)**	**92.724**
Diferenças temporárias	1.500	1.299	(451)	2.348
Prejuízo fiscal	72.030	18.346	–	90.376
Passivos fiscais Diferidos	**15.781**	**33.656**	**–**	**49.437**
Ajuste ao valor justo da carteira	15.781	33.656	–	49.437
Total	**57.749**	**(14.011)**	**(451)**	**43.287**

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.19	**Ajuste no resultado**	**Transferência de saldo**	**Saldos em 31.12.20**
Ativos Fiscais Diferidos	**79.892**	**22.625**	**(451)**	**102.066**
Diferenças temporárias	1.507	1.318	(451)	2. 374
Prejuízo fiscal	78.385	21.307	–	99.692
Passivos fiscais Diferidos	**15.781**	**33.656**	**–**	**49.437**
Ajuste ao valor justo da carteira	15.781	33.656	–	49.437
Total	**64.111**	**(11.031)**	**(451)**	**52.629**

c) Expectativa de Realização dos Ativos e Passivos - Diferidos:

	Individual				
	Ativos Fiscais Diferidos			**Passivos Fiscais Diferidos**	
Ano	**Diferenças Temporárias**	**Prejuízo Fiscal**	**Total**	**Diferenças Temporárias**	**Total**
2022	2.015	24.931	**26.946**	25.027	**25.027**
2023	16	28.575	**28.591**	–	**–**
2024	16	24.844	**24.860**	–	**–**
2025	16	–	**16**	–	**–**
2026	2.037	–	**2.037**	–	**–**
Total	**4.100**	**78.350**	**82.450**	**25.027**	**25.027**

	Consolidado				
	Ativos Fiscais Diferidos			**Passivos Fiscais Diferidos**	
Ano	**Diferenças Temporárias**	**Prejuízo Fiscal**	**Total**	**Diferenças Temporárias**	**Total**
2022	2.021	26.627	**28.648**	25.027	**25.027**
2023	23	30.781	**30.804**	–	**–**
2024	23	29.124	**29.147**	–	**–**
2025	23	–	**23**	–	**–**
2026	2.044	–	**2.044**	–	**–**
Total	**4.134**	**86.532**	**90.666**	**25.027**	**25.027**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. **16. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: a) Ativos Contingentes:** Em 31/12/2021 e 31 de dezembro 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes. **b) Composição Provisões e Passivos Contingentes:**

	Individual/Consolidado	
Descrição	**31.12.21**	**31.12.20**
Provisões Cíveis	4.161	2.233
Provisões Trabalhistas	810	1.157
Total	**4.971**	**3.390**

c) Movimentação Provisões e Passivos Contingentes:

	Individual/Consolidado	
	2021	**2020**
Saldos inicial do exercício	**3.390**	**2.077**
Constituição (Nota 22)	4.656	2.446
Reversões (Nota 22)	(1.459)	(764)
Pagamentos	(1.616)	(369)
Saldos final do exercício	**4.971**	**3.390**

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista: São ações movidas por ex-empregados e ex-empregados de fornecedores e parceiros pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao reconhecimento da condição de bancário, pagamento de "horas extras" e outros direitos. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade, grau recursal, histórico das ações, na lei e jurisprudência e com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. **e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível:** Tratam-se de ações judiciais cujo objetivo majoritário se consubstancia no recebimento de indenização por dano moral e questionamento sobre cobranças indevidas. As ações de caráter indenizatório pleiteiam indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, sobre contratação irregular, cobrança indevida e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados aos diferentes motivos de acionamento. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com a avaliação individual, sendo as provisões constituídas com base na natureza, complexidade, grau recursal, histórico das ações, comarca, na lei e jurisprudência e com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. **f) Passivos Contingentes classificados como risco de perda possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. **Natureza tributária:** Em 19/08/2019, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil um processo administrativo fruto de auto de infração, com o objetivo de exigir o recolhimento de PIS e Cofins sob a alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes de atividades financeiras da sociedade. Em 16/09/2019, a CREDZ apresentou a impugnação administrativa, cuja probabilidade de perda classificada por seus assessores jurídicos é possível. Não há valores mencionados, pois atualmente aguarda-se julgamento. Em 31/12/2021 e 31/12/2020, não havia ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

17. Rendas de serviços e taxa de administração:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Receitas com tarifas	189.855	100.283	189.855	100.283
Receitas com comissões	53.849	33.302	79.352	44.114
(–) Impostos diretos	(10.616)	(2.656)	(12.486)	(2.946)
Total	**233.088**	**130.929**	**256.721**	**141.451**

18. Receitas (despesas) financeiras: Composição de receitas financeiras com Administração de cartões, compostas pela renda de mora e juros para operações, apresentadas de forma líquida dos descontos concedidos, de custos das linhas de empréstimos vinculados ao financiamento rotativo, e da provisão para pontos no programa de fidelidade.

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Rendas de mora e juros	535.846	316.499	605.965	339.704
(-) Impostos diretos	(22.997)	(12.771)	(22.997)	(12.771)
Despesas Financeiras	(84.684)	(67.008)	(149.006)	(86.960)
Total	**428.165**	**236.720**	**433.962**	**239.973**

19. Despesas com pessoal e honorários:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Remuneração	35.296	23.537	40.467	27.012
Encargos	11.758	8.318	13.633	9.513
Prêmio	4.823	6.300	5.311	6.614
Benefícios	8.626	8.064	9.598	8.871
Treinamento	659	341	662	343
Outros	497	376	553	402
Total	**61.659**	**46.936**	**70.224**	**52.755**

20. Despesas administrativas:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Alugueis	594	485	641	628
Energia e condomínio	355	326	547	558
Manutenção e conservação de bens	190	247	191	289
Transportes	520	478	538	494
Viagens	36	279	36	290
Seguros	31	121	31	124
Serviços contratados de terceiros	1.711	909	1.731	930
Serviços do sistema financeiro	–	–	330	165
Serviços técnicos especializados (i)	1.829	1.299	7.356	4.540
Outras despesas administrativas (ii)	647	787	855	816
Total	**5.913**	**4.931**	**12.256**	**8.834**

(i) Referem-se, substancialmente, a despesas com serviços advocatícios, contábeis, auditoria externa e administração do fundo. (ii) Referem-se, substancialmente, a despesas filantrópicas, taxas e emolumentos cartoriais, livros e jornais, materiais de limpeza e copa, lanches e refeições, associações a entidades de classes, pequenas imobilizações, material de expediente e representações.

21. Despesas vinculadas a operação:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Campanha de incentivo	6.266	4.581	6.266	4.584
Comunicações	27.491	18.335	35.100	23.654
Custos com vendas	20.388	10.574	20.388	10.574
Despesas com material	7.196	4.838	7.196	4.838
Processamento de dados	19.654	11.731	19.654	11.731
Propaganda e publicidade	868	1.005	957	1.005
Serviços contratados de terceiros (i)	51.850	42.425	51.850	45.444
Serviços técnicos especializados (ii)	41.903	23.967	37.079	24.756
Tarifas bancárias	19.624	14.515	19.630	14.517
Total	**195.240**	**131.971**	**198.120**	**141.103**

(i) Referem-se, substancialmente, a despesas com processamento de cartão de crédito, serviços gráficos e despesas com parceiros operacionais. (ii) Referem-se, substancialmente, a despesas com consultorias e bureaus de crédito.

22. Outras (receitas) despesas:

	Individual		Consolidado	
	31.12.21	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Provisões líquidas (Nota 16.c)	3.197	1.682	3.197	1.682
Despesas de amortização (Nota 9.b)	909	1.181	3.074	2.740
Despesas de depreciação (Nota 9.b)	1.439	641	2.067	1.312
Perdas por *impairment* (Nota 9.b)	110	–	310	–
Outras despesas/receitas	1.331	(376)	1.330	(378)
Total	**6.986**	**3.128**	**9.978**	**5.356**

23. Gerenciamento de riscos: a. Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou à deficiência em contratos firmados pela Administradora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Administradora. **b. Risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a CREDZ não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da CREDZ, informar eventuais desenquadramentos, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse e avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações. **Exposição ao risco de liquidez:** A tabela abaixo demonstra os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31/12/2021 e 31/12/2020. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Consolidado					
		Fluxos de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Empréstimos bancários com garantia	206.754	(214.171)	(29.175)	(181.591)	(3.405)	–
Títulos de dívida emitidos	164.574	(185.754)	(12.137)	(53.621)	(119.996)	–
Obrigações com quotistas FIDC	853.527	(1.040.127)	(47.742)	(149.690)	(400.193)	(442.502)
Fornecedores	4.535	(4.535)	(4.535)	–	–	–
Total	**1.229.390**	**(1.444.587)**	**(93.589)**	**(384.902)**	**(523.594)**	**(442.502)**

31/12/2020	Consolidado					
		Fluxos de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Empréstimos bancários com garantia	103.458	(107.394)	(24.421)	(82.721)	(252)	–
Títulos de dívida emitidos	212.229	(238.931)	(1.665)	(61.673)	(89.237)	(86.356)
Obrigações com quotistas FIDC	465.921	(539.644)	(32.867)	(172.007)	(148.222)	(186.548)
Fornecedores	10.404	(10.404)	(10.404)	–	–	–
Total	**792.012**	**(896.373)**	**(69.357)**	**(316.401)**	**(237.711)**	**(272.904)**

c. Risco de crédito: O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da CREDZ consiste em um processo contínuo e evolutivo de avaliação dos riscos na concessão de crédito aos clientes portadores dos cartões emitidos pela CREDZ. O mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exige alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos. **d. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da CREDZ ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (i) Risco de taxa de juros: O risco da taxa de juros está relacionado ao custo dos empréstimos que estão 100% vinculados a variação da taxa básica de empréstimos interbancários - CDI. **Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pós-fixada:**

Consolidado		Resultado do exercício	
Em milhares de Reais	**Passivos financeiros**	**100 bps aumento custo**	**100 bps diminuição custo**
31/12/2021			
Passivos Financeiros - CDI	371.328	(246)	246
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**371.328**	**(246)**	**246**

e. Covid-19: Ao longo de 2021, em função do Covid-19, a CREDZ manteve as medidas implementadas no ano de 2020, ações com o objetivo de garantir a saúde e segurança de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes, bem como manter a qualidade do serviço prestado. É importante destacar que a CREDZ está em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, suas ações têm levado em consideração as orientações do órgãos governamentais competentes, especialmente da saúde. Principais ações: Comitê de Crise - Foi Implementado no início da crise e conta com a participação do Diretor Presidente e de todos os demais Diretores. Esse Comitê possui a finalidade de realizar o monitoramento diário dos principais indicadores da CREDZ, englobando os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e estratégico, bem como das iniciativas governamentais e novas propostas legislativas. O objetivo destas reuniões diárias é antecipar possíveis mudanças no perfil de risco dos clientes e alterações do cenário externo, com o a intenção de tomar decisões mais tempestivas diante de diferentes cenários na crise atual. Funcionários - Rápida alocação de 100% do time em *home-office* e manutenção do quadro. Revisão dos modelos de crédito e limites para os clientes atuais e novos - Os modelos passaram a ser revisados e calibrados diariamente o que permitiu manter a inadimplência sobre controle. Reforço da equipe de atendimento aos clientes - Quando as lojas ficaram fechadas, as equipes comercial e de crédito foram deslocadas para reforçar o time de atendimento, com isso foi possível acessar no pico da crise mais de 100 mil clientes, com o objetivo de orientá-los quanto ao acesso à fatura, opções de parcelamento pelo atual momento e locais de pagamento (lotéricas, correspondentes bancários, DDA, Código de barra, etc). Desde a sua fundação, a CREDZ vem tomando ações que sempre buscaram reforçar sua governança e reduzir impactos negativos em sua operação e que ao longo desta crise se mostraram muito valiosos, com destaque para: i) cobrança 100% na rede bancária; ii) não possui concentração de parceiro varejista, segm

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

STARR

INSURANCE COMPANIES

STARR International Brasil Seguradora S.A.

CNPJ nº 17.341.270/0001-69

Relatório da Administração

Senhores acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da **Starr International Brasil Seguradora S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Fundada em 1919, a Starr Insurance Companies é uma organização global líder em seguros e investimentos, que oferece seguro comercial de propriedades e acidentes, incluindo cobertura de viagem e acidentes pessoais, capaz de subscrever por meio de seus experientes associados em 124 países em 6 continentes. A Starr International Brasil Seguradora S.A. ("Seguradora", "Companhia") iniciou suas atividades no segundo semestre de 2012 tendo como foco principal o segmento de médias e grandes empresas. A Starr International Brasil Seguradora S.A. é uma seguradora especializada e hoje comercializa seguros nos ramos de Transportes, RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Riscos de Petróleo, Seguro Viagem, Vida em Grupo, Acidentes Pessoais, Linhas Financeiras, RC Geral, Seguro Ambiental e Aeronáuticos. Nossas plataformas de negócios foram desenvolvidas para proporcionar flexibilidade e dinamismo aos parceiros e usuários e visam ainda atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação. Seguimos políticas consistentes de precificação, aceitação de riscos e gerenciamento de sinistros, que são condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil. **Desempenho operacional:** A Starr International Brasil Seguradora S.A. durante o ano de 2021 apresentou Prêmios Emitidos Líquidos de R$ 599.251 mil, crescimento de 41,7% em comparação com R$ 423.028 mil no mesmo período de 2020, refletidos pelo Seguro RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Linhas Financeiras, Aeronáutico, Transportes, Vida em Grupo e Seguro Viagem. A Seguradora apresentou prejuízo no exercício de R$ 1.434 mil, devido à resultado desfavorável nas Carteira do Seguro de Vida em Grupo e Transporte. Durante o ano de 2021, ainda tivemos os impactos trazidos pela pandemia que se instalou no mundo (COVID-19) em 2020. O prolongamento do surto e as ações tomadas pelos governos ao redor do mundo, não somente no que tange a pandemia, mas também em suas políticas econômicas, trouxeram alguns impactos em nossos negócios. A limitação de viagens e restrições à entrada nos países, bem como o lento processo de vacinação em nosso país, ainda culmina em uma forte redução em vendas de Seguro Viagem, assim como o desaquecimento da economia interna, prejudicando o desenvolvimento de outras carteiras. Além destes pontos elencados, é importante ressaltar o próprio impacto direto da COVID-19 em nosso portfólio de Vida em Grupo. Todavia as outras carteiras (Grandes Riscos) conseguiram se desenvolver a contento no exercício a despeito da pandemia. No que tange ao seu processo operacional, a Companhia se adequou ao cenário imposto pela pandemia, não permitindo que ela afetasse sobremaneira seu modus operandi. **Governança corporativa:** A Starr International Brasil Seguradora S.A. está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e combate a fraudes. **Perspectiva:** A STARR International Brasil Seguradora S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos segurados, corretores, resseguradores e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados, pela confiança e apoio dedicado à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da STARR International Brasil Seguradora S.A.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Balanços Patrimoniais findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**890.056**	**521.179**
Disponível	**7**	**1.305**	**2.239**
Caixa e bancos		1.305	2.239
Aplicações	**8**	**154.715**	**137.901**
Títulos de renda fixa		154.618	137.901
Instrumentos financeiros derivativos		97	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	**9**	**307.232**	**139.219**
Prêmios a receber	**9.1**	276.099	111.852
Operações com seguradoras	**9.3**	3.674	2.999
Operações com resseguradoras	**9.4**	26.281	23.931
Outros créditos operacionais	**9.5**	1.178	437
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	**10**	**396.780**	**229.761**
Títulos e créditos a receber	**11**	**7.951**	**997**
Outros títulos a receber	**11.1**	6.678	451
Créditos tributários e previdenciários	**11.2**	1.008	370
Outros créditos	**11.3**	265	176
Outros valores e bens	**12**	**89**	**84**
Salvados a venda		89	84
Despesas antecipadas	**13**	**7**	**5**
Custos de aquisição diferidos	**14**	**21.977**	**10.973**
Seguros		21.977	10.973
Ativo Não Circulante		**6.087**	**1.104**
Realizável a Longo Prazo		**892**	**79**
Aplicações	**8**	**872**	**59**
Quotas de fundos de investimentos		872	59
Títulos e créditos a receber	**11.2**	**20**	**20**
Créditos tributários e previdenciários		20	20
Outros valores e bens	**15.1**	**4.237**	**–**
Ativos de direto de uso - arrendamentos		4.237	–
Imobilizado	**16**	**872**	**885**
Bens móveis		610	466
Outras imobilizações		262	419
Intangível	**17**	**86**	**140**
Outros intangíveis		86	140
Total do Ativo		**896.143**	**522.283**

Passivo	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**831.790**	**471.250**
Contas a pagar	**18**	**15.176**	**5.769**
Obrigações a pagar	**18.1**	1.625	1.400
Impostos e encargos sociais a recolher	**18.2**	10.406	2.552
Encargos trabalhistas	**18.3**	1.197	1.058
Impostos e contribuições	**18.4**	1.869	629
Outras contas a pagar	**18.5**	79	130
Débitos de operações com seguros e resseguros	**19**	**320.729**	**156.433**
Prêmios a restituir	**19.1**	2.386	44
Operações com seguradoras	**19.2**	14.460	3.007
Operações com resseguradoras	**19.3**	282.853	142.266
Corretores de seguros e resseguros	**19.4**	19.063	9.583
Outros débitos operacionais	**19.5**	1.967	1.533
Depósito de terceiros	**20**	**2.808**	**2.247**
Provisões técnicas - seguros	**21**	**492.441**	**306.801**
Danos		460.871	264.435
Pessoas		31.570	42.366
Outros débitos	**15.2**	**636**	**–**
Passivos de arrendamento		636	–
Passivo não circulante		**3.781**	**249**
Outros débitos		**3.781**	**249**
Provisões judiciais	**23**	312	249
Passivos de arrendamento	**15.2**	3.469	–
Patrimônio líquido	**24**	**60.572**	**50.784**
Capital social		121.863	121.863
Aumento de capital em aprovação		11.080	–
Prejuízos acumulados		(72.371)	(71.079)
Total do passivo e patrimônio líquido		**896.143**	**522.283**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2019	**100.806**	**–**	**(53.444)**	**47.362**
Aumento de capital AGE 27/03/2020	–	12.427	–	12.427
Aumento de capital AGE 28/05/2020	–	8.630	–	8.630
Homologação do aumento de capital Portaria SUSEP Nº 444 de 21/07/2020	12.427	(12.427)	–	–
Homologação do aumento de capital Portaria SUSEP Nº 528 de 08/09/2020	8.630	(8.630)	–	–
Prejuízo no exercício	–	–	(17.635)	(17.635)
Saldos em 31 de dezembro 2020	**121.863**	**–**	**(71.079)**	**50.784**
Ajustes pela adesão do CPC 06 - arrendamento em 01/01/2021	–	–	142	142
Aumento de capital AGE 25/11/2021	–	11.080	–	11.080
Prejuízo no exercício	–	–	(1.434)	(1.434)
Saldos em 31 de dezembro 2021	**121.863**	**11.080**	**(72.371)**	**60.572**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	**25.1**	**599.251**	**423.028**
Variações das provisões técnicas de prêmios	**25.2**	(137.609)	(128.843)
Prêmios ganhos	**25.3**	**461.642**	**294.185**
(–) Sinistros ocorridos	**25.4**	(146.578)	(142.690)
(–) Custos de aquisição	**25.5**	(29.677)	(22.052)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	**25.6**	391	(1.843)
Resultado com resseguro	**25.7**	**(244.348)**	**(116.004)**
(+) receita com resseguro		106.748	77.287
(–) despesa com resseguro		(351.096)	(193.291)
Despesas administrativas	**25.8**	(22.554)	(19.426)
Despesas com tributos	**25.9**	(14.084)	(8.795)
Resultado financeiro	**25.10**	(4.770)	(890)
Resultado operacional		**22**	**(17.515)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		–	(36)
Resultado antes dos impostos e participações		**22**	**(17.551)**
Imposto de renda	**25.11**	(398)	–
Contribuição social	**25.11**	(318)	–
Participações sobre o resultado	**25.12**	(740)	(84)
Prejuízo do exercício		**(1.434)**	**(17.635)**
Quantidade de ações		132.943.183	121.863.183
(Prejuízo) por ação - R$		(0,01)	(0,14)
Não existem outros resultados abrangentes			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	**(1.434)**	**(17.635)**
Depreciações e amortizações	945	381
Prejuízo ajustado	**(489)**	**(17.254)**
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(17.626)	49.806
Créditos das operações de seguros e resseguros	(168.013)	(42.562)
Créditos tributários e previdenciários	(638)	1.241
Títulos e créditos a receber	(89)	(112)
Custos de aquisição diferidos	(11.004)	(2.655)
Ativos de resseguro e retrocessão diferidos	(167.018)	(152.983)
Despesas antecipadas	(2)	2
Outros ativos	(6.232)	1.271
Impostos e contribuições	1.240	626
Outras contas a pagar	8.167	(1.377)
Débitos de operações com seguros e resseguros	164.296	68.526
Provisões técnicas - seguros e resseguros	185.640	73.237
Depósito de terceiros	561	1.239
Provisões Judiciais	62	77
Juros passivos	57	–
Caixa consumido pelas operações	**(10.599)**	**(3.664)**
Caixa líquido consumido pelas operações	**(11.088)**	**(20.918)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda		
Imobilizado	–	120
Intangível	–	67
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(278)	(58)
Intangível	–	(37)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(278)**	**92**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	11.080	21.057
Pagamento arrendamento	(648)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**10.432**	**21.057**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(934)**	**231**
Caixa no início do exercício	2.239	2.008
Caixa no fim do exercício	1.305	2.239
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(934)**	**231**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A STARR International Brasil Seguradora S.A. (doravante "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída em 29 de junho de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria Susep nº 4.947, de 23 de outubro de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Paulista, 283 -14º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela STARR Brasil Participações Ltda., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A STARR Brasil Participações Ltda. detém 99,9% do capital social da Companhia. A Companhia conta com o suporte financeiro de seu controlador no caso de eventuais necessidades operacionais. A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • 01 - Patrimonial; • 03 - Responsabilidades; • 06 - Transportes; • 07 - Riscos Financeiros; • 09 - Pessoas Coletivo; • 13 - Pessoas Individual; • 15 - Aeronáutico;• 17 - Petróleo. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na nota explicativa nº 6. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep Nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) as despesas com inspeção de riscos estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição"; (iii) as operações de resseguro estão sendo apresentadas em grupos específicos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentadas, foram elaboradas nas mesmas bases, a fim de possibilitar a sua comparabilidade. **2.2 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **2.4 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros. **2.6 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018; Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP.
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP.
ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019; Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2 Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como disponíveis para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Em 31 dezembro de 2021, os títulos públicos emitidos como Notas do Tesouro Nacional Série B e Letras Financeiras do Tesouro foram classificados nessa categoria. b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora não mantinha títulos registrados nesta categoria. • Reconhecimento e mensuração: As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do período. Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora não mantinha títulos registrados como mantidos para venda. • Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados): A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou 'impaired'. Caso um ativo financeiro seja considerado como impaired, a Seguradora deve registrar a perda em conta de resultado se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários); • Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de impairment), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos não significativos. Para avaliação de impairment de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas decorrentes dos valores a receber a mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular Susep Nº 517/2015 e alterações posteriores, considera se existe evidência objetiva de impairment para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja impaired, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para impairment juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de impairment a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para impairment em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de impairment coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de impairment nesta categoria e os estudos econômicos de perda considera emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular Susep Nº 517/2015 e alterações posteriores. c) Ativos financeiros disponíveis para venda: Em 31 de dezembro a Companhia possui operação de Hedge, vide nota explicativa 8. d) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021 compreendem em caixa e equivalentes de caixa e a conta prêmios. **3.3 Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa. **3.4 Ativos intangíveis:** (a) *Softwares:* Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vende-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para impairment periodicamente pela Seguradora. (b) Licenças de uso de *software* adquiridos: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos. **3.5 Imobilizado:** O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme a expectativa de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 16. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a encerramento de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu. **3.6 Ativos de direito de uso e arrendamento a pagar:** Na adoção do CPC 06 a Companhia reconhece em seu balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 15). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. **3.7 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. **4. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **4.1 Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **4.2 Benefícios a empregados:** De acordo com CPC 33 a Seguradora possui participação nos lucros com base na Lei Nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo. **4.3 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e o critério de provisionamento está descrito nas notas explicativas 21.1 e 22, em linha com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB Nº15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **4.4 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no ano, e a contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% até julho de 2021 e a partir de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021 foi de 20%. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são controlados na escrituração fiscal. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **4.5 Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial submetida a SUSEP, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP Nº 321/15, consolidada pela Circular Nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores; (ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. Quando necessário, deve contemplar ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) visando a cobertura de insuficiências verificadas na estimativa do valor de abertura dos sinistros; (iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em nota técnica atuarial;(iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de proporcionar os valores a pagar das despesas relacionadas aos sinistros avisados; (v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de comercialização dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **4.6 Custos de aquisição:** Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. **4.7 Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

STARR
INSURANCE COMPANIES

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível I	31/12/2021 Valor de mercado	Nível I	31/12/2020 Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	–	43.435	43.435
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	90.449	90.449	54.776	54.776
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	64.169	64.169	39.690	39.690
Quotas e fundos de investimentos	872	872	59	59
Opções de futuros - Hedge	97	97	–	–
Total	**155.587**	**155.587**	**137.960**	**137.960**

6.5 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. Nos exercícios de 2021 e 2020 as concentrações brutas de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídas da seguinte forma:

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	31/12/2021 Total geral
Compreensivo Empresarial	–	246	–	199	–	445
Riscos de Engenharia	253	2.675	124	11.538	114	14.704
Riscos Diversos	–	–	–	7.646	–	7.646
Riscos Nomeados e Operacionais	–	7.687	3.303	146.768	78.257	236.015
R.C. Administradores e Diretores-D&O	526	891	52	37.438	1.400	40.307
R. C. Riscos Ambientais	–	1.437	–	1.596	–	3.033
R. C. Geral	837	9.978	1.935	14.200	1.209	28.159
R. C. Profissional	–	99	8	2.686	427	3.220
Transporte Nacional	1.265	869	1.866	22.316	10.175	36.491
Transporte Internacional	1.438	252	575	23.961	3.585	29.811
R.C. Trans. Carga Viag. Int.-RCTR-VI-C	–	–	–	145	–	145
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	5.113	314	215	2.242	10.271	18.155
R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	4.926	164	1	1.024	8.555	14.670
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	–	–	114	–	114
Pessoas Coletivo Viagem	–	–	–	920	–	920
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	46	7	11	129	29	222
Pessoas Coletivo Vida	26	243	55	3.324	478	4.126
Pessoas Individual Viagem	31	58	24	28.969	109	29.191
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	–	–	–	378	–	378
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	–	–	–	132	–	132
Aeronáuticos (cascos)	626	2.280	537	104.368	1.412	109.223
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	1.662	711	15.547	1.607	19.527
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	–	–	–	52	–	52
Riscos de Petróleo	–	–	–	2.565	–	2.565
Total geral	**15.087**	**28.862**	**9.417**	**428.257**	**117.628**	**599.251**

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	31/12/2020 Total Geral
Compreensivo Empresarial	–	–	242	425	–	667
Riscos de Engenharia	–	–	–	661	–	661
Riscos Diversos	–	–	–	4.590	–	4.590
Riscos Nomeados e Operacionais	–	40.256	–	136.360	13.739	190.355
R.C.Administradores e Diretores-D&O	487	547	278	19.191	1.364	21.867
R. C. Riscos Ambientais	–	1.336	–	1.163	–	2.499
R. C. Geral	–	2.049	1.568	3.970	482	8.069
R. C. Profissional	8	117	7	2.098	426	2.656
Transporte Nacional	1.685	1.544	3.846	13.775	8.464	29.314
Transporte Internacional	1.857	719	588	23.776	1.824	28.764
R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	–	–	–	(39)	292	253
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	3.416	188	63	3.230	9.080	15.977
R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	3.338	97	20	1.439	7.384	12.278
Pessoas Coletivo Viagem	4	–	–	1.431	3	1.438
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	30	8	12	456	17	523
Pessoas Coletivo Vida	117	468	121	11.371	689	12.766
Pessoas Individual Viagem	(3)	(4)	(2)	23.965	(35)	23.921
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	–	–	–	1	–	1
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	–	–	–	418	–	418
Aeronáuticos (cascos)	620	1.088	277	28.317	849	31.151
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	614	–	13.455	–	14.069
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	–	–	–	21	–	21
Riscos de Petróleo	–	–	–	20.770	–	20.770
Total geral	**11.559**	**49.027**	**7.020**	**310.844**	**44.578**	**423.028**

6.6 Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela Susep. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 24 - d). **6.7 Análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2021: O impacto no resultado após os impostos é de 162% e sobre o Patrimônio Líquido é de 4% em 31 de dezembro de 2021.

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2021
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	2.334
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(2.334)

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2020
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	2.069
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(2.069)

6.8 Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco Bradesco S.A., que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. O principal fator de risco que afeta o negócio da Seguradora é:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	31/12/2021 Saldo impactado
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,06% na taxa	90.449	959	91.408
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	64.169	680	64.849
TOTAL		**154.618**	**1.639**	**156.257**
Impacto líquido de efeito tributário			983	
Ativos pós-fixados privados				
Quotas e fundos de investimentos	Aumento de 1,06% na taxa	872	9	881
TOTAL		**872**	**9**	**881**
Impacto líquido de efeito tributário			5	
Innstrumentos financeiros derivativos	Aumento de 1,06% na taxa	97	1	98
Opções de futuros - Hedge		**97**	**1**	**98**
Impacto líquido de efeito tributário			1	

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	31/12/2020 Saldo impactado
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,06% na taxa	54.776	581	55.357
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	39.690	421	40.111
TOTAL		**94.466**	**1.001**	**95.468**
Impacto líquido de efeito tributário			601	
Ativos pós-fixados privados				
Quotas e fundos de investimentos	Aumento de 1,06% na taxa	59	1	60
TOTAL		**59**	**1**	**60**
Impacto líquido de efeito tributário			1	
Ativos pré-fixados públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 1,06% na taxa	43.435	460	43.895
TOTAL		**43.435**	**460**	**43.895**
Impacto líquido de efeito tributário			276	

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. **7. Caixa e equivalentes de caixa:** Composto pelos valores da rubrica "Disponível"

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	5	5
Bancos	1.300	2.234
Total	**1.305**	**2.239**

8. Aplicações financeiras: As movimentações das aplicações financeiras de renda-fixa e variável são demonstradas abaixo da seguinte forma:

	31/12/2020	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro	54.776	38.175	(5.052)	2.550	90.449
Letras do Tesouro Nacional	43.434	28.607	(70.408)	(1.633)	–
Notas do Tesouro Nacional	39.691	92.832	(69.280)	926	64.169
Opções de futuros - Hedge	–	488	–	(391)	97
Total circulante	**137.901**	**160.102**	**(144.740)**	**1.452**	**154.715**
	31/12/2020	**Aplicação**	**Resgates**	**Rendimentos**	**31/12/2021**
Quotas e fundos de investimentos	59	219.236	(218.600)	177	872
Total não circulante	**59**	**219.236**	**(218.600)**	**177**	**872**
Total geral	**137.960**	**379.338**	**(363.340)**	**1.629**	**155.587**

	31/12/2019 (Reapresentado)	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro	48.126	13.575	(8.186)	1.261	54.776
Letras do Tesouro Nacional	39.256	24.204	(22.421)	2.395	43.434
Notas do Tesouro Nacional	29.397	58.054	(49.562)	1.802	39.691
Opções de futuros - Hedge	–	565	–	(565)	–
Total Circulante	**116.779**	**96.398**	**(80.169)**	**4.893**	**137.901**
	31/12/2019 (Reapresentado)	**Aplicação**	**Resgates**	**Rendimentos**	**31/12/2020**
Quotas e fundos de investimentos	1.676	140.734	(142.396)	45	59
Total Não Circulante	**1.676**	**140.734**	**(142.396)**	**45**	**59**
Total geral	**118.455**	**237.132**	**(222.565)**	**4.938**	**137.960**

9. Créditos das operações com seguros e resseguros: 9.1 - Prêmios a receber:

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Adicional de Fracionamento	31/12/2021 Prêmios a Receber Líquido
Compreensivo Empresarial	157	–	–	157
Riscos de Engenharia	8.322	–	–	8.322
Riscos Diversos	2.005	–	–	2.005
Riscos Nomeados e Operacionais	102.003	–	–	102.003
R. C. Administradores e Diretores-D&O	10.096	(4)	–	10.092
R. C. Riscos Ambientais	1.942	–	–	1.942
R. C. Geral	12.331	–	–	12.331
R. C. Profissional	1.396	(3)	(6)	1.387
Transporte Nacional	15.942	(13)	–	15.929
Transporte Internacional	22.793	(33)	–	22.760
R. C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	140	(1)	–	139
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	3.197	(66)	–	3.131
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	2.342	(31)	–	2.311
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	64	–	–	64
Pessoas Coletivo Viagem	214	(6)	–	208
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	61	(18)	–	43
Pessoas Coletivo Vida	393	(14)	–	379
Pessoas Individual Viagem	17.425	–	–	17.425
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	165	–	–	165
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	114	–	–	114
Aeronáuticos (cascos)	62.045	–	(21)	62.024
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	10.987	–	–	10.987
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	13	–	–	13
Riscos de Petróleo	2.168	–	–	2.168
Total	**276.315**	**(189)**	**(27)**	**276.099**

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Adicional de Fracionamento	31/12/2020 Prêmios a Receber Líquido
Compreensivo Empresarial	3	–	–	3
Riscos de Engenharia	293	–	–	293
Riscos Diversos	35	–	–	35
Riscos Nomeados e Operacionais	36.485	–	–	36.485
R. C.Administradores e Diretores-D&O	3.597	–	–	3.597
R. C. Riscos Ambientais	1.684	–	–	1.684
R. C. Geral	2.426	–	–	2.426
R. C. Profissional	1.354	(9)	(3)	1.342
Transporte Nacional	15.601	(70)	–	15.531
Transporte Internacional	20.333	(52)	–	20.281
R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	1	(1)	–	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	2.030	(100)	–	1.930
R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	699	(20)	–	679
Pessoas Coletivo Viagem	179	–	–	179
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	13	(9)	–	4
Pessoas Coletivo Vida	572	(61)	–	511
Pessoas Individual Viagem	8.922	–	–	8.922
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	1	–	–	1
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	191	–	–	191
Aeronáuticos (cascos)	9.444	–	(19)	9.425
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	2.750	–	(38)	2.712
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	2	–	–	2
Riscos de Petróleo	5.619	–	–	5.619
Total	**112.234**	**(322)**	**(60)**	**111.852**

9.2 - Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	31/12/2021	31/12/2020
A vencer de 0 a 30 dias	125.721	46.469
A vencer de 31 a 60 dias	46.617	21.949
A vencer de 61 a 90 dias	55.320	13.092
A vencer de 91 a 180 dias	32.583	15.339
A vencer de 181 a 365 dias	11.221	8.730
A vencer superior a 365 dias	1.425	3.747
Total	**272.887**	**109.326**

Vencidas	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas de 0 a 30 dias	1.993	2.112
Vencidas de 31 a 60 dias	1.285	596
Vencidas de 61 a 90 dias	11	18
Vencidas de 91 a 180 dias	27	65
Vencidas de 181 a 365 dias	24	79
Vencidas superior a 365 dias	88	38
Total	**3.428**	**2.908**
Total prêmios a receber	**276.315**	**112.234**

9.3 - Operações com seguradoras:

Ramos	Prêmios Vencidos a Receber	Comercialização Cosseguro Cedido	Redução ao Valor Recuperável	Sinistros a Recuperar Cosseguro Cedido	Outros Créditos	31/12/2021 Valores Líquidos a Receber
Riscos Nomeados e Operacionais	–	29	–	663	75	767
R. C.Administradores e Diretores-D&O	63	177	(15)	5	–	230
R. C. Riscos Ambientais	19	–	–	–	–	19
R. C. Geral	25	358	–	1	–	384
R. C. Profissional	35	–	–	–	–	35
Transporte Nacional	23	103	–	429	–	555
Transporte Internacional	644	121	–	655	–	1.420
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	70	–	(3)	–	–	67
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	6	–	–	–	–	6
Aeronáuticos (cascos)	–	63	–	7	–	70
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	121	–	–	–	121
Total	**885**	**972**	**(18)**	**1.760**	**75**	**3.674**

Ramos	Prêmios Vencidos a Receber	Comercialização Cosseguro Cedido	Redução ao Valor Recuperável	Sinistros a Recuperar Cosseguro Cedido	Outros Créditos	31/12/2020 Valores Líquidos a Receber
Riscos de Engenharia	17	–	–	–	–	17
Riscos Nomeados e Operacionais	34	–	–	571	75	680
R.C.Administradores e Diretores-D&O	186	141	(31)	–	–	296
R. C. Riscos Ambientais	96	14	–	–	–	110
R. C. Geral	–	7	–	–	–	7
R. C. Profissional	21	–	–	–	–	21
Transporte Nacional	52	28	–	28	–	108
Transporte Internacional	486	165	–	607	–	1.258
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	419	–	(49)	–	–	370
R. C. Trans. Desvio de Carga -RCF-DC	132	–	–	–	–	132
Total	**1.443**	**355**	**(80)**	**1.206**	**75**	**2.999**

9.4 Operações com resseguradoras:

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	31/12/2021 Créditos Líquidos com resseguros
Compreensivo Empresarial	26	–	26
Riscos Diversos	406	–	406
Riscos Nomeados e Operacionais	2.703	(509)	2.194
R.C. Administradores e Diretores-D&O	55	–	55
R. C. Geral	804	–	804
R. C. Profissional	156	–	156
Transporte Nacional	5.394	–	5.394
Transporte Internacional	6.177	–	6.177
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	3.144	–	3.144
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1.415	–	1.415
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	29	(17)	12
Pessoas Coletivo Vida	1.656	(1.008)	648
Pessoas Individual Viagem	1.492	–	1.492
Aeronáuticos (cascos)	4.336	–	4.336
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	22	–	22
Total	**27.815**	**(1.534)**	**26.281**

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	31/12/2020 Créditos Líquidos com resseguros
Compreensivo Empresarial	26	–	26
Riscos Nomeados e Operacionais	990	–	990
R. C.Administradores e Diretores-D&O	11	–	11
R. C. Geral	3	–	3
R. C. Profissional	23	–	23
Transporte Nacional	15.596	–	15.596
Transporte Internacional	2.233	–	2.233
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	2.985	–	2.985
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1.124	–	1.124
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	12	–	12
Pessoas Coletivo Vida	1.188	(260)	928
Total	**24.191**	**(260)**	**23.931**

9.5 Outros créditos operacionais:

	31/12/2021 Outros créditos operacionais	31/12/2020 Outros créditos operacionais
Riscos Nomeados e Operacionais	50	51
R. C. Geral	–	3
DPVAT	263	260
R. C. Profissional	3	–
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	41	60
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	4	4
Pessoas Coletivo Vida	–	34
Pessoas Individual Viagem	637	25
Aeronáuticos (cascos)	180	–
Totais	**1.178**	**437**

10. Ativos de resseguro provisões técnicas

Ativo	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNeR	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	31/12/2021 Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Compreensivo Empresarial	175	–	–	–	–	175
Riscos de Engenharia	15.904	8.652	8.652	3.586	400	37.194
Riscos Diversos	5.825	99	112	2.091	163	8.290
Riscos Nomeados e Operacionais	136.523	13.088	3.765	6.042	899	160.317
R. C. Administradores e Diretores-D&O	18.943	220	4	217	25	19.409
R. C. Riscos Ambientais	1.735	–	–	–	–	1.735
R. C. Geral	10.668	127	2	453	28	11.278
R. C. Profissional	1.250	457	9	120	8	1.844
Transporte Nacional	12.222	6.366	238	1.173	435	20.434
Transporte Internacional	18.057	18.025	1.622	2.311	190	40.205
R.C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	20	–	–	–	–	20
R. C. Trans. Rodoviário Carga -RCTR-C	1.257	1.924	37	292	326	3.836
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	771	2.041	55	312	9	3.188
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	44	–	–	–	–	44
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	6	1	–	1	–	8
Pessoas Coletivo Vida	95	314	4	230	29	672
Pessoas Individual Viagem	1.510	–	–	–	–	1.510
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	8	–	–	–	–	8
Aeronáuticos (cascos)	55.701	14.461	277	1.132	140	71.711
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	9.432	876	17	2	28	10.355
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	20	–	–	–	–	20
Riscos de Petróleo	4.527	–	–	–	–	4.527
Totais	**294.693**	**66.651**	**14.794**	**17.962**	**2.680**	**396.780**

Ativo	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNeR	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	31/12/2020 Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Compreensivo Empresarial	62	–	–	–	–	62
Riscos de Engenharia	9.269	36	49	24	37	9.415
Riscos Diversos	3.179	–	–	73	2	3.254
Riscos Nomeados e Operacionais	100.917	2.809	5.758	445	257	110.186
R. C.Administradores e Diretores -D&O	8.307	162	6	699	55	9.229
R. C. Riscos Ambientais	1.388	–	–	17	–	1.405
R. C. Geral	3.417	371	13	47	10	3.858
R. C. Profissional	1.153	164	4	14	3	1.338
Transporte Nacional	8.605	4.912	192	2.173	261	16.143
Transporte Internacional	14.965	3.196	117	1.592	222	20.092
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	728	451	22	178	150	1.529
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	184	1.013	19	55	11	1.282
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	–	10	–	6	1	17
Pessoas Coletivo Vida	1	659	51	1.686	55	2.452
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	184	–	–	18	1	203
Aeronáuticos (cascos)	12.392	16.978	613	110	58	30.151
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	5.860	18	–	57	4	5.939
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	6	–	–	–	–	6
Riscos de Petróleo	13.084	–	–	113	3	13.200
Totais	**183.701**	**30.779**	**6.844**	**7.307**	**1.130**	**229.761**

11. Títulos e créditos a receber: 11.1 - Outros títulos a receber:

	31/12/2021	31/12/2020
Acordos de ressarcimento	6.678	451
Total	**6.678**	**451**

11.2 Créditos tributários e previdenciários:	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a compensar	422	219
Contribuição Social a compensar	96	89
Antecipação de Imposto de Renda	–	2
COFINS e PIS a Compensar	5	18
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	505	62
Total	**1.028**	**390**
Circulante	**1.008**	**370**
Não circulante	**20**	**20**

11.3 Outros créditos:	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a funcionários	84	46
Adiantamentos administrativos	10	60
Outros Créditos	171	70
Total	**265**	**176**

12. Outros valores e bens:	31/12/2021 Salvados a Venda	31/12/2020 Salvados a Venda
Transporte Nacional	84	79
Transporte Internacional	5	5
Total	**89**	**84**

13. Despesas antecipadas:	31/12/2021	31/12/2020
Assinaturas on-line	–	5
Taxas de fiscalização	7	–
Total	**7**	**5**

14. Custos de aquisição diferidos:

Ramos	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	–	110	(83)	27
Riscos de Engenharia	376	7.927	(6.930)	1.373
Riscos Diversos	–	3	(3)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	381	11.261	(4.749)	6.893
R. C. Administradores e Diretores-D&O	758	10.605	(10.317)	1.046
R. C. Riscos Ambientais	313	3.187	(3.140)	360
R. C. Geral	331	14.045	(12.783)	1.593
R. C. Profissional	259	2.441	(2.522)	178
Transporte Nacional	2.086	33.483	(32.380)	3.189
Transporte Internacional	3.645	43.593	(43.996)	3.242
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	1	44	(37)	8
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	219	3.749	(3.461)	507
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	80	1.227	(996)	311
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	33	(30)	3
Pessoas Coletivo Viagem	–	3	(3)	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	1	9	(10)	–
Pessoas Coletivo Vida	3	31	(34)	–
Pessoas Individual Viagem	792	8.413	(8.420)	785
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	–	125	(95)	30
Aeronáuticos (cascos)	1.066	17.588	(16.862)	1.792
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	553	7.412	(7.356)	609
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	–	17	(16)	1
Riscos de Petróleo	109	1.209	(1.288)	30
Total	**10.973**	**166.515**	**(155.511)**	**21.977**

Ramos	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Riscos de Engenharia	480	5.094	(5.198)	376
Riscos Diversos	–	19	(19)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	184	3.052	(2.855)	381
R. C. Administradores e Diretores-D&O	303	8.185	(7.730)	758
R. C. Riscos Ambientais	22	1.168	(877)	313
R. C. Geral	67	2.964	(2.700)	331
R. C. Profissional	192	2.274	(2.207)	259
Transporte Nacional	2.694	24.211	(24.819)	2.086
Transporte Internacional	1.191	19.240	(16.786)	3.645
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	3	10	(12)	1
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	269	2.832	(2.882)	219
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1	446	(367)	80
Pessoas Coletivo Viagem	–	3	(3)	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	2	10	(11)	1
Pessoas Coletivo Vida	1	25	(23)	3
Pessoas Individual Viagem	2.347	15.220	(16.775)	792
Aeronáuticos (cascos)	205	7.167	(6.306)	1.066
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	279	6.493	(6.219)	553
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	–	6	(6)	–
Riscos de Petróleo	78	711	(680)	109
Total	**8.318**	**99.130**	**(96.475)**	**10.973**

15. Outros Valores e Bens: 15.1 Ativos de direto de uso: A movimentação de saldo do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Adoção inicial	6.257	–
Amortização acumulada	(2.020)	–
Saldo do ativo de direito de uso	**4.237**	**–**

15.2 Passivos de arrendamento: Nos quadros abaixo estão demonstradas as movimentações e saldos do passivo de arrendamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Adoção inicial	5.638	–
Juros a transcorrer	(885)	–
Pagamentos	(648)	–
Saldo do passivo de arrendamento	**4.105**	**–**
	31/12/2021	**31/12/2020**
Arrendamento a pagar	795	–
Juros provisionados	(159)	–
Total passivo circulante	**636**	**–**
Arrendamento a pagar	4.195	–
Juros provisionados	(726)	–
Total passivo não circulante	**3.469**	**–**
Total geral	**4.105**	**–**

A Companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seu contrato com base nas datas de vencimento:

Vencimento das prestações	31/12/2021
Até 1 ano	749
Entre 1 a 2 anos	1.497
Entre 2 a 4 anos	2.744
Juros embutidos	(885)
Saldo do passivo de arrendamento	**4.105**

E a demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados e arrendamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargo de amortização do ativo de direito de uso	600	–
Despesas financeiras de arrendamento	57	–
Total	**657**	**–**

16. Imobilizado:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Hardware	20%	225	237	–	(92)	370
Equipamentos	20%	37	35	–	(12)	60
Móveis, máquinas e utensílios	10%	204	6	–	(30)	180
Total bens moveis		**466**	**278**	**–**	**(134)**	**610**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	419	–	–	(157)	262
Total outras imobilizações		**419**	**–**	**–**	**(157)**	**262**
Total imobilizado		**885**	**278**	**–**	**(291)**	**872**

| Descrição | Taxa ao ano | Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado) | Aquisição | Baixas | Depreciação | Saldo em 31/12/2020 |
|---|---|---

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

STARR
INSURANCE COMPANIES

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Operações com seguradoras:

Ramos	31/12/2021	31/12/2020
Riscos Nomeados e Operacionais	2.243	1.092
R.C. Administradores e Diretores-D&O	4.351	862
R. C. Riscos Ambientais	–	55
R. C. Geral	3.172	134
R. C. Profissional	72	54
Transporte Nacional	662	178
Transporte Internacional	629	630
Pessoas Coletivo Vida	–	2
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	171	–
Aeronáuticos (cascos)	422	–
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	2.738	–
Total	**14.460**	**3.007**

19.3 Operações com resseguradoras: A seguir demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão.

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	Resseguradora Eventual	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	7	59	–	66
Riscos de Engenharia	3.870	3.198	39	7.107
Riscos Diversos	12.881	–	–	12.881
Riscos Nomeados e Operacionais	31.640	55.907	7.784	95.331
R. C. Administradores e Diretores-D&O	5.251	8.760	2.764	16.775
R. C. Riscos Ambientais	979	1.451	–	2.430
R. C. Geral	5.865	7.818	–	13.683
R. C. Profissional	751	1.114	–	1.865
Transporte Nacional	11.194	9.901	–	21.095
Transporte Internacional	24.586	7.484	–	32.070
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	10	15	–	25
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	1.588	2.365	–	3.953
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1.225	1.675	–	2.900
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	34	51	–	85
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	46	1	3	50
Pessoas Coletivo Vida	755	22	43	820
Pessoas Individual Viagem	1.186	357	242	1.785
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	9	–	–	9
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	182	183	–	365
Aeronáuticos (cascos)	15.485	40.150	9.501	65.136
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(37)	2.597	(136)	2.424
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	2	2	–	4
Riscos de Petróleo	686	1.305	3	1.994
Total	**118.195**	**144.415**	**20.243**	**282.853**

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	Resseguradora Eventual	31/12/2020
Compreensivo Empresarial	(139)	(31)	–	(170)
Riscos de Engenharia	210	397	–	607
Riscos Diversos	4.252	–	–	4.252
Riscos Nomeados e Operacionais	12.262	26.176	396	38.834
R.C.Administradores e Diretores-D&O	2.110	3.188	157	5.455
R. C. Riscos Ambientais	650	963	–	1.613
R. C. Geral	1.126	1.633	–	2.759
R. C. Profissional	573	849	–	1.422
Transporte Nacional	15.494	3.240	–	18.734
Transporte Internacional	21.205	2.865	–	24.070
R. C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	1	–	–	1
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	2.482	697	–	3.179
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1.635	371	–	2.006
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	39	–	–	39
Pessoas Coletivo Vida	666	–	–	666
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	192	192	–	384
Aeronáuticos (cascos)	7.018	7.455	1.496	15.969
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	864	2.578	–	3.442
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	3	5	–	8
Riscos de Petróleo	3.038	15.958	–	18.996
Total	**73.681**	**66.536**	**2.049**	**142.266**

19.4 Corretores de seguros e resseguros:

Ramos	31/12/2021	31/12/2020
Compreensivo Empresarial	14	(6)
Riscos de Engenharia	968	2
Riscos Diversos	1	–
Riscos Nomeados e Operacionais	8.983	678
R. C.Administradores e Diretores-D&O	486	485
R. C. Riscos Ambientais	334	349
R. C. Geral	990	(41)
R. C. Profissional	202	327
Transporte Nacional	2.038	2.836
Transporte Internacional	3.204	3.655
R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	31	24
R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	1	1
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	(1.702)	(710)
R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	2.756	1.666
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	3	–
Pessoas Coletivo Viagem	(213)	(205)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(4)	(33)
Pessoas Eventos Aleatórios	(2)	(2)
Pessoas Coletivo Vida	(285)	(195)
Pessoas Individual Viagem	(388)	(122)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	3	3
Aeronáuticos (cascos)	1.094	343
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	639	582
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	(32)	(32)
Riscos de Petróleo	(58)	(22)
Total	**19.063**	**9.583**

19.5 Outros débitos operacionais

Ramos	31/12/2021	31/12/2020
DPVAT	301	301
Pessoas Coletivo Viagem	221	183
Pessoas Coletivo Vida	54	33
Pessoas Individual Viagem	1.372	1.016
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	19	–
Total	**1.967**	**1.533**

20. Depósitos de terceiros:

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	26	645
De 31 a 60 dias	759	342
De 61 a 120 dias	646	646
De 121 a 180 dias	346	89
De 181 a 365 dias	789	440
Superior a 365 dias	242	85
Total	**2.808**	**2.247**

A rubrica de "Depósitos de terceiros", é composta por valores recebidos efetivamente e ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a Receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora. **21. Provisões técnicas seguros:**

21.1 - Provisões técnicas:

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	IBNeR	IBNR Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	31/12/2021 Total
Compreensivo Empresarial	222	–	–	–	–	–	**222**
Riscos de Engenharia	19.066	8.758	–	8.758	3.637	403	**40.622**
Riscos Diversos	6.160	113	–	113	2.091	175	**8.652**
Riscos Nomeados e Operacionais	155.048	13.558	–	3.900	6.150	971	**179.627**
R. C. Administradores e Diretores-D&O	23.750	314	–	6	266	49	**24.385**
R. C. Riscos Ambientais	2.492	–	–	–	–	–	**2.492**
R. C. Geral	15.248	164	–	3	489	198	**16.102**
R. C. Profissional	1.764	461	–	9	127	38	**2.399**
Transporte Nacional	19.494	7.226	771	299	1.676	902	**30.368**
Transporte Internacional	23.059	18.762	–	1.688	3.314	447	**47.270**
R. C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	30	–	–	–	–	–	**30**
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	2.956	4.038	–	77	614	419	**8.104**
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	1.881	2.959	887	144	819	67	**6.757**
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	58	–	–	–	–	–	**58**
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	102	–	–	–	–	–	**102**
Aeronáuticos (cascos)	60.367	14.865	–	285	1.253	290	**77.060**
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	10.897	887	–	17	3	46	**11.850**
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	25	–	–	–	–	–	**25**
Riscos de Petróleo	4.746	–	–	–	–	–	**4.746**
Total Danos	**347.365**	**72.105**	**1.658**	**15.299**	**20.439**	**4.005**	**460.871**
Pessoas Coletivo Viagem	33	36	24	2	241	134	**470**
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	5	5	8	1	39	8	**66**
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	44	486	1.612	78	1.310	114	**3.644**
Pessoas Individual Viagem	9.449	8.637	2.653	2.044	3.862	487	**27.132**
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	257	1	–	–	–	–	**258**
Total Pessoas	**9.788**	**9.165**	**4.297**	**2.125**	**5.452**	**743**	**31.570**
Total Provisões Técnicas	**357.153**	**81.270**	**5.955**	**17.424**	**25.891**	**4.748**	**492.441**

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	IBNeR	IBNR Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	31/12/2020 Total
Compreensivo Empresarial	69	–	–	–	–	–	**69**
Riscos de Engenharia	10.489	36	–	49	24	37	**10.635**
Riscos Diversos	3.455	–	–	–	73	2	**3.530**
Riscos Nomeados e Operacionais	108.493	2.858	–	5.782	540	273	**117.946**
R. C.Administradores e Diretores-D&O	10.776	238	–	9	869	60	**11.952**
R. C. Riscos Ambientais	1.987	–	–	–	17	1	**2.005**
R. C. Geral	4.798	373	–	13	62	390	**5.636**
R. C. Profissional	1.659	165	–	6	14	3	**1.847**
Transporte Nacional	13.866	6.413	710	257	2.195	307	**23.748**
Transporte Internacional	19.387	3.451	–	124	1.756	240	**24.958**
R.C.Trans.Carga Viag. Int.-RCTR-VI-C	–	–	–	–	4	–	**4**
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	1.801	1.745	–	63	522	577	**4.708**
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	367	1.997	821	102	295	48	**3.630**
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	195	–	–	–	19	1	**215**
Aeronáuticos (cascos)	14.514	17.006	–	613	129	59	**32.321**
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	6.864	18	–	1	67	4	**6.954**
Resp. Explor. Ou Transp. Aéreo-reta	6	–	–	–	–	–	**6**
Riscos de Petróleo	14.144	–	–	–	123	4	**14.271**
Total Danos	**212.870**	**34.300**	**1.531**	**7.019**	**6.709**	**2.006**	**264.435**
Pessoas Coletivo Viagem	45	232	36	10	3	127	**453**

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	IBNeR	IBNR Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	31/12/2020 Total
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	8	55	7	3	28	2	**103**
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	135	2.974	976	142	3.282	125	**7.634**
Pessoas Individual Viagem	6.486	22.286	1.759	867	2.089	689	**34.176**
Total Pessoas	**6.674**	**25.547**	**2.778**	**1.022**	**5.402**	**943**	**42.366**
Total Provisões Técnicas	**219.544**	**59.847**	**4.309**	**8.041**	**12.111**	**2.949**	**306.801**

A companhia constituiu provisão para fazer face aos sinistros judiciais, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: Perda provável - 75% do valor reclamado; Perda possível - 50% do valor reclamado; Perda remota - 25% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição:

Sinistros Judiciais			31/12/2021
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	99	6.747	1.554
Perda Possível	29	4.309	2.492
Perda Provável	32	2.436	1.909
Totais	**160**	**13.492**	**5.955**

Sinistros Judiciais			31/12/2020
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	93	4.812	1.199
Perda Possível	35	4.000	2.177
Perda Provável	34	1.245	933
Totais	**162**	**10.057**	**4.309**

22. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais.

Bruto de Resseguro - Administrativos

Incorrido (+) IBNR	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
- Até a data-base [a]	29.959	49.868	179.465	94.626	124.058	148.368
- Um ano mais tarde	27.259	47.323	208.860	101.724	125.985	–
- Dois anos mais tarde	28.913	48.768	213.459	105.996	–	–
- Três anos mais tarde	29.521	50.231	215.905	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	30.106	50.418	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	28.673	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	28.673	50.418	215.905	105.996	125.985	148.368
Pago Acumulado	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
- Até a data-base [a]	(7.391)	(14.948)	(45.644)	(36.865)	(62.926)	(41.545)
- Um ano mais tarde	(23.425)	(44.071)	(200.513)	(87.916)	(115.551)	–
- Dois anos mais tarde	(26.501)	(46.552)	(211.925)	(102.585)	–	–
- Três anos mais tarde	(27.174)	(48.426)	(214.879)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(28.371)	(49.874)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(28.500)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	(28.500)	(49.874)	(214.879)	(102.585)	(115.551)	(41.545)
Atualização monetária e juros	**–**	**2**	**2**	**234**	**2.191**	**2.973**
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**170**	**545**	**1.027**	**3.644**	**12.625**	**109.796**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**1.286**	**(550)**	**(36.439)**	**(11.370)**	**(1.927)**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**4,49%**	**(1,09)%**	**(16,88)%**	**(10,73)%**	**(1,53)%**	**–**

Bruto De Resseguro - Judiciais

Incorrido (+) IBNR	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
- Até a data-base [a]	–	190	116	108	2.601	1.496
- Um ano mais tarde	568	459	982	2.798	1.620	–
- Dois anos mais tarde	794	678	1.568	2.810	–	–
- Três anos mais tarde	1.058	1.163	2.314	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	1.106	1.330	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	1.015	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	1.015	1.330	2.314	2.810	1.620	1.496
Pago Acumulado	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
- Até a data-base [a]	–	(2)	(1)	–	(534)	(33)
- Um ano mais tarde	(9)	(70)	(53)	(681)	(738)	–
- Dois anos mais tarde	(23)	(149)	(277)	(994)	–	–
- Três anos mais tarde	(777)	(265)	(308)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(827)	(357)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(830)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	(830)	(357)	(308)	(994)	(738)	(33)
Atualização monetária e juros	**–**	**19**	**57**	**81**	**–**	**–**
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**185**	**991**	**2.063**	**1.897**	**882**	**1.462**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(1.015)**	**(1.140)**	**(2.198)**	**(2.702)**	**981**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**(100)%**	**(85,74)%**	**(94,98)%**	**(96,15)%**	**60,59%**	**–**

Líquido de Resseguro - Administrativos

Incorrido (+) IBNR	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
- Até a data-base [a]	26.657	40.506	48.830	66.466	56.869	42.205
- Um ano mais tarde	24.007	38.348	45.100	70.925	55.387	–
- Dois anos mais tarde	25.619	39.846	48.766	75.938	–	–
- Três anos mais tarde	26.215	41.462	50.966	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	26.786	41.625	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	24.824	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	24.824	41.625	50.966	75.938	55.387	42.205
Pago Acumulado	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
- Até a data-base [a]	(6.655)	(11.869)	(18.397)	(21.495)	(33.473)	(22.873)
- Um ano mais tarde	(20.527)	(35.593)	(39.652)	(61.002)	(52.502)	–
- Dois anos mais tarde	(23.350)	(37.992)	(47.489)	(73.648)	–	–
- Três anos mais tarde	(23.994)	(39.859)	(50.433)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(25.190)	(41.296)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(24.704)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	(24.704)	(41.296)	(50.433)	(73.648)	(52.502)	(22.873)
Atualização monetária e juros	**–**	**(1)**	**(3)**	**352**	**621**	**208**
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**121**	**328**	**530**	**2.642**	**3.506**	**19.540**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**1.833**	**(1.119)**	**(2.136)**	**(9.471)**	**1.481**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**7,38%**	**(2,69)%**	**(4,19)%**	**(12,47)%**	**2,67%**	**–**

Líquido de Resseguro - Judiciais

Incorrido (+) IBNR	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
- Até a data-base [a]	–	190	116	100	1.282	1.379
- Um ano mais tarde	466	395	969	1.800	1.460	–
- Dois anos mais tarde	621	593	1.467	2.139	–	–
- Três anos mais tarde	787	1.056	2.246	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	797	1.264	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	757	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	757	1.264	2.246	2.139	1.460	1.379
Pago Acumulado	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
- Até a data-base [a]	–	(2)	(1)	–	(458)	(33)
- Um ano mais tarde	(9)	(70)	(53)	(619)	(646)	–
- Dois anos mais tarde	(23)	(138)	(277)	(924)	–	–
- Três anos mais tarde	(520)	(248)	(308)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(571)	(329)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(573)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	(573)	(329)	(308)	(924)	(646)	(33)
Atualização monetária e juros	**–**	**19**	**57**	**28**	**–**	**–**
Provisão de sinistros em 31/12/2021	**184**	**954**	**1.995**	**1.244**	**814**	**1.345**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(757)**	**(1.075)**	**(2.129)**	**(2.039)**	**(178)**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**(100)%**	**(85)%**	**(94,83)%**	**(95,31)%**	**(12,19)%**	**–**

23. Outros Débitos:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões trabalhistas	–	54
Provisões cíveis	312	195
Total	**312**	**249**

A Companhia constituiu provisão para fazer face aos processos cíveis e trabalhistas, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: Perda provável - 75% do valor reclamado; Perda possível - 50% do valor reclamado; Perda remota - 25% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição em 31 de dezembro de 2021:

Provisões cíveis

	31/12/2021			31/12/2020		
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	20	694	267	12	435	157
Perda Provável	1	42	45	2	44	38
Totais	**21**	**736**	**312**	**14**	**479**	**195**

Provisões trabalhistas

	31/12/2021			31/12/2020		
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	–	–	–	1	143	54
Totais	**–**	**–**	**–**	**1**	**143**	**54**
Total Geral	**21**	**736**	**312**	**15**	**622**	**249**

24. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 27 de Março de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 12.426.750 (Doze milhões, quatrocentos e vinte seis mil, setecentas e cinquenta) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 12.427, aprovado pela SUSEP pela portaria Nº 444. Como resultado da aprovação o aumento de capital de R$ 12.427, elevando o Capital Social da Seguradora de R$ 100.806 para R$ 113.233. Em 28 de Maio de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 8.630.000 (Oito milhões, seiscentos e trinta mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 8.630, aprovado pela SUSEP pela portaria Nº 528. Como resultado da aprovação o aumento de capital de R$ 8.630, elevando o Capital Social da Seguradora de R$ 113.233 para R$ 121.863. Em 25 de novembro de 2021 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 11.080.000 (Onze milhões e oitenta mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 11.080, aguardando aprovação do aumento de capital pela SUSEP. Com o resultado da aprovação o aumento de capital de R$ 11.080, elevará o Capital Social da Seguradora de R$ 121.863 para R$ 132.943. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O cálculo capital mínimo requerido - CMR é baseado na resolução CNSP Nº 321/2015 que Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e comitê de auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021. Em janeiro de 2014, foi extinto o cálculo da margem de solvência para as sociedades seguradoras, a partir disso o capital mínimo requerido passou a ser determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco. Demonstração do Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	60.572	50.784
(-) Despesas Antecipadas	(7)	(5)
(-) Intangível	(86)	(140)
(+) Ajustes Associados à variação dos valores econômicos	4.058	–
(=) Patrimônio líquido ajustado	64.537	50.639
Capital base (CB)	8.100	15.000
Capital de Risco de Subscrição	24.669	24.292
Capital de Risco de Crédito	13.774	6.716
Capital de Risco Operacional	4.007	2.705
Risco de Mercado	3.823	2.326
Benefício da Correlação entre Risco	(7.249)	(4.354)
Capital de Risco (CR)	39.024	31.685
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre CB e CR)	39.024	31.685
(R$) Suficiência de capital	25.513	18.954
(%) Suficiência de capital	65%	60%

25. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: 25.1 Prêmios emitidos:

Ramos	Emitido	Cancelado	Restituído	Cosseguro Cedido	RVNE	31/12/2021 Prêmio Emitido Líquido	31/12/2020 Prêmio Emitido Líquido
Compreensivo Empresarial	425	–	–	–	19	444	667
Riscos de Engenharia	13.392	(268)	–	(60)	1.638	14.702	661
Riscos Diversos	5.676	–	–	–	1.971	7.647	4.590
Riscos Nomeados e Operacionais	254.170	(1.783)	(1.467)	(2.892)	(12.013)	236.015	190.354
R. C. Administradores e Diretores-D&O	57.165	(13.359)	–	(8.366)	4.867	40.307	21.866
R. C. Riscos Ambientais	3.307	(142)	–	(353)	221	3.033	2.499
R. C. Geral	36.993	(3.683)	(12)	(6.009)	871	28.160	8.069
R. C. Profissional	4.543	(1.506)	–	(72)	256	3.221	2.658
Transporte Nacional	39.398	(2.701)	(175)	(1.003)	972	36.491	29.315
Transporte Internacional	39.179	(10.913)	(606)	(1.001)	3.152	29.811	28.764
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	30	–	–	–	114	144	253
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	19.090	(847)	–	–	(89)	18.154	15.975
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	14.940	(639)	–	–	368	14.669	12.278
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	84	–	–	–	30	114	–
Pessoas Coletivo Viagem	969	(45)	–	–	(4)	920	1.437
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	235	(10)	(3)	–	–	222	523
Pessoas Coletivo Vida	4.685	(427)	(82)	2	(52)	4.126	12.766
Pessoas Individual Viagem	47.597	(15.785)	(2.775)	–	155	29.192	23.922
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	388	(16)	–	–	7	379	1
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	290	–	–	(164)	6	132	418
Aeronáuticos (cascos)	96.873	(552)	(780)	(3.660)	17.342	109.223	31.151
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	24.972	(4.123)	–	(3.665)	2.343	19.527	14.070
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	75	(32)	(3)	–	13	53	21
Riscos de Petróleo	1.768	–	–	–	797	2.565	20.770
Total	**666.244**	**(56.831)**	**(5.903)**	**(27.243)**	**22.984**	**599.251**	**423.028**

25.2 Variações das provisões técnicas de prêmios:

	31/12/2021	31/12/2020
Compreensivo Empresarial	(153)	30
Riscos de Engenharia	(8.578)	2.408
Riscos Diversos	(2.705)	(1.239)
Riscos Nomeados e Operacionais	(46.555)	(81.686)
R. C. Administradores e Diretores-D&O	(12.973)	(7.893)
R. C. Riscos Ambientais	(505)	(1.898)
R. C. Geral	(10.450)	(4.327)
R. C. Profissional	(105)	(341)
Transporte Nacional	(5.627)	1.459
Transporte Internacional	(3.672)	(10.580)
R. C.Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	(30)	21
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	(1.155)	(223)
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	(1.515)	(367)
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	(58)	–
Pessoas Coletivo Viagem	12	13
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	3	7
Pessoas Coletivo Vida	91	143
Pessoas Individual Viagem	(2.963)	6.594
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(257)	(1)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	93	(195)
Aeronáuticos (cascos)	(45.854)	(12.868)
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(4.033)	(4.822)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(19)	(6)
Riscos de Petróleo	9.399	(13.072)
Total	**(137.609)**	**(128.843)**

25.3 Prêmios ganhos:

Ramo	31/12/2021	31/12/2020
Compreensivo Empresarial	291	697
Riscos de Engenharia	6.124	3.069
Riscos Diversos	4.942	3.351
Riscos Nomeados e Operacionais	189.460	108.668
R. C. Administradores e Diretores-D&O	27.334	13.973
R. C. Riscos Ambientais	2.528	601
R. C. Geral	17.710	3.742
R. C. Profissional	3.116	2.317
Transporte Nacional	30.864	30.774
Transporte Internacional	26.139	18.184
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	114	274
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	16.999	15.752
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	13.154	11.911
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	56	–
Pessoas Coletivo Viagem	932	1.450
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	225	530
Pessoas Coletivo Vida	4.217	12.909
Pessoas Individual Viagem	26.229	30.516
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	122	–
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	225	223
Aeronáuticos (cascos)	63.369	18.283
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	15.494	9.248
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	34	15
Riscos de Petróleo	11.964	7.698
**Total

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

STARR

INSURANCE COMPANIES

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ramos	31/12/2021	31/12/2020
Aeronáuticos (cascos)	(1)	–
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	(4)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(27)	–
Total	**391**	**(1.843)**

25.7 Resultado com resseguro:

Ramos	31/12/2021 Receita com resseguro	31/12/2020 Receita com resseguro
Compreensivo Empresarial	–	(2)
Riscos de Engenharia	20.579	(50)
Riscos Diversos	10.265	6
Riscos Nomeados e Operacionais	16.412	11.236
R.C. Administradores e Diretores-D&O	(387)	713
R.C. Riscos Ambientais	(17)	17
R.C. Geral	989	441
R.C. Profissional	604	392
Transporte Nacional	13.468	28.073
Transporte Internacional	25.357	8.196
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	7.160	4.281
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	4.292	2.444
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(15)	28
Pessoas Coletivo Vida	(1.403)	1.907
Pessoas Individual Viagem	1.492	–
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(18)	18
Aeronáuticos (cascos)	6.945	19.424
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	1.142	62
Riscos de Petróleo	(117)	109
Total	**106.748**	**77.287**

Ramos	31/12/2021 Despesa com resseguro	31/12/2020 Despesa com resseguro
Compreensivo Empresarial	(236)	(623)
Riscos de Engenharia	(5.219)	(2.714)
Riscos Diversos	(4.560)	(3.084)
Riscos Nomeados e Operacionais	(173.365)	(100.879)
R. C. Administradores e Diretores-D&O	(20.585)	(10.075)
R. C. Riscos Ambientais	(1.760)	(422)
R. C. Geral	(13.852)	(2.705)
R. C. Profissional	(2.170)	(1.610)
Transporte Nacional	(17.463)	(17.103)
Transporte Internacional	(19.540)	(12.291)
R. C. Trans. Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	(5)	–
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	(5.625)	(3.997)
R. C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	(4.358)	(3.176)
R. C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	(41)	–
Pessoas Coletivo Viagem	(35)	(36)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(28)	(68)
Pessoas Coletivo Vida	(624)	(1.274)
Pessoas Individual Viagem	(1.531)	(1.261)
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(2)	–

Ramos	31/12/2021 Despesa com resseguro	31/12/2020 Despesa com resseguro
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(141)	(211)
Aeronáuticos (cascos)	(55.773)	(16.501)
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(13.220)	(7.891)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(29)	(13)
Riscos de Petróleo	(10.934)	(7.357)
Total	**(351.096)**	**(193.291)**
Total do Resultado com resseguro	**(244.348)**	**(116.004)**

25.8 Despesas administrativas:	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal próprio	(12.240)	(11.315)
Serviços de terceiros	(8.001)	(6.051)
Localização e funcionamento	(1.748)	(1.713)
Publicidade e propaganda	(23)	(53)
Publicações	(132)	(107)
Donativos e contribuições	(44)	(76)
Outras despesas administrativas	(366)	(111)
Total	**(22.554)**	**(19.426)**

25.9 Despesas com tributos:	31/12/2021	31/12/2020
Encargos IOF	(769)	(404)
Outros impostos federais	(60)	(85)
Impostos municipais	(204)	(162)
PIS e COFINS	(11.224)	(6.336)
Contribuição sindical	(111)	(36)
Taxa fiscalização	(1.708)	(1.604)
Outros tributos	(8)	(168)
Total	**(14.084)**	**(8.795)**

25.10 Resultado financeiro:	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	177	45
Receitas com títulos de renda fixa públicos	10.835	11.116
Receitas com operações de instrumentos derivativos	104	328
Receitas com operações de seguros	81.987	47.504
Outras receitas financeiras	511	2.959
Total	**93.614**	**61.952**
	31/12/2021	**31/12/2020**
Despesas financeiras		
Despesas com operações de instrumentos derivativos	(495)	(893)
Despesas com títulos de renda fixa	(8.992)	(5.658)
Despesas financeiras com operações de seguros	(88.134)	(54.205)
Despesas financeiras eventuais	(763)	(2.086)
Total	**(98.384)**	**(62.842)**
Resultado financeiro	**(4.770)**	**(890)**

25.11 - Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro real tributável. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15% até julho de 2021 e a partir de agosto de 2021 20%. Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

	31/12/2021 Imposto de renda	31/12/2021 Contribuição social	31/12/2020 Imposto de renda	31/12/2020 Contribuição social
Resultado antes dos impostos	**22**	**22**	**(17.551)**	**(17.551)**
Ajustes (adições/exclusões)	2.379	2.252	8.986	8.827
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa a compensar (CSLL)	(720)	(682)	–	–
Base de Cálculo	**1.681**	**1.592**	**(8.565)**	**(8.724)**
Alíquota nominal-IRPJ 15% e CSLL 20%(15% até julho, após considerar 20%)	253	318	–	–
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	145	–	–	–
Total de tributos	**398**	**318**	**–**	**–**

25.12 Participação nos lucros

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão participação nos lucros	(740)	(84)
Total	**(740)**	**(84)**

26. Partes relacionadas: a) Transações com o pessoal-chave da Administração: Estas transações são contabilizadas na rubrica "Despesas administrativas", compreendem benefícios a curto prazo aos Administradores que foi de R$ 3.341 (R$ 2.680 em 31 de dezembro de 2020). A Seguradora não concede nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remuneração a empregados e administradores baseada em ações. b) Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as empresas do Grupo, que obtiveram relações comerciais conforme definições contidas no Pronunciamento Técnicas CPC n° 5. As principais transações são: • Remuneração pela intermediação na emissão de prêmios para o ramo Pessoas Viagem Individual com a Assist Card do Brasil Ltda. CNPJ: 00.027.571/0001-10; • Direitos e obrigações oriundos dos contratos de resseguro firmados com a Starr Insurance & Reinsurance Limited CNPJ: 20.869.397/0001-60;

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	7.836	430
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	32.432	5.272
Total Ativo	**40.268**	**5.702**
Passivo		
Débitos de operações com seguros e resseguros		
Assit Card do Brasil Ltda.	1.390	1.016
Starr Insurance & Reinsurance Limited	68.978	31.777
Total Passivo	**70.368**	**32.793**

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita com Resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	39.377	8.218
Total Receitas	**39.377**	**8.218**
Despesas		
Despesas de comercialização		
Assist Card do Brasil Ltda.	(2.589)	(3.552)
Despesa com Resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	(216.502)	(100.865)
Total Despesas	**(219.091)**	**(104.417)**

Diretoria

Cristina dos Santos Domingues - Diretora Presidente

Diego Oller Mont Serrath - Diretor

Laerte da Costa Vieira - Diretor

Contador

Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7

Atuário Responsável Técnico

Marcos Falcão - MIBA 893

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da **STARR International Brasil Seguradora S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da STARR International Brasil Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STARR International Brasil Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Neste contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercermos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Ricardo Afonso Parra
Contador CRC 1SP-237.688/O-4

Renato Ruiz Filiciano da Silva
Contador CRC 1SP-268.528/O-6

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Parecer da Auditoria Atuarial Independente - Ano-Base: 2021

Aos Acionistas e Administradores da **STARR International Brasil Seguradora S.A. Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da **STARR International Brasil Seguradora S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da **STARR International Brasil Seguradora S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **STARR International Brasil Seguradora S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da **STARR International Brasil Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Ricardo César Pessoa
Sócio Atuário
MIBA 1076 (Certificado)
Foco Atuarial Serviços de Consultoria e Auditoria Ltda.
CNPJ 30.177.440/0001-80
CIBA 158

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

xp seguros

XP VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 29.408.732/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da XP Vida e Previdência S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da XP Vida e Previdência S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes, Relatório dos Auditores Atuariais Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

A XP VIDA E PREVIDÊNCIA

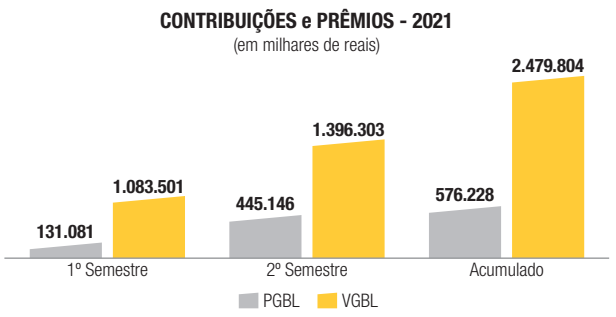
Desde setembro de 2018 a XP Vida e Previdência opera com planos individuais de previdência privada, nas modalidades Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), e conta atualmente com uma base de 108 mil clientes e R$ 31,9 bilhões de ativos sob custódia em 31 de dezembro de 2021. Adotando o modelo de plataforma aberta de previdência, a XP Vida e Previdência aloca os recursos dos planos em mais de 200 fundos desenvolvidos em parceria com as melhores casas de gestão de ativos do mercado.

A XP Vida e Previdência têm como acionistas as empresas XP Controle 4 Participações S.A., XP Investimentos S.A. e XP Inc.

DESEMPENHO

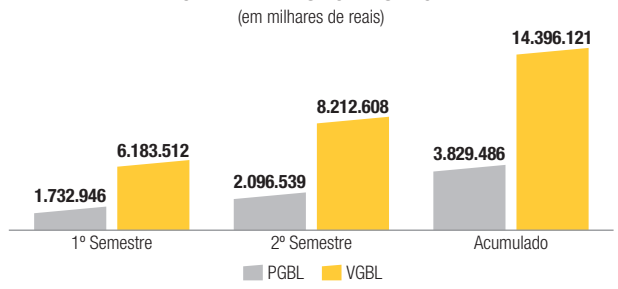
Com um patrimônio líquido de R$ 83,8 milhões a XP Vida e Previdência S.A. apresentou no exercício de 2021, lucro de R$ 35,0 milhões e atingiu em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 31,9 bilhões de ativos sob custódia, de modo que as receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram R$ 3,0 bilhões (R$ 1,7 bilhão, em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 2,5 bilhões nos planos de VGBL (R$ 1,3 bilhão, em 31 de dezembro de 2020) e R$ 576,2 milhões nos planos de PGBL (R$ 363,4 milhões, em 31 de dezembro de 2020). O gráfico abaixo demonstra a evolução das rendas de contribuições e prêmios referente ao exercício de 2021.

CONTRIBUIÇÕES e PRÊMIOS - 2021
(em milhares de reais)



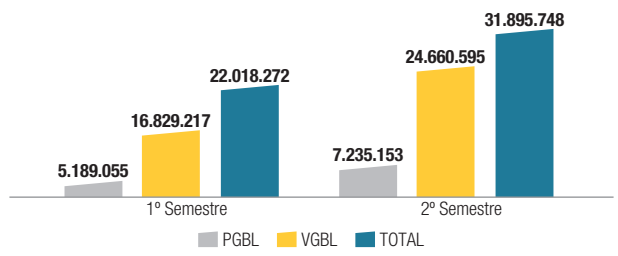
As captações por portabilidades totalizaram R$ 18,2 bilhões (R$ 8,4 bilhões em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 14,4 bilhões nos planos de VGBL (R$ 6,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 3,8 bilhões nos planos de PGBL (R$ 2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020). O gráfico abaixo demonstra a evolução das portabilidades aceitas no exercício de 2021.

PORTABILIDADES ACEITAS - 2021
(em milhares de reais)



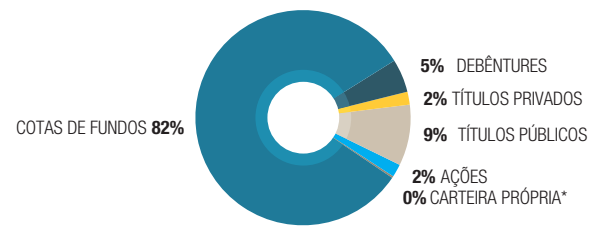
As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) totalizaram R$ 31,9 bilhões (R$ 13,4 bilhões em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 24,7 bilhões nos planos de VGBL (R$ 10,0 bilhões em 30 de dezembro de 2020) e R$ 7,2 bilhões nos planos de PGBL (R$ 3,4 bilhões em 30 de dezembro de 2020). O gráfico abaixo demonstra a evolução da PMBaC no exercício de 2021.

PMBAC - 2021



As aplicações financeiras totalizaram o montante de R$ 32,0 bilhões (R$ 13,4 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Essas aplicações são em grande maioria (81,86%), Fundos de Investimento Especialmente Constituído (FIE), e a carteira própria reflete apenas 0,33% dessas aplicações. O gráfico abaixo demonstra os tipos de ativos que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento Especialmente Constituído (FIE) e a carteira própria, bem como a representatividade percentual deles.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS



*Carteira composta 100% em cotas de fundos.

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio. Esta estrutura permite o monitoramento dos diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2021, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor a Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

AGRADECIMENTOS

Apesar do exercício de 2021 ainda ter sido um período de incertezas para o mercado de previdência privada e para toda a economia de um modo geral devido a pandemia da Covid-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, a XP Vida e Previdência manteve o posicionamento de seus produtos visando o acúmulo de recursos e a proteção de seus clientes no longo prazo, fator que garantiu a boa performance no período com baixos níveis de resgates.

Sendo assim, pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**32.088.948**	**13.487.887**
Disponível		84.950	60.975
Caixa e bancos		84.950	60.975
Aplicações	4	32.003.161	13.426.206
Títulos de renda fixa - públicos		–	49.809
Quotas de fundos de investimentos		32.003.161	13.376.397
Títulos e créditos a receber		832	697
Créditos a receber		–	8
Créditos tributários e previdenciários	10	832	689
Outros créditos		5	9
Adiantamentos a funcionários		2	6
Adiantamentos a fornecedores		3	3
Não circulante		**1.124**	**909**
Títulos e créditos a receber		847	652
Créditos tributários e previdenciários	10	847	652
Intangível		277	257
Outros Intangíveis		277	257
Total do ativo		**32.090.072**	**13.488.796**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**32.006.265**	**13.441.264**
Contas a pagar		34.424	7.310
Obrigações a pagar		2.365	1.622
Impostos e encargos sociais a recolher		12.686	4.733
Encargos trabalhistas		106	86
Impostos e contribuições		19.267	869
Depósitos de terceiros	9	46.497	44.536
Valores a reclassificar - previdência complementar		46.497	44.536
Débitos de operações com previdência complementar		3.928	1.497
Agentes e correspondentes		3.928	1.497
Provisões técnicas - seguros	6	24.679.155	9.974.920
VGBL		24.679.155	9.974.920
Provisões técnicas - previdência complementar	7	7.242.245	3.412.993
PGBL		7.242.245	3.412.993
Outros débitos		16	8
Débitos diversos		16	8
Não circulante		**11**	**18**
Outros débitos		11	18
Débitos diversos		11	18
Patrimônio líquido	11	**83.796**	**47.514**
Capital social		44.500	44.500
Reserva de capital		1.634	358
Reserva de lucros		37.662	2.656
Total do passivo		**32.090.072**	**13.488.796**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Rendas de contribuições e prêmios		**3.056.031**	**1.678.532**
(–) Constituição da provisão de benefícios a conceder	12 (a)	(3.056.031)	(1.678.532)
(=) Receitas de contribuições e prêmios		–	–
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	12 (b)	**118.111**	**36.760**
(–) Custos de aquisição	12 (c)	**(36.628)**	**(12.167)**
(–) Outras receitas e despesas operacionais		**472**	**(753)**
Outras receitas operacionais		1.348	138
Outras despesas operacionais		(876)	(891)
(–) Despesas administrativas	12 (d)	**(14.353)**	**(8.801)**
(–) Despesas com tributos	12 (e)	**(8.511)**	**(4.206)**
(+) Resultado financeiro	12 (f)	**4.022**	**618**
(=) Resultado operacional		**63.113**	**11.451**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**93**	**6**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**63.206**	**11.457**
(–) Imposto de renda		(14.796)	(2.421)
(–) Contribuição social		(11.215)	(1.499)
(–) Participações sobre o lucro		(2.189)	(1.251)
(=) Lucro líquido do exercício		**35.006**	**6.286**
(/) Quantidade de ações		**50.018.733**	**50.018.733**
(=) Lucro por ação		**0,70**	**0,13**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	22.500	5.000	7	–	–	(3.630)	23.877
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/N° 273 de 20/03/2020	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em aprovação - AGE de 20/04/2020	–	17.000	–	–	–	–	17.000
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/N° 458 de 29/07/2020	17.000	(17.000)	–	–	–	–	–
Reserva de capital:							
Outras reservas de capital	–	–	351	–	–	–	351
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.286	6.286
Proposta para distribuição do lucro:							–
Reserva legal	–	–	–	133	–	(133)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	2.523	(2.523)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	44.500	–	358	133	2.523	–	47.514
Outras reservas de capital	–	–	1.276	–	–	–	1.276
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	35.006	35.006
Reserva legal	–	–	–	1.750	–	(1.750)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	33.256	(33.256)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	44.500	–	1.634	1.883	35.779	–	83.796

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**35.006**	**6.286**
Resultado abrangente total	**35.006**	**6.286**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35.006	6.286
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	93	–
Tributos diferidos	–	(4)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(18.576.955)	(9.645.045)
Créditos fiscais e previdenciários	(338)	947
Outros Créditos	12	(7)
Obrigações a pagar	743	534
Depósitos de terceiros	1.961	(25.655)
Impostos e encargos sociais a recolher	16.320	6.261
Impostos e contribuições	18.398	840
Encargos trabalhistas	20	1
Provisões técnicas - seguros (VGBL)	14.704.235	7.149.139
Provisões técnicas - previdência complementar (PGBL)	3.829.252	2.479.683
Débitos de operações com previdência complementar	2.431	1.002
Outros passivos	1	(4)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**31.179**	**(26.022)**
Impostos pagos	(8.367)	(2.389)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**22.812**	**(28.411)**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Intangível	(113)	(98)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(113)**	**(98)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	17.000
Outros - reserva de capital	1.276	351
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**1.276**	**17.351**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**23.975**	**(11.158)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	60.975	72.133
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	84.950	60.975

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A XP Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida, compreendendo todas as modalidades de seguros de pessoas, bem como a comercialização de planos de previdência complementar aberta em todo território nacional, conforme Portaria SUSEP nº 7200 de 05 de setembro de 2018. A Companhia é uma controlada direta da XP Controle 4 Participações S.A. e indireta da XP Investimentos S.A. e XP Inc.

A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 29.408.732/0001-05, possui sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.909, 26º andar, Torre Sul - Vila Nova Conceição - São Paulo, SP - Brasil.

Principais produtos atualmente comercializados

A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão, atualização anual do benefício pelo IPCA e 0% de taxa de carregamento.

Impactos relacionados à COVID-19

A partir de janeiro de 2020, foi relatado que um surto de doença, mais tarde denominada COVID-19 e decretada como pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Apesar de a atual pandemia ter gerado um impacto negativo nas economias globais, regionais e nacionais, prejudicado cadeias de suprimentos e reduzido o comércio internacional e a atividade comercial, a XP Vida e Previdência revisou sua exposição à volatilidade de mercado e econômica, o que poderia impactar negativamente o valor de uma determinada classe de instrumentos financeiros, mas não identificou impacto relevante no desempenho financeiro ou posição de 31 de dezembro de 2021. Embora não tenha identificado impactos relevantes ao seu desempenho financeiro, a XP Vida e Previdência está monitorando os efeitos da COVID-19 em seus negócios, que ainda são incertos e dependerão da gravidade do coronavírus e das ações para conter ou tratar seu impacto.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

A Companhia considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade em continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24 de fevereiro de 2022.

(b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera. Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ajuste a valor de mercado das aplicações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente e estão divulgadas na nota 3k.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Planos de previdência e seguro de vida com cobertura de sobrevivência

A Companhia comercializa produtos de previdência privada denominados, PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre), que é um plano que visa à acumulação de recursos para aposentadoria em vida ao participante, e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que é um seguro de vida com cobertura por sobrevivência. Em ambos os produtos, a contribuição, recebida do participante é aplicada em um Fundo de Investimento Especialmente Constituído - FIE.

(b) Apuração do resultado

A apuração do resultado é realizada pelo regime de competência, as receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, são correspondentes ao seu efetivo recebimento e são constituídas provisões técnicas como contrapartida.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e depósitos bancários mantido em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pelas rubricas "Caixa e bancos".

(d) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros categoria "Valor justo por meio do resultado". A classificação dentre as categorias previstas na norma contábil é definida no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i.) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

(ii.) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (II) Cotas de fundos de investimentos - com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos nos quais a Companhia aplica seus recursos.

(e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização dos softwares é calculada pelo método linear com base em taxas anuais que refletem a sua estimativa de vida útil, exceto para os softwares sem vida útil definida, para os quais é realizada periodicamente a avaliação do seu valor recuperável.

(f) Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, e Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores.

Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência

A Provisão Matemática de Benefício a Conceder (PMBaC), é constituída para a cobertura dos compromissos assumidos pela Companhia com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício ou indenização. Basicamente, consiste no saldo do participante ou segurado no FIE na data-base de contabilização.

A Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC) é constituída para a cobertura dos compromissos assumidos pela Companhia com os participantes ou segurados do respectivo plano após ocorrido o evento gerador do benefício e/ou indenização.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR), é constituída para a cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios e contribuições recebidos e ainda não cotizados.

(i) Rendas com taxa de gestão

A taxa de gestão é negociada com as gestoras de fundos e definida contratualmente entre as partes, o reconhecimento contábil da taxa de gestão é realizado a partir do momento em que ocorre a entrada efetiva de caixa conforme manual de práticas de procedimentos contábeis do mercado segurador da SUSEP vigente.

(j) Custos de aquisição

São compostos por montantes referentes a comissões de corretagem relativos à comercialização de planos de previdência privada nas modalidades de PGBL e VGBL, sendo registrados de acordo com contratos definidos com as corretoras de seguros tendo como base um percentual predefinido da receita com taxa de gestão registrada.

(k) Teste de adequação dos passivos

Conforme determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) na data-base de 31 de dezembro de 2021, para avaliar todas as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados, vigentes na data de execução do teste.

Na data-base de 31 de dezembro de 2021, todos os planos efetivamente comercializados são do tipo PGBL e VGBL com taxas de 0% mais correção de IPCA e com tábua BR-EMS, estruturados no regime de capitalização financeira, na modalidade de contribuição variável, com o objetivo a concessão de capital segurado sob a forma de Renda Mensal por Prazo Certo ou Renda Mensal Temporária. Desta forma, as estimativas dos fluxos de caixa foram segregadas por produtos estruturados no regime financeiro de capitalização, tipo de cobertura, base técnica e com/sem previsão contratual de reversão de excedentes financeiros, em atendimento à segregação mínima estabelecida pela Susep nos normativos em vigor.

As principais premissas consideradas nas projeções dos fluxos foram:

- Taxa de mortalidade;
- Probabilidade de resgate;
- Probabilidade de conversão em renda;
- Receitas e despesas (operacionais, administrativas e relacionadas); e
- Taxa de juros ETTJ-SUSEP e ETTJ-ANBIMA.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2021, conclui-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas e nem a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), visto que estes se mostraram superiores aos valores estimados nos fluxos de caixa.

(l) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As tabelas abaixo apresentam a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo e a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os valores de referência foram identificados como se segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

	Nível Hierárquico	2021 Valor de mercado/ contábil		2020 Valor de mercado/ contábil	
Carteira própria		**106.425**	**0%**	**49.809**	**0%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Nível 1	–	0%	49.809	0%
Cotas de fundos (*)	Nível 2	106.425	0%	–	0%
Fundos abertos		**2.055.569**	**8%**	**1.106.163**	**8%**
Cotas de fundos (*)	Nível 2	2.055.569	8%	1.106.163	8%
Fundos exclusivos		**29.841.167**	**92%**	**12.270.234**	**92%**
Cotas de fundos (*)	Nível 2	24.174.333	74%	9.519.357	71%
Outros (**)	Nível 2	(32.425)	0%	16.707	0%
Títulos públicos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Nível 1	1.128.904	3%	554.393	4%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Nível 1	337.041	1%	84.332	1%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Nível 1	1.398.228	5%	679.834	5%
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Nível 1	10.050	0%	11.226	0%
Títulos privados					
Letras Financeiras (LF)	Nível 2	641.158	0%	66.628	0%
Certificado de depósito bancário (CDB)	Nível 2	24.708	0%	2.705	0%
Notas compromissadas (NC)	Nível 2	12.546	0%	608	0%
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	Nível 2	–	1%	48.202	1%
Debêntures	Nível 2	1.430.780	4%	757.357	6%
Ações	Nível 1	709.541	4%	506.337	4%
Futuro	Nível 1	504	0%	(358)	0%
Opções a termo	Nível 2	3.920	0%	20.506	0%
Opções de ações	Nível 2	1.314	0%	1.246	0%
Opções de derivativos	Nível 2	565	0%	1.154	0%
Total das aplicações financeiras		**32.003.161**	**100%**	**13.426.206**	**100%**

*Referem-se substancialmente a fundos de multimercado e renda fixa.

**Referem-se a valores de contas a pagar, contas a receber e tesouraria dos fundos.

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2021 Total
Carteira própria					
Cotas de fundos (*)	106.425	–	–	–	106.425
Fundos abertos					
Cotas de fundos (*)	2.055.569	–	–	–	2.055.569
Fundos exclusivos					
Cotas de fundos (*)	24.174.333	–	–	–	24.174.333
Outros (**)	(32.425)	–	–	–	(32.425)
Títulos públicos					
LFT	–	233.383	781.623	113.898	1.128.904
LTN	–	29.038	308.003	–	337.041
NTN-B	–	245.417	558.091	594.720	1.398.228
NTN-F	–	–	5.166	4.884	10.050
Títulos privados					
LF	–	22.822	150.457	467.879	641.158
CDB	–	18.923	5.785	–	24.708
NC	–	–	12.546	–	12.546
Debêntures	–	30.714	819.851	580.215	1.430.780
Ações	709.541	–	–	–	709.541
Futuro	–	614	(148)	38	504
Opções a termo	–	3.920	–	–	3.920
Opções de ações	–	1.314	–	–	1.314
Opções de derivativos	–	565	–	–	565
Total de aplicações	**27.013.443**	**586.710**	**2.641.374**	**1.761.634**	**32.003.161**

* Referem-se substancialmente a fundos de multimercado e renda fixa.

**Referem-se a valores de contas a pagar, contas a receber e tesouraria dos fundos.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

xp seguros

XP VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 29.408.732/0001-05

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2020 Total
Carteira própria					
LFT	–	8.647	22.065	19.097	49.809
Fundos abertos					
Cotas de fundos (*)	1.106.163	–	–	–	1.106.163
Fundos exclusivos					
Cotas de fundos (*)	9.519.357	–	–	–	9.519.357
Outros (**)	16.707	–	–	–	16.707
Títulos públicos					
LFT	–	138.126	385.711	30.556	554.393
LTN	–	24.473	59.859	–	84.332
NTN-B	–	27.891	291.728	360.215	679.834
NTN-F	–	822	4.918	5.486	11.226
Títulos privados					
LF	–	25.585	20.706	20.337	66.628
CDB	–	567	2.138	–	2.705
NC	–	–	608	–	608
CRI	–	–	12.862	35.340	48.202
Debêntures	–	20.985	436.825	299.547	757.357
Ações	506.337	–	–	–	506.337
Futuro	–	(105)	34	(287)	(358)
Opções a termo	–	20.506	–	–	20.506
Opções de ações	–	1.246	–	–	1.246
Opções de derivativos	–	1.144	10	–	1.154
Total de aplicações	**11.148.564**	**269.887**	**1.237.464**	**770.291**	**13.426.206**

* Referem-se substancialmente a fundos de multimercado e renda fixa.

**Referem-se a valores de contas a pagar, contas a receber e tesouraria dos fundos

(c) Composição das aplicações financeiras por rating de crédito

Rating	Ativo	2021	2020
Carteira própria			
Sem rating	LFT	–	49.809
Sem rating	Cotas de fundos (*)	106.425	–
Fundos abertos			
Sem rating	Cotas de fundos (*)	2.055.569	1.106.163
Fundos exclusivos			
Sem rating	Cotas de fundos (*)	24.174.333	9.519.357
Sem rating	Outros (**)	(32.425)	16.707
Sem rating	LFT	1.128.904	554.393
Sem rating	LTN	337.041	84.332
Sem rating	NTN-B	1.398.228	679.834
Sem rating	NTN-F	10.050	11.226
Sem rating	LF	89.112	3.531
Sem rating	CDB	24.535	2.018
Sem rating	CRI	–	48.202
Sem rating	NC	–	608
Sem rating	Debêntures	176.985	72.635
Sem rating	Ações	709.541	506.337
Sem rating	Futuro	504	(358)
Sem rating	Opções a termo	3.920	20.506
Sem rating	Opções de ações	1.314	1.246
Sem rating	Opções de derivativos	565	1.154
A	LF	–	427
A	CDB	–	687
A	Debêntures	868	10.945
A-	LF	–	2.658
A-	Debêntures	–	22.027
A	Debêntures	86.098	57.444
AA	LF	16.962	12.721
AA	Debêntures	215.658	124.599
AA-	LF	7.766	2.460
AA-	Debêntures	114.401	77.365
AA	LF	10.217	–
AA	Debêntures	242.761	142.262
AAA	LF	515.767	35.615
AAA	CDB	173	–
AAA	Debêntures	591.885	220.906
AAA	NC	12.546	–
B	Debêntures	422	174
B-	Debêntures	–	4.315
BB	Debêntures	421	2.526
BBB	Debêntures	–	14.659
BBB-	Debêntures	249	5.917
BBB	LF	1.334	9.216
BBB	Debêntures	1.032	1.033
C	Debêntures	–	550
		32.003.161	**13.426.206**

* Referem-se substancialmente a fundos de multimercado e renda fixa.

**Referem-se a valores de contas a pagar, contas a receber e tesouraria dos fundos

(d) Movimentação das aplicações financeiras

	2021	2020
Saldo inicial	**13.426.206**	**3.781.161**
Aplicações	21.118.343	9.050.183
Resgates	(2.636.983)	(1.666)
Rendimentos	95.286	596.849
Ajuste a valor de mercado	309	(321)
Saldo Final	**32.003.161**	**13.426.206**

5. TAXAS MÉDIAS CONTRATADAS

As principais taxas médias contratadas das aplicações financeiras por indexador em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

IPCA + 4,85%; 112,38% da SELIC + 1,99%; PRÉ 6,63%; CDI + 7,81%, 103,54% do CDI e IGPM 18,08%.

6. PROVISÕES TÉCNICAS - VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA - VGBL

(a) Composição

	2021	2020
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	24.660.595	9.967.098
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	1	–
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	18.559	7.822
Total	**24.679.155**	**9.974.920**

(b) Movimentação das provisões técnicas - VGBL

	2021	2020
Saldo no início do período	**9.974.920**	**2.825.781**
Contribuições recebidas	2.479.804	1.314.799
Portabilidades líquidas	13.370.878	5.671.788
Resgates	(1.273.544)	(263.525)
Rendimento de cotas de fundos	127.097	426.077
Saldo no final do período	**24.679.15**	**9.974.920**

7. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PGBL

(a) Composição

	2021	2020
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	7.235.153	3.409.841
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	193	–
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	6.899	3.152
Total	**7.242.245**	**3.412.993**

(b) Movimentação das provisões técnicas - PGBL

	2021	2020
Saldo no início do período	**3.412.993**	**933.310**
Contribuições recebidas	576.228	363.734
Portabilidades líquidas	3.483.727	1.985.849
Resgates	(195.166)	(40.669)
Rendimento de cotas de fundos	(35.537)	170.769
Saldo no final do período	**7.242.245**	**3.412.993**

8. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
Provisões técnicas	31.921.400	13.387.913
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas de fundos vinculados	32.003.161	13.376.397
Letras financeiras do tesouro	–	42.249
Total oferecido em cobertura	**32.003.161**	**13.418.646**
Excesso de cobertura	**81.761**	**30.733**

9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2021	2020
Até 30 dias	46.497	44.536

A totalidade do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 refere-se à arrecadação recebida nos últimos dias do mês, o qual é aplicado no primeiro dia útil subsequente.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece contabilmente seus ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias utilizando como base o princípio de supervisionada recém-constituída, atendendo às seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

(b) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 5%, para 20% para as Seguradoras.

O texto da Medida Provisória propôs o aumento da alíquota da CSLL entre julho e dezembro de 2021. Em 14 de julho de 2021 a Medida Provisória foi convertida na Lei Federal 14.183 confirmando o aumento da alíquota da CSLL para o período de julho de 2021 a dezembro de 2021.

A partir da aprovação da Medida Provisória os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos registrados no balanço patrimonial da XP Vida e Previdência foram aumentados em 5% para determinados ajustes temporários feitos para fins de CSLL que passariam a ter efeito permanente no período entre julho e dezembro de 2021.

(c) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	124	(124)	–
Plano de incentivo baseado em ações	203	643	846
Provisão para gratificações e PLR	500	308	808
Provisão para fornecedores	65	(40)	25
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**892**	**787**	**1.679**
Prejuízo fiscal e base negativa	450	(450)	–
Total de créditos tributários	**1.342**	**387**	**1.679**

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração.

(d) Previsão de realização dos créditos tributários

	Imposto de renda	Contribuição social	2021 Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	520	312	832
De 1 a 2 anos	239	143	382
De 2 a 3 anos	184	110	294
De 3 a 4 anos	96	57	153
Acima de 4 anos	11	7	18
Total	**1.050**	**629**	**1.679**

(e) Reconciliação de alíquota

	2021	2020
Resultado antes da tributação das participações	**63.206**	**11.457**
(–) PLR	(2.189)	(1.251)
Resultado antes da tributação sobre o lucro (A)	**61.017**	**10.206**
(+) adições permanentes	(224)	(25)
(–) exclusões permanentes	–	–
(=) Lucro real | resultado ajustado	**60.793**	**10.181**
Despesa de IRPJ | CSLL	**(24.407)**	**(4.082)**
(–) ativo fiscal não ativado	–	112
(–) majoração 5% MP 1.034/21	(1.978)	–
(–) efeito 10 % e incentivos fiscais	598	77
IRPJ | CSLL corrente e diferido (B)	**(25.787)**	**(3.893)**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Composição do capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 44.500 e está representado por 50.018.733 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais e sua destinação será utilizada para absorver os prejuízos acumulados e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 95% do Capital Social.

Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2021, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor a Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

(c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 83.796 (R$ 47.514 em 31 de dezembro de 2020).

12. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

(a) Rendas de contribuições

	2021	2020
VGBL	2.479.803	1.314.799
PGBL	576.228	363.734
Total	**3.056.031**	**1.678.532**

(b) Rendas com taxa de gestão e outras taxas

	2021	2020
Rendas com taxa de gestão	118.111	36.760

(c) Custos de aquisição

	2021	2020
Despesas de corretagem - planos de renda	(36.628)	(12.167)

(d) Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal próprio	(6.752)	(4.654)
Serviços de terceiros	(5.508)	(2.932)
Localização e funcionamento	(737)	(446)
Publicidade e propaganda	(45)	(143)
Publicações legais	(2)	(73)
Donativos e contribuições	(26)	(33)
Outras despesas	(1.283)	(520)
Total	**(14.353)**	**(8.801)**

(e) Despesas com tributos

	2021	2020
Impostos municipais	(10)	(19)
COFINS	(4.877)	(1.511)
PIS	(792)	(246)
Taxa de fiscalização	(2.832)	(2.430)
Total	**(8.511)**	**(4.206)**

(f) Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Rendimento dos fundos de previdência	91.560	596.848
Rendimento com aplicação em renda fixa	938	944
Rendimento de outros fundos de investimentos	3.097	–
Impostos a compensar	2	1
Despesas financeiras:		
Despesas com provisões técnicas	(91.563)	(596.848)
Outras	(12)	(327)
Total	**4.022**	**618**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar, a qualquer tempo, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR):

i) O Capital base, exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde a R$ 15.000;

ii) O Capital de Risco (CR) é constituído das parcelas dos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.

Abaixo o demonstrativo do Capital Mínimo Requerido (CMR):

	2021	2020
Capital base	**15.000**	**15.000**
Capital de Risco de Subscrição	18.434	10.503
Capital de Risco de Crédito	1.754	1.081
Capital de Risco Operacional	10.504	10.032
Capital de Risco de Mercado	24.552	28.788
Benefício da Correlação entre Risco	(9.728)	(6.930)
Capital de Risco (CR)	**45.516**	**43.474**
Capital Mínimo Requerido (CMR)	**45.516**	**43.474**

A Resolução CNSP nº 432/2021, no art. 56, estabeleceu o conceito de níveis de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), os quais deverão respeitar os seguintes ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR):

i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

iii) A no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Abaixo o demonstrativo de cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) por nível:

	2021	2020
Patrimônio Líquido	**83.796**	**47.514**
Ativos intangíveis	(277)	(257)
Créditos tributários	–	(450)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 1 (A):	**83.519**	**46.807**
Superávit relativo aos prêmios/contribuições não registradas	20.166	22.287
Superávit relativo aos prêmios/contribuições registradas	388	71
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 2 (B):	**20.554**	**22.358**
Créditos tributários de diferenças temporárias	832	–
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 3 (C):	**832**	**–**
PLA (subtotal) = A + B + C:	**104.905**	**69.165**
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	–	(622)
PLA TOTAL:	**104.905**	**68.543**
(–) Exigência de Capital - CMR	(45.516)	(43.474)
Suficiência de Capital (PLA TOTAL - CMR)	**59.389**	**25.069**
Suficiência de Capital (PLA TOTAL/CMR)	**230%**	**158%**

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Risco de mercado

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições sujeitas à variação das taxas de câmbio, taxas de juros, dos preços de ações, dos preços de commodities e índices de preços.

A administração de risco de mercado é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios.

(b) Risco de liquidez

A Resolução CNSP nº 416 define o risco de liquidez como a possibilidade da supervisionada não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A administração do risco de liquidez é efetuada por meio de políticas e procedimentos de identificação, mensuração e controle de risco, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa. Esta estrutura permite a manutenção da exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis pela instituição e o alinhamento à estratégia de negócios.

(c) Risco de crédito

De acordo com o artigo 35 da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A administração de risco de crédito é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios.

(d) Risco de subscrição

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A precificação de produtos e a avaliação de adequação dos passivos da Companhia são realizados em consonância com as políticas e os requerimentos internos, regulatórios e profissionais.

(e) Risco operacional

De acordo com o artigo 35 da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional que engloba a elaboração de políticas institucionais, a avaliação e monitoramento de processos e procedimentos visando à mitigação do risco, estratégias e planos de contingência para assegurar a continuidade dos negócios.

15. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Testes de sensibilidade foram realizados nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras.

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração das premissas atuariais poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido da data do balanço, considerando alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes e levando em conta as mesmas bases do Teste de Adequação do Passivo.

As premissas atuarias consideradas na análise foram:

- Taxa de juros;
- Mortalidade e sobrevivência;
- Conversão em renda.

A premissa de inflação não foi considerada pois todos os fluxos são indexados ao IPCA/IBGE e, dessa forma, o efeito da inflação não é relevante para a análise.

Após realizados os testes de sensibilidade, constatou-se que um aumento ou uma diminuição de 10% nas premissas não impactaria o patrimônio líquido e o resultado da Companhia. Isso ocorre, pois, mesmo com a variação dessas premissas, as provisões técnicas contabilizadas se mostraram adequadas, não gerando nenhuma deficiência a ser reconhecida no resultado da Companhia.

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela XP Controle 4 Participações S.A., sendo controlada indiretamente pela XP Investimentos S.A. tendo a XP Inc. como sua controladora final.

Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de previdência do pessoal-chave da administração somam o montante de R$ 28,6 milhões (R$ 82,1 milhões em 31 de dezembro de 2020), e as seguintes operações com partes relacionadas foram efetuadas:

	Tipo de relacionamento	2021	2020
Passivo			
Fornecedores	Relacionadas	(172)	(94)
Resultado			
Comissões	Relacionadas	(36.628)	(12.167)
Outras despesas administrativas	Relacionadas	(1.617)	(732)

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

A seguir, se apresenta a composição acionária da Companhia.

XP Vida e Previdência S.A.	**Participação**
XP Controle 4 Participações S.A.	100%
XP Controle 4 Participações S.A.	**Participação**
XP Investimentos S.A.	100%
XP Investimentos S.A.	**Participação**
XP Inc.	100%

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022, a SUSEP emitiu relatório técnico que considera um novo método de estimação das estruturas a termo das taxas de juros (ETTJs) das curvas prefixada, cupom de IGPM, cupom TR e cupom de dólar. Estas devem ser utilizadas pelas entidades reguladas, a partir de junho de 2022, para fins do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e de apuração do requerimento de capital. A XP Vida e Previdência S.A. possui um passivo vinculado ao IPCA e, dessa forma, não sofrerá impactos em decorrência desse novo método de estimação. Ainda assim, Companhia está avaliando questões que podem surgir devido a essa alteração.

DIRETORIA

Gustavo Pimentel Barboza Pires – Diretor Presidente

Bruno Constantino Alexandre dos Santos – Diretor Geral - Financeiro e Controladoria

Roberto Teixeira Camargo – Diretor Geral - Gestão de Recursos

Bernardo Amaral Botelho – Diretor Geral - Riscos

Fabrício Cunha de Almeida – Diretor Geral

Gabriel Klas da Rocha Leal – Diretor Geral

Carlos Alberto Ferreira Filho – Diretor Geral

CONTADOR

Murilo Tigre Silva - CRC: SP-328093/O-5

ATUÁRIO

Luiz Guilherme Soré Spricido - MIBA nº 2876

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria ("Comitê") da XP Vida e Previdência S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.408.732/0001-05 ("Companhia"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), especialmente a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho 2015.

O Comitê teve sua constituição aprovada pela SUSEP por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 164, de 24 de maio de 2021. Ato contínuo, foi solicitada a consulta prévia dos nomes dos novos membros do Comitê, a qual foi aprovada pela Carta Homologatória Eletrônica nº 165/2021/CGRAJ/DIR1/SUSEP. Em decorrência da aprovação, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para eleição dos novos membros, em 30 de junho de 2021, a qual foi protocolada na SUSEP, com atribuição do nº de protocolo 15414.608551/2021-64, tendo sido aprovada em 13 de outubro de 2021.

ATRIBUIÇÕES: O Comitê tem suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno conforme Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho 2015.

ATIVIDADES DO COMITÊ: Entre 1 de agosto de 2021 e a presente data, o Comitê se desenvolveu as seguintes atividades:

(i) Reunião no dia 4 de agosto de 2021, **(a)** com os administradores que apresentaram as principais características da Companhia, governança e indicadores dos negócios e respectivos riscos; **(b)** com a auditoria interna que apresentou o Plano de Trabalho para o 2º semestre de 2021; e **(c)** com a auditoria externa (PWC) que apresentou os trabalhos realizados na Companhia até aquele momento;

(ii) Reunião no dia 14 de dezembro de 2021, na qual os membros aprovaram **(a)** o Regulamento de Auditoria Interna; **(b)** o Manual Operacional de Auditoria Interna; **(c)** o Código de Ética e Conduta da Atividade de Auditoria Interna;

(iii) Reunião no dia 3 de fevereiro de 2022, **(a)** com os administradores da Companhia que apresentaram as Demonstrações Financeiras; e **(b)** com a auditoria externa (PWC) que apresentou os trabalhos realizados na Companhia até aquele momento; e

(iv) Reunião no dia 24 de fevereiro de 2022, na qual as Demonstrações Financeiras foram apresentadas pelo auditor externo (PWC).

CONCLUSÕES: No cumprimento de suas atribuições, observando o dispositivo na Resolução CNSP nº 321/2015 e no Regimento Interno, nada chegou ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativas internas. Com base nos resultados obtidos das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios emitidos pelos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda à administração da Companhia a aprovação das demonstrações financeiras da XP Vida e Previdência S.A., referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Luciana Pires Dias - Presidente do Comitê

Luiz Felipe Calabró - Membro do Comitê

Guy Almeida Andrade - Membro do Comitê.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

XP Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, e a análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **XP Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, e a análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **XP Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil, 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti

MIBA 2147

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

xp seguros

XP VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 29.408.732/0001-05

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

XP Vida e Previdência S.A.

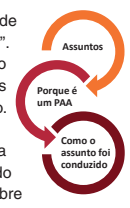
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Existência e mensuração das provisões técnicas e dos seus ativos garantidores (Notas 3d, 3h, 4, 6 e 7)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui aplicações financeiras que são substancialmente mantidas em quotas de "Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (FIEs)" oferecidas em cobertura das "Provisões técnicas" dos planos de previdência PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e seguro de vida com cobertura por sobrevivência VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre). O montante das aplicações financeiras decorre de aportes dos participantes em forma de contribuições aos planos e portabilidades, além do rendimento das quotas dos FIEs. Nessa mesma data-base, as provisões técnicas da Companhia são substancialmente compostas pelasProvisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC).

As aplicações financeiras e as provisões técnicas de PMBaC são mensuradas pelo valor das quotas dos FIEs disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos.

Considerando a relevância dessas aplicações financeiras e provisões técnicas de PMBaC no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, a sua existência e sua mensuração foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram atualizar o entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das quotas dos Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (FIEs) e da provisão técnica de PMBaC.

Testamos a existência das aplicações em quotas dos FIEs com o confronto das informações dos extratos de custódia que demonstram a posição de ativos em reserva técnica da Companhia e que lastreiam as provisões técnicas de PMBaC. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações do período correspondentes às novas contribuições e portabilidades de valores aos FIEs e às provisões técnicas de PMBaC por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos FIEs com o valor da quota disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos e executamos a valorização dessas aplicações financeiras, bem como das Provisões técnicas de PMBaC. Obtivemos os relatórios de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis dos FIEs e, quando apropriado, também dos fundos investidos por esses fundos e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores que pudessem causar impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:43 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

Emotion Seguros S.A.

CNPJ.: 40.004.414/0001-03

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício base findo em 31 de dezembro de 2021, da Companhia **Emotion Seguros,** acompanhados do relatório da auditoria independente e parecer da auditoria atuarial. A **Emotion Seguros,** constituída em 03/12/2021 conforme Ata de Constituição, foi autorizada a operar pela portaria da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP Portaria SUSEP nº 7.732, de 18 de janeiro de 2021 e processos da SUSEP processos SUSEP n° 15414.611585/2020-15 e 15414.618230/2020-97, sob o âmbito do SANBOX regulatório. A **Emotion** é uma seguradora de vida diferente, partindo de um olhar mais humanizado e acolhedor, entendemos que seguro de vida é sobre amor e por isso, somos pioneiros ao criar uma nova modalidade de seguros: os seguros emocionais. Criamos o Stories, o primeiro seguro de amor do mundo. Além da proteção financeira (cobertura securitária) o Stories entrega a plataforma Stories, um ambiente digital criado com inteligência artificial que auxilia o segurado a compartilhar sua jornada, guardar informações importante e declarar o seu amor para as pessoas com quem ele mais se importa. Ou seja, o segurado tem duas "coberturas": 1. A Securitária: Morte Acidental; 2. A Emocional: Plataforma Stories. O conteúdo da plataforma Stories fica armazenado de maneira segura e será entregue a cada um dos beneficiários no momento da regulação do sinistro. A **Emotion** iniciou o exercício ainda em fase pré-operacional, a estrutura funcional e o quadro de pessoal estão limitados ao porte da Empresa, que mantém expressiva terceirização de serviços e mão de obra especializada. A Administração prepara os Sistemas de Gestão, Controles Internos e Sistemas Operacionais, para a exploração e desenvolvimento da atividade, nesse sentido concluiu em dezembro de 2021 a homologação da plataforma tecnológica - portal de vendas e aplicativo - e disponibilizou os sistemas em produção, iniciando as vendas e trazendo para a nossa Empresa boas perspectivas para o próximo exercício. Aos nossos segurados, prestadores de serviços e colaboradores e especialmente à SUSEP, manifestamos o nosso reconhecimento pela confiança, esforço e dedicação prestados para levar a bom termo o projeto da **Emotion Seguros,** que sem dúvida contribuirá para o desenvolvimento da atividade securitária no Brasil, ampliando o mercado e gerando benefícios sócios econômicos a todos envolvidos. **A Essência da Emotion Seguros: A emoção** é uma **condição complexa e momentânea,** surge em **experiências de caráter afetivo,** e provoca alterações em várias áreas do funcionamento psicológico e fisiológico. A emoção e suas manifestações estão **condicionadas ao aspecto cultural da sociedade** onde o indivíduo está inserido, e **refletem** características sociais daquele **momento histórico. A necessidade e a busca por proteção,** um mecanismo ancestral que permitiu a evolução do homem, **encontrou no comportamento cooperativo** e especialmente no mutualismo - bases da atividade seguradora - **um instrumento e um aliado poderoso.** E **a emoção não pode ser isolada deste contexto,** por mais técnico, numérico, jurídico ou qualquer outro atributo não emotivo que se possa conferir aos contratos de seguros. **No seguro de acidentes pessoais,** que cobre especificamente o evento de morte acidental, **a emoção tende a estar muito mais presente.** Especialmente porque chega de surpresa, o falecimento causado por um acidente é devastador. Diferente de um processo longo de internação, de altos e baixos no combate a uma doença, ou mesmo quando se trata de uma pessoa muito idosa, a perda repentina e não esperada de um ente querido, ainda mais se provedor material de uma família, gera um impacto enorme na vida dos que ficam - tanto de ordem financeira como emocional. A indenização da apólice certamente será útil aos beneficiários- mas é uma proteção de caráter essencialmente financeiro. Mas **além deste componente financeiro,** que virá acompanhado de diversas inovações, o **aspecto emocional** é uma **dimensão importante na proteção e no conforto** que nosso seguro também fornece. Por isso escolhemos o nome ***Emotion Seguros.*** **Nosso APP - A Experiência do Cliente:** Nosso App é o principal canal de interação do segurado com a Emotion, o app foi desenvolvido para suportar todas as jornadas de processos da Emotion. No app o segurado consegue contratar o seguro, aumentar ou reduzir a importância segurada, incluir beneficiários e definir o percentual de indenização de cada um, alterar a forma de pagamento, cancelar o seguro, alterar dados pessoais, consultar apólice, acionar o seguro, consultar pagamentos e principalmente, no app, o segurado consegue interagir com a plataforma Stories. A plataforma Stories tangibiliza o aspecto emocional do nosso seguro, criada utilizando Inteligência Artificial, possibilita ao segurado a oportunidade de registrar informações, documentos e declarar o seu amor aos amores de sua vida. O app da Emotion foi criado para entregar uma experiência 100% digital, com processos simples, fluídos e com validade imediata após a confirmação. São Paulo - SP, 01 de fevereiro de 2022. **A Administração**

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo/Circulante		**1.559.050,05**	**1.200.000,00**
Disponível	3	**78.217,72**	**1.200.000,00**
Bancos Conta Depósitos		78.217,72	1.200.000,00
Aplicações	4	**1.409.878,78**	**–**
Quotas e Fundos de Investimentos		1.409.878,78	–
Créditos das Operações de Seguros	5	**22,17**	**–**
Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos		22,17	–
Outros Créditos Operacionais	6	**19,20**	**–**
Outros Créditos		19,20	–
Títulos e Créditos a Receber	7	**70.912,18**	**–**
Créditos Tributários		7.581,04	–
Créditos Tributários Diferidos		63.331,14	–
Não Circulante	8	**12.003,16**	**–**
Imobilizado		**12.003,16**	**–**
Equipamentos de Informática		12.113,88	–
(–) Depreciação e Amortizações Acumuladas		(110,72)	–
Total do Ativo		**1.571.053,21**	**1.200.000,00**

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo/Circulante		**18.825,90**	**–**
Contas a Pagar	9	**18.814,86**	**–**
Remunerações e Gratificações a Pagar		3.673,00	–
Impostos e Encargos Trabalhista e Sociais		3.008,25	–
Outros Impostos a Recolher		0,53	–
Pagamentos a Efetuar		19,20	–
Outras Contas a Pagar		12.113,88	–
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	10	**11,04**	**–**
PPNG - Provisão de Prêmios não Ganhos		11,04	–
Patrimônio Social	12	**1.552.227,31**	**1.200.000,00**
Capital Nacional		1.200.000,00	1.200.000,00
Aumento de Capital (em Aprovação)		500.000,00	–
Lucro ou Prejuízo Acumulados		(147.772,69)	–
Total do Passivo		**1.571.053,21**	**1.200.000,00**

Demonstrações de Resultado

Discriminação das Contas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Ganhos	15	11,04	–
Prêmios Seguros Emitido		22,08	–
Variações das Provisões Técnicas		(11,04)	–
Despesas Administrativas	16	**(254.386,63)**	**–**
Despesas com Pessoal Próprio		(8.728,37)	–
Despesas com Serviços de Terceiros		(117.822,61)	–
Despesas com Localização e Funcionamento		(4.403,30)	–
Despesas com Publicidade e Propaganda		(62.496,55)	–
Despesas com Tributos	17	(60.935,80)	–
(=) Resultado Operacional		**(254.375,59)**	**–**
Resultado Financeiro	18	**43.271,76**	
Receitas Financeiras		43.611,18	–
Despesas Financeiras		(339,42)	–
Resultado antes dos Impostos e Participações	19	**(211.103,83)**	**–**
Imposto de Renda diferido		31.665,57	–
Contribuição Social diferido		31.665,57	–
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		**(147.772,69)**	**–**
Quantidade de ações		1.200.000	1.200.000
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação (Reais)		(8,12)	–

* O lucro base e o lucro diluído por ação têm o mesmo valor devido a todas as ações serem ordinárias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro ou Prejuízo do Período	(147.772,69)	–
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	110,72	–
Resultado não Operacional	–	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	(1.409.878,78)	–
Créditos das Operações com Seguros	(41,37)	–
Despesas Antecipadas	(70.912,18)	–
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	3.008,25	–
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	11,04	
Impostos e Contribuições	19,73	–
Obrigações Trabalhistas	3.673,00	–
Outros Pagamentos a Efetuar	12.113,88	–
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**(1.609.668,40)**	**–**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(12.113,88)	–
Baixa Ativo Imobilizado	–	–
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(12.113,88)**	**–**
Atividade de Financiamento		
Aumento do Capital Social em Aprovação	500.000,00	1.200.000,00
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	500.000,00	1.200.000,00
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.121.782,28)	1.200.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.200.000,00	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	78.217,72	1.200.000,00

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Aumento/Redução do Capital Social em Aprovação	Reservas de Reavaliação	Prejuízo/ Lucro	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.200.000,00	–	–	–	1.200.000,00
Aumento de Capital	–	500.000,00	–	–	500.000,00
Prejuízo do Exercício de 2021	–	–	–	(147.772,69)	(147.772,69)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.200.000,00	500.000,00	–	(147.772,69)	1.552.227,31

Demonstrações de Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Superávit ou Déficit do Período	**(147.772,69)**	**–**
(+) Variação de Reserva de Reavaliação	–	–
(+) Ganhos/Perdas de Planos Previdência Complementar ou Conversão das Demonstrações para exterior	–	–
(+) Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–
(+/–) Resultado Abrangente de Empresas Investidas (Eq. Patriomonial)	–	–
Resultado Abrangente	**(147.772,69)**	**–**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Contexto Operacional e Informações Gerais: A **Emotion Seguros S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede nesta Capital, constituída conforme Ata Geral de Constituição de 03/12/2020, com capital 100% nacional e composto em sua totalidade por ações ordinárias nominativas. Nessa data obteve o NIRE nº 35300560612, da JUCESP e o CNPJ nº 40.004.414/0001-03 da Receita Federal do Brasil. Foi concedida a autorização para operar, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), seguros de pessoas do grupo individual no ramo 81, conforme Portaria SUSEP nº 7.732, de 18 de janeiro de 2021 e processos da SUSEP nº 15414.611585/2020-55 e 15414.618230/2020-97. A **Emotion Seguros** atende as seguintes normas: Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, conforme alterações feitas pela Resolução CNSP nº 417/2021, de 20 de julho de 2021 e Circular SUSEP nº 598, de 19 de março de 2020, conforme alterações feitas pela Circular SUSEP nº 636/2021, de 23 de julho de 2021, por se tratar de uma entidade participante de SANDBOX. Conforme Circular nº 598, de 19 de março de 2020, e alterações posteriores. Obteve sua autorização temporária e concessão da SUSEP, através dos processos citados anteriormente, e coloca no mercado um projeto inovador o qual é desenvolvido com novas metodologias, processos e tecnologias. O segurado tem a opção de obter dentro do próprio aplicativo onde é comercializado e emitido o Seguro de vida, a hospedagem de histórias pessoais na mesma plataforma, denominada Assistência Emocional. Dessa Forma, as operações suprem e tendem a proposta aprovada pela SUSEP do Sandbox, emitindo prêmios de seguros ramo 81, intermitente e dando a opção do segurado obter também assistência emocional. A companhia encontra-se em fase pré-operacional, em dezembro de 2021 foram emitidas as primeiras apólices dentro do seu sistema próprio (app). As emissões foram realizadas a título de teste operacional dessa maneira trata-se de valores inexpressivos não colocando em risco da companhia nem mesmo prejudicando qualquer segurado. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em **23 de fevereiro de 2022. 2 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas adotadas pela Seguradora para registro das suas transações estão descritas abaixo. Estas políticas são aplicadas de forma consistente para o período apresentado, salvo disposições em contrário. **2.1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. Na elaboração da presente demonstração financeira, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular. A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, divulgados na data das Demonstrações Financeiras. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Demonstração do Fluxo de Caixa do período encerrado em 31/12/2021 está sendo apresentada pelo Método Indireto. **2.2 - Moeda Funcional:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais, que é moeda do ambiente econômico que a companhia opera como moeda funcional para registros de suas transações correntes. **2.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, utilizados pela Seguradora para gerenciar seus compromissos de curto prazo, com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 - Ativos Financeiros - Estrutura Simplificada de investimentos:** A companhia, optou à estrutura simplificada de investimentos do SANDBOX regulatório, conforme normatizado Resolução nº 381, de 4 de março de 2020, art. 2, item IX: "estrutura simplificada de investimentos: corresponde à totalidade dos investimentos realizados exclusivamente conforme o disposto no Inciso I do art. 8º da Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, e suas alterações posteriores, pelas sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório, ressalvados os valores mantidos em conta corrente e o dinheiro em caixa;". Dessa forma sua política é conservadora, centralizando suas aplicações em fundos de renda fixa. Na gestão de seus ativos sua gestão atente aos itens abaixo: • observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação; • adequação à natureza de suas obrigações e transparência; • exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; • zela por elevados padrões éticos; • adota práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações; e • observar, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos. A Companhia classifica os ativos financeiros conforme determinação da Administração de acordo com a finalidade para as quais os mesmos foram adquiridos. Em 31/12/2021 a Companhia não detinha ativos financeiros classificados na categoria "Mensuração ao valor justo através do resultado". Classificando-os como disponível para venda. **I - Valor Justo por meio do Resultado ("mantidos para negociação") -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos. **II - Disponíveis para Venda -** Os ativos financeiros classificados em disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "Mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, este líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. **III - Mantidos até o Vencimento -** Os ativos financeiros classificados em mantidos até o vencimento são títulos que a Administração da companhia tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurado ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro. **IV - Determinação do valor justo -** A determinação do valor justo das aplicações financeiras é reconhecida conforme: **Quotas em fundos de investimento:** O Valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos fundos. **Títulos Públicos:** Os títulos públicos tiveram seus valores justos através das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Companhias dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **2.5 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Quando devido, são feitas provisões ao valor recuperável de ativos com contrapartida temporária na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio social líquido. Os valores de contabilização dos ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Contudo, para o balanço do exercício findo em 31/12/2021 não foram identificadas evidências de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, pois por determinação da administração da Cia. São disponíveis para venda. **2.6 - Imobilizado e Intangível:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada do ativo. Os ativos imobilizados continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando de sua aquisição. **2.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros *(Impairment):*** A Companhia avalia ao final de cada relatório se há evidência objetiva de que os ativos não financeiros podem não ser recuperáveis. Em 31/12/2021 a Companhia entende não haver indicativo de que os valores contábeis dos direitos e bens adquiridos excedam o seu valor recuperável e não identificou necessidade de constituir provisões ao valor recuperável do ativo. **2.8 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes:** As provisões contingentes são direitos e obrigações potenciais que são decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Essa contingência é avaliada com base nas melhores estimativas da Administração e dos seus Consultores Jurídicos. Até o encerramento do balanço em 31/12/2021 não havia contingenciamento. **2.9 - Avaliação de Ativos e Passivos:** Todos os demais ativos e passivos da Companhia estão avaliados ao custo e, quando devidos e de direito, são atualizados de acordo com as condições pactuadas, encargos financeiros, ou legais devidos, até a data do balanço. Possíveis variações para mais ou para menos, quando identificados por eventos subsequentes à data do balanço, são detalhados em nota explicativa. **2.10 - Reconhecimento das Principais Receitas e Despesas:** As Receitas e Despesas são escrituradas pelo regime contábil de competência do exercício. **2.11 - Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Resolução nº 381, de 4 de março de 2020. Para garantia de suas operações, as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório deverão constituir, ao final de cada mês, as seguintes provisões técnicas, PPNG, PSL, IBNR e PVR: I - Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG); II - Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); III - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR); e IV - Provisão de Valores a Regularizar (PVR). **PPNG - Provisão de Prêmios Não Ganhos -** O cálculo inicial para primeiras emissões foi conforme Resolução nº 381, corresponderá a 50% (cinquenta por cento) dos prêmios comerciais emitidos no mês, em moeda nacional, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. Para as emissões de 2022 estão em conformidade ao Artigo alterado pela Resolução CNSP nº 417 de 20/07/2021, a qual altera a resolução 381. Dessa forma: A PPNG corresponderá ao valor, em moeda nacional, da parcela não apropriada do prêmio comercial - bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido - emitido até a data de cálculo. A apropriação do prêmio deverá ser consistente com a distribuição de probabilidade da ocorrência do evento coberto ao longo da vigência do risco. Para fins de simplificação, poderá ser adotada a apropriação linear do prêmio emitido ao longo da vigência da cobertura correspondente. Para os casos de seguros intermitentes, a PPNG corresponderá ao valor do prêmio comercial referente aos créditos remanescentes vigentes na data-base de cálculo. **PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar -** corresponderá ao valor esperado dos sinistros avisados e ainda não liquidados até a data de cálculo, incluindo eventuais atualizações monetárias, juros e multas contratuais. **IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados -** corresponderá a 20% (vinte por cento) dos sinistros avisados nos últimos 3 meses. **PVR - Provisão de Valores a Regularizar -** abrangerá os valores de prêmios a restituir e demais valores a regularizar com os segurados. **2.12 - Capital Mínimo Requerido:** Em atenção à Resolução nº 381, de 4 de março de 2020, art. 2, item IV, V e VI, e considerando que a Seguradora é participante do **Sandbox** optante pela estrutura simplificada das aplicações, o cálculo do capital mínimo requerido tem por critérios: **capital base:** montante fixo de R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais) que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter, a qualquer tempo; **capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação; **capital mínimo requerido (CMR):** capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. **2.13 - Teste de Adequação dos Passivos:** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, e que estão vigentes na data de execução do teste. A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) o quanto o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora, compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das Despesas de Comercialização Diferidas (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos. Premissas econômicas - Conforme disposto no parágrafo único, do Artigo 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco, de dezembro de 2021, divulgada pela SUSEP, para trazer o fluxo de caixa futuro ao valor presente. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste. A Seguradora realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **2.14 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** Há duas categorias na provisão para o imposto de renda e contribuição social: O imposto corrente e o imposto diferido, registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social são calculados mensalmente, de acordo com a legislação tributária com alíquotas vigentes abaixo apresentadas: Imposto de Renda é calculado a alíquota de 15% com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder a 240 mil, e a Contribuição Social sobre o lucro tributável à alíquota de 15% entre os meses de janeiro a junho/2021 e à alíquota de 20% entre os meses julho a dezembro/2021. A Companhia não apresentou lucro tributário no ano de 2021. **3 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme informação abaixo em 31/12/2021 houve a seguinte variação.

Caixas e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Caixa	–	–	–
Bancos Contas Depósitos - País	78.217,72	1 200 000,00	1.121.782,28
Caixas e Equiv. de Caixa Ajustado	78.217,72	1.200.000,00	1.121.782,28

4 - Aplicações Financeiras: 4.1 - Gerenciamento de Riscos: Os riscos operacionais são calculados e revistos frequentemente pelos atuários da Companhia e não se limitam apenas a gestão das provisões técnicas. Com relação aos ativos financeiros da Companhia, e conforme detalhado na nota explicativa nº 4.2, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2021, títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda. A gestão de riscos de investimentos financeiros é realizada através de análises e monitoramento dos Riscos estabelecidos em parceria com Entidades Financeiras. a) - Riscos de Liquidez: O risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos para honrar seus compromissos financeiros, perante um eventual descasamento de prazo ou de volume entre recebimentos e os pagamentos previstos é nulo pelos seguintes fatores: • Os investimentos em títulos e valores mobiliários, embora estejam disponíveis para venda, os resgates são feitos nos respectivos vencimentos e imediatamente reaplicados; • A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento Financeiro da Companhia que acompanha as revisões das exigências de pagamentos a fim de assegurar recursos suficientes de caixa visando atender às necessidades operacionais de curto prazo. b) - Risco de Mercado: A Companhia adota uma política de investimentos conservadora com 100% de suas aplicações financeiras em títulos de renda fixa pós-fixados, em moeda nacional, que flutuam conforme as taxas de mercado estão assim distribuídas:

Títulos mantidos até o vencimento - não vinculados a reservas técnicas	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Circulante				
RF CP Corpor Ágil CNPJ: 11.351.449/0001-10	1.409.878,78	100,0%	–	0
Subtotal	**1.409.878,78**		**–**	**–**
Total Títulos Disponíveis para venda	**1.409.878,78**	**100,0%**	**–**	**0**
Total de aplicações financeiras	**1.409.878,78**	**100,0%**	**–**	**0**

c) Risco de Crédito: A Companhia adota política de baixo grau de exposição a risco de crédito, não tendo provisões de recebíveis. Opera exclusivamente com títulos de emissão, instituições financeiras privadas classificadas como de baixo risco de crédito, devido a sua política de investimentos, análises de metas a curto prazo, análise das condições econômicas brasileiras, como inflação e medidas governamentais, além da análise dos riscos para instituições financeiras. Ressaltamos que esta política atende a opção pela estrutura simplificada de investimentos a qual deve corresponder à totalidade dos investimentos realizados exclusivamente, conforme o disposto no Inciso I do art. 8º da Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015. **4.2- Classificação das Aplicações Financeiras:** Os investimentos financeiros estão classificados como disponíveis para venda, conforme a intenção de utilização pela Companhia. Houve um Adiantamento para aumento de Capital Social a fim de suportar o início das operações e sobretudo suas despesas administrativas.

Aplicações Disponíveis para Venda	BB CP Adm. Diferenciado CNPJ: 7.214.377/0001-92	RF CP Corpor. Ágil CNPJ: 11.351.449/0001-10	Totais
Saldo em 31/12/2020	–	–	–
Aplicações	1.200.000,00	1.559.910,51	2.759.910,51
Resgates	(1.203.548,62)	(182.961,49)	(1.386.510,11)
Rendimentos Atualizações	3.543,62	39.031,04	42.579,66
Ajustes TVM	–	–	–
Aplicações Disponíveis para Venda	7.214.377/0001-92	11.351.449/0001-10	Totais
IRRF e IOF	–	(6.101,20)	(6.101,23)
Saldo em 31/12/2021	**–**	**1.409.878,78**	**1.409.878,78**

5 - Créditos das Operações: Correspondem a operações de contas a receber demonstrado abaixo:

Créditos das Operações de Seguros	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do Período	**–**	**–**
Prêmios Emitidos	22,17	–
(–) Cancelados	–	–
(–) Recebimentos	–	–
(–) Restituídos	–	–
Saldo no fim do Período	**22,17**	**–**

6 - Outros Créditos Operacionais: Valor referente ao serviço de assistência emocional é fornecida através da plataforma stories no próprio aplicativo da emissão e comercialização do seguro de vida. Dando a opção ao segurado adquirir ou não tal serviço. Dessa forma e com entendimento da SUSEP na Circular SUSEP nº 310, de 19 de dezembro de 2005, no artigo 2 e § 7º: "Quando os custos desses serviços forem cobrados do segurado, o valor a ser repassado à prestadora dos serviços será registrado no passivo circulante, em pagamentos a efetuar, e não transitará em contas de resultado".

Outros Créditos Operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Outros Créditos	19,20	–
Total	**19,20**	**–**

7 - Títulos e Créditos a Receber: 7.1 - Créditos tributários:

	31/12/2021	30/12/2020
Antecipação de imposto de renda	225,70	–
Imposto de renda na fonte - a recuperar	7.129,64	
Antecipação de contribuição social	225,70	–
Subtotal	**7.581,04**	**–**

7.2 - Créditos tributários diferidos: A companhia reconheceu contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, relativos a diferenças temporárias dedutíveis e aos prejuízos fiscais. Acumulou em 31/12/2021 o Prejuízo fiscal de R$ -211.103,83, sendo diferido 15% sobre Imposto de Renda e 15% referente a contribuição, diferindo o valor de R$ 63.331,15, a compensar em exercícios futuros, a partir da existência de Lucro.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda diferido	31.665,57	–
Contribuição Social diferido	31.665,57	–
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**63.331,14**	**–**

8 - Ativo Imobilizado: Os ativos imobilizados e os intangíveis menos a depreciação, perfazem o total de R$ 12.003,16 em 31/12/2021, continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando de sua aquisição, conforme quadro abaixo:

	31/12/2021	Adições/ Subtrações	Depreciações	31/12/2020
Equipamentos de informática	**12.113,88**	12.113,88	–	–
(menos) Depreciação acumulada	**(110,72)**	–	(110,72)	**–**
Total:	**12.003,16**	12.113,88	(110.72)	**–**

Obs.: Não Houve baixas no período.

9 - Contas a Pagar: 9.1 - Remunerações e gratificações:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	3.673,00	–
9.2 - Impostos e Encargos Sociais e trabalhistas:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Imposto Sobre Operações Financeiras	0,09	
INSS s/folha	1.355,02	–
Contribuições para o FGTS	353,32	–
13º salário a pagar	557,06	–
Férias a pagar	742,76	–
Total	**3.008,25**	**–**
9.3 - Impostos e Contribuições a Pagar	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Outros Impostos a recolher	–	–
COFINS	0,46	–
PIS/PASEP	0,07	–
Total	**0,53**	**–**

9.4 - Obrigações a Pagar: Até 31/12/2021 todos os fornecedores foram pagos dentro do próprio mês não ficando obrigações futuras a pagar. O serviço de Assistência Emocional está devidamente destacado. E sua regulação está adequada a Circular SUSEP nº 310, de 19 de dezembro de 2005, no artigo 2 e § 7º, já descrita na nota explicativa 7.1.

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos a Efetuar	19,20	–
Total	**19,20**	**–**

9.5 - Outras obrigações a Pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
Outras contas a pagar		–
Outras contas a pagar	12.113,88	–
Total	**12.113,88**	**–**

10 - Provisões Técnicas:

Provisões Técnicas	Saldo em 31/12/2021	Constituição e Ajustes	Reversão	Sinistros Pagos	Saldo em 31/12/2020
Ramo 81 - Pessoas					
PPNG	11.04	11.04	–	–	–
Total Ramo 81 - Pessoas	11,04	11,04	–	–	–
Total Geral	**11,04**	**11,04**	**–**	**–**	**–**

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Resolução nº 381, de 4 de março de 2020, e alterações posteriores já descrito em nossas políticas, nota 2.11. A Companhia está em processo de vinculação das suas aplicações junto à Instituição financeira. **11 - Teste de Adequação de Passivo - TAP:** Em atendimento a circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia elabora as estimativas correntes projetadas na data-base 31/12/2021. As Estimativas Correntes foram elaboradas de forma a expressar o fluxo de caixa que decorra do cumprimento e persistência dos planos em comercialização, descontado por Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). Foram considerados apenas os contratos que iniciaram sua vigência até a data-base. As provisões não foram remuneradas nos fluxos aqui demonstrados. Os dados foram agrupados por regime financeiro, tipo de evento e em eventos ocorridos e eventos não ocorridos. **11.1 - Metodologia - Elaboração dos Fluxos:** As entradas e saídas de recursos foram estimadas com base nos Prêmios e Importâncias Seguradas (IS) dos respectivos planos. As Despesas Administrativas

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

NCVP Participações Societárias S.A.

CNPJ 07.278.168/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Companhia atua como *holding* de participação societária e na prestação de serviços de intermediação na comercialização de títulos de capitalização. Em 2021 a Companhia atingiu R$ 4,8 milhões relativos as receitas com a referida prestação de serviços, no entanto o negócio principal continua sendo a participação em controlada em conjunto que rentabilizou R$ 35,8 milhões, 22% maior que no ano anterior, assim o lucro líquido do exercício atingiu R$ 38 milhões, um crescimento de 23% com relação a 2020, excedendo a lucratividade esperada para o ano o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. Os ativos totais alcançaram R$ 133 milhões. A Companhia tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detém poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Não foram distribuídos dividendos intermediários em 2021. As expectativas para o ano de 2022 são positivas, com manutenção da lucratividade e crescimento. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, acionistas e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à NCVP Participações Societárias S.A.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

A Administração

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em reais)*

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante		**13.505.748,18**	**9.579.447,36**
Caixa e Equivalentes de Caixa		**73.050,61**	**101.762,53**
Caixa e bancos		73.050,61	101.762,53
Aplicações	5	**4.397.735,21**	**1.962.898,92**
Quotas de fundos de investimento		4.397.735,21	1.962.898,92
Títulos e Créditos a Receber		**9.034.962,36**	**7.514.785,91**
Dividendos a receber	6.1	8.952.836,19	7.322.786,05
Créditos tributários e previdenciários	6.2	62.041,01	168.004,07
Outros créditos		20.085,16	23.995,79
Ativo não Circulante		**119.449.925,79**	**127.508.230,41**
Investimento		**117.000.233,44**	**124.446.115,06**
Participações societárias	7	117.000.233,44	124.446.115,06
Intangível		**2.449.692,35**	**3.062.115,35**
Outros intangíveis	8	2.449.692,35	3.062.115,35
Total do Ativo		**132.955.673,97**	**137.087.677,77**

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante		**9.491.592,69**	**7.756.879,29**
Contas a Pagar		**9.491.592,69**	**7.756.879,29**
Obrigações a pagar	9	9.264.089,70	7.539.534,91
Impostos e encargos sociais a recolher		29.591,32	53.501,14
Encargos trabalhistas		81.241,36	86.349,94
Impostos e contribuições		116.670,31	77.493,30
Patrimônio Líquido	10	**123.464.081,28**	**129.330.798,48**
Capital social		93.747.753,00	93.747.753,00
Reserva de lucros		36.406.216,41	30.109.276,01
Ajuste com títulos e valores mobiliários - controlada		(6.689.888,13)	5.473.769,47
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**132.955.673,97**	**137.087.677,77**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em reais)*

	Notas	Capital Social Estrangeiro	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras Reservas de Lucros	Ajuste TVM - Controlada	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**93.747.753,00**	**5.878.503,25**	**18.088.303,58**	**–**	**5.704.623,20**	**–**	**123.419.183,03**
Ajuste com títulos e valores mobiliários - Investida	7.2	–	–	–	–	(230.853,73)	–	(230.853,73)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 30/04/2020		–	–	(17.493.416,59)	–	–	–	(17.493.416,59)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	30.997.882,98	30.997.882,98
Reserva legal		–	1.549.894,15	–	–	–	(1.549.894,15)	–
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas		–	–	22.085.991,62	–	–	(22.085.991,62)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,08 por ação)	10.3	–	–	–	–	–	(7.361.997,21)	(7.361.997,21)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**93.747.753,00**	**7.428.397,40**	**22.680.878,61**	**–**	**5.473.769,47**	**–**	**129.330.798,48**
Ajuste com títulos e valores mobiliários - Investida	7.2	–	–	–	–	(12.163.657,60)	–	(12.163.657,60)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021		–	–	(22.637.283,75)	–	–	–	(22.637.283,75)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	37.958.558,63	37.958.558,63
Reserva legal		–	1.897.927,93	–	–	–	(1.897.927,93)	–
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020		–	–	–	(9.176,80)	–	–	–
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas		–	–	27.045.473,03	–	–	(27.045.473,03)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,10 por ação)	10.3	–	–	–	–	–	(9.015.157,68)	(9.015.157,68)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**93.747.753,00**	**9.326.325,33**	**27.089.067,89**	**(9.176,80)**	**(6.689.888,13)**	**–**	**123.464.081,28**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receita na prestação de serviços	11	4.848.208,16	4.956.760,91
Receita Líquida de Serviços		**4.848.208,16**	**4.956.760,91**
Despesas Administrativas		**(2.271.576,39)**	**(2.806.368,67)**
Despesas com pessoal próprio	13.a	(1.078.701,83)	(1.409.104,74)
Despesas com serviços de terceiros		(86.347,20)	(239.104,50)
Despesas com localização e funcionamento	13.b	(664.410,96)	(702.497,50)
Despesas com tributos		(420.580,06)	(430.530,01)
Despesas com publicações		(21.516,00)	(24.627,60)
Outras receitas e despesas operacionais		(20,34)	(504,32)
Resultado Financeiro		**267.950,70**	**305.157,90**
Receitas financeiras	12	293.689,88	531.042,51
Despesas financeiras		(25.739,18)	(225.884,61)
Resultado Patrimonial		**35.811.344,76**	**29.291.144,22**
Resultado de equivalência patrimonial	7	35.811.344,76	29.291.144,22
Resultado Operacional		**38.655.927,23**	**31.746.694,36**
Resultado Não Operacional		**199,18**	**200,95**
Outras receitas/(despesas) não operacionais		199,18	200,95
Lucro Bruto (antes do IR e CS)		**38.656.126,41**	**31.746.895,31**
Imposto de renda	14	(437.279,12)	(505.301,50)
Contribuição social	14	(166.060,49)	(190.548,54)
Participações sobre o resultado		(94.228,17)	(53.162,29)
Lucro Líquido do Exercício		**37.958.558,63**	**30.997.882,98**
Quantidade de ações		93.747.753,00	93.747.753,00
Lucro líquido por ação		0,40	0,33

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	**37.958.558,63**	**30.997.882,98**
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(12.163.657,60)	(230.853,73)
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controlada	(12.163.657,60)	(230.853,73)
Total do Resultado Abrangente	**25.794.901,03**	**30.767.029,25**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.958.558,63	30.997.882,98
Ajustes para		
Depreciações e amortizações	612.423,00	612.423,00
Equivalência patrimonial	(35.811.344,76)	(29.291.144,22)
Provisão dos juros sobre empréstimos	–	175.648,16
Variação nas Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	(2.434.836,29)	4.674.083,12
Créditos tributários e previdenciários	105.963,06	79.725,18
Outros ativos	3.910,63	(10.629,03)
Fornecedores e outras contas a pagar	42.375,92	(33.924,32)
Impostos e contribuições	482.743,64	517.897,81
Impostos pagos sobre o lucro	(443.566,63)	(559.528,79)
Caixa (Gerado) pelas Operações	**516.227,20**	**7.162.433,89**
Dividendos recebidos	29.454.341,84	23.429.590,10
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	**29.970.569,04**	**30.592.023,99**
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Empréstimos (exceto juros)	–	(7.185.624,99)
Dividendos pagos	(29.999.280,96)	(23.436.938,25)
Caixa líquido (Gerado) nas Atividades de Financiamento	**(29.999.280,96)**	**(30.622.563,24)**
Aumento/(Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(28.711,92)**	**(30.539,25)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	101.762,53	132.301,77
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.050,61	101.762,53

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto Operacional: A NCVP Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na Cidade de São Paulo/SP, constituída em março de 2005 com o propósito principal de alavancar investimentos com seus acionistas estrangeiros, em especial a BNP Paribas Assurance S.A., com sede na França, para aplicação em suas subsidiárias no Brasil. Além disso, a Companhia detém exclusividade em balcão em companhia do varejo brasileiro para a distribuição de títulos de capitalização, atuando assim na prestação de serviço de intermediação da distribuição destes títulos. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2022. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", CPC PME (R1). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, os saldos de caixa e bancos. **3.3. Aplicações financeiras:** São originárias de aportes de capital de seus acionistas, recursos estes aplicados em quotas de fundos de investimentos. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliados ao custo de aquisição atualizado a valor de mercado na data do balanço, conforme valor da quota divulgada pela administradora dos fundos. **3.4. Participações societárias:** A Companhia aplicou parte dos recursos aportados pelos acionistas em participação acionária na Luizaseg Seguros S.A., detendo 50% do seu capital social. Este investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos e passivos:** Os ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Os passivos são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3.6 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Companhia, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. A Companhia realiza teste de impairment anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **3.7. Apuração de resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. **3.8. Provisão para o imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no método de lucro presumido, assim ao faturamento é aplicado a alíquota de 32% como presunção do lucro e a esta base de cálculo a alíquota de 15% para imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.9. Arrendamentos - Adoção inicial do CPC 06 (R2):** A Companhia adotou o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2021, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2020, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. As reclassificações e ajustes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2021, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data. As novas políticas contábeis estão divulgadas a seguir: A Companhia possui contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio contratual é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos ou sublocados. Até o exercício de 2020, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2021, são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos; e • Pagamentos variáveis de arrendamento variáveis que dependem de índice ou de taxa. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento para contratos iniciados após a data da transição. Para contratos já vigentes na data da transição, a Companhia adotou uma taxa de juros incremental. Para determinar a taxa incremental do arrendamento, a Companhia: • Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de arrendamento recentes contratados com terceiros, ajustados para refletir as mudanças nas condições de financiamento; • Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para risco de crédito para arrendamento mantidos pela Companhia, sem financiamentos recentes com terceiros; e • Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo e montante total financiado, por exemplo. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice de taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento, até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamento baseados em um índice de taxa ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. A Companhia não tem a intenção de prorrogar os contratos de arrendamento de veículos ou extinguir antes do término. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. **5. Aplicações:** As aplicações são compostas exclusivamente por fundo de renda fixa do Banco BNP Paribas S.A. que em 31 de dezembro de 2021 apresentam saldo de R$ 4.397.735,21 (R$ 1.962.898,92 em 2020). **6. Títulos e créditos a receber: 6.1. Dividendos a receber:** Os valores registrados representam a parcela correspondente a proporção da participação da Companhia referente aos dividendos mínimos declarados pela investida Luizaseg Seguros S.A. em 2021 no valor de R$ 8.952.836,19 (R$ 7.322.786,05 em 2020), com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2021 e auditado pelos auditores independentes. Durante o exercício de 2021 a Companhia recebeu R$ 29.454.341,84 (R$ 23.429.590,10 em 2020) de dividendos da sua investida Luizaseg Seguros S.A. relativos ao lucro líquido do exercício de 2020 e reserva de lucros. **6.2. Créditos tributários e previdenciários:** São provenientes de créditos de imposto de renda retidos na fonte por instituições financeiras, por ocasião do resgate de quotas de fundos de investimentos. **7. Investimentos: 7.1. Abertura do investimento em controlada em conjunto:** Demonstramos a seguir a abertura do investimento na Luizaseg Seguros S.A.:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social integralizado	133.883.372,00	133.883.372,00
Quantidade de ações	133.883.372	133.883.372
Participação no capital social	50%	50%
Patrimônio líquido da investida	234.000.466,87	248.892.230,12
Lucro líquido do exercício da investida	71.622.689,50	58.582.288,43
Resultado de equivalência patrimonial	35.811.344,76	29.291.144,22
Total dos investimentos	**117.000.233,44**	**124.446.115,06**

7.2. Movimentação do investimento: Demonstramos a seguir a movimentação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial da Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**124.446.115,06**	**120.203.639,20**
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	(12.163.657,60)	(230.853,73)
Dividendos complementares do exercício anterior	(22.140.732,59)	(17.495.028,58)
Dividendos mínimos obrigatórios exercício corrente	(8.952.836,19)	(7.322.786,05)
Resultado de equivalência patrimonial	35.811.344,76	29.291.144,22
Saldo em 31 de dezembro	**117.000.233,44**	**124.446.115,06**

8. Intangível: O intangível representa o contrato de exclusividade em companhia do varejo brasileiro para vender os seguros de garantia estendida, os mesmos são amortizados levando em consideração o prazo do contrato, estudos técnicos elaborados pela Administração da Companhia e indicadores econômicos financeiros.

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Contrato de exclusividade Magazine Luiza	3.062.115,35	(612.423,00)	2.449.692,35
Total	**3.062.115,35**	**(612.423,00)**	**2.449.692,35**

9. Obrigações a pagar: As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	27.531,95	13.996,96
Participação nos lucros a pagar	221.400,07	163.540,74
Dividendos a pagar (*)	9.015.157,68	7.361.997,21
Total	**9.264.089,70**	**7.539.534,91**

(*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsão no estatuto social da Companhia.

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia é de R$ 93.747.753,00, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 93.747.753 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em capital estrangeiro. **10.2. Reservas:** As reservas da Companhia estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	9.326.325,33	7.428.397,40
Reserva de retenção de lucros	27.089.067,89	22.680.878,61
Outras reservas de lucros	(9.176,80)	–
Total	**36.406.216,42**	**30.109.276,01**

10.3. Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 9.015.157,68 e o restante do lucro líquido do exercício foi mantido em reserva de lucros para futura destinação aos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva de lucros através de dividendos no valor de R$ 29.999.280,96 (R$ 23.436.938,25 em 2020), sendo R$ 7.361.997,21 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e R$ 22.637.283,75 como destinação das reservas de lucros existentes, totalmente pagos aos acionistas em 18 de maio de 2021. **11. Receitas na prestação de serviços:** A Companhia presta serviço na intermediação na distribuição de títulos de capitalização e reconhece as receitas provenientes na competência em que ocorreram. **12. Receitas financeiras:** As receitas financeiras da Companhia são provenientes da aplicação dos recursos financeiros aportados pelos acionistas e representam a valorização das quotas de fundos de investimentos. **13. Despesas e pagamentos de obrigações:** Para a liquidação das suas obrigações, a Companhia conta com a estrutura operacional e administrativa das empresas do grupo, as quais são reembolsadas no mês da liquidação das obrigações. **a) Despesas com pessoal próprio:** As principais despesas com o pessoal próprio referem-se as despesas com ordenados, encargos sociais e benefícios oferecidos aos empregados. **b) Despesas com localização e funcionamento:** As principais despesas com localização e funcionamento referem-se a despesas bancárias e de amortização de intangível (nota 8). **14. Imposto de renda e contribuição social:** Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas em 31 de dezembro:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita bruta	4.848.208,16	4.848.208,16	4.956.760,91	4.956.760,91
(+) Receitas Financeiras	293.689,88	293.689,88	531.042,51	531.042,51
Base de cálculo	**1.845.116,49**	**1.845.116,49**	**2.117.206,00**	**2.117.206,00**
Taxa nominal do tributo	15%	9%	15%	9%
Valor do tributo	276.767,47	166.060,49	317.580,90	190.548,54
Base de cálculo adicional do IRPJ	**1.605.116,49**	–	**1.877.206,00**	–
Taxa nominal do tributo	10%	–	10%	–
Adicional 10% para IR (acima de R$ 240 mil/ano)	160.511,65	–	187.720,60	–
Tributo calculado a taxa nominal	**437.279,12**	**166.060,49**	**505.301,50**	**190.548,54**
Despesa contabilizada	**(437.279,12)**	**(166.060,49)**	**(505.301,50)**	**(190.548,54)**
Taxa efetiva	**24%**	**9%**	**24%**	**9%**

15. Partes relacionadas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as transações com partes relacionadas referem-se, principalmente, a dividendos a receber da Luizaseg Seguros S.A. (Nota 6.1) e dividendos a pagar à BNP Paribas Assurance S.A. (Nota 10.3). A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2021, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo, no montante de R$ 9.680.166,59 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.880.169,00 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. **16. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam ações judiciais impetradas contra a Companhia. **17. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020. **18. Eventos subsequentes:** Em 31 de dezembro de 2021 não houveram eventos subsequentes relevantes a serem reportados.

Emmanuel Pelege - Diretor Presidente e Diretor Técnico Financeiro

Daniela Sayuri Yamashita - Contadora - CRC 1SP220901/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas NCVP Participações Societárias S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NCVP Participações Societárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCVP Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ/MF nº 43.102.521/0001-62 - NIRE 35.300.576.926

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 24 de fevereiro de 2022, às 10h00 horas, na sede social da **AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.635, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), em face da presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. MESA**: Presidente: Carlos Pereira Martins; Secretária: Maria Clara de Azevedo Morgulis. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre **(i)** a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2022, às 10h00 horas, ora em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("**AGE Emissão**"), para **(a)** ratificar a aprovação da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real, de emissão da Companhia ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), sendo certo que as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente), por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros*" ("**Escritura de Emissão**"); e **(b)** retificar, no entanto, os seguintes itens das características principais da Emissão: "*(k) Forma de Colocação, Subscrição e Integralização das Debêntures*" e "*(l) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures*"; e **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, ratifique aqueles já praticados e celebre todos os documentos, inclusive aditamentos, se for o caso, necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta Restrita. **5. DELIBERAÇÕES**: Por voto dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinaram a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do art. 130, §1° da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações: (i) Aprovar a retificação dos seguintes itens das características principais da Emissão: (k) Forma de Colocação, Subscrição e Integralização das Debêntures. As Debêntures serão subscritas e, posteriormente, integralizadas, em uma ou mais Datas de Integralização (conforme abaixo definido), a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto na Instrução CVM 476 e na Escritura de Emissão. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital (conforme definido abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), na primeira data de integralização de cada série ("**Primeira Data de Integralização**") e, nas demais Datas de Integralização (conforme definido abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) da respectiva série, calculada pro rata temporis a partir da Primeira Data de Integralização da respectiva série (inclusive) até a respectiva Data de Integralização (conforme definido abaixo) (exclusive) ("**Preço de Integralização**"), observados os procedimentos de integralização adotados pela B3. (l) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas dentro de até 12 (doze) meses a contar da data de início da Oferta Restrita ("**Prazo de Subscrição e Integralização**"), em uma ou mais datas indicadas nas ordens de investimento dos Debenturistas (cada uma, uma "**Data de Integralização**"), observado que a cada 5.700 (cinco mil e setecentas) Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, deverão ser subscritas e integralizadas, no mínimo, 300 (trezentas) Debêntures da Segunda Série. As Debêntures subscritas, nos termos dos boletins de subscrição assinados pelos Debenturistas ("Boletins de Subscrição"), serão integralizadas quando da realização das chamadas de capital promovidas pela Emissora ("**Chamadas de Capital**"). As Chamadas de Capital ocorrerão mediante envio de comunicação escrita ao endereço eletrônico constante nos Boletins de Subscrição, e indicarão a Data de Integralização pretendida e o montante a ser integralizado na respectiva data, sendo que a comunicação deverá ser enviada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência à respectiva Data de Integralização pretendida. (ii) Aprovar a ratificação das demais disposições contidas na ata da AGE Emissão que não foram expressamente alteradas pela presente Assembleia; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como delegar todos os poderes para praticar todos os atos ou ratificar os atos já praticados, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização das Debêntures, do Contrato de Distribuição, seus eventuais aditamentos, dos demais documentos e declarações necessários à realização da Emissão e respectivos instrumentos acessórios, efetivação e administração das deliberações na assembleia, ficando ainda expressamente autorizada a: **(a)** celebrar todos os documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, o aditamento à Escritura de Emissão para formalização das retificações aprovadas nos termos do item "i" acima, podendo praticar todos os atos necessários para a sua perfeita eficácia. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, de acordo com o disposto no artigo 130, §2º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os acionistas presentes, que assinam digitalmente este documento, sendo certo que estes reconheceram e concordaram, no ato da assinatura do presente termo, para todos os fins e efeitos de direito, com a assinatura por meio digital do presente termo, constituindo meio idôneo e possuindo a mesma validade e exequibilidade que as assinaturas manuscritas apostas em documento físico. Mesa: Carlos Pereira Martins (Presidente) e Maria Clara de Azevedo Morgulis (Secretária). São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. Declara-se para os devidos fins, de que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio. Confere com o original: **Carlos Pereira Martins -** Presidente, **Maria Clara de Azevedo Morgulis -** Secretária

AMAZÔNIA SOLAR SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ/MF nº 43.102.521/0001-62 - NIRE 35.300.576.926

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de fevereiro de 2022, às 10h00 horas, na sede social da **Amazônia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros** ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.635, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), em face da presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Carlos Pereira Martins; Secretária: Maria Clara de Azevedo Morgulis. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a alteração da denominação da Companhia; **(ii)** a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real, de emissão da Companhia ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), sendo certo que as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente), por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros*" ("**Escritura de Emissão**"); **(iii)** a contratação do Coordenador Líder, conforme abaixo definido, bem como a celebração do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 1ª (primeira) Emissão da Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros*", entre a Companhia e o Coordenador Líder ("**Contrato de Distribuição**"); **(iv)** a outorga da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios pela Companhia, conforme abaixo definida, bem como a prática de todos e quaisquer atos necessários para a sua perfeita formalização e eficácia, incluindo, mas não se limitando, à assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido); e **(v)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, ratifique aqueles já praticados e celebre todos os documentos, inclusive aditamentos, se for o caso, necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta Restrita. **5. Deliberações**: Por voto dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinaram a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do art. 130, §1° da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações: (i) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passará a se chamar Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida aprovação, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 1º - A companhia denominar-se-á **Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** ("**Companhia**") e será regida por este estatuto social ("**Estatuto**"), pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas e pela Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), de 26 de janeiro de 2000."* (ii) Aprovar a Emissão de Debêntures da Companhia, com as seguintes características principais: (a) Número da Emissão. Esta é a 1ª (primeira) Emissão de debêntures da Emissora. (b) Número de Séries. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. As Debêntures da Segunda Série serão subordinadas às Debêntures da Primeira Série no recebimento de todos e quaisquer valores a que os titulares das Debêntures da Primeira Série façam jus, inclusive na hipótese de vencimento antecipado ou resgate antecipado. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo: (i) R$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) referentes às Debêntures da Primeira Série; e R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) referentes às Debêntures da Segunda Série. (d) Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para a aquisição de Cédulas de Crédito Bancário ("**CCBs**") emitidas por pessoas físicas e jurídicas localizadas nos Estados da Região Norte (conforme abaixo definido) ("**Devedores**") interessados na aquisição e instalação de sistemas fotovoltaicos de energia solar nos Estados da Região Norte ("**Sistema Fotovoltaico**"), que poderão ser: **(i)** conectados na rede de distribuição de energia elétrica da região em que forem instalados para envio da energia excedente produzida ("**Sistemas On-Grid**"); ou **(ii)** sistemas isolados que não estão conectados à rede de distribuição da concessionária e que podem contar com baterias responsáveis por armazenar a energia excedente produzida ("**Sistemas Off-Grid**"). As CCBs serão emitidas em benefício de determinada instituição financeira ("**Cedente**") e originadas pela **Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda.,** sociedade limitada, com sede no Município de São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Cardeal Arcoverde, 2450, 5º andar, Pinheiros, CEP 05408-003 e inscrita no CNPJ sob o nº 31.931.053/0001-50 ("**Solfácil**"), através da plataforma digital desenvolvida e mantida por ela, e deverão atender aos Critérios de Elegibilidade (conforme definidos abaixo) ("**Direitos Creditórios Elegíveis**"). Os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pela Emissora, que são considerados créditos financeiros, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000 ("**Resolução 2.686**"), são definidos como "**Direitos Creditórios Vinculados**". As CCBs deverão ter, pelo menos, as características definidas na Escritura de Emissão ("**Critérios de Elegibilidade**"). (e) Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definida abaixo), será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"). (f) Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures, sendo: (i) 57.000 (cinquenta e sete mil) Debêntures da primeira série ("**Debêntures da Primeira Série**"); e (ii) 3.000 (três mil) Debêntures da segunda série ("**Debêntures da Segunda Série**"). Não haverá montante mínimo de subscrição para manutenção da Oferta Restrita e a Oferta Restrita poderá ser encerrada a qualquer momento, a exclusivo critério da Emissora, com o consequente cancelamento das Debêntures ainda não subscritas. (g) Agente de Liquidação e Escriturador. A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação e escriturador das Debêntures é a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda**., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, ("**Agente de Liquidação**" e "**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). (h) Data de Emissão. Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"). (i) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, **(i)** o vencimento das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao final de 132 (cento e trinta e dois) meses contados da Data de Emissão, na data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série**"); e **(ii)** o vencimento das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao final de 162 (cento e sessenta e dois) meses contados da Data de Emissão, na data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série**" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, "**Data de Vencimento**"). (j) Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, não havendo emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista. (k) Forma de Colocação, Subscrição e Integralização das Debêntures. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em cada Data de Integralização (conforme abaixo definido), a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto na Instrução CVM 476 e na Escritura de Emissão. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), na primeira data de integralização de cada série ("**Primeira Data de Integralização**") e, nas demais Datas de Integralização (conforme definido abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) da respectiva série, calculada *pro rata temporis* a partir da Primeira Data de Integralização da respectiva série (inclusive) até a respectiva Data de Integralização (conforme definido abaixo) (exclusive) ("**Preço de Subscrição**"), observados os procedimentos de integralização adotados pela B3. (l) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas dentro de até 12 (doze) meses a contar da data de início da Oferta Restrita ("**Prazo de Subscrição e Integralização**"), em uma ou mais datas indicadas nas ordens de investimento dos Debenturistas (cada uma, uma "**Data de Integralização**"), observado que a cada 5.700 (cinco mil e setecentas) Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, deverão ser subscritas e integralizadas, no mínimo, 300 (trezentas) Debêntures da Segunda Série. (m) Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"), nos termos do Contrato de Distribuição. (n) Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora. (o) Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, de acordo com os termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (p) Garantia Real. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas: **(i)** as obrigações relativas ao fiel, pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), dos eventuais valores de resgate das Debêntures, amortização das Debêntures, Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e demais encargos, relativos às Debêntures e à Garantia Real (conforme abaixo definido), se e quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia (conforme abaixo definido); **(ii)** as demais obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviços envolvidos na Emissão e na Garantia Real; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição e/ou manutenção da Garantia, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão da Garantia Real (conforme abaixo definido), nos termos do Contrato de Garantia, conforme aplicável ("**Obrigações Garantidas**"), a Emissora outorgará, em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios, presentes e futuros ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**" ou "**Garantia Real**"), nos termos do *"Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças"*, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**" ou "**Contrato de Garantia**"), provenientes: **(a)** dos Direitos Creditórios Vinculados; **(b)** da conta corrente de titularidade da Emissora exclusivamente associada a esta Emissão indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a qual receberá os valores efetivamente pagos pelos Devedores em razão do cumprimento das obrigações assumidas nos instrumentos constitutivos dos Direitos Creditórios Vinculados ("**Recursos**"), cujos pagamentos serão realizados por meio de boleto bancário emitido pela Solfácil ("**Conta de Cobrança**"); **(c)** da conta corrente de titularidade da Emissora exclusivamente associada a esta Emissão indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, para a qual serão destinados os recursos referentes ao pagamento das CCBs e que receberá os Recursos após a conciliação que será realizada pela Emissora na Conta de Cobrança ("**Conta Centralizadora**"); e **(d)** dos Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido). (q) Reservas da Emissão. A Emissora constituirá, na Conta Centralizadora: **(1)** mediante a retenção dos valores decorrentes da integralização das Debêntures e/ou do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, uma reserva com a finalidade de garantir os pagamentos dos Custos Ordinários, respeitada a Ordem de Alocação de Recursos prevista na Escritura de Emissão ("**Reserva de Despesas**"), no montante equivalente à soma de Custos Ordinários para os 2 (dois) meses subsequentes ("**Valor Ordinário da Reserva de Despesas**"), acrescido de um montante adicional correspondente à R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ("**Valor Extraordinário da Reserva de Despesas**", e, em conjunto com o Valor Ordinário da Reserva de Despesas, "**Valor da Reserva de Despesas**"), que deverá ser mantida até a Data de Vencimento; e **(2)** mediante a retenção dos valores decorrentes da integralização das Debêntures, uma reserva para pagamento do Saldo Devedor das Debêntures da Primeira Série ("**Reserva de Liquidação**" e, em conjunto com a Reserva de Despesas, "**Reservas**"), no valor correspondente a R$ 600.000.000,00 (seiscentos mil reais) ("**Valor Ordinário da Reserva de Liquidação**" e, em conjunto com o Valor da Reserva de Despesas, "**Valor das Reservas**"), a ser constituída pela Emissora até o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), de modo que os recursos sejam suficientes para a realização da primeira Amortização Extraordinária Obrigatória para Aceleração das Debêntures da Primeira Série, podendo ficar aberta até o 21º (vigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão (inclusive), observado que, neste mês, o saldo da Reserva de Liquidação será utilizado integralmente para a realização dos pagamentos previstos na Ordem de Alocação de Recursos prevista na Escritura de Emissão. A recomposição das Reservas deverá ser realizada de acordo com o procedimento previsto na Escritura de Emissão. (r) Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado, a partir da Primeira Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("**IPCA**"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("**IBGE**"), até a data do efetivo pagamento ("**Atualização Monetária**") sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"), de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (s) Remuneração das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração ("**Remuneração das Debêntures da Primeira Série**") correspondente a 7,22% (sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, incorporação de juros ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (t) Remuneração das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("**Remuneração das Debêntures da Segunda Série**" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "**Remuneração**") correspondente a 7,22% (sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, incorporação de juros ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (u) Pagamento da Remuneração. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures, ou de resgate das Debêntures, conforme o caso, a Remuneração das Debêntures, conforme o caso, será paga mensalmente, com carência de 12 (doze) meses após a Data de Emissão, sempre no mesmo dia de cada mês, observado que a Remuneração devida até o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (exclusive) será incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme as datas indicadas na tabela de pagamento constante da Escritura de Emissão (cada uma das referidas datas, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"). As parcelas da Remuneração devidas e não pagas nas Datas de Pagamento da Remuneração em razão do não pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados serão incorporadas ao Valor Nominal Unitário Atualizado, juntamente com o valor dos Encargos Moratórios, e devidas na Data de Vencimento, observada as disposições da Escritura de Emissão. (v) Custos Ordinários. A partir da Data de Emissão e até a Data de Vencimento, sempre preservada a manutenção da boa ordem das funções de securitização inerentes ao objeto social da Emissora e os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas, o fluxo dos recursos recebidos pela Emissora decorrente dos Direitos Creditórios Vinculados, após a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis ("**Fluxo Disponível**"), será alocado, em primeiro lugar, no pagamento dos seguintes custos, com os recursos disponíveis na Reserva de Despesas (conforme definido na Escritura de Emissão) ou na Conta Centralizadora, caso os referidos recursos sejam insuficientes, na seguinte ordem ("**Custos Ordinários**"): **(a)** pagamento dos tributos devidos pela Emissora; **(b)** pagamento de remuneração da Emissora; **(c)** pagamento da remuneração e dos custos incorridos pela Solfácil, a qual atuará como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, nos termos do *"Contrato Operacional de Parceria e Outras Avenças"* que será celebrado entre a Emissora e Solfácil ("**Contrato Operacional**"); e **(d)** composição e recomposição das Reservas. (w) Pagamentos aos Debenturistas. Após a quitação dos Custos Ordinários e recomposição da Reserva de Despesas, caso necessário, o saldo do Fluxo Disponível deverá ser utilizado na seguinte prioridade, em cada Data de Pagamento da Remuneração ("**Ordem de Alocação de Recursos**"): **(a)** pagamento, aos titulares das Debêntures da Primeira Série, de quaisquer Encargos Moratórios, caso aplicáveis; **(b)** pagamento, aos titulares das Debêntures da Primeira Série, da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, observado o disposto na Escritura de Emissão; **(c)** pagamento, aos titulares das Debêntures da Primeira Série, da parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, observado o disposto na Escritura de Emissão; **(d)** Amortização Extraordinária para: **(d.i)** reenquadramento da Razão de Garantia Sênior (conforme definida na Escritura de Emissão) até que esta atinja 10% (dez por cento), observado o quanto disposto na Escritura de Emissão; e/ou **(d.ii)** Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definida), caso a Razão de Garantia Sênior se torne superior a 25% (vinte e cinco por cento), observado o disposto na Escritura de Emissão; **(e)** exclusivamente a partir do 70º (septuagésimo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), Amortização Extraordinária para Aceleração das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ou Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido) das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável nos termos da Escritura de Emissão; **(f)** desde que a Razão de Garantia Sênior seja igual ou superior a 10% (dez por cento), pagamento, aos titulares das Debêntures da Segunda Série, de quaisquer Encargos Moratórios, caso aplicáveis; **(g)** desde que a Razão de Garantia Sênior seja igual ou superior a 10% (dez por cento), pagamento, aos titulares das Debêntures da Segunda Série, de quaisquer valores referentes a Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, devidos e não pagos em Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série anteriores; **(h)** desde que a Razão de Garantia Sênior seja igual ou superior a 10% (dez por cento), pagamento, aos titulares das Debêntures da Segunda Série, da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto na Escritura de Emissão; **(i)** desde que a Razão de Garantia Sênior seja igual ou superior a 10% (dez por cento), pagamento, aos titulares das Debêntures da Segunda Série, da parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto na Escritura de Emissão; e **(j)** após a quitação integral das Debêntures da Primeira Série, dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados para os titulares das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto na Escritura de Emissão. Pelo período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, os recursos disponíveis do Fluxo Disponível, após deduzidos os Custos Ordinários, serão destinados integralmente ao reinvestimento em novos Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o disposto na Escritura de Emissão ("**Recursos para Originação**"). Na hipótese de os recursos disponíveis do Fluxo Disponível, após deduzidos os Custos Ordinários e os pagamentos dispostos na Escritura de Emissão ("**Recursos para Amortização**") serem suficientes para o pagamento integral das Debêntures da Primeira Série, a Emissora deverá realizar, a partir do 70º (septuagésimo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), o resgate da totalidade das Debêntures da Primeira Série. Enquanto não realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série, abaixo definida, ou em qualquer momento, caso haja qualquer valor em caixa, os Recursos para Originação poderão ser mantidos em, à exclusivo critério da Emissora: **(i)** Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT); **(ii)** demais títulos de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez diária e prazo de vencimento máximo de 1 (um) ano; **(iii)** operações compromissadas, com liquidez diária, lastreadas em títulos públicos federais, desde que sejam contratadas com qualquer Instituição Financeira Autorizada (conforme abaixo definido); **(iv)** certificados de depósitos interfinanceiro, com liquidez diária, cujas rentabilidades sejam vinculadas à Taxa DI, emitidos por qualquer das Instituições Autorizadas; e **(v)** cotas de fundos de investimento classificados como referenciados DI ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"), e sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas (em conjunto, os "**Investimentos Permitidos**"). Serão consideradas "**Instituições Financeiras Autorizadas**", as instituições financeiras com grau de notória solvência, que possuam classificação de risco igual ou superior a BBB+(bra) atribuída por uma das seguintes agências classificadoras de risco: Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's. Os Investimentos Permitidos poderão ser resgatados a qualquer momento pela Emissora para a realização dos pagamentos devidos no âmbito na Emissão. (x) Não Recebimento dos Direitos Creditórios Vinculados. Na hipótese do não recebimento da totalidade dos valores dos Direitos Creditórios Vinculados até a Data de Vencimento, resgate ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, a Emissora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, uma Assembleia Geral de Debenturistas: (a) para comunicar a ocorrência do evento, qual seja, a não realização dos Direitos Creditórios Vinculados, e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários; e (b) para que seja proposto um plano de ação a ser executado pela Emissora, desde que aprovado por Debenturistas representando a maioria das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série em Circulação, que poderá incluir, entre outras medidas: (c.1) a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados; (c.2) a alienação dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados; (c.3) o aguardo do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados e dos demais valores devidos à Emissora, bem como a postergação do vencimento das Debêntures da Segunda Série, caso as Debêntures da Primeira Série já tiverem sido integralmente amortizadas; (c.4) a excussão da Garantia Real; e (c.5) o exercício de quaisquer outros direitos previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia. Exclusivamente caso não existam mais Debêntures da Primeira Série em circulação, poderá ocorrer, desde que aprovado em Assembleia Geral de titulares das Debêntures da Segunda Série, a dação em pagamento, aos titulares das Debêntures da Segunda Série, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados nos respectivos vencimentos e dos eventuais Investimentos Permitidos, mesmo que já tenha sido iniciado o processo de cobrança destes valores, fora do âmbito da B3, de acordo com os termos previstos na Escritura de Emissão ("**Dação em Pagamento**"). Qualquer plano de ação que venha a ser aprovado pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, deverá obrigatoriamente prever que os titulares das Debêntures da Primeira Série terão prioridade em relação aos titulares das Debêntures da Segunda Série no recebimento de quaisquer valores recebidos em decorrência da realização dos Direitos Creditórios Vinculados, de modo que os titulares das Debêntures da Segunda Série apenas farão jus a quaisquer valores após a integral quitação dos valores devidos aos titulares das Debêntures da Primeira Série, observada a Ordem de Alocação de Recursos. (y) Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação. (z) Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados: (i) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Emissora, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emissora, conforme o caso. (aa) Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro Dia Útil (conforme definição abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia que não seja Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para todos os fins, considera-se "**Dia Útil**" (ou "**Dias Úteis**"), todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nac

Site do Diário Comercial publicado em 25 de fevereiro de 2022

Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

São Paulo

A.R.F. - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF 45.876.588/0001-80

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas., para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em R$ 1)

Ativo	2021	2020
Ativo Circulante	**1.665.860**	**1.856.092**
Caixa e equivalente de caixa (nota 3b)	1.333.513	1.549.654
Outros créditos (nota 3c)	332.347	306.438
Ativo Não Circulante	**3.452.179**	**3.606.731**
Realizável a longo prazo (nota 3d)	95.184	91.929
Imobilizado líquido (nota 3e)	3.356.565	3.514.372
Intangível líquido (nota 3e)	430	430
Total do Ativo	**5.118.039**	**5.462.823**

Passivo	2021	2020
Passivo Circulante	**51.950**	**138.814**
Obrigações fiscais e trabalhistas (nota 3f)	43.254	119.991
Fornecedores e contas a pagar (nota 3f)	7.850	7.428
Dividendos a pagar (nota 3.H)	846	11.395
Passivo Não Circulante	**95.184**	**91.929**
Depósitos p/garantia de aluguéis (nota 3d)	95.184	91.929
Patrimônio Líquido	**4.970.905**	**5.232.080**
Capital social (nota 4)	2.240.000	2.240.000
Reservas de lucros	2.730.905	2.992.080
Total do Passivo	**5.118.039**	**5.462.823**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (R$ 1)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Total
Saldos em 31/12/19	**2.240.000**	**3.275.584**	**5.515.584**
Lucro líquido do exercício	–	227.891	227.891
Dividendos (R$ 0,0097/ação)	–	(11.395)	(11.395)
Dividendos complementares	–	(500.000)	(500.000)
Saldos em 31/12/20	**2.240.000**	**2.992.080**	**5.232.080**
Ajuste exercícios anteriores	–	(277.255)	(277.255)
Lucro líquido do exercício	–	16.926	16.926
Dividendos (R$ 0,0007/ação)	–	(846)	(846)
Dividendos complementares	–	–	–
Saldos em 31/12/21	**2.240.000**	**2.730.905**	**4.970.905**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em R$ 1)

	2021	2020
Receita operacional	1.450.877	1.485.192
(–) Deduções da receita	(52.957)	(54.209)
Receita Operacional Líquida	**1.397.920**	**1.430.983**
(–) Custo imóveis alugados	(753.337)	(525.161)
Lucro Bruto	**644.583**	**905.822**
(–) Despesas administrativas	(547.244)	(704.524)
Receitas financeiras líquidas	57.969	64.080
Outras despesas/receitas operacionais	–	175.891
Lucro antes do I.R. e da Contr. Social	**155.308**	**441.269**
(–) Contribuição social (nota 3g)	(42.983)	(62.835)
(–) Provisão para imposto de renda (nota 3g)	(95.399)	(150.543)
Lucro Líquido do Exercício	**16.926**	**227.891**
Lucro Líquido por Ação	**0,0143**	**0,1931**

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (R$ 1)

Das atividades operacionais	2021	2020
Lucro do Exercício antes dos Impostos sobre os Lucros	**155.308**	**441.269**
Ajuste para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Ajuste de exercícios anteriores	(277.255)	–
Baixa líquido de bens do ativo permanente	–	404.110
Depreciações	157.807	166.148
	35.860	**1.011.527**
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição (aumento) nos aluguéis a receber	(25.910)	62.989
Diminuição (aumento) nos adiantamentos concedidos	–	–
Diminuição (aumento) nas contas a receber	–	–
Aumento (diminuição) nas contas a pagar	422	201
Aumento (diminuição) nas contribuições sociais a pagar	(5.866)	(1.870)
Aumento (diminuição) nas obrigações fiscais a pagar	(5.958)	(492)
Aumento (diminuição) nas provisões	–	–
Caixa Proveniente das Operações	**(1.452)**	**1.072.355**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(203.294)	(164.719)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(204.746)**	**907.636**
Atividades de Investimentos		
Aumento no imobilizado e intangíveis	–	(134.833)
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimento	**–**	**(134.833)**
Atividades de Financiamento		
Lucros distribuídos no exercício	(11.395)	(500.000)
Recompra de ações de emissão da Cia.	–	–
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Financiamento	**(11.395)**	**(500.000)**
Aumento (Redução) no Caixa	**(216.141)**	**272.803**
Disponibilidades		
No início do exercício	1.549.654	1.276.851
No final do exercício	1.333.513	1.549.654
Aumento (Redução) no Caixa	**(216.141)**	**272.803**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

1 - Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto a administração de bens próprios, a participação em outras sociedades como quotista ou acionista e a compra e venda de imóveis por conta própria. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos e orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3 - Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no mês ao qual se refere e depois de conhecido o seu efetivo recebimento em evento subsequente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no decorrer do exercício seguinte estão classificados como Circulante. **b) Caixa e equivalente de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em contas movimento bancárias, aplicações com liquidez e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Descrição	2021	2020
Caixa	–	2.000
Aplicações de liquidez imediata	1.333.513	1.547.654
Total	**1.333.513**	**1.549.654**

c) Outros Créditos: Inclui os aluguéis e outros ativos cujo vencimento ocorrerá ou que podem ser realizados no decorrer do exercício seguinte:

Descrição	2021	2020
Aluguéis a receber	332.347	306.438
Total	**332.347**	**306.438**

d) Ativo Não Circulante: Registra as aplicações financeiras dos depósitos efetuados pelos locatários em garantia dos contratos de locação firmados com a Sociedade. São registradas pelo custo inicial do investimento acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. A contra partida desses depósitos está registrada no Passivo Não Circulante e está atualizada às mesmas taxas dos respectivos depósitos.

Descrição	2021	2020
Aplicações financeiras a prazo fixo	95.184	91.929
Total	**95.184**	**91.929**

e) Ativo Imobilizado: É registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas oficiais e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Taxa Deprec.
Imobilizado					
Terrenos	593.859	–	593.859	593.859	–
Edifícios e Benfeitorias	5.065.582	2.324.667	2.740.915	2.894.090	4%
Moveis e Utensílios	67.442	45.893	21.549	25.793	10%
Computadores e Periféricos	44.440	44.198	242	630	20%
Total Imobilizado	**5.771.323**	**2.414.758**	**3.356.565**	**3.514.372**	
Intangível					
Marcas e Patentes	430	–	430	430	–
Programas de computador	2.946	2.946	–	–	20%
Linhas telefônicas	–	–	–	–	–
Total intangível	**3.376**	**2.946**	**430**	**430**	

f) Passivo Circulante: Inclui as obrigações da sociedade com terceiros cujo vencimento ocorrerá no decorrer do exercício seguinte e estão assim representadas:

Descrição	2021	2020
Obrigações trabalhistas	5.825	11.691
Obrigações fiscais	37.429	108.300
Subtotal 1	**43.254**	**119.991**
Fornecedores	5.851	6.061
Outras contas a pagar	1.999	1.367
Subtotal 2	**7.850**	**7.428**
Dividendos a pagar	846	11.395
Total	**51.950**	**80.921**

g) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes: A empresa é optante pelo lucro presumido, pelo qual os cálculos do imposto de renda e contribuição social são feitos com base na presunção de 32% sobre as receitas brutas da locação de imóveis. A alíquota de imposto de renda é de 15% sobre a base de cálculo apurada, com um imposto adicional à alíquota de 10% sobre lucro tributável anual excedente e a alíquota da contribuição social é de 9% sobre a base de cálculo apurada. **h)** Os dividendos foram calculados com base no resultado do exercício em conformidade com o estabelecido no Estatuto da companhia:

Descrição	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	16.926	227.891
Reserva Legal (5% limitada a 20% do Capital Social, já atingido)	–	–
Dividendo obrigatório	(846)	(11.395)
Lucro (Prejuízo) à disposição da AGO	**16.080**	**216.496**

4 - Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 2.240.000,00, representado por 454.940 ações ordinárias nominativas inconversíveis e 725.280 ações preferenciais nominativas inconversíveis e sem direito a voto, todas sem valor nominal.

Eduardo Mattos Antoniazzi - Diretor Presidente
Cristiana Mattos Antoniazzi - Diretora
Roberto Antoniazzi - Diretor

Antonio Puzzello - CT-CRC-1SP097015/O-1

Sapore S.A.

CNPJ nº 67.945.071/0001-38 - NIRE 35.3.0019368-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 22 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: Em 22 de fevereiro de 2022, às 16:00 horas, na sede da SAPORE S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Antonio Artioli, nº 570 - Swiss Park Office - Edifício Altdorf - Bloco G, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.049-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, §4°, da Lei nº 6.404/76, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Daniel Eugenio Rivas Mendez; Secretário: Marcelo Polachini Pereira. **4. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas: **4.1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1°, da Lei nº 6.404/76. **4.2.** Aprovar, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, no montante de R$ 20.862.442,53 (vinte milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), passando o capital social da Companhia de R$ 68.769.818,73 (sessenta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove, oitocentos e dezoito reais e setenta e três centavos) para R$ 47.907.376,20 (quarenta e sete milhões, novecentos e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos), sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, de forma que a quantidade total de ações de emissão da Companhia permanecerá inalterada, a saber 12.500.000 ações. **4.3.** Consignar que o valor total da redução do capital social ora aprovada será entregue, na proporção de suas respectivas participações, (a) ao acionista Daniel Eugenio Rivas Mendez, em moeda corrente nacional, e (b) à acionista Abanzai Representações S.A., em créditos detidos pela Companhia contra a própria acionista Abanzai Representações S.A., conforme descrição pormenorizada dos créditos constante do Anexo I. **4.4.** Consignar que a redução do capital social da Companhia ora aprovada está condicionada à prévia aprovação dos debenturistas da Companhia e, sujeita a tal aprovação, tornar-se-á plenamente eficaz após decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da ata a que se refere esta Assembleia Geral, na forma do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76. **4.5.** Uma vez efetivada a redução de capital ora aprovada, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de 47.907.376,20 (quarenta e sete milhões, novecentos e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos), dividido em 12.500.000 (doze milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus. **4.6.** Com a efetivação da redução de capital aprovada neste ato (observada a verificação da condição e lapso do prazo descritas no item 4.4 acima), o valor de Mútuos e Adiantamentos a fornecedores será ajustado para refletir a cessão dos créditos acima referidos que restarão transferidos para os acionistas, servindo este instrumento, após o decurso do prazo legal, como título suficiente de tal cessão para todos os fins. **4.7.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas. **4.8. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais tratado lavrou-se na forma de sumário a ata referente a esta Assembleia Geral Extraordinária, que foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas da Companhia e pelos membros da mesa. Mesa: Presidente: Daniel Eugenio Rivas Mendez; Secretário: Marcelo Polachini Pereira. Acionistas: Daniel Eugenio Rivas Mendez e Abanzai Representações S.A. Confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Mesa: **Daniel Eugenio Rivas Mendez -** Presidente; **Marcelo Polachini Pereira** - Secretário; Acionistas: Marcelo Polachini Pereira e Abanzai Representações S.A. **Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Sapore S.A., realizada em 22 de fevereiro de 2022, às 16:00 horas. Lista de Descrição dos Créditos:**

Descrição	Valor (R$)
Mútuos	1.163.407,22
CMV	20.136,81
DSPI	1.134.114,20
Sabor Raiz	9.156,21
Adiantamentos	19.699.035,31
Abanzai	14.121.856,44
CMV	1.382.434,07
DSPI	3.620.846,96
Associação Daniel Mendez	573.897,84
Total Créditos Sapore S.A.	**20.862.442,53**

Vicunha Aços S.A.

CNPJ/ME nº 04.213.131/0001-08 – NIRE 35-3.0018308.8

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da Vicunha Aços S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 12:00 (doze horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270/278, sobreloja, sala Vicunha Aços, CEP 05413-010, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) alteração da sede da Companhia; (ii) respectiva reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização para a prática isolada de atos por diretores ou procuradores da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Elisabeth Steinbruch Schwarz - Presidente do Conselho de Administração

Vicunha Steel S.A.

CNPJ/ME nº 04.169.992/0001-36 – NIRE 35-3.0018221-9

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da Vicunha Steel S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 11:00 (onze horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270/278, sobreloja, sala Vicunha Steel, CEP 05413-010, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) alteração da sede da Companhia; (ii) respectiva reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização para a prática isolada de atos por diretores ou procuradores da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

Vicunha Participações S.A.

CNPJ/ME nº 01.004.809/0001-54 – NIRE 35-3.0015756.7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da Vicunha Participações S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 10:00 (dez horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270/278, sobreloja, sala Vicupar, CEP 05413-010, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) alteração da sede da Companhia; (ii) respectiva reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização para a prática isolada de atos por diretores ou procuradores da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Ricardo Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

ePharma - PBM do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.448.808/0001-24 - NIRE 35.300.173.872

Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores Acionistas convocados a se reunirem em AGOE, a ser realizada no dia 10/03/2022, às 14 horas, na sede da companhia, localizada em Barueri/SP, Alameda Mamoré nº 989, conjunto 902, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Pauta da AGO/E: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos, para o período encerrado em 31/12/2021; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) Eleição de Membro Observador adicional para o Conselho de Administração da Sociedade; (v) Fixar a remuneração da administração da Companhia para o próximo exercício social; (vi) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio apurado e orientação à administração sobre a apuração para o exercício de 2022; e **Avisos:** 1. Encontrar-se-ão à disposição dos srs. Acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. 2. Todos os acionistas receberão uma via, por e-mail, de todos os documentos informados no item 1. 3. A demonstração financeira em sua íntegra, ficará à disposição para quaisquer acionistas.

Taquari Participações S.A.

CNPJ/ME nº 53.536.132/0001-07 – NIRE 35-3.0014841-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da Taquari Participações S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 08:00 (oito horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 5º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) alteração da sede da Companhia; (ii) respectiva reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização para a prática isolada de atos por diretores ou procuradores da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Luis França Cavalca - Diretor-Presidente

Elizabeth S.A. Indústria Têxtil

CNPJ/ME nº 48.038.541/0001-35 – NIRE 35-3.0010553.2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam os acionistas da Elizabeth S.A. Indústria Têxtil ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia 07 de março de 2022, às 09:00 (nove horas), em primeira convocação, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270/278, sobreloja, sala Elizabeth, CEP 05413-010, para deliberar sobre as seguintes matérias que comporão a ordem do dia: (i) alteração da sede da Companhia; (ii) respectiva reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização para a prática isolada de atos por diretores ou procuradores da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

Atic Holding S.A.

CNPJ nº 33.852.272/0001-79 - NIRE nº 35.300.537.416 - Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Atic Holding S.A.,** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 03/03/2022, em primeira convocação, às 13:00 horas, observa quórum de 50% do capital votante, em segunda convocação, às 14:00 horas, observa quórum de 75% do capital votante, e em terceira convocação, às 15:00 horas, com qualquer quórum, valendo a deliberação de 51% dos votos presentes, e será realizada na Alameda Terracota n. 185, em São Caetano do Sul, São Paulo, CEP 09531-190 a fim de deliberar a seguinte Ordem do Dia: **1)** Eleição dos membros da Administração. I - Prazo para inscrição: O prazo para inscrição de interessado será de até 10 (dez) dias contados da data do edital. II - documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, bem como outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizadas aos acionistas da Companhia, e podem ser acessados pelo site da ATIC no seguinte endereço eletrônico: www.citatransportes.com.br. III - Regras Sanitárias: A fim de oferecer condições para o maior número de participação, dada as restrições sanitárias em razão pandemia oriunda da COVID-19, a Assembleia será realizada de forma híbrida, cujo link da reunião será passado aos sócios por meio eletrônico (e-mail/aplicativo de mensagem).

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 35C7-5555-1923-C786.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/35C7-5555-1923-C786 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 35C7-5555-1923-C786

Hash do Documento

D19AC2C23C04AD69F02D63A21A057DCFBD36627545E6EFBEE35EE27581F4F515

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2022 é(são) :

- ☑ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 25/02/2022 01:53 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03